



# Relatório Anual 2013

**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DOS ESTADOS UNIDOS**

**Washington, D.C. 20549**

**Formulário 20-F**

**RELATÓRIO ANUAL, DE ACORDO COM A SEÇÃO 13 OU 15(d)**

**DA LEI DE MERCADO DE CAPITAIS DE 1934**

**Para o exercício encerrado em: 31 de dezembro de 2013**

**Número de registro na Comissão: 001-15030**

**VALE S.A.**

*(Razão social exata da Companhia sob Registro, conforme especificado em seu regimento interno)*

**República Federativa do Brasil**

*(Jurisdição de constituição ou organização)*

Luciano Siani Pires, Diretor Executivo de Finanças

telefone: +55 21 3814 8888

fax: +55 21 3814 8820

**Avenida Graça Aranha, No. 26**

**20030-900 Rio de Janeiro, RJ, Brasil**

*(Endereço da sede)*

Valores mobiliários registrados ou a serem registrados, de acordo com a Seção 12(b) da Lei:

<b>Título de cada classe</b>	<b>Nome de cada bolsa onde os valores mobiliários são registrados</b>
Ações preferenciais classe A da Vale, sem valor nominal por ação	New York Stock Exchange*
American Depositary Shares (evidenciadas pelos American Depositary Receipts), cada uma representando uma ação preferencial classe A da Vale	New York Stock Exchange
Ações ordinárias da Vale, sem valor nominal por ação	New York Stock Exchange*
American Depositary Shares (evidenciadas pelos American Depositary Receipts), cada uma representando uma ação ordinária da Vale	New York Stock Exchange
6,25% em Notas Garantidas com vencimento em 2016, emitidas pela Vale Overseas	New York Stock Exchange
6,250% em Notas Garantidas com vencimento em 2017, emitidas pela Vale Overseas	New York Stock Exchange
5,625% em Notas Garantidas com vencimento em 2019, emitidas pela Vale Overseas	New York Stock Exchange
4,625% em Notas Garantidas com vencimento em 2020, emitidas pela Vale Overseas	New York Stock Exchange
4,375% em Notas Garantidas com vencimento em 2022, emitidas pela Vale Overseas	New York Stock Exchange
8,25% em Notas Garantidas com vencimento em 2034, emitidas pela Vale Overseas	New York Stock Exchange
6,875% em Notas Garantidas com vencimento em 2036, emitidas pela Vale Overseas	New York Stock Exchange
6,875% em Notas Garantidas com vencimento em 2039, emitidas pela Vale Overseas	New York Stock Exchange
5,625% em Notas com vencimento em 2042, emitidas pela Vale S.A.	New York Stock Exchange

\* Ações não listadas para negociação, mas somente em relação ao registro das American Depositary Shares, de acordo com as exigências da New York Stock Exchange.

**Valores mobiliários registrados ou a serem registrados, de acordo com a Seção 12(b) da Lei:** Nenhum  
**Valores Mobiliários para os quais há obrigação de relatório, de acordo com a Seção 15(d) da Lei:** Nenhum  
**O número de ações em circulação de cada classe de ação da Vale em 31 de dezembro de 2013 era:**

3,256,724,482 ações ordinárias, sem valor nominal por ação  
2,108,579,618 ações preferenciais classe A, sem valor nominal por ação  
12 golden shares, sem valor nominal por ação

Indicar se o autor do registro é um emissor experiente, conforme definido no Regulamento 405 da Lei de Mercado de Capitais.

Sim  Não

Se este relatório for anual ou de transição, indicar se o autor do registro não é obrigado a registrar os relatórios, de acordo com a Seção 13 ou 15(d) da Lei de Mercado de Capitais de 1934.

Sim  Não

Indicar se o autor do registro (1) registrou todos os relatórios necessários, de acordo com a Seção 13 ou 15(d) da Lei de Mercado de Capitais de 1934 durante os 12 meses antecedentes (ou por um período mais curto no qual o autor do registro teve que registrar tais relatórios) e (2) foi submetido a tais exigências a respeito dos registros nos últimos 90 dias.

Sim  Não

Indicar se o autor do registro apresentou eletronicamente e postou no Website de sua companhia, se houver, todos os Arquivos de Dados Interativos que devem ser apresentados e postados, de acordo com o Regulamento 405 do Regulamento S-T (parágrafo 232.405 deste capítulo) durante os 12 meses antecedentes (ou para um período mais curto em que o autor do registro teve que apresentar e postar tais arquivos).

Sim  Não

Indicar se o autor do registro é um large accelerated filer, um accelerated filer ou não é um accelerated filer. Veja a definição de "accelerated filer" e "large accelerated filer" no Regulamento 12b-2, da Lei de Mercado de Capitais. (Marcar um):

Large accelerated filer  Accelerated filer  Non-accelerated filer

Indicar qual o regime contábil utilizado pelo autor do registro para elaboração das demonstrações contábeis incluídas neste registro:

U.S. GAAP  Normas Internacionais de Relatório Financeiro, conforme emitidas pelo Comitê Internacional de Normas de Contabilidade  Outros

Caso tenha indicado a opção "Outros" na pergunta anterior, indicar qual item da demonstração contábil o autor do registro decidiu seguir.

Item 17  Item 18

Se este for um relatório anual, indicar se o autor do registro é uma empresa "shell" (sociedade que foi incorporada, mas não registra ativos ou operações significativas), conforme definido no Regulamento 12b-2 da Lei de Mercado de Capitais.

Sim  Não

---

---

## ÍNDICE

<u>Página</u>	<u>Página</u>
Guia de referência cruzada do Formulário 20-F .....ii	
Declarações prospectivas.....v	
Fatores de risco.....1	
Apresentação das informações financeiras.....13	
Dados financeiros selecionados.....14	
<b>I. Informações sobre a Companhia</b>	
Panorama dos negócios.....16	
Segmentos de negócios.....24	
1. Bulk materials.....26	
2. Metais básicos.....41	
3. Fertilizantes.....53	
4. Infraestrutura.....55	
5. Outros investimentos.....62	
Reservas.....63	
Investimentos.....74	
Questões regulatórias.....79	
<b>II. Análise e perspectivas operacionais e financeiras</b>	
Panorama geral.....85	
Resultados das operações.....92	
Liquidez e recursos de capital.....104	
Obrigações contratuais.....108	
Ajustes não incluídos no balanço patrimonial.....109	
Políticas contábeis e estimativas importantes.....110	
Gestão de riscos.....114	
<b>III. Participação acionária e negociação</b>	
Acionistas majoritários.....116	
Transações com partes relacionadas.....119	
Distribuições.....121	
	Mercados de negociações.....123
	Histórico do preço das ações.....124
	Ações depositárias.....125
	Aquisição de valores mobiliários pelo emissor e pelas compradoras coligadas.....126
	<b>IV. Administração e empregados</b>
	Administração.....127
	Remuneração da administração.....139
	Empregados.....140
	<b>V. Informações adicionais</b>
	Processos judiciais.....142
	Atos constitutivos e estatuto social.....146
	Debêntures participativas.....153
	Controles de câmbio e outras limitações que afetam detentores de títulos mobiliários.....154
	Tributação.....156
	Avaliação dos controles e procedimentos de divulgação.....163
	Relatório da administração a respeito do controle interno sobre o relatório financeiro.....164
	Governança corporativa.....165
	Código de ética e conduta.....167
	Principais serviços e honorários dos auditores independentes.....167
	Mudança nos auditores independentes do autor do registro.....169
	Informações registradas junto aos reguladores de valores mobiliários.....170
	Anexos.....171
	Glossário.....172
	Assinaturas.....179
	Índice para demonstrações contábeis consolidadas F-1

GUIA DE REFERÊNCIA CRUZADA DO FORMULÁRIO 20-F

Item	Legenda do Formulário 20-F	Local neste relatório	Página
<b>1</b>	<b>Identidade dos membros do conselho, diretores executivos e membros do conselho consultivo</b>	Não aplicável	–
<b>2</b>	<b>Estatísticas de oferta e cronograma previsto</b>	Não aplicável	–
<b>3</b>	<b>Principais informações</b>		
	3A Dados financeiros selecionados	Dados financeiros selecionados	14
	3B Capitalização e endividamento	Não aplicável	–
	3C Razões da oferta e uso dos recursos	Não aplicável	–
	3D Fatores de risco	Fatores de risco	1
<b>4</b>	<b>Informações sobre a Companhia</b>		
	4A Histórico e desenvolvimento da companhia	Panorama dos negócios, investimentos	16,74
	4B Panorama dos negócios	Panorama dos negócios, segmentos de negócios, reservas, questões regulatórias	16,24,63,79
	4C Estrutura organizacional	Anexo 8	–
	4D Ativo imobilizado	Segmentos de negócios, investimentos, questões regulatórias	24,74,79
<b>4A</b>	<b>Comentários não solucionados dos funcionários</b>	Nenhum	–
<b>5</b>	<b>Análise e perspectivas operacionais e financeiras</b>		
	5A Resultados operacionais	Resultados das operações	92
	5B Liquidez e recursos de capital	Liquidez e recursos de capital	104
	5C Pesquisa e desenvolvimento, patentes e licenças, etc.	Investimentos	74
	5D Informações sobre as tendências	Resultados das operações	92
	5E Ajustes não incluídos no balanço patrimonial	Ajustes não incluídos no balanço patrimonial	109
		Políticas contábeis e estimativas importantes	110
	5F Divulgação tabular das obrigações contratuais	Obrigações contratuais	108
	5G Safe Harbor	Declarações prospectivas	iv
<b>6</b>	<b>Membros do conselho, diretores executivos e funcionários</b>		
	6A Membros do conselho e diretores executivos	Administração	127
	6B Remuneração	Remuneração da administração	139
		Administração—Conselho de	
	6C Práticas do conselho	Administração	127
	6D Funcionários	Funcionários	140
	6E Titularidade das Ações	Acionistas majoritários	116
		Funcionários — Remuneração baseada no desempenho	116,140
<b>7</b>	<b>Acionistas majoritários e operações das partes relacionadas</b>		
	7A Acionistas majoritários	Acionistas majoritários	116
	7B Operações das partes relacionadas	Operações das partes relacionadas	119
	7C Participação de especialistas e assessoria	Não aplicável	–
<b>8</b>	<b>Informações financeiras</b>		
	8A Resultados consolidados e outras informações financeiras	Demonstrações contábeis	F-1
		Distribuições	121
		Processos judiciais	142
	8B Mudanças significativas	Não aplicável	–

Item	Legenda do Formulário 20-F	Local neste relatório	Página
<b>9</b>	<b>A oferta e a listagem</b>		
	9A Detalhes da oferta e da listagem .....	Histórico do preço das ações.....	124
	9B Plano de distribuição.....	Não aplicável .....	–
	9C Mercados .....	Mercados de negociações .....	123
	9D Acionistas vendedores .....	Não aplicável .....	–
	9E Diluição.....	Não aplicável .....	–
	9F Despesas com emissão .....	Não aplicável .....	–
<b>10</b>	<b>Informações adicionais</b>		
	10A Capital social .....	Atos constitutivos e estatuto social—Ações ordinárias e ações preferenciais .....	146
	10B Memorando e contrato social.....	Atos constitutivos e estatuto social .....	146
	10C Contratos relevantes.....	Segmentos de negócios; Resultados das operações; Operações das partes relacionadas.....	24,92,119
	10D Controles cambiais .....	Controles de câmbio e outras limitações que afetam os detentores de valores mobiliários.....	154
	10E Tributação .....	Tributação .....	156
	10F Dividendos e agentes de pagamento .....	Não aplicável .....	–
	10G Declarações de especialistas.....	Reservas.....	63
	10H Documentos divulgados .....	Informações registradas junto aos reguladores de valores mobiliários .....	170
	10I Informações subsidiárias .....	Não aplicável .....	–
<b>11</b>	<b>Divulgações quantitativas e qualitativas sobre o risco de mercado .....</b>	Gestão de riscos .....	114
<b>12</b>	<b>Descrição dos valores mobiliários, exceto valores mobiliários</b>		
	12A Títulos de dívida .....	Não aplicável .....	–
	12B Direitos e garantias .....	Não aplicável .....	–
	12C Outros valores mobiliários.....	Não aplicável .....	–
	12D American Depositary Shares .....	Ações depositárias .....	125
<b>13</b>	<b>Inadimplências, dividendos vencidos e mora .....</b>	Não aplicável .....	–
<b>14</b>	<b>Modificações relevantes nos direitos dos titulares de valores mobiliários e no uso dos recursos .....</b>	Não aplicável .....	–
<b>15</b>	<b>Controles e procedimentos.....</b>	Avaliação dos controles e procedimentos de divulgação.....	163
		Relatório da administração sobre o controle interno sobre relatório financeiro.....	164
<b>16</b>	16A Especialista financeiro do Comitê de Auditoria.....	Administração—Conselho Fiscal .....	135
	16B Código de ética .....	Código de ética .....	167
	16C Serviços e honorários do principal auditor independente.....	Principais serviços e honorários dos auditores independentes.....	167
	16D Isenções das normas de listagem para comitês de auditoria .....	Administração—Conselho fiscal; Governança corporativa .....	135,165
	16E Aquisição de valores mobiliários pelo emissor e pelas compradoras afiliadas .....	Aquisição de valores mobiliários pelo emissor e pelas compradoras afiliadas.....	126

<b>Item</b>	<b>Legenda do Formulário 20-F</b>	<b>Local neste relatório</b>	<b>Página</b>
	16F Mudança nos auditores independentes do autor do registro.....	Mudança nos auditores independentes do autor do registro .....	169
	16G Governança corporativa.....	Governança corporativa .....	165
	16H Divulgação sobre segurança nas minas .....	Não aplicável	–
<b>17</b>	<b>Demonstrações contábeis</b> .....	Não aplicável .....	–
<b>18</b>	<b>Demonstrações contábeis</b> .....	Demonstrações contábeis.....	F-1
<b>19</b>	<b>Anexos</b> .....	Anexos .....	171

## DECLARAÇÕES PROSPECTIVAS

Este relatório anual contém declarações que poderão constituir declarações prospectivas dentro do significado das cláusulas de safe harbor da Lei de Reforma de Litígio dos Valores Mobiliários Privados dos Estados Unidos, de 1995. Muitas das declarações prospectivas podem ser identificadas pelo uso de palavras relacionadas ao futuro, tais como “antecipar”, “acreditar”, “pode”, “esperar”, “deve”, “planejar”, “pretender”, “estimar” e “potencial”, dentre outras. Essas declarações aparecem em vários lugares e incluem declarações relacionadas à nossa intenção, crença ou expectativas atuais, a respeito:

- de nossa direção e operação futura;
- da implementação de nossas principais estratégias operacionais, incluindo nossa potencial participação em operações de aquisição, desinvestimento ou *joint venture* ou outras oportunidades de investimento;
- da implementação de nossa estratégia financeira e planos de despesa de capitais;
- da exploração de reservas minerais e construção de instalações de mineração;
- do esgotamento e exaustão das minas e reservas minerais;
- das tendências nos preços das commodities e da demanda por commodities;
- do impacto futuro da concorrência e regulamento;
- do pagamento de dividendos ou participação no capital dos acionistas;
- das tendências no setor, incluindo a direção dos preços e níveis esperados de oferta e demanda;
- de outros fatores ou tendências que afetam nossa condição financeira ou resultados operacionais; e
- dos fatores discutidos, de acordo com os *Fatores de risco*.

Ressaltamos que as declarações prospectivas não são garantias de desempenho futuro e envolvem riscos e incertezas. Os resultados reais poderão diferir consideravelmente dos contidos nas declarações prospectivas, como resultado de vários fatores. Esses riscos e incertezas incluem fatores relacionados (a) aos países onde operamos, principalmente Brasil e Canadá, (b) à economia global, (c) aos mercados de capital, (d) aos negócios de mineração e metais e sua dependência da produção industrial global, que são cíclicos por natureza, e (e) ao alto grau de concorrência global nos mercados onde operamos. Para mais informações sobre os fatores que podem fazer com que nossos resultados reais difiram das expectativas refletidas nas declarações prospectivas, consulte a seção *Fatores de risco*. As declarações prospectivas terão validade apenas na data em que foram feitas, e não assumimos nenhuma obrigação de atualizá-las à luz de novas informações ou empreendimentos futuros. Todas as declarações prospectivas atribuídas à companhia ou a uma pessoa atuando em nosso nome são expressamente qualificadas em sua totalidade por esta declaração de aviso, não devendo o leitor contar indevidamente com nenhuma declaração prospectiva.

---

*A Vale S.A. é uma sociedade por ações, constituída no dia 11 de janeiro de 1943 e existente nos termos das leis da República Federativa do Brasil por prazo indeterminado. Sua sede está localizada à Avenida Graça Aranha, no. 26, 20030-900 Rio de Janeiro, RJ, Brasil e seu número de telefone é 55-21-3814-4477.*

*Neste relatório, as menções a "Vale" são referentes à Vale S.A. Menções a "nós" ou à "Companhia", referem-se à Vale e, exceto se o contexto de outra forma o exigir, às suas subsidiárias consolidadas. As menções às nossas "ações preferenciais" são a respeito de nossas ações preferenciais classe A. As menções às nossas "ADSs" ou "American Depositary Shares" incluem nossas American Depositary Shares ordinárias (nossas "ADSs*

*ordinárias”), cada qual representando uma ação ordinária da Vale, e nossas American Depositary Shares preferenciais classe A (nossas “ADSs preferenciais”), cada qual representando uma ação preferencial classe A da Vale. As American Depositary Shares são representadas pelos American Depositary Receipts (“ADRs”) emitidos pelo depositário. As menções às nossas “HDSs” ou “Hong Kong Depositary Shares” incluem nossas Hong Kong Depositary Shares ordinárias (nossas “HDSs ordinárias”), cada qual representando uma ação ordinária da Vale, e nossas Hong Kong Depositary Shares preferenciais classe A (nossas “HDSs preferenciais”), cada qual representando uma ação preferencial classe A da Vale. As Hong Kong Depositary Shares são representadas pelos Hong Kong Depositary Receipts (“HDRs”) emitidos pelo depositário.*

*Exceto se de outra forma especificado, usamos as unidades métricas.*

*As menções ao “real”, “reais” ou “R\$” são referências à moeda oficial do Brasil, o real (singular) ou reais (plural). As menções a “dólares US” ou “US\$” são referências a dólar americano. As menções ao “CAD” são referências a dólar canadense e as menções ao “A\$”, são referentes a dólar australiano.*



## FATORES DE RISCO

### Riscos relacionados aos nossos negócios

***O setor de mineração está altamente exposto à ciclicidade da atividade econômica global e exige investimentos de capital significativos.***

O setor de mineração é principalmente um fornecedor de matéria-prima industrial. A produção industrial tende a ser o componente mais cíclico e volátil da atividade econômica global, o que afeta a demanda por minerais e metais. Ao mesmo tempo, o investimento em mineração requer um valor substancial de recursos, a fim de reabastecer as reservas, expandir e manter a capacidade de produção, construir infraestrutura e preservar o meio ambiente. A sensibilidade frente à produção industrial, juntamente com a necessidade de investimentos de capital de longo prazo significativos, são fontes importantes de risco ao desempenho financeiro e perspectivas de crescimento da Vale e do setor de mineração em geral.

***Os desdobramentos econômicos adversos na China podem causar um impacto negativo em nossa receita, fluxo de caixa e lucratividade.***

A China tem sido o principal driver da demanda global por minerais e metais nos últimos anos. Em 2013, a demanda chinesa representou 64,3% da demanda global transoceânica por minério de ferro, 50% da demanda global por níquel e 43% da demanda global por cobre. A porcentagem de nossa receita operacional líquida atribuível às vendas a consumidores na China foi de 40,5% em 2013. Portanto, qualquer retração no crescimento econômico da China pode resultar em uma redução da demanda por produtos, levando a uma redução na receita, fluxo de caixa e lucratividade. O desempenho fraco no setor imobiliário chinês, o maior consumidor de aço carbono na China, também causaria um impacto negativo em nossos resultados.

***Nossos negócios podem ser afetados negativamente por reduções na demanda por produtos produzidos por nossos clientes, incluindo aço (para nossos negócios de minério de ferro e carvão), aço inoxidável (para nossos negócios de níquel) e commodities agrícolas (para nossos negócios de fertilizantes).***

A demanda por produtos de minério de ferro, carvão e níquel depende da demanda global por aço. O minério de ferro e pelotas, que juntamente contabilizaram 73,0% de nossa receita operacional líquida de 2013, são utilizados para produção de aço carbono. O níquel, responsável por 8,3% de nossa receita operacional líquida de 2013, é utilizado principalmente para produzir aço inoxidável e ligas de aço. A demanda por aço depende grandemente das condições econômicas globais, mas também depende de uma variedade de fatores regionais e setoriais. Os preços dos diferentes tipos de aço e o desempenho da indústria siderúrgica global são altamente cíclicos e voláteis, e esses ciclos de negócios na indústria siderúrgica afetam a demanda e os preços de nossos produtos. Além disso, a integração vertical retroativa das indústrias siderúrgica e de aço inoxidável e o uso de sucata podem reduzir o comércio transoceânico global de minério de ferro e níquel primário. A demanda por cobre é afetada pela demanda de fio de cobre e um declínio sustentado da demanda na indústria da construção poderia ter um impacto negativo em nossos negócios de cobre. A demanda por fertilizantes é afetada pelos preços nos mercados internacional e brasileiro das commodities agrícolas e um declínio sustentado no preço de uma ou mais commodities agrícolas pode causar um impacto negativo sobre nossos negócios de fertilizantes.

***Os preços que cobramos, incluindo os preços do minério de ferro, níquel e cobre, estão sujeitos à volatilidade.***

Nossos preços de minério de ferro são baseados em uma variedade de opções de preços, que geralmente usam índices de preços spot como base para a determinação do preço ao cliente. Nossos preços de níquel e cobre estão baseados em preços informados para esses metais em bolsas de mercadorias, tais como a London Metal Exchange (“LME”) e a New York Mercantile Exchange (“NYMEX”). Nossos preços e receita para esses produtos são consequentemente voláteis, o que pode afetar negativamente nosso fluxo de caixa. Os preços globais dos metais estão sujeitos a flutuações significativas e são afetados por muitos fatores, incluindo as condições macroeconômicas e políticas globais reais e esperadas, os níveis de oferta e demanda, a disponibilidade e custo de

substitutos, os níveis de estoque, os investimentos por fundos de commodities e outros, e as ações dos participantes nos mercados de commodities.

A indústria de níquel teve um forte crescimento da oferta nos últimos anos, que continuou a pressionar os preços desse metal em 2013. O refino de níquel na China, usando principalmente minérios de níquel e matérias-primas relacionadas importadas, aumentou cerca de 560 mil toneladas métricas de 2006 a 2013. Em 2013, a estimativa da produção chinesa de níquel pig-iron e ferro-níquel continuou a aumentar, representando 25% da produção global de níquel. Outros projetos de níquel de longo prazo estão também em *ramp up* e continuarão a aumentar a oferta global de níquel nos próximos anos.

Em janeiro de 2014, o governo indonésio aprovou uma lei que limita a venda e exportação de níquel não processado. A Indonésia é atualmente um importante produtor de níquel, e como consequência da nova lei, esperamos que a oferta de níquel nos mercados internacionais decline, fazendo com que os preços do níquel aumentem. No caso de essa medida não entrar em vigência, ou se tiver um impacto diferente das nossas expectativas, poderemos precisar revisar nossas projeções de preços futuros de níquel.

***É possível que não consigamos ajustar o volume de produção em tempo hábil ou com bom custo-benefício em resposta às mudanças na demanda.***

Nos períodos de alta demanda, nossa capacidade de aumentar rapidamente a produção é limitada, o que pode nos impossibilitar de atender à demanda por nossos produtos. Além disso, podemos não ser capazes de concluir expansões e novos projetos *greenfield* a tempo de aproveitar a crescente demanda por minério de ferro, níquel ou outros produtos. Quando a demanda ultrapassar nossa capacidade de produção, poderemos atender ao excesso de demanda do cliente por meio da compra de minério de ferro, pelotas de minério de ferro ou níquel de *joint ventures* ou de terceiros e revendê-los, aumentando nossos custos e reduzindo nossas margens operacionais. Caso não sejamos capazes de atender ao excesso de demanda do cliente desta maneira, podemos perder clientes. Além disso, operar próximo à capacidade total pode nos expor a custos mais elevados, inclusive taxas de sobre-estadia (*demurrage*) devido a restrições na capacidade de nossos sistemas logísticos.

Contrariamente, operar com capacidade ociosa significativa nos períodos de demanda fraca pode nos expor a custos mais elevados de produção por unidade, já que uma parte significativa de nossa estrutura de custos está fixada no curto prazo, devido à alta intensidade de capital das operações de mineração. Além disso, esforços para reduzir custos nos períodos de demanda fraca podem ser limitados por regulamentos trabalhistas ou acordos trabalhistas e federais anteriores.

***As condições reguladoras, políticas, econômicas e sociais nos países onde operamos ou temos projetos podem causar um impacto negativo em nossos negócios e nos preços de mercado de nossos valores mobiliários.***

Nosso desempenho financeiro pode ser afetado de maneira negativa pelas condições reguladoras, políticas, econômicas e sociais em países onde temos operações ou projetos significativos. Em muitas dessas jurisdições, estamos expostos a vários riscos, tais como potencial renegociação, anulação ou modificação forçada dos contratos existentes, expropriação ou nacionalização de propriedade, controles cambiais, mudanças na legislação, regulamentos regulamentações e políticas locais, instabilidade política, suborno, extorsão, corrupção, guerra civil, atos de guerra, atividades de guerrilha e terrorismo. Também enfrentamos o risco de termos que nos submeter à jurisdição de um tribunal ou arbitragem estrangeiros, ou termos que executar uma decisão judicial contra uma nação soberana dentro de seu próprio território.

As mudanças políticas ou sociais reais ou potenciais, e as mudanças na política econômica podem minar a confiança do investidor, que poderá dificultar o investimento e, portanto, reduzir o crescimento econômico e ainda afetar negativamente as condições econômicas e outras sob as quais operamos, de forma a afetar de maneira adversa e relevante nossos negócios.

***Estamos envolvidos em processos judiciais que podem afetar de maneira negativa nossos negócios, caso a decisão judicial não seja favorável à Companhia.***

Estamos envolvidos em processos judiciais nos quais as partes reclamantes reivindicam valores substanciais. Embora estejamos contestando vigorosamente, os resultados desses processos são incertos e podem resultar em obrigações que podem afetar de maneira relevante e negativa nossos negócios e o valor de nossas ações, ADSs e HDSs. Para mais informações, consulte a seção *Informações adicionais—Processos judiciais*.

***Desentendimentos com as comunidades locais onde operamos podem causar um impacto negativo em nossos negócios e reputação.***

Podem surgir eventuais disputas judiciais com as comunidades onde operamos. Apesar de contribuirmos com as comunidades locais por meio de impostos, *royalties*, oportunidades de emprego, de negócios e programas sociais, as expectativas das comunidades são complexas e envolvem várias partes interessadas, com interesses diferentes e em constante evolução. Em alguns casos, nossas operações e reservas minerais estão localizadas em terras ou próximas a terras de propriedade ou usadas por tribos indígenas ou aborígenes, ou outros grupos de partes interessadas. Algumas dessas populações indígenas podem ter direitos de analisar ou participar na gestão dos recursos naturais, e as consultamos e negociamos com elas, a fim de minimizar os impactos de nossas operações ou para ter acesso às suas terras. Algumas de nossas operações de mineração e outras operações estão localizadas em territórios onde o título pode estar sujeito a disputas ou incertezas, ou em áreas destinadas à agricultura, ou para fins de reforma agrária, o que pode levar a desacordos com os proprietários de terras, comunidades e governo local. Consultamos e negociamos com esses grupos para chegarmos a um acordo comum a respeito do acesso a terra e de como minimizar o impacto sobre nossas operações.

Desentendimentos ou disputas judiciais com grupos locais, inclusive com grupos indígenas ou aborígenes podem causar atrasos ou interrupções em nossas operações, afetar negativamente nossa reputação ou ainda dificultar nossa capacidade de trabalhar em nossas reservas e conduzir nossas operações. Manifestantes agiram para interromper nossas operações e projetos, e podem continuar a fazê-lo no futuro. Apesar de nos envolvermos em diálogos ativos com todas as partes interessadas e de nos defendermos vigorosamente contra atos ilegais, tentativas futuras de manifestantes para prejudicar nossas operações podem afetar negativamente nossos negócios.

***Podemos ser afetados de maneira negativa por mudanças nas políticas governamentais ou tendências como o nacionalismo dos recursos, inclusive pela imposição de novos impostos ou royalties sobre as atividades de mineração.***

A mineração está sujeita à regulação governamental na forma de impostos e *royalties*, o que pode causar um impacto financeiro importante sobre nossas operações. Nos países em que estamos presentes, os governos podem impor novos tributos, aumentar as taxas de impostos existentes e os *royalties*, reduzir isenções e benefícios fiscais, solicitar ou forçar a renegociação de acordos de estabilização fiscal ou mudar sua base de cálculo de maneira desfavorável à companhia. Os governos que se comprometeram a estabelecer uma tributação ou ambiente regulador estável podem alterar ou encurtar a duração desses compromissos.

Também devemos atender às exigências internas de beneficiamento em certos países nos quais operamos, tais como as normas locais de processamento, impostos de exportação ou restrições, ou encargos sobre minérios não transformados. A imposição ou aumento de tais impostos ou taxas poderá aumentar significativamente o perfil de risco e custos das operações nessas jurisdições. A companhia e o setor de mineração estão sujeitos a uma tendência de aumento do nacionalismo dos recursos em determinados países onde operamos, podendo resultar em reduções em nossas operações, aumento de impostos ou até mesmo expropriações e nacionalizações.

***As concessões, autorizações, licenças e permissões estão sujeitas a vencimento, à limitação ou renovação e a vários outros riscos e incertezas.***

Nossas operações dependem de autorizações e concessões de órgãos reguladores governamentais dos países onde operamos. Estamos sujeitos às leis e regulamentos em muitas jurisdições, as quais podem mudar a

qualquer momento, e as tais mudanças nas leis e regulamentos podem exigir modificações em nossas tecnologias e operações, resultando em despesas de capital inesperadas.

Algumas de nossas concessões de mineração estão sujeitas a datas de vencimento fixas e só podem ser renovadas por um número limitado de vezes, por um período limitado. Além das concessões de mineração, é possível que tenhamos que obter várias autorizações, licenças e permissões de órgãos governamentais e reguladores em relação ao planejamento, manutenção e operação de nossas minas e infraestrutura logística relacionada, que podem estar sujeitas a datas de vencimento fixas ou a uma revisão ou renovação periódicas. Apesar de esperarmos que as renovações sejam concedidas como e quando pleitearmos, não há garantia de que tais renovações serão concedidas como usualmente e de forma oportuna, e não há garantia de que novas condições não serão impostas a esse respeito. As taxas de concessões de mineração podem aumentar substancialmente com o passar do tempo desde a emissão original de cada licença de exploração individual. Caso isso aconteça, os custos para obter ou renovar nossas concessões de mineração podem nos impedir de alcançarmos nossos objetivos de negócios. Dessa forma, precisamos avaliar continuamente o potencial mineral de cada concessão de mineração, especialmente na época de renovação, a fim de determinar se os custos de manutenção das concessões são justificados pelos resultados das operações a vencer, e assim podermos optar por deixarmos algumas concessões expirar. Não pode haver nenhuma garantia de que tais concessões serão obtidas em termos favoráveis à companhia, ou nenhuma garantia a respeito de nossa mineração futura pretendida ou metas de exploração.

Em várias jurisdições onde temos projetos de exploração, é possível que sejamos obrigados a devolver ao estado uma determinada porção da área coberta pela licença de exploração como condição para renovarmos a licença ou obtermos uma concessão de mineração. Esta obrigação pode levar a uma perda substancial de parte do depósito mineral originalmente identificado em nossos estudos de viabilidade. Para obter mais informações a respeito das concessões de mineração e outros direitos similares, consulte a seção *Questões regulatórias*.

***Nossos projetos estão sujeitos a riscos que podem resultar em aumento nos custos ou atraso em sua implementação.***

Estamos investindo para manter e aumentar nossa capacidade de produção, de logística e de expandir o escopo dos minerais que produzimos. Analisamos regularmente a viabilidade econômica de nossos projetos. Como resultado desta análise, podemos decidir adiar, suspender ou interromper a execução de determinados projetos. Nossos projetos estão também sujeitos a vários riscos que podem afetar negativamente nossas perspectivas de crescimento e lucratividade, inclusive:

- Podemos nos deparar com atrasos ou custos maiores do que os previstos na obtenção dos equipamentos ou serviços necessários e na implementação de novas tecnologias para construir e operar um projeto.
- Nossos esforços para desenvolver projetos de acordo com o cronograma poderão ser dificultados pela falta de infraestrutura, inclusive serviços confiáveis de telecomunicações e de fornecimento de energia.
- Os fornecedores e as contratadas poderão não cumprir suas obrigações para conosco.
- Podemos enfrentar condições climáticas inesperadas ou outros eventos de força maior.
- Podemos não conseguir ou vivenciarmos um atraso, ou termos custos maiores que os esperados na obtenção das permissões e licenças necessárias para construção de um projeto.
- As mudanças nas condições do mercado ou regulamentos podem tornar o projeto menos lucrativo do que o esperado na época em que iniciamos o trabalho nele.
- Pode haver acidentes ou incidentes durante a implementação do projeto.
- Poderemos enfrentar escassez de pessoal qualificado.

***Problemas operacionais podem afetar negativa e relevantemente nossos negócios e desempenho financeiro.***

Uma gestão de projeto ineficiente e incidentes operacionais podem nos levar a suspender ou reduzir nossas operações, causando uma redução geral em nossa produtividade. Os incidentes operacionais podem acarretar falhas na planta e no maquinário essenciais. Não pode haver nenhuma garantia de que a gestão ineficiente do projeto ou outros problemas operacionais não venham a ocorrer. Quaisquer prejuízos aos nossos projetos ou atrasos em nossas operações causados por uma gestão ineficiente de projeto ou incidentes operacionais podem afetar negativa e relevantemente nossos negócios e resultados operacionais. Nosso negócio está sujeito a vários riscos operacionais que podem afetar de maneira negativa os resultados de nossas operações, tais como:

- Condições climáticas inesperadas ou outros eventos de força maior.
- Condições de mineração adversas podem atrasar ou dificultar nossa capacidade de produzir a quantidade esperada de minerais e de atendermos às especificações exigidas pelos clientes, o que pode gerar ajustes nos preços.
- Acidentes ou incidentes envolvendo nossas minas e infraestrutura relacionada, usinas, ferrovias, portos e navios.
- Podemos vivenciar atrasos ou interrupções no transporte de nossos produtos, inclusive nas ferrovias, portos e navios.
- Doenças tropicais, HIV/AIDS e outras doenças contagiosas nas regiões onde alguns de nossos projetos de desenvolvimento estão localizados, impondo riscos à saúde e segurança de nossos funcionários.
- Ações trabalhistas podem interromper nossas operações de tempos em tempos.
- Mudanças nas condições de mercado ou regulamentos podem afetar as perspectivas econômicas de uma operação e torná-la incompatível com a nossa estratégia de negócios.
- Interrupções ou indisponibilidade de sistemas críticos de tecnologia de informação ou serviços resultantes de acidentes ou atos irregulares.

***Nosso negócio pode ser afetado de maneira negativa pela falha de nossas contrapartes em cumprir suas obrigações.***

Clientes, fornecedores, contratadas e outras contrapartes podem falhar em cumprir os contratos e obrigações existentes, podendo causar um impacto desfavorável em nossas operações e resultados financeiros. A capacidade de nossos fornecedores e clientes de cumprir suas obrigações pode ser afetada negativamente em tempos de estresse financeiro e desaceleração econômica. Os fornecedores também estão sujeitos a restrições na capacidade em tempos de alta demanda, o que pode afetar sua capacidade de cumprir seus compromissos.

Atualmente operamos partes importantes de nossos negócios de pelotização, bauxita, níquel, carvão, cobre e aço através de *joint ventures* com outras companhias. Partes importantes de nossos investimentos e projetos de energia elétrica são operados através de consórcios. Nossas projeções e planos para essas *joint ventures* e consórcios assumem que nossos parceiros cumprirão suas obrigações em fazer contribuições de capital, compra de produtos e, em alguns casos, fornecer pessoal de gestão qualificado e competente. Se quaisquer de nossos parceiros não cumprirem seus compromissos, a *joint venture* ou consórcio afetado poderá não ser capaz de operar de acordo com seus planos de negócios, ou é possível que tenhamos que aumentar o nível de nosso investimento para implementar esses planos.

Além disso, alguns de nossos ativos podem ser controlados e administrados por parceiros em *joint ventures* que podem não cumprir totalmente nossas normas, controles e procedimentos, incluindo as nossas normas de saúde, segurança, meio ambiente e comunitárias. A não adoção, por qualquer dos nossos parceiros, das normas, controles e

procedimentos equivalentes aos nossos poderia elevar os custos, reduzir a produção ou causar incidentes ou acidentes ambientais, de saúde e de segurança, o que poderia afetar adversamente nossos resultados e reputação.

***Nossos negócios estão sujeitos a incidentes ou acidentes ambientais, de saúde e segurança.***

Nossas operações envolvem o uso, manuseio, armazenamento, descarte e deposição de substâncias perigosas no meio ambiente e o uso de recursos naturais, e o setor de mineração está geralmente sujeito a riscos e perigos significativos, inclusive o risco iminente de incêndio ou explosão, vazamento de gases tóxicos, substâncias poluentes ou outros materiais perigosos, incidentes com deslizamento de rochas nas operações subterrâneas de mineração e incidentes envolvendo equipamentos ou maquinário móvel. Isso pode ocorrer por acidente ou pela violação de padrões operacionais, resultando em um incidente significativo, inclusive danos ou destruição dos bens minerais ou instalações de produção, lesões ou morte de pessoas, danos ao meio ambiente, atrasos na produção, prejuízos financeiros e possível responsabilidade judicial. A Vale tem normas de saúde, segurança e ambientais e sistemas e processos de gestão de riscos em vigor para minimizar o risco de tais incidentes ou acidentes. Não obstante nossas normas, políticas e controles, nossas operações permanecem sujeitas a incidentes ou acidentes, que podem afetar negativamente nossos negócios ou reputação.

***Nosso negócio pode ser adversamente afetado pelo regulamento ambiental, incluindo regulamentos relativos à mudança climática.***

Quase todos os aspectos de nossas atividades, produtos, serviços e projetos espalhados pelo mundo estão sujeitos a regulamentos ambientais, de saúde e segurança, o que pode nos expor a um aumento de responsabilidade ou dos custos. Tais regulamentos nos obrigam a obter licenças ambientais, permissões e autorizações para nossas operações, e a realizarmos avaliações sobre o impacto ambiental, a fim de conseguirmos a aprovação de nossos projetos e a permissão para iniciarmos uma construção. Alterações significativas nas operações existentes também estão sujeitas a essas exigências. Dificuldades na obtenção de licenças podem levar a atrasos na construção ou aumentos de custos. Os regulamentos ambientais também impõem normas e controles sobre as atividades relacionadas à pesquisa mineral, mineração, atividades de pelotização, serviços ferroviários e marítimos, portos, descomissionamento, refinaria, distribuição e comercialização de nossos produtos. Tal regulamento pode acarretar custos e responsabilidades significativos. Além disso, grupos ativistas comunitários e outras partes interessadas podem aumentar as exigências para práticas socialmente responsáveis e ambientalmente sustentáveis, e seus esforços podem levar à criação ou revisão de regulamentos e políticas governamentais, o que pode acarretar custos significativos e reduzir a nossa rentabilidade. Litígios particulares relacionados a essas e outras questões podem afetar negativamente nossa condição financeira ou prejudicar nossa reputação.

Os regulamentos ambientais em muitos dos países onde operamos tornaram-se mais rigorosos nos últimos anos, e é possível que mais regulamentos ou execuções mais severas dos regulamentos existentes afetem negativamente nossa empresa por meio da imposição de restrições em nossas atividades e produtos, criando novas exigências para a emissão ou renovação de licenças ambientais, aumentando nossos custos ou obrigando-nos a nos envolver em esforços caros para recuperação. Por exemplo, as mudanças na legislação brasileira para a proteção de cavas nos obrigaram a realizar amplos estudos técnicos e nos envolver em discussões complexas com reguladores ambientais brasileiros, que estão em andamento. Não podemos ainda avaliar o impacto final desses regulamentos sobre nossas operações, mas é possível que, em algumas de nossas operações ou projetos de minério de ferro sejamos obrigados a limitar ou modificar nossos planos de mineração ou incorrer em custos adicionais para preservar cavidades ou compensar o impacto sobre as mesmas, com potenciais consequências sobre os volumes de produção, custos ou reservas em nossos negócios de minério de ferro. Para maiores informações sobre os regulamentos ambientais brasileiros sobre cavidades, vide seção *Questões Regulatórias – Regulamentações Ambientais*.

As políticas nacionais e regulamentos internacionais sobre a mudança climática podem afetar vários de nossos negócios em diferentes países, porque atuamos em todo o mundo. Por exemplo, existem leis em muitos países onde operamos que limitam as emissões de gases de efeito estufa na indústria de mineração. Iniciativas de regulamentação em nível nacional e internacional que afetam as nossas práticas de transporte poderiam aumentar nossos custos ou nos obrigar a fazer novos investimentos.

***Desastres naturais podem causar sérios danos a nossas operações e projetos nos países onde operamos e/ou podem causar um impacto negativo em nossas vendas aos países afetados negativamente por tais desastres.***

Desastres naturais, tais como vendavais, secas, enchentes, terremotos e *tsunamis* podem afetar negativamente nossas operações e projetos nos países onde operamos, e podem gerar uma redução nas vendas aos países afetados de maneira negativa, dentre outros fatores, pela interrupção do fornecimento de energia e a destruição das instalações e infraestrutura industriais. Além disso, embora os impactos físicos das mudanças climáticas sobre nossos negócios permaneçam altamente incertos, podemos vivenciar mudanças nos padrões de precipitação atmosférica, escassez de água, aumento nos níveis do mar, aumento na intensidade das tempestades e enchentes como resultado de mudanças climáticas, o que pode afetar negativamente nossas operações. Em determinadas ocasiões específicas nos últimos anos, determinamos que eventos de força maior ocorreram devido a condições climáticas severas. Em 27 de dezembro de 2013, declaramos força maior em vários de nossos contratos de venda de minério de ferro, como resultado das condições climáticas adversas no sudeste do Brasil, que resultaram na suspensão da mineração e transporte, criando sérios desafios para as operações do nosso Sistema Sudeste. O evento de força maior foi resolvido em 6 de janeiro de 2014.

***Podemos não ter cobertura de seguro adequada para alguns riscos de nossos negócios.***

Nossos negócios estão geralmente sujeitos a vários riscos e perigos, que podem resultar em danos ou destruição de nossas propriedades, instalações e equipamentos. O seguro que mantemos contra riscos típicos em nossos negócios pode não fornecer cobertura adequada. O seguro contra alguns riscos (inclusive responsabilidades pela poluição do meio ambiente ou determinados danos ou interrupção de certas atividades dos nossos negócios) pode não estar disponível a um custo razoável ou em absoluto. Mesmo quando disponível, poderemos nos autossegurar ao determinarmos que tal ato nos trará um custo-benefício maior. Como consequência, acidentes ou outras ocorrências negativas envolvendo nossas instalações de mineração, produção ou transporte podem afetar negativamente nossas operações.

***Nossas estimativas de reserva podem divergir substancialmente das quantidades minerais que podemos de fato recuperar; nossas estimativas de vida útil da mina podem não ser precisas, e as flutuações dos preços no mercado e mudanças nos custos operacionais e de capital podem fazer com que algumas reservas de minério não sejam rentáveis para a mina.***

Nossas reservas constantes em nossos relatórios são quantidades estimadas de minério e minerais que determinamos que possam ser economicamente mineradas e processadas, de acordo com as condições presentes e futuras assumidas. Há inúmeras incertezas inerentes à estimativa de quantidade de reservas e à projeção das possíveis taxas futuras de produção mineral, inclusive fatores além de nosso controle. O relatório de reservas envolve a estimativa de depósitos de minerais que não podem ser medidos com exatidão e a precisão de qualquer estimativa de reserva é uma função da qualidade dos dados disponíveis e da interpretação e julgamento dos engenheiros e geólogos. Como resultado, não é possível garantir que a quantidade de minério de ferro indicada será recuperada ou de que será recuperada nas taxas que prevemos. As estimativas de reserva e vida útil da mina podem exigir revisões com base na experiência de produção real e outros fatores. Por exemplo, as flutuações nos preços de mercado dos minerais e metais, taxas reduzidas de recuperação ou aumento nos custos operacionais e de capital, devido à inflação, taxas de câmbio, mudanças nas exigências reguladoras ou outros fatores podem gerar reservas comprovadas e provavelmente não rentáveis à exploração e acabem por resultar em uma reformulação das reservas. Tal reformulação pode afetar as taxas de depreciação e amortização e causar um impacto negativo em nosso desempenho financeiro.

***É possível que não consigamos reabastecer nossas reservas, o que pode afetar negativamente nossas perspectivas de mineração.***

Estamos envolvidos na exploração mineral, a qual é de natureza altamente incerta, envolve muitos riscos e muitas vezes é improdutiva. Nossos programas de exploração, que envolvem despesas significativas, podem não resultar na expansão ou substituição das reservas reduzidas pela produção atual. Se não desenvolvermos novas reservas, não seremos capazes de sustentar nosso nível atual de produção para além das vidas úteis remanescentes de nossas minas existentes.

***A viabilidade de novos projetos minerais pode mudar ao longo do tempo.***

Uma vez que os depósitos minerais são descobertos, pode levar vários anos desde as fases iniciais de perfuração até que a produção seja possível, período em que a viabilidade econômica da produção pode mudar. Tempo e despesas substanciais são necessários para:

- estabelecer reservas de minério por meio de perfuração;
- determinar os processos adequados de mineração e metalúrgicos para otimizar a recuperação do metal contido no minério;
- obter licenças ambientais e de outros tipos;
- construir instalações e infraestrutura de mineração e processamento necessários às propriedades *greenfield*; e
- obter o minério ou extrair os minerais do minério.

Caso seja provado que um projeto não é economicamente viável no momento em que estivermos aptos para a exploração, podemos sofrer prejuízos substanciais e sermos obrigados a baixar nossos ativos. Além disso, as possíveis mudanças ou complicações envolvendo processos metalúrgicos e outros processos tecnológicos que surgirem durante um projeto podem resultar em atrasos e excesso de custos que, por sua vez, podem fazer com que o projeto não seja economicamente viável.

***Enfrentamos um aumento nos custos de extração ou exigências de investimentos à medida que as reservas são reduzidas.***

As reservas são reduzidas gradativamente no curso normal de uma determinada operação de mineração a céu aberto ou subterrânea. À medida que a mineração progride, as distâncias do britador primário e dos depósitos de detritos se tornam maiores, as cavas se tornam mais íngremes, as minas mudam da condição de céu aberto para subterrâneas e as operações subterrâneas se tornam mais profundas. Além disso, em alguns tipos de reservas, o grau de mineralização reduz e a solidez aumenta em maiores profundidades. Como resultado, ao longo do tempo, geralmente vivenciamos um aumento nos custos de extração por unidade a respeito de cada mina, ou é possível que precisemos fazer investimentos adicionais, inclusive uma adaptação ou construção das plantas de processamento e expansão ou construção de barragens de rejeitos. Muitas de nossas minas têm sido operadas por longos períodos e é provável que tenhamos que aumentar os custos de extração por unidade no futuro nessas operações em especial.

***Ações trabalhistas podem interromper nossas operações de tempos em tempos.***

Um número considerável de nossos funcionários e alguns dos funcionários de nossas subcontratadas são representados por sindicatos e são respaldados por acordos coletivos ou outros acordos trabalhistas, que estão sujeitos à negociação periódica. Greves e outras paralisações trabalhistas em quaisquer de nossas operações podem afetar de maneira negativa a operação de nossas instalações, o prazo de conclusão e o custo de nossos principais projetos. Para mais informações sobre as relações trabalhistas, consulte a seção *Administração e funcionários — Funcionários*. Além disso, podemos ser afetados negativamente por paralisações trabalhistas envolvendo terceiros que podem nos fornecer mercadorias ou serviços.

***Podemos enfrentar escassez de equipamentos, serviços e pessoal qualificado.***

O setor de mineração enfrentou escassez mundial de equipamentos de mineração e construção, peças sobressalentes, empreiteiras e outros tipos de pessoal qualificado durante períodos de alta demanda por minerais e metais e intenso desenvolvimento de projetos de mineração. Podemos passar por períodos mais longos em relação a equipamentos de mineração e problemas com a qualidade dos serviços de engenharia, construção e manutenção contratados. Competimos com outras mineradoras e empresas no setor de extração em relação à aquisição de uma administração e equipe altamente qualificadas com relevante experiência técnica e no setor, e podemos não estar



aptos para atrair e reter tais pessoas. Escassez em períodos de pico pode causar um impacto negativo em nossas operações, resultando em maior produção e custos com investimentos, interrupções na produção, maiores custos com estoque, atrasos no projeto e possível redução na produção e receita.

***Os custos mais elevados com energia ou escassez de energia podem afetar de maneira negativa nossos negócios.***

Os custos de energia são um componente significativo de nosso custo de produção, representando 10,2% do nosso custo total dos produtos vendidos em 2013. Para atendermos nossa demanda por energia, dependemos dos seguintes recursos: derivados de petróleo, que representaram 46% do total das necessidades energéticas em 2013, energia elétrica (25%), carvão (7%), gás natural (16%) e outras fontes de energia (6%), usando números convertidos no equivalente em toneladas de petróleo ("TOE").

Os custos com combustível representaram 7,5% do nosso custo dos produtos vendidos em 2013. Aumentos nos preços do petróleo e gás afetam negativamente as margens em nossos serviços de logística e negócios de mineração, pelotas de minério de ferro, fertilizantes e níquel.

Os custos com energia elétrica representaram 2,7% de nosso custo total dos produtos vendidos em 2013. Caso não consigamos garantir acesso seguro à energia elétrica a preços aceitáveis, podemos ser obrigados a reduzir a produção ou podemos experimentar maiores custos de produção, ambos podendo afetar de maneira negativa nossos resultados operacionais. Enfrentamos o risco de escassez de energia nos países onde mantemos operações e projetos, devido ao excesso de demanda, falta de infraestrutura ou a condições climáticas, como enchentes ou secas.

A escassez de energia elétrica tem ocorrido em todo o mundo, e não se pode garantir que o crescimento na capacidade de geração de energia nos países onde operamos seja suficiente para atender ao aumento de consumo no futuro. A escassez futura e os esforços governamentais para responder ou evitar a escassez podem causar um impacto negativo no custo ou fornecimento de energia elétrica em nossas operações.

***A volatilidade do preço – relativo ao dólar americano – das moedas onde realizamos nossas operações pode afetar negativamente nossa condição financeira e os resultados operacionais.***

Uma parte substancial de nossa receita e dívida é expressa em dólares americanos, e mudanças nas taxas de câmbio podem resultar em (i) perdas ou ganhos em nossa dívida líquida expressa em dólar americano e contas a receber e (ii) perdas ou ganhos no valor justo sobre nossos derivativos monetários usados para estabilizar nosso fluxo de caixa em dólares americanos. Em 2013, 2012 e 2011, tivemos perdas cambiais de US\$ 2,8 bilhões, US\$ 1,9 bilhão e US\$ 1,4 bilhão, respectivamente. Além disso, a volatilidade do preço do *real brasileiro*, do dólar canadense, do dólar australiano, da rúpia indonésia e outras moedas em relação ao dólar americano, afeta nossos resultados, uma vez que a maior parte de nossos custos dos produtos vendidos é expressa em outras moedas que não o dólar americano, principalmente o *real* (54% em 2013) e dólar canadense (14% em 2013), ao passo que nossa receita é expressa principalmente em dólar americano. Esperamos que as flutuações monetárias continuem a afetar nossa geração de lucro, despesa e fluxo de caixa.

A volatilidade significativa nos preços das moedas também pode resultar na interrupção dos mercados cambiais estrangeiros e pode limitar nossa capacidade de transferir ou converter certas moedas em dólares americanos e em outras moedas para fins de efetuarmos pagamentos de juros e capital sobre nossas dívidas dentro do prazo. Os bancos centrais e os governos dos países onde operamos podem instituir políticas cambiais restritivas no futuro e cobrar impostos sobre operações cambiais.

***A integração entre a Companhia e as empresas adquiridas pode ser mais difícil do que o previsto.***

É possível que não consigamos integrar com êxito nossos negócios adquiridos. Aumentamos nossos negócios em parte por meio de aquisições e parte do nosso crescimento futuro pode depender das aquisições. A integração das metas de aquisição pode levar mais tempo do que o esperado e os custos associados à integração das metas de aquisição podem ser maiores do que os previstos. Aquisições concluídas podem não atingir o aumento de receita, economia de custos ou benefícios operacionais que foram previstos no momento de sua concepção. As

aquisições podem levar a custos substanciais como resultado de, por exemplo, amortização do ágio, passivos não previstos decorrentes dos empreendimentos adquiridos, incapacidade de manter importantes funcionários, inconsistências nas normas, controles, procedimentos e políticas entre a Companhia e a meta de aquisição, o que pode afetar de maneira negativa nossa condição financeira e resultados operacionais. Além disso, a atenção da administração pode ser desviada das responsabilidades comuns para as questões de integração.

***Falhas em nossos sistemas de tecnologia da informação ou dificuldades na integração dos novos softwares de planejamento de recursos empresariais podem interferir no funcionamento normal dos nossos negócios.***

Contamos com sistemas de tecnologia da informação ("TI") para a operação de muitos dos nossos processos de negócios. Falhas em nossos sistemas de TI, sejam elas causadas por acidente ou atos mal-intencionados, podem resultar na divulgação ou roubo de informações sensíveis, desvio de recursos e interrupções nas nossas operações comerciais.

Além disso, estamos em pleno processo de integração de um novo software de planejamento de recursos empresariais aos nossos sistemas de TI. Se não formos capazes de substituir, atualizar ou modificar os nossos sistemas de TI para que se adaptem a esse novo software em tempo hábil e com baixo custo, a nossa capacidade de capturar e processar as transações financeiras pode ser afetada negativamente. Implementar o software pode ser mais caro ou demorar mais tempo do que o esperado, resultando na perda de dados ou causando falhas no sistema que podem interferir no funcionamento normal dos nossos negócios. Se não formos capazes de gerenciar com sucesso o processo de implementação do novo software, os resultados das nossas operações podem ser afetados negativamente.

#### **Riscos relacionados à nossa estrutura corporativa**

***Nosso acionista controlador possui uma influência significativa sobre a Vale, e o governo brasileiro detém certos direitos de veto.***

Em 28 de fevereiro de 2014, a Valepar S.A. ("Valepar") controlava 52,7% das nossas ações ordinárias em circulação e 32,4% do nosso capital total em aberto. Como resultado de sua participação acionária, a Valepar pode eleger a maioria de nossos conselheiros e controlar o resultado de algumas ações que requerem a aprovação dos acionistas. Para obter uma descrição de nossa estrutura acionária e do acordo de acionistas da Valepar, consulte a seção *Titularidade e negociação das ações — Acionistas majoritários*.

O governo brasileiro detém 12 golden shares da Vale, que lhe conferem poder de veto limitado sobre determinadas ações da companhia, tais como alterações em seu nome, localização de sua sede ou objeto social no que se refere às atividades de mineração. Para obter uma descrição detalhada dos poderes de veto do governo brasileiro, consulte a seção *Informações Adicionais — Memorando e contrato social — Ações ordinárias e ações preferenciais*.

***Nossos processos de governança e cumprimento de obrigações podem falhar em evitar penalidades regulatórias e danos à nossa reputação.***

Operamos em um ambiente global e nossas atividades estendem-se em várias jurisdições e estruturas reguladoras complexas com aumento em nossas obrigações legais em todo o mundo. Nossos processos de governança e cumprimento de obrigações, que incluem análise do controle interno por meio do relatório financeiro, podem não ser capazes de evitar futuras violações da lei, de padrões contábeis e de governança. Podemos estar sujeitos a violações de nosso Código de Ética e Conduta, protocolos de conduta nos negócios e ocorrências de comportamento fraudulento e desonestidade por parte de nossos funcionários, contratadas e outros agentes. Nosso descumprimento das leis aplicáveis e de outras normas pode nos levar a multas, perda de licenças operacionais e prejuízos a nossa reputação.

***Pode ser difícil aos investidores cumprir qualquer decisão judicial emitida fora do Brasil contra a companhia ou quaisquer de nossas associadas.***

Nossos investidores podem estar localizados em jurisdições fora do Brasil e podem entrar com um processo judicial contra a companhia ou contra nossos membros do conselho ou diretores executivos nos tribunais de suas jurisdições. A Companhia é uma companhia brasileira, e a maioria de nossos diretores e membros do conselho reside no Brasil. A grande maioria de nossos ativos e os ativos de nossos diretores e membros do conselho provavelmente está localizada em jurisdições diferentes das jurisdições de nossos investidores. Pode não ser possível aos investidores realizar a citação dentro de suas jurisdições contra a companhia ou nossos diretores ou membros do conselho residentes fora de suas jurisdições. Além disso, uma sentença estrangeira pode ser executada nos tribunais do Brasil sem um novo exame do mérito, apenas se previamente confirmada pelo *Superior Tribunal de Justiça Brasileiro*, e a confirmação será apenas concedida se a sentença: (a) atender a todas as formalidades exigidas para sua exequibilidade nos termos da lei do país onde foi emitida; (b) foi emitida por um tribunal competente após a devida citação ao réu, conforme exigido nos termos da lei aplicável; (c) não estiver sujeita a recurso; (d) foi autenticada por um consulado brasileiro no país onde foi emitida e se estiver acompanhada de uma tradução juramentada para o Português; e (e) não for contrária à soberania nacional brasileira, política pública ou bons costumes. Portanto, os investidores podem não obter sentença favorável em relação ao processo judicial contra a Companhia ou nossos membros do conselho e diretores, a respeito das decisões de tribunais fora de sua jurisdição tomadas nos termos das leis de tais jurisdições.

### **Riscos relativos às nossas ações depositárias**

***Se os detentores de ADR ou HDR trocarem as ADSs ou HDSs, respectivamente, por ações subjacentes, eles se arriscam a perder a capacidade de remetê-las ao exterior em moeda estrangeira.***

O custodiante das ações subjacentes às nossas ADSs e HDSs mantém um registro junto ao Banco Central do Brasil, dando-lhe o direito de remeter dólares americanos para fora do Brasil para pagamentos de dividendos e outras distribuições relativas às ações subjacentes às nossas ADSs e HDSs ou mediante a disposição das ações subjacentes. Se um detentor de ADR ou HDR trocar suas ADSs ou HDSs pelas ações subjacentes, terá o direito de contar com o registro de custodiante para dólares americanos por apenas cinco dias úteis a contar da data de troca. Depois disso, um detentor de ADR ou HDR não poderá obter e remeter moeda estrangeira ao exterior mediante a disposição ou distribuições relativas às ações subjacentes, exceto se obtiver seu próprio registro, de acordo com a Resolução no. 2.689 do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), que permite a investidores estrangeiros institucionais qualificados a compra e venda de valores mobiliários na BM&FBOVESPA. Para mais informações sobre esses controles cambiais, consulte a seção *Informações adicionais — Controles cambiais e outras limitações que afetam os titulares de valores mobiliários*. Se um detentor de ADR ou HDR tentar obter seu registro, ele poderá incorrer em despesas ou sofrer atrasos no processo de inscrição, o que pode atrasar o recebimento de dividendos e outras distribuições relativas às ações subjacentes ou ao retorno do capital em tempo hábil.

O registro do custodiante ou qualquer registro obtido pode ser afetado por alterações futuras na legislação, e restrições adicionais aplicáveis aos detentores de ADR ou detentores de HDR, a disposição das ações subjacentes ou a repatriação dos rendimentos resultantes de alienação pode ser imposta no futuro.

***Os detentores de ADR ou HDR podem não conseguir exercer seus direitos de preferência em relação às ações subjacentes às suas ADSs e HDSs.***

A capacidade dos detentores de ADR e HDR de exercerem seus direitos de preferência não é garantida, especialmente se a lei aplicável na jurisdição do titular (por exemplo, a Securities Act nos Estados Unidos ou o Companies Ordinance em Hong Kong) exigir que uma declaração de registro seja efetivada ou uma isenção de registro seja disponibilizada a respeito desses direitos, como no caso dos Estados Unidos, ou de que qualquer documento que ofereça direitos de preferência seja registrado como um prospecto, como é o caso em Hong Kong. Não somos obrigados a estender a oferta de direitos de preferência aos detentores de ADRs ou HDRs, a realizar uma declaração de registro nos Estados Unidos, ou qualquer outro registro em qualquer outra jurisdição, a respeito dos direitos de preferência ou para tomar medidas que possam ser necessárias para fazer isenções a partir do registro disponível e não podemos garantir aos detentores que realizaremos qualquer declaração de registro ou tomaremos tais medidas.

***Os detentores de ADR e HDR podem encontrar dificuldades em exercer seus direitos de voto.***

Os detentores de ADR ou HDR não têm os direitos de acionistas. Eles têm apenas direitos contratuais estabelecidos para seu benefício nos termos dos acordos de depósito. Os detentores de ADR e HDR não têm permissão para participar de assembleias de acionistas, podem apenas votar fornecendo instruções ao depositário. Na prática, a capacidade de um detentor de ADRs ou HDRs de instruir o depositário como votar dependerá do prazo e procedimentos para fornecer instruções ao depositário diretamente ou através do custodiante e sistema de liquidação do titular. A respeito das ADSs em caso de não recebimento de instruções, o depositário poderá, sujeito a certas limitações, instituir um procurador designado pela Companhia.

***As proteções legais para detentores de nossos valores mobiliários diferem de uma jurisdição para outra e podem ser inconsistentes, não familiares ou menos efetivas em relação às previsões dos investidores.***

Somos uma companhia global com valores mobiliários negociados em vários mercados e com investidores localizados em muitos países diferentes. O regime legal de proteção aos investidores varia em todo o mundo, algumas vezes em importantes aspectos, e os investidores em nossos valores mobiliários devem reconhecer que as proteções e recursos disponíveis a eles podem ser diferentes dos que estão acostumados em seus mercados. Estamos sujeitos à legislação de valores mobiliários em vários países, que têm normas, supervisão e práticas de execução diferentes. A única lei das SAs aplicável à companhia é a lei brasileira, com suas normas e procedimentos jurídicos específicos e substanciais. Estamos sujeitos às normas de governança corporativa em várias jurisdições onde nossos valores mobiliários estão listados, porém, como um emissor privado estrangeiro, não somos obrigados a seguir muitas das normas de governança corporativa aplicadas aos emissores domésticos nos Estados Unidos com valores mobiliários listados na New York Stock Exchange e não estamos sujeitos às normas de procuração dos EUA. Da mesma forma, temos recebido renúncias e isenções de certas exigências das Normas que Regem a Listagem de Valores Mobiliários na Stock Exchange of Hong Kong Limited (“HKEx Listing Rules”), nos Códigos sobre Takeovers e Incorporações e Recompras de Ações e os Securities e Futures Ordinance of Hong Kong, que são geralmente aplicáveis aos emissores listados em Hong Kong.

## **APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS**

As nossas demonstrações financeiras na data e para cada um dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 contidas neste relatório anual foram apresentadas em dólares dos EUA e elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRS"), emitidas pelo Conselho Internacional de Normas Contábeis ("IASB").

Não mais elaboramos a apresentação de nossas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos ("U.S. GAAP"). Adotamos as IFRS, emitidas pelo IASB, como base para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e relatórios para a SEC, começando com as nossas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentadas neste relatório anual. Este relatório anual e relatórios futuros arquivados junto à SEC só irão apresentar informações financeiras preparadas de acordo com as IFRS.

Nós primeiro adotamos as IFRS, emitidas pelo IASB para nossas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, os quais publicamos e arquivamos junto à CVM. A nossa data de transição das GAAP brasileiras para IFRS foi 1º janeiro de 2009, e usamos certas exceções eletivas ou mandatórias previstas nas IFRS 1, nessas demonstrações financeiras. Para conciliação de nossas demonstrações financeiras de acordo com as IFRS das GAAP dos EUA, consulte a Nota 33 de nossas demonstrações financeiras consolidadas.

## DADOS FINANCEIROS SELECIONADOS

As tabelas abaixo apresentam as informações financeiras consolidadas em e para os períodos indicados. Essas informações devem ser lidas com nossas demonstrações contábeis consolidadas neste relatório anual.

### Demonstração consolidada do resultado do exercício

	Exercício encerrado em 31 de dezembro				
	2009	2010	2011	2012	2013
	(em milhões de dólares)				
Receitas operacionais líquidas.....	24,771	46,424	60.075	46.553	46.767
Custo de produtos e serviços .....	(15.035)	(19.829)	(24.528)	(25.390)	(24.245)
Despesas gerais, administrativas e de vendas.....	(1.064)	(1.663)	(2.271)	(2.172)	(1.302)
Pesquisa e desenvolvimento .....	(976)	(876)	(1.671)	(1.465)	(801)
Outras despesas operacionais líquidas .....	(1.553)	(2.214)	2.775	(3.588)	(2.843)
Impairment de ativos não circulantes .....	-	-	-	(4.023)	(2.298)
Ganho (perda) na medição ou alienação de ativos não circulantes.....	-	-	1.494	(506)	(215)
Lucro operacional .....	6.143	21.842	30.324	9.409	15.063
Lucro (despesas) não operacional:					
Receitas (despesas) financeiras, líquidas.....	874	(1.533)	(3.549)	(4.022)	(8.332)
			1.138	645	469
Resultados da participação em associados e entidades de controle conjunto .....	440	983			41
Resultados da venda de investimentos de associados e entidades de controle conjunto.....	17	-			
Impairment dos investimentos .....	-	-		(1.941)	
Lucro antes de impostos .....	7.474	21.292	27.913	4.091	7.241
Imposto de renda .....	(2.080)	(3.712)	(5.265)	1.174	(6.833)
Lucro líquido de operações contínuas .....	5.394	17.580	22.648	5.265	408
Lucro (perda) atribuível a participações de acionistas não controladores .....	107-	190	(233)	(257)	(178)
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia das operações contínuas .....	5.287	17.390	22.881	5.522	586
Prejuízo com operações descontinuadas, líquido após imposto.....	(6)	(133)	(86)	(68)	(2)
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia .....	5.281	17.257	22.795	5.454	584
Lucro (perda) atribuível a participações de acionistas não controladores ..	107	190	(233)	(257)	(178)
Lucro líquido .....	5.388	17.447	22.562	5.197	406
Total pago aos acionistas (1) .....	2.724	3.000	9.000	6.000	4.500

(1) Consiste no total pago aos acionistas durante o período, classificado como dividendo ou juros sobre o capital próprio.

### Lucro por ação

	Exercício encerrado em 31 de dezembro				
	2009	2010	2011	2012	2013
	(em dólares, exceto quando informado)				
Lucro por ação:					
Por ação ordinária .....	0,98	3,25	4,34	1,06	0,11
Por ação preferencial .....	0,98	3,25	4,34	1,06	0,11
Média ponderada de ações em circulação (em milhares)(1)(2):					
Ações ordinárias.....	3,181,706	3,210,023	3,197,063	3,172,179	3,185,653
Ações preferenciais.....	2,030,700	2,035,783	1,984,030	1,933,491	1,967,722
Ações ordinárias de Tesouraria que lastreiam os títulos conversíveis...	74,998	18,416	18,416	-	-
Ações preferenciais de Tesouraria que lastreiam os títulos conversíveis .....	77,580	47,285	47,285	-	-
Total .....	5,364,984	5,311,507	5,246,794	5,105,670	5,153,375
Distribuição aos acionistas por ação(3):					
Expresso em US\$.....	0,53	0,57	1,74	1,17	0,87
Expresso em US\$.....	1,01	0,98	2,89	2,26	1,81

(1) Cada ADS ordinária representa uma ação ordinária e cada ADS preferencial representa uma ação preferencial.

(2) As alterações no número de ações em circulação refletem os programas de recompra de ações realizados a partir de maio de 2011 até novembro de 2011. Para obter mais informações, consulte *Titularidade de ações e trading — Aquisições de valores mobiliários pelo emissor e por compradores associados*.

## Dados financeiros selecionados

- (3) As nossas distribuições aos acionistas podem ser classificadas como dividendos ou juros sobre o capital próprio. Durante vários anos, parte de cada distribuição foi classificada como juros sobre o capital próprio e parte como dividendos. Para obter informações sobre distribuições pagas aos acionistas, consulte *Titularidade de ações e trading — Distribuições*.

### Dados do balanço

	Em 31 de dezembro				
	2009	2010	2011	2012	2013
	(em milhões de dólares)				
Ativo circulante .....	20.459	31.559	21.538	22.069	20.611
Ativo imobilizado, líquido e ativos intangíveis .....	69.042	86.115	91.863	94.093	88.536
Investimentos em empresas afiliadas e <i>joint ventures</i> e outros investimentos .....	4.446	4.394	8.013	6.384	3.584
Outros ativos .....	5.527	4.559	5.502	8.031	11.866
Total do ativo .....	99.474	126.627	126.916	130.577	124.597
Passivo circulante .....	9.208	17.987	11.093	12.402	9.164
Passivos diretamente associados ao ativo não circulante retido para venda e operações descontinuadas	-	-	-	169	448
Passivo de longo prazo (1) .....	12.764	17.214	16.470	16.380	22.379
Dívida de longo prazo(2)	19.902	21.591	21.538	26.799	27.670
Total do passivo	41.874	56.792	49.101	55.750	59.661
Resultados das operações com acionistas não controladores	(98)	1.413	7	(400)	(400)
Patrimônio líquido:					
Capital social .....	43.869	45.266	60.578	60.578	60.578
Capital adicional integralizado	(98)	1.413	7	(552)	(552)
Notas obrigatoriamente conversíveis – ADSs ordinárias .....	1.350	236	191	-	-
Notas obrigatoriamente conversíveis – ADSs preferenciais .....	1.048	528	422	-	-
Lucro retido e reservas de receita .....	8.826	19.866	14.902	13.213	3.299
Total do patrimônio líquido da empresa .....	54.995	67.309	76.100	73.239	63.325
Participação de acionistas não controladores	2.605	2.526	1.715	1.588	1.611
Participação total dos acionistas	57.600	69.835	77.815	74.827	64.936
Total do passivo e patrimônio líquido	99.474	126.627	126.916	130.577	124.597

(1) Exclui a dívida de longo prazo.

(2) Exclui a parcela atual da dívida de longo prazo.

Em 2013, começamos a contabilizar nossos benefícios trabalhistas de acordo com a IAS 19 revisada – Benefícios trabalhistas (“IAS 19R”). De acordo com suas cláusulas de transição, aplicamos essa norma retroativamente a partir de e para os anos encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011. Para mais detalhes sobre os efeitos da aplicação retroativa da IAS 19R, consulte a Nota 6 das nossas demonstrações financeiras consolidadas. Não atualizamos nossas informações financeiras consolidadas selecionadas apresentadas acima a partir de e para os anos encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009 porque não consideramos importante o impacto da IAS 19R para esses períodos.

## I. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

## PANORAMA DOS NEGÓCIOS

## Resumo

Somos uma das maiores empresas de metais e mineração do mundo e a maior das Américas, com base na capitalização de mercado. Somos o maior produtor mundial de minério de ferro e pelotas de minério de ferro e o segundo maior produtor mundial de níquel. Também produzimos minério de manganês, ferroligas, carvão, cobre, metais do grupo da platina (“PGMs”), ouro, prata, cobalto e potássio, fosfatos e outros fertilizantes. Para sustentar nossa estratégia de crescimento, participamos ativamente da exploração mineral em 11 países em todo o mundo. Operamos um grande sistema de logística no Brasil e em outras regiões do mundo, incluindo ferrovias, terminais e portos marítimos, que estão integrados a nossas operações de mineração. Além disso, temos um portfólio de ativos de frete marítimo, estações de transferência flutuantes e um centro de distribuição para apoiar a distribuição de minério de ferro no mundo todo. Nós também temos investimentos nos setores de energia e siderurgia, diretamente e por meio de coligadas e *joint ventures*.

A tabela a seguir apresenta a composição do total de nossas receitas operacionais líquidas atribuíveis a cada uma de nossas principais linhas de negócios.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro					
	2011		2012		2013	
	(em milhões de dólares)	(% do total)	(em milhões de dólares)	(% do total)	(em milhões de dólares)	(% do total)
Bulk materials:						
Minério de ferro .....	36.416	60,6%	26.931	57,9%	28.137	60,2%
Pelotas .....	7.938	13,2	6.560	14,1	6.000	12,8
Manganês e ferroligas .....	676	1,1	543	1,2	523	1,1
Carvão .....	1.058	1,8	1.092	2,3	1.010	2,2
Outros produtos ferrosos e serviços	585	1,0	246	0,5	132	0,3
Subtotal – bulk materials .....	46.673	77,7	35.372	76,0	35.802	76,6
Metais básicos:						
Níquel e outros produtos(1) .....	8.118	13,5	5.975	12,8	5.839	12,5
Cobre(2) .....	1.103	1,8	1.156	2,5	1.447	3,1
Subtotal – metais básicos .....	9.221	15,3	7.131	15,3	7.286	15,6
Fertilizantes .....	3.322	5,5	3.570	7,7	2.814	6,0
Outros(3) .....	859	1,4	480	1,0	865	1,8
Total de receitas operacionais líquidas	60.075	100,0%	46.553	100,0%	46.767	100,0%

(1) Inclui coprodutos e subprodutos de níquel (cobre, metais preciosos, cobalto, entre outros).

(2) Não inclui o cobre produzido como coproduto do níquel.

(3) Inclui ferro gusa e energia.

- **Bulk materials:**

- *Minério de ferro e pelotas.* Operamos quatro sistemas no Brasil para a produção e distribuição de minério de ferro, aos quais nos referimos como sistemas Norte, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Os sistemas Norte e Sudeste estão totalmente integrados e consistem em minas, ferrovias, um terminal marítimo e um porto. O sistema Sul consiste em três complexos de mineração e dois terminais marítimos. Operamos 10 plantas de pelletização no Brasil e duas em Omã. As operações de três de nossas plantas de pelletização no Brasil foram suspensas desde o quarto trimestre de 2012, em resposta às condições de mercado. Também temos uma participação de 50% em uma *joint venture* que possui três usinas de pelletização no Brasil e uma participação de 25% em duas empresas de pelletização na China.
- *Manganês e ferroligas.* Realizamos nossas operações de mineração de manganês por meio de subsidiárias no Brasil e produzimos diversos tipos de ferroligas de manganês por intermédio de uma subsidiária integral no Brasil.



- *Carvão*. Produzimos carvão por meio da Vale Moçambique S.A. (“Vale Moçambique”), a qual opera ativos em Moçambique, Rio Doce Australia Pty Ltd (“Vale Australia”), a qual opera ativos de carvão na Austrália por meio de subsidiárias próprias e *joint ventures* não incorporadas. Em Moçambique, as operações em Moatize estão em *ramp up*, o que inclui carvão metalúrgico e térmico. Também temos participação minoritária em produtores de carvão e de coque na China.
- **Metais básicos:**
  - *Níquel*. Nossas principais minas de níquel e operações de processamento são realizadas por nossa subsidiária integral Vale Canada Limited (“Vale Canadá”), com operações de mineração no Canadá e na Indonésia. Também somos proprietários e operamos, ou temos participações, em refinarias de níquel no Reino Unido, Japão, Taiwan, Coreia do Sul e China. Nós estamos atualmente em *ramp up* das nossas operações de níquel em Nova Caledônia. No final de 2013, retomamos o *ramp up* das nossas operações de níquel em Onça Puma, Brasil.
  - *Cobre*. No Brasil, produzimos concentrados de cobre em Sossego e Salobo, em Carajás, no estado do Pará. As operações em Salobo estão em *ramp up*. No Canadá, produzimos concentrados de cobre, ânodos e cátodos de cobre associados a nossas operações de mineração de níquel em Sudbury e Baía de Voisey. Na Zâmbia, a nossa *joint venture* produz concentrados de cobre no Lubambe, no cinturão de cobre da Zâmbia.
  - *Cobalto, metais do grupo da platina e outros metais preciosos*. Produzimos cobalto como um subproduto de nossa mineração de níquel e operações de processamento no Canadá e refinamos a maior parte dele em nossas instalações em Port Colborne, na província de Ontário, Canadá. Também produzimos o cobalto como um subproduto de nossas operações de níquel em Nova Caledônia atualmente em fase de *ramp up*. Nós produzimos metais do grupo da platina como um subproduto de nossa mineração e operações de processamento de níquel no Canadá. Os metais do grupo da platina estão concentrados nas instalações de Port Colborne e são refinados em nossa refinaria de metais preciosos em Acton, na Inglaterra. Nós produzimos ouro e prata como subprodutos de nossa mineração e operações de processamento de níquel no Canadá, e ouro também como subproduto de nossa mineração de cobre no Brasil. Alguns desses metais preciosos de nossas operações canadenses são aperfeiçoados em nossas instalações em Port Colborne, e todos esses metais preciosos são refinados por terceiros, no Canadá e outros países.
- **Fertilizantes:**
  - Produzimos potássio no Brasil, com operações em Rosário do Catete, no Estado de Sergipe. Nossas principais operações de fosfatado são realizadas por nossa subsidiária Vale Fertilizantes S.A. (“Vale Fertilizantes”), a qual detém a maior parte de nossos ativos de fertilizantes no Brasil e é a maior produtora brasileira de fertilizantes de rocha fosfática, fosfatado e nitrogênio. Nós também temos operações em Bayóvar, uma mina de rocha fosfática no Peru.

- **Logística de infraestrutura:**

- Somos líderes no fornecimento de serviços de logística no Brasil e em outras regiões do mundo, com ferrovias, terminais marítimos, centros de distribuição e portos. Dois dos nossos quatro sistemas de minério de ferro incluem uma rede ferroviária integrada a um porto e terminais. Temos também uma participação na MRS Logística S.A. ("MRS"), que transporta nossos produtos de minério de ferro das minas do Sistema Sul aos nossos terminais marítimos. Estamos construindo uma infraestrutura logística de classe mundial para apoiar as nossas operações na África Central e Oriental. Possuímos e fretamos navios para transporte de produtos a granel, que vendemos aos clientes com base no custo e frete ("CFR").

### **Estratégia de negócios**

Nossa missão é transformar recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável. A nossa visão é ser a empresa de recursos naturais global número um na criação de valor de longo prazo, com excelência e paixão pelas pessoas e pelo planeta. Estamos comprometidos em investir apenas em ativos de classe mundial, com vida útil longa, baixo custo, expansíveis e de alta qualidade, capazes de criar valores através dos ciclos. Uma organização com administração eficiente, com uma equipe de trabalho e responsabilidade, excelência na execução de projetos e firme comprometimento com a transparência e criação de valores aos acionistas são princípios de extrema importância que nos norteiam à conquista de nossos objetivos. Saúde e segurança, investimento em capital humano, um ambiente de trabalho positivo e sustentabilidade também são essenciais à nossa competitividade no longo prazo.

Nós temos como objetivo manter a nossa posição de liderança no mercado global de minério de ferro e crescer através dos nossos ativos de classe mundial, ao mesmo tempo em que gerimos disciplinadamente o nosso capital e mantemos uma estrutura de baixo custo. O minério de ferro e o níquel continuarão sendo nossos principais negócios, embora estejamos trabalhando para maximizar o valor de nossos negócios de cobre, carvão metalúrgico e fertilizantes. Para melhorar nossa competitividade, continuaremos a investir em nossas ferrovias e em nossa rede de distribuição global. Buscamos oportunidades de estabelecer parcerias estratégicas e complementar o nosso portfólio por meio de aquisições, mantendo o foco na gestão disciplinada do capital. Também alienamos ativos que determinamos não serem estratégicos, ou para otimizar a estrutura de nosso portfólio de negócios. O desinvestimento de ativos melhora a alocação de capital e desbloqueia fundos para financiar a execução de projetos de prioridade máxima. A manutenção do nosso rating de crédito é um dos nossos compromissos básicos. Abaixo destacamos nossas principais estratégias de negócios.

#### ***Manutenção de nossa posição de liderança no mercado global de minério de ferro***

Continuamos consolidando nossa posição de liderança no mercado global de minério de ferro. Em 2013, nossa participação de mercado foi estimada em 21,9% do volume total negociado no mercado transoceânico, ligeiramente abaixo do ano anterior. Temos como compromisso manter nossa posição de liderança no mercado global de minério de ferro, focando em nossa linha de produtos para captar as tendências do setor, no aumento de nossa capacidade de produção alinhado ao crescimento da demanda, no controle de custos, no fortalecimento de nossa infraestrutura de logística ferroviária, portuária e de navegação e centros de distribuição, e no fortalecimento do relacionamento com o cliente. Nosso portfólio diversificado de produtos de alta qualidade, forte estratégia de marketing técnico, logística eficiente e relacionamento sólido e duradouro com os principais clientes nos ajudarão a alcançar esse objetivo.

#### ***Melhoria de nossa capacidade logística para sustentar nossos negócios de bulk materials***

Acreditamos que a qualidade de nossos ativos ferroviários e ampla experiência como operadores de ferrovias e de serviços portuários nos possibilitam ocupar a posição de líderes no segmento de logística no Brasil. Estamos expandindo a capacidade de nossas ferrovias principalmente para atender às necessidades de nossos negócios de minério de ferro.

Estamos construindo uma rede de distribuição global para dar suporte à nossa estratégia comercial para nosso negócio de minério de ferro. Operamos um centro de distribuição em Omã e duas estações flutuantes de transferência ("FTS") nas Filipinas, e continuamos a investir em uma frota de embarcações da Valemax, dedicadas principalmente ao transporte regular de minério de ferro do Brasil para a Ásia. Também estamos investindo no desenvolvimento de um centro de distribuição na Malásia, a fim de melhorar a competitividade do nosso negócio de minério de ferro na região.

Para nos posicionarmos para a futura expansão da nossa produção de carvão em Moçambique e alavancar a nossa presença na África, estamos atualmente expandindo a rede ferroviária por meio da reforma da capacidade da rede existente e construção de novos trilhos de ferrovia para o desenvolvimento do corredor logístico de nossa mina para um novo porto a ser construído em Nacala-à-Velha.

#### ***Maximização do valor nos negócios do níquel e cobre***

Somos o segundo maior produtor mundial de níquel, com operações de larga escala, longa duração e baixo custo, uma base substancial de recursos, operações de mineração diversificadas, produzindo níquel a partir de sulfeto e laterítico de níquel e tecnologia avançada. Temos refinarias nas Américas do Norte e do Sul, Europa e Ásia, que produzem uma grande variedade de produtos para uso na maioria das aplicações de níquel. Somos os principais produtores de produtos de níquel de alta qualidade para outras aplicações que não de aço inoxidável, como galvanização, ligas de aço, ligas de alto teor de níquel e baterias, os quais representaram 63% de nossas vendas de níquel em 2013. O nosso objetivo de longo prazo é fortalecer nossa liderança nos negócios de níquel. Continuamos a otimizar o nosso fluxograma operacional e analisar a nossa utilização de ativos, visando aumentar a nossa eficiência de custos e melhorar o retorno do capital.

O crescimento do nosso negócio de cobre nos permitirá alavancar as fábricas de processamento em Sossego e Salobo, utilizando as instalações existentes e minimizando as despesas de capital. Operamos a mina de cobre de Sossego e as nossas operações de cobre em Salobo estão em *ramp up*, ambas localizadas na região de Carajás. Essas minas de cobre se beneficiarão das nossas instalações de infraestrutura que atendem o Sistema Norte. O ouro que produzimos em Sossego e Salobo aumenta o valor agregado total dessas operações. Nossas operações de cobre em Lubambe, em Zâmbia, também estão em *ramp up* através de uma *joint venture*. No Canadá, também recuperamos cobre em conjunto com nossas operações de níquel, principalmente em Sudbury e em Voisey's Bay.

#### ***Desenvolvimento do negócio de carvão***

Possuímos operações de carvão em Moatize (Moçambique), e na Austrália, além de termos participação minoritária em duas *joint ventures* na China. Pretendemos continuar buscando o crescimento orgânico dos negócios de carvão metalúrgico, especialmente através da expansão das operações de Moatize, em Moçambique.

#### ***Manutenção das opções de crescimento no negócio de fertilizantes***

Temos operações de potássio e rocha fosfática, bem como potenciais investimentos em projetos *greenfield* e *brownfield*, que acreditamos nos permitirão nos beneficiar de certas tendências demográficas: o crescimento da população mundial, o aumento da renda per capita nas economias emergentes, maior consumo global de proteínas e expansão agrícola no Brasil impulsionada pelo uso de fertilizantes. Operamos ativos de fosfatado e uma mina de potássio no Brasil (Taquari-Vassouras) e uma operação de rochas fosfáticas no Peru (Bayóvar). Nosso portfólio inclui também projetos de potássio e fosfatado e iniciativas de exploração mineral.

#### ***Desenvolvimento de nossa base de recursos***

Nós estamos aproveitando a nossa presença global para desenvolver iniciativas de exploração mineral. Realizamos exploração *brownfield* para maximizar os resultados das áreas de mineração existentes e apoiar tanto os projetos como as operações. Conduzimos nossas atividades de exploração *greenfield* em 11 países, com o Brasil, Peru, Chile, Austrália e Indonésia representando 82% de nossas despesas orçadas para 2014. Em especial, buscamos identificar oportunidades e desenvolver depósitos com potencial para produção em larga escala a baixo custo. Nossas atividades exploratórias incluem o minério de ferro, níquel, cobre, carvão, potássio e fosfatados.

#### ***Otimização da nossa matriz energética***

Como grandes consumidores de energia elétrica, investimos em projetos de geração de energia para dar suporte às nossas operações e reduzir nossa exposição à volatilidade dos preços energéticos e incertezas regulatórias. Dessa forma, desenvolvemos usinas hidroelétricas no Brasil, Canadá e Indonésia, e atualmente geramos 59% de nossas necessidades mundiais de energia elétrica em nossas próprias usinas. Estamos buscando desenvolver uma matriz energética mais limpa,

investindo no desenvolvimento de fontes limpas de energia, como biocombustíveis, com foco na redução das emissões de carbono.

### ***Integrando a sustentabilidade ao nosso negócio***

Estamos comprometidos com a integração de considerações de sustentabilidade em nossa estratégia de negócios, já que não podemos crescer sem levar em conta os limites físicos do nosso planeta ou o bem-estar das comunidades em que atuamos. Desde 2013, incorporamos projetos ambientais e sociais diretamente no nosso planejamento estratégico, afastando-nos de um modelo de investimento autônomo. Praticamos a mineração sustentável, dedicando recursos para a educação e pesquisa sobre a aplicação de tecnologias para usar os recursos naturais de forma eficiente. Além disso, apoiamos ativamente um diálogo aberto com as principais partes interessadas (governos, comunidades, clientes, fornecedores, colaboradores e outros), pois reconhecemos que só agindo em conjunto poderemos alcançar o crescimento sustentável e contribuir para o bem-estar social.

### **Mudanças significativas em nossos negócios**

Resumimos a seguir os principais eventos relacionados ao nosso crescimento orgânico, desinvestimentos e outros desenvolvimentos significativos em nossos negócios desde o início de 2013.

#### ***Crescimento orgânico***

Temos um amplo programa de investimentos para o crescimento orgânico de nossas operações. Nossos principais projetos de investimento estão resumidos no item —*Investimentos*. Os projetos mais importantes que estão em andamento desde o início de 2013 estão indicados abaixo:

- *Carajás Planta 2 (anteriormente conhecida como Carajás Adicional 40 Mtpa)*. No segundo semestre de 2013, foi concluída a construção de uma planta de processamento de minério de ferro seco em Carajás, no estado do Pará, que deverá reduzir os custos operacionais e aumentar nossa produtividade. A capacidade nominal estimada do projeto é de 40 Mtpa.
- *Carajás CLN 150 Mtpa*. No segundo semestre de 2013, concluímos o projeto Carajás CLN 150 Mtpa, que resultou no aumento da capacidade ferroviária e portuária do Sistema Norte. O projeto incluiu a construção de um quarto píer no terminal marítimo de Ponta da Madeira, situado no Estado do Maranhão, aumentando a capacidade do terminal para 150 Mtpa. Esse projeto elevou a capacidade logística nominal estimada da EFC para 128 Mtpa.
- *Conceição Itabiritos*. No segundo semestre de 2013, também concluímos a construção de uma planta de concentração no Sistema Sudeste, em Minas Gerais. A capacidade nominal adicional estimada do projeto é de 12 Mtpa de pelotas.
- *Long Harbour*. No segundo semestre de 2013, foi concluída a construção de nossa unidade hidrometalúrgica em Long Harbour, na província de Newfoundland e Labrador, no Canadá. A refinaria tem uma capacidade nominal estimada de 50.000 tpa de níquel refinado e cobre e cobalto como coprodutos associados, sem capacidade adicional. Iniciamos as atividades de comissionamento e esperamos iniciar a produção no segundo trimestre de 2014.
- *Totten*. No segundo semestre de 2013, também concluímos a construção de nossa mina de cobre e níquel em Sudbury, Ontário, no Canadá. O projeto tem uma capacidade nominal estimada de 8.000 tpa de níquel e 10.000 tpa de cobre.

#### ***Alienações e vendas de ativos***

Estamos sempre buscando otimizar a estrutura de nosso portfólio de negócios, a fim de alcançarmos a mais eficiente alocação de capital. Para este fim, alienamos ativos que não consideramos estratégicos. Resumimos abaixo nossos desinvestimentos mais significativos e vendas de ativos desde o início de 2013.

- *Venda de nossos fluxos de ouro das minas de Salobo e Sudbury* - Em fevereiro de 2013, vendemos à Silver Wheaton Corp. e Silver Wheaton (Ilhas Caimã) Ltd. (coletivamente, "Silver Wheaton") 25% do ouro produzido como subproduto de nossa mina de cobre de Salobo, no Brasil, durante a vida útil da mina, e 70% do ouro produzido como subproduto de nossas minas de níquel-cobre em Sudbury, no Canadá, por 20 anos. Recebemos um pagamento inicial em dinheiro de US\$1,9 bilhão e 10 milhões em opções de subscrição exercíveis em ações da Silver Wheaton, com preço de exercício de US\$65,0 e um prazo de 10 anos e pagamentos contínuos do valor menor entre US\$400 (que no caso de Salobo está sujeito a ajustes inflacionários anuais de 1%) e o preço de mercado vigente, para cada onça de ouro que entregarmos nos termos do contrato.
- *Venda de participações na Hidro* - Em novembro de 2013, vendemos toda a nossa participação de 22% na Norsk Hydro ASA ("Hydro"), uma grande produtora de alumínio listada na Bolsa de Valores de Oslo e na Bolsa de Valores de Londres, em uma oferta que gerou um lucro bruto de US\$1,811 bilhões. Adquirimos a participação originalmente em 2011, como parte da contraprestação pela transferência de uma parte substancial do nosso negócio de alumínio no Brasil para a Hydro.
- *Venda de participação nas concessões de petróleo e gás* - Em novembro de 2013, firmamos um acordo para vender a nossa participação de 20% nas concessões onshore BT-PN-2 e BT-PN-3, na Bacia do Parnaíba, Brasil para uma subsidiária da GDF Suez. A transação equivale a US\$ 8 milhões em dinheiro, mais potencial para lucro de até US\$22 milhões, sujeito a decisão de investimento final do comprador para desenvolver e produzir sob essas concessões. A conclusão desta venda irá aliviar-nos das despesas de capital comprometido de aproximadamente US\$16 milhões até junho de 2014. O fechamento desta transação está sujeito às condições precedentes usuais e aprovações regulatórias.
- *Venda da Tres Valles* - Em dezembro de 2013, concluímos a venda da Sociedad Contratual Minera Tres Valles ("Tres Valles"), um empreendimento de mina de cobre na região de Coquimbo, no Chile, a Inversiones Porto San Giorgio S.A., controlada pela Vecchiola SA, por US\$25 milhões. A transação incluiu a venda de toda a nossa participação de 90% do capital da Tres Valles e outros direitos minerais que detínhamos na região de Coquimbo.
- *Venda da Log-in* - Em dezembro de 2013, vendemos toda a nossa participação de 31,3% na Log-In Logística Intermodal S.A. ("Log-in"), por meio de um leilão na BM&FBOVESPA. Recebemos um total de US\$ 94 milhões nesta venda.
- *Venda da Fosbrasil* - Em dezembro de 2013, concordamos em vender toda a nossa participação de 44,25% na Fosbrasil, empresa produtora de ácido fosfórico purificado em Cajati, estado de São Paulo, para a Israel Chemicals Ltd ("ICL") por US\$45 milhões. A conclusão dessa transação está sujeita às condições precedentes e aprovações regulatórias usuais.
- *Venda de participações na VLI* - Em 2013, concordamos em vender um total de 62,4% de nossa subsidiária integral VLI S.A. ("VLI"). Em setembro de 2013, concordamos em transferir 20% do capital social total à Mitsui & Co., Ltd. ("Mitsui"), por R\$1,5 bilhão, e 15,9% ao Fundo de Investimentos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS ("FI-FGTS"), pelo valor de R\$1,2 bilhão. Todos os rendimentos em dinheiro da venda para o FI-FGTS e R\$800,0 milhões dos recursos obtidos com a Mitsui serão compostos de uma contribuição em dinheiro à VLI em remuneração à emissão de novas ações para a Mitsui e FI-FGTS. A contribuição em dinheiro para a VLI será utilizada para financiar parte do plano de investimentos da VLI. Receberemos os R\$709,0 milhões restantes diretamente da Mitsui como contraprestação pela transferência das ações da VLI detidas pela Vale. Em dezembro de 2013, celebramos um acordo com um fundo de investimento gerido pela Brookfield Asset Management ("Brookfield") para a venda de uma participação adicional de 26,5% na VLI, por R\$2,0 bilhões, quantia que a Vale receberá diretamente da Brookfield por conta da venda das ações da VLI detidas pela Vale para a Brookfield. Todas essas operações estão sujeitas às condições precedentes, incluindo, no caso da transação com a Brookfield, aprovação das autoridades antitruste. Em 20 de março de 2014, as autoridades antitruste aprovaram as transações com a Mitsui e o FI-FGTS. Após a conclusão dessas transações, deteremos 37,6% do capital social total da VLI, e celebraremos um acordo de acionistas com a Mitsui, FI-FGTS e Brookfield.

### **Aquisições**

- *Conclusão da aquisição de Belvedere* – Em janeiro de 2013, concluímos a aquisição, de uma subsidiária da Aquila Resources Limited (“Aquila”) da participação restante de 24,5% que não detínhamos no projeto de carvão subterrâneo Belvedere (“Belvedere”), em Queensland, na Austrália. O preço de A\$150 milhões (US\$ 156 milhões) foi o valor justo de mercado determinado por um perito independente contratado pela Vale e Aquila. Belvedere ainda está em um estágio inicial de desenvolvimento e, consequentemente, sua implementação está sujeita à aprovação do nosso Conselho de Administração. De acordo nossas estimativas preliminares, Belvedere possui potencial para atingir uma capacidade de produção de até 7,0 milhões de toneladas métricas por ano principalmente de carvão metalúrgico.
- *Aumento na participação nas usinas hidroelétricas de Capim Branco I e II* – Em março de 2013, nós adquirimos uma participação adicional de 12,47% nas usinas hidroelétricas de Capim Branco I e II, da Suzano Papel e Celulose SA, por US\$ 112 milhões. Com essa aquisição, a nossa participação na Capim Branco I e II aumentou para 60,89%, o que nos dá o direito a receber cerca de 1.524 gigawatts-hora de energia por ano até o final da concessão, em 2036.

### **Reestruturação dos nossos investimentos em geração de energia**

Em dezembro de 2013, firmamos vários contratos com a CEMIG Geração e Transmissão S.A. (“CEMIG GT”) para: (i) alienar 49% de nossa participação de 9% na Norte Energia S.A. (“Norte Energia”), empresa criada para desenvolver e operar a usina hidroelétrica de Belo Monte, no estado do Pará, à CEMIG GT, por aproximadamente R\$206 milhões; e (ii) criar duas *joint ventures* distintas, que deterão os ativos de geração de energia e projetos descritos a seguir:

- A primeira *joint venture* é a Aliança Norte Energia Participações S.A. (“Aliança Norte Energia”), que será 51% de nossa propriedade e 49% pertencentes à CEMIG GT. Vamos transferir a nossa participação direta atual de 9,0% na Norte Energia à Aliança Norte Energia. Como resultado, nossa participação no projeto Belo Monte será reduzida para 4,59%, e estamos buscando reduzir a nossa garantia de financiamento do projeto de Belo Monte para o percentual correspondente.
- A segunda *joint venture* é a Aliança Geração de Energia S.A. (“Aliança Geração”). Possuiremos 55% da Aliança Geração, que deterá as nossas participações e as da CEMIG GT nas seguintes usinas hidroelétricas: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I e II, Aimorés e Candonga. Essas usinas têm uma capacidade atribuível agregada instalada de 1.158 MW e energia assegurada de 652 MW médios. Vamos celebrar contratos de longo prazo com a Aliança Geração, a fim de manter a mesma quantidade de energia fornecida às nossas operações.

Essas operações estão sujeitas a aprovações regulatórias e outras condições precedentes. Os valores finais dessas operações estão sujeitos a certos ajustes, de acordo com os termos e condições estabelecidos nos acordos de investimento.

### **Suspensão do projeto Rio Colorado na Argentina**

Em março de 2013, nós suspendemos a implantação do projeto Rio Colorado, na Argentina, pois as circunstâncias do projeto atualmente não permitiriam resultados em linha com o nosso compromisso com a disciplina na alocação de capital e criação de valor. Temos honrado e continuaremos a honrar os nossos compromissos relacionados às concessões, e estamos analisando alternativas para melhorar as perspectivas do projeto. Posteriormente, avaliaremos se vamos retomá-lo. Em 2013, reconhecemos um *impairment* dos nossos ativos de potássio relacionados ao Projeto Rio Colorado. Para mais informações, consulte a Nota 16 das nossas demonstrações financeiras consolidadas.

### **Obtenção de licenças ambientais para os projetos SI1D e CLN SI1D**

Em maio de 2013, recebemos a licença ambiental para a construção de um ramal ferroviário de 101 km que vai ligar o projeto Carajás S11D à Estrada de Ferro Carajás ("EFC"), que faz parte do projeto CLN S11D. Em julho de 2013, nós obtivemos a licença de instalação para o nosso projeto de minério de ferro Carajás S11D, que autoriza a construção da usina e do desenvolvimento da mina. O projeto S11D consiste de desenvolvimento de uma mina, planta de beneficiamento, ferrovia e um porto, com uma capacidade nominal estimada de 90 Mtpa de minério de ferro. O projeto CLN S11D deverá aumentar a capacidade logística nominal estimada da EFC para aproximadamente 230 Mtpa.

#### ***Participação no REFIS***

Em novembro de 2013, decidimos participar do programa de liquidação de impostos federais ("REFIS") para pagamento do imposto de renda de pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido, no Brasil, de nossas subsidiárias não brasileiras e coligadas de 2003 a 2012.

No âmbito do programa, pagamos US\$2,6 bilhões em 2013, incluindo um pagamento adiantado e uma parcela inicial, e os US\$7,0 bilhões restantes a serem pagos em 178 mais parcelas mensais, acumulando juros baseados na taxa de juros overnight do Banco Central do Brasil ("SELIC"). A nossa participação no REFIS resultou em uma redução substancial dos valores em litígio, consistentemente com nosso objetivo de eliminar as incertezas e focar nos nossos negócios principais, preservando os potenciais benefícios de disputas jurídicas para o regime fiscal que rege as subsidiárias estrangeiras. Nossa participação no REFIS teve impacto substancial sobre nosso desempenho financeiro em 2013. Para mais informações sobre o REFIS, consulte *Processos judiciais – Litígios sobre a tributação brasileira de subsidiárias estrangeiras*.

#### ***Reinício das operações de Onça Puma***

No final de 2013, retomamos nossas operações de níquel em Onça Puma, que haviam sido suspensas desde junho de 2012, como resultado de danos a dois fornos das instalações. Reconstruímos um dos fornos, e a capacidade nominal de Onça Puma, com apenas um forno em operação, será de aproximadamente 25 mil toneladas por ano.

## SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

Os nossos principais segmentos de negócios consistem em mineração e serviços de logística relacionados. Também temos ativos em energia para suprir parte de nosso consumo. Esta seção apresenta informações sobre operações, produção, vendas e concorrência, e está organizada da seguinte maneira:

### 1. Bulk materials

#### 1.1 Minério de ferro e pelotas

- 1.1.1 Operações de minério de ferro
- 1.1.2 Produção de minério de ferro
- 1.1.3 Operações de pelotas
- 1.1.4 Produção de pelotas
- 1.1.5 Clientes, vendas e comercialização
- 1.1.6 Concorrência

#### 1.2 Carvão

- 1.2.1 Operações
- 1.2.2 Produção
- 1.2.3 Clientes e vendas
- 1.2.4 Concorrência
- 1.3 Manganês e ferroligas
- 1.3.1 Operações e produção de minério de manganês
- 1.3.2 Operações e produção de ferroligas
- 1.3.3 Minério de manganês e ferroligas: vendas e concorrência

### 2. Metais básicos

#### 2.1 Níquel

- 2.1.1 Operações
- 2.1.2 Produção
- 2.1.3 Clientes e vendas
- 2.1.4 Concorrência

#### 2.2 Cobre

- 2.2.1 Operações
- 2.2.2 Produção
- 2.2.3 Clientes e vendas
- 2.2.4 Concorrência

#### 2.3 PGMs e outros metais preciosos

#### 2.4 Cobalto

### 3. Fertilizantes

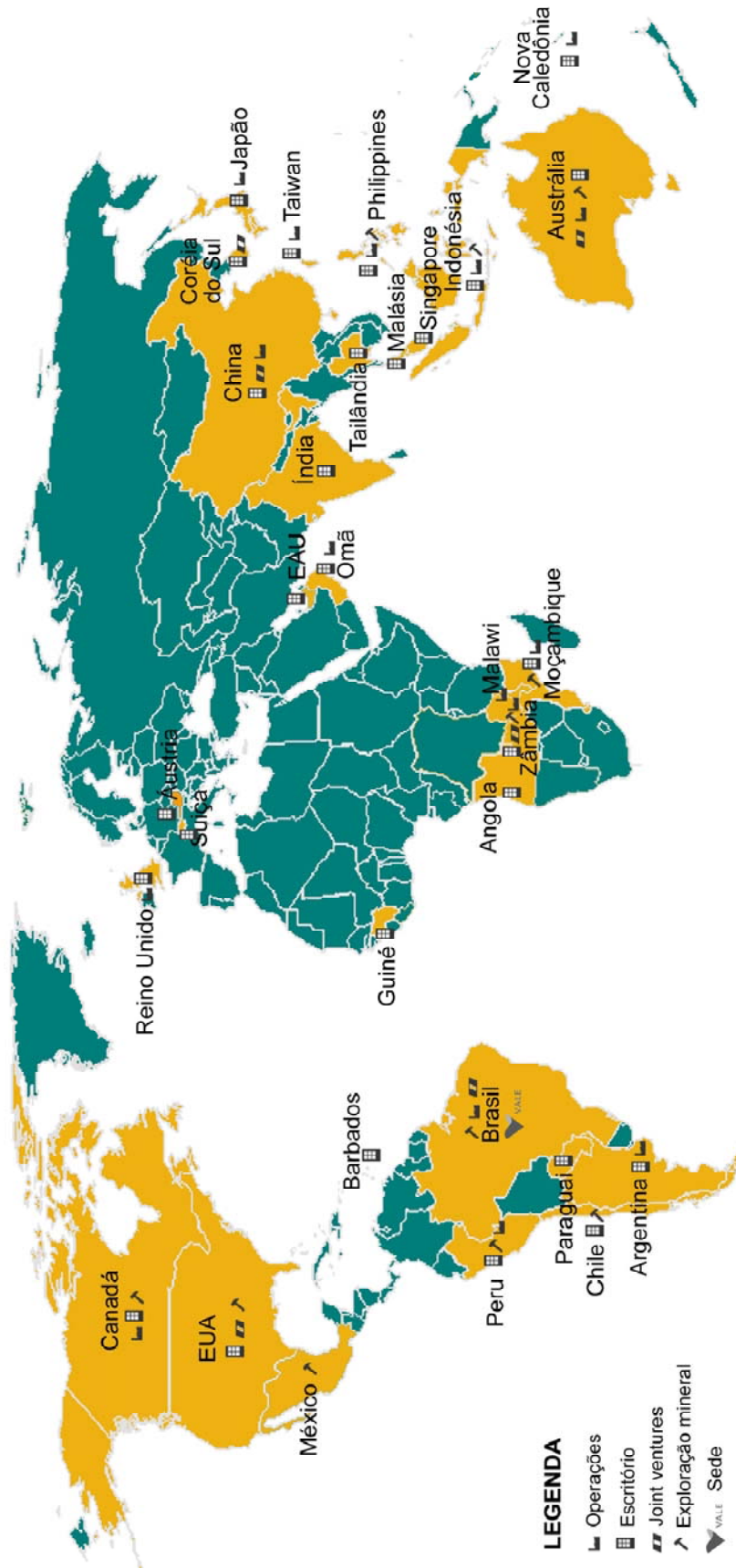
- 3.1 Fosfatados
- 3.2 Potássio
- 3.3 Clientes e vendas
- 3.4 Concorrência

### 4. Infraestrutura

- 4.1 Logística
  - 4.1.1 Ferrovias
  - 4.1.2 Portos e terminais marítimos
  - 4.1.3 Transporte
- 4.2 Energia

### 5. Outros investimentos





## 1. Bulk materials

Nossos negócios de bulk materials incluem exploração de minério de ferro, produção de pelotas, produção de carvão, exploração de manganês e produção de ferroliga. Cada uma dessas atividades é descrita abaixo.

### 1.1 Minério de ferro e pelotas

#### 1.1.1 Operações de minério de ferro

Realizamos nossas operações de minério de ferro no Brasil, principalmente pela empresa controladora, por meio de nossa subsidiária integral Mineração Corumbaense Reunida S.A. ("MCR") e através da nossa subsidiária MBR. Nossas minas, que são todas a céu aberto, e as operações relacionadas a elas estão essencialmente concentradas em três sistemas: o Sistema Sudeste, o Sistema Sul e o Sistema Norte, cada um deles com capacidade de transporte própria. Também realizamos operações de mineração no Sistema Centro-Oeste e por meio da *joint venture* Samarco Mineração S.A. ("Samarco"), uma *joint venture* com a BHP Billiton plc, na qual temos uma participação acionária de 50%. Realizamos todas as operações de minério de ferro no Brasil sob concessões do governo federal concedidas por um período indeterminado. Para obter mais informações sobre essas concessões, consulte *Questões reguladoras - Direitos de mineração e regulamentação das atividades de mineração*.

Empresa/Sistema de mineração	Local	Descrição/Histórico	Mineralização	Operações	Fonte de energia	Acesso / Transporte
Vale.....						
<i>Sistema Norte</i>	Carajás, Pará	Minas a céu aberto e plantas de processamento de minério. Divididas entre Serra Norte, Serra Sul e Serra Leste. Desde 1985, realizamos atividades de mineração na Serra Norte, que é subdividida em três áreas principais (N4W, N4E e N5). Uma nova planta de beneficiamento foi iniciada no último trimestre de 2013.	Hematita de alto teor (em média 66,7%).	Operações de mineração a céu aberto. O processo de beneficiamento consiste apenas de operações de medição, incluindo peneiramento, hidroclonagem, britagem e filtragem. O resultado do processo de beneficiamento consiste em <i>sinter feed</i> , pellet feed e minério granulado.	Fornecida por meio da rede elétrica nacional. Adquirida de empresas regionais de energia elétrica.	O minério de ferro é transportado pela EFC até o terminal marítimo de Ponta da Madeira, no Estado do Maranhão.
<i>Sistema Sudeste</i>	Quadrilátero Ferrífero, no Estado de Minas Gerais.	Três locais: Itabira (duas minas, com três usinas principais de beneficiamento), Minas Centrais (três minas, com três usinas principais de beneficiamento e uma usina secundária) e Mariana (três minas, com quatro usinas principais de beneficiamento).	As reservas de minério apresentam altos índices de minério de itabirito em relação ao de hematita. O itabirito apresenta um teor de ferro entre 35% e 60%, sendo necessária concentração para atingir o teor para embarque.	Operações de mineração a céu aberto. Geralmente processamos o ROM por meio de britagem padrão, seguida das fases de classificação e concentração, produzindo <i>sinter feed</i> , granulado e pellet feed nas usinas de beneficiamento localizadas junto às instalações de mineração.	Fornecida por meio da rede elétrica nacional. Adquirida de empresas regionais de energia elétrica ou produzida diretamente pela Vale.	A ferrovia EFVM liga essas minas ao porto de Tubarão.
<i>Sistema Sul</i>	Quadrilátero Ferrífero, no Estado de Minas Gerais.	Três principais locais: Minas Itabirito (quatro minas, com três usinas principais de beneficiamento e três usinas secundárias de beneficiamento), Vargem Grande (três minas e duas usinas principais de beneficiamento) e Paraopeba (quatro minas e quatro usinas de beneficiamento).	As reservas de minério apresentam altos índices de minério de itabirito em relação ao de hematita. O itabirito apresenta um teor de ferro entre 35% e 60%, sendo necessária concentração para atingir o teor para embarque.	Operações de mineração a céu aberto. Geralmente processamos a ROM por meio de britagem padrão, seguida das fases de classificação e concentração, produzindo <i>sinter feed</i> , granulado e pellet feed nas usinas de beneficiamento localizadas junto às instalações de mineração.	Fornecida por meio da rede elétrica nacional. Adquirida de empresas regionais de energia elétrica ou produzida diretamente pela Vale.	A empresa ferroviária MRS, nossa coligada, transporta nossos produtos de minério de ferro das minas para os terminais marítimos da Ilha Guaíba e Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro.

<b>Empresa/Sistema de mineração</b>	<b>Local</b>	<b>Descrição/Histórico</b>	<b>Mineralização</b>	<b>Operações</b>	<b>Fonte de energia</b>	<b>Acesso / Transporte</b>
<i>Sistema Centro-Oeste (1)</i>	Estado do Mato Grosso do Sul	Composto pelas minas Urucum e Corumbá. Operações de mineração a céu aberto.	As reservas de minério de Urucum e Corumbá são compostos de minério de hematita, que gera, predominantemente, minério granulado.	Operações de mineração a céu aberto. O processo de beneficiamento para o funcionamento da mina consiste na britagem padrão e fases de classificação, produzindo granulados e finos.	Fornecida por meio da rede elétrica nacional. Adquirida de empresas regionais de energia elétrica.	Os produtos são entregues aos clientes por meio de barcaças que trafegam pelos rios Paraguai e Paraná.
Samarco .....	Quadrilátero Ferrífero, no Estado de Minas Gerais.	Sistema integrado composto de duas minas, duas plantas de beneficiamento, dois minerodutos, três usinas de pelotização e um porto.	Tipo itabirito	Operações de mineração a céu aberto. As duas usinas de beneficiamento, localizadas na instalação, processam o ROM por meio de britagem, moagem e concentração, produzindo pellet feed e <i>sinter feed</i> .	Fornecida por meio da rede elétrica nacional. Adquirida de empresas regionais de energia elétrica.	As minas de Samarco atendem as usinas de pelotização de Samarco por meio de dois minerodutos de aproximadamente 400 km de extensão. Esses minerodutos transportam o minério de ferro das usinas de beneficiamento até as usinas de pelotização, e das usinas de pelotização até o porto, no Estado do Espírito Santo.

(1) Parte de nossas operações no Sistema Centro-Oeste é conduzida pela MCR.

## 1.1.2 Produção de minério de ferro

A tabela a seguir apresenta informações sobre nossa produção de minério de ferro.

Mina/Usina	Tipo	Produção no exercício encerrado em 31 de dezembro			Recuperação do Processo em 2013 (%)
		2011	2012	2013	
		(milhões de toneladas métricas)			
<b>Sistema Sudeste</b>					
<i>Itabira</i>					
Cauê .....	A céu aberto	18,6	17,8	15,9	62,3
Conceição .....	A céu aberto	21,4	19,9	18,1	68,8
<i>Minas Centrais</i>					
Água Limpa(1) .....	A céu aberto	5,0	4,6	4,4	47,5
Gongo Soco(3).....	A céu aberto	5,3	4,4	4,7	100,0
Brucutu .....	A céu aberto	30,9	31,7	28,7	73,7
<i>Mariana</i>					
Alegria .....	A céu aberto	14,7	14,7	15,8	82,7
Fábrica Nova.....	A céu aberto	13,2	13,0	12,5	67,3
Fazendão .....	A céu aberto	11,1	9,5	9,3	100,0
Total do Sistema Sudeste .....		120,2	115,6	109,5	
<b>Sistema Sul</b>					
<i>Minas Itabirito</i>					
Segredo/João Pereira .....	A céu aberto	11,8	12,2	12,0	75,6
Sapocado/Galinheiro.....	A céu aberto	18,6	19,6	19,0	69,2
<i>Vargem Grande</i>					
Tamanduá .....	A céu aberto	8,8	9,7	6,7	81,3
Capitão do Mato .....	A céu aberto	7,3	7,3	9,9	81,3
Abóboras.....	A céu aberto	5,3	5,6	5,4	100,0
<i>Paraopeba</i>					
Jangada .....	A céu aberto	5,1	6,1	6,9	94,2
Córrego do Feijão(3) .....	A céu aberto	6,8	6,8	5,8	94,2
Capão Xavier .....	A céu aberto	8,4	9,6	9,2	87,1
Mar Azul(3) .....	A céu aberto	4,1	3,3	4,2	100,0
Total do Sistema Sul .....		76,3	80,3	79,0	
<b>Sistema Centro-Oeste</b>					
Corumbá .....	A céu aberto	4,1	4,6	4,5	79,8
Urucum.....	A céu aberto	1,5	1,8	2,0	69,3
Total do Sistema Centro-Oeste.....		5,6	6,4	6,5	
<b>Sistema Norte</b>					
<i>Serra Norte</i>					
N4W.....	A céu aberto	38,9	39,3	31,3	93,5
N4E .....	A céu aberto	20,1	18,7	19,9	93,5
N5 .....	A céu aberto	50,8	48,8	53,6	93,5
Total do Sistema Norte .....		109,8	106,8	104,9	
Vale.....		311,8	309,0	299,8	
Samarco(2) .....		10,8	10,9	10,9	56,8
Total .....		322,6	320,0	310,7	

(1) A mina e as usinas Água Limpa pertencem à Baovale, da qual temos 100% das ações com direito de voto e 50% das ações totais. Os dados de produção para Água Limpa não foram ajustados para refletir nosso controle acionário.

(2) Os dados de produção para Samarco, onde temos participação de 50%, foram ajustados para refletir nosso controle acionário.

(3) Os números de produção para essas minas ou usinas incluem operações menores em outros locais com baixos níveis de produção e reservas totais.

### 1.1.3 Operações de pelotas de minério de ferro

Diretamente e por intermédio de *joint ventures*, produzimos pelotas de minério de ferro no Brasil, em Omã e na China, conforme apresentado na tabela a seguir. Nossa capacidade nominal total estimada é de 57,2 milhões de toneladas anuais, incluindo a plena capacidade de nossas plantas de pelotização em Omã, mas não incluindo nossas *joint ventures* Samarco, Zhuhai YPM Pellet Co., Ltd. ("Zhuhai YPM") e Anyang Yu Vale Yongtong Pellet Co., Ltd. ("Anyang"). Do total da produção de pelotas de 2013, incluindo a produção das nossas *joint ventures*, 61,4% foram pelotas para alto-forno e 38,6% foram pelotas para redução direta, que são usadas nas siderúrgicas que utilizam o processo de redução direta, em vez da tecnologia de alto-forno. Suprimos todas as necessidades de minério de ferro de nossas usinas de pelotização de propriedade integral e parte das necessidades de minério de ferro da Samarco e Zhuhai YPM. Em 2013, vendemos 10,2 milhões de toneladas métricas para a Samarco e 1,2 milhão de toneladas métricas para a Zhuhai YPM.

Empresa/Usina	Descrição / Histórico	Capacidade nominal	Fonte de energia	Outras informações	Participação da Vale	Parceiros
		(Mtpa)			(%)	
<b>Brasil:</b>						
Vale						
<i>Tubarão (Estado do Espírito Santo)</i>	Duas unidades de pelotização de propriedade integral (Tubarão I e II) e cinco usinas arrendadas. Recebe o minério de ferro de nossas minas do Sistema Sudeste e a distribuição é feita por meio de nossa infraestrutura de logística.	29,2	Fornecida por meio da rede elétrica nacional. Adquirida de empresas regionais de energia elétrica ou produzida diretamente pela Vale.	As operações realizadas nas usinas de pelotização Tubarão I e II estão suspensas desde o dia 13 de novembro de 2012, devido às mudanças na demanda da indústria siderúrgica por matéria-prima (redução do consumo de pelotas em favor do maior consumo de <i>sinter feed</i> )	100,0	-
<i>Fábrica (Estado de Minas Gerais)</i>	Parte do Sistema Sul. Recebe minério de ferro da mina Fábrica. A produção é transportada pela MRS e EFVM.	4,5	Fornecida por meio da rede elétrica nacional. Adquirida de empresas regionais de energia elétrica ou produzida diretamente pela Vale.	-	100,0	-
<i>Vargem Grande (Estado de Minas Gerais)</i>	Parte do Sistema Sul. Recebem minério de ferro das minas de Pico e Vargem Grande, e a produção é transportada pela MRS.	7,0	Fornecida por meio da rede elétrica nacional. Adquirida de empresas regionais de energia elétrica ou produzida	-	100,0	-

Empresa/Usina	Descrição / Histórico	Capacidade nominal (Mtpa)	Fonte de energia	Outras informações	Participação da Vale (%)	Parceiros
			diretamente pela Vale.			
<i>São Luís (Estado do Maranhão)</i>	Parte do Sistema Norte. Recebe o minério de ferro de Carajás e a produção é enviada para os clientes por meio de nosso terminal marítimo de Ponta da Madeira.	7,5	Fornecida por meio da rede elétrica nacional. Adquirida de empresas regionais de energia elétrica ou produzida diretamente pela Vale.	No dia 8 de outubro de 2012, suspendemos as operações na usina de pelotização de São Luís, por razões semelhantes às que levaram à suspensão das operações nas usinas Tubarão I e II.	100,0	-
Samarco .....	Três usinas de pelotização com capacidade nominal de 22,3 Mtpa. As usinas de pelotização estão localizadas na unidade de Ponta Ubu, em Anchieta, Espírito Santo.	22,3	Fornecida por meio da rede elétrica nacional. Adquirida de empresas regionais de energia elétrica ou produzida diretamente pela Samarco.	Em 2014, iniciaremos a operação da quarta usina de pelotização com capacidade de 8,3 Mtpa, o que aumentará a capacidade nominal de pelotização da Samarco para 30,5 Mtpa.	50,0	BHP Billiton plc
<b>Omã:</b>						
Vale Oman Pelletizing Company LLC ("VOPC") .....	Complexo industrial da Vale. Duas usinas de pelotização (totalizando uma capacidade de 9,0 Mtpa de pelotas) para redução direta. As usinas de pelotização são integradas ao nosso centro de distribuição, com capacidade nominal de 40,0 Mtpa.	9,0	Fornecida por meio da rede elétrica nacional.	No último trimestre do ano, a unidade alcançou a capacidade nominal mensal. O volume total produzido em 2013 foi de 8,28 milhões de toneladas anuais.	70,0	Oman Oil Company S.A.O.C.
<b>China:</b>						
Zhuhai YPM .....	Faz parte do Complexo Siderúrgico Yueyufeng. Tem instalações portuárias que utilizamos para receber pellet feed de nossas minas no Brasil. O principal cliente é a Zhuhai Yueyufeng Iron & Steel ("YYF"),	1,2	Fornecida por meio da rede elétrica nacional.	-	25,0	Zhuhai Yueyufeng Iron and Steel Co. Ltd., Halswell Enterprises Limited

<b>Empresa/Usina</b>	<b>Descrição / Histórico</b>	<b>Capacidade nominal (Mtpa)</b>	<b>Fonte de energia</b>	<b>Outras informações</b>	<b>Participação da Vale (%)</b>	<b>Parceiros</b>
	também localizada no Complexo Siderúrgico de Yueyufeng.					
Anyang .....	Operação de pelotização na China com capacidade para produzir 1,2 Mtpa e cuja produção iniciou em março de 2011.	1,2	Fornecida por meio da rede elétrica nacional.	--	25,0	Anyang Iron & Steel Co., Ltd.



### 1.1.4 Produção de pelotas

A tabela a seguir apresenta informações sobre nossa principal produção de pelotas.

Empresa	Produção no exercício encerrado em 31 de dezembro		
	2011	2012	2013
	(milhões de toneladas métricas)		
Vale(1).....	39,0	43,3	39,0
Hispanobras(2).....	2,1	1,1	-
Samarco(3).....	10,7	10,7	10,6
Zhuhai YPM(3).....	0,3	0,2	0,2
Anyang(3).....	0,2	0,2	0,2
Total.....	52,3	55,6	50,0

- (1) O número inclui a produção real, incluindo a plena produção de nossas usinas de pelotização em Omã e das quatro usinas de pelotização, arrendadas no Brasil em 2008. Firmamos um contrato de arrendamento operacional de dez anos para a usina de pelotização da Itabasco, em outubro de 2008. Firmamos um contrato de arrendamento operacional de cinco anos para a usina de pelotização de Kobrasco, em junho de 2008, renovado para mais cinco anos em 2013. Firmamos um contrato de arrendamento operacional de 30 anos para as duas usinas de pelotização da Nibrasco, em maio de 2008.
- (2) Em 1º de julho de 2012, nós assinamos um contrato de arrendamento operacional de três anos com a usina de pelotização da Hispanobras, e começamos a consolidar a sua produção.
- (3) Os dados de produção para a Samarco, Zhuhai YPM e Anyang foram ajustados para refletir nosso controle acionário.

### 1.1.5 Clientes, vendas e comercialização

Fornecemos todo nosso minério de ferro e pelotas (inclusive nossa participação em *joint venture* de produção de pelotas) para a indústria siderúrgica. Os níveis existentes e esperados da demanda por produtos siderúrgicos afetam a demanda por nosso minério de ferro e de pelotas. A demanda por produtos siderúrgicos é influenciada por diversos fatores, como a produção industrial global, a construção civil e os gastos com infraestrutura. Para obter mais informações sobre preços e demandas, consulte *Revisão operacional e financeira e perspectivas — Principais fatores que afetam os preços*.

Em 2013, a China respondeu por 47,7% de nossos embarques de minério de ferro e pelotas e a Ásia, como um todo, respondeu por 64,9%. A Europa respondeu por 18,0%, seguida pelo Brasil, com 11,8%. Nossos dez maiores clientes adquiriram, juntos, 143,6 milhões de toneladas métricas de minério de ferro e pelotas de nossa produção, representando 46,7% de nossos volumes de vendas de minério de ferro e pelotas em 2013 e 42,4% de nossa receita total de minério de ferro e pelotas. Em 2013, nenhum cliente respondeu individualmente por mais de 10,0% de nossos embarques de minério de ferro e pelotas.

Em 2013, os mercados asiático (principalmente Japão, Coreia do Sul e Taiwan) e europeu foram os principais mercados de pelotas para alto-forno, enquanto o Oriente Médio, a América do Norte e a África do Norte foram os principais mercados para pelotas para redução direta.

Damos grande ênfase ao serviço de atendimento ao cliente, a fim de melhorar nossa competitividade. Trabalhamos com nossos clientes para entender seus principais objetivos e fornecer a eles as soluções em minério de ferro que atendam a suas necessidades específicas. Por meio de nossa experiência em processos de mineração, aglomeração e fabricação de ferro, buscamos as soluções técnicas que possibilitem um equilíbrio entre o melhor uso de nossos ativos de mineração de classe mundial e a satisfação de nossos clientes. Acreditamos que nossa capacidade de oferecer aos clientes uma solução completa de minério de ferro e a qualidade de nossos produtos são vantagens extremamente importantes que nos ajudam a melhorar nossa competitividade com relação aos concorrentes que podem estar em uma localização geográfica mais conveniente. Além de fornecer assistência técnica a nossos clientes, temos escritórios de suporte de vendas em Tóquio (Japão), Seul (Coreia do Sul), Cingapura, Dubai (EAU) e Xangai (China), os quais auxiliam nas vendas realizadas pela Vale International, sediada em St. Prex, Suíça, que é uma subsidiária integral da Vale International Holdings GmbH (antiga Vale Austria Holdings GmbH). Esses escritórios também nos permitem manter um contato mais próximo com nossos clientes, monitorar suas exigências e o desempenho de nosso contrato, além de garantir que nossos clientes recebam os produtos em tempo hábil.

Vendemos minério de ferro e pelotas por meio de diferentes acordos, incluindo contratos de longo prazo com clientes, e em spot, por meio de ofertas públicas e plataformas de negociação. Adotamos diferentes mecanismos de preços para as nossas vendas, geralmente ligados ao mercado spot chinês, incluindo basicamente os seguintes sistemas: (i) preços spot diários, (ii) preço spot após a entrega, que consiste em um preço provisório e uma fatura de ajuste após a entrega; (iii) médias atuais trimestrais e mensais; e (iv) média de três meses com uma defasagem de um mês.

### **1.1.6 Concorrência**

O mercado global de minério de ferro e pelotas é extremamente competitivo. Os principais fatores que afetam a concorrência são preço, qualidade e variedade dos produtos oferecidos, confiabilidade, custos operacionais e custos de transporte.

Os nossos maiores concorrentes no mercado asiático estão localizados na Austrália e incluem subsidiárias e afiliadas da BHP Billiton plc ("BHP Billiton"), Rio Tinto Ltd ("Rio Tinto") e Fortescue Metals Group Ltd ("FMG"). Embora os custos de transporte para entrega de minério de ferro da Austrália para os clientes da Ásia sejam, em geral, mais baixos que os nossos, em razão de sua maior proximidade geográfica, somos competitivos no mercado asiático por dois motivos. Primeiramente, as siderúrgicas geralmente procuram obter tipos (ou misturas) de minério de ferro e pelotas que possam produzir o produto final desejado da maneira mais econômica e eficaz. Nosso minério de ferro tem baixos níveis de impurezas e outras propriedades que costumam resultar em custos mais baixos de processamento. Por exemplo, além de seu alto teor, o teor de alumina de nosso minério de ferro é muito baixo comparado ao dos minérios australianos, reduzindo o consumo de coque e aumentando a produtividade nos altos-fornos, o que é importante especialmente durante períodos de grande demanda. Quando a demanda do mercado é forte, o nosso diferencial de qualidade geralmente se sobressai junto aos clientes. Em segundo lugar, as siderúrgicas frequentemente desenvolvem relações de venda baseadas no fornecimento confiável de uma mistura específica de minério de ferro e pelotas.

Em termos de confiabilidade, nossa propriedade e operação das instalações de logística dos Sistemas Norte e Sudeste nos ajudam a garantir que os produtos sejam entregues no prazo e a um custo relativamente baixo. Além disso, continuamos desenvolvendo um portfólio de frete de baixo custo, com o objetivo de melhorar nossa capacidade de oferta de produtos ao mercado asiático a preços competitivos e aumentar nossa participação no mercado. Para apoiar essa estratégia, construímos um centro de distribuição em Omã e duas STF nas Filipinas, e investimos em um centro de distribuição na Malásia. Celebramos contratos de frete de médio e longo prazo, e temos navios, incluindo novos, chamados Valemax. Eles reduzem o consumo de energia e emissões de gases do efeito estufa, transportando uma maior quantidade de carga em uma única viagem, oferecendo taxas de frete mais baixas. Esses investimentos aumentam a velocidade e a flexibilidade para personalização e reduzem o tempo de entrada no mercado necessário para nossos produtos.

Nossos principais concorrentes na Europa são Kumba Iron Ore Limited, Luossavaara Kiirunavaara AB ("LKAB"), Société Nationale Industrielle et Minière ("SNIM") e Iron Ore Company of Canada ("IOC"), uma subsidiária da Rio Tinto. Somos competitivos no mercado europeu pelos mesmos motivos que somos competitivos na Ásia, mas também por causa da proximidade de nossas instalações portuárias dos clientes europeus.

O mercado brasileiro de minério de ferro também é competitivo. Existem vários pequenos produtores de minério de ferro e empresas novas que estão desenvolvendo projetos, tais como Anglo Ferrous Brazil, MMX, Ferrous Resources e Bahia Mineração. Algumas siderúrgicas, como Gerdau S.A. ("Gerdau"), Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN"), V&M do Brasil S.A. ("Mannesmann"), Usiminas e Arcelor Mittal, também têm operações de minério de ferro. Embora o fator preço seja importante, qualidade e confiabilidade também são importantes fatores competitivos. Acreditamos que nossos sistemas de transporte integrado, nosso minério de alta qualidade e nossos serviços técnicos fazem de nós um forte concorrente no mercado brasileiro.

No segmento de pelotas, nossos principais concorrentes são LKAB, Cliffs Natural Resources Inc., Arcelor Mittal Mines Canada (inicialmente chamada de Quebec Cartier Mining Co.), IOC e Gulf Industrial Investment Co.

## 1.2 Carvão

### 1.2.1 Operações

Produzimos carvão metalúrgico e térmico por meio de nossas subsidiárias Vale Moçambique, que opera a Moatize, e a Vale Australia, a qual opera ativos de carvão na Austrália por meio de subsidiárias próprias e *joint ventures* não constituídas. Também temos uma participação minoritária em duas empresas chinesas, Henan Longyu Energy Resources Co., Ltd. ("Longyu") e Shandong Yankuang International Coking Company Ltd. ("Yankuang"), conforme apresentado na tabela a seguir.

Empresa / Complexo de mineração	Local	Descrição / Histórico	Mineralização/ Operações	Título de mineração	Fonte de energia	Acesso/ Transporte
<i>Vale</i>						
<i>Moçambique</i>						
Moatize .....	Tete, Moçambique	Mina a céu aberto, que foi desenvolvida diretamente pela Vale. As operações iniciaram em agosto de 2011 e deverão alcançar uma capacidade de produção nominal de 11 Mtpa, composta principalmente de carvão metalúrgico. A Vale tem uma participação de 95,0% e o restante é de propriedade da Empresa Moçambicana de Exploração Mineira, S.A.	Produz carvão metalúrgico e térmico. O principal produto de marca da Moatize é o Chipanga premium hard coking coal, mas há flexibilidade operacional para vários produtos. O portfólio de produtos ideal virá como resultado de testes de mercado. O carvão das minas é processado em uma unidade de lavagem de carvão ("CHPP") com capacidade para 4.000 toneladas métricas por hora.	Concessão de mineração que termina em 2032, renovável após essa data.	Fornecida por empresas de serviços públicos locais. Fornecimento de back-up no local.	O carvão é transportado da mina até o Porto da Beira pela ferrovia Linha do Sena.
<i>Vale Australia</i>						
Integra Coal .....	Hunter Valley, New South Wales	Mina a céu aberto e mina subterrânea de carvão, adquiridas da AMCI em 2007, localizadas 10 km a noroeste de Singleton, no Vale de Hunter, em New South Wales, na Austrália. A Vale tem uma participação de 61,2% e o restante pertence à Nippon Steel ("NSC"), JFE Group ("JFE"), Posco, Toyota Tsusho Austrália, e Chubu Electric Power Co.	Produz carvão metalúrgico e térmico. As operações englobam uma mina subterrânea de carvão que produz pelos métodos de longwall e uma mina a céu aberto. O carvão das minas é processado em uma "CHPP", com capacidade de 1.200 toneladas métricas por hora.	As licenças de mineração vencem em 2023, 2026, 2030 e 2032.	Fornecidas por meio da rede elétrica nacional. Adquiridas de empresas de serviços públicos regionais.	A produção é carregada em trens e transportadas por 83 km até o Porto de Newcastle, em New South Wales, na Austrália.

Empresa / Complexo de mineração	Local	Descrição / Histórico	Mineralização/ Operações	Título de mineração	Fonte de energia	Acesso/ Transporte
Carborough Downs.....	Bowen Basin, Queensland	Adquirida da AMCI em 2007. As concessões de mineração de Carborough Downs englobam a Rangal Coal Measures, de Bowen Basin, com as jazidas de Leichardt e Vermont. Ambas as jazidas têm propriedades de coqueificação e podem ser beneficiadas para produzir produtos de carvão metalúrgico e de injeção de carvão pulverizado ("ICP"). A Vale tem uma participação de 85,0% e o restante é de propriedade da JFE, Posco, Tata Steel.	Carvão metalúrgico. A jazida de Leichardt é nosso principal objetivo de desenvolvimento e constitui 100% de nossa reserva e base de recursos atuais. O carvão de Carborough Downs é processado na CHPP de Carborough Downs, com capacidade de processamento de 1.000 toneladas métricas por hora, operando sete dias por semana.	Instalações de mineração vencem em 2035 e 2039.	Fornecidas por meio da rede elétrica nacional. Adquiridas de empresas de serviços públicos regionais.	O produto é carregado em trens na estação ferroviária de carga e transportado 163 km até o Terminal Dalrymple Bay Coal, em Queensland, Austrália.
Isaac Plains .....	Bowen Basin, Queensland	A mina a céu aberto de Isaac Plains, adquirida da AMCI em 2007, está localizada próximo à Carborough Downs, na região central de Queensland. A mina é administrada pela Isaac Plains Coal Management, em nome das partes da <i>joint venture</i> . A Vale tem uma participação de 50,0% e o restante das ações é de propriedade de uma subsidiária da Sumitomo.	Carvão metalúrgico e térmico. O carvão é classificado como um carvão betuminoso médio-volátil, com baixo teor de enxofre. O carvão é processado na CHPP da Isaac Plains, a qual possui capacidade para 500 toneladas métricas por hora.	Instalações de mineração vencem em 2025.	Fornecida por meio da rede elétrica nacional. Adquiridas de empresas de serviços públicos regionais.	Transportado por 172 quilômetros até o Terminal Dalrymple Bay Coal.
<b>China</b>						
Longyu.....	Província de Henan, na China	Longyu tem duas minas de carvão em funcionamento, as quais estão localizadas a 10 km e 5 km da cidade de Yongcheng, em Henan Province. A Vale tem uma participação de 25,0% e o restante é de propriedade da Yongmei Group Co., Ltd. (ex-Yongcheng Coal & Electricity (Group) Co. Ltd.), Shanghai Baosteel International Co. Economic & Trading, Ltd. e outros acionistas minoritários. A Vale adquiriu uma participação na Longyu através da	Carvão metalúrgico e térmico e outros produtos relacionados.	Concessões de mineração terminam em 2034.	Fornecida por meio da rede elétrica nacional. Adquiridas de empresas de serviços públicos regionais.	Os produtos são transportados por caminhão ou trem diretamente para os clientes na China ou transportados por caminhão ou trem até o porto Lianyungang.

<b>Empresa / Complexo de mineração</b>	<b>Local</b>	<b>Descrição / Histórico</b>	<b>Mineralização/ Operações</b>	<b>Título de mineração</b>	<b>Fonte de energia</b>	<b>Acesso/ Transporte</b>
		compra de novas ações emitidas.				
Yankuang.....	Shandong Province, China	Usina de coque metalúrgico localizada a 10 km da cidade de Yanzhou, Shandong Province. A Vale tem uma participação de 25,0% e o restante é de propriedade da Yankuang Group Co. e Itochu Corporation. Yankuang foi formada pelos três acionistas.	Coque metalúrgico, metanol, óleo de alcatrão e benzeno. Yankuang tem uma capacidade de produção de 1,7 Mtpa de coque e 200.000 tpa de metanol.	–	Fornecida por meio da rede elétrica nacional. Adquirida de empresas de serviços públicos regionais.	A maioria dos produtos de coque são transportados por trem, enquanto outros produtos são transportados por caminhão diretamente para os clientes na China ou por trem até o porto Rizhao.

### 1.2.2 Produção

A tabela a seguir apresenta as informações sobre a nossa produção de carvão comercializável.

Operação	Tipo de mina	Produção no exercício encerrado em 31 de dezembro		
		2011	2012	2013
(mil toneladas métricas)				
Carvão metalúrgico:				
<i>Vale Australia</i>				
Integra Coal(1)	Subterrânea e a céu aberto	467	962	1.410
Isaac Plains(2)	A céu aberto	635	709	656
Carborough Downs(3)	Subterrânea	1.390	911	2.447
Broadlea(4)	A céu aberto	0	0	0
<i>Vale Moçambique</i>				
Moatize(5)	A céu aberto	275	2.501	2.373
Carvão metalúrgico total		<u>2.766</u>	<u>5.083</u>	<u>6.885</u>
Carvão térmico:				
<i>Vale Colombia</i>				
El Hatillo(6)	A céu aberto	3.565	–	–
<i>Vale Australia</i>				
Integra Coal(1)	A céu aberto	325	351	87
Isaac Plains(2)	A céu aberto	274	381	347
Broadlea(4)	A céu aberto	0	0	0
<i>Vale Moçambique</i>				
Moatize(5)	A céu aberto	342	1.267	1.444
Carvão térmico total		<u>4.506</u>	<u>1.999</u>	<u>1.878</u>

- (1) Esses dados correspondem a nossa participação de 61,2% na Integra Coal, uma *joint venture* não constituída.
- (2) Esses dados correspondem a nossa participação de 50,0% na Isaac Plains, uma *joint venture* não constituída.
- (3) Esses dados correspondem a nossa participação de 85,0% na Carborough Downs, uma *joint venture* não constituída.
- (4) A Broadlea Coal está em reparo e manutenção desde dezembro de 2009.
- (5) Moatize iniciou sua produção em agosto de 2011.
- (6) Vendemos a mina El Hatillo no segundo trimestre de 2012.

### 1.2.3 Clientes e vendas

As vendas de carvão de nossas operações australianas são voltadas, principalmente, para a Ásia Oriental. As vendas de carvão das nossas operações de Moatize, em Moçambique, visam os mercados globais de aço, incluindo a Ásia, Índia, África, Europa e as Américas. Nossas *joint ventures* de carvão chinesas direcionaram suas vendas ao mercado interno chinês.

### 1.2.4 Concorrência

A indústria mundial de carvão compreende os mercados de carvão preto (metalúrgico e térmico) e marrom (linhito), sendo altamente competitiva.

O crescimento na demanda por aço, especialmente na Ásia, sustenta a forte demanda por carvão metalúrgico e térmico. Prevemos forte oferta e preços baixos para carvão metalúrgico nos próximos anos, o que reduzirá investimentos em novos projetos *greenfield* e pode resultar em desequilíbrios de oferta no longo prazo. Restrições portuárias e ferroviárias restrições em determinadas regiões de abastecimento podem provocar uma disponibilidade limitada da produção do carvão metalúrgico, sem investimentos significativos.

A concorrência na indústria de carvão baseia-se, principalmente, na economia dos custos de produção, na qualidade do carvão e nos custos de transporte. Nossos principais pontos fortes incluem a localização geográfica estratégica das nossas bases atuais e futuras de fornecimento e nossos custos de produção em relação aos outros produtores.

Os principais participantes do mercado de carvão transoceânico são as subsidiárias e afiliadas e *joint ventures* da BHP Billiton, Glencore Xstrata, Anglo American, Rio Tinto, Teck Cominco, Peabody, Walter Energy e o Grupo Shenhua, entre outros.

### 1.3 Minério de manganês e ferroligas

#### 1.3.1 Operações e produção de minério de manganês

Realizamos nossas operações de manganês no Brasil por meio de nossas subsidiárias integrais Vale Manganês S.A. (“Vale Manganês”), Vale Mina do Azul S.A. e MCR. Nossas minas produzem três tipos de derivados de manganês:

- minério metalúrgico, utilizado principalmente na produção de ferroligas;
- dióxido de manganês natural, adequado à fabricação de baterias eletrolíticas; e
- minério químico, utilizado em vários setores para a produção de fertilizantes, pesticidas e ração animal, além de ser usado também como pigmento na indústria de cerâmica.

Complexo de mineração	Empresa	Local	Descrição/Histórico	Mineralização	Operações	Fonte de energia	Acesso/Transporte
Azul .....	Vale Mina do Azul S.A.	Estado do Pará	Operações de mineração a céu aberto e usinas de beneficiamento locais.	Minérios de alto teor (teor mínimo de 40% de manganês)	Britagem e fases de classificação, produzindo granulados e finos.	Fornecida por meio da rede elétrica nacional. Adquirida de empresas de serviços públicos regionais.	O minério de manganês é transportado por caminhão e pela EFC até o terminal marítimo de Ponta da Madeira.
Morro da Mina ....	Vale Manganês	Estado de Minas Gerais	Operações de mineração a céu aberto e uma grande usina de beneficiamento.	Minérios de baixo teor (24% de manganês).	Britagem e fases de classificação de médio denso/triagem, produzindo granulados e finos para as usinas de ferroliga de Barbacena e Ouro Preto.	Fornecidas por meio da rede elétrica nacional. Adquirida de empresas de serviços públicos regionais.	O minério de manganês é transportado por caminhão para as usinas de ferroliga de Barbacena e Ouro Preto.
Urucum.....	Urucum	Estado do Mato Grosso do Sul	Operações de mineração subterrânea e usinas de beneficiamento locais.	Minérios de alto teor (teor mínimo de 40% de manganês)	Britagem e fases de classificação, produzindo granulados e finos.	Fornecidas por meio da rede elétrica nacional. Adquirida de empresas de serviços públicos regionais.	O minério de manganês é transportado para o porto de Rosario (Argentina) por meio de barcas que trafegam nos rios Paraguai e Paraná.

A tabela a seguir apresenta informações sobre nossa produção de manganês.

Mina	Tipo	Produção no exercício encerrado em 31 de dezembro			Recuperação do Processo em 2013
		2011	2012	2013	

		(milhões de toneladas métricas)			(%)
Azul .....	A céu aberto	2,1	1,9	1,9	57,8
Morro da Mina .....	A céu aberto	0,1	0,2	0,1	65,6
Urucum .....	Subterrânea	0,3	0,3	0,4	81,9
Total .....		<u>2,5</u>	<u>2,4</u>	<u>2,4</u>	2,4

### 1.3.2 Operações e produção de ferroligas

Realizamos nossos negócios de ferroliga por meio de nossa subsidiária integral Vale Manganês.

A produção de ferroligas consome quantidades significativas de eletricidade, representando 5,7% de nosso consumo total em 2013. A eletricidade utilizada em nossas usinas de ferroligas é fornecida por meio de contratos de aquisição de energia de longo prazo. Para obter informações sobre os riscos associados a possíveis problemas no fornecimento de energia, consulte *Fatores de risco*.

Produzimos vários tipos de ferroligas de manganês, como ligas de manganês de alto e médio carbono e ferro silício manganês.

Usina	Local	Descrição/Histórico	Capacidade nominal	Fonte de energia
Usinas de Minas Gerais .....	Cidades de Barbacena e Ouro Preto	Barbacena tem 6 fornos, duas estações de refino e uma usina de briquetagem. Ouro Preto tem 3 fornos.	74.000 toneladas são processadas por ano na usina de Barbacena e 65.000 toneladas por ano na usina de Ouro Preto.	Fornecida por meio da rede elétrica nacional. Energia também obtida de produtores independentes, por meio de contratos de longo prazo.
Usina da Bahia .....	Cidade de Simões Filho	Quatro fornos, dois conversores e uma usina de sinterização.	150.000 toneladas por ano.	Fornecidas por meio da rede elétrica nacional. Energia também obtida de produtores independentes, por meio de contratos de longo prazo.

A tabela a seguir apresenta informações sobre nossa produção de ferroligas.

Usina	Produção no exercício encerrado em 31 de dezembro		
	2011	2012	2013
		(mil toneladas métricas)	
Barbacena .....	67	65	45
Ouro Preto .....	61	62	48
Simões Filho .....	76	79	82
Total .....	<u>204</u>	<u>206</u>	<u>175</u>

### 1.3.3 Minério de manganês e ferroliga: vendas e concorrência

Os mercados de manganês e ferroligas são altamente competitivos. A concorrência no mercado de minério de manganês ocorre em dois segmentos. O minério de manganês de alto teor compete em bases transoceânicas globais, enquanto o minério de baixo teor compete em bases regionais. Para algumas ferroligas, o minério de alto teor é obrigatório, enquanto para outras, o minério de alto e baixo teor são complementares. Os principais fornecedores de minérios de alto teor estão localizados na África do Sul, Gabão, Austrália e Brasil. Os principais produtores de minérios de baixo teor estão localizados na Ucrânia, China, Gana, Cazaquistão, Índia e México.



O mercado de ferroliga é caracterizado por um grande número de participantes que compete principalmente com base no preço. Os principais fatores competitivos desse mercado são os custos do minério de manganês, da eletricidade, da logística e dos redutores. Concorremos com produtores independentes e integrados que também operam seu próprio minério. Nossos concorrentes estão localizados principalmente em países produtores de minério de manganês e aço. Para obter mais informações sobre preços e demandas, consulte *Revisão operacional e financeira e perspectivas — Principais fatores que afetam os preços*.

## **2. Metais básicos**

### **2.1 Níquel**

#### **2.1.1 Operações**

Realizamos nossas operações de níquel principalmente por meio de nossa subsidiária integral Vale Canada, a qual opera dois sistemas de produção de níquel, um no Atlântico Norte e outro na Ásia-Pacífico. Um terceiro sistema de produção de níquel, Onça Puma, no Atlântico Sul, retomou suas atividades de *ramp-up* no final de 2013. Nossas operações de níquel estão apresentadas na tabela a seguir.

Sistema de mineração/Empresa	Local	Descrição/Histórico	Operações	Título de mineração	Fonte de energia	Acesso/Transporte
<i>Atlântico Norte</i> Vale Canada.....	Canadá — Sudbury, Ontário	Operações integradas de mineração, moagem, smelting e refino para transformar minério em níquel refinado, com uma capacidade nominal de 66.000 toneladas métricas de níquel refinado por ano e alimentação adicional de óxido de níquel para a refinaria no País de Gales. As operações de mineração em Sudbury começaram em 1885. A Vale adquiriu Sudbury quando adquiriu a Inco Ltd. em 2006.	Principalmente operações de mineração subterrâneas com corpos de minério de níquel sulfetado que também contém alguma quantidade de cobre, cobalto, PGMs, ouro e prata. A construção da mina de Totten foi concluída em 2013. Também realizamos o smelting e o refino do concentrado de níquel em nossas operações na Voisey's Bay. Além de produzir níquel acabado em Sudbury, enviamos um produto intermediário de óxido de níquel para nossa refinaria de níquel no País de Gales para o processamento dos produtos finais. Também temos capacidade para enviar óxido de níquel às nossas refinarias asiáticas.	Direitos minerais patenteados sem prazo de validade; leases de mineração terminando entre 2014 e 2025; e licença de mineração de ocupação com prazo de validade indeterminado.	Fornecida pela rede elétrica de Ontário e produzida diretamente pela Vale.	Localizado na rodovia Trans-Canadá e duas principais ferrovias que atravessam a área de Sudbury. Os produtos acabados são entregues para o mercado norte-americano por caminhão. Para clientes no exterior, os produtos são carregados em contêineres e viajam de maneira intermodal (caminhão/trem/navio cargueiro) para os portos da costa leste e oeste do Canadá.
Vale Canada.....	Canadá — Thompson, Manitoba	Operações integradas de mineração, moagem, smelting e refino para transformar minério em níquel refinado, com uma capacidade nominal de 45.000 toneladas métricas de níquel refinado por ano. A mineralização na Thompson foi descoberta em 1956 e foi adquirida pela Vale em 2006.	Principalmente operações subterrâneas de mineração com corpos de minério de níquel sulfetado que também contém alguma quantidade de cobre e cobalto. O concentrado local combina com o concentrado de níquel de nossas operações em Voisey's Bay para <i>smelting</i> e refino até chegar a um produto de chapa de níquel de alta qualidade. Estamos considerando eliminar os processos de smelting e refino em Thompson devido às novas normas federais de emissão de dióxido de enxofre que devem entrar em vigor em 2015.	Pedido junto ao Conselho de Locações vence entre 2020 e 2030; os leases de mineração vencem em 2034.	Fornecida por empresas de serviços públicos da província.	Os produtos acabados são entregues para o mercado norte-americano por caminhão. Para clientes no exterior, os produtos são carregados em contêineres e viajam de maneira intermodal (caminhão / trem / navio cargueiro) para o destino final, por meio dos portos da costa leste e oeste do Canadá.
Vale Newfoundland & Labrador Limited.....	Canada — Voisey's Bay, Newfoundland e Labrador	Mineração a céu aberto e usinagem de minério em produtos intermediários - concentrados de níquel e cobre. As Operações de Voisey Bay começaram em 2005 e foram compradas pela Vale em 2006.	Compreende a mina a céu aberto Ovoid, e depósitos com potencial para operações subterrâneas em estágios posteriores. Extraímos corpos de minério de níquel sulfetado, que também contém alguma quantidade de cobre e cobalto. Os concentrados de níquel são atualmente enviados para nossas operações em Sudbury e Thompson, para o processamento final (smelting e refino), enquanto o concentrado de cobre é vendido no	Concessões de mineração terminam em 2027.	100% fornecida pelos geradores a diesel da Vale.	Os concentrados de níquel e cobre são transportados até o porto por caminhões e enviados por navios de granéis sólidos para os mercados externos ou nossas operações canadenses de refino.

Sistema de mineração/Empresa	Local	Descrição/Histórico	Operações	Título de mineração	Fonte de energia	Acesso/Transporte
Vale Europe Limited.....	Reino Unido — Clydach, País de Gales	Refinaria de níquel autônoma (produtora de níquel refinado), com capacidade nominal de 40 mil toneladas métricas por ano. A Refinaria de Clydach iniciou suas operações em 1902 e foi adquirida pela Vale em 2006.	mercado. Assim que a refinaria de Long Harbour estiver operando, o nosso concentrado de níquel de Labrador será redirecionado para as instalações e processados prioritariamente.  Processa um produto intermediário de níquel, o óxido de níquel, fornecido pela Sudbury ou Matsuzaka para produzir níquel refinado na forma de pó e pelotas.	—	Fornecida por meio da rede elétrica nacional.	Transportados para o cliente final no Reino Unido e na Europa continental por caminhão. Os produtos enviados para clientes no exterior são transportados por caminhão até os portos de Southhampton e Liverpool e embarcados por contêineres oceânicos.
<b>Ásia-Pacífico</b>						
PT Vale Indonesia Tbk ("PTVI," inicialmente chamada de PT International Nickel Indonesia Tbk) .....	Indonésia — Sorowako, Sulawesi	Área de mineração a céu aberto e a respectiva instalação de processamento (produtora de matte de níquel, um produto intermediário), com capacidade nominal de aproximadamente 80.000 toneladas métricas de níquel em <i>matte</i> por ano. As ações da PTVI são negociadas na Bolsa de Valores da Indonésia. Detemos, indiretamente, uma participação de 59,3% no capital social da PTVI e a Sumitomo Metal Mining Co., Ltd ("Sumitomo") detém 20,1% e a Sumitomo Corporation detém 0,1% e o público detém 20,5%. A PTVI foi constituída em 1968, iniciou suas operações em 1978 e foi adquirida pela Vale em 2006.	A PTVI extrai minério de níquel laterítico e produz matte de níquel, que é enviado principalmente para refinarias de níquel no Japão. De acordo com os contratos de venda garantida durante a vida útil da mina, a PTVI vende 80% de sua produção para a sua subsidiária integral Vale Canada e 20% para a Sumitomo.	O contrato de trabalho vence em 2025, o qual está sendo renegociado com o governo indonésio.	Produzida pelas usinas hidroelétricas de baixo custo da PVTI no Rio Larona (atualmente existem três unidades). A PTVI possui geradores térmicos para completar seu suprimento de energia hidroelétrica com uma fonte de energia que não esteja sujeita a fatores hidrológicos.	Transportados por caminhão por aproximadamente 55 km até o porto do rio, em Malili, e carregados em barcaças para carregar navios de carga geral e envio para o Japão.
Vale Nouvelle-Calédonie ("VNC").....	Nova Caledônia — Província do Sul	Operações de mineração e processamento (produtora de óxido de níquel e carbonato de cobalto) As ações da VNC são detidas pela Vale (80,5%),	Nossas operações de níquel na Nova Caledônia estão em <i>ramp up</i> . A VNC utiliza um processo de lixiviação ácida de alta pressão ("HPAL") para tratar minérios laterítico limonítico e laterítico	Concessões de mineração terminando entre 2015 e 2051.	Fornecida por meio da rede elétrica nacional e por produtores independentes.	Os produtos são carregados em contêineres e transportados por caminhão por

Sistema de mineração/Empresa	Local	Descrição/Histórico	Operações	Título de mineração	Fonte de energia	Acesso/Transporte
		Sumic (14,5%) e Société de Participation Mini��re du Sud Caledonien SAS ("SPMSC") (5%) (1).	saprolítico. Esperamos continuar o <i>ramp up</i> da VNC nos próximos três anos, para alcançar uma capacidade de produ��o nominal de 57.000 toneladas métricas por ano de óxido de níquel, que serão posteriormente tratados em nossas instala��es na Ásia, e na forma de 4.500 toneladas métricas de cobalto, na forma de carbonato.			aproximadamente 4 km até o porto de Prony.
Vale Japan Limited.....	Japão — Matsuzaka	Refinaria de níquel aut��noma (produtora de níquel intermediário e refinado), com capacidade nominal de 60.000 toneladas métricas ao ano. A Vale tem uma participa��o de 87,2% das a��es e a Sumitomo det��m o restante das a��es. A refinaria foi construída em 1965 e adquirida pela Vale em 2006.	Produz produtos intermediários para posterior processamento em nossas refinarias na China, Core��ia e Taiwan, e os produtos acabados de níquel utilizando matte de níquel fornecido pela PTVI.	—	Fornecida por meio da rede elétrica nacional. Adquirida de empresas de serviços públicos regionais.	Os produtos são transportados por caminhão em estradas públicas para clientes no Japão. Para clientes no exterior, os produtos são carregados em contêineres na usina e enviados pelos portos de Yokkaichi e Nagoya.
Vale Taiwan Ltd.....	Taiwan — Kaoshiung	Refinaria de níquel aut��noma (produtora de níquel refinado), com capacidade nominal de 18.000 toneladas métricas por ano. A refinaria iniciou a produ��o em 1983 e foi adquirida pela Vale em 2006.	Produz níquel refinado para o setor de aço inoxidável, usando produtos intermediários das nossas opera��es em Matsuzaka e Nova Caledônia.	—	Fornecida por meio da rede elétrica nacional. Adquirida de empresas de serviços públicos regionais.	Transportados por caminhão em estradas públicas para clientes em Taiwan. Para clientes no exterior, os produtos são carregados em contêineres na usina e enviados pelo porto de Kaoshiung.
Vale Nickel (Dalian) Co., Ltd.....	China — Dalian, Liaoning	Refinaria de níquel aut��noma (produtora de níquel refinado), com capacidade nominal de 32.000 toneladas métricas por ano. A Vale det��m 98,3% das a��es e a Ningbo Sunhu Chemical Products Co., Ltd. possui o 1,7% restante. A refinaria iniciou a produ��o em 2008.	Produz níquel refinado para o setor de aço inoxidável, usando produtos intermediários, principalmente de nossas opera��es em Matsuzaka e Nova Caledônia.	—	Fornecida por meio da rede elétrica nacional. Adquirida de empresas de serviços públicos regionais.	O produto é transportado por caminhão em estradas públicas e por linhas férreas para os clientes na China. Também é fornecido em contêineres para o exterior e alguns clientes nacionais.
Korea Nickel Corporation...	Coreia do Sul — Onsan	Refinaria de níquel aut��noma (produtora de níquel refinado), com capacidade nominal de 30.000 toneladas métricas por ano. A Vale det��m 25,0% das	Produz níquel refinado para o setor de aço inoxidável local na Coreia, usando principalmente produtos intermediários que cont��m cerca de 75% de níquel (na forma de óxido de níquel) de nossas	—	Fornecida por meio da rede elétrica nacional. Adquirida de empresas de serviços públicos regionais.	A produ��o da KNC é transportada por caminhão em estradas públicas para clientes na Coreia e ��

Sistema de mineração/Empresa	Local	Descrição/Histórico	Operações	Título de mineração	Fonte de energia	Acesso/Transporte
		ações e o restante é de propriedade da Korea Zinc Co., Ltd, Posteel Co., Ltd, Young Poong Co., Ltd. e outras. A refinaria iniciou a produção em 1989.	operações em Matsuzaka.			exportada em contêineres para os clientes no exterior a partir dos portos de Busan e Ulsan.
<i>Atlântico Sul</i>						
Vale/Onça Puma.....	Brasil — Ourilândia do Norte, Pará	Operação de mineração, smelting e refino produzindo ferro-níquel de alta qualidade para aplicação na indústria de aço inoxidável.	A mina de Onça Puma está construída sobre uma jazida de níquel laterítico de minério de laterita saprolítico. A operação produz ferro-níquel através do processo de forno elétrico rotativo. Retomamos as operações com uma única linha em 2013, com a primeira produção de metal no quarto trimestre de 2013. A capacidade nominal da operação de linha única é estimada em 25.000 toneladas métricas por ano. Vamos avaliar as oportunidades para reiniciar as operações da segunda linha, dependendo das perspectivas de mercado e considerações de desempenho do forno de linha única.	Concessão de mineração por período indeterminado.	Fornecida por meio da rede elétrica nacional. Adquirida de empresas de serviços públicos regionais ou produzida diretamente pela Vale.	O ferro-níquel é transportado por estrada pública pavimentada e pela EFC até o terminal marítimo de Itaqui, no Estado do Maranhão. A exportação é realizada em contêineres oceânicos.

(1) A Sumic, uma *joint venture* entre a Sumitomo e a Mitsui, tem a opção de nos vender todas as suas ações na VNC em determinadas condições – consulte a Nota 31 sobre nossos demonstrativos financeiros consolidados. Uma vez que o início da produção comercial seja alcançado em VNC, a Sumic terá uma opção de compra de 6,5% de VNC, o que representa a diluição da participação da Sumic que ocorreu como resultado do acordo de outubro de 2012. A SPMSC tem a obrigação de aumentar sua participação na VNC para 10% em dois anos a partir do início da produção comercial.

## 2.1.2 Produção

A tabela a seguir apresenta nossa produção anual por mina em operação (ou de forma agregada para a PTVI por ter áreas de mineração, ao invés de minas) e o teor médio de minério contido de níquel e cobre. A produção na PTVI representa o produto proveniente dos fornos de secagem fornecido às operações de smelting da PTVI e não inclui perdas de níquel derivadas de smelting. Para nossas operações em Sudbury, Thompson e Voisey Bay, a produção e o teor médio representam o produto enviado para as respectivas plantas de processamento dessas operações e não incluem ajustes ligados a beneficiamento, smelting ou refino. A tabela a seguir apresenta informações sobre a produção de minério em nossos complexos de mineração de níquel.

	2011			2012			2013		
	(milhares de toneladas métricas, exceto percentagens)								
	Produção	Teor		Produção	Teor		Produção	Teor	
% Cobre		% Níquel	% Cobre		% Níquel	% Cobre		% Níquel	
<i>Minas em operação em Ontário</i>									
Copper Cliff North.....	892	1,15	1,03	792	1,09	0,92	913	1,32	1,28
Creighton.....	991	1,72	2,22	797	1,80	1,84	915	2,01	2,19
Stobie.....	1.568	0,61	0,74	2.006	0,56	0,66	1.887	0,59	0,65
Garson.....	640	1,78	2,08	643	1,56	1,61	815	1,42	1,75
Coleman.....	1.363	3,02	1,77	1.062	2,58	1,51	1.515	3,15	1,52
Ellen.....	131	0,45	0,90	371	0,44	0,93	109	0,49	1,00
Totten.....	28	1,01	0,97	6	2,37	1,15	64	1,84	1,92
Gertrude.....	–	–	–	36	0,27	0,72	196	0,32	0,89
Total das operações em Ontário.....	<u>5.612</u>	1,61%	1,45%	<u>5.714</u>	1,29%	1,14%	<u>6.414</u>	1,61%	1,33%
<i>Minas em operação em Manitoba</i>									
Thompson.....	1.182	–	1,76	1.160	–	1,86	1.175	–	2,07
Birchtree.....	721	–	1,36	643	–	1,34	613	–	1,39
Total das operações em Manitoba.....	<u>1.903</u>	–	1,61%	<u>1.804</u>	–	1,67%	<u>1.788</u>	–	1,84%
<i>Minas em operação em Voisey's Bay</i>									
Ovoid.....	<u>2.366</u>	2,39%	3,38%	<u>2.351</u>	1,94%	3,11%	<u>2.318</u>	1,68%	2,89%
<i>Áreas de mineração em operação em Sulawesi</i>									
Sorowako.....	<u>3.848</u>	–	1,95%	<u>3.678</u>	–	2,02%	<u>4.369</u>	–	2,00%
<i>Minas em operação na Nova Caledônia</i>									
VNC.....	<u>1.043</u>	–	1,29%	<u>1.179</u>	–	1,27%	<u>1.860</u>	–	1,36%
<i>Minas em operação no Brasil</i>									
Onça Puma.....	<u>1.466</u>	–	1,86%	<u>1.975</u>	–	1,87%	<u>263</u>	–	2,28%

A tabela a seguir apresenta informações sobre a nossa produção de níquel, incluindo: (i) níquel refinado em nossas instalações e (iii) produtos intermediários para venda. Os dados abaixo estão apresentados com base na fonte de minério.

Mina	Tipo	Produção no exercício encerrado em 31 de dezembro		
		2011	2012	2013
		(mil toneladas métricas)		
Sudbury(1).....	Subterrânea	59,7	65,5	69,4
Thompson(1).....	Subterrânea	25,0	24,2	24,5
Voisey's Bay (2).....	A céu aberto	68,9	61,9	63,0
Sorowako(3).....	A céu aberto	67,8	69,0	78,8
Onça Puma(4).....	A céu aberto	7,0	6,0	1,9
Nova Caledônia(5).....	A céu aberto	5,1	4,5	16,3
Externo(6).....	–	8,0	5,9	6,4
Total(7).....		241,5	237,0	260,2

- (1) Produção apenas de níquel primário (ou seja, não inclui o níquel secundário de terceiros).  
 (2) Inclui o níquel refinado produzido nas nossas operações em Sudbury e Thompson.  
 (3) Temos uma participação de 59,3% na PTVI, proprietária das minas de Sorowako, e esses dados incluem as participações minoritárias.  
 (4) Apenas produção primária. Níquel contido em ferro-níquel.  
 (5) Temos uma participação de 80,5% na PTVI, e esses dados incluem as participações minoritárias. Níquel contido em NHC e NiO.  
 (6) Níquel refinado processado em nossas instalações utilizando recursos adquiridos de terceiros.  
 (7) Esses números não incluem tolling of feeds para terceiros.

### 2.1.3 Clientes e vendas

Nossos clientes de níquel estão distribuídos no mundo inteiro. Em 2013, 44% do total de nossas vendas de níquel foram enviados para clientes na Ásia, 28% na América do Norte, 27% na Europa e 1% para outros mercados. Temos contratos de curto prazo de volume fixo com os clientes para a maioria das vendas anuais previstas de níquel. Esses contratos, em geral, proporcionam uma demanda estável de uma porção significativa de nossa produção anual.

O níquel é um metal negociado em bolsa, cotado na LME, e a maioria dos produtos de níquel tem seu preço definido de acordo com um desconto ou prêmio sobre o preço na LME, dependendo principalmente das características físicas e técnicas do produto de níquel. Nossos produtos de níquel refinado representam o que é conhecido na indústria como níquel “primário”, ou seja, o níquel produzido principalmente de minérios de níquel (ao contrário do níquel “secundário”, que é recuperado de material reciclado que contém níquel). Os produtos de níquel primário refinados distinguem-se de acordo com as seguintes características, as quais determinam o nível de preço do produto e sua adequação para várias aplicações de uso final:

- teor de níquel e pureza: (i) os produtos intermediários têm vários níveis de teor de níquel, (ii) o níquel pig iron tem 1,5% a 6% de níquel, (iii) o ferro-níquel tem 10% a 40% de níquel, (iv) o níquel refinado tem menos de 99,8% de níquel, incluindo produtos como Tonimet™ e Utility nickel™, (v) o teor de níquel LME padrão tem, no mínimo, 99,8% de níquel, e (vi) o níquel de alta pureza tem no mínimo 99,9% de níquel e ausência de impurezas de elementos específicos;
- forma (como pelotas, discos, quadrados, tiras e espumas); e
- tamanho.

Em 2013, as principais aplicações finais do níquel foram:

- aço inoxidável austenítico (66% do consumo mundial de níquel);
- ligas não ferrosas, ligas de aço e fundição (17% do consumo mundial de níquel);
- revestimento de níquel (7% do consumo mundial de níquel); e

- aplicações especiais, como baterias, produtos químicos e pó metalúrgico (10% do consumo mundial de níquel).

Em 2013, 63% de nossas vendas de níquel refinado foram feitas para aplicações que excluem o aço inoxidável, em comparação à média da indústria de produtores de níquel primário de cerca de 34%, proporcionando maior estabilidade para nossos volumes de venda. Como resultado de nosso foco nesses segmentos de alto valor, nossos preços médios praticados de níquel refinado têm superado, de maneira constante, os preços à vista do metal na LME.

Oferecemos vendas e suporte técnico a nossos clientes no mundo inteiro. Temos uma rede de marketing global bem estabelecida para o níquel refinado, baseada em nossa matriz em Toronto, no Canadá. Também temos escritórios de vendas e suporte técnico em St. Prex (Suíça), Saddle Brook, New Jersey (Estados Unidos), Tóquio (Japão), Xangai (China), Cingapura e Kaohsiung (Taiwan). Para obter mais informações sobre preços e demanda, consulte *Revisão operacional e financeira e perspectivas - Principais fatores que afetam os preços*.

#### 2.1.4 Concorrência

O mercado global de níquel é altamente competitivo. Nossos principais pontos fortes para concorrência são nossas minas de longa vida, nossos baixos custos de produção com relação a outros produtores de níquel, nossas sofisticadas tecnologias de exploração e processamento e nosso portfólio de produtos diversificado. Nosso marketing de alcance mundial, mix de produtos diversificados e suporte técnico orientam nossos produtos para as aplicações e regiões geográficas que oferecem as maiores margens aos produtos.

Nossos fornecimentos de níquel representaram 13% do consumo mundial de níquel primário em 2013. Além de nós, os maiores fornecedores na indústria de níquel (cada um com suas próprias instalações integradas, incluindo operações de mineração, processamento, refino e comercialização de níquel) são a Mining and Metallurgical Company Norilsk Nickel ("Norilsk"), Jinchuan Nonferrous Metals Corporation ("Jinchuan"), BHP Billiton e Glencore Xstrata. Junto conosco, essas empresas representaram aproximadamente 47% da produção mundial de níquel primário refinado em 2013.

Embora a produção de aço inoxidável seja o principal driver de demanda global de níquel, os produtores de aço inoxidável podem usar os produtos de níquel com uma ampla variedade de teor de níquel, inclusive o níquel secundário (sucata). A escolha entre o níquel primário e o secundário baseia-se principalmente em seus preços relativos e disponibilidade. Nos últimos anos, o níquel secundário contribuiu com cerca de 44% a 47% do total de níquel utilizado na fabricação de aço inoxidável e o níquel primário contribuiu com cerca de 53% a 56%. Esse produto de baixo teor de níquel, fabricado na China a partir de minérios lateríticos importados (em sua maioria das Filipinas e da Indonésia), é adequado principalmente para a produção de aço inoxidável. Com os preços mais altos do níquel e uma intensa demanda por parte da indústria de aço inoxidável, a produção interna níquel pig iron e ferro-níquel de baixo teor continua a aumentar na China. Estima-se que, em 2013, a produção chinesa de níquel pig iron e ferro-níquel tenha sido superior a 490.000 toneladas métricas, representando 25% do fornecimento mundial de níquel primário. Esperamos que a implementação da lei indonésia de mineração que restringe a exportação de minérios em estado bruto, afete a produção chinesa de níquel pig iron e ferro-níquel daqui para frente.

A concorrência no mercado de níquel baseia-se principalmente na qualidade, confiabilidade de fornecimento e preço. Acreditamos que nossas operações são competitivas no mercado de níquel por causa da alta qualidade de nossos produtos de níquel e nossos custos de produção relativamente baixos.



## 2.2 Cobre

### 2.2.1 Operações

Realizamos nossas operações de cobre no Brasil por meio da matriz e no Canadá e Chile por intermédio de nossas subsidiárias.

Complexo de mineração/Local	Local	Descrição/Histórico	Mineralização/Operações	Título de mineração	Fonte de energia	Acesso/Transporte
<b>Brasil</b>						
Vale/Sossego ...	Carajás, Estado do Pará.	Duas áreas principais de cobre, Sossego e Sequeirinho e uma instalação de processamento para concentrar o minério. Sossego foi desenvolvido pela Vale e iniciou a produção em 2004.	O minério de cobre é explorado pelo método de mina a céu aberto e o minério ROM é processado por meio de britagem primária e transporte, moagem SAG (um moinho semiautógeno que utiliza um grande tambor rotativo cheio de minério, água e esferas trituradoras de aço que transformam o minério em uma pasta fina), moagem, flutuação de cobre em concentrado, dispensa de refugo, espessador de concentrado, filtragem e descarga.	Concessão de mineração por período indeterminado.	Fornecida por meio da rede elétrica nacional. Adquiridos da Eletronorte, nos termos de contratos de compra de energia ou produzidos diretamente pela Vale.	O concentrado é transportado de caminhão até o terminal de armazenamento em Parauapebas e, em seguida, levado pela Estrada de Ferro de Carajás (EFC) até o terminal marítimo de Ponta da Madeira, em São Luís, Maranhão. Construímos uma estrada de 85 km para ligar Sossego a Parauapebas.
Vale/Salobo .....	Carajás, Estado do Pará.	Salobo I está em <i>ramp up</i> para uma capacidade total de 100.000 tpa de cobre em concentrados. Espera-se que Salobo chegue a uma capacidade total de 200.000 tpa em 2016, após a expansão da Salobo II.	Nossa mina de cobre e ouro de Salobo é explorada pelo método de mina a céu aberto e o funcionamento da mina é processado por meio de britagem primária e secundária padrão, transporte, trituração por pressão de rolete, fresagem com esfera, flutuação de concentrado de cobre, descarte de resíduos, adensamento de concentrado, filtragem e descarga.	Concessão de mineração por período indeterminado.	Fornecida por meio da rede elétrica nacional. Adquiridos da Eletronorte, nos termos de contratos de compra de energia ou produzidos diretamente pela Vale.	O concentrado é transportado de caminhão até o terminal de armazenamento em Parauapebas e, em seguida, levado pela Estrada de Ferro de Carajás (EFC) até o terminal marítimo de Ponta da Madeira, em São Luís, Maranhão. Construímos uma estrada de 90 km para ligar Salobo a Parauapebas.
<b>Canadá</b>						
Vale Canada ....	Canadá — Sudbury, Ontário	Veja — <i>Metais Básicos — Níquel — Operações</i>	Geramos dois produtos intermediários de cobre: concentrados de cobre e ânodos de cobre e também produzimos cátodos de cobre eletrolítico como subproduto de nossas operações de refino de níquel.	Consulte a tabela de nossas operações de níquel		
Vale Canada / Baía de Voisey.....	Canadá — Voisey's Bay, Newfoundland e Labrador	Veja — <i>Metais Básicos — Níquel — Operações</i>	Na Voisey's Bay, produzimos concentrados de cobre.	Consulte a tabela de nossas operações de níquel		

<b>Complexo de mineração/Local</b>	<b>Local</b>	<b>Descrição/Histórico</b>	<b>Mineralização/Operações</b>	<b>Título de mineração</b>	<b>Fonte de energia</b>	<b>Acesso/Transporte</b>
<b>Zâmbia</b>						
Lubambe.....	Zambian Copperbelt	Mina de cobre Lubambe (inicialmente chamada Konkola North), que inclui uma mina subterrânea, usina e infraestrutura relacionada. TEAL (nossa <i>joint venture</i> 50/50 com a ARM) tem uma participação de 80% em Lubambe. A Zambia Consolidated Copper Mines Investment Holding PLC Ltd. detém a participação restante (20%).	Capacidade nominal de produção de 45.000 toneladas métricas por ano de cobre em concentrados. Produção iniciada em outubro de 2012.	Concessões de mineração terminam em 2033.	Contrato de abastecimento de energia de longo prazo com a Zesco (fornecedora de energia de propriedade da Zâmbia).	Os concentrados de cobre são transportados por caminhão para os smelters locais.

### 2.2.2 Produção

A tabela a seguir apresenta informações sobre nossa produção de cobre.

Mina	Tipo	Produção no exercício encerrado em 31 de dezembro		
		2011	2012	2013
(mil toneladas métricas)				
<i>Brasil:</i>				
Salobo .....	A céu aberto	–	13	65
Sossego .....	A céu aberto	109	110	119
<i>Canadá:</i>				
Sudbury .....	Subterrânea	101	79	103
Voisey's Bay .....	A céu aberto	51	42	36
Thompson .....	Subterrânea	1	3	2
Externo (1) .....	–	31	29	24
<i>Chile:</i>				
Tres Valles (2) .....	A céu aberto e subterrânea	9	14	11
<i>Zâmbia:</i>				
Lubambe(3).....	Subterrânea	–	1	9
Total.....		302	290	370

(1) Processamos cobre em nossas instalações utilizando recursos adquiridos de terceiros.

(2) Vendemos a mina Tres Valles em Dezembro de 2013. A produção de 2013 é até o final de outubro.

(3) A capacidade de produção atribuível à Vale é de 40%.

### 2.2.3 Clientes e vendas

Vendemos concentrados de cobre de Sossego e Salobo fase I nos termos de contratos de médio e de longo prazos firmados com smelters de cobre na América do Sul, Europa e Ásia. Mantemos contratos de médio e longo prazo de fornecimento de cobre com a Glencore Canada Corporation, para a venda de ânodos de cobre e grande parte dos concentrados de cobre produzidos em Sudbury. Vendemos concentrado de cobre da Voisey's Bay sob contratos de médio prazo para clientes na Europa. Vendemos cobre eletrolítico de Sudbury na América do Norte em contratos de venda de curto prazo.

### 2.2.4 Concorrência

O mercado global de cobre é altamente competitivo. Os produtores são mineradoras integradas e smelters e customizados, cobrindo todas as regiões do mundo; os clientes são, principalmente, produtores de fios, hastes e ligas de cobre. A concorrência ocorre principalmente em nível regional e é baseada principalmente nos custos de produção, qualidade, confiabilidade de abastecimento e custos de logística. Os maiores produtores de cátodo de cobre do mundo são a Corporación Nacional del Cobre de Chile ("Codelco"), Aurubis AG, Glencore Xstrata, Freeport-McMoRan Copper & Gold Inc. ("Freeport-McMoRan") e Jiangxi Copper Corporation Ltd. operando pela matriz ou por meio de subsidiárias. A nossa participação no mercado global de cátodo de cobre é marginal.

O concentrado de cobre e o ânodo de cobre são produtos intermediários na cadeia de produção do cobre. Os mercados de concentrado e de ânodo são competitivos, com vários produtores, mas poucos participantes e volumes menores do que os do mercado de cátodos de cobre, devido aos altos níveis de integração pelos grandes produtores de cobre.

No mercado de concentrado de cobre, a mineração ocorre mundialmente, com uma participação predominante da América do Sul, enquanto os consumidores são smelters situadas na Europa e na Ásia. A concorrência no mercado do concentrado de cobre ocorre principalmente em nível mundial e é baseada principalmente nos custos de produção, qualidade, custos de logística e confiabilidade de abastecimento. Os maiores concorrentes no mercado de concentrado de cobre são a BHP Billiton, Antofagasta plc, Freeport McMoRan, Glencore Xstrata, Codelco e Rio Tinto, operando pela matriz ou por meio de subsidiárias. Nossa fatia de mercado em 2013 correspondia a cerca de 4% do mercado total de concentrado de cobre.

O mercado de ânodo/blíster de cobre é bastante limitado nessa indústria; no geral, os ânodos são produzidos para abastecer a refinaria integrada de cada empresa. O comércio de ânodos/blíster fica limitado às instalações que têm mais capacidade de smelting do que de refinaria ou a situações em que a economia nos custos de logística é um incentivo à compra de ânodos de outros smelters. Os maiores concorrentes no mercado de ânodos de cobre em 2013 foram a Codelco, Glencore Xstrata, China Nonferrous Metals e Anglo American, operando pela matriz ou por meio de subsidiárias.

### 2.3 PGMs e outros metais preciosos

Como subprodutos das nossas operações de níquel em Sudbury, no Canadá, extraímos quantidades significativas de metais do grupo da platina, assim como pequenas quantidades de ouro e prata. Também recuperamos ouro como um subproduto de nossas operações em Salobo e Sossego, em Carajás, no Estado do Pará. Operamos uma instalação de processamento em Port Colborne, em Ontário, que produz produtos intermediários de PGMs, ouro e prata, usando alimentação de nossa operação em Sudbury. Temos uma refinaria em Acton, Inglaterra, onde processamos nossos produtos intermediários, bem como materiais comprados de terceiros e produtos toll-refined. Em 2013, os concentrados de PGM provenientes de nossas operações do Canadá foram responsáveis por cerca de 55% de nossa produção de PGM, que também inclui metais adquiridos de terceiros. Nosso departamento comercial de metais básicos vende nossos PGMs e outros metais preciosos, assim como produtos de terceiros e toll-refined, com base em comissão.

Em fevereiro de 2013, vendemos à Silver Wheaton 25% do ouro produzido como subproduto de nossa mina de cobre de Salobo, no Brasil, durante a vida útil da mina, e 70% do ouro produzido como subproduto de nossas minas de níquel de Sudbury, no Canadá, nos próximos 20 anos. De acordo com o contrato de fluxo de ouro, a Silver Wheaton recebeu 34.325 onças troy de ouro em 2013.

A tabela a seguir apresenta as informações sobre a nossa produção de metais preciosos.

Mina(1)	Tipo	2011	2012	2013
(milhares de onças troy)				
Sudbury:				
Platina .....	Subterrânea	174	134	145
Paládio .....	Subterrânea	248	251	352
Ouro .....	Subterrânea	182	69	91
Salobo:				
Ouro .....	A céu aberto	–	20	117
Sossego:				
Ouro .....	A céu aberto	90	75	78

(1) Os números de produção excluem metais preciosos comprados de terceiros e produtos *toll-refined*.

### 2.4 Cobalto

Recuperamos quantidades significativas de cobalto, classificadas como um metal menos importante, como subproduto de nossas operações de níquel. Em 2013, produzimos 1.550 toneladas métricas de cobalto metálico refinado em nossa refinaria de Port Colborne, 685 toneladas métricas de cobalto em um produto intermediário baseado em cobalto em nossas operações de níquel no Canadá e Nova Caledônia e a nossa produção restante de cobalto consistiu de 1.297 toneladas métricas de cobalto contido em outros produtos intermediários (como concentrados de níquel). Como resultado do *ramp-up* das operações da VNC em Nova Caledônia, a nossa produção de cobalto intermediário como subproduto da nossa produção de níquel irá aumentar. Vendemos cobalto em uma base global. Nosso cobalto metálico, refinado por processo elétrico em nossa refinaria de Port Colborne, tem níveis muito altos de pureza (99,8%), valor superior à especificação do contrato de LME. O cobalto metálico é usado na produção de várias ligas, sobretudo em aplicações aeroespaciais, assim como na fabricação de produtos químicos à base de cobalto.

A tabela a seguir apresenta as informações sobre a nossa produção de cobalto.

**Produção no exercício encerrado em 31 de dezembro**

Mina	Tipo	2011	2012		2013
			(toneladas métricas)		
Sudbury .....	Subterrânea	593	589	853	
Thompson .....	Subterrânea	158	96	292	
Voisey's Bay .....	A céu aberto	1.585	1.221	1.256	
Nova Caledônia .....	A céu aberto	245	385	1.117	
Fontes externas (1).....	—	93	52	13	
Total .....		2.675	2.343	3.532	

(1) Esses números não incluem o material externo para terceiros.

### 3. Fertilizantes

#### 3.1 Fosfatados

Operamos nosso negócio de fosfatados através de subsidiárias e *joint ventures*, como apresentado na tabela a seguir.

Empresa	Local	Nossa participação		Parceiros
		Votante	Total	
Vale Fertilizantes.....	Uberaba, Brasil	100,0	100,0	
MVM Resources International, B.V. ....	Bayóvar, Peru	51,0	40,0	Mosaic, Mitsui & Co
Vale Cubatão. ....	Cubatão, Brasil	100,0	100,0	

A Vale Fertilizantes é fabricante de rocha fosfática, fertilizantes fosfatados ("P") (por exemplo, fosfato monoamônico ("MAP"), fosfato bicálcico ("DCP"), superfosfato triplo ("TSP") e superfosfato simples ("SSP")) e fertilizantes nitrogenados ("N") (por exemplo, amônia e nitrato de amônia). É o maior produtor de nutrientes agrícolas à base de fosfato e nitrogênio no Brasil. A Vale Fertilizantes opera as seguintes minas de rocha fosfática através de concessões por tempo indeterminado: Catalão, no estado de Goiás, Tapira, Patos de Minas e Araxá, todas no estado de Minas Gerais, e Cajati, no estado de São Paulo. Além disso, a Vale Fertilizantes tem nove plantas de processamento para a produção de nutrientes à base de fosfato e nitrogênio, localizadas em Catalão, Goiás; Araxá, Patos de Minas e Uberaba, Minas Gerais; Guará, Cajati e três plantas em Cubatão, São Paulo. Em julho de 2013, concluímos a venda das operações de Araucária por 234 milhões dólares para a Petrobras.

Desde 2010, também operamos a mina de rocha de fosfato Bayóvar, no Peru, com capacidade nominal de 3,9 Mtpa, através de uma concessão por período indefinido.

A tabela a seguir apresenta as informações sobre a nossa produção de rocha fosfática.

Mina	Tipo	Produção no exercício encerrado em 31 de dezembro		
		2011	2012	2013
(mil toneladas métricas)				
Bayóvar.....	A céu aberto	2.544	3.209	3.546
Catalão .....	A céu aberto	947	1.026	1.057
Tapira.....	A céu aberto	2.011	2.068	1.869
Patos de Minas.....	A céu aberto	44	44	53
Araxá.....	A céu aberto	1.231	1.084	1.111
Cajati.....	A céu aberto	582	550	640
Total.....		7.359	7.982	8.277

A tabela a seguir apresenta as informações sobre a nossa produção de nutrientes à base de fosfato e nitrogênio.

Produto	Produção no exercício encerrado em 31 de dezembro		
	2011	2012	2013

Produção no exercício encerrado em 31 de dezembro			
(mil toneladas métricas)			
Fosfatado monoamônico (MAP).....	823	1.201	1.128
Superfosfatado triplo (TSP).....	811	913	905
Superfosfatado simples (SSP).....	2.638	2.226	2.102
Fosfatado bicálcico (DCP).....	580	511	444
Amônia.....	619	475	347
Ureia.....	628	483	219
Ácido nítrico.....	468	478	416
Nitrato de amônio.....	458	490	419

### 3.2 Potássio

Realizamos operações de potássio no Brasil através da matriz, com concessões de mineração de prazo indeterminado. Temos um contrato de arrendamento da Taquari-Vassouras, a única mina de potássio no Brasil (em Rosário do Catete, no Estado de Sergipe), com a Petrobras desde 1992. Em abril de 2012, estendemos a concessão para mais 30 anos. A tabela a seguir apresenta as informações sobre a nossa produção de potássio.

Mina	Tipo	Produção no exercício encerrado em 31 de dezembro			Recuperação do Processo em 2013 (%)
		2011	2012	2013	
(mil toneladas métricas)					
Taquari-Vassouras.....	Subterrânea	625	549	492	85,9

### 3.3 Clientes e vendas

Todas as vendas de potássio da mina de Taquari-Vassouras são para o mercado brasileiro. Em 2013, nossa produção representou, aproximadamente, 6% do consumo total de potássio no Brasil. Temos uma presença sólida e um longo relacionamento com os maiores participantes do segmento no Brasil, com mais de 60% das vendas geradas a partir de quatro clientes tradicionais.

Nossos produtos à base de fosfatado são vendidos principalmente para a indústria misturadora de fertilizantes. Em 2013, as nossas vendas representaram cerca de 27% do consumo total de fosfatado no Brasil, com importações representando 56% do fornecimento total. No segmento de alta concentração, nossa produção forneceu mais de 32% do consumo total no Brasil, com produtos como MAP e TSP. No segmento de nutrientes com baixa concentração de fosfatado, nossas vendas representaram, aproximadamente, 33% do consumo total no Brasil com produtos como SSP.

### 3.4 Concorrência

O setor é dividido em três grupos importantes de nutrientes: potássio, fosfatado e nitrogênio. Os recursos de potássio ao redor do mundo são limitados, com Canadá, Rússia e Bielorrússia sendo os fornecedores mais importantes, cada um dos quais possuindo poucos produtores. O setor apresenta um alto nível de investimento e um longo tempo necessário para a maturação do projeto. Além disso, o segmento de potássio é altamente concentrado em 10 produtores principais, que detêm mais de 95% da capacidade total de produção mundial. Enquanto o potássio é um recurso escasso, o fosfatado está mais disponível, mas todos os grandes exportadores estão localizados no norte da África (Marrocos, Argélia e Tunísia) e nos Estados Unidos. Os cinco principais produtores de rocha fosfática (China, Marrocos, Estados Unidos, Rússia e Brasil) representam 79% da produção global, da qual, cerca de 14% são exportados. No entanto, produtos de maior valor agregado, como MAP e DAP, são normalmente comercializados ao invés de rocha fosfática, devido à eficiência de custo.

O Brasil é um dos maiores mercados de agronegócios do mundo devido a sua grande produção, exportação e consumo de grãos e biocombustíveis. É o quarto maior consumidor de fertilizantes do mundo e um dos maiores importadores de potássio, fosfatados, ácido fosfórico e ureia. O Brasil importa 93% do potássio que consome, que atingiu 8,1 Mtpa de KCl (cloreto de potássio) de produtores canadenses, alemães, russos, bielorrussos e israelenses, em ordem decrescente, representando um aumento de 15% em relação a 2012. Em termos de consumo global,

China, Estados Unidos, Brasil e Índia representam 58% do total, sendo que somente o Brasil representa 17% desse total. Nossos projetos de fertilizantes são altamente competitivos em termos de custo e logística no mercado brasileiro.

A maior parte do concentrado de rocha fosfática é consumida localmente por produtores integrados pela logística, com o mercado transoceânico correspondendo a 14% da produção total de rocha fosfática. Os principais exportadores de rocha fosfática estão concentrados no Norte da África, basicamente, por meio de empresas estatais, com o marroquino OCP Group, que detém 30% do mercado transoceânico total. O Brasil importa 56% dos nutrientes à base de fosfatos de que precisa, tanto fertilizantes fosfatados como rocha fosfática. As importações de rocha fosfática suprem os produtores não integrados com fertilizantes fosfatados, como SSP, TSP e MAP.

Os fertilizantes à base de nitrogênio são derivados basicamente de amônia (NH<sub>3</sub>), que, por sua vez, é produzida a partir do nitrogênio presente no ar e no gás natural, fazendo dele um nutriente com alto nível de energia. Amônia e ureia são os principais insumos dos fertilizantes à base de nitrogênio. O consumo de fertilizantes à base de nitrogênio apresenta um perfil regional devido ao alto custo associado ao transporte e armazenamento da amônia, que requer instalações refrigeradas e pressurizadas. Como resultado disso, apenas 11% da amônia produzida no mundo são comercializados. A América do Norte é o maior importador, representando 33% do mercado mundial. As principais regiões exportadoras são América Central, Rússia, Europa Oriental e Oriente Médio.

## 4. Infraestrutura

### 4.1 Logística

Desenvolvemos o segmento de logística baseados nas necessidades de transporte das operações de mineração e também fornecemos serviços de transporte para outros clientes.

Operamos nossos negócios de logística na matriz, por intermédio de subsidiárias e *joint ventures*, conforme apresentado na tabela a seguir. Uma dessas subsidiárias é a VLI que fornece soluções de logística integradas através dos 9.742 km de ferrovias (FCA, FNS, EFVM e EFC), cinco terminais interiores com uma capacidade total de armazenamento de 509.320 toneladas e operações em três terminais marítimos e portuários. Atualmente possuímos 100% do capital da VLI, mas concordamos em vender participações na VLI para a Mitsui, FI-FGTS e Brookfield, e após o fechamento, deteremos uma participação de 37,6% na VLI. Atualmente contabilizamos a VLI em nossos demonstrativos financeiros como um ativo retido para desinvestimento. Para mais informações, consulte *Panorama dos negócios — Mudanças significativas nos nossos negócios — Desinvestimentos das nossas participações na VLI*.

Empresa	Negócios	Local	Nossa participação		Parceiros
			Votante	Total	
Vale	Operações em terminais portuários, marítimos e ferroviários (EFVM e EFC)	Brasil	–	–	–
VLI (1)	Operações ferroviárias, portuárias, em terminais interiores e marítimos. Detenção de determinados ativos de logística de carga	Brasil	37,6	37,6	FI-FGTS, Mitsui e Brookfield
FCA (1)(2)	Operações ferroviárias	Brasil	37,6	37,6	FI-FGTS, Mitsui e Brookfield
FNS (1)(2)	Operações ferroviárias	Brasil	37,6	37,6	FI-FGTS, Mitsui e Brookfield
MRS	Operações ferroviárias	Brasil	46,8	47,6	CSN, Usiminas e Gerdau
CPBS	Operações de terminais marítimos e portuários	Brasil	100,0	100,0	
PTVI	Operações de terminais marítimos e portuários	Indonésia	59,3	59,3	Sumitomo, investidores públicos
Vale Logística Argentina	Operações portuárias	Argentina	100,0	100,0	

Empresa	Negócios	Local	Nossa participação		Parceiros
			Votante (%)	Total	
CEAR(3).....	Ferrovia	Malauí	43,4	43,4	Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, P.E.
CDN (4).....	Operações de terminais marítimos e ferroviários	Moçambique	43,4	43,4	Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, P.E.
CLN.....	Operações ferroviárias e portuárias	Moçambique	80,0	80,0	Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, P.E.
Vale Logistics Limited.....	Operações ferroviárias	Malauí	100,0	100,0	
Transbarga Navegación.....	Sistema Fluvial no Paraguai e no Paraná (Comboios)	Paraguai	100,0	100,0	
VNC.....	Operações de terminais marítimos e portuários	Nova Caledônia	80,5	80,5	Sumic, SPMSC

- (1) A Vale é proprietária de 100% do capital total e votante da VLI. Após a conclusão das vendas para a Mitsui, FI-FGTS e Brookfield, a Vale manterá os direitos a voto e participações totais indicados nesta tabela. Vale, Mitsui, FI-FGTS e Brookfield controlarão em conjunto a VLI, mediante um acordo de acionistas.
- (2) A FCA e a FNS são controladas pela VLI.
- (3) A Vale detém o controle de sua participação na CEAR através de uma participação de 85% na SDCN.
- (4) A Vale detém o controle de sua participação na CDN através de uma participação de 85% na SDCN.

#### 4.1.1 Ferrovias

##### Brasil

*Estrada de Ferro Vitória a Minas ("EFVM").* A ferrovia EFVM liga nossas minas do Sistema Sudeste na região do Quadrilátero Ferrífero, no estado brasileiro de Minas Gerais, ao porto de Tubarão, em Vitória, Espírito Santo. Operamos esta ferrovia de 905 quilômetros sob uma concessão renovável de 30 anos, que terminará em 2027. A EFVM consiste de duas linhas que se estendem por uma distância de 601 quilômetros, permitindo deslocamentos contínuos em direções opostas, e um ramal de linha única de 304 quilômetros. Há indústrias manufatureiras localizadas nesta área e importantes regiões agrícolas também podem ser alcançadas por ela. A VLI tem direitos de utilização da capacidade de transporte ferroviário em nossa linha da EFVM. Em 2013, a EFVM transportou diariamente em média 321.890 toneladas métricas de minério de ferro, ou um total de 77,53 bilhões de tku de minério de ferro e outras cargas, dos quais, 15,56 bilhões de tku, ou 20,1%, consistiram de carregamentos transportados para clientes, incluindo minério de ferro para clientes brasileiros. A EFVM também transportou 890 mil passageiros em 2013. Em 2013, tínhamos uma frota de 321 locomotivas e 15.212 vagões na EFVM.

*Estrada de Ferro de Carajás ("EFC").* A estrada de ferro EFC liga nossas minas do Sistema Norte na região de Carajás, no Pará, ao terminal marítimo de Ponta da Madeira, em São Luís, no Maranhão. Operamos esta ferrovia sob uma concessão renovável de 30 anos, que terminará em 2027. A EFC estende-se por 892 km de minas de Carajás ao terminal marítimo de Ponta da Madeira, situado próximo ao Porto de Itaqui. A principal carga da ferrovia é minério de ferro, transportado principalmente para a companhia. A VLI tem direitos de utilização da capacidade de transporte ferroviário em nossa estrada de ferro EFC. Em 2013, a estrada de ferro EFVM transportou diariamente em média 296.155 toneladas métricas de minério de ferro. Em 2013, a EFC transportou um total de 102,03 bilhões de tku de minério de ferro e outras cargas, dos quais, 3,50 bilhões de tku, consistindo em carregamentos para clientes, incluindo minério de ferro para clientes brasileiros. A EFC também transportou 308 mil passageiros em 2013. A EFC suporta o trem de maior capacidade na América Latina, que mede 3,4 quilômetros de comprimento e um peso bruto de 41.838 toneladas métricas, quando carregado e com 330 vagões. Em 2013, a EFC tinha uma frota de 266 locomotivas e 16.434 vagões.

As principais cargas da EFVM e EFC são:

- minério de ferro e pelotas, transportados para a companhia e para nossos clientes;



- aço, carvão, ferro-gusa, calcário e outras matérias-primas transportadas para clientes com siderúrgicas localizadas ao longo da ferrovia;
- produtos agrícolas, tais como grãos e farelo de soja e fertilizantes; e
- outras cargas em geral, como celulose, combustíveis e produtos químicos.

Cobramos tarifas de mercado para o frete aos clientes, inclusive pelotas procedentes de *joint ventures* e outras empresas nas quais não temos uma participação acionária de 100%. Os preços de mercado variam de acordo com a distância percorrida, o tipo de produto transportado e o peso do frete em questão e são regulamentados pela ANTT (*Agência Nacional de Transportes Terrestres*).

*Ferrovias Centro-Atlântica ("FCA")*. A FCA é uma subsidiária da VLI, que opera a rede ferroviária regional centro-leste do sistema ferroviário brasileiro sob uma concessão renovável de 30 anos, que terminará em 2026. A rede centro-leste possui 7.220 quilômetros de trilhos, que se estendem pelos estados de Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal. Ela se conecta com nossa estrada de ferro EFVM próximo a Belo Horizonte, em Minas Gerais, e Vitória no Espírito Santo. A FCA opera com a mesma bitola da EFVM e fornece acesso ao porto de Santos, no estado de São Paulo. Em 2013, a FCA transportou um total de 13,92 bilhões de tku de carga, essencialmente toda carga para clientes. Em 2013, a FCA tinha uma frota de 891 locomotivas e 16.744 vagões, incluindo os próprios e arrendados.

*Ferrovias Norte-Sul ("FNS")*. A FNS é uma subsidiária integral da VLI, que tem uma subconcessão renovável de 30 anos para a operação comercial de um trecho de 724 quilômetros da ferrovia da FNS no Brasil. Desde 1989, operamos um segmento da FNS que se conecta à ferrovia da EFC, permitindo o acesso ao porto de Itaquí, em São Luís, onde está situado o nosso terminal marítimo de Ponta da Madeira. Uma extensão de 452 quilômetros foi concluída em dezembro de 2008. Em 2013, a FNS transportou um total de 2,46 bilhões de tku de carga para clientes. Esta nova ferrovia cria um novo corredor para o transporte de carga em geral, principalmente para a exportação de grãos como soja, arroz e milho, produzidos na região centro-norte do Brasil. Em 2013, a FNS tinha uma frota de 41 locomotivas e 639 vagões, incluindo os próprios e arrendados.

*MRS Logística S.A. ("MRS")*. A estrada de ferro da MRS tem 1.643 quilômetros de extensão e liga os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Em 2013, a MRS transportou um total de 156,1 milhões de toneladas métricas de carga, incluindo 68,4 milhões de toneladas métricas de minério de ferro e outras cargas da Vale.

## África

Estamos desenvolvendo o Corredor de Nacala, que ligará a unidade de Moatize ao terminal marítimo de Nacala-à-Velha, situado em Nacala, Moçambique e que cruza a República do Malawi. O corredor de Nacala consiste de uma ferrovia e infraestrutura portuária, incluindo ferroviárias *greenfield* e existentes em Moçambique e Malawi e um novo porto para carvão em Moçambique. Esses projetos permitirão a expansão de Moatize e oferecerão suporte às nossas operações na África Central e Oriental. Em Moçambique estamos desenvolvendo os projetos *greenfield* sob dois contratos de concessão mantidos por nossa subsidiária Corredor Logístico Integrado de Nacala S.A. ("CLN"), a qual vence em 2043, sujeita a prorrogação e reformaremos as ferrovias existentes sob a concessão detida por nossa subsidiária Corredor de Desenvolvimento do Norte S.A. ("CDN"), o qual expira em 2035. Em Malawi, estamos desenvolvendo uma ferrovia *greenfield* sob a concessão detida por nossa subsidiária Vale Logistics Limited ("VLL"), o qual expira em 2041, sujeitos à renovação. Iremos reabilitar as ferrovias existentes que estão sob a concessão detida por nossa subsidiária Central East African Railway Company Limited ("CEAR"), a qual foi prorrogada em 2013 por um período de 30 anos a contar do início dos serviços ferroviários sob a concessão de ferrovia *greenfield* da VLL. Também investiremos na construção de conexões ferroviárias de Moatize a um novo terminal marítimo de águas profundas a ser construído em Nacala-à-Velha pela CLN. Continuamos considerando parcerias para a utilização e possível desenvolvimento futuro do Corredor de Nacala.

#### 4.1.2 Portos e terminais marítimos

##### **Brasil**

Operamos um porto e terminais marítimos, principalmente como meio de concluir a entrega do nosso minério de ferro e pelotas a navios graneleiros que atendem ao mercado transoceânico. Consulte *Bulk materials — Pelotas de minério de ferro — Operações*. Também usamos nosso porto e terminais para movimentar cargas de clientes. Em 2013, 1,2% da carga movimentada em nosso porto e terminais pertencia aos clientes.

*Porto de Tubarão.* O porto de Tubarão, que ocupa uma área de cerca de 18 km<sup>2</sup>, está situado próximo ao porto de Vitória, no estado do Espírito Santo e tem o terminal marítimo de minério de ferro, que operamos diretamente, o terminal de Praia Mole, e o terminal de Produtos Diversos, que é operado pela VLI.

- O terminal marítimo de minério de ferro dispõe de dois píeres. O píer I pode acolher dois navios ao mesmo tempo, um de até 170.000 DWT, no bordo sul, e outro de até 200.000 DWT, no bordo norte. O píer II pode atender a um navio de até 405.000 DWT de cada vez, com profundidade limitada a 23 metros abaixo da linha d'água. No píer I, há dois carregadores de navio que podem carregar até 13.500 toneladas métricas por hora cada. No píer II, há dois carregadores de navios que podem funcionar alternadamente e podem carregar, cada um, até 16.000 toneladas métricas por hora continuamente. Em 2013, embarcamos 101,6 milhões de toneladas métricas de minério de ferro e pelotas neste terminal. O terminal marítimo de minério de ferro tem um pátio de armazenamento com capacidade de 3,4 milhões de toneladas métricas.
- O terminal de Praia Mole é principalmente um terminal de carvão e movimentou 9,8 milhões de toneladas métricas em 2013.
- O Terminal de Produtos Diversos movimentou 7,4 milhões de toneladas métricas de grãos e fertilizantes em 2013.

*Terminal Marítimo de Ponta da Madeira.* Nosso Terminal Marítimo de Ponta da Madeira está localizado próximo ao porto de Itaqui, no Maranhão. O Píer I pode acomodar navios de até 420.000 DWT e possui uma taxa máxima de carregamento de 16.000 toneladas por hora. O Píer II pode acomodar navios de até 155.000 DWT e possui uma taxa de carga máxima de 8.000 toneladas por hora. O Píer III, com dois ancoradouros e três carregadores, pode acomodar navios de até 200.000 DWT em seu berço sul e 180.000 DWT em seu berço norte (ou dois navios de 180.000 DWT simultaneamente), dependendo das condições da maré, com taxa máxima de carregamento é de 8.000 toneladas métricas/hora em cada. O Píer IV (berço sul) é capaz de acomodar navios de até 420.000 DWT e tem dois carregadores de navios que funcionam alternadamente com uma taxa máxima de carregamento de 16.000 toneladas por hora. As cargas embarcadas através do nosso terminal marítimo de Ponta da Madeira consistem principalmente em nossa própria produção de minério de ferro, com a exceção do Píer II, que é usado para carga geral. Outras cargas incluem minério de manganês produzido pela Vale, e gusa e grãos de soja de terceiros. Em 2013, 107 milhões de toneladas métricas de minério de ferro foram movimentadas pelo terminal. O terminal marítimo de Ponta da Madeira possui um pátio de armazenamento com capacidade estática de 8,9 milhões de toneladas, que será expandida para 10,7 milhões de toneladas.

*Terminal marítimo de Itaguaí – Cia. Portuária Baía de Sepetiba (“CPBS”).* A CPBS é uma subsidiária integral que opera o terminal de Itaguaí, no Porto de Sepetiba, no Rio de Janeiro. O terminal marítimo de Itaguaí tem um cais que permite carregar embarcações de até 18 metros de calado e até 200.000 DWT de capacidade. Em 2013, o terminal carregou aproximadamente 21,9 milhões de toneladas métricas de minério de ferro.

*Terminal Marítimo de Ilha Guaíba.* Operamos um terminal marítimo na Ilha Guaíba, na baía de Sepetiba, no Rio de Janeiro. O terminal de minério de ferro tem um píer que permite o carregamento de navios de até 350.000 DWT. Em 2013, o terminal carregou aproximadamente 39,9 milhões de toneladas métricas de minério de ferro.

*Terminal Marítimo Inácio Barbosa (“TMIB”).* A Vale opera o terminal marítimo de Inácio Barbosa, situado no estado de Sergipe. O terminal pertence à Petrobras. A Vale e a Petrobras celebraram um contrato de

serviços, que prevê a operação desse terminal pela Vale até junho de 2014. A VLI e a Petrobrás celebraram um contrato de consórcio que prevê a operação do TMIB pela VLI por um período de 25 anos iniciando após o recebimento de todas as aprovações governamentais. Esse contrato de consórcio foi aprovado, tanto pelo CADE como pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") e ainda está sujeito a aprovação pela Secretaria de Portos ("SEP") do Brasil.

*Terminal Marítimo de Santos* ("TIPLAM"). Operamos um terminal marítimo em Santos, no estado de São Paulo. O terminal de minério de ferro tem um pier que permite o carregamento de navios de até 67.000 DWT. Em 2013, o terminal carregou aproximadamente 2,3 milhões de toneladas métricas de amônia e sólidos a granel.

### **Argentina**

A Vale Logística Argentina S.A. ("Vale Logística Argentina") opera um terminal no porto de San Nicolas, localizado na província de Buenos Aires, Argentina, no qual tem a permissão de uso para usar um pátio de armazenamento de 20.000 metros quadrados até outubro de 2016 e um acordo com terceiros para um pátio de armazenamento extra de 27.000 metros quadrados. Movimentamos 1,17 milhões de toneladas métricas de minério de ferro e manganês através desse porto em 2013, provenientes de Corumbá, Brasil, pelos rios Paraná e Paraguai, para embarques aos mercados brasileiro, asiático e europeu. A taxa de carregamento deste porto é de 15.000 toneladas/dia e descarregamento de 11.000 toneladas/dia.

### **Omã**

A Vale Oman Distribution Center LLC ("VODC") opera um centro de distribuição em Liwa, Sultanato de Omã. O terminal marítimo tem um cais de águas profundas de 1,4 km, que é integrado a um pátio de armazenamento com uma capacidade de processamento de movimentação de 40 Mtpa de minério de ferro e pelotas ao ano. A taxa nominal de carregamento desse porto é de 10.000 toneladas/dia e descarregamento nominal de 9.000 toneladas/dia.

### **Indonésia**

A PTVI é proprietária e opera dois portos na Indonésia que oferecem suporte a suas atividades de mineração de níquel.

- O porto especial de Balintang está localizado na Vila de Balintang, ao sul de Sulawesi, com dois tipos de píeres, com capacidade total de 6.000 DWT: um deslizador para barcaças com capacidade de até 4.000 DWT para granéis secos e um cais para cargas em geral para navios de até 2.000 DWT.
- O porto especial de Tanjung Mangkasa está localizado na vila de Lampia, ao sul de Sulawesi, com boias de amarração que podem acomodar navios com capacidade de até 20.000 DWT, e um terminal que pode acomodar navios-tanque com capacidade de até 2.000 DWT, totalizando uma capacidade de 22.000 DWT.

### **Nova Caledônia**

Detemos e operamos um porto na Baía de Prony, Província Sul, Nova Caledônia. Esse porto tem três terminais, incluindo um terminal de balsa para passageiros capaz de atracar dois navios de até 50m de comprimento, um cais para granéis secos onde os navios de até 55.000 DWT podem descarregar a uma taxa de 10 mil toneladas por dia e um cais para cargas em geral onde navios de até 215 m de comprimento podem atracar. O cais para cargas em geral pode movimentar contêineres a uma taxa de 10 por hora e combustíveis líquidos (GLP, BPF, Diesel) a uma taxa de 600 metros cúbicos por hora, e *break-bulk*. O pátio de contêineres do porto, com uma área de aproximadamente 13 mil metros quadrados, pode receber até 800 unidades. Um pátio de armazenamento de granéis está ligado ao porto por uma esteira e possui uma capacidade de armazenamento de 90 mil toneladas de calcário, 95 mil toneladas de enxofre e 60 mil toneladas de carvão.

### 4.1.3 Navegação

Continuamos a desenvolver e a operar uma frota de embarcações de baixo custo, composta por nossos próprios navios e outros arrendados por meio de contratos de médio e longo prazo, para apoiar os nossos negócios de material a granel. No final de 2013, 29 das nossas embarcações estavam em operação, incluindo 15 navios Valemax, com capacidade de 400.000 DWT cada, e outras 14 embarcações (cargueiros capesizes, transportadores de minério e grandes graneleiros), com capacidades de 150 mil a 250 mil DWT. Também arrendamos 16 navios Valemax por meio de contratos de longo prazo. Esperamos a entrega de mais quatro navios Valemax de um estaleiro chinês em 2014. Para apoiar a nossa estratégia de entrega de minério de ferro, a Vale possui e opera duas estações de transferência flutuantes em Subic Bay, nas Filipinas, que transferem minério de ferro de nossos navios Valemax para embarcações menores que entregam a carga aos seus destinos. Esperamos com esse serviço melhorar nossa capacidade de oferecer nossos produtos de minério de ferro no mercado asiático, com preços competitivos e aumentar nossa participação no mercado na China e no mercado transoceânico global. Em 2013, embarcamos aproximadamente 135 milhões de toneladas métricas de minério de ferro e pelotas com base CFR (custo e frete).

No sistema fluvial do Paraná e Paraguai, transportamos minérios de ferro e manganês, por meio da nossa subsidiária Transbarga Navigación, que transportou 2,09 milhões de toneladas por via fluvial em 2013, e nossa subsidiária Vale Logística Argentina, que carregou 1,17 milhão de toneladas de minério no porto Saint Nicolas em embarcações marítimas em 2013. Em 2010, também compramos dois novos comboios (dois empurradores e 32 barcaças) que começarão a operar em 2014.

Operamos uma frota de 24 rebocadores em terminais marítimos no Brasil, especificamente em Vitória (no Espírito Santo), Trombetas e Vila do Conde (no Pará), São Luís (no Maranhão), Mangaratiba (no Rio de Janeiro) e Aracaju (em Sergipe).

## 4.2 Energia

Desenvolvemos nossos ativos de energia baseados nas necessidades atuais e previstas de energia para nossas operações, com o objetivo de reduzir nossos custos e minimizar o risco com problemas no fornecimento de energia.

### *Brasil*

Para nós, a gestão e o fornecimento eficaz de energia no Brasil são prioridades, dadas as incertezas associadas às mudanças no ambiente regulatório e os riscos de aumento nas tarifas. Em 2013, a nossa capacidade instalada no Brasil era de 1,2 GW. Utilizamos a eletricidade produzida por essas usinas para suprir as nossas necessidades internas de consumo. Temos atualmente nove usinas hidroelétricas e quatro hidroelétricas de pequeno porte em operação. As usinas hidroelétricas de Igarapava, Porto Estrela, Funil, Candonga, Aimorés, Capim Branco I, Capim Branco II e Machadinho estão localizadas nas regiões Sul e Sudeste, e a de Estreito está localizada na região Norte. Assim que as operações que firmamos com a CEMIG GT estiverem concluídas, a *joint venture* Aliança Geração deterá as participações da nossa empresa e da CEMIG GT nas seguintes usinas hidroelétricas: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I e II, Aimorés e Candonga. Consulte *Panorama dos negócios – Mudanças significativas nos nossos negócios – Re-estruturação dos nossos investimentos na geração de energia*.

Detemos atualmente uma participação de 9% no capital social da Norte Energia, uma sociedade constituída para desenvolver e operar a usina hidroelétrica de Belo Monte, no Pará. Após a conclusão das transações que celebramos com a CEMIG GT, indiretamente teremos participação de 4,59% na Norte Energia, através da Aliança Norte Energia. Nossa participação no projeto Belo Monte nos confere o direito de adquirir 9% da energia elétrica gerada pela usina, que já havia sido contratada por meio de um acordo de compra de energia de longo prazo, firmado com a Norte Energia. Esse acordo de compra de energia não será afetado pelas operações descritas em *Panorama dos negócios – Mudanças significativas nos nossos negócios – Re-estruturação dos nossos investimentos na geração de energia*.

Também produzimos óleo de palma no Estado do Pará, que será usado para produzir biodiesel. O biodiesel será misturado com diesel normal para produzir um combustível chamado B20 (com 20% de biodiesel), o qual será usado em nossa frota de locomotivas, caminhões e maquinário pesado nas operações do Sistema Norte.

#### ***Canadá***

Em 2013, nossas usinas hidroelétricas em Sudbury produziram 20% da demanda de eletricidade para nossas operações de Sudbury. Essas usinas consistem de cinco estações de geração separadas com uma capacidade instalada de 56 MW. A geração das usinas é limitada pela disponibilidade de água e também por restrições de um plano de gerenciamento de água imposto pelo governo da província de Ontário. Em 2013, a demanda média de energia elétrica foi de 197 MW para todas as minas e usinas de superfície na área de Sudbury.

Em 2013, a geração a diesel supriu 100% das necessidades elétricas das nossas operações em Voisey's Bay. Temos seis geradores a diesel no local, dos quais apenas quatro estão em operação, produzindo cerca de 12 MW.

#### ***Indonésia***

O custo da energia é um componente significativo no custo de produção de níquel para o processamento de minérios lateríticos e saprolíticos nas operações da PTVI, na Indonésia. Uma grande parte das necessidades de energia dos fornos elétricos da PTVI é suprida a baixo custo por suas três usinas hidroelétricas situadas no Rio Laron: (i) a usina de Laron, que gera uma média de 165 MW, (ii) a usina de Balambano, que gera uma média de 110 MW e (iii) a usina de Karebbe, com 90 MW de capacidade média de geração. Essas usinas ajudam a reduzir custos, substituindo o diesel utilizado para geração de energia por energia hidroelétrica, reduzindo as emissões de CO<sub>2</sub>, substituindo a geração não renovável, o que nos possibilita aumentar a capacidade de produção atual de níquel na Indonésia.

## 5. Outros investimentos

Detemos 50% do capital da California Steel Industries, Inc. ("CSI"), produtora de aço laminado plano e dutos, situada nos Estados Unidos. O restante pertence à JFE Steel. A capacidade de produção anual da CSI é de aproximadamente 2,8 milhões de toneladas métricas de aço laminado plano e dutos. Além disso, detemos uma participação de 26,9% na ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico ("TKCSA"), usina de placas de aço integrada no estado do Rio de Janeiro. A usina iniciou as operações em 2010 e produziu 3,6 Mt em 2013. A usina terá uma produção final de 5,0 Mtpa e consumirá 8,5 milhões de toneladas métricas de minério de ferro e pelotas de minério de ferro por ano, fornecidas exclusivamente pela Vale. Também estamos envolvidos em dois outros projetos siderúrgicos no Brasil: A Companhia Siderúrgica do Pecém ("CSP"), que está em construção, e a Aços Laminados do Pará ("Alpa"), que está sob análise tendo em vista questões pendentes de discussões com o governo brasileiro.

Temos participações minoritárias em duas empresas de mineração de bauxita, ambas no Brasil: Mineração Rio do Norte S.A. ("MRN") e Mineração Paragominas S.A. ("Paragominas"). Concordamos em transferir nossa participação na Paragominas para a Hydro em duas parcelas iguais em 2014 e 2016.

Também temos uma carteira de exploração de hidrocarbonetos em *onshore* e *offshore* no Brasil e no Peru. Essa carteira está sendo revista. Algumas concessões serão abandonadas, enquanto outras estão para ser cedidas, dependendo das aprovações regulatórias.

## RESERVAS

### Apresentação da informação referente às reservas

As estimativas de reservas de minério provadas e prováveis em nossas minas e projetos e as estimativas de vida da mina incluídas neste relatório anual foram preparadas pela nossa experiente equipe de geólogos e engenheiros, salvo indicação ao contrário, e calculadas de acordo com as definições técnicas determinadas pela Comissão de Valores Mobiliários (SEC) dos Estados Unidos. Nos termos do Guia do Setor 7 da SEC:

- As reservas são parte de uma jazida mineral que pode ser econômica e legalmente extraída ou vir a produzir por ocasião da determinação da reserva.
- As reservas provadas (medidas) são reservas para as quais (a) a quantidade é computada a partir das dimensões reveladas por afloramentos, trincheiras, poços de trabalho e de perfuração; teor e/ou quantidade são computados a partir de resultados de amostragens detalhadas e (b) os pontos de inspeção, amostragem e medição têm espaçamento tão próximo e o caráter geológico está tão bem definido que o tamanho, forma, profundidade e teor de minério das reservas foram bem estabelecidos.
- As reservas prováveis (indicadas) são reservas para as quais a quantidade e teor e/ou qualidade estão computadas a partir de informações semelhantes às usadas para reservas provadas (medidas), porém os pontos de inspeção, amostragem e medição estão mais afastados ou o espaçamento não é tão adequado. Apesar do grau de certeza ser menor que o das reservas provadas (medidas), é suficientemente elevado para assumir continuidade entre os pontos de observação.

Periodicamente, revisamos nossas estimativas de reservas, quando temos novos dados geológicos, premissas econômicas ou planos de mineração. Durante o ano de 2013, analisamos nossas estimativas de reservas para alguns projetos, os quais estão refletidos nas novas estimativas datadas de 31 de dezembro de 2013. As estimativas de reservas para cada operação assumem que temos ou que esperamos obter todos os direitos e licenças necessárias para mineração, extração e processamento das reservas de minério em cada mina. Em algumas das nossas operações, a data de exaustão prevista inclui a retomada das pilhas de estoque, que ocorre após cessar a lavra. Nos casos onde temos menos de 100% da operação, as estimativas de reservas não foram ajustadas para refletir nossa participação. Alguns números nas tabelas, discussões e notas foram arredondados. Para obter uma descrição dos riscos relacionados às reservas e reservas estimadas, consulte *Fatores de risco*.

Nossas estimativas de reservas são baseadas em determinadas premissas sobre preços futuros. Determinamos que nossas reservas relatadas poderiam ser economicamente produzidas se os preços futuros para os produtos identificados na tabela a seguir forem iguais à média histórica de preços de três anos até 31 de dezembro de 2013. Para esse propósito, utilizamos a média histórica de preços de três anos, como apresentado na tabela a seguir.

<b>Commodity</b>	<b>Média histórica de preços de três anos</b> (preço em dólar por tonelada métrica, salvo indicação em contrário)	<b>Fonte de precificação</b>
<i>Minério de ferro :</i>		
Vale (1) .....	144,87	Platts IODEX médio (62% de Fe CFR China, US\$/dmt)
Samarco (2) .....	166,29	Preço médio realizado para pelotas (US\$/dmt)
<i>Carvão:</i>		
Metalúrgico – Moatize .....	187,00	Carvão de coque médio volátil <i>hard</i> FOB Queensland (fonte: Platts)
Metalúrgico – Integra subterrâneo .....	143,65	Média realizada do preço do carvão de coque <i>semi-hard</i>
Metalúrgico – Integra a céu aberto .....	124,98	Preço médio realizado do carvão de coque <i>semi-soft</i>
Metalúrgico - Carborough Downs .....	188,20	Preço médio realizado do carvão de coque <i>hard</i>
Metalúrgico - Isaac Plains .....	150,08	Preço realizado do carvão de coque <i>semi-hard</i>
PCI – Carborough Downs .....	156,16	Preço médio realizado do carvão PCI
PCI – Isaac Plains(3) .....	141,99	Preço médio realizado do carvão PCI
Térmico - Integra a céu aberto .....	101,00	Preço médio realizado do carvão térmico
Térmico – Isaac Plains .....	93,77	Preço médio realizado do carvão térmico
<i>Metais básicos:</i>		
Níquel (4) .....	8,38	LME Ni (US\$/lb)
Cobre .....	3,64	Preço médio realizado (US\$/lb)
<i>Subprodutos do níquel:</i>		
Platina .....	1.590,00	Preço médio realizado (US\$/oz)
Paládio .....	718,00	Preço médio realizado (US\$/oz)
Ouro .....	1.543,00	Preço médio realizado (US\$/oz)
Cobalto (4) .....	13,75	99,3% de cobalto metálico baixo (US\$/oz) (fonte: Metal Bulletin)
<i>Fertilizantes:</i>		
Fosfatado .....	174,00	Preço de referência médio para o concentrado de fosfatado, Marrocos FOB (fonte: Fertilizer Week)
Potássio .....	425	Preço de referência médio para o potássio, Vancouver FOB (fonte: Fertilizer Week)
<i>Manganês(5):</i>		
Minério granulado de manganês .....	203,72	Preço médio realizado (US\$/dmt)
Sinter feed de manganês .....	179,35	Preço médio realizado (US\$/dmt)

(1) A avaliação econômica de nossas reservas de minério de ferro se baseia nos preços médios Platts IODEX, ajustados para refletir os efeitos do frete, umidade e prêmio de qualidade para nosso minério de ferro.

(2) US\$ por tonelada métrica seca de pelotas de minério de ferro utilizados para os preços da Samarco.

(3) Tanto o carvão de coque *semi-soft* (SSCC) como PCI são considerados o mesmo produto na operação de compilação do preço de venda médio de três anos.

(4) Prêmios (ou descontos) são aplicados aos preços spot de níquel e cobalto em determinadas operações para obter os preços realizados. Esses prêmios (ou descontos) baseiam-se na forma de produtos, contratos de longo prazo, a condicionamento e condições de mercado.

(5) A maioria dos preços se baseia no valor Sem Pagamento de Imposto (DDU) China



## Reservas de minério de ferro

As tabelas a seguir, apresentam nossas reservas e outras informações sobre nossas minas de minério de ferro. O total das reservas de minério de ferro aumentou 10% de 2012 a 2013, refletindo novas reservas dos depósitos de Capanema e Conta História e também a atualização dos modelos geológicos e reservas que incorporaram novos teores de corte e dados de sondagem dos depósitos de Alegria, Fábrica Nova e Fazendão (Sistema Sudeste). Além disso, incluímos reservas suportadas por um novo processo para tratar itabiritos duros oriundos de Galinheiro e Sapecado (Sistema Sul). Outras modificações refletem o esgotamento das operações a 2013.

	Provadas - 2013		Prováveis - 2013		Total - 2013		Total - 2012	
	Tonelagem	Teor	Tonelagem m	Teor	Tonelagem m	Teor	Tonelagem m	Teor
Sistema Sudeste.....	2.112,0	48,0	3.135,7	45,5	5.247,7	46,5	3.318,3	49,1
Sistema Sul.....	2.081,2	45,7	3.518,4	43,6	5.599,6	44,4	5.435,4	44,8
Sistema Centro-Oeste.....	6,6	62,8	24,8	62,2	31,4	62,3	33,6	62,2
Sistema Norte.....	4.760,5	66,7	2.423,4	66,6	7.184,0	66,7	7.278,2	66,7
Total Vale.....	8.960,3	57,4	9.102,3	50,5	18.062,7	53,9	16.065,5	55,6
Samarco(2).....	1.867,7	40,1	1.078,4	38,8	2.946,1	39,7	2.976,5	39,7
Total.....	10.828,0	54,4	10.180,7	49,2	21.008,8	51,9	19.042,0	53,1

(1) A tonelagem está expressa em milhões de toneladas métricas de ROM úmido, considerando as seguintes umidades: Sistema Sudeste 4,1%; Sistema Sul 4,2%; Sistema Centro-Oeste 5,9%; Sistema Norte 6,0%; e Samarco 6,5%. O teor é em porcentagem de Fe.

(2) Reservas das minas de minério de ferro Alegria, da Samarco. Nossa participação na Samarco é de 50% e os números de reserva não foram ajustados para refletir nossa participação.

	Provadas - 2013		Prováveis - 2013		Total - 2013		Total - 2012	
	Tonelagem	Teor	Tonelagem m	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem m	Teor
<i>Instalação de Itabira</i>								
Conceição.....	482,4	45,8	102,4	47,7	584,8	46,1	607,5	46,3
Minas do Meio.....	202,7	51,5	69,8	48,8	272,6	50,8	295,7	50,8
<i>Instalação de Minas Centrais</i>								
Água Limpa(2).....	20,3	42,0	6,7	42,7	27,0	42,2	33,0	42,2
Brucutu.....	210,1	50,4	260,3	48,3	470,3	49,3	501,4	49,5
Apolo.....	292,4	57,4	339,7	55,1	632,1	56,1	632,1	56,1
<i>Instalação de Mariana</i>								
Alegria.....	213,3	46,3	143,5	44,0	356,8	45,4	157,8	48,3
Fábrica Nova.....	379,2	43,6	779,1	40,9	1.158,3	41,8	770,9	44,7
Fazendão.....	311,6	45,7	307,6	40,7	619,2	43,2	319,8	49,9
Capanema.....	-	-	610,7	47,1	610,7	47,1	-	-
Conta História.....	-	-	515,9	45,4	515,9	45,4	-	-
Total do Sistema Sul.....	2.112,0	48,0	3.135,7	45,5	5.247,7	46,5	3.318,3	49,1

(1) A tonelagem está expressa em milhões de toneladas métricas de ROM úmido, considerando as umidades a seguir: Instalação de Itabira 1,5%; instalação de Minas Centrais 6,8%; instalação de Mariana 3,9%. O teor é em porcentagem de Fe. O espaçamento aproximado dos poços perfurados para classificar as reservas foi: 100m x 100m para reservas provadas e 200m x 200m para reservas prováveis.

(2) A participação da Vale em Água Limpa é de 50% e os números da reserva não foram ajustados para refletir nossa participação.

## Reservas de minério de ferro por mina no Sistema Sul(1)

	Provasdas - 2013		Prováveis - 2013		Total - 2013		Total - 2012	
	Tonelagem	Teor	Tonelagem m	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem m	Teor
<i>Instalação de Minas Itabiritos</i>								
Segredo.....	147,6	51,6	98,0	44,3	245,5	48,7	249,2	48,8
João Pereira.....	648,5	41,0	338,2	40,8	986,7	40,9	1.011,2	41,1
Sapicado.....	345,1	45,1	261,5	42,6	606,6	44,0	550,0	44,8
Galinheiro.....	260,9	45,6	892,8	43,5	1.153,8	44,0	973,6	44,7
<i>Instalação de Vargem Grande</i>								
Tamanduá.....	52,7	59,9	350,0	47,5	402,8	49,2	412,3	49,4
Capitão do Mato.....	229,1	51,2	957,4	45,3	1.186,5	46,5	1.198,1	46,7
Abóboras.....	314,9	41,8	602,3	40,1	917,1	40,7	924,6	40,8
<i>Instalação de Paraopeba</i>								
Jangada.....	23,0	66,7	12,7	66,4	35,7	66,6	43,1	66,6
Capão Xavier	59,4	65,0	5,5	64,1	64,9	65,0	73,3	65,0
<b>Total do Sistema Sul</b>	<b>2.081,2</b>	<b>45,7</b>	<b>3.518,4</b>	<b>43,6</b>	<b>5.599,6</b>	<b>44,4</b>	<b>5.435,4</b>	<b>44,8</b>

- (1) A tonelagem está expressa em milhões de toneladas métricas de ROM úmido. O teor é em porcentagem de Fe, considerando as umidades a seguir: Instalação de Minas Itabiritos 5,1%; instalação de Vargem Grande 3,2%; instalação de Paraopeba 3,7%. O espaçamento aproximado dos poços perfurados para classificar as reservas foi: 100m x 100m para reservas provadas e 200m x 200m para reservas prováveis.

## Reservas de minério de ferro por mina no Sistema Centro-Oeste(1)(2)(3)

	Provasdas - 2013		Prováveis - 2013		Total - 2013		Total - 2012	
	Tonelagem m	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor
Urucum.....	6,6	62,8	24,8	62,2	31,4	62,3	33,6	62,2
<b>Total do Sistema Centro-Oeste</b>	<b>6,6</b>	<b>62,8</b>	<b>24,8</b>	<b>62,2</b>	<b>31,4</b>	<b>62,3</b>	<b>33,6</b>	<b>62,2</b>

- (1) O Sistema Centro-Oeste é composto pelas minas Urucum e Corumbá.
- (2) Realizamos uma revisão na estimativa de reserva de Corumbá, a qual devemos divulgar no próximo ciclo.
- (3) A tonelagem está expressa em milhões de toneladas métricas de ROM úmido, considerando a umidade a de: 5,9%. O teor é em porcentagem de Fe. O espaçamento aproximado dos poços perfurados para classificar as reservas foi: 70m x 70m para reservas provadas e 140m x 140m para reservas prováveis.

## Reservas de minério de ferro por mina no Sistema Norte(1)

	Provasdas - 2013		Prováveis - 2013		Total - 2013		Total - 2012	
	Tonelagem m	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor
<i>Instalação de Serra Norte</i>								
N4W.....	1.099,6	66,5	275,1	66,1	1.374,7	66,5	1.405,5	66,5
N4E.....	240,8	66,5	84,4	66,0	325,2	66,4	345,1	66,4
N5.....	231,3	67,0	705,8	67,3	937,1	67,2	980,6	67,2
<i>Serra Sul</i>								
S11.....	3.045,8	66,8	1.193,7	66,7	4.239,6	66,7	4.239,6	66,7
<i>Serra Leste</i>								
SL1.....	143,0	65,7	164,4	65,1	307,4	65,4	307,4	65,4
<b>Total do Sistema Norte</b>	<b>4.760,5</b>	<b>66,7</b>	<b>2.423,4</b>	<b>66,6</b>	<b>7.184,0</b>	<b>66,7</b>	<b>7.278,2</b>	<b>66,7</b>

- (1) A tonelagem está expressa em milhões de toneladas métricas de ROM úmido, considerando as umidades a seguir: Serra Norte 8,3%; Serra Sul 4,6%; Serra Leste 4,3%. O teor é expresso em porcentagem de Fe. O espaçamento aproximado dos poços perfurados para classificar as

reservas foi: 150m x 100m para reservas provadas e 300m x 200m para reservas prováveis, exceto para SL1, que foi de 100m x 100m para reservas provadas e 200m x 200m para reservas prováveis.

	Reservas de minério de ferro por Samarco(1)(2)							
	Provadas - 2013		Prováveis - 2013		Total - 2013		Total - 2012	
	Tonelagem m	Teor	Tonelagem m	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor
<i>Samarco</i>								
Alegria Norte/Centro.....	1.058,1	42,0	704,2	40,2	1.762,3	41,3	1.780,5	41,4
Alegria Sul.....	750,8	37,6	352,8	36,1	1.103,6	37,1	1.115,8	37,1
Germano.....	58,8	39,7	21,4	39,8	80,2	39,8	80,2	39,8
Total de Samarco.....	1.867,7	40,1	1078,4	38,8	2.946,1	39,7	2.976,5	39,7

- (1) A tonelagem está expressa em milhões de toneladas métricas de ROM úmido, considerando a umidade de 6,5%. O teor é expresso em porcentagem de Fe. O espaçamento aproximado dos poços perfurados para classificar as reservas foi: Alegria Norte/Centro, 150m x 100m para reservas provadas e 300m x 200m para reservas prováveis; Alegria Sul, 100m x 100m para reservas provadas e 200m x 200m para reservas prováveis.
- (2) A participação da Vale em Água Limpa é de 50% e os números da reserva não foram ajustados para refletir nossa participação.

Minas de minério de ferro no Sistema Sudeste				
	Tipo	Em operação desde	Data de exaustão projetada	Participação da Vale (%)
<i>Instalação de Itabira</i>				
Conceição.....	A céu aberto	1957	2025	100,0
Minas do Meio.....	A céu aberto	1976	2022	100,0
<i>Instalação de Minas Centrais</i>				
Água Limpa.....	A céu aberto	2000	2016	50,0
Brucutu.....	A céu aberto	1994	2023	100,0
Apolo.....	A céu aberto	-	2038	100,0
<i>Instalação de Mariana</i>				
Alegria.....	A céu aberto	2000	2033	100,0
Fábrica Nova.....	A céu aberto	2005	2040	100,0
Fazendão.....	A céu aberto	1976	2048	100,0
Capanema.....	A céu aberto	-	2057	100,0
Conta História.....	A céu aberto	-	2052	100,0

Minas de minério de ferro no Sistema Sul				
	Tipo	Em operação desde	Data de exaustão projetada	Participação da Vale (%)
<i>Instalação de Minas Itabirito</i>				
Segredo.....	A céu aberto	2003	2047	100,0
João Pereira.....	A céu aberto	2003	2046	100,0
Sapecado.....	A céu aberto	1942	2047	100,0
Galinheiro.....	A céu aberto	1942	2047	100,0
<i>Instalação de Vargem Grande</i>				
Tamanduá.....	A céu aberto	1993	2038	100,0
Capitão do Mato.....	A céu aberto	1997	2058	100,0
Abóbora.....	A céu aberto	2004	2050	100,0
<i>Instalação de Paraopeba</i>				
Jangada.....	A céu aberto	2001	2018	100,0
Capão Xavier.....	A céu aberto	2004	2018	100,0

Minas de minério de ferro no Sistema Centro-oeste				
	Tipo	Em operação desde	Data de exaustão projetada	Participação da Vale (%)
Urucum.....	A céu aberto	1994	2029	100,0

## Minas de minério de ferro no Sistema Norte

	Tipo	Em operação desde	Data de exaustão projetada	Participação da Vale (%)
<i>Serra Norte</i>				
N4W.....	A céu aberto	1994	2032	100,0
N4E.....	A céu aberto	1984	2028	100,0
N5.....	A céu aberto	1998	2035	100,0
<i>Serra Sul</i>				
S11.....	A céu aberto	–	2064	100,0
<i>Serra Leste</i>				
SL1.....	A céu aberto	–	2065	100,0

## Minas de minério de ferro em Samarco

	Tipo	Em operação desde	Data de exaustão projetada	Participação da Vale (%)
<i>Samarco</i>				
Alegria Norte/Centro.....	A céu aberto	2000	2053	50,0
Alegria Sul.....	A céu aberto	2000	2053	50,0
Germano.....	A céu aberto	–	2037	50,0

## Reservas de minério de manganês

As tabelas a seguir apresentam as reservas de manganês e outras informações sobre nossas minas. As reservas totais de manganês aumentaram 2% de 2012 para 2013. Esse aumento nas reservas de Urucum reflete a atualização do modelo geológico com a incorporação de novos dados de sondagem e a adição de mais uma camada de minério.

## Reservas de minério de manganês(1)(2)

	Provadas - 2013		Prováveis - 2013		Total - 2013		Total - 2012	
	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor
Azul.....	30,1	40,3	7,8	39,5	37,9	40,1	42,0	40,2
Urucum.....	9,8	46,2	1,8	46,5	11,6	46,3	5,9	45,1
Morro da Mina.....	8,7	25,3	5,7	24,8	14,4	25,1	14,6	25,1
Total.....	48,6	38,8	15,3	34,9	63,9	37,9	62,5	37,1

(1) A tonelagem está expressa em milhões de toneladas métricas de ROM úmido. O teor é expresso em porcentagem de Mn.

(2) A umidade média das reservas de minério de manganês é: Azul (16,2%), Urucum (4,2%), Morro da Mina (3,4%).

## Minas de minério de manganês

	Tipo	Em operação desde	Data de exaustão projetada	Participação da Vale (%)
Azul.....	A céu aberto	1985	2022	100,0
Urucum.....	Subterrânea	1976	2026	100,0
Morro da Mina.....	A céu aberto	1902	2053	100,0

## Reservas de carvão

As estimativas das reservas foram fornecidas com base em material *insitu*, depois dos ajustes de produção de mina, de umidade, e de perdas na lavra e diluição previstas, porém excluindo quaisquer ajustes devidos a perdas associadas ao beneficiamento do carvão bruto extraído visando atender às exigências de produto vendável.

Reservas de minério de carvão (12)							Reservas Comercializáveis (3)		
Tipo de carvão	Provadas - 2013 (tonelagem)	Prováveis - 2013	ROM(2)		Total - 2012		2013 (tonelagem)	2012 (tonelagem)	
			Total - 2013 (tonelagem)	(valor calorífico)	(tonelagem)	(valor calorífico)			
Integra Coal:									
Integra Open-cut .....	Metalúrgico e térmico	14,9	4,5	19,4	29,7 (térmico)	21	30,1	10,1	10,9
Integra Underground – Middle Liddell Seam .....	Metalúrgico	0,6	6,3	6,9		8,7	–	4,7	5,7
Integra Underground – Hebden Seam .....	Metalúrgico	0,0	29,5	29,5		30,8	–	20,6	2,8
Total da Integra Coal .....		15,5	40,3	55,8		60,5	–	35,4	19,4
Carborough Downs - Subterrânea (4) .....									
	Metalúrgico e PCI	24,0	2,8	26,8	31,2 (PCI)	27,5	31,2 (PCI)	17,4	18,9
Isaac Plains North Open Cut .....									
	Metalúrgico, PCI e térmico	10,7	10,1	10,8	30,1 (PCI)	15,5	30,1 (PCI)	8,2	11,9
	Metalúrgico e térmico	288,8	1.148,2	1.437,0	28,3 (térmico)	1.498,6	25,9	515,0	537,1
Total .....		339	1.191,4	1.530,4		1.602,1		576,0	605,3

- (1) As reservas indicadas acima por depósito são em uma base de participação acionária de 100%. A participação acionária da Vale de acordo com a tabela abaixo deve ser utilizada para calcular a parcela de reservas diretamente atribuíveis à Vale.
- (2) A tonelagem está expressa em milhões de toneladas métricas. As reservas são relatadas em diferentes bases de umidade: Integra Open Cut base ROM, Integra Underground base ROM, Carborough Downs base seca (air dried), e Isaac Plains North base ROM +2%. Moatize base in-situ de 6,5% de umidade. O valor calorífico do carvão a partir do beneficiamento de carvão ROM é geralmente indicado em MJ/kg. O valor calorífico é usado no carvão comercializável térmico e PCI.
- (3) A tonelagem está expressa em milhões de toneladas métricas
- (4) No cálculo das reservas, nós presumimos que a drenagem de gás foi concluída de acordo com o plano da mina. As reservas reduzidas refletem a omissão de alguns blocos, e o respectivo desenvolvimento, em decorrência de condições econômicas adversas.

As reservas da Integra Open Cut, Middle Liddell Seam para Integra Underground, Carborough Downs e Isaac Plains diminuíram em 2013 principalmente devido a produção das minas. As reservas da Hebden Seam para Integra Underground diminuíram ligeiramente após uma atualização do modelo de reserva. As reservas totais ROM Moatize diminuíram 4,1% de 2012 para 2013 refletindo a produção da mina e ajustes em função da revisão do acordo de licença de uso da terra.

Minas de carvão				
	Tipo	Em operação desde	Data de exaustão projetada	Participação da Vale
Integra Coal:				
A céu aberto	A céu aberto	1991	2021	(%) 61,2
Middle Liddell Seam .....	Subterrânea	1999	2016	61,2
Hebden Seam .....	Subterrânea	–	2031	61,2
Carborough Downs .....	Subterrânea	2006	2020	85,0
Isaac Plains .....	A céu aberto	2006	2017	50,0
Moatize .....	A céu aberto	2011	2042	95,0

### Reservas de minério de níquel

Nossas estimativas de minério de níquel são de material *insitu* após ajustes de produção e perdas na lavra (ou peneiramento e secagem nos casos da PTVI e VNC) e recuperações, sem ajustes em relação às perdas de metal durante o processamento.

	Reservas de minério de níquel(1)							
	Provadas - 2013		Prováveis - 2013		Total - 2013		Total - 2012	
	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor
<i>Canadá</i>								
Sudbury .....	52,4	1,26	49,0	1,23	101,4	1,25	97,9	1,16
Thompson .....	3,9	2,03	20,0	1,70	23,9	1,75	25,6	1,74
Voisey's Bay .....	14,0	2,77	3,2	0,67	17,2	2,38	19,5	2,43
<i>Indonésia</i>								
PTVI .....	94,2	1,81	33,3	1,74	127,5	1,79	104,8	1,78
<i>Nova Caledônia</i>								
VNC .....	57,2	1,34	67,0	1,49	124,2	1,42	122,5	1,44
<i>Brasil</i>								
Onça Puma .....	57,3	1,74	38,1	1,41	95,3	1,61	82,4	1,52
Total .....	<u>279,0</u>	1,65	<u>210,6</u>	1,46	<u>489,5</u>	1,57	<u>452,7</u>	1,53

(1) A tonelagem está expressa em milhões de toneladas métricas seca. O teor é em % de níquel.

No Canadá, as reservas em nossas operações de Sudbury aumentaram sobretudo devido a acréscimos de reservas minerais na Mina de Copper Cliff, especificamente de Kelly Lake e Corpo 178. As reservas nas nossas operações em Thompson e Voisey's Bay sofreram redução devido a produção das minas. As reservas minerais na PTVI aumentaram principalmente devido ao acréscimo de novas reservas, o que foi parcialmente compensado pelas perdas causadas pela produção das minas, e atualizações nos modelos dos blocos e planejamento da lavra. As reservas minerais da VNC aumentaram ligeiramente, por causa da conversão de recursos minerais em reservas minerais na parte norte do platô de Goro. As reservas em Onça Puma aumentaram por causa do trabalho de otimização da mina, incluindo uma nova estratégia de diluição da lavra.

	Minas de minério de níquel			
	Tipo	Em operação desde	Data de exaustão projetada	Participação da Vale
				(%)
<i>Canadá</i>				
Sudbury .....	Subterrânea	1885	2039	100,0
Thompson .....	Subterrânea	1961	2033	100,0
Voisey's Bay .....	A céu aberto	2005	2022	100,0]
<i>Indonésia</i>				
PTVI .....	A céu aberto	1977	2035	59,3
<i>Nova Caledônia</i>				
VNC .....	A céu aberto	2011	2043	80,5
<i>Brasil</i>				
Onça Puma .....	A céu aberto	2011	2054	100,0

### Reservas de minério de cobre

Nossas estimativas de reserva de minério de cobre são de material *in situ* após ajustes referentes à produção da mina, perdas no processo e recuperações, sem ajustes em relação às perdas de metal durante o processamento.

	Reservas de minério de cobre(1)							
	Provadas - 2013		Prováveis - 2013		Total - 2013		Total - 2012	
	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem m	Teor
<i>Canadá</i>								
Sudbury.....	52,4	1,70	49,0	1,32	101,4	1,51	97,9	1,48
Voisey's Bay.....	14,0	1,56	3,2	0,37	17,2	1,34	19,5	1,36
<i>Brasil</i>								
Sossego.....	121,7	0,78	15,8	0,70	137,5	0,77	150,7	0,79
Salobo.....	641,6	0,76	494,8	0,64	1.136,4	0,71	1.122,6	0,72
Total.....	<u>829,7</u>	<u>0,84</u>	<u>562,8</u>	<u>0,70</u>	<u>1.392,5</u>	<u>0,78</u>	<u>1.390,7</u>	<u>0,79</u>

(1) A tonelagem está expressa em milhões de toneladas métricas seca. O teor é em porcentagem de cobre.

No Canadá, as estimativas de nossas reservas de minério de cobre aumentaram em nossas operações em Sudbury. Em nossas operações em Voisey's Bay, as reservas diminuíram pelas mesmas razões já discutidas em relação às reservas de níquel acima. Isso ocorre porque esses depósitos são polimetálicos. No Brasil, as reservas em Sossego diminuíram em comparação a 2012, devido a produção das minas. O aumento nas reservas de Salobo pode ser atribuído à mudança nos teores de corte e melhoria no projeto de mina.

	Minas de minério de cobre				
	Tipo	Em operação desde	Data de exaustão projetada		Participação da Vale (%)
<i>Canadá</i>					
Sudbury.....	Subterrânea	1885	2039		100,0
Voisey's Bay.....	A céu aberto	2005	2022		100,0
<i>Brasil</i>					
Sossego.....	A céu aberto	2004	2024		100,0
Salobo.....	A céu aberto	2012	2065		100,0

### Reservas de PGM e outros metais preciosos

Esperamos recuperar quantidades significativas de metais preciosos como subprodutos das nossas operações em Sudbury, Sossego e Salobo. Nossas estimativas de reserva são de material *in situ* após ajustes referentes a produção da mina, perdas no processo e recuperações de lavra, sem ajustes feitos em relação às perdas de metal durante o processamento.

	Reservas de metais preciosos(1)							
	Provadas - 2013		Prováveis - 2013		Total - 2013		Total - 2012	
	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor
<i>Canadá</i>								
Sudbury								
Platina.....	52,4	0,8	49,0	1,1	101,4	0,9	97,9	0,8
Paládio.....	52,4	1,0	49,0	1,3	101,4	1,1	97,9	1,0
Ouro.....	52,4	0,4	49,0	0,4	101,4	0,4	97,9	0,4
<i>Brasil</i>								
Sossego								
Ouro.....	121,7	0,2	15,8	0,2	137,5	0,2	150,68	0,2
Salobo								
Ouro.....	641,6	0,4	494,8	0,3	1.136,4	0,4	1.122,6	0,4
Total - Ouro.....	<u>920,5</u>	<u>0,4</u>	<u>657,6</u>	<u>0,4</u>	<u>1.578,1</u>	<u>0,5</u>	<u>1.567,0</u>	<u>0,4</u>

(1) A tonelagem está expressa em milhões de toneladas métricas seca. O teor é expresso em gramas por toneladas métricas secas.

No Canadá, as estimativas das reservas minerais de platina, paládio e ouro aumentaram pelas razões discutidas em relação às reservas de níquel acima apresentadas. No Brasil, as reservas em Sossego diminuíram no ano passado, em função da produção da mina. O aumento nas reservas em Salobo se deve a mudanças no teor de corte e melhora no projeto de mina.

Minas de metais preciosos				
	Tipo	Em operação desde	Data de exaustão projetada	Participação da Vale (%)
<i>Canadá</i>				
Sudbury .....	Subterrânea	1885	2039	100,0
<i>Brasil</i>				
Sossego .....	A céu aberto	2004	2024	100,0
Salobo .....	A céu aberto	2012	2065	100,0

### Reservas de minério de cobalto

Esperamos recuperar quantidades significativas de cobalto como subproduto das nossas operações canadenses e do projeto da VNC. Nossas estimativas de reserva de cobalto são de material *in situ* após ajustes referentes a produção da mina e perdas no processo de lavra (ou peneiramento no caso da VNC) e recuperações, sem ajustes feitos em relação às perdas de metal durante o processamento.

Reservas de minério de cobalto(1)								
	Provadas - 2013		Prováveis - 2013		Total - 2013		Total - 2012	
	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor
<i>Canadá</i>								
Sudbury .....	52,4	0,04	49,0	0,04	101,4	0,04	97,9	0,04
Voisey's Bay .....	14,0	0,13	3,2	0,03	17,2	0,11	19,5	0,12
<i>Nova Caledônia</i>								
VNC .....	57,2	0,12	67,0	0,11	124,2	0,11	122,5	0,11
Total .....	123,6	0,09	119,2	0,08	242,8	0,08	239,9	0,08

(1) A tonelagem está expressa em milhões de toneladas métricas. O teor é expresso em porcentagem de cobalto.

Nossas estimativas das reservas de cobalto aumentaram em 2013 por razões discutidas em relação às reservas de níquel apresentadas acima.

Minas de minério de cobalto				
	Tipo	Em operação desde	Data de exaustão projetada	Participação da Vale (%)
<i>Canadá</i>				
Sudbury .....	Subterrânea	1885	2039	100,0
Voisey's Bay .....	A céu aberto	2005	2022	100,0
<i>Nova Caledônia</i>				
VNC .....	A céu aberto	2011	2043	80,5

### Reservas de fosfatado

Nossas estimativas de reserva de fosfatado refletem a produção da mina e vendas em 2013. As reservas em Bayovar aumentaram 84% devido à inclusão no plano de mina de duas camadas de fosfatado adicionais e uma nova



estratégia de lavra considerando uma diluição maior a fim de maximizar a recuperação. Nossas estimativas de reserva de fosfatado são de material *in situ* após ajustes referentes à diluição na lavra.

	Reservas de fosfatado(1)							
	Provasdas - 2013		Prováveis - 2013		Total - 2013		Total - 2012	
	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor
Bayóvar.....	166,0	16,3	249,9	14,9	415,9	15,5	225,4	17,2
Catalão.....	44,5	10,5	8,3	10,2	52,8	10,4	57,9	10,6
Tapira.....	235,6	7,1	445,4	6,7	680,9	16,8	691,2	6,8
Araxá(2).....	89,2	12,0	42,8	11,0	132,1	11,7	138,6	11,6
Cajati.....	68,0	5,6	46,4	4,7	114,4	5,2	120,0	5,2
Salitre.....			205,7	11,4	205,7	11,4	205,7	11,4
Total.....	603,3	10,4	998,5	9,8	1.601,8	10,1	1.438,8	9,58

- (1) A tonelagem está expressa em milhões de toneladas métricas seca. O teor é em % de P<sub>2</sub>O<sub>5</sub>.
- (2) As reservas provadas de minério secundário para Araxá foram reclassificadas como reservas prováveis como consequência do desenvolvimento do novo fluxograma de processo.

Mina de minério de rochas fosfáticas				
Tipo	Em operação desde	Data de exaustão projetada	Participação da Vale	
			(%)	
Bayóvar.....	A céu aberto	2010	2045	40,0(1)
Catalão.....	A céu aberto	1982	2020	100,0
Tapira.....	A céu aberto	1979	2054	100,0
Araxá.....	A céu aberto	1977	2027	100,0
Cajati.....	A céu aberto	1970	2035	100,0
Salitre.....	A céu aberto	□	2033	100,0

- (1) A Vale detêm 51% do capital votante e 40% do capital total da MVM Resources International, B.V., o consórcio que controla a Bayóvar.

## Reservas de minério de potássio

Nossas estimativas de reserva são de material *in situ* após ajustes referentes a produção da mina, perdas no processo e recuperação da lavra, sem ajustes feitos em relação às perdas de produto durante o processamento. A tonelagem em Taquari-Vassouras aumentou 32% devido ao novo plano da mina. Nossas reservas totais de potássio também aumentaram devido à inclusão do Projeto de carnalita, localizado no estado de Sergipe, que ainda está sujeito a aprovação do nosso Conselho.

	Reservas de minério de potássio (1)(2)							
	Provasdas - 2013		Prováveis - 2013		Total - 2013		Total - 2012	
	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor	Tonelagem	Teor
Taquari-Vassouras(3).....	7,8	26,0	5,1	21,1	12,9	24,1	9,8	28,0
Projeto Carnalita(4).....	247,1	12,1	54,1	12,1	301,5	12,1	--	--

- (1) A tonelagem é definida em milhões de toneladas métricas secas. O grau é % de KCl.
- (2) A tonelagem é medida antes do processamento da recuperação.
- (3) Reservas de potássio de silvinita.
- (4) Reservas de potássio de carnalita.

Minas de minério de potássio				
Tipo	Em operação desde	Data de exaustão projetada	Participação da Vale	
			(%)	
Taquari-Vassouras(1).....	Subterrânea	1986	2018	100,0
Projeto de Carnalita.....	Mineração de solução	-	2042	100,0

- (1) Temos um contrato de leasing de 30 anos, assinado em 2012, com a Petrobras.

## INVESTIMENTOS

Temos um amplo programa de investimentos para o crescimento orgânico de nossas operações. Os números discutidos nesta seção são para execução de projeto e para manutenção das operações atuais.

O orçamento de investimentos aprovado para 2014 aprovado pelo nosso Conselho é de US\$9,3 bilhões para execução de projetos, refletindo uma diminuição de 8,2% em comparação ao orçamento de investimentos para 2013 e US\$4,5 bilhões para manutenção das operações atuais, refletindo uma diminuição de 11,1% em comparação a 2013. Essas diminuições refletem uma disciplina mais rígida na alocação de capital, um foco mais intenso na maximização da eficiência, minimização de custos, e uma futura plataforma de projetos menor, porém com potencial maior para gerar um substancial valor para os nossos acionistas.

Uma grande parte do orçamento de investimentos será investida no Brasil (62,7%) e em Moçambique 22,2%. O restante foi distribuído por investimentos na Austrália, Canadá, China, Indonésia, Malásia, Malauí, Nova Caledônia e Peru, entre outros países.

	<b>Despesas de 2012</b>	<b>Despesas de 2013</b>	<b>Orçamento de 2014</b>	
	(em milhões de dólares)	(em milhões de dólares)	(em milhões de dólares)	(% do total)
Execução de projetos.....	11.580	9.648	9.299	67,2%
Investimentos para sustento das operações atuais .....	4.616	4.585	4.547	32,8%
<b>Total</b>	<b>US\$16.196</b>	<b>US\$14.233</b>	<b>US\$ 13.847</b>	<b>100,0</b>

A tabela a seguir apresenta um resumo por grandes áreas de negócios a divisão de nossos investimentos em 2012 e 2013 e nosso orçamento de investimentos para 2014.

	<b>2012</b>		<b>2013</b>		<b>Orçamento de 2014</b>	
	(em milhões de dólares)	(% do total)	(em milhões de dólares)	(% do total)	(em milhões de dólares)	(% do total)
Minerais ferrosos.....	7.882	48,7	7.150	50,3	8.313	60,0
Carvão .....	1.150	7,1	1.511	10,6	2.779	20,1
Metais básicos .....	3.693	22,8	3.027	21,3	1.813	13,1
Fertilizantes .....	1.836	11,3	1.159	8,1	452	3,3
Logística para carga geral (1).....	592	3,47	603	4,2	--	--
Energia.....	292	1,8	214	1,5	188	1,4
Siderurgia .....	3348	2,1	315	2,2	264	1,9
Outros .....	403	2,5	254	1,8	37	0,3
<b>Total</b> .....	<b>US\$16.196</b>	<b>100,0%</b>	<b>US\$14.233</b>	<b>100,0%</b>	<b>US\$13.847</b>	<b>100,0%</b>

(1) Os investimentos em logística destinados a um segmento de negócios específico estão incluídos com tal segmento nos dados de nossos investimentos. Em 2014, excluímos logística da carga geral do orçamento total.

Estamos desenvolvendo um portfólio com foco no crescimento orgânico, com poucos projetos, porém com uma expectativa de maiores taxas de retorno. As nossas iniciativas principais são responsáveis por 83% dos US\$9,3 bilhões orçados para a execução de projetos em 2014. Esses programas incluem:

- A expansão das nossas operações de minério de ferro integradas de alta qualidade em Carajás, com projeção de gastos para 2014 no valor de US\$3,3 bilhões compostas por S11D, CLN S11D, projetos da Serra Leste e a conclusão do Carajás Planta 2 (anteriormente conhecida como Adicional 40Mtpa) e CLN 150;
- Construção e expansão da operação integrada de classe mundial de carvão de Moatize/Nacala, com projeção de gastos para 2014 no valor de US\$2,6 bilhões;
- Substituição da capacidade, aumento e melhoria da qualidade do minério de ferro dos Sistemas Sul e Sudeste, com projeção de gastos para 2014 no valor de US\$1,1 bilhão, incluindo Conceição Itabiritos II, Vargem Grande Itabiritos, os projetos Cauê Itabiritos e a conclusão da Conceição Itabiritos;
- Rede de distribuição global de minério de ferro, no valor de US\$436 milhões, incluindo os investimentos na construção do centro de distribuição de Teluk Rubiah (no valor US\$278 milhões), embarcações (no valor de US\$155 milhões) e barcas (no valor de US\$3 milhões); e
- Salobo II, com projeção de gastos para 2014 no valor de US\$332 milhões, o que aumentará a nossa produção de cobre e ouro.

A tabela a seguir mostra as despesas totais de 2013 com os nossos projetos principais de investimento e despesas orçadas para os mesmos em 2014, juntamente com a estimativa de despesas totais para cada um e a data de início estimada em 31 de dezembro de 2011.

Área de negócios	Principais projetos(1)	Estimativa ou Real de Start-up	CAPEX executado		CAPE esperado	
			2013(2)	Total	2014	Total(3)
				(em milhões de dólares)		
Minério de ferro	Carajás Planta 2 (4)	2S13	547	3.020	174	3.475
	Carajás Serra Sul S11D	2S16	818	2.631	1.091	8.089
	CLN 150(4)	2S13	518	3.778	69	3.931
	CLN S1 1D	1S14 até 2S18	696	1.156	1.914	11.582
	Serra Leste	2S14	140	432	34	478
	Conceição Itabiritos(4)	2S13	249	1.030	73	1.174
	Vargem Grande Itabiritos II	2S14	376	1.292	376	1.910
	Conceição Itabiritos II	2S14	228	652	240	1.189
	Cauê Itabiritos	2S15	233	353	373	1.504
	Teluk Rubiah	2S14	490	1.003	278	1.371
Usinas de pelotização	Tubarão VIII	1S14	194	1.084	154	1.321
Mineração de carvão e logística	Moatize	2S15	383	839	761	2.068
	Nacala Corridor	2S14	932	1.341	1.812	4.444
Mineração de cobre	Salobo II	1S14	294	1.054	332	1.707
Mineração e refinaria de níquel	Long Harbour (5)	1S14	1.030	4.186	40	4.250
	Totten(4)	2S13	172	712	47	759
Siderurgia	CSP(6)	2S15	297	873	197	2.570

- (1) Projetos aprovados pelo Conselho de Administração.
- (2) Todos os números são apresentados em regime de caixa.
- (3) Custo de investimento total estimado para cada projeto, incluindo despesas em períodos anteriores.
- (4) Projetos entregues em 2013.
- (5) Concluimos a construção, iniciamos as atividades de comissionamento e esperamos iniciar a produção no segundo trimestre de 2014.
- (6) O CAPEX e financiamento esperados são em relação à participação acionária da Vale em cada projeto.

Os parágrafos abaixo descrevem a situação de cada projeto em 31 de dezembro de 2013, não tendo sido atualizados para refletir ocorrências posteriores a essa data.

### Projetos de bulk materials e logística

Projetos de mineração de minério de ferro e logística:

- *Carajás Serra Sul S11D*. Desenvolvimento de uma mina e usina de processamento, situadas na área sul de Carajás, no estado do Pará. O projeto tem uma capacidade nominal estimada de 90 Mtpa. Continuamos com a montagem eletromecânica dos módulos. Recebemos a licença de instalação em julho de 2013. O projeto está 48% concluído, com um total investido de US\$2,6 bilhões. Esperamos que o *start-up* das operações ocorra no segundo semestre de 2016.
- *CLN S11D*. Aumento da capacidade de logística do Sistema Norte para apoiar o projeto S11D, incluindo a duplicação de aproximadamente 570 km de ferrovias, a construção de um ramal ferroviário com 101 km, a aquisição de vagões e locomotivas e expansões onshore e offshore do terminal marítimo de Ponta da Madeira. Esse projeto deverá aumentar a capacidade de logística estimada nominal da EFC para cerca de 230 Mtpa. Obtivemos a licença de instalação e a autorização da ANTT para as obras de engenharia civil necessária para a construção. A terraplanagem para duplicação da ferrovia e obras civis do ramal ferroviário para ligar a mina à EFC está em andamento. O projeto está 13% concluído, com um total investido de US\$ 1,2 bilhão. O *start-up* está previsto para o primeiro semestre de 2014 até o segundo semestre de 2018.
- *Serra Leste*. Construção de uma nova planta de processamento localizada em Carajás, no Estado do Pará. O projeto tem uma capacidade nominal estimada de 6 Mtpa. A licença de instalação já foi emitida. Concluimos a montagem eletromecânica da subestação e a energização da usina de processamento e iniciamos a pré-abertura e o comissionamento da instalação para tratamento de minério de ferro. O projeto está 78% concluído, com um total investido de US\$ 432 milhões. Esperamos que o *start-up* das operações ocorra no segundo semestre de 2014.
- *Vargem Grande Itabiritos*. Construção de uma nova usina de tratamento de minério de ferro no Sistema Sul, com uma capacidade nominal adicional de 10 Mtpa. Atualmente estamos montando as estruturas metálicas e equipamentos para a planta de beneficiamento de minério de ferro e realizando as obras civis para a correia transportadora de longa distância e o terminal ferroviário de Andaime. Esperamos receber a licença de operação no segundo semestre de 2014. O projeto está 80% concluído, com um total investido no valor de US\$1,3 bilhão. O *start-up* está previsto para o segundo semestre de 2014.
- *Conceição Itabiritos II*. Adaptação da usina de processamento de itabiritos de baixo teor, situada no Sistema Sudeste. O projeto tem uma capacidade nominal estimada em 19 Mtpa, sem capacidade adicional líquida. Concluimos a montagem das estruturas metálicas das células de flutuação e obras civis para o moinho de esferas com o sistema tipo alimentação. Atualmente estamos realizando as obras de engenharia civil e a montagem eletromecânica da estrutura metálica e dos equipamentos. O projeto está 79% concluído, com um total de investimentos realizados de US\$652 milhões. O *start-up* está previsto para o segundo semestre de 2014.
- *Cauê Itabiritos*. Adaptação da usina de processamento de itabiritos de baixo teor, situada no Sistema

Sudeste. O projeto tem uma capacidade nominal estimada em 24 Mtpa, com capacidade adicional líquida de 4 Mtpa em 2017. Iniciamos a montagem eletromecânica da separação quaternária e trituração. Estamos realizando as obras civis e recebemos a estrutura metálica e equipamentos. O projeto está 47% concluído, com um total de investimentos no valor de US\$353 milhões. O *start-up* está previsto para o segundo semestre de 2015.

- *Teluk Rubiah*. Construção de um centro de distribuição em Teluk Rubiah, na Malásia, com um cais privado, com profundidade suficiente para receber navios de 400.000 DWT e um pátio de estocagem. O centro de distribuição terá uma produção de 30 Mtpa de produtos de minério de ferro. O sistema de importação já está comissionado e pronto para receber o primeiro navio. As licenças de construção e de instalação preliminares foram emitidas. A emissão da licença de operação é esperada para o primeiro semestre de 2014. O projeto está 94% concluído, com investimentos em um total de US\$1,0 bilhão. O *start-up* do sistema integrado (importação e exportação) está previsto para o segundo semestre de 2014

Projetos para usina de pelotização:

- *Tubarão VIII*. Oitava usina de pelotização em nosso complexo existente no Porto de Tubarão, no Espírito Santo, Brasil, com capacidade de produção prevista para 7,5 Mtpa. Realizamos testes com a carga de pelotização, estamos no estágio final das atividades de comissionamento. Esperamos receber a licença de operação no primeiro semestre de 2014. A usina está 95% concluída, com um total de US\$1,1 bilhão em investimentos. O *start-up* está programado para o primeiro semestre de 2014.

Projetos de mineração de carvão e logística:

- *Moatize II*. Nova cava e duplicação da usina de processamento e lavagem de carvão (CHPP) de Moatize, bem como toda a infraestrutura relacionada, localizada em Tete, Moçambique. O projeto aumentará a capacidade nominal total de Moatize para 22 milhões de toneladas anuais, a maioria composta de carvão de coque. Concluímos a terraplanagem e estamos bem avançados nas obras civis, com as fundações em concreto no britador primário, CHPP e na área de veículos pesados. O projeto está 53% concluído, com o total de investimentos no valor de US\$839 milhões. O *start-up* está previsto para o segundo semestre de 2015.
- *Corredor Nacala*. Infraestrutura ferroviária e portuária que conecta Moatize ao terminal marítimo de Nacala-à-Velha, localizado em Nacala, Moçambique. O total de investimentos é no valor de US\$ 1,3 bilhão. Os trechos *greenfield* em Moçambique e Malawi está 56% concluído e o primeiro trem está programado para entrar em operação no final de 2014 com capacidade do trilho para 11 Mtpa. A construção nos trechos da ferrovia atual que estão sendo reformados se estenderá até 2016 e aumentará a capacidade para até 18 Mtpa.

### Projetos de metais básicos

Projeto de mineração de cobre:

- *Salobo II*. Expansão de Salobo, aumento da altura da barragem de rejeitos e da capacidade da mina, localizada em Marabá, no estado brasileiro do Pará. O projeto está previsto para fornecer uma capacidade adicional nominal estimada em 100.000 tpa de cobre contido em concentrado. Concluímos os testes das tubulações da instalação de filtragem e estamos progredindo na montagem eletromecânica da planta. O projeto está 93% concluído, com o total de investimentos no valor de US\$1,1 bilhão. O *start-up* está previsto para o primeiro semestre de 2014.

**Projetos de aço**

- *Companhia Siderúrgica do Pecém (“CSP”)*. Construção de uma planta de placas de aço no Ceará, em parceria com a Dongkuk Steel Mill Co. e Posco, dois grandes produtores de aço da Coreia do Sul. O projeto tem uma capacidade nominal estimada de 3,0 Mtpa. A Vale detém 50% da *joint venture*. A construção civil e trabalhos eletromecânicos estão em andamento. Já obtivemos as licenças ambientais e de instalação preliminares. Foram realizados investimentos no valor de US\$873 milhões. O *start-up* está previsto para o segundo semestre de 2015.

## QUESTÕES REGULATÓRIAS

Estamos sujeitos a uma ampla gama de regulamentos governamentais em todas as jurisdições nas quais operamos ao redor do mundo. A discussão a seguir resume os tipos de regulamentos que causam um impacto mais significativo em nossas operações.

### Direitos de mineração e regulamento das atividades de mineração

A mineração e o processamento mineral estão sujeitos a uma regulamentação bastante restrita. Para realizar essas atividades, normalmente somos obrigados a obter e manter determinadas licenças governamentais e privadas, que podem incluir concessões, licenças, reivindicações, aluguéis, locações ou permissões (todos denominados abaixo como "concessões"). O regime jurídico e regulador aplicável ao setor de mineração e às concessões governamentais diferem entre as jurisdições, frequentemente de formas importantes. Na maioria das jurisdições, inclusive no Brasil, os recursos minerais pertencem ao Estado e só podem ser extraídos mediante uma concessão governamental. Em outras jurisdições, como Ontário, no Canadá, uma parte substancial das nossas operações de mineração é realizada em conformidade com os direitos de mineração que detemos (licenças privadas). Os órgãos governamentais geralmente estão encarregados de fornecer as concessões de mineração e monitorar o cumprimento das leis e regulamentos de mineração.

A tabela abaixo apresenta um resumo de nossas principais concessões de mineração e outros direitos similares. Além das concessões descritas abaixo, temos licenças de exploração e pedidos de exploração cobrindo 5,63 milhões de hectares no Brasil e 10,6 milhões de hectares em outros países.

Local	Concessão ou outro direito	Área coberta aproximada (em hectares)	Prazo de validade
<i>Brasil</i>	Concessões de mineração (inclusive aplicações)	662.076	Indeterminado
<i>Canadá</i>	Concessões de mineração (a terminologia varia entre as províncias)	279.977	2014-2034
<i>Indonésia</i> (1)	Contrato de trabalho	190.510	2025
<i>Austrália</i>	Locações de mineração	19.209	2015-2041
<i>Nova Caledônia</i>	Concessões de mineração	21.269	2015-2051
<i>Peru</i> (2)	Concessões de mineração	154.867	Indeterminado
<i>Argentina</i>	Concessões de mineração	161.628	Indeterminado
<i>Chile</i>	Concessões de mineração	71.433	Indeterminado
<i>Moçambique</i> (3)	Concessões de mineração	23.780	2032
<i>Guiné</i>	Concessões de mineração	102.400	2035

(1) Pode receber o direito a no mínimo 10 anos de prorrogação.

(2) O regime de mineração peruano engloba apenas um tipo de licença.

(3) Nossa concessão de mineração cobre 23.780 hectares. A licença definitiva da terra concedida pelo Conselho de Ministros, necessária para extrair e utilizar nossa concessão abrange atualmente 22.096 hectares.

Há várias propostas ou mudanças adotadas recentemente na legislação e regulamentos de mineração na jurisdição onde operamos, as quais podem nos afetar significativamente. São elas:

- *Brasil*. Em junho de 2013, o governo brasileiro enviou ao Congresso um projeto de lei com alterações propostas à lei de mineração. Esse projeto prevê a preservação das principais disposições em relação aos direitos de mineração existentes a partir da sua promulgação, um novo regime de *royalties* e concessões de mineração e a criação de uma agência de mineração. O projeto de lei está em discussão no Congresso.
- *Indonésia*. Uma lei de mineração entrou em vigor em 2009, introduzindo um novo regime de licenciamento (*Ijin Usaha Pertambangan*, ou IUP), também exigindo alguns ajustes, e definitiva substituição dos contratos de mineração atuais com o governo da Indonésia. A implementação dessas regulamentações vem sendo gradualmente promulgada pelo governo, mas outras são esperadas em 2014. A PTVI atualmente não detém nenhuma licença sob o regime IUP. Conforme exigido pela lei de mineração de 2009, a PTVI iniciou a renegociação do contrato de trabalho em 2012, previsto no primeiro semestre de 2014. O governo indonésio pretende renegociar seis questões estratégicas em cada contrato de trabalho: (1) dimensão da área de concessão; (2) prazo e forma de prorrogação do contrato; (3) obrigações financeiras (*royalties* e impostos), (4) alienação; (5) processamento e refino nacionais e (6) prioridade e uso dos bens e serviços nacionais. Veja os comentários adicionais abaixo sobre *royalties* de mineração.
- *Nova Caledônia*. Uma lei de mineração aprovada em 2009 obriga os projetos de mineração a obterem autorização, em vez de uma declaração, dos órgãos governamentais. Apresentamos um pedido atualizado para essa autorização em março de 2014. Enquanto que, de acordo com a lei, as autoridades possam demorar até três anos para emitir a autorização, atualmente esperamos receba-la nos próximos doze meses. Nossa declaração de mineração atual permanecerá válida e em vigor até que nosso pedido seja aprovado. Embora acreditemos ser improvável um indeferimento de nosso pedido, os órgãos governamentais poderão impor novas condições em relação à autorização. As autoridades locais da Nova Caledônia propuseram a criação de uma zona úmida protegida que cobriria 27% da área total das áreas da VNC, potencialmente podendo afetar as atividades de mineração. A zona úmida protegida proposta também coincide com a área da próxima instalação de armazenamento de rejeitos, o que poderia resultar na necessidade de mais investimentos.
- *Guiné*. Detemos uma participação de 51% na VBG – Vale BSGR Limited, que detém direitos de concessão de minério de ferro em Simandou South (Zogota) e permissões de exploração de minério de ferro em Simandou North (Blocos 1 e 2) na Guiné. A VBG também apresentou um requerimento de direitos de concessão para os Blocos Norte de Simandou 1 e 2 e está esperando uma definição por parte do Governo da Guiné. A VBG suspendeu os trabalhos enquanto aguarda o resultado da revisão de sua concessão descrita abaixo.

Um código de mineração adotado em 2011 e alterado em 2013 impõe sobre todos os projetos de mineração de minério de ferro uma exigência de participação do governo de 15% sem nenhum ônus, permitindo que o governo adquira uma participação acionária adicional de 20%. O código de mineração também introduziu exigências mais onerosas a todas as companhias mineradoras na Guiné, inclusive em relação a impostos de mineração, alfandegários, obrigações trabalhistas, de capacitação, transparência e anticorrupção. As emendas de 2013 que visavam tratar de determinadas incertezas legais criadas pelo código de mineração de 2011, introduziram novas regras restritivas em questões tais como impostos e *royalties*, regulamentos cambiais, transferências de participações em direitos de mineração e direitos de comercialização.

Além disso, o Governo da Guiné lançou um processo de revisão contratual para harmonizar os contratos de mineração atuais com o novo código de mineração. Os regulamentos dispõem que o processo de revisão contratual poderá resultar no cancelamento ou renegociação dos direitos de mineração dependendo das descobertas e das recomendações de um comitê técnico responsável pela realização do processo de revisão contratual. Após sua revisão dos títulos de mineração, o comitê



técnico notificou a VBG de que pretende recomendar que o Governo da Guiné revogue o direito minerário detido pela VBG. Não temos acesso ao relatório completo do comitê técnico, mas entendemos que sua determinação se baseia em práticas de corrupção com relação à concessão dos direitos de mineração da VBG, antes da aquisição pela Vale da participação na VBG. Até o quanto sabemos, o comitê técnico não alegou delito por parte da Vale. A Vale adquiriu sua participação na VBG após o término da ampla *due diligence* realizada por consultores externos e com base nas declarações de que a VBG tinha obtido legalmente seus direitos minerários e sem nenhuma promessa ou pagamento indevidos. Se o comitê técnico recomendar a revogação e o Governo da Guiné decidir aceitar essa recomendação, a Vale poderá perder todo o seu investimento no projeto de Simandou, dependendo de qualquer direito a recurso que a Vale possa ter.

- *Moçambique*. O governo submeteu ao Congresso um novo projeto de lei de mineração, em dezembro de 2012. As mudanças esperadas incluem a introdução da preferência nacional de compras, submetendo as transferências de direitos de mineração e participação à lei de Moçambique e aprovação governamental, exigindo que as empresas estrangeiras façam parcerias com prestadores de serviços locais e reduzam os períodos das atividades de exploração. Além disso, o regulamento de reassentamento em vigor desde junho de 2012 contém exigências mais rigorosas que poderão resultar em um aumento nos custos e atrasos na implantação de nossos projetos. Além disso, o Governo de Moçambique aprovou um novo regulamento para explosivos, em vigor desde agosto de 2013, que pode resultar em aumentos significativos no custo de importação de explosivos importantes para o funcionamento das atividades de mineração em Tete. Após tomar ciência das preocupações de diversas empresas do setor extrativo, o Governo analisa a possibilidade de diminuir esses novos impostos, mas ainda não deu certeza se e quando tais mudanças serão implementadas.

### **Royalties e outros impostos sobre as atividades de mineração**

Em muitas jurisdições, a Vale é obrigada a pagar *royalties* e/ou tributos sobre a receita da operação ou de lucros decorrentes das extrações e vendas de minerais. Tais pagamentos devem ser considerados quando dá elaboração de modelos econômicos de uma qualquer operação de mineração. Os *royalties* e impostos a seguir são aplicados em algumas das jurisdições onde a Vale tem grandes operações:

- *Brasil*. No Brasil, a Vale paga a *Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais* (CFEM) sobre o faturamento líquido, sendo calculado com base na receita da venda dos produtos minerais extraídos, deduzidos os custos de seguro e de transporte. As alíquotas atuais da CFEM são: 2% para minério de ferro, cobre, níquel, fertilizantes e outros materiais; 3% para bauxita, potássio e minério de manganês e 1% para ouro.
- *Estados brasileiros*. Quatro estados brasileiros cobram um tributo sobre a produção mineral (*Taxa de Fiscalização de Recursos Minerais* - TFRM) com alíquotas que variam de R\$ 0,50 a R\$ 2,5697 por tonelada métrica de minerais produzidos ou transferidos do estado.
- *Canadá*. As províncias canadenses onde a Vale opera cobram um tributo sobre o lucro das operações de mineração. O lucro proveniente das operações de mineração é geralmente determinado por referência à receita bruta das vendas dos produtos da mina e deduzindo-se alguns custos, como os de mineração e processamento e investimento em ativos de processamento. As taxas tributárias de mineração estatutárias são de 10% em Ontário, com alíquotas fixadas de até 17% em Manitoba e uma taxa tributária de mineração e royalty combinados de 16% em Newfoundland e Labrador. O tributo de mineração é dedutível da base de cálculo do imposto de renda da companhia.
- *Indonésia*. A subsidiária da Vale, PTVI, paga *royalties* sobre a produção de níquel na área de concessão, dentre outras. O pagamento de *royalties* é baseado no volume de vendas (para níquel matte contido, US\$78 por tonelada métrica, e para cobalto contido, US\$140 por tonelada métrica para uma produção total abaixo de 500 toneladas, ou US\$156 por tonelada métrica, para uma produção total de mais de 500 toneladas). Em 2013, o pagamento de *royalties* correspondeu a 0,68% da receita da venda de produtos de níquel em matte, enquanto a média anual de pagamento de *royalties* para o período de

2010 a 2013 correspondeu a 0,63% da receita da venda de produtos de níquel em matte, incluindo o pagamento de *royalties* adicional, em 2011, para uma produção acima de 160 milhões de libras em 2010. Como parte da renegociação do nosso contrato de mineração, conforme exigido pela nova legislação de mineração, o governo indonésio busca rever o nosso regime de *royalties*.

- *Austrália*. Na Austrália, o royalty é pago sobre a receita da venda de minerais. No Estado de Queensland, os *royalties* aplicáveis ao carvão seriam de 7% do faturamento líquido (deduzidos os custos de frete e outros) até A\$100 por tonelada; 12,5% do valor entre A\$100 e \$150 por tonelada; e 15% posteriormente. No Estado de New South Wales, os *royalties* aplicáveis para o carvão são uma porcentagem da produção ou receita total (que é o valor líquido após determinados custos e impostos), menos deduções permitidas – de 6,2% para minas subterrâneas profundas, 7,2% para minas subterrâneas e 8,2% para minas a céu aberto. Há também um royalty complementar de 1,95% (para carvão recuperado entre 1º de Dezembro de 2012 e 30 de junho de 2013) e 1% (para o carvão recuperado em ou após 1º de julho de 2013) do valor do carvão recuperado. Em julho de 2012, o governo australiano introduziu um novo tributo para as operações de explorações de recurso mineral, MRRT. O MRRT incidirá sobre lucros gerados com a exploração de recursos de carvão e minério de ferro na Austrália, com alíquota efetiva de 22,5% do lucro tributável e poderá ser deduzido do imposto de renda da companhia. Diferente dos *royalties* estaduais que são baseados no volume e valor do recurso, o MRRT é baseado nos lucros. Contudo, as companhias poderão compensar os *royalties* Estaduais com o MRRT. Para o ano fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2013, a Vale Australia não precisou pagar nenhum MRRT.
- *Moçambique*. O Governo propôs um novo regime fiscal para os setores de mineração e petróleo em setembro de 2013. Com relação ao regime do imposto de mineração, a proposta tem conceitos e disposições que podem afetar os projetos de mineração em Moçambique, incluindo uma regra nova de tributação de *royalties*, aumento dos impostos sobre a produção de mineração, contabilidade separada para cada título de mineração, entre outros. A nova proposta não é clara em relação à estabilização e segurança dos contratos de mineração assinados antes do regime fiscal proposto.

## Regulamentações ambientais

Estamos sujeitos a regulamentações ambientais que se aplicam aos tipos específicos de atividades de mineração e processamento que realizamos. Precisamos de aprovações, licenças, permissões ou autorizações de autoridades governamentais para operar e, na maioria das jurisdições, para desenvolvermos novas instalações, precisamos apresentar declarações sobre o impacto ambiental para aprovação e frequentemente fazemos investimentos, a fim de minimizar os impactos ambientais. Devemos operar nossas instalações em conformidade com os termos das aprovações, licenças, permissões ou autorizações.

Estamos tomando várias medidas para melhorarmos a eficiência do processo de licenciamento, incluindo uma integração mais forte de nossas equipes de desenvolvimento ambiental e de projetos, a implantação de um Guia de Melhores Práticas para Licenciamento Ambiental e Meio Ambiente, emprego de equipes especializadas de alto nível, interação mais próxima com os reguladores ambientais e a criação de um Comitê Executivo para expedir decisões internas a respeito do licenciamento.

Os regulamentos ambientais que afetam nossas operações estão relacionados, dentre outras questões, às emissões no ar, solo e água, gestão de reciclagem e rejeitos, proteção e preservação de florestas, costas, cavidades, bacias hidrográficas e outras características do ecossistema, uso da água, mudança climática, descomissionamento e reclamação. A legislação ambiental está se tornando mais rigorosa em todo o mundo, o que pode levar à ocorrência de custos mais elevados para cumprimento das leis ambientais. Em especial, esperamos mais atenção por parte de vários governos, a fim de reduzir as emissões de gases de efeito estufa, como resultado de preocupações em relação às mudanças climáticas. Há vários exemplos de regulamento ambiental e iniciativas de conformidade que podem afetar nossas operações. No Canadá e na Indonésia, estamos fazendo grandes investimentos de capital para assegurar o cumprimento dos regulamentos das emissões, que incluem, entre outras coisas, o dióxido de enxofre, as partículas e os metais. Na Austrália, começamos a obter autorizações do governo federal em junho de 2013, ao abrigo do regime de preços de carbono. Esse regime pode ser revogado no âmbito do novo governo federal (eleito

em 2013) e substituído por um novo plano de redução de carbono. Os detalhes e calendário para esse novo esquema ainda precisam ser finalizados.

A nova proposta de lei, na província do Sul da Nova Caledônia, imporá limites mais rígidos para as emissões de óxido de nitrogênio e óxido de enxofre e partículas de grandes usinas elétricas de combustão, o que afetará a estação de energia que fornece eletricidade para a VNC. Para atender a esses padrões, essa estação de energia de 100MW precisará ser atualizada, o que deverá aumentar o preço da energia paga pela VNC.

No Canadá, estão sendo propostos regulamentos de efluentes de água mais rigorosos, o que poderá afetar as nossas operações. No Reino Unido, uma mudança regulatória recente sobre os efluentes foi introduzida, resultando em um aumento significativo dos custos de descarte de terra e de cumprimento de outros requisitos ambientais nas nossas instalações de Clydach.

No Brasil, existe uma legislação para proteção de cavidades, incluindo um amplo decreto publicado em outubro de 1990 e revisado em 2008. Como consequência dessa revisão, o Ministério do Meio-Ambiente publicou uma portaria em 2009 estabelecendo uma metodologia para classificar a relevância das cavidades. Esses regulamentos nos obrigam a realizar amplos estudos técnicos e também discussões complexas com as agências reguladoras do meio-ambiente no Brasil. Essas discussões estão em andamento, e como consequência, não podemos ainda avaliar o impacto final desses regulamentos sobre nossas operações. Entretanto é possível que em algumas de nossas operações ou projetos de mineração sejamos obrigados a limitar ou modificar nossos planos de mineração, ou incorrer em custos adicionais para preservar as cavidades, ou compensar o impacto sobre elas, com potenciais consequências para os volumes de produção, custos ou reservas em nosso negócio de minério de ferro.

### **Regulamentação de outras atividades**

Além da regulamentação de mineração e ambiental, estamos sujeitos a regimes regulatórios abrangentes para algumas de nossas outras atividades, inclusive transporte ferroviário, operações portuárias e geração de energia elétrica. Também estamos sujeitos a legislação relativa a saúde e segurança dos trabalhadores, segurança e suporte às comunidades próximas às minas e outras questões. As descrições abaixo estão relacionadas a alguns dos regimes regulatórios aplicáveis às nossas operações:

- *Regulamentação das ferrovias brasileiras.* O nosso negócio ferroviário brasileiro opera de acordo com contratos de concessão concedidos pelo governo federal, e as nossas concessões ferroviárias estão sujeitas à regulação e supervisão do Ministério dos Transportes e da agência reguladora de transportes (ANTT). Os nossos contratos de concessão ferroviária têm duração de 30 anos e podem ser renovados a critério do governo federal. As concessões da FCA e MRS se encerram em 2026 e as concessões da EFC e EFVM em 2027. A VLI também é proprietária de uma subconcessão para operação comercial de um segmento de 720 quilômetros da ferrovia FNS, no Brasil, que expira em 2037. Os preços reais que cobramos podem ser negociados diretamente com os usuários desses serviços, sujeitos a limites máximos de tarifas homologadas pela ANTT para cada uma das concessionárias e cada um dos diferentes produtos transportados. Os regulamentos da ANTT também obrigam as concessionárias a conceder direitos de uso da ferrovia (*trackage rights*) às outras concessionárias, fazer investimentos na malha ferroviária, atender a determinadas exigências de produtividade, entre outras obrigações.
- *Regulamentação dos portos brasileiros.* As operações portuárias no Brasil estão sujeitas à regulamentação e supervisão da ANTAQ, agência nacional responsável pelo transporte marítimo, e Secretaria Especial de Portos do Governo Federal (SEP). Em junho de 2013, uma nova lei foi promulgada, com um novo conjunto de regras para os projetos e terminais existentes. A lei eliminou restrições à manutenção de carga de terceiros e permitiu o envolvimento da ANTAQ para determinar o acesso de terceiros aos terminais privados. Em 2014, os terminais privados celebrarão novos contratos com a SEP para adaptar as disposições ao novo regime.
- *Regulamentação de produtos químicos.* Alguns de nossos produtos estão sujeitos a regulamentos aplicáveis à comercialização, distribuição e uso de substâncias químicas em sua composição. Por exemplo, a Comissão Europeia adotou a Política Europeia para Produtos Químicos, conhecida como

REACH ("Registro, Avaliação e Autorização de Produtos Químicos"). De acordo com o REACH, os fabricantes e importadores europeus são obrigados a registrar substâncias antes de entrarem no mercado europeu e, em alguns casos, podem estar sujeitos a um processo de autorização. A empresa que não cumprir o regulamento REACH pode enfrentar multas e penalidades.

- *Regulamentação do transporte transoceânico de minério de ferro e finos de minério de ferro.* A Organização Marítima Internacional preparou alterações às regras existentes que regem o transporte seguro de produtos incluindo minério de ferro.

## II. ANÁLISE E PERSPECTIVAS OPERACIONAIS E FINANCEIRAS

### Panorama geral

Tivemos um forte desempenho operacional em 2013, com resultados sólidos em todos os nossos segmentos de negócios. Nossos esforços de corte de custos, disciplina nos investimentos e foco na nossa atividade principal ao longo de todo o ano melhoraram nossa posição financeira e conseguimos assentar as bases para obter um crescimento futuro de volume e do fluxo de caixa livre.

Em 2013, batemos recorde de volumes de vendas de minério de ferro e pelotas com 306 Mt, juntamente com recorde de vendas de cobre, ouro e carvão e nossas vendas mais altas de níquel desde 2008. Apesar dos aumentos dos nossos volumes de vendas, conseguimos substanciais reduções de custos e despesas, em parte por meio da simplificação da nossa estrutura organizacional.

Mantendo o foco seletivamente em um portfólio mais restrito de exploração e desenvolvimento de projetos, conseguimos manter nosso compromisso de crescimento, ao mesmo tempo em que reduzimos os investimentos e as despesas com pesquisa e desenvolvimento em 2013. Também vendemos com sucesso ativos não relacionados à atividade principal e investimentos em 2013 totalizando US\$ 6,0 bilhões, o que demonstrou nosso compromisso constante com a simplificação da nossa base de ativos e foco na gestão. Nossa geração de caixa nos permitiu distribuir US\$ 4,5 bilhões em dividendos em 2013.

Conseguimos amenizar algumas importantes incertezas em nossos negócios em 2013, permitindo que a administração se concentrasse em nossos objetivos operacionais e estratégicos. Em particular, decidimos participar do REFIS, um programa de liquidação de impostos federais para pagamento de valores de imposto de renda e contribuição social no Brasil, a fim de solucionarmos as reclamações relacionadas ao lucro líquido de nossas subsidiárias e afiliadas fora do Brasil de 2003 a 2012.

A obtenção das licenças de implementação para o projeto S11D e logística associada foram um importante avanço em uma parte chave de nosso plano para aumentar nossa produção de minério de ferro além de 2016. Também recebemos autorização para mineração de áreas adicionais ao redor da mina N4, apoiando nossos planos de produção para 2014 e nosso programa de crescimento para 2015 e 2016.

Completamos vários projetos necessários para expansão da nossa produção de minério de ferro no período de 2014 a 2016: Conceição Itabirito, Planta de Carajás 2 (anteriormente conhecida como 40 Mtpa Adicionais) e CLN 150, incluindo Píer IV com seu primeiro ancoradouro em Ponta da Madeira. Além disso, realizamos o *ramp-up* de projetos de metais básicos em Salobo I, Onça Puma e Nova Caledônia e concluímos outros projetos importantes em Long Harbour e Totten. Esses investimentos marcam o final de um ciclo de investimentos e posicionam nosso negócio para atingir nossa meta de geração de caixa nos próximos anos.

Como base do nosso desempenho sólido neste ano está a manutenção de um foco rígido na saúde e na segurança. Nossos indicadores de saúde e segurança melhoraram em 2013, com nossa taxa de frequência de lesões registráveis total (TRIFR) caindo de 2,8 para 2,6 por milhão de horas trabalhadas. Continuamos focados para atingir um registro de acidente zero em nossas operações.

### Volume de vendas

Nosso desempenho financeiro depende, entre outros fatores, do volume de produção em nossas instalações. Publicamos um relatório trimestral de produção, que está disponível em nosso site e arquivado junto à SEC em Formulário 6 K. Aumentos da capacidade de nossas instalações resultantes de nosso programa de investimentos têm um efeito importante sobre o nosso desempenho. Nossos resultados também são afetados por aquisições e alienações de negócios ou ativos, e podem ser afetados no futuro por novas aquisições ou alienações. Para mais informações sobre aquisições desde o início de 2013, consulte a seção *Informações sobre a Companhia—Panorama geral dos negócios—Mudanças significativas em nossos negócios*.

A tabela a seguir apresenta o volume total vendido de nossos principais produtos em cada um dos períodos indicados.

	<b>Exercício encerrado em 31 de dezembro</b>		
	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
	(mil toneladas métricas)		
Minério de ferro .....	257.287	258.061	264.631
Pelotas de minério de ferro .....	41.861	45.382	40.991
Manganês .....	1.032	1.745	2.115
Ferroligas .....	386	267	183
Carvão:			
Carvão térmico.....	5.342	3.134	726
Carvão metalúrgico.....	2.330	4.864	7.353
Níquel .....	252	232	261
Cobre .....	302	285	353
PGMs (onças).....	446	386	510
Ouro (onças).....	198	168	297
Prata (onças).....	2.626	1.862	2.154
Cobalto .....	2,721	2,033	2.939
Potássio .....	568	581	531
Fosfátados:			
MAP.....	907	1.221	1.133
TSP.....	594	713	681
SSP.....	2.501	2.446	1.969
DCP.....	556	474	461
Rocha fosfática .....	2.652	3.314	3.154
Nitrogênio .....	1.278	1.342	890

## Preços médios realizados

A tabela a seguir apresenta a média dos preços realizados em relação aos nossos principais produtos em cada um dos períodos indicados. Determinamos os preços médios realizados com base nas receitas operacionais brutas, que refletem o preço cobrado aos clientes, incluindo itens, principalmente imposto de valor agregado, que deduzimos para chegar a receita operacional líquida.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro		
	2011	2012	2013
	(US\$ por tonelada métrica, salvo indicação em contrário)		
Minério de ferro.....	143,46	105,41	107,43
Pelotas de minério de ferro.....	195,98	148,89	150,22
Manganês.....	165,70	134,10	157,37
Ferroligas.....	1.443,01	1.340,82	1.303,92
Carvão:			
Carvão térmico.....	95,54	82,39	81,17
Carvão metalúrgico.....	235,27	171,38	129,34
Níquel.....	22.680,41	17.866,38	14.900,24
Cobre.....	8.420,73	7.595,44	6.709,18
Platina (US\$/oz).....	1.716,81	1.590,87	1.469,78
Platina (US\$/onça).....	1.558,55	1.755,52	1.339,37
Platina (US\$/onça).....	31,64	33,82	20,02
Cobalto (US\$/lb).....	15,63	12,27	10,95
Potássio.....	505,28	530,12	417,32
Fosfátados:			
MAP.....	679,65	646,58	571,86
TSP.....	585,98	526,67	472,51
SSP.....	281,53	268,58	271,88
DCP.....	679,63	628,36	611,54
Rocha fosfática.....	112,80	124,82	90,68
Nitrogênio.....	612,01	597,01	610,27

## Principais fatores que afetam os preços

### *Minério de ferro e pelotas de minério de ferro*

A demanda por minério de ferro e pelotas de minério de ferro é uma função da demanda global por aço carbono. A demanda por aço carbono, por sua vez, é fortemente influenciada pela produção industrial global. O minério de ferro e pelotas de minério de ferro são precificados com base em uma vasta gama de níveis de qualidade e características físicas. Vários fatores influenciam as diferenças de preços entre os vários tipos de minério de ferro, como o conteúdo de ferro de depósitos de minério específicos, os vários processos de beneficiamento e purificação necessários à produção do produto final desejado, o tamanho da partícula, o teor de umidade, e o tipo e concentração de contaminantes (como fósforo, alumina, sílica e minério de manganês) no minério. Finos, minério granulado e pelotas geralmente regulam os diferentes preços.

A demanda da China tem sido um principal driver da demanda mundial e dos preços. As importações do minério de ferro chinês alcançaram 820 milhões de toneladas métricas em 2013, 10,1% acima dos 745,5 milhões de toneladas métricas importadas em 2012 e 19,4% maior que os níveis de 2011, devido, principalmente, ao crescimento contínuo na produção de aço chinesa ao longo de 2013. Esperamos que o crescimento econômico da China continue durante 2014, impulsionado principalmente pela demanda doméstica. As reformas anunciadas pelo governo nacional da China no final de 2013 podem afetar a demanda por aço, pois, provavelmente, os governos locais enfrentarão restrições orçamentárias para investimentos na construção da infraestrutura. Por outro lado, a demanda do setor imobiliário deve continuar a crescer, apoiada pela urbanização constante. Como consequência, esperamos que a demanda por minério de ferro por parte da indústria siderúrgica continue a crescer, mas a um ritmo mais lento.

Nossos preços de minério de ferro são baseados em uma variedade de opções de preços, que geralmente usam índices de preços spot como base para a determinação do preço ao cliente. Em 2012, houve uma mudança significativa a partir de acordos de preços de minério de ferro em uma base trimestral usando a média de três meses do trimestre atual dos índices de preços ao uso de opções de preços com base nos preços spot. Essa mudança nos expôs a uma maior volatilidade dos preços, mas também nos permitiu capturar mais valor ao trazer nosso ponto de venda mais próximo de importantes mercados asiáticos.

### ***Carvão***

A demanda por carvão metalúrgico é impulsionada pela demanda de aço, e crescimento futuro continua a ser esperado em toda a Ásia e no subcontinente indiano. A Ásia é responsável por mais da metade do mercado de aço e consome 75% do carvão metalúrgico transoceânico. A demanda transoceânica chinesa aumentou 48% para 77 milhões de toneladas métricas em 2013, em comparação aos 52 milhões de toneladas métricas em 2012.

Não obstante a demanda firme, os preços permaneceram pressionados pelo excesso de oferta. As exportações transoceânicas cresceram 11% em 2013, impulsionadas pelas exportações australianas que cresceram 9% em 2012 e 18% em 2013, ganhando participação de mercado e sendo responsáveis por 58% do comércio transoceânico. Devido ao atual excesso de oferta no mercado, não há incentivo para expansão da oferta de carvão metalúrgico no curto prazo. Além disso, a produção de custo elevado foi deslocada, resultando em fechamentos de minas em 2013.

A demanda por carvão térmico está intimamente relacionada ao consumo de energia elétrica, o que continua a ser impulsionado pelo crescimento econômico global e urbanização, com os níveis mais altos de crescimento encontrados nos mercados asiáticos e emergentes. A demanda diminuiu recentemente, na medida em que o gás natural ganhou participação de mercado. O apelo do gás natural aumenta na medida em que surgem questões relacionadas à poluição. Em 2013, a produção do gás de xisto nos Estados Unidos reduziu os custos de oferta e o preço do gás tem impacto direto sobre os preços do carvão. Essas tendências são exacerbadas pelo excesso de oferta de carvão térmico, pressionando ainda mais os preços do carvão.

Vários outros fatores influenciam os preços do carvão, incluindo a mudança de tendências de mecanismos utilizados para o preço do carvão metalúrgico. A precificação trimestral permanece predominante, mas as tendências de preços de curto prazo continuam a evoluir lentamente, com mais preço mensal no negócio a prazo e um mercado spot maior em termos de volume sendo mais notável em 2013. O mercado *spot* para carvão é principalmente liquidado na China, com algum volume na Índia também; embora a liquidez no mercado *spot* ainda seja limitada. Em 2013, o crescimento foi apenas modesto no nosso mercado de derivativos para o carvão metalúrgico. A maioria dos nossos contratos a prazo ainda continua a ter o preço definido em base trimestral e mecanismos alternativos estão sendo gradativamente retirados do mercado. As negociações do carvão térmico, que é responsável por menos de 10% das nossas vendas de carvão, são realizadas em base *spot* e anual.

### ***Níquel***

O níquel é um metal negociado em bolsa de metais, listado na LME (Bolsa de Metais de Londres). A maioria dos produtos de níquel são precificados usando um desconto ou prêmio ao preço da LME, dependendo das características físicas e técnicas do produto de níquel. A demanda por níquel é altamente afetada pela produção de aço inoxidável, que representa, em média, 66% do consumo global de níquel.

Temos contratos de curto prazo de volume fixo com os clientes para a maioria das vendas anuais previstas de níquel. Esses contratos, juntamente com nossas vendas para aplicações em aço não inoxidável (aço liga, ligas com alto teor de níquel, galvanização e baterias) proporcionam uma demanda estável para uma porção significativa de nossa produção anual. Em 2013, 63% de nossas vendas de níquel refinado foram feitas para aplicações de aço inoxidável, em comparação à média da indústria de produtores de níquel primário de cerca de 34%, proporcionando maior estabilidade para nossos volumes de venda. Como resultado de nosso foco nesses segmentos de alto valor, nossos preços médios realizados de níquel refinado têm superado, de maneira constante, os preços à vista do metal na LME.



O níquel primário (incluindo ferro-níquel, níquel *pig iron* e cátodo de níquel) e níquel secundário (ou seja, sucata) são fontes de níquel concorrentes na produção de aço inoxidável. A escolha entre os diferentes tipos de níquel primário e secundário é amplamente motivada por seu preço e disponibilidade relativos. Nos últimos anos, o níquel secundário representou cerca de 45% do total de níquel utilizado na fabricação de aço inoxidável, e o níquel primário cerca de 55%. Estima-se que em 2013 a produção chinesa de níquel *pig iron* e ferro-níquel foi de 590.000 toneladas métricas, representando 25% da oferta mundial de níquel primário, em comparação aos 20% e 16% da oferta mundial em 2012 e 2011, respectivamente. No entanto, a implementação da lei de mineração indonésia restringindo a exportação de minérios não processados pode afetar a produção chinesa de níquel *pig iron* e de ferro-níquel daqui para frente. Estimamos que a Indonésia representa mais de 80% dos minérios saprolíticos críticos utilizados na produção de ferro-níquel na China e mais de 20% da produção refinada mundial. Se continuar como está, o boicote às exportações de minérios da Indonésia decretado em janeiro de 2014 deve ter impacto significativo sobre o mercado no futuro.

### **Cobre**

O crescimento na demanda por cobre nos últimos anos tem sido motivado, principalmente, pelas importações chinesas, considerando o papel importante que o cobre desempenha na construção, além das aplicações elétricas e de consumo. Os preços do cobre são determinados com base (i) nos preços do metal de cobre em mercados terminais, como o LME e o NYMEX e (ii) no caso de produtos intermediários, como concentrados de cobre (que compreende a maioria de nossas vendas) e ânodo de cobre, encargos de tratamento e refinamento negociados com cada cliente. De acordo com um sistema de preço designado como MAMA (“mês após mês de chegada”), as vendas de concentrados de cobre e ânodos de cobre são provisoriamente precificadas na época do embarque e os preços finais são estabelecidos com base no preço do LME para um período futuro, geralmente um a três meses após a data de embarque.

A demanda por cobre refinado cresceu um percentual estimado de 5% em 2013 e a China foi responsável pelo equivalente a 44% do consumo mundial. A oferta de cobre refinado aumentou com o crescimento de 8% da produção global da mina em 2013, o que reflete tanto o *ramp-up* de novos projetos, como as melhorias nas operações existentes. Ao longo de 2013, os preços permaneceram sob pressão. Para 2014 e 2015, esperamos que a produção da mina continue a expandir com base nos investimentos anteriores.

### **Fertilizantes**

A demanda por fertilizantes está baseada nos fundamentos do mercado semelhantes aos subjacentes à demanda global por minerais, metais e energia. O rápido crescimento da renda per capita nas economias emergentes geralmente causa mudanças na dieta alimentar marcadas por um aumento no consumo de proteínas que, por fim, contribui para o aumento na demanda por fertilizantes, incluindo potássio e fosfatos, porque ajudam a impulsionar a produção de grãos para alimentar mais gado. A demanda também é impulsionada pela demanda por biocombustíveis, que surgiram como uma fonte alternativa de energia para reduzir a dependência mundial de fontes de gases de efeito estufa, que provocam mudanças climáticas, uma vez que os principais insumos para a produção de biocombustíveis – cana de açúcar, milho e palma – requerem um intenso uso de fertilizantes.

As vendas de fertilizantes se dão, sobretudo, em spots, usando referências internacionais, embora alguns grandes importadores na China e Índia assinem, com frequência, contratos anuais. A sazonalidade é um fator importante na determinação do preço ao longo do ano, uma vez que a produção agrícola em cada região depende das condições climáticas para produção das lavouras.

Em 2013, as condições do mercado global de fertilizantes eram fracas como resultado dos preços mais baixos devido à queda da demanda na Índia e na China. Consequentemente, parte da produção foi redirecionada desses mercados para o Brasil, onde os efeitos sazonais determinados pelo final da safra já estavam interferindo nos preços.

## Variações cambiais

Os resultados de nossas operações são afetados de várias maneiras por mudanças nas taxas de câmbio. As mais importantes são as seguintes:

- A maioria das nossas receitas é expressa em dólares dos EUA, ao passo que a maioria dos nossos custos dos produtos vendidos é expressa em outras moedas, incluindo o *real* (54% em 2013) e o dólar canadense (14% em 2013). Em 2013, 27% de nossos custos de produtos vendidos foram denominados em dólares americanos. Como resultado, as mudanças nas taxas de câmbio, especialmente em relação ao dólar dos EUA, afetam os nossos custos e margens operacionais.
- A maioria de nossas dívidas de longo prazo é expressa em moedas que não o *real* (US\$20,593 bilhões em terça-feira, 31 de dezembro de 2013), principalmente em dólar americano. Como nossa moeda funcional para fins contábeis é o *real*, mudanças no valor do dólar americano em relação ao *real* resultam em lucro ou prejuízo cambial sobre nossos passivos líquidos.
- Tínhamos uma dívida expressa em *reais* de US\$7,131 bilhões em 31 de dezembro de 2013, excluindo os encargos incorridos. Uma vez que a maioria de nossa receita está expressa em dólares americanos, usamos swaps para converter nossa dívida de *reais* para dólares americanos. Mudanças no valor do dólar americano em relação ao *real* resultam em uma variação de valor de mercado sobre esses derivativos, afetando nossos resultados financeiros. Para mais informações sobre nosso uso de derivativos, consulte a seção —*Gestão de Riscos*.

A queda no valor do dólar dos EUA tende a resultar em: (i) margens operacionais menores e (ii) resultados financeiros maiores, devido aos lucros cambiais sobre nosso passivo líquido expresso em dólar americano e lucros no valor de mercado sobre nossos derivativos cambiais. Por outro lado, um aumento no valor do dólar EUA tende a resultar em: (i) margens operacionais melhores e (ii) resultados financeiros menores, devido aos prejuízos cambiais em nossos passivos líquidos expressos em dólar americano e prejuízos no valor de mercado sobre nossos derivativos cambiais.

Houve valorização do dólar em relação ao *real* no primeiro trimestre de 2013, com a diminuição das incertezas relacionadas à zona do Euro. Vários fatores, como o menor crescimento da produção no Brasil, levaram a uma forte apreciação nominal do dólar americano em relação à *moeda brasileira* durante o segundo trimestre de 2013. Esse aumento do dólar foi parcialmente revertido por um curto período, mas retornou no quarto trimestre de 2013, permanecendo praticamente estável desde então. Em média, o dólar americano foi 10,5% mais forte em 2013 em relação ao *real* do que em 2012. Em 31 de dezembro de 2013, o dólar americano valorizou 15,1% frente ao *real* em relação a 31 de dezembro de 2012.

O valor médio do dólar americano em 2013, comparado ao dólar canadense, foi 2,9% menor que em 2012, mas em 31 de dezembro de 2013, o dólar americano valorizou 7% em relação ao dólar canadense em comparação a 31 de dezembro de 2012.

De maneira geral, as flutuações cambiais afetaram positivamente nossas margens operacionais, mas resultaram em perdas cambiais líquidas e perdas sobre os derivativos, conforme descrito em —*Políticas e estimativas contábeis importantes—Derivativos*.

## Efeitos do REFIS em 2013

Em novembro de 2013, decidimos participar do REFIS, um programa de liquidação de imposto federal para o pagamento dos valores relativos ao imposto de renda de pessoa jurídica brasileira e contribuição social, a fim de resolver as reclamações relacionadas ao lucro líquido de nossas subsidiárias e coligadas estrangeiras de 2003 a 2012. Antes desse acordo, o valor total da contingência fiscal para o período de 2003 a 2012, incluindo os anos em que as autuações fiscais ainda não tinham sido emitidas, foi estimado em US\$ 19,4 bilhões (equivalentes a R\$ 45,0 bilhões,

incluindo incluindo R\$17,1 bilhões, no principal, R\$9,8 bilhões em multas, R\$12,0 bilhões em juros e juros sobre multas e R\$6,0 bilhões em taxas legais).

A participação no REFIS teve um impacto de US\$ 6,7 bilhões (R\$14,8 bilhões) no lucro líquido em 2013, como descrito na nota 20 dos nossos demonstrativos financeiros consolidados. Nos próximos anos, as despesas financeiras incluirão os juros que compõem os pagamentos do REFIS. Nossos fluxos de caixa futuros serão afetados pelas parcelas mensais. Para mais informações sobre o REFIS, consulte *Processos judiciais – Litígios sobre tributação brasileira de subsidiárias estrangeiras*.

### **Mudança na apresentação contábil**

Deixamos de fazer demonstrações financeiras de acordo com GAAP dos EUA. Adotamos o IFRS, de acordo com IASB, como base para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e relatórios à SEC, começando com nossas demonstrações financeiras a partir de e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 apresentadas neste relatório anual. Este relatório anual e futuros relatórios arquivados na SEC só apresentarão informações financeiras preparadas de acordo com o IFRS.

Adotamos primeiro IFRS, emitidas pelo IASB, para nossas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, as quais publicamos e arquivamos na CVM. A nossa data de transição das GAAP dos EUA para IFRS foi 1º janeiro de 2009, e usamos certas exceções obrigatórias ou eletivas previstas na IFRS 1, nessas demonstrações financeiras. Uma vez que já adotamos o IFRS no Brasil, não somos um "adotante iniciante" do IFRS para fins deste relatório anual no Formulário 20-F.

Para uma conciliação de nossas demonstrações financeiras de acordo com a IFRS das GAAP dos EUA, consulte a Nota 33 das nossas demonstrações financeiras consolidadas.

### **Mudanças nas políticas contábeis**

Em 2013, começamos a contabilizar nossos benefícios trabalhistas de acordo com o IAS 19R. De acordo com as determinações dessa transição, aplicamos essa norma retroativamente nos anos de 2011 e 2013 também. As revisões feitas de acordo com IAS 19R (i) eliminaram o método de "corridor" para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais; (ii) simplificaram a contabilidade das mudanças de ativos e passivos dos planos, reconhecendo no demonstrativo de resultados custos com serviços e custo livre de juros baseado no ativo ou passivo do benefício líquido; e (iii) previram reconhecimento em renda abrangente de novas medições de ganhos e perdas atuariais, retorno sobre ativos do plano (livre de renda de juros sobre ativos) e mudanças no efeito do teto de ativo. Para mais informações, consulte a Nota 6 nas nossas demonstrações financeiras consolidadas.

## RESULTADOS DAS OPERAÇÕES

Em 2013, geramos lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia de US\$584 milhões comparados aos US\$5,454 bilhões em 2012. Essa diminuição se deveu, parcialmente, a determinados itens importantes não recorrentes em 2013, incluindo: (i) US\$4,048 bilhões de impostos de renda de operações continuadas pagos com relação ao REFIS, após deduções, (ii) US\$2,637 bilhões de gastos financeiros líquidos relacionados ao REFIS, (iii) US\$2,940 bilhões de perdas cambiais e monetárias, (iv) US\$2,298 bilhões em despesas para *impairment* dos ativos, principalmente relacionados ao projeto de potássio Rio Colorado e (v) US\$861 milhões de perdas de valor justo líquido em derivativos de risco cambial e de taxa de juros.

A discussão seguinte refere-se as nossas operações continuadas, exceto quando especificado.

### Receitas

Em 2013, nossa receita operacional líquida aumentou 0,5% para US\$ 46,767 bilhões de dólares, principalmente como resultado de aumentos dos volumes de vendas de metais básicos, minério de ferro e carvão metalúrgico e preços mais altos do minério de ferro, que foram parcialmente compensados pelos preços mais baixos dos metais básicos, fertilizantes e carvão metalúrgico e diminuição do volume de vendas de pelotas de minério de ferro e fertilizantes. As receitas operacionais líquidas de cada segmento de negócios são discutidas abaixo sob o título - *Resultados das operações por segmento*.

A tabela a seguir apresenta nosso lucro operacional líquido por produto para os períodos indicados.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro				2013
	2011	% variação	2012	% variação	
	(em milhões de dólares, exceto percentuais)				
Bulk materials:					
Minério de ferro .....	US\$36.416	(26,0)%	US\$26.931	4,5%	US\$28.137
Pelotas de minério de ferro .....	7.938	(17,4)	6.560	(8,5)	6.000
Ferro-ligas e manganês .....	676	(19,7)	543	(3,7)	523
Carvão .....	1.058		1.092		1.010
		3,2		(7,5)	
Outros produtos ferrosos e serviços .....	585	(57,9)	246	(46,3)	132
Subtotal .....	46.673	(24,2)	35.372	1,2	35.802
Metais básicos:					
Níquel e outros produtos(1) .....	8.118	(26,4)	5.975	(2,3)	5.839
Concentrado de cobre(2) .....	1.103	4,8	1.156	25,2	1.447
Subtotal .....	9.221	(22,7)	7.131	2,2	7.286
Fertilizantes:					
Potássio .....	273	6,2	290	(30,7)	201
Fosfatados .....	2.300	9,0	2.507	(17,6)	2.065
Nitrogênio .....	679	2,9	699	(32,9)	469
Outros fertilizantes .....	70	5,7	74	6,8	79
Subtotal .....	3.322	7,5	3.570	(21,2)	2.814
Outros produtos e serviços(3): .....	859	(44,1)	480	80,2	865
Receitas operacionais líquidas .....	US\$60.075	(22,5)%	US\$46.553	0,5%	US\$46.767

(1) Inclui coprodutos e subprodutos de níquel (cobre, metais preciosos, cobalto entre outros).

(2) Não inclui o cobre produzido como coproduto do níquel.

(3) Inclui ferro gusa e energia.

A tabela a seguir resume, para os períodos indicados, a distribuição de nossa receita operacional com base na localização geográfica de nossos clientes.

	Receita operacional por destino					
	2011		2012		2013	
	(em milhões de dólares)	(% do total)	(em milhões de dólares)	(% do total)	(em milhões de dólares)	(% do total)
<b>América do Norte</b>						
Canadá.....	US\$1.403	2,3%	US\$1.015	2,2%	US\$1.043	2,2%
Estados Unidos.....	1.672	2,8	1.334	2,9	1.311	2,8
México.....	114	0,2	29	0,1	29	0,1
	3.189	5,3	2.378	5,2	2.383	5,1
<b>América do Sul</b>						
Brasil.....	8.644	14,4	6.926	14,9	6.190	13,2
Outros.....	1.110	1,8	779	1,7	776	1,7
	9.754	16,2	7.705	16,6	6.966	14,9
<b>Ásia</b>						
China.....	21.420	35,7	17.636	37,9	18.920	40,5
Japão.....	7.238	12,0	4.931	10,6	4.035	8,6
Coreia do Sul.....	2.780	4,6	2.103	4,5	1.795	3,8
Taiwan.....	1.281	2,1	901	1,9	982	2,1
Outros.....	1.007	1,7	1.047	2,2	825	1,8
	33.726	56,1	26.617	57,1	26.558	56,8
<b>Europa</b>						
Alemanha.....	3.839	6,4	2.935	6,3	3.285	7,0
Reino Unido.....	1.351	2,2	920	2,0	1.003	2,1
Itália.....	1.908	3,2	1.310	2,8	1.055	2,3
França.....	804	1,3	658	1,4	977	2,1
Outros.....	3.584	6,0	2.376	5,1	2.442	5,2
	11.486	19,1	8.199	17,6	8.762	18,7
<b>Resto do mundo</b> .....	1.919	3,2	1.653	3,6	2.099	4,5
<b>Total</b> .....	<b>US\$60.075</b>	<b>100,0%</b>	<b>US\$46.553</b>	<b>100,0%</b>	<b>US\$46.767</b>	<b>100,0%</b>

## Custos e despesas operacionais

A tabela a seguir resume os componentes dos nossos custos operacionais e despesas para os períodos indicados.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro				
	2011	% variação	2012	% variação	2013
	(em milhões de dólares, exceto percentuais)				
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados:	US\$(24.528)	3,5%	US\$(25.390)	(4,5)%	US\$(24.245)
Despesas gerais, administrativas e de vendas...	US\$(2.271)	(4,4)	US\$(2.172)	(40,1)	US\$(1.302)
Despesas com pesquisas e avaliações .....	(1.671)	(12,3)	(1.465)	(45,3)	(801)
Despesas de paradas e pré-operacionais	(1.293)	23,1	(1.592)	16,8	(1.859)
Outras despesas pré-operacionais, líquidas	(1.482)	34,7	(1.996)	(50,7)	(984)
Impairment dos ativos não circulantes.....	□	□	(4.023)	(42,9)	(2.298)
Ganho (perda) na medição ou alienação de ativos não circulantes .....	1.494		(506)	(57,5)	(215)
Total de custos despesas operacionais .....	US\$ (29.751)	24,8%	US\$(37.144)	(14,6)%	US\$(31.704)

### Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

A tabela a seguir resume os componentes dos custos dos produtos vendidos nos períodos indicados, de acordo com sua natureza.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro				
	2011	% variação	2012	% variação	2013
	(em milhões de dólares)				
Serviços contratados.....	US\$4.156	11,8%	US\$4.645	(18,1)%	US\$3.805
Custo dos materiais .....	3.716	13,6	4.222	(2,6)	4.112
Energia:					
Combustível .....	2.066	(5,8)	1.947	(7,3)	1.804
Energia elétrica .....	966	(10,7)	863	(23,2)	663
Subtotal .....	3.032	(7,3)	2.810	(12,2)	2.467
Aquisição de produtos:					
Minério de ferro e pelotas.....	1.411	(50,4)	700	(42,1)	405
Níquel.....	606	(44,2)	338	36,7	462
Outro .....	257	28,0	329	64,7	542
Subtotal .....	2.274	(39,9)	1.367	3,1	1.409
Pessoal .....	3.017	13,1	3.413	(4,3)	3.265
Depreciação e exaustão .....	2.452	49,2	3.659	1,8	3.724
Frete.....	1.956	43,2	2.801	13,9	3.189
Outros.....	3.925	(37,0)	2.473	(8,0)	2.274
Total.....	US\$24.528	3,5%	US\$25.390	(4,5)%	US\$24.245

### 2013 em comparação a 2012.

Em 2013, nosso custo dos produtos vendidos foi de 24,245 bilhões de dólares, uma diminuição de 4,5%, ou 1.145 bilhão de dólares, em comparação a 2012. A diminuição dos custos foi, principalmente, resultado das variações cambiais (US\$ 1,638 bilhão), renegociação de contratos e maior oferta de energia de nossas usinas próprias (US\$ 1,198 bilhão). Esses efeitos foram parcialmente compensados por um aumento de custos resultantes dos volumes mais altos vendidos, especialmente de minério de ferro, metais básicos e carvão metalúrgico (US\$ 1,691).

- Os custos com serviços terceirizados (principalmente serviços operacionais, tais como remoção de resíduos, frete e manutenção de equipamentos e instalações) diminuíram 18,1%, o que se deveu basicamente à desvalorização do real brasileiro frente ao dólar americano, reavaliação de contratos com fornecedores e a transferência de parte do pessoal de nossos prestadores de serviços contratados para outras atividades operacionais devido à paralisação de algumas de nossas plantas.

- Os custos com materiais diminuíram 2,6% refletindo a desvalorização do real frente ao dólar americano, parcialmente compensada pelo aumento dos custos de materiais de manutenção em nossas operações de minério de ferro e fosfatados, como resultado das atividades de manutenção que realizamos em 2013.
- Os custos com energia diminuíram 12,2%, principalmente refletindo a desvalorização do real frente ao dólar americano, preços mais baixos e maior uso da energia de nossas usinas de força própria, as quais têm um custo menor em nosso portfólio energético, apesar dos preços mais altos dos combustíveis.
- Os custos da compra de produtos de terceiros aumentaram 3,1%, principalmente devido ao aumento das compras de metais preciosos para processamento em nossa refinaria em Acton, Inglaterra, para reduzir a capacidade ociosa e vendas do excedente de energia no mercado *spot* que recebemos de nossos contratos de energia de longo prazo.
- Os custos com pessoal diminuíram 4,3%, principalmente devido à desvalorização do real frente ao dólar americano, parcialmente compensada por um aumento salarial de 6%.
- A depreciação e esgotamento aumentaram 1,8% refletindo o *ramp-up* de novos projetos, parcialmente compensados pela depreciação do real frente ao dólar americano.
- Os custos com frete aumentaram 13,9%, principalmente devido ao maior volume de minério de ferro e pelotas que vendemos a preço CFR em relação às vendas FOB.
- Os outros custos de produtos vendidos diminuíram 8,0% em 2013. Esses custos consistem principalmente de taxas de arrendamento relacionadas aos nossos ativos da *joint venture* de pelotização, *demurrage* e *royalties* e um ano completo de TFRM, que é um imposto sobre produção mineral criado por certos estados brasileiros em 2012.

2012 em comparação a 2011. Em 2012, nosso custo de produtos vendidos foi de US\$25,390 bilhões, um aumento de 3,5%, ou US\$862 milhões, em comparação a 2011. O aumento resultou principalmente de US\$ 4.414 bilhões relacionados à manutenção de equipamentos, melhorias das operações de minério de ferro, pelotas e de níquel, o start-up de Salobo e maiores custos com pessoal, que foram apenas parcialmente compensados por diminuições de 1,246 bilhão de dólares em custos resultantes de volumes menores vendidos, principalmente os metais de base, e de US\$ 2,258 bilhões a partir de variações cambiais.

- Os custos com serviços de terceiros (principalmente para os serviços operacionais, tais como a remoção de resíduos, serviços de frete e manutenção de equipamentos e instalações) aumentaram 11,8%, o que foi impulsionado principalmente pelo (i) aumento dos serviços de manutenção depois de chuvas fortes no Brasil durante os primeiros meses de 2012 e (ii) custos mais elevados de manutenção das nossas operações de níquel no Canadá, durante o primeiro semestre de 2012, após a suspensão das atividades de mineração em Sudbury para resolver certas questões de segurança. O aumento foi parcialmente compensado pela realocação de alguns de nossos funcionários no quarto trimestre de 2012, como parte de nosso esforço para reduzir os custos com serviços terceirizados.
- Custos de materiais aumentaram 13,6%, como resultado do trabalho de manutenção em nossas operações de minério de ferro, pelotas e níquel e preços mais altos para amônia e produtos petrolíferos, que são insumos essenciais em nossas operações de fertilizantes.
- Os custos de energia diminuíram 7,3%, refletindo principalmente a depreciação do *real* frente ao dólar dos EUA e do desinvestimento dos nossos ativos de alumínio, em fevereiro de 2011. Esses fatores foram parcialmente compensados pelo aumento dos preços de combustível (principalmente utilizados em nossas operações de níquel).
- Os custos de aquisição de produtos de terceiros diminuíram 39,9%, devido principalmente ao número menor de compras de níquel e minério de ferro reduzido e preços de pelotas de minério de ferro. No

primeiro semestre de 2011, quando compramos uma grande quantidade de níquel refinado para cumprir contratos por causa de problemas com o nosso smelter de Copper Cliff, em Sudbury.

- Os custos com pessoal aumentaram 13,1%, principalmente como resultado do aumento do número de funcionários que contratamos para a execução do projeto, e a um aumento salarial de 8,0% no Brasil.
- A despesa com depreciação e exaustão aumentou 49,2%, devido ao *ramp-up* de novos projetos em 2012. A despesa foi parcialmente compensada pela desvalorização do *real* em relação ao dólar dos EUA.
- Outros custos de produtos vendidos diminuíram 37,0% em 2012. Esses custos consistem principalmente de frete, taxas de arrendamento mercantil relacionados aos nossos ativos de pelotização de joint-venture, *demurrage* e *royalties*.

#### ***Despesas gerais, administrativas e de vendas***

##### 2013, em comparação a 2012.

Em 2013, despesas com vendas, gerais e administrativas diminuíram 40,1%, ou US\$ 870 milhões, principalmente como resultado da simplificação da nossa estrutura organizacional e da desvalorização do *real* em relação ao dólar dos EUA, que foi parcialmente compensada pelos efeitos de um novo acordo coletivo de trabalho de dois anos no Brasil, que aumentou os salários em 6,0%.

2012 em comparação a 2011. Em 2012, as despesas com vendas, gerais e administrativas diminuíram 4,4%, ou US\$99 milhões, principalmente como resultado da desvalorização do *real* frente ao dólar americano, que foi parcialmente compensada pelo impacto do aumento salarial no Brasil de 8,0%.

#### ***Despesas com pesquisa e desenvolvimento***

Nossos gastos com pesquisa e desenvolvimento consistem principalmente de: (i) despesas com estudos de viabilidade e outros para novos projetos, (ii) despesas com exploração mineral, que são registrados como despesas até que a viabilidade econômica das atividades de mineração relacionados possam ser estabelecidas e (iii) despesas para o desenvolvimento de novos processos e inovação tecnológica.

##### 2013, em comparação a 2012.

Em 2013, as despesas com pesquisa e desenvolvimento diminuíram 45,3%, o que reflete a redução de nosso portfólio de projetos e o fechamento de determinadas atividades de exploração.

2012 em comparação a 2011. Em 2012, as despesas com pesquisa e desenvolvimento diminuíram 12,3%, o que reflete o nosso foco em nossos projetos de exploração mais promissores e em um número menor de projetos sob estudo ativo, devido à redução significativa das despesas com estudos de viabilidade e outros para novo projeto e exploração mineral, enquanto as despesas para o desenvolvimento de novos processos e melhorias tecnológicas aumentaram. A mudança refletiu o nosso foco renovado sobre as oportunidades de crescimento de longo prazo.

#### ***Despesas pré-operacionais e com parada***

Despesas pré-operacionais se referem a despesas incorridas por um projeto pouco antes de as vendas iniciais serem feitas, e as despesas com paralisação são despesas incorridas pela suspensão de projetos e fechamento de operações. Também incluem provisões para perda de ativos, litígios e contingências, entre outros itens.

2013, em comparação a 2012. As despesas pré-operacionais e com paralisação aumentaram US\$ 267 milhões em 2013, a partir de US\$ 1,592 bilhão em 2012 para US\$ 1,859 bilhão em 2013, principalmente devido à despesa de US\$ 381 milhões relacionados à paralisação do projeto Rio Colorado.



2012 em comparação a 2011. As despesas pré-operacionais e com paralisação aumentaram US\$ 299 milhões em 2013, a partir de US\$ 1,293 bilhão em 2011 para US\$ 1,592 bilhão em 2012, principalmente devido aos projetos de Onça Puma e Vale Nova Caledônia.

#### ***Outras despesas operacionais líquidas***

Outras despesas operacionais, líquidas, incluem provisões para perda de ativos, litígios e contingências, entre outros itens.

2013 comparado a 2012. Outras despesas operacionais líquidas diminuíram US\$ 1,012 bilhão em 2013, de US\$ 1,996 bilhão em 2012 para US\$ 984 milhões em 2013, principalmente devido ao efeito único das despesas CFEM ocorridas em 2012, descritas abaixo.

2012 em comparação a 2011. Outras despesas operacionais líquidas aumentaram US\$ 514 milhões em 2012, dos US\$ 1,482 bilhão em 2011 para US\$ 1,996 bilhão em 2012, principalmente devido ao reconhecimento de US\$ 542 milhões como uma provável perda relacionada à dedutibilidade dos custos de transporte para determinar o montante dos pagamentos CFEM.

#### ***Impairment de ativos não circulantes***

2013 em comparação a 2012. Em 2013, reconhecemos *impairments* de ativos não circulantes no valor de US\$2,298 bilhões. Reconhecemos *impairments* de (i) US\$2,116 bilhões com relação aos nossos ativos de potássio no projeto Rio Colorado, após nossa decisão de cancelar a implementação do projeto e (ii) US\$182 milhões com relação à paralisação temporária e incerteza referente à retomada das plantas de pelotização no Brasil. Consulte a Nota 16 dos nossos demonstrativos financeiros consolidados.

2012 em comparação a 2011. Em 2012, reconhecemos *impairments* de ativos não circulantes no valor de US\$4,023 bilhões. Reconhecemos *impairments* de (i) US\$2,848 bilhões com relação aos nossos ativos de níquel em Onça Puma, motivados pela falha apresentada por um forno, (ii) US\$ 1,029 bilhão com relação aos ativos de carvão na Austrália devido ao aumento dos custos, queda dos preços de mercado e redução dos níveis de produção, entre outros fatores, e (iii) US\$145 milhões com relação a outros ativos. Consulte a Nota 14 das nossas demonstrações financeiras consolidadas de 2012.

#### ***Ganho (perda) na medição ou alienação de ativos não circulantes***

2013 em comparação a 2012. Em 2013 tivemos uma perda de US\$215 milhões no desinvestimento de ativos da Tres Valles, enquanto em 2012 tivemos uma perda de US\$506 milhões no desinvestimento de ativos, incluindo (i) uma perda de US\$22 milhões com a venda de nossas operações de ferroliga de manganês na Europa, (ii) uma perda de US\$355 milhões com a venda de nossas operações de carvão na Colômbia e (iii) uma perda de US\$129 milhões com a venda de nossa subsidiária integral no negócio de fertilizantes, Araucária.

2012 em comparação a 2011. Em 2012 tivemos uma perda de US\$506 milhões no desinvestimento, enquanto em 2011 tivemos um ganho de US\$1,494 bilhões com a venda das nossas operações de alumínio para a Norsk Hydro.

## Lucro operacional

A tabela a seguir apresenta, para os exercícios indicados, as informações sobre o nosso lucro (prejuízo) operacional por produto e, para cada produto, como um percentual da receita operacional líquida de vendas desse produto. O lucro operacional de cada segmento de negócio é discutido abaixo sob o título - *Resultados das operações por segmento*.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro					
	2011		2012		2013	
	Lucro operacional por segmento (prejuízo)		Lucro operacional por segmento (prejuízo)		Lucro operacional por segmento (prejuízo)	
	(em milhões de dólares)	(% da receita operacional líquida)	(em milhões de dólares)	(% da receita operacional líquida)	(em milhões de dólares)	(% da receita operacional líquida)
Bulk materials:						
Minério de ferro .....	US\$24.192	66,0%	US\$12.482	46,3%	US\$15.754	56,0%
Pelotas de minério de ferro .....	4.325	54,5	3.556	54,2	3.083	51,4
Minério de manganês e ferroligas .....	(13)	—	123	22,7	130	24,9
Carvão .....	(484)	—	(2.031)	—	(668)	—
Outros produtos ferrosos e serviços .....	109	18,6	(148)	—	(67)	—
Metais básicos:						
Níquel e outros produtos .....	1.044	13,1	(3.817)	—	(459)	—
Concentrado de cobre .....	146	13,2	(76)	—	(127)	—
Outros .....	—	—	—	—	244	100,0
Fertilizantes:						
Potássio .....	(87)	—	23	7,9	(2.525)	—
Fosfatados .....	243	10,6	100	4,0	(133)	—
Nitrogênio .....	6	0,9	(159)	—	(20)	—
Outros fertilizantes .....	70	100,0	74	100,0	77	97,5
Outros .....	747	87,0	(718)	—	(226)	—
Total .....	US\$30.324	50,5%	US\$9.409	20,2%	US\$15.063	32,2%

2013, em comparação a 2012. O lucro operacional, como porcentagem da receita operacional líquida, aumentou de 20,2% em 2012 para 32,2% em 2013. Desconsiderando o impacto do *impairment* de ativos não circulantes (US\$ 4,023 bilhões) em 2012 e US\$2,298 bilhões em 2013), nosso lucro operacional, como percentual da receita operacional líquida, teria sido de 28,9% em 2012 e 37,1% em 2013. Os principais elementos na melhora da margem foram nossos esforços para cortar custos e despesas, seguidos de preços e volumes de vendas de minério de ferro maior e da venda de direitos de mineração relacionados à transação de fluxo de ouro com a Silver Wheaton. Esses elementos foram parcialmente compensados pelos preços mais baixos dos metais básicos, fertilizantes e carvão metalúrgico e volumes de pelotas de minério de ferro, paralisação e *impairment* de nosso projeto de potássio na Argentina (Rio Colorado), fechamento das plantas Tubarão I e II e São Luís e prejuízo na venda da Tres Valles.

2012, em comparação a 2011. O lucro operacional, como uma porcentagem da receita operacional líquida, diminuiu de 50,5% em 2011 para 20,2% em 2012. Sem o impacto do *impairment* de US\$ 4,023 bilhões de ativos fixos em 2012, o lucro operacional como percentual da receita operacional líquida teria sido de 28,9% em 2012. A queda resultou principalmente de preços significativamente mais baixos para todos os nossos principais produtos, ao passo que o volume de vendas mostrou pouco ou nenhum crescimento em 2012 para a maioria das nossas operações. Outros fatores que contribuem para a diminuição incluem a paralisação temporária das operações de níquel em Sudbury, o custo pré-operacional em Onça Puma e o custo pré-operacional e ajustes de estoque da VNC.

**Receita (despesa) não operacional:**

A tabela a seguir apresenta nossa receita não operacional (despesas) para os períodos indicados.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro		
	2011	2012	2013
		(em milhões de dólares)	
Receitas financeiras .....	US\$ 701	US\$ 411	US\$643
Despesas financeiras.....	(2.715)	(2.421)	(5.002)
Ganhos em derivativos (perdas), líquido .....	75	120	(1.033)
Ganhos (perdas) cambiais e monetários, líquidos.....	(1.382)	(1.918)	(2.765)
Ganhos (perdas) de indexação, líquidos.....	(228)	(26)	(175)
Lucro (despesa) não operacional:.....	US\$(3.549)	US\$(4.022)	US\$(8.332)

2013, em comparação a 2012. Nossas despesas não operacionais aumentaram 107,2% para US\$8,332 bilhões em 2013 a partir de US\$ 4,022 bilhões em 2012. Este aumento resultou principalmente de:

- Aumento das despesas financeiras de US\$2,581 bilhões, atribuíveis principalmente ao efeito de US\$ 2,637 bilhões líquido de multas e juros reconhecidos de acordo com o REFIS.
- Efeito líquido das mudanças no valor justo dos derivativos, o que representou uma perda de US\$ 1,033 bilhão em 2013, em comparação a uma perda de US\$ 120 milhões em 2012. Isso refletiu as seguintes categorias de transações com derivativos:
  - Swaps de moeda e de taxas de juros – Registramos uma perda líquida de US\$861 milhões de swaps de moeda e taxas de juros em 2013, em comparação à perda líquida de US\$ 263 milhões em 2011. Esses swaps servem basicamente para converter a dívida expressa em outras moedas em dólar americano, a fim de proteger nosso fluxo de caixa da volatilidade cambial.
  - Derivados de níquel. Registramos um ganho líquido de US\$ 11 milhões em 2013, comparado a um ganho de US\$ 171 milhões em 2012. Esses derivativos são parte de nosso programa de proteção do preço do níquel.
  - Derivados de bunker oil. Reconhecemos uma perda líquida de US\$ 114 milhões em 2013, em comparação a um ganho líquido de US\$ 14 milhões em 2012. Esses derivativos foram estruturados para minimizar a volatilidade do custo do frete marítimo.
  - Recibos de depósitos. Registramos uma perda líquida de US\$ 60 milhões em 2013. Esses derivativos foram parte do pagamento recebido sob o contrato para venda de ouro com a Silver Wheaton de 2013.
- Perdas líquidas cambiais de US\$ 2,765 bilhões em 2013 em comparação com as perdas cambiais líquidas de US\$ 1,918 bilhão em 2012, principalmente devido, em ambos os anos, à desvalorização do *real* frente ao dólar dos EUA.
- Uma perda líquida de indexação de US\$ 175 milhões em 2013, em comparação a um ganho de US\$ 26 milhões em 2012, principalmente devido à aplicação retroativa do IAS 19, resultando em um ganho para 2012.
- Um aumento da outra receita financeira de US\$ 232 milhões, principalmente devido a ganhos de valor justo de US\$ 214 milhões, como resultado da venda das ações da Hydro, classificado como disponível para venda.

2012 em comparação a 2011. Nossas despesas não operacionais aumentaram 13,3%, para US\$ 4,022 bilhões em 2012 a partir dos US\$ 3,549 bilhões em 2011. Esse aumento resultou principalmente de:

- Redução da receita financeira de US\$290 milhões, principalmente devido a um saldo médio de caixa menor.
- Redução das despesas financeiras de US\$ 294 milhões, atribuível em parte à menor despesa com juros sobre a dívida interna.
- Efeito líquido das mudanças no valor justo de derivativos, o que representou uma perda de US\$ 120 milhões em 2012, em comparação a um ganho de US\$ 75 milhões em 2011. Isso refletiu as seguintes categorias de operações com derivativos:
  - Swaps de moeda e de taxas de juros. Registramos uma perda líquida de US\$263 milhões de swaps de moeda e taxas de juros em 2012, em comparação à perda líquida de US\$96 milhões em 2011. Esses swaps servem basicamente para converter a dívida expressa em outras moedas em dólar americano, a fim de proteger nosso fluxo de caixa da volatilidade cambial.
  - Derivados de níquel. Registramos um ganho líquido de US\$171 milhões em 2012, comparado a um ganho de US\$ 103 milhões em 2011. Esses derivativos são parte de nosso programa de proteção do preço do níquel.
  - Derivados de bunker oil. Reconhecemos um ganho líquido de US\$ 1 milhão em 2012, em comparação a um ganho líquido de US \$ 37 milhões em 2011. Esses derivativos são estruturados para minimizar a volatilidade do custo do frete marítimo.
- Perdas líquidas cambiais de US\$ 1,918 bilhão em 2012 em comparação às perdas cambiais líquidas de US\$ 1,382 bilhão em 2011, principalmente devido à desvalorização do *real* frente ao dólar dos EUA em 2012 e 2011.
- Um ganho líquido de indexação de US\$ 26 milhões em 2012, em comparação a uma perda de US\$ 228 milhões em 2011, principalmente devido à variação monetária em encargos de contribuição social pagos no terceiro trimestre de 2011, que compensaram os aumentos dos ativos sujeitos a indexação. Essa variação líquida deve-se principalmente a depósitos judiciais, que são ajustados pelo índice de inflação brasileiro.

## **Imposto de renda**

Para 2013, registramos despesas líquidas com imposto de renda de US\$6,833 bilhões, em comparação a uma despesa com imposto de renda de US\$1,174 bilhão em 2012. Em 2013, tivemos uma despesa com imposto de operações continuadas de US\$4,048 bilhões com relação ao REFIS, um programa de quitação de imposto federal para o pagamento de valores relacionados ao imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social, a fim de solucionar as reclamações relacionadas ao lucro líquido de nossas subsidiárias e afiliadas fora do Brasil de 2003 a 2012. Nossa participação no REFIS resultou em uma redução substancial dos valores em disputa. Para mais informações, consulte “Processos judiciais – Litígios sobre tributação brasileira de subsidiárias estrangeiras” e Notas 6, 20 e 21 dos nossos demonstrativos financeiros consolidados. A alíquota efetiva sobre nosso lucro antes da tributação, excluindo a despesa com imposto de renda e despesas financeiras com relação ao REFIS, bem como o *impairment* de ativos fixos, foi de 23,3%, que é menor do que a taxa regulamentar, principalmente por causa do benefício fiscal das distribuições aos acionistas classificadas como juros sobre o patrimônio.

Para 2012, registramos um ganho de imposto de renda de US\$ 1,174 bilhão, resultante do estorno de US\$1,236 bilhão de passivo fiscal diferido gerado pela aquisição da Vale Fertilizantes S.A. (Vale Fertilizantes) pela nossa subsidiária Mineração Naque S.A. (Naque) em 2010, ao qual se seguiu a fusão da Naque e Vale Fertilizantes em junho de 2012. Excluindo esse fator, bem como o impacto do *impairment* de ativos fixos, nossa alíquota efetiva foi de 17,2% em 2012.

Em 2011, tivemos despesa com imposto de renda de US\$5,265 bilhões e nossa alíquota efetiva foi de 18,9%.

### **Participação nos resultados das afiliadas, *joint ventures* e outros investimentos**

Nossa participação nos resultados das afiliadas e *joint ventures* resultou em um ganho líquido de US\$ 469 milhões em 2013, em comparação a um ganho líquido de US\$ 645 milhões em 2012 e US\$ 1,138 bilhão em 2011. A redução de 2011 para 2012 e de 2012 para 2013 foi principalmente atribuível aos menores preços de vendas e resultados, respectivamente, de pelotas de minério de ferro da nossa *joint venture* Samarco.

### ***Impairment* dos investimentos**

Em 2013, não reconhecemos *impairment*.

Em 2012, reconhecemos um *impairment* de US\$ 1,941 bilhão em nossos investimentos, incluindo (i) US\$ 975 milhões em nossa participação na Norsk Hydro, devido à volatilidade dos preços do alumínio e as incertezas sobre a economia europeia, (ii) US\$ 883,000 milhões em nossa participação na CSA Thyssenkrupp devido à mudança nas expectativas de desempenho futuro e (iii) US\$ 83 milhões correspondentes à Vale Soluções em Energia devido a mudanças em nossa estratégia de investimento.

### **Resultados das operações por segmento**

#### ***Bulk materials***

2013 em comparação a 2012. A receita operacional líquida da venda de *bulk materials* aumentou para US\$ 35,802 bilhões em 2013, de US\$ 35,372 bilhões em 2012. O aumento de 1,2% refletiu principalmente preços e volumes mais altos de minério de ferro e volumes mais altos de carvão metalúrgico, parcialmente compensados pelos volumes menores de pelotas de minério de ferro.

Nossos preços médios realizados foram 1,9% mais altos para minério de ferro e 0,9% para pelotas de minério de ferro, refletindo o aumento de 62% do valor médio do Índice CFR China de 62% de Platt's IODEX em 2013 e vendas maiores com base CFR. O volume de nossas vendas de pelotas de minério de ferro em 2013 diminuiu 9,7% devido à paralisação da nossa planta de pelotização de Tubarão I e II e São Luís.

Nossas receitas obtidas com *bulk materials* em 2013 foram afetadas positivamente pelo aumento de 51,2% dos volumes de carvão metalúrgico resultante do *ramp-up* de Moatize e melhor desempenho em Carborough Downs devido às melhoras das operações da mina. Embora a demanda por carvão tenha aumentado na Ásia devido ao consumo maior de aço, os preços do carvão permaneceram pressionados pelo excesso de oferta.

O lucro operacional obtido com a venda de *bulk materials* foi de US\$18,232 bilhões em 2013 e US\$13,982 bilhões em 2012. O aumento de 30,4% reflete lucro operacional mais alto no minério de ferro resultante dos preços e volumes de vendas mais altos. As margens foram afetadas negativamente pelo *impairment* na planta de pelotização e preços mais baixos do carvão.

2012 em comparação a 2011. O lucro operacional líquido obtido com a venda de *bulk materials* caiu para US\$35,372 bilhões em 2012 a partir de US\$46,673 bilhões em 2011. A diminuição de 24,2% refletiu principalmente os preços mais baixos do minério de ferro e pelotas.

Os preços médios caíram 28,9% para o minério de ferro e 23,7% para pelotas de minério de ferro, devido à queda no diferencial de preço médio e desaceleração geral do crescimento econômico mundial em 2012. Depois de uma tendência de queda acentuada dos preços no terceiro trimestre de 2012, associada a um ciclo de desestocagem que resultou principalmente da demanda global fraca por aço, as condições do mercado melhoraram no último trimestre. Tanto a resposta da oferta por parte dos produtores de alto custo para reduzir os preços e a retomada do crescimento da demanda chinesa influenciada por investimentos em infraestrutura e construção e venda de carros

prepararam o terreno para uma recuperação de preços em forma de V. O volume de vendas de minério de ferro em 2012 aumentou ligeiramente (0,3%).

Nossas receitas de bulk materials, em 2012 foram afetadas positivamente pelo aumento de 108,8% no volume de carvão metalúrgico que resultou do *ramp-up* de Moatize e da recuperação da produção australiana. Após o choque de oferta em 2011 decorrente da interrupção da produção e das exportações da Austrália devido às fortes chuvas e inundações, os preços de carvão metalúrgico tenderam para baixo, em linha com o crescimento mais lento do consumo global de aço, e o preço médio realizado por carvão metalúrgico caiu 27,2 % em 2012. O volume de carvão térmico que vendemos em 2012 diminuiu 41,3%, resultante basicamente da venda de nossos ativos de carvão na Colômbia, e os nossos preços médios realizados do carvão térmico caíram 13,8%.

O lucro operacional sobre as vendas de bulk materials foi de US\$ 13,982 bilhões em 2012 e US\$ 28,155 bilhões em 2011. A diminuição de 50,3% reflete o lucro operacional mais baixo em minério de ferro e pelotas de minério de ferro, que diminuiu por causa de preços mais baixos. As margens foram negativamente afetadas por aumentos salariais, maior manutenção e alto custo do frete, que foram parcialmente compensados pela redução dos preços de minério de ferro e pelotas de minério de ferro adquiridos de terceiros. Tivemos uma pequena perda operacional sobre as vendas de carvão nos dois períodos.

### ***Metais básicos***

2013 em comparação a 2012. As receitas operacionais líquidas resultantes das vendas de metais básicos aumentaram para US\$ 7,286 bilhões em 2013, a partir dos US\$ 7,131 bilhões em 2012. O aumento de 2,2% refletiu, principalmente, o volume mais alto vendido pelas operações de Salobo, parcialmente compensado pelos preços menores para o segmento.

Registramos um prejuízo operacional sobre as vendas de metais básicos de US\$ 342 milhões em 2013, enquanto tivemos prejuízo operacional de US\$ 3,893 bilhões em 2012. A diminuição de SG&A (despesas gerais, de vendas e administrativas) e de outras despesas contribuiu positivamente para o resultado em 2013, enquanto o prejuízo na venda da Tres Valles contribuiu negativamente com US\$ 215 milhões. Em 2012, registramos o *impairment* de US\$ 2,848 bilhões dos nossos ativos de níquel de Onça Puma.

2012 em comparação a 2011. A receita operacional líquida da venda de metais de base diminuiu para US\$ 7,131 bilhões em 2012 a partir de US\$ 9,221 bilhões em 2011. A diminuição de 22,7% refletiu principalmente os preços e volumes vendidos de níquel devido à demanda mais fraca da indústria de aço inoxidável. As expectativas positivas levaram a uma recuperação dos preços no quarto trimestre de 2012, mas a queda no volume de vendas deveu-se à suspensão temporária mais longa do que o esperado das operações de mineração em Sudbury para uma revisão da saúde e segurança, um decréscimo de vendas de estoque em processo e menos vendas de níquel refinado comprado. Embora as receitas de vendas de concentrado de cobre também tenham diminuído devido aos preços mais baixos, a redução foi parcialmente compensada pelo *start-up* de Salobo.

Registramos um prejuízo operacional sobre as vendas de metais de base de US\$ 3,893 bilhões em 2012, enquanto tivemos lucro operacional de US\$ 1,190 bilhão em 2011. Esse declínio significativo foi principalmente devido aos preços mais baixos para os produtos de metais de base, e *impairment* de US\$ 2,848 bilhões dos ativos de níquel Onça Puma.

### ***Fertilizantes***

2013 em comparação a 2012. A receita operacional líquida da venda de fertilizantes diminuiu para US\$ 2,814 bilhões em 2013 a partir de US\$ 3,570 bilhões em 2012. A diminuição de 21,2% foi resultado de preços de vendas e volumes menores. O motivo principal para a redução dos volumes foi a venda da operação produtora de nitrogênio, Araucária, em 1 de junho de 2013.

O prejuízo operacional sobre as vendas de fertilizantes foi de US\$ 2,601 bilhões em 2013, em comparação ao lucro operacional de US\$ 38 milhões em 2012. A mudança refletiu, principalmente, o *impairment* do projeto Rio Colorado no valor de US\$ 2,116 bilhões.

2012 em comparação a 2011. A receita operacional líquida da venda de fertilizantes aumentou para US\$ 3,570 bilhões em 2012 a partir de US\$ 3,322 bilhões em 2011. O aumento de 7,5% foi resultado principalmente de um aumento global no volume de vendas de nutrientes fosfatados e do aumento da produção de fosfatados em nossas operações em Bayóvar, no Peru e nossa fábrica em Uberaba, Estado de Minas Gerais. O aumento no volume de vendas foi parcialmente compensado por preços realizados mais baixos da maioria dos nutrientes de fosfatado.

O lucro operacional sobre as vendas de fertilizantes foi de 38 milhões de dólares em 2012 e 232 milhões de dólares em 2011. A diminuição de 83,6% refletiu principalmente a queda de 58,8% na receita operacional da venda de fosfatados, como resultado dos custos e despesas maiores. Tivemos uma pequena perda operacional sobre as vendas de nitrogênio em 2012.

## **LIQUIDEZ E RECURSOS DE CAPITAL**

### **Panorama geral**

No fluxo normal de negócios, nossos principais requisitos de financiamento são para investimentos, pagamento de dividendos e serviço da dívida. Historicamente, sempre cumprimos esses requisitos usando caixa gerado pelas atividades operacionais e por meio de empréstimos, ocasionalmente complementados com alienações de ativos.

Para o ano de 2014, temos um orçamento para investimentos da ordem de US\$13,8 bilhões, incluindo US\$9,3 bilhões para a execução do projeto e US\$4,5 bilhões para sustentar as operações existentes. Nosso Conselho Executivo propôs o pagamento de dividendos mínimos para o ano de 2014 da ordem de US\$ 4,2 bilhões, sujeito à aprovação de nosso Conselho de Administração. Pagamos US\$4,5 bilhões em dividendos em 2013.

Acreditamos que nosso fluxo de caixa operacional e nossa reserva de caixa serão suficientes para atender essas necessidades antecipadas. Também analisamos regularmente as oportunidades de aquisição e investimento, e, quando surgem oportunidades adequadas, fazemos aquisições e investimentos para implementar nossa estratégia de negócios. Poderemos financiar esses investimentos com empréstimos.

### **Fontes de recursos**

Nossas principais fontes de recursos são o fluxo de caixa operacional e os empréstimos. O valor do fluxo de caixa operacional é fortemente afetado pelos preços globais de nossos produtos. Em 2013, nossas atividades operacionais geraram fluxos de caixa resultantes de operações contínuas de US\$ 14,542 bilhões, comparado com US\$15,721 bilhões em 2012, refletindo principalmente o pagamento inicial de US\$ 2,594 bilhões que fizemos devido ao programa REFIS em novembro de 2013.

Nossas novas e principais operações de empréstimo em 2013 e 2014 estão resumidas abaixo:

- Em junho de 2013, celebramos um nova linha de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social ("BNDES") de R\$ 109 milhões, ou US\$ 47 milhões, para financiar a aquisição de equipamentos no Brasil.
- Em novembro e dezembro de 2013, nós celebramos acordos de financiamento de pré-exportação vinculados a contas a receber futuras das vendas de exportação, no valor total de US\$ 1,38 bilhão. Estas linhas de crédito e financiamento irão vencer em cinco e sete anos.
- Em dezembro de 2013, emitimos R\$ 650 milhões (aproximadamente US\$ 276 milhões) em notas de crédito de exportação para bancos comerciais brasileiros, que vencerão em 2023.
- Em fevereiro de 2014, emitimos R\$1,0 bilhão em debêntures de infraestrutura com vencimento em entre 2021 e 2029 para financiar parte de nosso Projeto CLN S11D.

Além das operações descritas acima, durante o ano de 2013 também emprestamos US\$1,24 bilhões sob nossos acordos de financiamento existentes.

Em março de 2013, recebemos US\$ 1,9 bilhão como parte do pagamento por nossa venda à Silver Wheaton de 25% do ouro produzido como subproduto de nossa mina de cobre de Salobo, durante a vida da mina, e 70% do ouro produzido como subproduto de nossas minas de níquel de Sudbury, nos próximos 20 anos. Receberemos ainda



pagamentos em curso de menos de US\$400 (que no caso da Salobo, estão sujeitos a um ajuste inflacionário anual de 1%) e o preço de mercado vigente, para cada onça de ouro que entregarmos nos termos do contrato. Como pagamento adicional, recebemos ainda 10 milhões em garantias exercíveis em ações da Silver Wheaton, com um preço de exercício de US\$65,0 e um prazo de 10 anos.

Em julho de 2013, firmamos um novo contrato de crédito rotativo de cinco anos com um sindicato de 16 bancos comerciais que somou US\$2,0 bilhões ao montante total disponível em nossas linhas de crédito rotativo. Considerando a linha de crédito de US\$ 3,0 bilhões existente que vencerá em 2016, o montante total que temos disponível em linhas de crédito rotativo é atualmente de US\$ 5,0 bilhões.

Em 2013, recebemos recursos de US\$ 2,030 bilhões provenientes da alienação de ativos, incluindo nossa participação minoritária na Hydro. Consulte *Informações sobre a Companhia—Panorama geral dos negócios—Mudanças significativas em nossos negócios*.

## **Utilização dos recursos**

### ***Investimentos***

Para o ano de 2013, tivemos um orçamento para investimentos da ordem de US\$14,2 bilhões, incluindo US\$9,6 bilhões para a execução do projeto, US\$4,6 bilhões para sustentar as operações existentes. Nossos investimentos reais podem diferir daqueles apresentados em nossas demonstrações de fluxo de caixa, porque os números reais incluem alguns valores que são tratados como despesas correntes para fins contábeis, como as despesas de desenvolvimento de projetos e manutenção de ativos existentes. Também pode haver diferenças devido ao fato que alguns números reais são convertidos em dólares americanos pela taxa de câmbio na data de cada desembolso de dinheiro, enquanto que valores informados nas demonstrações de fluxo de caixa são convertidos em dólares americanos com base na média das taxas de câmbio. Para mais informações sobre os projetos específicos aos quais este orçamento se destina, consulte *Investimentos*.

### ***Distribuições e recompras***

Pagamos um total em dividendos da ordem de US\$4,5 bilhões em 2013 (incluindo distribuições classificadas como juros sobre capital próprio), sendo US\$2,250 bilhões em abril e US\$2,250 bilhões em outubro. O dividendo mínimo proposto pela Diretoria Executiva para 2014 é de US\$4,2 bilhões, sujeito à aprovação do Conselho de Administração.

Em 2013 não houve recompra de ações.

### ***Pagamento de impostos***

Pagamos US\$ 2,405 bilhões em imposto de renda em 2013, desconsiderando os pagamentos com relação ao REFIS, comparado com US\$1,238 bilhão em 2012. Com relação à nossa participação no REFIS, pagamos US\$ 2,6 bilhões em imposto de renda durante 2013 e os US\$ 7,0 bilhões restantes serão pagos em 178 parcelas mensais.

## **Dívida**

Em 31 de dezembro de 2013, nossa dívida ativa era de US\$29, 445 bilhões (incluindo US\$ 28,996 bilhões do principal e US\$ 449 milhões de juros acumulados) em comparação com US\$ 30,270 bilhões no final de 2012. Em 31 de dezembro de 2013, US\$1,456 bilhão de nossa dívida estava garantido por alguns de nossos ativos. Em 31 de dezembro de 2013, o prazo médio de amortização da dívida era de 9,89 anos, em comparação a 10,14 anos em 2012.

Em 31 dezembro de 2013, não tínhamos nenhuma dívida de curto prazo.

Nossas principais categorias de endividamento de longo prazo são as seguintes: Os montantes principais abaixo incluem a parcela atual da dívida de longo prazo e excluem os juros acumulados.

- *Empréstimos e financiamentos em dólar americano (US\$4,996 bilhões, em 31 de dezembro de 2013).* Essa categoria inclui linhas de financiamento de exportação, empréstimos de agências de crédito de exportação e empréstimos de bancos comerciais e organizações multilaterais.
- *Títulos de renda fixa em dólares americanos (US\$13,820 bilhões em 31 de dezembro de 2013).* Emitimos em ofertas públicas várias séries de títulos de dívida prefixados diretamente pela Vale e por meio de nossa subsidiária financeira Vale Overseas Limited, com garantia da Vale, totalizando US\$12,757 bilhões. Nossa subsidiária Vale Canada tem uma dívida prefixada de US\$700 milhões.
- *Títulos de renda fixa em Euro (US\$2,066 bilhões em 31 de dezembro de 2013).* Emitimos em uma oferta pública duas séries de títulos de dívida pré-fixados expressos em Euros, totalizando € 1,500 bilhão.
- *Outras dívidas (US\$8,114 bilhões em 31 de dezembro de 2013).* Temos dívidas pendentes, principalmente com o BNDES e bancos privados brasileiros, expressas em reais e em outras moedas.

Além das dívidas descritas acima, temos uma variedade de linhas de crédito. Em 31 de dezembro de 2013, essas linhas incluíam:

- Um empréstimo de US\$1,2 bilhão com o The Export-Import Bank of China e o Bank of China Limited para financiar a construção de 12 navios mineraleiros de grande porte. Em 31 de dezembro de 2013, sacamos US\$985,5 milhões dessa linha de crédito.
- Linhas de crédito de R\$7,3 bilhões, ou US\$3,116 bilhões, com o BNDES para financiar nosso programa de investimentos. Em 31 de dezembro de 2013, sacamos o equivalente a US\$1,97 bilhão dessas linhas de crédito.
- Empréstimos do BNDES totalizando R\$ 985 milhões, ou US\$421 milhões, para financiar a aquisição de equipamento nacional. Em 31 de dezembro de 2013, sacamos o equivalente a US\$388 milhões dessa linha de crédito.
- Firmamos um contrato de financiamento com o BNDES de R\$3,9 bilhões, ou US\$ 1,7 bilhão para implementar o projeto CLN 150 Mtpa, que expandirá a infraestrutura logística no Sistema Norte da Vale. Em 31 de dezembro de 2013, sacamos o equivalente a US\$1,3 bilhão dessa linha de crédito.

Além das linhas de crédito descritas acima, em janeiro de 2014, assinamos uma nova linha de crédito no valor de US\$ 775 milhões com a Export Development Canada que pode ser gasta até julho de 2014. Em 28 de fevereiro de 2014, não tínhamos feito nenhuma retirada de acordo com essa linha de crédito.

Temos duas linhas de crédito rotativo com sindicatos de bancos internacionais, que vencerão em abril de 2016 e julho de 2018. Em 31 de dezembro de 2013, o valor total disponível nessas linhas de crédito era de US\$5,0 bilhões, o qual pode ser sacado pela Vale, Canada Limited e Vale International. Desde 31 de dezembro de 2013, não sacamos quaisquer valores dessa linha de crédito.

Alguns dos instrumentos de dívida de longo prazo contêm cláusulas de financiamento. Nossas principais cláusulas têm como exigência a manutenção de certos índices, como a dívida sobre o EBITDA e cobertura de juros. Acreditamos que as cláusulas existentes não limitarão de maneira significativa nossa capacidade de obter empréstimos adicionais, conforme necessário para atender nossas necessidades de capital.

Temos uma participação de 9% na Norte Energia, uma *joint venture* constituída para construir a hidrelétrica de Belo Monte. Demos como garantia da dívida contraída pela Norte Energia em uma linha de crédito de R\$ 22,5 bilhões junto ao BNDES e outros credores, uma parte igual ao nosso percentual de participação, para financiar a

construção. Também concordamos em dar nossa participação na Norte Energia como garantia do financiamento. Como parte da reestruturação de nossos investimentos na geração de energia, estamos no processo de venda de 49% de nossa participação de 9% na Norte Energia. Como resultado, nossa participação no projeto Belo Monte será reduzida para 4,59%, e estamos buscando reduzir a nossa garantia da dívida sob a linha de crédito para o percentual correspondente.

**OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

A tabela a seguir resume nossas obrigações contratuais em 31 de dezembro de 2013. Esta tabela exclui outras obrigações não contratuais comuns que possamos ter, inclusive as obrigações de aposentadoria, o passivo de imposto diferido e as obrigações contingentes decorrentes de posições fiscais incertas, todas analisadas nas notas das nossas demonstrações contábeis consolidadas.

	<b>Pagamentos devidos por período</b>				
	<b>Total</b>	<b>Menos de 1 ano</b>	<b>2015-2016</b>	<b>2017-2018</b>	<b>Depois</b>
	(em milhões de dólares)				
Dívida de longo prazo, incluindo parcela atual, menos juros acumulados.....	US\$28.996	US\$1.326	US\$3.226	US\$6.436	US\$18.008
Pagamentos de juros(1).....	18.544	1.545	3.007	2.766	11.226
Obrigações de <i>leases</i> operacionais(2).....	1.278	152	298	219	609
Obrigações de compras(3).....	13.074	6.602	3.895	1.319	1.258
<b>Total.....</b>	<b>US\$61.892</b>	<b>US\$9.625</b>	<b>US\$10.426</b>	<b>US\$10.740</b>	<b>US\$31.101</b>

- (1) Consiste em estimativas de pagamento futuro de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, calculados com base em taxas de juros e taxas de câmbio aplicáveis em 31 de dezembro de 2013, admitindo-se que (i) todos os pagamentos de amortização e pagamentos no vencimento de nossos empréstimos, financiamentos e debêntures serão feitos nas datas programadas e (ii) os títulos perpétuos serão resgatados na primeira data de resgate permitida.
- (2) Os montantes incluem pagamentos fixos relativos aos contratos de leasing operacional para as usinas de pelotização.
- (3) Obrigações de compra de materiais. Os valores são baseados em preços contratuais, exceto para compras de minério de ferro de empresas de mineração localizadas no Brasil.

***Ajustes não incluídos no balanço patrimonial***

**AJUSTES NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO PATRIMONIAL**

Em 31 de dezembro de 2013, não tínhamos ajustes não incluídos no balanço patrimonial, como definido no Formulário 20-F do SEC. Para mais informações sobre o nosso passivo contingente, consulte a Nota 31 das nossas demonstrações contábeis consolidadas.

## **POLÍTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS IMPORTANTES**

Acreditamos que as políticas contábeis descritas a seguir são decisivas. Consideramos que uma política contábil é decisiva quando é importante para a situação financeira e os resultados financeiros das nossas operações e se ela exige avaliações e estimativas substanciais por parte da diretoria. Para um resumo de todas as políticas contábeis pertinentes, consulte a Nota 3 das nossas demonstrações contábeis consolidadas.

### **Reservas minerais e vida útil das minas**

Regularmente, avaliamos e atualizamos as estimativas das reservas minerais provadas e prováveis. Nossas reservas minerais provadas e prováveis são determinadas, geralmente, utilizando técnicas de avaliação de estimativa reconhecidas. Para calcular nossas reservas, precisamos adotar premissas sobre as condições futuras, que são extremamente incertas, incluindo os preços futuros do minério e metais, taxas de câmbio, taxas de inflação, tecnologias de mineração, disponibilidade de licenças e custos de produção e capital. Alterações em todas ou algumas dessas premissas podem ter um impacto significativo sobre nossas reservas provadas e prováveis registradas.

Um dos métodos utilizados para efetuar as estimativas de reserva é por meio da determinação das datas de fechamento das minas utilizadas no passivo de valor de mercado nas operações de baixas de ativos, no caso dos custos ambientais e de recuperação do local, e os períodos durante os quais amortizamos os ativos minerais. Qualquer tipo de mudança na estimativa da vida útil total da mina ou dos ativos pode ter impacto sobre os custos de depreciação, exaustão e amortização registrados nas nossas demonstrações contábeis consolidadas sob o custo de produtos vendidos. Alterações na estimativa da vida útil de nossas minas podem também afetar de maneira significativa as estimativas de custos ambientais e de recuperação do local, descritas mais detalhadamente abaixo.

### **Custos ambientais e de recuperação de áreas degradadas**

Gastos relacionados ao cumprimento das regulamentações ambientais são contabilizados nos lucros ou capitalizados. Programas contínuos são desenvolvidos para minimizar o impacto ambiental das nossas atividades.

Reconhecemos o passivo pelo valor de mercado das obrigações de desmobilização dos ativos no período em que elas ocorrerem, se for possível fazer uma estimativa razoável. Consideramos que as estimativas contábeis relacionadas aos custos de recuperação e fechamento das minas são estimativas contábeis importantes porque:

- como a maior parte desses custos não será repetida durante alguns anos, é necessário fazer estimativas sobre um longo período;
- legislações e regulamentações de recuperação e fechamento podem ser modificadas ou as circunstâncias que afetam nossas operações podem mudar, provocando, nos dois casos, importantes alterações nos planos atuais;
- calcular o valor de mercado das nossas obrigações de desmobilização dos ativos requer que sejam atribuídas probabilidades para os fluxos de caixas projetados, que sejam adotadas premissas de longo prazo sobre taxas de inflação, determinando a taxa de juros livre de risco ajustada ao crédito e estabelecer prêmios de risco de mercado apropriados às nossas operações, e
- levando-se em conta o significado desses fatores na determinação dos custos ambientais e de recuperação de áreas degradadas, as mudanças em algumas ou todas essas estimativas podem exercer um impacto material sobre o lucro líquido. Em particular, considerando-se os longos períodos nos quais muitos desses custos são descontados a valor presente, as mudanças nas nossas premissas sobre taxa de juros livre de riscos ajustadas ao crédito, podem ter um impacto significativo sobre o volume de nossas provisões.

Nosso Departamento de Gestão Ambiental define as regras e procedimentos a serem usados para avaliar nossas obrigações de desmobilização de ativos. Os custos futuros de desmobilização com nossas minas e instalações são revistos anualmente, em cada caso, considerando o estágio atual de esgotamento e da data projetada de esgotamento de cada mina e instalação. Os custos de desmobilização estimados futuros são descontados em valor presente, utilizando taxa de juros livre de riscos ajustada ao crédito. Em 31 de dezembro de 2013, estimamos o valor de mercado das nossas obrigações de desmobilização de ativos no total de US\$2,644 bilhões.

### **Impairment de ativos de longa duração e ágio**

Nós avaliamos se há qualquer evidência real de impairment de nossos ativos financeiros e de longa duração, ativos não financeiros. Para ativos financeiros medidos através do custo amortizado, comparamos o montante remanescente com os fluxos de caixa do ativo ajustado para refletir o valor presente. Para ativos não financeiros, de longa duração (como ativos intangíveis ou imóveis, planta e equipamentos), quando houver indicações de possível *impairment*, realizamos o teste comparando o valor recuperável desses ativos (que são agrupados nos níveis mais baixos para os quais há fluxos de caixa identificáveis separadamente da correspondente unidade geradora de caixa) ao seu montante remanescente. Se identificarmos a necessidade de ajuste para um ativo específico, aplicamos este ajuste consistentemente para a correspondente unidade geradora de caixa. O montante recuperável para um ativo é o maior entre o (i) seu valor em uso e (ii) o seu valor justo menos custos de venda.

Determinamos seus fluxos de caixa descontados com base nos orçamentos, considerando as reservas minerais e recursos minerais calculados por especialistas internos, custos e investimentos. Estas determinações também levam em consideração nosso desempenho passado, preços de venda consistentes com as projeções usadas nos relatórios da indústria e informações sobre o preço de mercado, quando disponíveis e adequados. Os fluxos de caixa usados nos nossos testes de impairment são baseados na vida útil de cada unidade geradora de caixa, ou no consumo de reservas de minerais e considerando as taxas de desconto utilizadas que refletem os riscos específicos relativos aos ativos pertinentes em cada unidade geradora de caixa, dependendo da sua composição e localização.

Para investimentos em empresas afiliadas com ações negociadas em bolsa, avaliamos a recuperabilidade dos ativos quando há um declínio prolongado ou significativo do valor de mercado. O balanço destes investimentos é comparado ao valor de mercado das ações, quando disponível. Se o valor de mercado for menor do que o valor destes investimentos, e a diminuição for considerada prolongada e significativa, fazemos o ajuste do valor realizável baseado no preço cotado no mercado.

O ágio resulta de combinações de negócios, ativos intangíveis com vida útil indefinida e terrenos são testados para *impairment* pelo menos uma vez por ano, independente de qualquer *impairment* do valor remanescente.

### **Derivativos**

Somos obrigados a reconhecer todos os instrumentos financeiros derivativos, designados como operações de cobertura (hedge) ou não, em nosso balanço patrimonial e medir tais instrumentos por seu valor de mercado. O ganho ou perda no valor de mercado está incluído em nossos lucros atuais, a menos que o derivativo ao qual o ganho ou perda for atribuído o qualifique para contabilidade de cobertura. Incluímos no fluxo de caixa, coberturas qualificadas para contabilidade de cobertura. Os ajustes de valor de mercado correspondentes não realizados para coberturas de fluxo de caixa foram reconhecidos em outros resultados abrangentes. Usamos metodologias de avaliação de participantes de mercado conhecidas para calcular o valor de mercado dos instrumentos. Para avaliar os instrumentos financeiros, usamos estimativas e avaliações relativas a valores presentes, levando em consideração as curvas do mercado, taxas de juros projetadas, taxas cambiais, ajustes de risco de (crédito) de contrapartes, preços de mercado estimados e suas respectivas volatilidades, quando aplicáveis. Avaliamos o impacto do risco de crédito sobre os instrumentos financeiros e transações com derivativos, e entramos em transações com instituições financeiras que consideramos apresentarem um alto nível de crédito. Os limites de exposição às instituições financeiras são propostos anualmente pelo Comitê Executivo de Risco e aprovados pela Diretoria Executiva. O risco de crédito da instituição financeira é monitorado por meio de uma metodologia de avaliação de risco de crédito que considera, entre outras informações, as classificações publicadas por agências internacionais de classificação e outras avaliações gerenciais. Em 2013, implantamos a contabilidade de cobertura para a cobertura cambial e de

custo de bunker. Em 31 de dezembro de 2013, tínhamos US\$ 11 milhões de perdas realizadas relativas a instrumentos de derivativos atribuídos como cobertura de fluxo de caixa. Em 2013, registramos na demonstração de resultados perdas líquidas de US\$ 1,033 bilhão em relação aos instrumentos derivativos.

### **Imposto de renda**

Reconhecemos os efeitos dos impostos deferidos de prejuízo fiscal com períodos-base anteriores e diferenças temporárias em das nossas demonstrações contábeis consolidadas. Registramos uma provisão para avaliação de ativo quando acreditamos que é grande a probabilidade de que os ativos fiscais não sejam plenamente recuperáveis no futuro.

Quando preparamos as nossas demonstrações contábeis consolidadas, estimamos os impostos com base em regulamentações nas várias jurisdições onde realizamos negócios. Isto nos obriga a estimar nossa exposição fiscal real e atual e a avaliar as diferenças temporárias resultantes de um tratamento divergente de determinados itens para fins fiscais e contábeis. Essas diferenças resultam em ativos e passivos fiscais deferidos, indicados no balanço patrimonial consolidado. É necessário avaliar a probabilidade de que nossos ativos fiscais deferidos serão recuperados a partir de lucro tributável futuro. Caso acreditemos que a recuperação não seja provável, contabilizamos uma provisão contra o custo fiscal nos resultados financeiros. Quando reduzimos a provisão, registramos um benefício fiscal nas demonstrações financeiras.

Determinando nossa provisão para imposto de renda, nossos ativos e passivos fiscais deferidos e qualquer provisão para avaliação a ser registrada em nossos ativos fiscais líquidos deferidos requerem, por parte da diretoria, avaliações, previsões e premissas sobre questões altamente incertas. Para cada ativo passível de imposto de renda, avaliamos a probabilidade de uma parte do ativo, ou todo ele, não ser realizado. A provisão para avaliação feita em relação aos prejuízos fiscais acumulados deferidos depende da nossa avaliação da probabilidade de geração de futuros lucros tributáveis dentro da entidade legal na qual o ativo fiscal relacionado está registrado, com base em nossos planos de produção e vendas, preços de venda, custos operacionais, custos ambientais, planos de reestruturação do grupo para subsidiárias, custos de recuperação de áreas exploradas e custos de capital planejados.

### **Litígios**

Divulgamos os passivos contingentes, exceto quando a possibilidade de quaisquer prejuízos for considerada remota e divulgamos os ativos contingentes materiais quando a entrada de benefícios econômicos for provável. Discutimos nossas contingências materiais na Nota 19 das nossas demonstrações contábeis consolidadas.

Registramos o prejuízo estimado de uma contingência de prejuízo quando as informações disponíveis, antes da emissão de nossas demonstrações contábeis, indicarem que é provável que um evento futuro venha a confirmar a redução de um ativo ou a ocorrência de um passivo na data das demonstrações contábeis e quando o valor do prejuízo puder ser razoavelmente estimado. Em particular, dada a natureza da legislação tributária brasileira, as avaliações de potenciais passivos fiscais exigem uma avaliação significativa por parte da diretoria. Devido a sua natureza, as contingências somente serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer e normalmente esses eventos ocorrerão dentro de alguns anos. Avaliar tais passivos, sobretudo no cenário da legislação brasileira, implica o exercício de uma avaliação e estimativa significativa por parte da diretoria sobre o resultado de eventos futuros.

A provisão para litígios em 31 de dezembro de 2013, totalizando US\$ 1,276 bilhão, consiste de provisões de US\$ 709 milhões para os litígios trabalhistas, US\$ 209 milhões para litígios cíveis, US\$ 330 milhões para litígios tributários e US\$ 28 milhões para outros litígios. Processos nos quais em nossa opinião, e de nossos consultores jurídicos, a expectativa de perda é considerada possível, porém não provável, e para os quais não fizemos provisões, totalizaram US\$8,622 bilhões em 31 de dezembro de 2013, incluindo US\$ 2,900 bilhões para os litígios trabalhistas, US\$ 768 milhões para litígios cíveis, US\$ 3,789 bilhões para litígios tributários e US\$ 1,165 bilhão para outros litígios



**Benefícios pós-aposentadoria dos empregados**

Patrocinamos planos de aposentadoria de benefícios definidos e outros planos de benefícios pós-aposentadoria para alguns dos nossos funcionários. A determinação do valor de nossas obrigações para esses benefícios depende de determinadas premissas atuariais. Essas premissas estão descritas na Nota 22 de das nossas demonstrações contábeis consolidadas e incluem, entre outros, a taxa de retorno esperada no longo prazo sobre os ativos do plano e aumentos salariais.

## GESTÃO DE RISCOS

O objetivo da nossa estratégia de gestão de risco é promover uma gestão de risco para toda a empresa que ofereça suporte a nossa estratégia de crescimento, plano estratégico, flexibilidade financeira, práticas de governança corporativa e flexibilidade financeira para apoiar a manutenção do grau de investimento. Desenvolvemos uma estrutura integrada para gestão de risco, que considera o impacto nos nossos negócios não apenas dos fatores de riscos de mercado (risco de mercado), mas também os riscos decorrentes de obrigações de terceiros (risco de crédito), riscos associados processos internos falhos ou inadequados, pessoas, sistemas ou eventos externos (risco operacional) e riscos associados com políticas e condições regulatórias nos países em que operamos (risco político).

Para apoiar esse objetivo e em conformidade para aprimorar nossas práticas de governança corporativa, nosso Conselho de Administração estabeleceu uma política de gestão de risco e um Comitê Executivo de Gestão de Riscos para toda a empresa. A política de gestão de riscos exige regularmente avaliar e monitorar o risco corporativo em uma base consolidada, a fim de garantir que o nosso nível de risco global continue em linha com as orientações definidas pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Consulte a Nota 25 dos nossos resultados consolidados, para informações quantitativas sobre riscos relacionados a instrumentos financeiros, incluindo instrumentos financeiros celebrados de acordo com nossas políticas de gestão de riscos.

### Risco de mercado

Estamos expostos a diversos fatores de risco de mercado que podem impactar nossa estabilidade financeira e o fluxo de caixa. Uma avaliação de um potencial impacto da exposição a risco de mercado consolidada é realizada periodicamente para informar nossos processos de tomada de decisão e estratégia de crescimento, garantir flexibilidade financeira e monitorar a volatilidade do fluxo de caixa futuro.

Quando necessário, estratégias de diminuição de risco de mercado são avaliadas e implantadas. Algumas dessas estratégias podem incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos. As carteiras de instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, nos capacitando a avaliar adequadamente os resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa e a garantir a correlação entre as estratégias implantadas e os objetivos propostos.

Considerando a natureza dos nossos negócios e operações, os principais fatores de risco de mercado aos quais estamos expostos são:

- *Taxas de câmbio e taxas de juros:* Nossos fluxos de caixa estão expostos à volatilidade de várias moedas em relação ao dólar americano. Embora a maior parte dos preços de nossos produtos seja indexada em dólares americanos, a maior parte de nossos custos, despesas e investimentos são indexados em outras moedas, principalmente reais e dólares canadenses. Com frequência, utilizamos instrumentos derivativos, principalmente operações a termo e swaps, com o intuito de reduzir nossa volatilidade do fluxo de caixa potencial decorrente desta disparidade entre moedas.

Também estamos expostos ao risco da taxa de juros em empréstimos e financiamentos. Nossa dívida com taxa flutuante consiste principalmente de empréstimos, incluindo pré-pagamentos de exportação, empréstimos com bancos comerciais e organizações multilaterais. Em geral, dívida com taxa flutuante em dólares americanos, com taxas sujeitas às variações da Libor (London Interbank Offered Rate). Para minimizar o impacto da volatilidade das taxas de juros sobre os nossos fluxos de caixa, aproveitamos a existência de hedges naturais a partir da correlação entre os preços das commodities e flutuações das taxas de juros em dólar americano. Se esses hedges naturais não estão presentes, podemos optar por obter o mesmo efeito utilizando instrumentos financeiros.

- *Preços de produtos e custos de insumos:* Estamos expostos a riscos de mercados associados a volatilidades nos preços das commodities. Para se adequar a nossa política de gestão de risco,

também utilizamos estratégias de diminuição de risco, incluindo operações a termo, contratos futuros e *zero-cost collars* (um tipo de *hedge*).

### **Risco de crédito**

Estamos expostos aos riscos de créditos decorrentes de operações a receber, transações com derivativos, garantias, pagamento de sinal a fornecedores e investimentos em espécie. Nossos processos de gestão de risco de crédito fornecem uma estrutura para avaliar e gerenciar o risco de crédito das contrapartes e manter nosso risco em um nível aceitável.

#### *Gestão de risco de crédito comercial*

Atribuimos uma classificação de crédito interna para cada contraparte utilizando uma metodologia quantitativa própria para análise de risco de crédito, a qual é baseada em preços de mercado, classificações de crédito externas e informações financeiras da contraparte, bem como informação qualitativa em relação a posição estratégica e histórico de relações comerciais das contrapartes.

Baseado no risco de crédito das contrapartes ou em nosso perfil de risco de crédito consolidado, estratégias para diminuição de risco de crédito podem ser utilizadas para administrar o risco de crédito. As principais estratégias para diminuição de risco de crédito incluem seguro de risco de crédito, cartas de crédito, garantias corporativas, hipotecas, entre outras.

Do ponto de vista geográfico, temos uma carteira de contas a receber bastante diversificada, com a China, Europa, Brasil e Japão, as regiões com exposição mais significativa. De acordo com a região, diferentes garantias podem ser utilizadas para aperfeiçoar a qualidade de crédito dos recebíveis. Cada posição de contraparte na carteira é periodicamente monitorada e automaticamente bloqueamos vendas adicionais para clientes em inadimplência.

#### *Gestão de risco de crédito de tesouraria*

Para gerenciar a exposição de crédito decorrente de investimentos em caixa e instrumentos derivativos, nosso Conselho Executivo aprova, anualmente, limites de crédito por contraparte. Além disso, o departamento de gestão de risco controla a diversificação da nossa carteira, o risco de crédito geral da carteira de tesouraria e o risco de cada contraparte ao monitorar informações de mercado tais como Credit Default Swaps (CDS) e a Expected Default Frequency (EDF) da Moody's.

### **Risco operacional**

A gestão de risco operacional é uma abordagem estruturada para administrar as incertezas relacionadas a processos internos, pessoas ou sistemas falhos ou inadequados e ainda a eventos externos.

Minimizamos o risco operacional com novos controles e melhorias dos existentes, novos planos de atenuação de riscos e transferência de risco utilizando seguro. Dessa forma, a empresa tenta obter uma imagem clara de seus principais riscos, os planos de atenuação de riscos que apresentem o melhor custo-benefício e os controles instalados para monitorar de perto o impacto do risco operacional e alocar o capital de maneira eficiente para reduzi-los.

### III. PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA E NEGOCIAÇÃO

#### ACIONISTAS MAJORITÁRIOS

A Valepar é a acionista controladora da Vale. A Valepar é uma sociedade de propósito específico, organizada conforme a legislação brasileira, constituída com o único objetivo de ter uma participação na Vale. A Valepar não realiza nenhuma outra atividade. A Valepar adquiriu o controle da Vale do governo brasileiro em 1997, como parte da primeira etapa da privatização da Vale.

A tabela a seguir apresenta as informações relativas à titularidade das ações da Vale em 31 de dezembro de 2013, pelos acionistas que sabemos deterem mais de 5% de qualquer classe de nossas ações em circulação e por nossos diretores e executivos como um grupo.

	<b>Titularidade das ações ordinárias</b>	<b>% dessa classe</b>	<b>Titularidade das ações preferenciais</b>	<b>% dessa classe</b>
Valepar(1).....	1.716.435.045	52,7%	20.340.000	1,0%
BNDESPAR(2).....	206.378.881	6,3%	67.342.083	3,1%
Diretores e executivos como um grupo.....	31.816	Menos de 1,0%	829.771	Menos de 1,0%

(1) Consulte as tabelas abaixo para obter informações sobre os acionistas da Valepar.

(2) BNDESPAR é uma subsidiária integral do BNDES. Os números não incluem as ações ordinárias (em oposição direta) de propriedade da BNDESPAR.

O governo brasileiro também detém 12 golden shares da Vale, o que lhe confere poderes de veto sobre algumas ações da companhia, tais como mudanças no nome, a localização de nossa sede e nosso objeto social, pois estão relacionadas às atividades de mineração.

A tabela a seguir apresenta as informações relativas à propriedade das ações ordinárias da Valepar 31 de dezembro de 2013.

	<b>Titularidade das ações ordinárias</b>	<b>% dessa classe</b>
<i>Acionistas da Valepar</i>		
Litel Participações S.A.(1).....	637.443.857	49,00%
Eletron S.A.(2).....	380.708	0,03%
Bradespar S.A.(3).....	275.965.821	21,21%
Mitsui (4).....	237.328.059	18,24%
BNDESPAR(5).....	149.787.385	11,51%
Total.....	<u>1.300.905.830</u>	<u>100,00%</u>

(1) Litel detém 200.864.272 ações preferenciais classe A da Valepar, que correspondem a 71,41% das ações preferenciais de classe A. A LitelA, afiliada da Litel, detém 80.416.931 ações preferenciais classe A da Valepar, que correspondem a 28,59% das ações preferenciais de classe A. A LitelB, também afiliada da Litel, detém 15.175.602 de ações preferenciais classe C da Valepar, que correspondem a 29,25% das ações preferenciais de classe C.

(2) A Eletron detém 19.205 ações preferenciais classe C da Valepar, que correspondem a 0,04% das ações preferenciais de classe C.

(3) A Bradespar é controlada por um grupo que inclui Cidade de Deus - Cia. Comercial Participações, Fundação Bradesco, NCF Participações S.A. e Nova Cidade de Deus Participações S.A. A Bradespar detém 6.334.119 ações preferenciais classe C da Valepar, que representam 12,21% das ações preferenciais de classe C. A Brumado Holdings Ltda., uma subsidiária da Bradespar, detém 7.587.000 ações preferenciais classe C da Valepar, que corresponde a 14,62% dessa classe.

(4) A Mitsui detém 11.972.033 ações preferenciais classe C da Valepar, que correspondem a 23,08% das ações preferenciais de classe C.

(5) A BNDESPAR detém 10.793.499 ações preferenciais classe C da Valepar, que correspondem a 20,80% das ações preferenciais de classe C.

A tabela a seguir apresenta informações sobre a titularidade da Litel Participações S.A., acionista da Valepar, em 31 de dezembro de 2013.

	<u>Titularidade das ações ordinárias</u>	<u>% dessa classe</u>
Acionistas da Litel Participações S.A.(1)		
BB Carteira Ativa.....	193.740.121	78,40%
Carteira Ativa II .....	31.688.443	12,82%
BB Carteira Ativa.....	19.115.620	7,74%
Singular .....	2.583.919	1,05%
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.....	22	-
Outros.....	220	-
Total.....	<u>247.128.345</u>	<u>100,00%</u>

(1) BB Carteira Ativa e Carteira Ativa II são fundos de investimento brasileiros. A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (“Previ”) detém 100% do BB Carteira Ativa. A Carteira Ativa III é 100% de propriedade da Funcef. A Carteira Ativa III é 100% de propriedade da Petros. A Singular é 100% de propriedade do Fundo de Investimentos em Cotas de Fundo de Investimento em Ações VRD (“FIC de FI em Ações VRD”). FIC de FI em Ações VRD é 100% de propriedade da Fundação Cesp. Previ, Petros, Funcef e Fundação Cesp são fundos de pensão brasileiros.

Os acionistas da Valepar são partes em um acordo de acionistas até 2017. O acordo de acionistas da Valepar também:

- garante direitos de preferência na compra sobre transferência das ações da Valepar e direitos de preferência nas novas emissões de ações da Valepar;
- proíbe a compra direta de ações da Vale por parte dos acionistas da Valepar, exceto com autorização dos outros acionistas participantes do acordo;
- proíbe ônus sobre as ações da Valepar (a não ser aqueles relacionados com financiamento da compra das ações da Vale);
- em geral, exige que cada parte detenha o controle de sua participação na empresa de propósito específico que tenha participação em ações da Valepar, a não ser que sejam observados os direitos de preferência já mencionados;
- concede direito a assentos no conselho da Valepar e da Vale entre os representantes das partes;
- determina que os acionistas da Valepar ofereçam suporte a uma política de distribuição de dividendos de 50% do lucro líquido da Vale, para cada ano fiscal, a menos que os acionistas da Valepar se comprometam a apoiar uma política diferente de dividendos para um ano específico
- fornece a manutenção, por parte da Vale, de uma estrutura de capital que não exceda o limite do índice de endividamento especificado;
- exige que os acionistas da Valepar votem com suas ações indiretas da Vale e que orientem seus representantes no Conselho de Administração da Vale a votarem apenas em conformidade com as decisões tomadas em reuniões da Valepar, realizadas antes das reuniões de acionistas ou do Conselho de Administração da Vale; e

- estabelece exigências de votação por maioria absoluta na decisão de certas ações significativas relacionadas a Valepar e a Vale.

Nos termos do acordo de seus acionistas, a Valepar não pode apoiar quaisquer das seguintes ações com relação à Vale, sem o consentimento de pelo menos 75% dos detentores de ações ordinárias da Valepar:

- alteração estatutária da Vale;
- aumento do capital da Vale por meio de subscrição de ações, criação de nova classe de ações, mudança nas características das ações existentes ou qualquer redução no capital social da Vale;
- emissão de debêntures da Vale, conversíveis ou não em ações da Vale, certificados de participação mediante compensação (partes beneficiárias), opções de compra (bônus de subscrição) ou qualquer outro valor mobiliário da Vale;
- determinação de preço de emissão para novas ações de capital social ou outro valor mobiliário da Vale;
- incorporação, cisão ou fusão da qual a Vale é uma parte, assim como qualquer alteração no molde corporativo da Vale;
- dissolução, concordata, falência ou qualquer outra ação voluntária de recomposição financeira ou ainda qualquer outro tipo de suspensão decorrente;
- eleição e substituição do Conselho de Administração da Vale, incluindo o presidente do conselho e qualquer outro executivo da Vale;
- alienação ou aquisição, pela Vale, de uma participação acionária em qualquer empresa, bem como a aquisição de quaisquer ações do capital social da Vale ou da Valepar;
- participação da Vale em grupo de empresas ou consórcio de qualquer tipo;
- execução, pela Vale, de acordos referentes à distribuição, investimento, exportações, transferência de tecnologia, licença de uso de marca, licença de exploração de patente, licença de uso e leases;
- aprovação e aditamento do plano de negócios da Vale;
- especificação da remuneração dos diretores e executivos da Vale, bem como os deveres do Conselho de Administração e Conselho Executivo;
- participação nos lucros dos membros do Conselho de Administração ou Conselho Executivo da Vale;
- alterações no objeto social da Vale;
- distribuição ou não distribuição de dividendos (inclusive as distribuições classificadas como juros sobre o patrimônio líquido) sobre ações do capital social da Vale, que não esteja especificada nos estatutos da Vale;
- indicação e substituição de auditores independentes da Vale;
- criação de qualquer garantia "real", concessão de garantias, incluindo prestação de garantias oferecidas pela Vale relacionadas a obrigações de quaisquer terceiros, incluindo quaisquer afiliadas ou subsidiárias;
- aprovação de qualquer resolução sobre qualquer matéria que, nos termos da legislação pertinente,

concede a um acionista o direito de desistência;

- nomeação e substituição por parte do Conselho de Administração de qualquer representante da Vale em subsidiárias, empresas relacionadas a Vale ou outras empresas nas quais a Vale tenha direitos de nomeação de diretores e executivos; e
- mudanças no limite do índice de endividamento, conforme estabelecido no acordo de acionistas.

Além disso, o acordo de acionistas determina que para qualquer emissão de certificados de participação por parte da Vale e alienação de ações da Vale de propriedade da Valepar, é necessária a aprovação unânime de todos os acionistas da Valepar.

### TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Estamos e esperamos continuar envolvidos em transações de condições normais de mercado com certas entidades controladas por, ou afiliadas a nossos acionistas controladores, incluindo o seguinte:

- Bradesco - a Bradespar, uma acionista controladora da Valepar, é controlada por um grupo de entidades que também controla o Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"). O Bradesco e suas afiliadas são instituições financeiras de serviço completo que realizaram, e podem realizar no futuro, determinados serviços de *investment banking*, assessoria ou financiamento geral e serviços bancários para nós e nossas afiliadas, periodicamente, no curso normal dos negócios.
- Banco do Brasil - a Previ, um fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, detém 100% do fundo de investimento BB Carteira Ativa, que detém a maioria das ações ordinárias da Litel Participações SA, que detém 49% das ações ordinárias da Valepar. O Banco do Brasil nomeia três dos seis membros da alta administração da Previ. Um afiliado do Banco do Brasil é o gerente do BB Carteira Ativa. O Banco do Brasil também é instituição financeira de serviço completo, e, junto a suas afiliadas, realizou, e pode realizar no futuro, determinados serviços de *investment banking*, assessoria ou financiamento geral e serviços bancários para nós e nossas afiliadas, periodicamente, no curso normal dos negócios.
- Mitsui - Temos relações comerciais no curso normal de nossos negócios com a Mitsui, um grande conglomerado japonês e um acionista da Valepar.
- BNDES - O BNDES é o controlador de um dos nossos acionistas majoritários, o BNDESPAR.
  - Nós e o BNDES somos partes de um contrato referente às autorizações para projetos de mineração. Este contrato, ao qual nos referimos como Contrato de Risco Mineral, prevê o desenvolvimento conjunto de determinados depósitos minerais que fazem parte do Sistema Norte (Carajás), exceto para os depósitos de minério de ferro e manganês que foram especificamente excluídos do contrato, assim como a participação proporcional nos lucros obtidos a partir do desenvolvimento de tais recursos. Em 2007, o Contrato de Risco Mineral foi prolongado indefinidamente, com regras específicas para projetos avançados e objetivos básicos e direitos de exploração mineral nos termos do contrato.
  - O BNDES nos forneceu uma linha de crédito de R\$7,3 bilhões para financiar nossos programas de investimento, créditos no total de R\$ 985 milhões para financiar a aquisição de equipamentos no Brasil e financiamento de R\$3,9 bilhões para nosso projeto CLN 150 Mtpa.
  - O BNDES detém um total de R\$871 milhões, ou US\$372 milhões, em debêntures emitidas por nossa subsidiária Salobo Metais S.A., com direito de subscrever ações preferenciais da Salobo, em troca de parte das debêntures em circulação, direito que expira dois anos após a Salobo alcançar uma receita acumulada equivalente a 200.000 toneladas de cobre.

## Operações das partes relacionadas

- O BNDESPAR também detém um total de R\$1,407 bilhão, ou US\$601 milhões, em debêntures que emitimos para financiar a expansão da ferrovia FNS, que são permutáveis em ações ordinárias da FNS em dezembro de 2017, ou por opção do BNDESPAR, em determinado número de ações ordinárias da VLI após o décimo primeiro aniversário de cada data de emissão.

Para mais informações sobre nossas transações com o BNDES, consulte a *Análise e perspectivas operacionais e financeiras - Liquidez e recursos financeiros*. O BNDESPAR está no grupo de controle de várias empresas brasileiras com as quais temos relações comerciais no curso normal de nossos negócios.

Nossos acionistas controladores Mitsui and BNDESPAR têm investimentos diretos em algumas de nossas subsidiárias. A Mitsui tem uma participação minoritária em nossa subsidiária MVM Resources International B.V., que controla as operações de fosfato em Bayóvar (Peru) e faz parte de uma *joint venture* que detém uma participação acionária na nossa subsidiária VNC. O BNDESPAR tem participação direta em nossas subsidiárias Vale Soluções em Energia S.A. e Vale Florestar Fundo de Investimento em Participações.

Em 31 de dezembro de 2013, nosso Conselho de Administração aprovou nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, que estabelece regras e princípios para garantir as condições de transparência e independência em nossas transações com partes relacionadas e outras situações de potenciais conflitos de interesse. De acordo com essa política e nosso estatuto, nosso Comitê de Governança e Sustentabilidade é responsável pela expedição de relatórios acerca de potenciais conflitos de interesse entre nós e nossos acionistas ou administração para análise dos procedimentos e termos de transações de partes relacionadas que são submetidos ao nosso Conselho de Administração para aprovação. De acordo com a política, se identificarmos conflito de interesses com um acionista, então esse acionista ou seu representante não poderá participar de quaisquer discussões relacionadas à transação em nenhuma assembleia de acionistas e somente terá acesso às informações publicadas sobre o assunto. A política também proíbe a concessão de empréstimos a partes relacionadas, exceto nossas subsidiárias e empresas afiliadas.

Para informações referentes a investimentos em empresas afiliadas e *joint ventures* e sobre operações com partes relacionadas importantes, consulte as Notas 13 e 32 dos resultados financeiros consolidados.



## DISTRIBUIÇÕES

Em conformidade com nossa política de dividendos, nossa Diretoria Executiva anuncia, no máximo até o dia 31 de janeiro de cada ano, uma proposta a ser aprovada pelo Conselho de Administração de um valor mínimo, expresso em dólares americanos, a ser distribuído naquele ano aos acionistas. As distribuições podem ser classificadas como dividendos ou juros sobre capital próprio e as referências a "dividendos" devem ser entendidas como incluindo todas as distribuições, independentemente de sua classificação, salvo indicação em contrário. Determinamos o pagamento mínimo de dividendos em dólares americanos, considerando nossa geração de fluxo de caixa livre esperada no ano da distribuição. A proposta determina duas cotas, a serem pagas nos meses de abril e outubro de cada ano. Cada pagamento é submetido à aprovação do Conselho de Administração, que se reúne em abril e outubro. Uma vez aprovado, os dividendos são convertidos e pagos em reais, após a conversão pela taxa cambial em vigor entre o real e o dólar americano, divulgada pelo Banco Central, no último dia útil antes das reuniões do Conselho, nos meses de abril e outubro de cada ano. A Diretoria Executiva também pode propor ao Conselho de Administração, dependendo da evolução do desempenho do fluxo de caixa, um pagamento adicional aos acionistas de um valor além do dividendo mínimo inicialmente estabelecido.

Para 2014, a Diretoria Executiva propôs um dividendo mínimo de US\$4,2 bilhões, sujeito à aprovação do Conselho de Administração. Pagamos o mesmo valor por ações, ordinárias e preferenciais, de acordo com nosso estatuto social.

De acordo com a legislação em vigor no Brasil e com nossos estatutos, somos obrigados a distribuir anualmente aos nossos acionistas pelo menos 25% do valor a ser distribuído, denominado como dividendos obrigatórios, a menos que o Conselho de Administração informe aos acionistas durante a assembleia dos acionistas que a distribuição é desaconselhável tendo em vista nossa situação financeira. Para uma discussão sobre provisões para distribuição de dividendos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações brasileira e com nossos estatutos, consulte *Informações adicionais*.

O regime tributário aplicável a distribuições aos detentores de ADR e HDR e para acionistas não residentes dependerá de se essas distribuições são classificadas como dividendos ou juros sobre o capital próprio. Consultar *Informações Adicionais – Tributação – Considerações sobre tributação no Brasil*.

Por lei, somos obrigados a realizar a assembleia anual de acionistas até o dia 30 de abril de cada ano no qual o dividendo anual será declarado. Além disso, o Conselho de Administração pode declarar os dividendos antecipados. Nos termos das Lei das Sociedades por Ações brasileira, os dividendos devem geralmente ser pagos ao titular registrado no prazo de até 60 dias após a data em que o dividendo foi declarado, salvo se, por deliberação, os acionistas decidirem fixar outra data para o pagamento que, em ambos os casos, deve ocorrer antes do encerramento do ano fiscal no qual os dividendos foram declarados. Um acionista tem um período de três anos, a partir da data de pagamento dos dividendos, para reivindicar os dividendos (ou pagamentos de juros sobre o capital próprio) relativos a suas ações, após esse período, cessa a nossa responsabilidade com relação a tais pagamentos. De 1997 a 2003, todas as distribuições foram feitas sob a forma de juros sobre o capital próprio. Em diversos anos, parte da distribuição foi feita sob a forma de juros sobre o capital próprio e parte como dividendos. Consultar *Informações Adicionais – Atos Constitutivos e Estatuto Social – Ações ordinárias e preferenciais*.

Realizamos a distribuição em moeda corrente sobre as ações ordinárias e preferenciais subjacentes às ADSs em reais ao custodiante em nome do depositário. O custodiante então converte esses recursos em dólares americanos e os transfere ao depositário para distribuição aos detentores de ADRs e HDRs, líquidos de comissão do depositário. Para informações sobre tributação e distribuição de dividendos, consultar *Informações Adicionais – Tributação – Considerações sobre tributação no Brasil*.

## Distribuições

A tabela a seguir apresenta as distribuições em moeda corrente feitas aos titulares de ações ordinárias e preferenciais nos períodos indicados. Os valores foram corrigidos para tornar efetivos os desmembramentos de ações que realizamos nos períodos subsequentes. Calculamos as conversões em dólares americanos utilizando a taxa de venda do dólar comercial vigente no dia do pagamento. Os valores são expressos antes de qualquer imposto de renda retido na fonte.

Ano	Data de pagamento	Reais por ação			Dólares americanos por ação na data de pagamento	Total de dólares americanos na data de pagamento (em milhões de dólares)(1)
		Dividendos	Juros sobre capital próprio			
			Total			
2008	30 de abril	0,20	0,24	0,44	0,26	1.250
	31 de outubro	0,14	0,51	0,65	0,30	1.600
	2009	30 de abril	0,52	–	0,52	0,24
	30 de outubro	–	0,49	0,49	0,29	1.469
2010	30 de abril	–	0,42	0,42	0,24	1.250
	31 de outubro	–	0,56	0,56	0,34	1.750
2011	31 de janeiro	–	0,32	0,32	0,19	1.000
	29 de abril	–	0,61	0,61	0,38	2.000
	26 de agosto	0,93	–	0,93	0,58	3.000
	31 de outubro	0,39	0,63	1,02	0,58	3.000
2012	30 de abril	–	1,08	1,08	0,59	3.000
	31 de outubro	0,66	0,53	1,19	0,58	3.000
	2013	30 de abril	0,15	0,71	0,86	0,44
31 de outubro		0,12	0,82	0,94	0,44	2.250

## **MERCADOS DE NEGOCIAÇÕES**

Nossas ações negociadas em Bolsa são compostas por ações ordinárias e ações preferenciais, ambas sem valor nominal. As ações ordinárias e ações preferenciais são negociadas no mercado brasileiro na BM&FBOVESPA, com os códigos VALE3 e VALE5, respectivamente. As ações ordinárias e preferenciais também são negociadas no LATIBEX, com os códigos XVALO e XVALP, respectivamente. O LATIBEX é um mercado eletrônico não regulamentado, criado em 1999 pela Bolsa de Valores de Madri, para possibilitar a negociação de valores mobiliários latino-americanos.

Nossas ADS ordinárias, cada uma representando uma ação ordinária, e nossas ADSs preferenciais, cada uma representando uma ação preferencial, são negociadas na New York Stock Exchange (“NYSE”), sob os códigos VALE e VALE.P, respectivamente. As ADSs ordinárias e ADSs preferenciais são negociadas na Euronext Paris, com os códigos VALE3 e VALE5, respectivamente. O JPMorgan Chase Bank atua como depositário para as ADSs ordinárias e preferenciais. Em 28 de fevereiro de 2014, havia 1.366.373.079 ADSs em circulação, 749.787.770 ADSs ordinárias e 616.585.309 ADSs preferenciais, representando 23,02% de nossas ações ordinárias e 29,24% de nossas ações preferenciais, ou 25,47% de nosso capital social total.

Nossas HDSs ordinárias, cada uma representando uma ação ordinária, e nossas HDS preferenciais, cada uma representando uma ação preferencial classe A, são negociadas na HKEx, sob os códigos 6210 e 6230, respectivamente. O JPMorgan Chase Bank atua como depositário para as HDSs ordinárias e preferenciais. Em 28 de fevereiro de 2014, havia 593.700 HDSs em circulação, consistindo de 562.300 HDSs ordinárias e 31.400 HDSs preferenciais.

**HISTÓRICO DO PREÇO DAS AÇÕES**

A tabela a seguir apresenta informações relativas a nossas ADSs, conforme relatado pela New York Stock Exchange e a nossas ações, conforme relatado pela BM&FBOVESPA, nos períodos indicados. Os preços das ações foram ajustados para refletir os desmembramentos de ações.

	BM&F BOVESPA (Reais por ação)				NYSE (Dólares por ação)			
	Ação ordinária		Ação preferencial		ADS ordinária		ADS preferencial	
	Maior	Menor	Maior	Menor	Maior	Menor	Maior	Menor
2009 .....	50,30	27,69	43,37	23,89	29,53	11,90	25,66	10,36
2010 .....	59,85	42,85	51,34	37,50	34,65	23,98	30,50	20,20
2011 .....	60,92	38,59	53,41	36,54	37,02	20,51	32,50	19,58
2012 .....	45,87	32,45	53,41	32,12	37,08	15,88	32,50	15,67
1° T .....	45,87	39,45	43,97	37,82	26,61	21,45	25,53	20,60
2° T .....	44,01	35,83	42,85	34,78	23,93	17,93	24,25	17,39
3° T .....	44,01	32,45	42,85	32,12	23,93	15,88	24,25	15,67
4° T .....	42,82	35,32	41,00	34,29	20,96	17,11	20,29	16,60
2013 .....	44,10	28,39	42,60	26,00	21,49	12,63	20,88	11,47
1° T .....	44,1	33,58	42,60	32,39	21,49	16,98	20,88	16,23
2° T .....	36,19	28,45	34,08	26,70	18,25	12,94	17,14	11,97
3° T .....	37,85	28,39	33,68	26,00	16,81	12,63	14,98	11,47
4° T .....	38,47	33,2	34,44	30,47	17,08	14,43	15,33	13,28
4° T de 2013 e 1° T de 2014								
Outubro de 2013..	35,89	33,45	32,84	30,47	16,66	15,07	15,12	13,78
Novembro de 2013 .....	38,47	33,54	34,44	30,87	17,08	14,72	15,33	13,45
Dezembro de 2013 .....	35,90	34,27	33,13	31,74	15,45	14,43	14,23	13,28
Janeiro de 2014....	34,81	30,93	31,92	28,15	14,53	12,90	13,26	11,82
Fevereiro de 2014 .....	34,92	32,13	30,96	29,00	14,73	13,18	12,99	11,88

## AÇÕES DEPOSITÁRIAS

O JPMorgan Chase Bank atua como depositário para nossas ADSs e HDSs. Os detentores de ADR e HDR devem pagar diversas taxas ao depositário e este pode se recusar a prestar qualquer serviço que implique pagamento de taxa, até que esta tenha sido efetivamente paga.

Os detentores de ADR e HDR devem pagar ao depositário os valores relativos a despesas por parte do depositário ou de seus agentes, em nome dos detentores de ADR e HDR, incluindo despesas decorrentes do cumprimento da legislação em vigor, tributos e outros encargos governamentais, transmissões por fax ou conversão de moeda estrangeira em dólares americanos ou dólares de Hong Kong. Neste caso, o depositário pode decidir, a seu exclusivo critério, obter o pagamento por meio de faturamento aos detentores ou deduzir a taxa de um ou mais dividendos ou outras distribuições em moeda corrente. O depositário pode recuperar os impostos não pagos ou outros encargos governamentais devidos por um detentor de ADR ou HDR por faturamento, deduzindo a taxa de um ou mais dividendos ou outras distribuições em moeda corrente, ou pela venda de ações subjacentes após tentativas razoáveis para notificar o titular, com o detentor responsável por qualquer imposto pago a menor restante.

Os detentores de ADR também devem pagar taxas adicionais por determinados serviços prestados pelos depositários, conforme indicado na tabela abaixo.

<b>Serviço depositário</b>	<b>Taxa paga pelos detentores de ADR</b>
Emissão, cancelamento e entrega de ADRs, incluindo em relação a distribuição e desmembramento de ações.....	US\$ 5 ou menos por 100 ADSs (ou parte dela)
Distribuição de dividendos.....	US\$ 0,02 ou menos por ADS
Retirada de ações ADSs subjacentes .....	US\$ 5 ou menos por 100 ADSs (ou parte dela)
Transferências, consolidação ou agrupamento de ADRs .....	US\$ 1,50 ou menos por ADS

Os detentores de HDR também devem pagar taxas adicionais por determinados serviços prestados pelos depositários, conforme indicado na tabela abaixo.

<b>Serviço depositário</b>	<b>Taxa pagável pelos detentores de HDR</b>
Emissão, cancelamento e entrega de HDRs, incluindo em relação a distribuição e desmembramento de ações.....	HK\$ 0,40 ou menos por HDS (ou parte dela)
Distribuição de dividendos e outras distribuições em moeda corrente .....	HK\$ 0,40 ou menos por HDS
Transferência de certificado ou registro direto de HDRs .....	HK\$ 2,50 ou menos por HDS
Taxa de administração anual.....	HK\$ 0,40 ou menos por HDS (ou parte dela)

O depositário nos reembolsa certas despesas relativas ao programa de ADR e HDR, sujeitas a um limite máximo acordado entre nós e o depositário e revisto ocasionalmente. Essas despesas reembolsáveis atualmente incluem custas e despesas judiciais, despesas contábeis e de registro, despesas relacionadas às relações com investidores e despesas pagas aos prestadores de serviços para a distribuição de material aos detentores de ADR e HDR. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, o depositário nos reembolsou US\$12 milhões relativos aos programas ADR e HDR.

**AQUISIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PELO EMISSOR E PELAS COMPRADORAS COLIGADAS**

A Vale não se envolveu em nenhum programa de recompra de ações no ano de 2013.

## IV. ADMINISTRAÇÃO E EMPREGADOS

### ADMINISTRAÇÃO

#### Conselho de Administração

Nosso Conselho de Administração estabelece diretrizes e políticas gerais para nossos negócios e monitora a implementação dessas diretrizes e políticas por meio de nossos diretores executivos. Nosso estatuto social estabelece que o Conselho de Administração seja composto por 11 membros titulares e 11 suplentes, cada um atuando em nome de um membro do conselho específico. Cada membro do conselho (e seu respectivo suplente) é eleito para o mesmo período de dois anos na assembleia geral de acionistas, permitida a reeleição, podendo ser destituído a qualquer momento. Nosso estatuto social estabelece que o diretor-presidente não pode atuar como presidente do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração se reúne, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente deste órgão ou ainda por quaisquer 02 (dois) Conselheiros em conjunto. As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros e estes somente deliberarão mediante o voto favorável da maioria dos membros presentes. Os membros suplentes podem participar e votar nas reuniões do Conselho de Administração na ausência do seu respectivo membro titular.

Nosso estatuto social estabelece os seguintes comitês técnicos e consultivos para assessoramento ao Conselho de Administração.

- O Comitê de Desenvolvimento Executivo é responsável pelo relatório sobre as políticas de recursos humanos, análise e relatório de adequação dos níveis de remuneração para nossos diretores executivos, proposta e atualização de diretrizes para avaliação do desempenho de nossos diretores executivos e relatório sobre as políticas relacionadas à saúde e segurança.
- O Comitê Estratégico é responsável por analisar e fazer recomendações ao Conselho de Administração, a respeito: das diretrizes estratégicas e planos apresentados anualmente ao Conselho por nossos diretores executivos, nossos orçamentos de investimentos anuais e plurianuais, oportunidades de investimentos ou desinvestimentos apresentadas pelos diretores executivos, incorporações e aquisições.
- O Comitê Financeiro é responsável por analisar e fazer recomendações ao Conselho de Administração, a respeito de: nossos riscos corporativos, políticas financeiras e sistemas de controle financeiro interno, compatibilidade entre o nível das distribuições aos acionistas e os parâmetros estabelecidos no orçamento anual, e a consistência entre nossa política geral de dividendos e a estrutura de capital.
- O Comitê de Controladoria é responsável por recomendar ao Conselho de Administração o nome de um funcionário para ser responsável por nossa auditoria interna, fazer relatórios sobre as políticas de auditoria e executar nosso plano de auditoria anual, acompanhar os resultados de nossa auditoria interna, identificar, priorizar e apresentar recomendações aos diretores executivos.
- O Comitê de Governança e Sustentabilidade é responsável por: avaliar e recomendar melhorias para a eficácia de nossas práticas de governança corporativa e para o funcionamento de nosso Conselho de Administração, recomendando melhorias no código de conduta ética e nosso sistema de administração, a fim de evitar conflitos de interesses entre a Vale e seus acionistas ou administração, emitindo relatórios sobre possíveis conflitos de interesse entre a Vale e seus acionistas ou administração, e fazendo relatórios sobre as políticas relacionadas à responsabilidade corporativa, tais como responsabilidade social e ambiental.

Nove de nossos 10 membros do conselho atuais (e nove de nossos 10 suplentes) foram indicados pela Valepar. Isto inclui um membro adicional do conselho nomeado pela Valepar, porque nenhum indivíduo ou grupo

de acionistas ordinários e preferenciais cumpriu com os limites descritos no nosso estatuto social e legislação societária brasileira. Um Membro do Conselho e seu suplente são indicados pelos funcionários, de acordo com nosso estatuto social. Os acionistas não controladores que detêm ações ordinárias representando pelo menos 15% de nosso capital com direito a voto, e ações preferenciais representando pelo menos 10% de nosso capital social total, têm o direito de indicar um membro e um suplente para nosso Conselho de Administração. Nossos funcionários e nossos acionistas não controladores têm o direito, cada um, como uma classe, de indicar um membro do conselho e seu suplente. Todos os nossos membros do conselho atuais foram eleitos ou reeleitos, conforme o caso, em nossa assembleia geral ordinária de acionistas realizada no dia 17 de abril de 2013, exceto (i) Hidehiro Takahashi que foi eleito suplente do Fuminobu Kawashima, na reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de Maio de 2013 e (ii) Laura Bedeschi Rego de Mattos, que foi eleita suplente do Luciano Coutinho na reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de fevereiro de 2014. Seus mandatos vencem na Assembleia Geral Ordinária de 2015, exceto os mandatos dos Srs. Hidehiro Takahashi e Laura Bedeschi que terminam na Assembleia Geral Ordinária de 2014.

A tabela a seguir apresenta uma lista dos atuais membros do Conselho de Administração e cada um de seus suplentes.

<u>Membro do Conselho(1)</u>	<u>Primeiro ano de eleição</u>	<u>Membro suplente(1)</u>	<u>Primeiro ano de eleição</u>
Dan Antonio Marinho Conrado (presidente).....	2012	Marco Geovanne Tobias da Silva.....	2011
Mario da Silveira Teixeira Júnior (vice-presidente).....	2003	Luiz Maurício Leuzinger.....	2012
Marcel Juviano Barros.....	2012	Francisco Ferreira	2013
Robson Rocha.....	2011	Alexandre.....	2011
Vago (3).....	-	Sandro Kohler Marcondes.....	2011
Renato da Cruz Gomes.....	2001	Hayton Jurema da Rocha.....	2013
Fuminobu Kawashima.....	2011	Luiz Carlos de Freitas.....	2007
Oscar Augusto de Camargo Filho.....	2003	Hidehiro Takahashi(4).....	2013
Luciano Galvão Coutinho.....	2007	Eduardo de Oliveira Rodrigues Filho	2011
José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha	2010	Laura Bedeschi Rego de Mattos(5).....	2014
João Batista Cavaglieri(2).....	2013	Vago	-
		Eduardo Fernando Jardim Pinto(2).....	2013

(1) Indicado pela Valepar e aprovado na assembleia de acionistas, exceto indicação em contrário.

(2) Indicado por nossos funcionários e aprovado na assembleia de acionistas.

(3) Vago desde agosto de 2013. Sr. Hayton Jurema da Rocha tem participado das reuniões do Conselho de Administração durante a vacância do cargo do respectivo membro efetivo.

(4) Sr. Hidehiro Takahashi foi nomeado membro suplente do Sr. Fuminobu Kawashima na reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de Maio de 2013.

(5) Como resultado da renúncia do Sr. Caio Marcelo de Medeiros Melo em fevereiro de 2014, a Srta. Laura Bedeschi foi nomeada pelo Conselho de Administração como suplente do Sr. Luciano Coutinho até a Assembleia Geral de Acionistas de 2014.

A seguir, um resumo da experiência profissional, atividades e áreas de especialização de nossos atuais membros do conselho.

**Dan Antonio Marinho Conrado**, 49: Presidente do Conselho de Administração da Vale desde outubro de 2012.

Outros cargos atuais de membro do conselho ou diretor: Diretor-Presidente da Previ, o fundo de pensão dos empregados do Banco do Brasil S.A. (“Banco do Brasil”), desde junho de 2012; Diretor-Presidente da Valepar



desde novembro de 2012; Membro Suplente do Conselho de Administração da Mapfre BBSH2 Participações S.A., uma companhia de seguros de capital aberto, desde junho de 2011.

*Experiência profissional:* Membro do Conselho de Administração da FRAS-LE S.A., uma companhia de capital aberto produtora de materiais de fricção, de abril de 2010 a março de 2013; Membro Suplente do Conselho de Administração da Aliança do Brasil S.A., uma companhia de seguros de capital aberto, de junho de 2010 a junho de 2011; Membro Suplente do Conselho de Administração da BRASILPREV S.A., um fundo de pensão de capital aberto, de janeiro de 2010 a março de 2010; Diretor de Marketing e Comunicações do Banco do Brasil S.A., uma instituição financeira de capital aberto, em 2009, onde também atuou como Diretor de Distribuição, de 2010 a 2011, e como Vice-Presidente de Varejo, Distribuição e Operações, de dezembro de 2011 a maio de 2012; Membro do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A., uma companhia de energia elétrica de capital aberto, de abril de 2000 a abril de 2002; Membro do Conselho Fiscal da WEG S.A. (“WEG”), empresa fabricante de motores e fornecedora de sistemas elétricos industriais completos de capital aberto, de abril de 2002 a abril de 2005.

*Formação Acadêmica:* Graduado em Direito pela Universidade Dom Bosco, Mato Grosso do Sul; MBA pela COPPEAD/Universidade Federal do Rio de Janeiro (“UFRJ”) e MBA pelo Instituto de Ensino e Pesquisa em Administração (“INEPAD”).

**Mário da Silveira Teixeira Júnior**, 68: Membro do Conselho de Administração da Vale desde abril de 2003, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Vale desde maio de 2003.

*Outros cargos atuais de membro do conselho ou diretor:* Vice-Presidente do Conselho de Administração da Valepar desde maio de 2007; Membro do Conselho Estratégico da Vale desde março de 2006; Membro do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A. (“Banco Bradesco”), uma instituição financeira de capital aberto, desde 1999; Membro do Conselho de Administração da Bradespar S.A. (“Bradespar”), uma holding de investimento de capital aberto, desde abril de 2002; Membro do Conselho de Administração do Bradesco Leasing S.A.—Arrendamento Mercantil, uma subsidiária do Banco Bradesco envolvida na realização de operações financeiras de *leasing*, desde julho de 2004; Membro do Conselho de Administração da BBD Participações S.A., desde agosto de 2006; Membro do Conselho de Administração e Comitê Estratégico da BSP Empreendimentos Imobiliários S.A., desde outubro de 2011 e abril de 2013; e Membro do Conselho de Administração da BSP Park Estacionamentos e Participações S.A., desde novembro de 2012.

*Experiência profissional:* Diretor-Presidente da Bradespar de julho de 2001 a março de 2002; Vice-Presidente Executivo de março de 1998 a março de 1999; Diretor Geral Executivo, de março de 1992 a março de 1998; e Diretor de Departamento do Banco Bradesco de janeiro de 1984 a março de 1992; Diretor da Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, uma subsidiária do Banco Bradesco que presta serviços de corretagem de valores mobiliários e pesquisa, de março de 1983 a janeiro de 1984; Vice-Presidente Executivo da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (“ANBID”), uma associação de bancos de investimento de agosto de 1994 a agosto de 1996; Membro do Conselho de Administração da Associação Brasileira das Companhias Abertas (“ABRASCA”), uma associação das companhias abertas brasileiras de maio de 1996 a julho de 2000; Vice-Presidente do Conselho de Administração do BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento, um banco de investimento e subsidiária do Banco Espírito Santo, de fevereiro de 2001 a fevereiro de 2007; Membro do Conselho de Administração da CSN, uma companhia siderúrgica aberta, de março de 1996 a abril de 2000; da Latasa S.A. (“Latasa”), atualmente chamada Rexam Beverage Can South America S.A., uma fabricante de produtos de alumínio de abril de 1992 a abril de 2000; da São Paulo Alpargatas S.A., uma fabricante de roupas e produtos relacionados ao esporte de março de 1996 a abril de 1999; da Tigre S.A. – Tubos e Conexões, uma fabricante de tubulações e materiais de construção de abril de 1997 a abril de 1998; da Everest Leasing S.A.. Arrendamento Mercantil, uma empresa de locação afiliada ao Banco Bradesco, de fevereiro de 2004 a julho de 2004; bem como empresas de fornecimento de energia elétrica Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL, de novembro de 1997 a abril de 2005; CPFL de Energia S.A., de agosto de 2001 a abril de 2005; a Companhia Piratininga de Força e Luz, de abril de 2003 a abril de 2005; e a sociedade holding de geração de energia elétrica CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia”), de março de 2000 a abril de 2006; e VBC Energia S.A. de março de 1997 a abril de 2005.

*Formação Acadêmica:* Graduado em Engenharia Civil e pós-graduado em Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

**Marcel Juviano Barros**, 51: Membro do Conselho de Administração da Vale desde outubro de 2012 e Membro do Comitê de Desenvolvimento Executivo da Vale, desde fevereiro de 2013.

*Outros cargos atuais de membro do conselho ou diretor:* Diretor de Valores Mobiliários do Previ, desde junho de 2012.

*Experiência profissional:* Já ocupou vários cargos ao longo de 34 anos no Banco do Brasil, uma instituição financeira de capital aberto, inclusive os cargos de Auditor da União e Secretário Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, onde coordenou redes internacionais.

*Formação Acadêmica:* Graduado em História pela Fundação Municipal de Ensino Superior de Bragança Paulista.

**Robson Rocha**, 55: Membro do Conselho de Administração da Vale desde abril de 2011.

*Outros cargos atuais de membro do conselho ou diretor:* Vice-Presidente de Gestão de Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável do Banco do Brasil desde abril de 2010.

*Experiência profissional:* Vice-Presidente da CPFL Energia de abril de 2010 a abril de 2011; Membro do Conselho de Administração do Banco Nossa Caixa S.A. de maio a novembro de 2009; Diretor do Banco do Brasil de maio de 2008 a abril de 2009.

*Formação Acadêmica:* Graduado em Administração de Empresas pela UNICENTRO – Newton Paiva, Belo Horizonte; pós-graduado em Gestão Estratégica e Treinamento Geral Básico para Executivos Sênior pela Universidade Federal de Minas Gerais (“UFMG”); Mestrado em Marketing pela Fundação Ciências Humanas – Pedro Leopoldo; e um MBA em Finanças pela Fundação Dom Cabral.

**Hayton Jurema da Rocha**, 56: Membro suplente do Conselho de Administração da Vale desde abril de 2013.

*Outros cargos atuais de membro do conselho ou diretor:* Diretor de Marketing e Comunicação do Banco do Brasil S.A..

*Experiência profissional:* Diretor-Presidente da empresa de saúde CASSI - Caixa de Assistência de Funcionários do Banco do Brasil 2010-2011; Superintendente do Banco do Brasil para os Estados de Alagoas (1995), Pernambuco (1996 a 1998), Bahia (1999 a 2000) e do Distrito Federal (2003 a 2005); diretor de Recursos Humanos do Banco do Brasil (de 2000 a 2002); membro do conselho fiscal da WEG S.A., empresa de capital aberto brasileira, de 2010 a 2013.

*Formação Acadêmica:* Graduado em Economia pela Universidade Federal do Estado de Alagoas; MBA da Universidade Federal do Estado de Pernambuco; especialização em Marketing pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

**Renato da Cruz Gomes**, 61: Membro do Conselho de Administração da Vale desde abril de 2001.

*Outros cargos atuais de membro do conselho ou diretor:* Diretor e Membro do Conselho de Administração da Valepar desde 2001; Diretor de Relações com Investidores da Bradespar desde 2000; e Membro do Comitê de Governança e Sustentabilidade da Vale, desde dezembro de 2001.

*Experiência profissional:* Vários cargos no BNDES de 1976 a 2000; Membro do Conselho de Administração da Iochpe Maxion S.A., uma companhia aberta com investimentos nos setores de peças automobilísticas e equipamentos ferroviários, Globo Cabo S.A., atual Net Serviços de Comunicação S.A. (“Net”), uma operadora brasileira de TV a cabo, Latasa, e as fabricantes de celulose e papel Aracruz Celulose S.A., atual Fibria S.A., e Bahia Sul Celulose S.A., atual Suzano Celulose S.A.

*Formação Acadêmica:* Graduado em Engenharia pela UFRJ e pós-graduado em Gestão Empresarial pela Sociedade de Desenvolvimento Empresarial (“SDE”).

**Fuminobu Kawashima, 61:** Membro do Conselho de Administração da Vale desde abril de 2012.

*Outros cargos atuais de membro do conselho ou diretor:* Vice-presidente Executivo e Membro do Conselho de Administração Representante da Mitsui, uma *trading company* de capital aberto, desde junho de 2012.

*Experiência profissional:* Diretor Executivo de Administração Sênior na Mitsui de junho de 2011 a maio de 2012, onde também atuou como Diretor Executivo de Administração e Diretor Operacional da unidade de negócios de Marinha & Espaço Aéreo de abril de 2010 a março de 2011, Diretor de Administração e Diretor de Operações da unidade de negócios de Energia de 2007 a 2010; Membro do Conselho de Administração da Japan Australia LNG (MIMI) Pty Ltd.; uma companhia de petróleo e gás, de 2005 a 2007; Membro do Conselho de Administração da Mitsui Oil Co. Ltd., uma empresa de produtos de petróleo, de 2007 a 2009 e Diretor da Kyokuto Petroleum Industries Ltd., uma refinaria de petróleo, de 2007 a 2009.

*Formação Acadêmica:* Graduado em Economia pela Universidade Hitotsubashi no Japão; pós-graduado em Desenvolvimento Econômico pela Keble College, Oxford.

**Oscar Augusto de Camargo Filho, 76:** Membro do Conselho de Administração da Vale desde setembro de 2003.

*Outros cargos atuais de membro do conselho ou diretor:* Membro do Conselho de Administração da Valepar desde 2003; Membro do Comitê Estratégico e de Desenvolvimento Executivo da Vale, desde 2003; sócio da CWH Consultoria Empresarial desde 2003, uma empresa de consultoria empresarial.

*Experiência profissional:* Presidente do Conselho de Administração da MRS de 1996 a 2003 e Diretor-Presidente e Membro do Conselho de Administração da CAEMI – Mineração e Metalurgia S.A. (“CAEMI”), uma holding de mineração que foi adquirida pela Vale em 2006, de 1990 a 2003, onde o Sr. Camargo Filho também ocupou vários cargos de 1973 a 2003; vários cargos na Motores Perkins S.A., inclusive Diretor Comercial e Gerente de Vendas e Serviços, de 1963 a 1973.

*Formação Acadêmica:* Graduado em Direito pela USP e pós-graduado em marketing internacional pela Universidade de Cambridge.

**Luciano Galvão Coutinho, 67:** Membro do Conselho de Administração da Vale desde agosto de 2007.

*Outros cargos atuais de membro do conselho ou diretor:* Presidente do BNDES desde 2007 e Membro do Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, desde abril de 2013 e Membro do Comitê Estratégico da Vale desde maio de 2009.

*Experiência profissional:* Sócio da LCA Consultores, uma firma de consultoria empresarial, de 1995 a 2007, e sócio da Macrotempo Consultoria, também uma firma de consultoria empresarial, de 1990 a 2007; membro do Conselho de Administração da Ripasa S.A. Celulose e Papel, um fabricante de papel, de 2002 a 2005, da Guarani, atual Neenergia S.A., uma empresa de energia, de 2003 a 2004, e Secretário Executivo do Ministério das Ciências e Tecnologia, de 1985 a 1988. O Sr. Coutinho é professor convidado na Universidade Estadual de Campinas (“UNICAMP”) e foi professor visitante na USP, na Universidade de Paris XIII, na Universidade do Texas e no Ortega y Gasset Institute.

*Formação Acadêmica:* Graduado em Economia pela USP; mestrado em Economia pelo Instituto de Pesquisa Econômica da USP e Ph.D. em Economia pela Cornell University.

**José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha, 64:** Membro do Conselho de Administração da Vale desde junho de 2010.

*Outros cargos atuais de membro do conselho ou diretor:* Membro do Conselho de Administração de várias companhias abertas de telecomunicação brasileiras, incluindo Calais Participações S.A., desde 2007, Telemar Participações S.A. desde 2008, e Oi S.A. desde 2009 (como Presidente do Conselho de Administração); Membro do Conselho de Administração da Santo Antonio Energia S.A., uma companhia energética brasileira, desde 2008, presidente do conselho de administração desde 2007 da Dommo Empreendimentos Imobiliários, uma holding .

*Experiência profissional:* Diretor-Presidente da Oi S.A. em 2013; Membro do Conselho de Administração da Tele Norte Celular Participações S.A., de 2008 a 2012, Tele Norte Leste Participações S.A., de 2007 a 2012, Telemar Norte Leste S.A., de 2007 a 2012, Caori Participações S.A., de 2007 a 2012, TNL PCS S.A., de 2007 a 2012, onde atuou como presidente, Lupatech S.A., uma companhia aberta de apoio à produção de petróleo e gás, de 2006 a 2012, Log-In de 2007 a 2011, Braskem S.A., uma companhia petroquímica brasileira, de 2007 a abril de 2010, onde atuou anteriormente como Vice-Presidente do Planejamento Estratégico de 2003 a 2005 e como Diretor de 2007 a 2010, da Politeño Indústria e Comércio S.A., fabricante de resinas de polietileno e termoplásticas, de 2003 a 2004, do Banco do Estado do Espírito Santo (“BANESTES”), uma instituição financeira, de 2008 a 2009, da LIGHT Serviços de Eletricidade S.A., distribuidora de energia, de 1997 a 2000, Aracruz Celulose S.A., fabricante de papel, de 1997 a 2002, e TNL de 1999 a 2003, onde também atuou como Membro Suplente do Conselho de Administração em 2006.

*Formação Acadêmica:* Graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Católica de Petrópolis no Rio de Janeiro; tendo participado do Executive Program in Management na Anderson School of Management, na Universidade da Califórnia, em Los Angeles.

**João Batista Cavaglieri, 57:** Membro do Conselho de Administração da Vale desde abril de 2013.

*Experiência profissional:* Funcionário da Vale desde 1973, quando foi licenciado para ocupar o cargo de tesoureiro do SINDFER ES/MG (Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias dos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais). Presidente interino do SINDFER ES/MG no período de 2002 a 2005, e desde então presidente atual do SINDFER ES/MG. Membro do Conselho de Administração da Vale de 2007 a 2009.

*Formação Acadêmica:* Ensino médio completo e graduação em manutenção mecânica pelo SENAI.

### Diretores executivos

Os diretores executivos são responsáveis pelas operações diárias e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração. Nosso estatuto social estabelece um mínimo de seis e máximo de 11 diretores executivos. Os diretores executivos realizam reuniões semanais e reuniões adicionais quando convocadas por qualquer diretor executivo. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os diretores executivos devem ser brasileiros e residir no Brasil.

O Conselho de Administração indica os diretores executivos por mandatos de dois anos e podem destituí-los a qualquer momento. A tabela a seguir apresenta nossos atuais membros da diretoria executiva:

	<b>Ano de indicação</b>	<b>Cargo</b>	<b>Idade</b>
Murilo Pinto de Oliveira Ferreira.....	2011	Diretor Presidente	60
Luciano Siani Pires.....	2012	Diretor Executivo de Finanças e de Relações com Investidores	44
José Carlos Martins.....	2004	Diretor Executivo (Estratégia e Ferrosos)	64
Galib Abrahão Chaim.....	2011	Diretor Executivo (Implementação de Projetos de Capital)	63
Humberto Ramos de Freitas.....	2011	Diretor Executivo (Logística e Pesquisa Mineral)	60
Gerd Peter Poppinga.....	2011	Diretor Executivo (Operações de Metais Básicos e Tecnologia da Informação)	54
Vânia Lucia Chaves Somavilla.....	2011	Diretora Executiva (Recursos Humanos, Saúde e Segurança, Sustentabilidade e Energia)	53
Roger Allan Downey.....	2012	Diretor Executivo (Fertilizantes e Carvão)	46

A seguir, um resumo da experiência profissional, atividades e áreas de especialização de nossos atuais diretores executivos.

**Murilo Pinto de Oliveira Ferreira, 60:** Diretor Presidente da Vale e Membro dos Comitês Estratégico e de Divulgação da Vale desde maio de 2011.

*Experiência profissional:* Diretor Executivo da Vale, com responsabilidade sobre diversos departamentos de 2005 a 2008, incluindo Alumínio, Holdings, Desenvolvimento de Negócios, Energia, Níquel e Metais Básicos; Diretor-Presidente da Vale Canada de 2007 a 2008 e Membro do Conselho de Administração de 2006 a 2007; Presidente do Conselho de Administração da Alunorte de 2005 a 2008, da MRN de 2006 a 2008 e da Valesul Alumínio S.A., uma subsidiária da Vale envolvida na produção de alumínio, de 2006 a 2008; Membro do Conselho de Comissários da PTVI de 2007 a 2008. O Sr. Ferreira foi Membro do Conselho de Administração de várias empresas, inclusive a Usiminas, uma empresa siderúrgica brasileira, de 2006 a 2008, e sócio da Studio Investimentos, uma firma de gestão de ativos com foco no mercado de ações brasileiro, de outubro de 2009 a março de 2011.

*Formação Acadêmica:* Graduado em Administração de Empresas pela FGV em São Paulo; pós-graduado em Administração de Empresas e Finanças pela FGV no Rio de Janeiro; e possui especialização de Executivos (Senior Executive) pela IMD Business School, Lausanne, Suíça.

**Luciano Siani Pires, 44:** Diretor Executivo de Finanças e de Relações com Investidores da Vale desde agosto de 2012 e Membro Executivo dos Comitê de Gestão de Risco, Financeiro e de Divulgação de Informações desde agosto de 2012.

*Experiência profissional:* Membro Suplente do Conselho de Administração da Vale, de 2005 a 2007; Diretor Global de Planejamento Estratégico, de 2008 a 2009 e em 2011, e Diretor Global de Recursos Humanos de 2009 a 2011 da Vale; Membro do Conselho de Administração da Valepar, de 2007 a 2008; Diversas posições executivas no BNDES, incluindo Secretário Executivo e Chefe do Gabinete da Presidência, Chefe do Departamento de Gestão da Carteira de Ações – Divisão de Mercado de Capitais, Chefe do Departamento de Financiamento de Exportações do BNDES, de 1992 a 2008; Consultor da McKinsey & Company, de 2003 a 2005; ; Membro do Conselho de Administração da Telemar Participações S.A., de 2005 a 2008; Membro do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose S.A., de 2005 a 2008.

*Formação Acadêmica:* Graduado em Engenharia Mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e MBA em Finanças pela Stern School of Business, New York University.

**José Carlos Martins, 64:** Diretor Executivo de Estratégia e Ferrosos da Vale desde novembro de 2011.

*Outros cargos atuais de membro do conselho ou diretor:* Membro do Conselho de Administração da Samarco.

*Experiência profissional:* Diretor Executivo da Vale, responsável por diversos departamentos desde 2004, incluindo Marketing, Vendas e Estratégia, Minerais Ferrosos e Desenvolvimento de Novos Negócios; Membro do Conselho de Administração da Usiminas, de 2005 a 2006 e de 2008 a 2009; Presidente de Produção e Comercialização de Latas de Alumínio para a América do Sul da Rexam PLC, um grupo mundial fabricante de embalagens; Presidente da Latasa de 1999 até sua compra pela Rexam PLC, em 2003; Diretor Executivo para produção de aço da CSN de 1997 a 1999; e Diretor-Presidente na Aços Villares, uma fabricante de aço, onde Dr. Martins também ocupou outros cargos importantes de 1986 a 1996.

*Formação Acadêmica:* Graduado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica em São Paulo.

**Galib Abraão Chaim, 63:** Diretor Executivo de Implementação de Projetos de Capital da Vale desde novembro de 2011.

*Experiência profissional:* Diretor de Projetos da Vale do Departamento de Carvão para projetos na Austrália, Moçambique, Zâmbia e Indonésia e Country Manager em Moçambique de 2005 a 2011; Diretor Industrial da Alunorte de 1994 a 2005; Superintendente Industrial da Albras de 1984 a 1994; e Superintendente Técnico da MRN de 1979 a 1984.

*Formação Acadêmica:* Graduado em Engenharia pela Universidade Federal de Minas Gerais; Mestrado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas.

**Humberto Ramos de Freitas, 60:** Diretor Executivo de Logística e Pesquisa Mineral da Vale desde novembro de 2011.

*Outros cargos atuais de membro do conselho ou diretor:* Presidente do Conselho de Administração da ABTP – Associação Brasileira de Terminais Portuários, uma organização que lida com assuntos relacionados aos portos brasileiros, desde maio de 2009.

*Experiência profissional:* Membro do Conselho de Administração da MRS de dezembro de 2010 a outubro de 2012; Diretor de Operações Logísticas da Vale de setembro de 2009 a junho de 2010; Diretor de Portos e Navegação da Vale de março de 2007 a agosto de 2009; Presidente e Diretor-Presidente, de agosto de 2003 a fevereiro de 2007, da Valesul Alumínio S.A., uma subsidiária da Vale envolvida na produção de alumínio; Superintendente Geral de Portos da CSN, de dezembro de 1997 a novembro de 1999.

*Formação Acadêmica:* Graduado em Engenharia Metalúrgica pela Escola de Minas de Ouro Preto; Programa de Desenvolvimento Executivo na Kellogg School of Management, Northwestern University; Programa de desenvolvimento de executivos pela Fundação Dom Cabral; Programa de educação executiva sênior pelo MIT.

**Gerd Peter Poppinga, 54:** Diretor Executivo de Operações de Metais Básicos e Tecnologia da Informação da Vale, desde novembro de 2011.

*Outros cargos atuais de membro do conselho ou diretor:* Membro do Conselho de Comissários da PTVI desde abril de 2009; Presidente e Diretor-Presidente da Vale Canadá desde janeiro de 2012.

*Experiência profissional:* Vice-Presidente Executivo para a região Ásia Pacífico da Vale Canada de novembro de 2009 a novembro de 2011; Diretor de Estratégia, Desenvolvimento de Negócios, Recursos Humanos e Sustentabilidade da Vale Canada de maio de 2008 a outubro de 2009; Diretor de Estratégia e Tecnologia da Informação da Vale Canada de novembro de 2007 a abril de 2008. Em conexão à função desempenhada pelo Sr. Poppinga na Vale, o Sr. Poppinga desempenhou papel de membro do conselho de administração e diretor em várias sociedades de 2005 a 2009. De 1985 a 1999, Sr. Poppinga também atuou em vários cargos na Mineração da Trindade S.A. – SAMITRI, uma companhia de mineração de capital aberto adquirida pela Vale em 2001.

*Formação Acadêmica:* Graduado em Geologia pela UFRJ e Universität Erlangen, Alemanha; Pós-graduado em Geologia e Engenharia de Mineração pela Universität Clausthal – Zellerfeld, Alemanha; Especialização em Geoestatística pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); MBA Executivo pela Fundação Dom Cabral; Marketing Industrial, Dinâmica de Negociação e Gestão da Cadeia de Abastecimento na INSEAD; Programa de Liderança Sênior no MIT; Programa de Liderança no IMD Business School, Lausanne, Suíça; e Megatendências Estratégicas pelo programa Asia Focus na Kellogg Cingapura.

**Vânia Lucia Chaves Somavilla, 54:** Diretora Executiva de Recursos Humanos, Saúde e Segurança, Sustentabilidade e Energia da Vale desde maio de 2011.

*Outros cargos atuais de membro do conselho ou diretor:* Presidente do Conselho de Administração (Conselho de Curadores) da Fundação Vale desde janeiro de 2013.

*Experiência profissional:* Diretora do Departamento de Meio Ambiente e Sustentabilidade na Vale de abril de 2010 a maio de 2011; Diretora de Comercialização de Energia da Vale de março de 2004 a março de 2010; Membro do Conselho de Administração da Albras de 2009 a 2011; Diretora-Presidente da Vale Florestar S.A., desde novembro de 2010 até agosto de 2011. Em relação a suas funções na Vale, Sra. Somavilla também foi membro do Conselho e da diretoria executiva de várias empresas e consórcios no setor energético de 2004 a 2010. Também foi diretora de Desenvolvimento de Novos Negócios para Geração de Energia e de Desenvolvimento e

Implementação de Projetos para projetos de usinas de pequeno e grande porte na Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, uma companhia de capital aberto envolvida na geração, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica, de 1995 a 2001.

*Formação Acadêmica:* Graduada em Engenharia Civil pela UFMG; pós-graduada em Engenharia de Barragens pela UFOP; especialização em Gestão de Usinas Hidrelétricas pela SIDA, Estocolmo, Suécia; MBA em Finanças Corporativas pelo IBMEC, Belo Horizonte, Brasil; programa “Transformational Leadership” pelo MIT e programa “Mastering Leadership” pelo IMD.

**Roger Allan Downey, 46:** Diretor Executivo de Fertilizantes e Carvão da Vale desde maio de 2012.

*Experiência profissional:* Sócio-diretor da CWH Consultoria Empresarial SC Ltda., uma empresa privada de consultoria, de janeiro de 2012 a abril de 2012; Membro Suplente do Conselho de Administração da Valepar de fevereiro de 2012 a abril de 2012; Diretor-Presidente e Diretor Executivo de Relações com Investidores da MMX Mineração e Metálicos, S.A., uma companhia de mineração de capital aberto, de agosto de 2009 a novembro de 2011; Diretor de *Equity Research* do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., um banco privado de corretagem e investimentos, de agosto de 2005 a agosto de 2009; Gerente Comercial e de Novos Negócios da Rio Tinto, uma companhia de mineração de capital aberto, de outubro de 1996 a setembro de 2002; Coordenador de Mercado da CAEMI, de dezembro de 1991 a outubro de 1996

*Formação Acadêmica:* Graduado em Gestão de Negócios pela Universidade de Western Australia, graduado em Administração de Empresas pela Australian National Business School e MBA pela Universidade de Western Australia.

### **Conflitos de interesse**

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações brasileira, se um membro do conselho de administração ou um diretor tiver um conflito de interesse com a Companhia, em relação a qualquer operação proposta, o membro do conselho ou diretor não poderá votar em qualquer decisão do Conselho de Administração ou na diretoria, a respeito de tal operação e deve divulgar a natureza e extensão do conflito de interesse para registro na ata da reunião, e, de acordo com a nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, o membro do Conselho de Administração não deverá receber qualquer documento relevante ou informação e não deverá participar de qualquer discussão relacionada ao assunto que está em conflito de interesse. Em qualquer caso, um membro do conselho de administração ou um diretor não poderão realizar nenhum negócio junto à Companhia, exceto mediante termos e condições razoáveis ou justos que sejam idênticos aos termos e condições vigentes no mercado ou oferecidos por terceiros. Para mais detalhes sobre nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, consulte o item Transações com partes Relacionadas.

### **Conselho Fiscal**

Temos um conselho fiscal estabelecido de acordo com a legislação brasileira. A primeira responsabilidade do conselho fiscal nos termos do direito societário brasileiro é monitorar as atividades da administração, analisar as demonstrações contábeis da Companhia e relatar as descobertas aos acionistas. De acordo com uma política escrita, nosso Conselho Fiscal precisa da administração para obter a aprovação do Conselho Fiscal antes de envolver qualquer auditor independente para realizar qualquer auditoria ou serviços permitidos de não auditoria à Vale ou suas subsidiárias consolidadas. De acordo com a política, o Conselho Fiscal pré-aprovou uma lista detalhada de serviços com base nas propostas detalhadas de nossos auditores, a respeito dos limites monetários específicos. A lista dos serviços pré-aprovados é atualizada periodicamente. Os serviços que não estiverem listados, que excedam os limites especificados, ou que sejam relativos aos controles internos, devem ser separadamente pré-aprovados pelo Conselho Fiscal. A política também estabelece uma lista de serviços proibidos. O Conselho Fiscal recebe relatórios sobre os serviços prestados de acordo com a política periodicamente, analisa e monitora a independência e objetividade do auditor externo da Companhia. O Conselho Fiscal tem poderes para analisar e avaliar o desempenho dos auditores externos da Companhia anualmente e fazer recomendações ao Conselho de Administração a respeito da remoção e substituição ou não dos auditores externos existentes. O Conselho Fiscal

também poderá recomendar a retenção de pagamento de remuneração aos auditores independentes e tem poderes para mediar desacordos entre a administração e os auditores a respeito do relatório financeiro.

De acordo com nosso estatuto social, nosso Conselho Fiscal também é responsável por estabelecer procedimentos para recebimento, retenção e tratamento de quaisquer reclamações relacionadas a assuntos contábeis, de controle e auditoria, bem como procedimentos para apresentação confidencial e anônima de preocupações relacionadas a tais assuntos.

A legislação brasileira exige que os membros de um conselho fiscal preencham certos requisitos de elegibilidade. Um membro de um Conselho Fiscal não pode (i) ocupar um cargo de membro de uma diretoria, conselho fiscal ou comitê consultivo de qualquer empresa concorrente da Vale ou que de outra forma tenha conflito de interesses com a Vale, exceto se o cumprimento deste requisito seja expressamente renunciado por voto de acionistas, (ii) ser um funcionário ou membro de uma administração sênior ou Conselho de Administração da Vale ou de suas subsidiárias ou coligadas, ou (iii) ser cônjuge ou parente até terceiro grau por afinidade ou consanguinidade de um diretor ou membro do conselho de administração da Vale.

Somos obrigados a cumprir a Exchange Act Rule 10A-3, que exige que uma empresa com ações negociadas em bolsa, na ausência de uma isenção, mantenha um comitê de auditoria permanente composto por membros do Conselho de Administração para atender os requisitos específicos. Em vez de estabelecer um comitê de auditoria independente, conferimos ao Conselho Fiscal os poderes necessários para qualificar a isenção prevista na Exchange Act Rule 10A-3(c)(3). Acreditamos que nosso Conselho Fiscal atenda aos requisitos de independência e os demais da Exchange Act Rule 10A-3 que se aplicariam na ausência de nossa dependência em relação à isenção. De acordo com nossas obrigações junto à HKEx, o Conselho Fiscal deve ser composto por no mínimo três membros que atendam aos requisitos específicos de independência estabelecidos nas Normas de Listagem da HKEx. Recebemos uma confirmação de independência por escrito, nos termos da Regra 3.13 das Regras de Listagem da HKEx de cada um dos membros de nosso Conselho Fiscal indicado pela Valepar e os consideramos aptos a atender às exigências de independência.

Nosso Conselho de Administração determinou que um dos membros de nossos Conselho Fiscal, Aníbal Moreira dos Santos, é um especialista financeiro do comitê de auditoria. Além disso, Moreira dos Santos atende aos requisitos aplicáveis de independência para membros do Conselho Fiscal nos termos da legislação brasileira e aos requisitos de independência da NYSE que se aplicariam aos membros do comitê na ausência de nossa dependência em relação à isenção prevista na Exchange Act Rule 10A-3(c)(3).

Os Membros do Conselho Fiscal são eleitos por nossos acionistas para mandatos de um ano. Os membros atuais do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes serão eleitos no dia 17 de abril de 2013. Os mandatos dos membros do Conselho Fiscal terminam na próxima assembleia anual de acionistas após a eleição.

Dois membros de nosso Conselho Fiscal (e seus respectivos suplentes) poderão ser eleitos por acionistas não controladores: um membro poderá ser indicado por nossos acionistas preferenciais e um membro poderá ser indicado pelos titulares minoritários das ações ordinárias, de acordo com as normas aplicáveis da CVM.

A tabela a seguir apresenta os membros atuais e suplentes do Conselho Fiscal.

<b>Membro atual</b>	<b>Primeiro ano de indicação</b>	<b>Suplente</b>	<b>Primeiro ano de indicação</b>
Vago(1)	-	Paulo Fontoura Valle (2) .....	2012
Arnaldo José Vollet(3)	2011	Valeriano Durval Guimarães Gomes(3) .....	2013
Marcelo Amaral Moraes(3) .....	2004	Oswaldo Mário Pêgo de Amorim Azevedo(3) .....	2004
Aníbal Moreira dos Santos(3) .....	2005	Vago .....	-

(1) Vago desde a renúncia de Henrique Pinheiro Silveira, em vigor a partir de outubro de 2013. Paulo Fontoura Valle, como membro suplente do Conselho Fiscal, tem participado das reuniões do Conselho Fiscal.

(2) Indicados pelos acionistas preferenciais.



(3) Indicados pela Valepar.

A seguir, um resumo da experiência profissional, atividades e áreas de especialização dos membros de nosso Conselho Fiscal.

**Paulo Fontoura Valle**, 50: Membro Suplente do Conselho Fiscal da Vale desde abril de 2012. Valle é o suplente de Antônio Henrique Pinheiro Silveira, que renunciou ao seu cargo no conselho fiscal da Vale em outubro de 2013.

*Outros cargos de membro do conselho ou diretor:* Membro da Petrobrás Distribuidora S.A. – Conselho Fiscal da BR Distribuidora desde 2012 e Membro do Conselho Fiscal do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES desde 2011.

*Experiência profissional:* Membro do conselho fiscal da Petrobras Gás S.A. - Gaspetro de 2010 a 2011, uma empresa de petróleo e gás de capital aberto do Brasil; membro do conselho de administração da Brasilprev Seguros e Previdência, de 2007 a 2009, uma companhia de seguros de capital fechado no Brasil

*Formação Acadêmica:* Graduado em Educação Física pela Faculdade Dom Bosco de Educação Física; MBA pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais - IBMEC; especialização em Economia pela Universidade George Washington, nos Estados Unidos

**Arnaldo José Vollet**, 65: Membro do Conselho Fiscal da Vale desde abril de 2011.

*Outros cargos de membro do conselho ou diretor:* Membro do Comitê de Auditoria da Caixa Econômica Federal desde outubro de 2013.

*Experiência profissional:* Diretor da BB DTVM, uma subsidiária do Banco do Brasil, de 2002 a 2009; Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores da Companhia de Energia Elétrica da Bahia – COELBA, uma companhia de eletricidade de capital aberto, de 2000 a 2002; Membro do Conselho Fiscal da Telesp Celular Participações, uma companhia de telecomunicações de capital aberto, de 1999 a 2000; Membro do Conselho Fiscal da CELPE – Companhia de Eletricidade de Pernambuco, uma companhia de eletricidade de capital aberta de 2004 a 2009; Diretor da Guaraniã, agora Neoenergia S.A., de 2002 a 2003; Membro Suplente do Conselho de Diretores da CEMIG, uma companhia de eletricidade de capital aberto de 2003 a 2005; Membro do Conselho de Administração da Pronor e Nitrocarbono, ambas companhias químicas, de 1997 a 1998.

*Formação Acadêmica:* Graduado em Matemática pela USP e com MBA em Finanças pela IBMEC/RJ.

**Marcelo Amaral Moraes**, 46: Membro do Conselho Fiscal da Vale desde abril de 2004.

*Outros cargos de membro do conselho ou diretor:* Diretor Administrativo na Capital Dynamics Investimentos Ltda. desde janeiro de 2012.

*Experiência profissional:* Membro do Conselho Deliberativo da ABVCAP desde 2010 até 2012; Diretor Administrativo e sócio responsável pelos fundos especializados na Stratus Investimentos Ltda., um grupo com foco estratégico no segmento de *mid-market Private Equity*, de 2006 a 2010; Gerente de Investimentos na Bradespar de 2000 a 2006; trabalhou nos departamentos de incorporações e aquisições e mercados de capital do Banco Bozano, Simonsen, de 1995 a 2000; Membro Suplente do Conselho de Administração da Net Serviços de Telecomunicação S.A., de 2004 a 2005; Membro Suplente do Conselho de Administração da Vale em 2003.

*Formação Acadêmica:* Graduado em Economia pela UFRJ, MBA com ênfase em finanças pela UFRJ/COPPEAD, e pós-graduado em direito empresarial e arbitragem pela FGV em São Paulo.

**Aníbal Moreira dos Santos, 75:** Membro do Conselho Fiscal da Vale desde abril de 2005.

*Outros cargos de membro do conselho ou diretor:* Membro do Conselho Fiscal da Log-In desde 2009.

*Experiência profissional:* De 1998 até sua aposentadoria, em 2003, o Sr. Moreira dos Santos atuou como Diretor de várias subsidiárias da CAEMI, incluindo Caemi Canada Inc., Caemi Canada Investments Inc., CMM Overseas, Ltd., Caemi International Holdings BV e Caemi International Investments NV e como Diretor Financeiro da CAEMI, de 1983 a 2003. Também atuou como Membro do Conselho Fiscal da CADAM de 1999 a 2003 e como Membro Suplente do Conselho de Administração da MBR e Empreendimentos Brasileiros de Mineração, uma companhia holding de ativos de minério de ferro, de 1998 a 2003

*Formação Acadêmica:* Graduado em Ciências Contábeis pela FGV no Rio de Janeiro.

**REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO**

De acordo com nosso estatuto social, nossos acionistas são responsáveis por estabelecer a remuneração agregada que pagamos aos membros de nosso Conselho de Administração e nossa Diretoria, e o Conselho de Administração distribui a remuneração entre seus membros e a Diretoria.

Nossos acionistas determinam esta remuneração agregada anual na assembleia de acionistas a cada ano. A fim de estabelecer a remuneração agregada do membro do conselho e do diretor, nossos acionistas geralmente consideram vários fatores, que variam desde atributos, experiência e competências de nossos membros do conselho e diretores ao desempenho recente de nossas operações. Uma vez que a remuneração agregada é estabelecida, os membros de nosso Conselho de Administração são, então, responsáveis por distribuir tal remuneração agregada, em cumprimento ao nosso estatuto social, entre os membros do conselho e diretores. O Comitê Executivo de Desenvolvimento faz recomendações ao Conselho a respeito da remuneração agregada anual dos diretores. Além de uma remuneração fixa, nossos diretores também podem receber pagamentos de bônus e incentivos.

A tabela abaixo apresenta os valores pagos aos diretores no ano fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2013.

	<b>Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013</b>
	(em milhões de dólares)
Remuneração fixa e benefícios em espécie .....	11,4
Remuneração variável.....	9,7
Benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.....	2,1
Indenização.....	0,5
Contribuições sociais(1).....	3,9
Total pago aos diretores executivos.....	<u>27,6</u>

(1) Contribuições sociais ao governo brasileiro com relação aos diretores executivos

Pagamos US\$2,2 milhões no total aos membros de nosso Conselho de Administração pelos serviços relativos aos seus cargos, todos correspondendo à remuneração fixa. Não há benefícios de pensão, aposentadoria ou similares aos membros de nosso Conselho de Administração. Em 28 de fevereiro de 2014, o número total de ações ordinárias detidas por nossos membros do conselho e diretores foi 31.816, e o número total de ações preferenciais detidas por nossos membros do conselho e diretores executivos foi 821.271. Nenhum de nossos membros do conselho ou diretores detém 1% ou mais de qualquer classe de nossas ações

*Conselho Fiscal*

Pagamos um total de US\$0,6 milhão aos membros do Conselho Fiscal em 2013. Além disso, os membros do Conselho Fiscal recebem reembolso por despesas com viagens relacionadas ao desempenho de suas funções.

*Comitês consultivos*

Pagamos um total de US\$0,12 milhão aos membros de nossos comitês consultivos em 2013. De acordo com o Artigo 15 de nosso estatuto social, os membros que forem membros do conselho ou diretores da Vale não têm direito à remuneração adicional por fazerem parte de um comitê. Os membros de nossos comitês consultivos recebem reembolso por despesas com viagens relacionadas ao desempenho de suas funções.

## EMPREGADOS

A tabela a seguir apresenta o número de nossos funcionários por negócio e por localidade nas datas indicadas.

Por negócio:	Em 31 de dezembro		
	2011(1)	2012	2013
<i>Bulk materials</i> .....	51.059	55.074	54.898
Operações de metais básicos .....	15.027	16.116	15.772
Fertilizantes.....	7.283	7.476	6.772
Atividades corporativas .....	6.277	6.639	5.844
Total.....	79.646	85.305	83.286

Por localidade:	Em 31 de dezembro		
	2011	2012	2013
América do Sul .....	64.766	69.625	67.392
América do Norte.....	6.617	6.766	6.681
Europa .....	615	395	397
Ásia .....	4.088	4.232	4.235
Oceania.....	2.186	2.265	2.279
África .....	1.374	2.022	2.302
Total.....	79.646	85.305	83.286

(1) Para fins de comparação, as informações para 2011 sobre nossos funcionários por segmento devem refletir nossa nova estrutura corporativa implementada em 2012.

Negociamos salários e benefícios com um grande número de sindicatos ao redor do mundo que representam nossos empregados. Temos acordos coletivos com funcionários sindicalizados em nossas operações na Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, França, Indonésia, Malawi, Moçambique, Nova Caledônia, Noruega, Paraguai, Peru e Reino Unido.

### Salários e benefícios

Os salários e benefícios praticados pela Vale e suas subsidiárias são geralmente estabelecidos de companhia para companhia. A Vale estabelece seus programas salariais e de benefícios para a Vale e suas subsidiárias, exceto a Vale Canada, em negociações periódicas com os sindicatos. Em novembro de 2013, a Vale fez um acordo de dois anos com os sindicatos brasileiros. Foi implementado um aumento salarial de 6% em novembro de 2013, e outro aumento salarial de 5.4% será implementado em novembro de 2014 para nossos empregados (exceto gerentes e superiores) no Brasil como parte desse acordo. As provisões dos acordos de negociação coletivos da Vale com seus sindicatos também se aplicam aos empregados da Vale não sindicalizados. A Vale Canada estabelece salários e benefícios para seus empregados sindicalizados por meio de acordos coletivos. A respeito dos empregados não sindicalizados, a Vale Canada realiza uma revisão anual dos salários. A Vale e suas subsidiárias fornecem a seus empregados e seus dependentes outros benefícios, incluindo assistência médica complementar.

### Planos de aposentadoria

Os funcionários brasileiros da Vale e da maioria de suas subsidiárias brasileiras podem participar de planos de aposentadoria administrados pela Valia. Patrocinada pela Vale e tais subsidiárias, a Valia é uma fundação de seguro social complementar sem fins lucrativos, com autonomia financeira e administrativa.

A maioria dos participantes dos planos da Valia são participantes de um plano denominado “Vale Mais”, que a Valia implementou em maio de 2000. Este plano é principalmente um plano de contribuição definida com um benefício definido relacionado ao serviço anterior a maio de 2000 e outro benefício definido para cobrir invalidez temporária ou permanente, proteção de aposentadoria e financeira aos dependentes em caso de morte. A Valia também opera um plano de benefício definido, fechado aos novos participantes desde maio de 2000, com benefícios baseados nos anos de serviço, salário e benefícios de segurança social. Este plano cobre os participantes

aposentados e seus beneficiários, bem como um número relativamente pequeno de empregados que não quiseram a mudança do plano antigo para o plano “Vale Mais”, quando foi estabelecido, em maio de 2000.

Os funcionários dentro das nossas operações de Metais Básicos, principalmente no Canadá, Estados Unidos, Reino Unido e Indonésia, participam de planos de aposentadoria de contribuição definida na Suíça, Malawi e Zâmbia. Desde 1 de dezembro de 2012, a PTVI não está mais administrando os planos de aposentadoria de contribuição definida. Como consequência, todos os participantes dos planos de aposentadoria foram integralmente transferidos para os planos de aposentadoria de contribuição definida.

### **Remuneração com base no desempenho**

Todos os empregados da Vale matriz recebem remuneração de incentivo a cada ano em um valor com base no desempenho da Vale, do desempenho do departamento do empregado e no desempenho individual do empregado. Acordos de remuneração de incentivo similares também existem em nossas subsidiárias.

Certos empregados da Vale também podem receber bônus diferido com períodos de garantia de três anos com base no desempenho da Vale, conforme medido pelo retorno total ao acionista a um grupo de empresas do mesmo setor ao longo do período de garantia.

Desde 2008, o pessoal qualificado da administração pode participar, a sua escolha, de um programa de bonificação vinculado à titularidade de ações preferenciais. De acordo com o programa, cada empregado qualificado poderá escolher investir parte de seu bônus nas ações preferenciais da Vale para funcionários contemplados com o recebimento de um pagamento de incentivo no Brasil, ou em ADRs, representando ações preferenciais da Vale para empregados contemplados com o recebimento de pagamento de incentivo fora do Brasil. Se o empregado continua a estar contratado pela companhia e deteve ações preferenciais (ou ADRs) pela duração total de um ciclo relevante do programa de adequação, ao término do prazo aplicável de três anos do programa, o empregado receberá um pagamento em dinheiro a ser aplicado à compra no mercado aberto de uma quantidade de ações preferencias (ou ADRs) igual à quantidade de ações preferenciais (ou ADRs) compradas pelo empregado, de acordo com o programa. No período de três anos do programa de incentivo, os empregados participantes têm o direito de vender todas ou parte das ações preferenciais (ou ADRs) compradas pelo programa. Contudo, tais empregados perdem o direito à recompensa de adequação de todas as ações vendidas antes do término da vigência do programa. No ciclo de 2011-2013, 1.912 empregados participaram do programa.

## V. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

### PROCESSOS JUDICIAIS

Nós e nossas subsidiárias respondemos a diversos processos judiciais no curso normal dos negócios, incluindo civis, administrativos, tributários, previdenciários e trabalhistas. Os processos mais importantes são discutidos abaixo. Exceto quando informado abaixo, as quantias reivindicadas e os montantes de nossas provisões para possíveis perdas são demonstrados em 31 de dezembro de 2013. Consulte a Nota 19 dos nossos resultados consolidados.

#### Processos Itabira

Somos réus em dois processos diferentes ajuizados pelo Município de Itabira, no Estado de Minas Gerais. Na primeira ação, ajuizada em agosto de 1996, o município de Itabira alega que nossas operações de minério de ferro em Itabira provocaram danos ambientais e sociais, e reivindica indenização pela suposta degradação ambiental da área de uma das minas, assim como a imediata restauração do complexo ecológico afetado, além da implantação de programas ambientais compensatórios na região. A indenização reivindicada, ajustada a contar da data da ação, totaliza aproximadamente R\$3,123 bilhões (US\$1,333 bilhão). Foram realizadas audiências nessa ação, um parecer favorável à Vale foi expedido e foi concedido um pedido de prova pericial complementar apresentado pelo município. Pendente de decisão.

No segundo processo, ajuizado em setembro de 1996, o município de Itabira reivindica o reembolso pelas despesas relacionadas aos serviços públicos prestados, em consequência de nossas atividades de mineração. A indenização reivindicada, ajustada a contar da data da ação, totaliza aproximadamente R\$3,616 bilhões (US\$1,534 bilhão). Este processo foi suspenso até a análise de nosso pedido de inclusão de provas favoráveis de um outro processo de Itabira descrito acima. Em janeiro de 2012, nosso pedido foi negado e, assim que o tribunal for notificado, o processo será retomado.

#### Processos relativos a CFEM

A Vale possui diversos processos administrativos e judiciais relacionados à cobrança da CFEM. Para mais informações sobre a CFEM, consulte *Questões Regulatórias - Royalties e outros impostos sobre atividades de mineração*. Os processos têm origem em autuações promovidas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, autarquia vinculada ao Ministério das Minas e Energia. Tais autuações foram lavradas em função das diferentes interpretações do DNPM com relação à base de cálculo da CFEM, tais como as deduções do faturamento líquido (PIS/COFINS e ICMS), método de arbitramento, os prazos prescricional e decadencial, pagamento de *royalties* sobre as vendas de pelotas e sobre as receitas geradas por nossas subsidiárias no exterior.

A Vale está contestando as cobranças do DNPM nas esferas administrativa e judicial, tendo sido proferidas decisões favoráveis e desfavoráveis, não havendo, portanto, nenhum deslinde sobre a discussão.

A discussão ainda abrangeu no passado a dedução das despesas de transporte, mas ante a mudança de prognóstico para perda provável, a Vale optou pelo pagamento dessa verba, podendo fim a discussão apenas nesse tocante. Em 31 de dezembro de 2013, a Vale tinha uma provisão de aproximadamente R\$ 627 milhões, mas o total das discussões CFEM é de aproximadamente R\$ 4,568 bilhões (US\$1,950 bilhão) (incluindo juros e multas até 31 de dezembro de 2013).

#### Autuações por infração de ICMS

As autoridades fiscais do Estado do Pará lavraram seis autos de infração para a cobrança de valores de ICMS pelo minério de ferro que transportamos de nossas minas no Estado do Pará para nossas instalações no estado do Maranhão. As autoridades fiscais entendem que a base de cálculo do ICMS deveria ser o valor de mercado do minério de ferro, que utilizamos para calcular o ICMS devido nos últimos anos.

Estamos envolvidos em um processo judicial contra três autos de infração lavrados pelas autoridades fiscais do Estado do Pará, abrangendo os anos de 2007, 2008 e 2009, no valor total de R\$ 679,7 milhões (em Dezembro de 2013).

### **Contencioso a respeito da tributação brasileira de subsidiárias estrangeiras**

Estamos envolvidos em processos judiciais com a Receita Federal nos quais discutimos o pagamento de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido de controladas e coligadas no exterior. A posição da Receita é baseada no regime de tributação previsto pelo Artigo 74 da Medida Provisória 2.158-34/2001 ("Artigo 74"), emitida em 2001, e em instrução normativa emitida pela Receita Federal.

#### *Participação no REFIS*

Em novembro de 2013, decidimos participar do REFIS, um programa de liquidação de imposto federal para o pagamento dos valores relativos ao imposto de renda de pessoa jurídica brasileira e contribuição social, a fim de resolver as reclamações relacionadas ao lucro líquido de nossas subsidiárias e coligadas estrangeiras de 2003 a 2012. Antes desse acordo, o valor total da contingência fiscal para o período de 2003 a 2012, incluindo os anos em que as autuações fiscais ainda não tinham sido emitidas, foi estimado em US\$ 19,4 bilhões ( R\$ 45,0 bilhões, incluindo incluindo R\$ 17,1 bilhões, no principal, R\$ 9,8 bilhões em multas, R\$ 12,0 bilhões em juros e juros sobre multas e R\$ 6,0 bilhões em taxas legais).

De acordo com o estatuto do REFIS, há uma renúncia total de multas, juros e taxas legais para pagamentos antecipados, e uma redução de 80% das multas, de 50% de juros e 100% das taxas legais para os pagamentos em parcelas. Decidimos pagar adiantado os impostos para os anos de 2003, 2004 e 2006, e em parcelas o principal, multas e juros para os anos de 2005 e 2007 a 2012 resultando em uma obrigação de US\$ 9,6 bilhões líquidos de perdas acumuladas. Pagamos US\$ 2,6 bilhões em 2013, incluindo o pagamento adiantado e uma parcela inicial e concordamos em pagar os US\$ 7,0 bilhões restantes em outras 178 parcelas com remuneração de juros pela taxa SELIC, Consulte a Nota 19 dos nossos demonstrativos financeiros consolidados para mais informações.

Nossa participação no REFIS resultou no cancelamento de três autuações fiscais (autos de infração) contra nossa controladora Vale S.A. e da autuação fiscal contra nossa subsidiária MBR para o pagamento de impostos de acordo com o artigo 74. Como exigido pelo estatuto do REFIS, renunciemos aos nossos argumentos judiciais em relação aos períodos de 2003 a 2012 em nossa contestação direta contra a aplicabilidade do Artigo 74 (que está descrito abaixo), mas continuaremos a discussão com relação a 1996-2002 e 2013. Caso a nossa contestação direta ou reivindicações da outra parte com aplicabilidade geral, seja eventualmente bem sucedida a respeito de assuntos que também sejam aplicáveis aos períodos que negociamos, poderemos ter o direito de interromper o pagamento de qualquer parcela adicional e requerer reembolso do que pagamos, sob a forma de créditos tributários.

A participação no REFIS teve um impacto de US\$ 6,7 bilhões (R\$ 14,8 bilhões) no lucro líquido em 2013, como descrito na nota 20 dos nossos demonstrativos financeiros consolidados. Nos próximos anos, despesas financeiras incluirão os juros que compõem os pagamentos do REFIS. Nossos futuros fluxos de caixa serão afetados pelas parcelas mensais.

#### *Nosso processo judicial*

Em 2003, antes de termos recebido qualquer autuação fiscal nos termos do Artigo 74, entramos com mandado de segurança para questionar a aplicabilidade desta regulamentação baseado nos seguintes argumentos: (i) o Artigo 74 desconsidera certas disposições sobre a tributação dos lucros previstas nos tratados contra a dupla tributação celebrados pelo Brasil com suas controladas no exterior; (ii) o Código Tributário Nacional proíbe o estabelecimento de condições e o momento de incidência de qualquer tributo por meio de Medida Provisória; (iii) mesmo que o Artigo 74 seja válido, os ganhos e perdas cambiais devem ser excluídos do lucro líquido de nossas controladas e coligadas no exterior no cálculo dos tributos devidos; (iv) a tributação na forma do Artigo 74 antes de dezembro de 2001 violaria o princípio constitucional que proíbe a tributação retroativa.

Em 2005, a decisão de primeira instância (sentença) foi desfavorável e apresentamos recurso. Em 2011, nosso recurso foi rejeitado pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Em dezembro de 2011, apresentamos novo recurso junto ao Superior Tribunal de Justiça brasileiro, com relação às violações das leis federais e tratados internacionais e ao Supremo Tribunal Federal, quanto ao argumento de constitucionalidade. Em maio de 2012, obtivemos uma nova decisão do Supremo Tribunal Federal brasileiro suspendendo todas as cobranças feitas pela Receita Federal a respeito das autuações com base no Artigo 74, ainda estando pendente de decisão final a respeito do mérito do caso. Em abril de 2013, o Supremo Tribunal Federal decidiu que o artigo 74 não pode ser aplicado de forma retroativa e, portanto, as autoridades fiscais não podem cobrar impostos com base no artigo 74 para períodos anteriores a 2001.

Em dezembro de 2013, tal como exigido pelo estatuto do REFIS, renunciámos aos argumentos legais com relação aos períodos de 2003 a 2012 no nosso processo direto contra a aplicabilidade do artigo 74. Continuaremos o litígio referente ao período de 1996 a 2002, que não foi incluído no REFIS. Uma decisão do Superior Tribunal de Justiça sobre as três questões restantes ainda está pendente. O montante total discutido para o período entre 1996 e 2002 é de R\$ 1,832 bilhão.

### **Multas PIS/COFINS**

Em novembro de 2013, a Vale recebeu duas cobranças por parte da autoridade tributária federal impondo multas isoladas relacionadas ao PIS and COFINS. PIS e COFINS são contribuições sociais de natureza tributária incidentes sobre a receita bruta das empresas em geral, que podem ser parcialmente compensados por créditos resultantes de pagamentos de PIS e COFINS feitos pelos fornecedores. A autoridade fiscal afirma que a Vale pediu que fossem restituídos créditos dos anos 2008, 2009 e 2010 pelos quais não tinha direito. As cobranças estão totalmente relacionadas a penalidades que consideramos excessivas. A Vale vem defendendo todas as cobranças ainda na esfera administrativa.

### **Litígios com a rede ferroviária**

Em 1994, antes de sua privatização, a Vale firmou um contrato com a RFFSA para construir duas redes ferroviárias em Belo Horizonte, Brasil, que deveriam ser incorporadas em um segmento ferroviário existente, em um projeto denominado “Transposição de Belo Horizonte”.

Em seguida, firmamos um acordo com o governo brasileiro para iniciar a construção de um segmento ferroviário adicional, porque os segmentos inicialmente acordados não poderiam ser construídos. Em agosto de 2006, a Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA (que sucedeu o Governo Brasileiro no caso) ajuizou uma ação por descumprimento de contrato contra nós, oriunda de um acordo de 1994, relativo à construção de duas redes ferroviárias. Em 31 de dezembro de 2013, o valor reivindicado, inclusive ajustes inflacionários e juros, era de aproximadamente R\$3,855 bilhões (US\$1,645 bilhões) de indenização.

Antes de a RFFSA ajuizar o processo, nós ajuizamos um processo contra a RFFSA contestando as cláusulas de ajuste da inflação no contrato firmado com a RFFSA. Argumentamos que o método de cálculo utilizado pelo governo brasileiro não estava de acordo com a legislação brasileira aplicável ao assunto.

De acordo com uma decisão parcial da ação original da RFFSA, se a reclamação for decidida a favor do governo brasileiro, então os custos da construção do novo segmento ferroviário assumidos pela Vale compensarão as indenizações devidas pela Vale nos termos de tal reclamação, representando uma redução significativa no valor que seríamos obrigados a pagar.

Em junho de 2012, o juiz federal indeferiu ambas as reclamações da RFFSA e nossa reclamação contratual para revisão das cláusulas de ajuste da inflação. Ambas as partes recorreram dessas decisões.



### **Processo Transger**

A subsidiária da VLI, a FCA, é ré em uma ação judicial ajuizada pela Transger S.A. (“Transger”), uma acionista minoritária na FCA. A Transger pleiteia indenização em dinheiro e a anulação algumas das Assembleias Gerais que ocorreram no início de 2003, nas quais os acionistas aprovaram um aumento do capital social da FCA, sob a alegação de supostas ações abusivas cometidas pelo grupo controlador da FCA. O juiz de primeira instância inicialmente decidiu contra os réus, mas posteriormente anulou a sentença para permitir a elaboração de um relatório pericial adicional. Uma decisão ainda é aguardada.

### **Processo Praia Mole**

Estamos entre os réus de uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal em novembro de 1997 visando a anular os contratos de concessão em que os réus operam o terminal marítimo de Praia Mole, no Estado do Espírito Santo. Em julho de 2012, o Tribunal Regional Federal confirmou a decisão de novembro de 2007, que rejeitou a alegação do Ministério Público e reconheceu a validade desses contratos de concessão. O Ministério Público recorreu da decisão, e uma decisão final de tal recurso ainda é aguardada.

### **Revisão do projeto Simandou na Guiné**

Detemos 51% de participação na VBG, a qual detém direitos de concessão para minério de ferro e licenças para exploração em Simandou na Guiné. O governo da Guiné iniciou um processo de revisão contratual que pode resultar no cancelamento dos direitos de mineração da VBG. Consulte “Questões Regulatórias.”

## **ATOS CONSTITUTIVOS E ESTATUTO SOCIAL**

### **Objetivos e metas da empresa**

Nosso objeto social, tal como definido no estatuto social, inclui:

- realizar o aproveitamento de jazidas minerais no território nacional e no exterior, através da pesquisa, exploração, extração, beneficiamento, industrialização, transporte, embarque e comércio de bens minerais;
- construir ferrovias, operar e explorar o tráfego ferroviário próprio ou de terceiros;
- construir e operar terminais marítimos próprios ou de terceiros, bem como explorar as atividades de navegação e apoio portuário;
- prestar serviços de logística integrada de transporte de carga, compreendendo a captação, armazenagem, transbordo, distribuição e entrega no contexto de um sistema multimodal de transporte;
- produzir, beneficiar, transportar, industrializar e comercializar toda e qualquer fonte e forma de energia, podendo, ainda, atuar na produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de seus produtos, derivados e subprodutos;
- exercer, no País ou no exterior, outras atividades que possam interessar, direta ou indiretamente, à realização do objeto social, inclusive pesquisa, industrialização, compra e venda, importação e exportação, bem como a exploração, industrialização e comercialização de recursos florestais e a prestação de serviços de qualquer natureza;
- constituir ou participar, sob qualquer modalidade, de outras sociedades, consórcios ou entidades cujos objetos sociais sejam direta ou indiretamente, vinculados, acessórios ou instrumentais ao seu objeto social.

### **Ações ordinárias e ações preferenciais**

Apresentamos abaixo informações referentes a nosso capital social autorizado e emitido e um breve resumo de algumas cláusulas importantes de nosso estatuto social e da Lei das Sociedades por Ações. Tais informações não são exaustivas e fazem referência a nosso estatuto social (cuja tradução em inglês foi arquivada junto ao SEC) e à Lei das Sociedades por Ações.

Nosso estatuto social autoriza a emissão de até 3,6 bilhões de ações ordinárias e até 7,2 bilhões de ações preferenciais, exclusivamente mediante aprovação do Conselho de Administração, independentemente de aprovação adicional dos acionistas.

Cada ação ordinária confere a seu titular um voto nas assembleias de acionistas. Os titulares de ações ordinárias não têm direito de preferência com relação a nossos dividendos ou outras distribuições.

Os titulares de ações preferenciais e golden shares têm, em geral, os mesmos direitos a voto que os titulares de ações ordinárias, com exceção do voto para eleição de membros do Conselho de Administração, e terão direito a dividendos preferenciais, conforme descrito a seguir. Os acionistas não controladores titulares de ações ordinárias que representem pelo menos 15% do capital votante, e ações preferenciais que representem ao menos 10% do capital social, têm direito de eleger um membro e seu respectivo suplente do Conselho de Administração. Caso nenhum grupo de acionistas de ações ordinárias ou preferenciais perfaçam os limites indicados acima, os titulares de ações ordinárias ou preferenciais que representem pelo menos 10% de nosso capital social total poderão agregar suas ações para eleger um membro e um suplente para o Conselho de Administração. Os titulares de ações preferenciais, incluindo golden shares, podem eleger um membro do Conselho Fiscal permanente e seu respectivo

suplente. Os titulares não controladores de ações ordinárias também podem eleger um membro do Conselho Fiscal e um suplente, observadas com as normas da CVM.

O governo brasileiro possui 12 ações de classe especial, golden shares da Vale. As golden shares são ações preferenciais que conferem a seus titulares os mesmos direitos (inclusive direito a voto e prioridade no recebimento dos dividendos) que os titulares de ações preferenciais. Além disso, o titular das golden shares tem direito de veto sobre quaisquer ações propostas relativas às seguintes questões:

- alteração da denominação social;
- mudança de sede social;
- mudança no objeto social no que se refere à exploração mineral;
- liquidação da sociedade;
- alienação ou encerramento das atividades de qualquer uma ou do conjunto das seguintes etapas de nossos sistemas integrados de exploração de minério de ferro:
  - (a) depósitos minerais, jazidas, minas;
  - (b) ferrovias; ou
  - (c) portos e terminais marítimos;
- qualquer modificação dos direitos atribuídos às espécies e classes das ações emitidas por nós, e
- qualquer mudança no estatuto social relativa aos direitos atribuídos às golden shares

### **Cálculo do valor a distribuir**

Em cada assembleia anual de acionistas, o Conselho de Administração deve recomendar, com base na proposta dos diretores executivos, como será feita a distribuição de nossos lucros do ano fiscal anterior. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido de uma empresa, após tributação e contribuição social para o ano fiscal em questão, deduzidos os prejuízos acumulados dos anos fiscais anteriores e os valores destinados à participação dos funcionários e diretores nos lucros, representa o “lucro líquido” do ano fiscal. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, um valor igual a nosso lucro líquido, posteriormente reduzido pelos valores designados à reserva legal, à reserva de investimento de incentivos fiscais, à reserva de contingência ou à reserva de lucro não realizado, estabelecido por nós nos termos da lei em vigor (analisada abaixo) e acrescido de estornos de reservas constituídas em anos anteriores, está disponível para distribuição aos acionistas em qualquer ano. Esse montante, os lucros líquidos ajustados, é referido no presente documento como “valor a distribuir”. Também podemos estabelecer reservas discricionárias, como reservas para projetos de investimento.

A Lei das Sociedades por Ações estabelece que toda distribuição discricionária de lucros líquidos, inclusive reservas discricionárias, reserva de contingência, reserva de lucro não realizado e reserva de investimentos, está sujeita a aprovação por meio de votação dos acionistas durante a assembleia anual e pode ser transferida para o capital, ou usada no pagamento de dividendo nos anos posteriores. A reserva de investimento de incentivos fiscais e a reserva legal também dependem de aprovação por meio de votação dos acionistas na assembleia anual e podem ser transferidas para o capital, mas não estão disponíveis para pagamentos de dividendos nos anos subsequentes.

A soma das reservas discricionárias não pode exceder o valor do capital integralizado. Quando esse limite é atingido, os acionistas podem votar para usar o excesso do capital integralizado, aumentar o capital ou distribuir dividendos.

O cálculo dos lucros líquidos e das alocações para reservas, em qualquer ano fiscal, é feito com base nas demonstrações contábeis não consolidadas da matriz, Vale S.A., em reais, preparadas conforme a Lei das Sociedades por Ações. Nossas demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com o IFRS usando dólares americanos como moeda de relato e, embora nossa alocação para reservas e dividendos esteja refletida nas demonstrações contábeis, os investidores não conseguirão calcular essas distribuições ou montantes de dividendo obrigatório a partir dos resultados consolidados em dólares americanos.

### **Dividendos obrigatórios**

A Lei das Sociedades por Ações e nosso estatuto social determinam que devemos distribuir a nossos acionistas, na forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio, um valor anual igual e não inferior a 25% do valor distribuível, referido como dividendos obrigatórios, a menos que o Conselho de Administração informe aos acionistas durante a assembleia geral de acionistas que o pagamento dos dividendos obrigatórios do ano anterior é desaconselhável em vista de nossa situação financeira. Até o momento, nosso Conselho de Administração nunca desaconselhou o pagamento dos dividendos obrigatórios. O conselho fiscal deve revisar todas essas determinações e informar aos acionistas. Além dos dividendos obrigatórios, nosso Conselho de Administração pode recomendar aos acionistas o pagamento de dividendos de outros fundos legalmente disponíveis. O pagamento de dividendos intermediários será deduzido do valor do dividendo obrigatório do ano fiscal. Os acionistas também devem aprovar a recomendação do Conselho de Administração com relação a qualquer distribuição requerida. O valor do dividendo obrigatório está sujeito ao montante da reserva legal, da reserva de contingência e da reserva de lucro não realizado. O valor do dividendo obrigatório não está sujeito ao valor da reserva de exaustão irrestrita. Consulte *Cálculo do valor a distribuir*.

### **Preferência de dividendos de ações preferenciais**

Nos termos de nosso estatuto social, os titulares de ações preferenciais e golden shares têm direito a dividendos mínimos anuais não cumulativos de, (i) no mínimo 3% do valor contábil por ação, calculado com base nas demonstrações contábeis que servem como referência para o pagamento dos dividendos, ou (ii) 6% sobre a parcela pro rata do capital integralizado, o que for maior. Na medida em que declaramos dividendos de um ano específico em valores que excedem os dividendos preferenciais sobre as ações preferenciais, e após os titulares das ações ordinárias terem recebido distribuições equivalentes, por ação, aos dividendos preferenciais pagos sobre as ações preferenciais, os titulares das ações ordinárias e das ações preferenciais receberão o mesmo valor do dividendo adicional por ação. Nós regularmente tivemos lucro líquido suficiente para assegurar a distribuição de dividendos em valores iguais aos titulares de ações ordinárias e preferenciais.

### **Outras questões relacionadas a nossas ações preferenciais**

Nosso estatuto social não prevê a conversão de ações preferenciais em ações ordinárias. Além disso, as ações preferenciais não têm qualquer preferência em caso de liquidação e não há provisões de resgate associadas às ações preferenciais.

### **Distribuições classificadas como patrimônio líquido**

As empresas brasileiras estão autorizadas a pagar valores limitados aos acionistas e a tratar tais pagamentos como uma despesa para fins de imposto de renda. Nosso estatuto social prevê a distribuição de juros sobre o capital próprio a seus acionistas como forma alternativa de pagamento aos acionistas. A taxa de juros aplicada limita-se à taxa de juros de longo prazo, ou TJLP, para o período aplicável. A dedução do valor dos juros pagos não pode exceder (1) 50% do lucro líquido (após dedução da provisão para contribuição social sobre os lucros líquidos e antes da dedução da provisão para o imposto de renda de pessoa jurídica) antes de levar em conta qualquer distribuição para o período em relação ao qual o pagamento é efetuado, ou (2) 50% do total dos lucros não distribuídos e das reservas de lucro. O pagamento de juros sobre o capital próprio está sujeito ao imposto de renda retido na fonte. Consulte *Informações adicionais — Tributação*. De acordo com nosso estatuto social, o valor pago aos acionistas como juros sobre o capital próprio (isento de imposto retido na fonte) pode ser incluído como parte de qualquer dividendo obrigatório e mínimo. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, somos obrigados a distribuir aos acionistas um valor suficiente para garantir que a quantia líquida recebida, após o pagamento do imposto retido na fonte com relação à distribuição de juros sobre o capital próprio, seja pelo menos igual ao dividendo obrigatório.

### **Direitos ao voto**

Cada ação ordinária confere a seu titular um voto nas assembleias de acionistas. Os titulares de ações preferenciais têm os mesmos direitos a voto que os titulares de ações ordinárias, com exceção de poder eleger membros do Conselho de Administração, que não se aplicará no caso de qualquer dividendo em atraso, como descrito abaixo. Um dos membros do conselho fiscal permanente e seu suplente são eleitos pela maioria dos votos dos titulares de ações preferenciais. Em certas circunstâncias, os titulares de ações preferenciais e ordinárias podem agregar suas ações para eleger membros do Conselho de Administração, conforme descrito no item Ações ordinárias e ações preferenciais.

As golden shares conferem a seus titulares os mesmos direitos a voto que dos titulares de ações preferenciais. As golden shares também conferem outros direitos de veto significativos com relação a medidas específicas, conforme descrito no item *Ações ordinárias e ações preferenciais*.

A Lei das Sociedades por Ações determina que as ações sem direito a voto ou com direitos de voto restrito, tal como as ações preferenciais, adquirem direitos irrestritos a voto caso a empresa tenha deixado de pagar, por três anos fiscais consecutivos (ou por período mais curto, determinado nos documentos constitutivos da empresa), os dividendos fixos ou mínimos aos quais as ações têm direito, até que os pagamentos sejam realizados. Nosso estatuto social não estabelece qualquer período mais curto.

Para qualquer alteração nas preferências ou vantagens de nossas ações preferenciais, ou na criação de uma classe de ações com prioridade sobre as ações preferenciais, será necessária a aprovação do titular das golden shares, o qual terá direito a veto, assim como a aprovação dos titulares de uma maioria das ações preferenciais em circulação, que deverão votar como uma classe, em uma assembleia especial.

### **Assembleias de acionistas**

Nossas Assembleias Gerais Ordinárias são realizadas em abril de cada ano para os acionistas deliberarem sobre demonstrações contábeis, distribuição de lucros, eleição de diretores e membros do Conselho Fiscal e, se necessário, compensação da alta administração. As Assembleias Gerais Extraordinárias são convocadas pelo Conselho de Administração, conforme necessário, a fim de decidir todas as outras questões relacionadas ao objeto social da empresa e para aprovar outras resoluções, caso necessário.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas com direito a voto poderão, durante a assembleia geral de acionistas, entre outros:

- alterar o estatuto social;
- eleger ou destituir membros do Conselho de Administração e membros do Conselho Fiscal a qualquer momento;
- determinar a remuneração dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal;
- receber relatórios anuais e aceitar ou rejeitar as demonstrações contábeis e recomendações, inclusive a distribuição dos lucros líquidos e dos valores a serem distribuídos para pagamento de dividendo obrigatório e alocação às várias contas de reserva;
- autorizar a emissão de debêntures conversíveis e securitizadas;
- suspender os direitos de um acionista em falta com as obrigações estabelecidas pela lei ou pelo estatuto social;
- aceitar ou rejeitar a avaliação dos ativos contribuídos por um acionista, relativos à emissão de capital social;

- aprovar resoluções para reorganizar nossa forma legal, para fundir, consolidar ou dividir, para dissolver e liquidar, para eleger e destituir nossos liquidantes e para examinar suas contas; e
- autorizar a diretoria a iniciar processo da falência ou requerer concordata.

De acordo com as recomendações da CVM e como estipulado em nossos compromissos com o HKEx, para todas as assembleias gerais de acionistas, inclusive a assembleia anual de acionistas, os acionistas devem ser avisados pelo menos 30 dias antes da data da marcada. Em caso de adiamento da assembleia geral de acionistas, é necessária nova convocação com pelo menos 15 dias de antecedência da data marcada para a nova assembleia. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a convocação dos acionistas deve ser publicada pelo menos três vezes no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e em um jornal de ampla circulação na cidade da sede da empresa, no Rio de Janeiro. O Jornal do Commercio foi escolhido pelos acionistas para este fim. Além disso, como as ações são negociadas na BM&FBOVESPA, é necessário publicar um aviso em um dos jornais de São Paulo. A notificação deve incluir a ordem do dia da reunião e, no caso de uma emenda a nosso estatuto social, uma indicação do assunto que será discutido. Além disso, nosso estatuto social estipula que o titular de golden shares tem direito a receber, com 15 dias de antecedência, um aviso formal enviado a seu representante legal sobre a assembleia geral de acionistas na qual se discutirão medidas sujeitas ao direito a veto atribuído às golden shares. Consulte o item *Ações ordinárias e ações preferenciais*.

Uma assembleia de acionistas pode ser realizada caso os acionistas presentes representem no mínimo um quarto do capital votante, salvo disposição em contrário, como no caso de reuniões convocadas para modificar nosso estatuto social, as quais exigem um quórum mínimo de dois terços do capital votante. Caso o quórum não seja atingido, deverá ser enviado novo aviso, de forma semelhante à indicada acima, e então a reunião pode ser realizada sem um quórum específico, sujeita a um quórum mínimo e exigências de voto para certas questões, conforme indicado abaixo. Um acionista sem direito a voto pode comparecer às assembleias gerais de acionistas e participar da discussão de assuntos a serem deliberados.

Salvo disposição em contrário na lei, as decisões da assembleia de acionistas são aprovadas por maioria simples dos votos, não sendo levadas em conta as abstenções. Segundo a Lei das Sociedades por Ações, é necessária a aprovação de acionistas que representem pelo menos metade das ações emitidas e em circulação, no caso das medidas descritas a seguir, assim como, no caso dos dois itens a seguir, uma maioria das ações em circulação das classes afetadas:

- criação de uma nova classe de ações preferenciais ou aumento desproporcional de uma das classes existentes de ações preferenciais em relação às outras classes de ações, além do que é permitido pelo estatuto social;
- mudança de uma prioridade, preferência, direito, privilégio ou condição de resgate ou amortização de qualquer classe de ações preferenciais ou a criação de qualquer classe de ações com maiores privilégios que as classes existentes de ações preferenciais;
- redução do dividendo obrigatório;
- alteração do objeto social;
- consolidação, cisão ou fusão com uma outra empresa;
- participação em um grupo centralizado de empresas, conforme definido na Lei das Sociedades por Ações;
- dissolução ou liquidação; e
- cancelamento de liquidação em curso.

Sempre que as ações de qualquer classe do capital social derem direito a voto, cada ação dará direito a um voto. As assembleias anuais de acionistas devem ser realizadas até o dia 30 de abril de cada ano. As assembleias de acionistas são convocadas, realizadas e presididas pelo presidente ou, em caso de sua ausência, pelo vice-presidente do Conselho de Administração. No caso de impedimento temporário ou ausência por parte do presidente ou vice-

presidente do Conselho de Administração, as assembleias de acionistas podem ser presididas por seus respectivos suplentes, ou, na ausência ou impedimento dos suplentes, por um diretor especialmente indicado pelo presidente do Conselho de Administração. O acionista pode ser representado em uma assembleia geral de acionistas por um procurador indicado, de acordo com a lei brasileira aplicável, há menos de um ano antes da assembleia, o qual deverá ser um acionista, membro da Diretoria, advogado ou uma instituição financeira.

### **Direitos de resgate**

Nossas ações ordinárias e preferenciais não são resgatáveis, a menos que um acionista dissidente tenha direito, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, de obter o resgate mediante uma decisão tomada a partir da aprovação de qualquer dos seguintes itens em uma assembleia geral de acionistas:

- qualquer decisão de transferir todas as nossas ações para outra empresa, a fim de nos tornar uma subsidiária integral de tal empresa, uma incorporação de ações;
- qualquer decisão de aprovar a aquisição do controle de outra empresa por um preço que exceda certos limites estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações; ou
- no caso de entidade resultante de (a) fusão de empresas, (b) incorporação de ações, como descrito no item (i) acima, ou (c) uma cisão que não se torne uma empresa de capital aberto no prazo de 120 dias após a assembleia geral de acionistas em que tal decisão foi tomada.

Somente os detentores de ações afetadas de maneira negativa pelas decisões dos acionistas que alteram os direitos, privilégios ou prioridade de uma classe de ações, ou criam uma nova classe de ações, podem exigir o resgate de suas ações. O direito de resgate desencadeado pelas decisões dos acionistas de fundir, consolidar ou participar em um grupo centralizado de empresas só pode ser exercido se nossas ações não atenderem a determinados testes de liquidez, entre outros, no momento da decisão dos acionistas. O direito de resgate prescreve 30 dias após a publicação da ata da assembleia geral de acionistas pertinente, salvo se, como no caso das resoluções relativas aos direitos das ações preferenciais ou à criação de uma nova classe de ações preferenciais, a resolução estiver sujeita a confirmação pelos acionistas preferenciais (que deve ser feita em uma reunião especial a ser realizada no prazo de um ano), nesse caso, o prazo de 30 dias é contado da publicação da ata da reunião especial.

Teremos o direito de reconsiderar as medidas que ensejaram os direitos de resgate em 10 dias após a expiração de tais direitos caso o resgate das ações dos acionistas dissidentes venha a colocar em risco nossa estabilidade financeira. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações qualquer resgate deve ser feito no mínimo pelo o valor contábil da ação, determinado com base no último balanço aprovado pelos acionistas. Nesse caso, se a reunião geral de acionistas que deu origem ao direito de resgate ocorreu há mais de 60 dias após a data do último balanço aprovado, o acionista terá o direito de exigir que suas ações sejam avaliadas com base em um novo balanço datado de até 60 dias após essa assembleia geral de acionistas.

### **Direitos de preferência**

Cada um de nossos acionistas possui um direito geral de preferência na subscrição de ações para aumento de capital, proporcionalmente a sua participação. É assegurado um período mínimo de 30 dias após a publicação do aviso de aumento de capital para o exercício desse direito, o qual é transferível. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações no Brasil e de nosso estatuto social, e sujeito à exigência de aprovação dos acionistas de qualquer aumento necessário de nosso capital social autorizado, nosso Conselho de Administração pode optar por não estender os direitos de preferência aos acionistas ou reduzir o período de 30 dias para o exercício deste direito, em cada um dos casos com relação a qualquer tipo de emissão de ações, debêntures convertíveis em ações ou garantias no contexto de uma oferta pública. No caso de um aumento de capital que mantenha ou aumente a proporção de capital representada pelas ações preferenciais, os titulares de ações preferenciais terão direitos de preferência para subscrição somente de novas ações preferenciais. No caso de um aumento de capital que mantenha ou reduza a proporção de capital representada pelas ações preferenciais, os acionistas terão direitos de preferência para subscrição de ações preferenciais, proporcionalmente a suas participações, e de ações ordinárias, na medida em que se faça necessário para evitar a diluição de suas participações. No caso de um aumento de capital que mantenha ou aumente a proporção de capital representada pelas ações ordinárias, os acionistas terão direitos de preferência para

subscrição somente de novas ações ordinárias. No caso de um aumento de capital que mantenha ou reduza a proporção de capital representada pelas ações ordinárias, os titulares de ações ordinárias terão direitos de preferência para subscrição de ações preferenciais, na medida em que se faça necessário para evitar a diluição de suas participações.

**Direitos de adesão (Tag-along rights)**

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, no caso de venda do controle de uma empresa, o comprador é obrigado a oferecer aos titulares de ações ordinárias com direito a voto o direito de vender suas ações por um preço equivalente a, no mínimo, 80% do valor pago pelas ações com direito a voto que representam o controle.

**Formulário e transferência de ações**

Nossas ações preferenciais e ordinárias estão registradas em forma escritural em nome do acionista. A transferência dessas ações é feita nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a qual determina que a transferência de ações seja feita por nosso agente de transferência, o Banco Bradesco S.A., mediante apresentação de instruções válidas de transferência de ações para nós pelo cedente ou seu representante. Quando as ações preferenciais ou ordinárias são adquiridas ou vendidas em uma bolsa de valores do Brasil, a transferência é efetuada nos registros de nosso agente de transferência por um representante da corretora ou pelo sistema de compensação da bolsa de valores. As transferências de ações por um investidor estrangeiro são realizadas da mesma maneira e executadas pelo agente local do investidor, que também é responsável pela atualização da informação sobre o investimento estrangeiro fornecida ao Banco Central.

A BM&FBOVESPA opera um sistema central de compensação por meio da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, ou CBLC. O titular de nossas ações pode participar desse sistema e todas as ações selecionadas para entrar no sistema serão depositadas em custódia na CBLC (por meio de instituição brasileira devidamente autorizada a operar pelo Banco Central e que mantenha conta de compensação na CBLC). O fato de essas ações estarem sujeitas a custódia na bolsa de valores pertinente será refletido em nosso registro de acionistas. Por sua vez, cada acionista participante será inscrito no registro de acionistas beneficiários, mantido pela CBLC, e receberá o mesmo tratamento que os acionistas registrados.



## **DEBÊNTURES PARTICIPATIVAS**

Em 1997, quando do primeiro estágio da privatização, emitimos debêntures participativas para os acionistas existentes na época. Os termos das debêntures foram fixados de maneira a garantir que os acionistas de antes da privatização, entre eles o governo brasileiro, participassem conosco dos futuros benefícios financeiros que resultariam da exploração de certos recursos minerais que não haviam sido levados em conta ao ser determinado o preço mínimo de compra de ações na privatização. De acordo com o contrato das debêntures, os titulares têm o direito de receber pagamentos semestrais equivalentes a uma porcentagem combinada de nossas receitas líquidas (as receitas menos o imposto de valor agregado, tarifa de transporte e despesas de seguro relacionado à negociação dos produtos) provenientes de alguns recursos minerais identificados que nos pertenciam na época da privatização, desde que ultrapassássemos limites definidos de volume de vendas relativos a certos recursos minerais e da venda dos direitos minerais que possuíamos na época. Nossa obrigação de efetuar pagamentos aos detentores cessará quando os recursos minerais pertinentes chegarem à exaustão.

Temos feito pagamentos semestrais aos detentores das debêntures participativas, o que alcançou US\$14 milhões em 2011, US\$10 milhões em 2012 e US\$ 11 milhões em 2013. Em outubro de 2013, o volume de vendas acumulado de minério de ferro do Sistema Norte alcançou o limiar pertinente estabelecido na escritura de debêntures, o que desencadeou a nossa obrigação de fazer pagamentos semestrais adicionais do ágio sobre os produtos de minério de ferro, a partir de 2014. Consulte a Nota 31 de nossos resultados consolidados para obter uma descrição dos termos dessas debêntures.

## **CONTROLES DE CÂMBIO E OUTRAS LIMITAÇÕES QUE AFETAM DETENTORES DE TÍTULOS MOBILIÁRIOS**

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à titularidade de nosso capital social por parte de pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas fora do Brasil. Entretanto, o direito de converter pagamentos de dividendos e os lucros resultantes das vendas de ações preferenciais ou ordinárias em moeda estrangeira e remeter essas quantias para fora do Brasil está sujeito a restrições determinadas pela legislação referente a investimentos estrangeiros, que exige, entre outras coisas, que o investimento seja registrado junto ao Banco Central. As restrições sobre a remessa de capital estrangeiro para fora do país podem dificultar ou impedir que o banco depositário e seus agentes de ações preferenciais ou ordinárias representadas por ADSs e HDSs convertam dividendos, distribuições ou lucro obtido a partir de qualquer venda de ações preferenciais, ordinárias ou direitos, conforme o caso, em dólares americanos ou dólares de Hong Kong e enviem esse montante para fora do país. A recusa ou o atraso na concessão da aprovação governamental necessária para a conversão dos pagamentos realizados em moeda brasileira e posterior remessa para o exterior dos valores pertencentes aos titulares de ADSs e HDSs podem prejudicar os detentores de ADRs e HDRs.

De acordo com a Resolução 2.689/2000 do CMN, os investidores estrangeiros podem participar de investimentos em quase todos os ativos financeiros e de praticamente todas as operações disponíveis nos mercados financeiro e de capital do Brasil, desde que sejam cumpridas algumas exigências. Nos termos da Resolução 2.689/2000, a definição de investidor estrangeiro inclui pessoas físicas, jurídicas, fundos mútuos e outras entidades de investimento coletivo, com sede ou domicílio fora do Brasil.

De acordo com a Resolução 2.689/2000, um investidor estrangeiro deve:

- (1) indicar pelo menos um representante no Brasil, com poderes para praticar ações relacionadas aos investimentos;
- (2) preencher o formulário adequado de registro de investidor estrangeiro;
- (3) registrar-se como investidor estrangeiro junto à CVM, e registrar seu investimento estrangeiro junto ao Banco Central do Brasil; e
- (4) nomear um custodiante, devidamente licenciada pelo Banco Central, caso o representante brasileiro no item (1) não seja uma instituição financeira.

A Resolução 2.689/2000 especifica a forma de custódia e os meios permitidos para negociação dos valores mobiliários detidos por investidores estrangeiros sob a resolução.

Além disso, nos termos da Resolução 2.689/2000, é proibida a transferência *offshore* ou cessão de valores mobiliários ou outros ativos financeiros detidos por investidores estrangeiros, exceto no caso de transferências resultantes de uma reorganização societária, ou que ocorram após a morte de um investidor, por força de lei ou de testamento.

A Resolução 1.927/1992 da CMN prevê a emissão de DRs em mercados estrangeiros com relação a ações de emissores brasileiros. Ela determina que o lucro resultante da venda de ADSs por detentores de ADRs fora do Brasil não está sujeito aos controles de investimentos estrangeiros brasileiros e que os titulares de ADSs não residentes em países de tributação privilegiada, conforme definido pela legislação brasileira, terão direito a um tratamento tributário favorável.

Foi emitido um registro eletrônico ao custodiante, em nome do depositário, relativo às ADSs e HDSs. De acordo com o registro eletrônico, o custodiante e o depositário poderão converter os dividendos e outras distribuições relativas às ações subjacentes em moeda estrangeira e enviar o lucro para o exterior. Caso o titular venha a trocar suas ADSs ou HDSs por ações preferenciais ou ordinárias, o titular deve, em cinco dias úteis, procurar obter seu próprio registro eletrônico junto ao Banco Central, de acordo com a Lei 4.131/1962 e a Resolução 2.689/2000. A partir daí, a menos que o titular tenha registrado seu investimento junto ao Banco Central, ele não

### *Controles de câmbio e outras limitações que afetam detentores de valores mobiliários*

poderá converter em moeda estrangeira e enviar para fora do Brasil o lucro obtido a partir da alienação, ou as distribuições relacionadas às ações preferenciais ou ordinárias.

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sempre que houver um sério desequilíbrio no balanço de pagamentos do Brasil, ou razões para prever um sério desequilíbrio, o governo brasileiro pode impor restrições temporárias às remessas dos lucros de investimentos no Brasil de investidores estrangeiros e também à conversão de moeda brasileira em moeda estrangeira. Tais restrições podem dificultar ou impedir que o custodiante ou os titulares que trocaram ADSs ou HDSs por ações preferenciais ou ordinárias convertam as distribuições ou o lucro obtido por meio da venda dessas ações, conforme o caso, em dólares americanos ou dólares de Hong Kong e os remetam ao exterior. Caso o custodiante seja impedido de converter e remeter os valores devidos aos investidores estrangeiros, ele manterá o valor em reais que não pode converter para a conta dos detentores dos ADRs ou HDRs que não foram pagos. O depositário não investirá os valores em reais e não terá direito a juros sobre esses valores. Além disso, os valores em reais estarão sujeitos ao risco de desvalorização face ao dólar americano ou dólar de Hong Kong.

## TRIBUTAÇÃO

O resumo a seguir contém uma descrição das principais consequências tributárias no Brasil e nos Estados Unidos da titularidade e alienação das ações preferenciais, ordinárias, ADSs ou HDSs. Não se trata de uma descrição completa de todas as implicações tributárias que possam ser pertinentes ao titular de ações preferenciais, ordinárias, ADSs ou HDSs.

Os titulares de ações preferenciais, ordinárias, ADSs ou HDSs devem buscar mais informações junto a seus consultores tributários sobre as consequências tributárias da compra, titularidade e alienação das ações preferenciais, ordinárias, ADSs ou HDSs, incluindo, em particular, as consequências de leis estaduais, municipais ou federais.

Embora não exista atualmente um tratado que evite a dupla tributação entre o Brasil e os Estados Unidos, mas tão somente um entendimento entre os dois países, de acordo com o qual os tributos pagos em um dos países pode compensar os tributos devidos em outro, as autoridades fiscais dos dois países estão em negociações que podem resultar na criação de um tratado dessa natureza. Nesse sentido, ambos os países assinaram um Acordo de Troca de Informações Tributárias, em 20 de março de 2007, que foi aprovado pelo governo brasileiro em maio de 2013. Não se pode prever se e quando tal acordo entrará em vigor ou como, caso venha a vigorar, afetará os titulares norte-americanos, conforme definido abaixo, das ações preferenciais, ordinárias ou ADSs.

### Considerações fiscais brasileiras

O relato a seguir resume as principais consequências fiscais brasileiras da aquisição, titularidade e alienação de ações preferenciais, ordinárias, ADSs ou HDSs por um titular não domiciliado no Brasil, para fins de tributação brasileira (“titular não brasileiro”). Essas considerações baseiam-se nas leis tributárias do Brasil e seus respectivos regulamentos em vigor, os quais são passíveis de alteração (possivelmente com efeito retroativo). A análise a seguir não aborda especificamente todas as considerações fiscais brasileiras pertinentes a um titular não brasileiro. Portanto, os titulares não brasileiros devem pedir informações a seus consultores fiscais sobre as consequências tributárias brasileiras de um investimento em ações preferenciais, ordinárias, ADSs ou HDSs.

### *Distribuições aos acionistas*

As empresas brasileiras, como a Empresa, classificam as distribuições para os acionistas como dividendos ou juros sobre o patrimônio líquido.

#### *Dividendos*

Os valores distribuídos como dividendos, não estão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte brasileiro, caso a distribuição seja paga por nós somente com base nos lucros para o próximo ano conforme o determinado pelos princípios fiscais brasileiros. Os dividendos pagos a partir dos lucros gerados antes de 1º de janeiro de 1996 podem estar sujeitos ao imposto de renda retido na fonte em diferentes alíquotas, dependendo do ano em que foram gerados os lucros. Os dividendos pagos a partir de outras fontes além dos lucros, conforme o determinado pelos princípios fiscais brasileiros, podem estar sujeitos ao imposto de renda retido na fonte.

#### *Juros sobre o patrimônio líquido*

Os valores distribuídos como juros sobre o patrimônio líquido estão, em geral, sujeitos ao imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15%, salvo quando:

(1) o beneficiário for isento de tributação no Brasil e, nesse caso, a distribuição não estará sujeita ao imposto de renda retido na fonte;

(2) o beneficiário reside em uma jurisdição que não cobra imposto de renda ou onde a alíquota máxima é inferior a 20% (um “país de tributação privilegiada”) ou onde a legislação interna restringe a divulgação da composição acionária ou da propriedade de investimentos, caso este em que a alíquota incidente é de 25%; ou

(3) o beneficiário efetivo reside no Japão e, nesse caso, a alíquota do imposto de renda retido na fonte é de 12,5%.

Os juros sobre o patrimônio líquido são calculados com base em um percentual do patrimônio líquido, como estabelecido nos registros contábeis estatutários. A taxa de juros aplicada não pode exceder a TJLP, a taxa básica de juros de longo prazo brasileira. Além disso, o valor das distribuições classificadas como juros sobre o patrimônio líquido não poderá exceder (1) 50% do lucro líquido (após o desconto da contribuição social incidente sobre o lucro líquido, mas antes de considerar o pagamento de juros e a provisão do imposto de renda de pessoa jurídica) no período coberto pelo pagamento, e (2) 50% do total dos rendimentos retidos e das reservas de lucros.

Os pagamentos de juros sobre o patrimônio líquido são dedutíveis para efeitos de imposto de renda de pessoa jurídica e de contribuição social sobre o lucro líquido, desde que sejam observados os limites acima descritos. O benefício fiscal para a Empresa, no caso de uma distribuição a título de juros sobre o patrimônio líquido, é uma redução na carga tributária da Empresa de um valor equivalente a 34% da distribuição.

#### *Tributação de ganhos de capital*

A tributação de titulares não brasileiros sobre os ganhos de capital depende da situação do titular:

- (i) não residente ou domiciliado em um país de tributação privilegiada ou onde a legislação interna impõe restrições sobre a divulgação da composição acionária ou a titularidade do investimento e que registrou seu investimento no Brasil em conformidade com a Resolução 2.689 (um detentor de 2.689), ou (ii) um detentor de ADSs ou HDSs; ou
- qualquer outro detentor não brasileiro.

Os investidores identificados nos itens (i) ou (ii) estão sujeitos a um tratamento fiscal favorável, conforme descrito abaixo.

Os ganhos de capital obtidos por um titular não brasileiro a partir da alienação de “ativos situados no Brasil” estão sujeitos a tributação no Brasil.

As ações preferenciais ou ordinárias são consideradas ativos situados no Brasil e a alienação de tais ativos por titular não brasileiro pode estar sujeita a tributação de imposto de renda incidente sobre os rendimentos auferidos, de acordo com as normas descritas abaixo, independentemente de a operação ter sido conduzida com outro não brasileiro ou com um brasileiro.

Há incerteza quanto a considerar as ADSs ou HDSs como “ativos localizados no Brasil” para esse fim. Discutivelmente, nem as ADSs nem as HDSs constituem ativos localizados no Brasil, portanto os lucros auferidos por um titular não brasileiro no momento da alienação das ADSs e HDSs a outro residente não brasileiro não devem ser tributados no Brasil. No entanto, não é certo que os tribunais brasileiros defenderão essa interpretação da definição de “ativos localizados no Brasil” com relação à tributação de lucros auferidos por um titular não brasileiro quando da alienação de ADSs ou HDSs. Consequentemente, os lucros auferidos a partir da alienação de ADSs ou HDSs por um titular não brasileiro (em uma operação com outro titular não brasileiro ou com pessoa domiciliada no Brasil) podem estar sujeitos a tributação no Brasil, em conformidade com as normas aplicáveis à alienação de ações.

Embora existam razões para se afirmar o contrário, o depósito de ações preferenciais ou ordinárias em troca de ADSs ou HDSs pode estar sujeito a tributação no Brasil, caso o custo de aquisição das ações seja menor que o preço médio das ações calculado da seguinte maneira:

- o preço médio por ação preferencial ou ordinária na bolsa de valores brasileira em que o maior número de tais ações tenha sido vendido no dia do depósito; ou

- caso nenhuma ação preferencial ou ordinária tenha sido vendida nesse dia, o preço médio na bolsa de valores brasileira em que o maior número de ações preferenciais ou ordinárias tenha sido vendido nos 15 pregões imediatamente anteriores ao depósito.

A diferença positiva entre o preço médio das ações preferenciais ou ordinárias, calculada da forma descrita acima, e seus custos de aquisição serão considerados um ganho de capital sujeito a tributação no Brasil. Em determinadas circunstâncias, é possível argumentar que essa tributação não se aplica no caso de um titular 2.689, contanto que ele não esteja situado em um país de tributação privilegiada.

O resgate de ADSs ou HDSs em troca de ações preferenciais ou ordinárias não está sujeito a tributação no Brasil, desde que seja cumprido o regulamento que dispõe sobre o registro de investimentos junto ao Banco Central.

Para fins de tributação brasileira, as normas do imposto de renda sobre os lucros obtidos a partir da alienação de ações preferenciais ou ordinárias podem variar, dependendo de:

- domicílio do titular não brasileiro;
- método pelo qual o titular não brasileiro obteve o registro de seu investimento com o Banco Central; e
- como foi realizada a alienação, como descrito abaixo.

O ganho auferido a partir de uma operação realizada em bolsa de valores no Brasil é a diferença entre: (i) o montante em reais obtido pela venda ou alienação, e (ii) o custo de aquisição, sem nenhum ajuste pela inflação, dos valores mobiliários que são o objeto da operação.

Qualquer ganho auferido por titular não brasileiro sobre a venda ou alienação de ações preferenciais ou ordinárias realizada na Bolsa de Valores brasileira está:

- isento de tributação quando o titular não brasileiro (i) for um titular 2.689; e (ii) não estiver situado em um país de tributação privilegiada;
- sujeito a uma alíquota de 15% de imposto de renda quando o titular não brasileiro (A) (i) não for um titular 2.689 e (ii) não for residente ou domiciliado em país de tributação privilegiada, ou (B) (i) for um titular 2.689 e (ii) for residente ou domiciliado em país de tributação privilegiada; ou
- sujeito a uma alíquota de 25% de imposto de renda quando o titular não brasileiro (i) não for um titular 2.689 e (ii) for residente ou domiciliado em país de tributação privilegiada.

A venda ou alienação de ações ordinárias realizada na bolsa de valores brasileira está sujeita ao imposto retido na fonte à alíquota de 0,005% do valor da venda. Esse imposto retido na fonte pode ser compensado no eventual imposto devido sobre o ganho de capital. Um titular 2.689 que não é residente ou domiciliado em um país de tributação privilegiada não é obrigado a pagar o imposto de renda retido na fonte.

Qualquer ganho auferido por titular não brasileiro sobre a venda ou alienação de ações preferenciais ou ordinárias não realizada na bolsa de valores brasileira está sujeito a uma alíquota de 15% de imposto de renda, exceto no caso de ganho auferido por titular residente em país de tributação privilegiada, quando então está sujeito a uma alíquota de 25% de imposto de renda.

No caso de operações realizadas por um corretor no mercado de balcão não organizado brasileiro, também é descontado um imposto de renda retido na fonte à alíquota de 0,005% sobre o valor da operação, o qual pode ser compensado por eventual imposto devido sobre o ganho de capital. Não se pode afirmar com certeza que o tratamento favorável atual dos titulares 2.689 continuará no futuro.

No caso de um resgate de ações preferenciais, ordinárias, ADSs ou HDSs, ou de uma redução de capital por uma empresa brasileira, a diferença positiva entre o montante recebido pelo titular não brasileiro e o custo de

aquisição das ações preferenciais, ordinárias, ADSs ou HDSs resgatadas é considerada ganho de capital, e está, portanto, sujeita a uma alíquota de 15% de imposto de renda, ou 25%, no caso de residentes em país de tributação privilegiada.

Nenhum exercício de direitos de preferência relativos a nossas ações preferenciais ou ordinárias estará sujeito à tributação brasileira. Os lucros auferidos por um titular não brasileiro na alienação de direitos de preferência com relação a ações preferenciais ou ordinárias no Brasil estarão sujeitos à tributação brasileira, em conformidade com as mesmas normas aplicáveis à venda ou alienação de ações preferenciais ou ordinárias.

### ***Imposto sobre operações financeiras e de câmbio***

#### *Operações de Câmbio*

A legislação brasileira impõe um imposto sobre operações de câmbio, ou taxa de IOF/Câmbio, para a conversão de reais em moeda estrangeira e a conversão de moeda estrangeira em reais. Atualmente, para a maioria das operações de câmbio, a taxa de IOF/Câmbio é de 0,38%.

A saída de recursos do Brasil relativa a investimentos realizados por um titular não brasileiro nos mercados financeiro e de capitais brasileiros está atualmente sujeita a uma taxa de IOF/Câmbio de zero por cento. No entanto, o governo brasileiro pode aumentar essas taxas, a qualquer momento, para até 25% sem efeito retroativo.

#### *Operações envolvendo títulos e valores mobiliários*

A legislação brasileira impõe um imposto sobre operações envolvendo títulos e valores mobiliários, ou taxa de IOF/Títulos, inclusive aquelas realizadas na bolsa de valores brasileira. Atualmente, a taxa de IOF/Títulos aplicável a operações envolvendo títulos negociados publicamente e valores mobiliários no Brasil é zero. A taxa de IOF/Títulos aplicável a uma transferência de ações negociadas na bolsa de valores brasileira em relação à emissão de recibos depositários tem sido zero desde 24 de dezembro de 2013. No entanto, o governo brasileiro pode aumentar essa taxa, a qualquer momento, para até 1,5% do valor da operação ao dia, mas o imposto não pode ser cobrado retroativamente.

#### *Outros impostos no Brasil*

Não existem impostos incidentes sobre herança, doação ou sucessão aplicáveis à titularidade, transferência ou alienação de ações preferenciais, ordinárias, ADSs ou HDSs por um titular não brasileiro, exceto pelos impostos cobrados em alguns Estados do país sobre herança ou doação feita por titular não brasileiro a pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas nesses Estados brasileiros. Não existe nenhuma taxa ou imposto brasileiro de selo, emissão, registro, ou similar que deva ser pago pelos titulares de ações preferenciais, ordinárias, ADSs ou HDSs.

### **Considerações sobre o imposto de renda nos Estados Unidos**

Este resumo não pretende ser uma descrição exaustiva de todas as consequências do imposto de renda dos Estados Unidos, quando da aquisição, titularidade ou alienação de ações preferenciais, ordinárias ou ADSs. Ele se aplica a acionistas dos Estados Unidos, conforme definido abaixo, os quais sejam titulares de ações preferenciais, ordinárias ou ADSs como bens de capital, e não se aplica a classes especiais de acionistas, como:

- algumas instituições financeiras;
- seguradoras;
- corretoras de valores mobiliários ou de moedas estrangeiras;
- empresas isentas de tributação;

- corretoras de valores mobiliários que contabilizam seus investimentos em ações preferenciais, ordinárias ou ADS, em uma base de marcação a mercado;
- titulares de ações preferenciais, ordinárias ou ADSs como parte de cobertura, operação simultânea de compra e venda de futuros, conversão e outras operações financeiras integradas para fins de tributação;
- titulares cuja moeda para fins de tributação nos Estados Unidos não é o dólar americano;
- parcerias ou outros titulares considerados “pass-through entities” para fins de tributação nos Estados Unidos;
- pessoas sujeitas à tributação mínima alternativa; ou
- pessoas que possuem, efetiva ou presumidamente, 10% ou mais das ações com direito a voto.

Esta discussão baseia-se no *Internal Revenue Code*, de 1986, alterado até a presente data, nos pronunciamentos administrativos, decisões judiciais e nas regulamentações definitivas, temporárias e sugeridas do Tesouro, todos em vigor na presente data. Essas autoridades estão sujeitas a diferentes interpretações e podem ser alteradas, talvez retroativamente, de modo a resultar em consequências tributárias nos Estados Unidos diferentes das discutidas abaixo. Não se pode afirmar que o *Internal Revenue Service* (“IRS”) dos Estados Unidos não contestará uma ou mais das consequências tributárias discutidas neste documento ou que os tribunais não sustentarão a contestação no caso de litígio. Este resumo não se aplica a qualquer aspecto da legislação tributária estadual, municipal ou fora dos Estados Unidos.

**PEÇA INFORMAÇÕES A SEU CONSULTOR FISCAL SOBRE A APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL NORTE-AMERICANA SOBRE O IMPOSTO DE RENDA EM SEU CASO ESPECÍFICO, ASSIM COMO SOBRE QUAISQUER CONSEQUÊNCIAS TRIBUTÁRIAS DECORRENTES DE LEIS ESTADUAL, MUNICIPAL OU COM JURISDIÇÃO TRIBUTÁRIA FORA DOS ESTADOS UNIDOS.**

Esta discussão também se baseia, em partes, nas representações do depositário e no pressuposto de que cada obrigação estipulada no Contrato de Depósito e outros acordos relacionados serão cumpridos em conformidade com seus termos.

Para os fins desta discussão, você é um “titular norte-americano” se for o beneficiário efetivo de ações preferenciais, ordinárias ou de ADSs, para fins tributários nos Estados Unidos, e for:

- cidadão norte-americano ou estrangeiro residente nos Estados Unidos;
- pessoa jurídica criada ou organizada nos termos e força da legislação dos Estados Unidos ou de qualquer outro órgão governamental do país; ou
- sujeito à tributação federal norte-americana com base no rendimento líquido de ações preferenciais, ordinárias ou ADS.

A expressão “titular norte-americano” também se aplica a alguns antigos cidadãos dos Estados Unidos.

De modo geral, para fins de tributação nos Estados Unidos, se você for um beneficiário efetivo de ADRs com titularidade de ADSs, você será tratado como beneficiário efetivo das ações preferenciais ou ordinárias representadas pelas ADSs. Os depósitos e resgates de ações preferenciais ou ordinárias realizados por você na troca por ADSs não acarretarão lucros ou perdas para os fins de tributação nos Estados Unidos. A base tributária dessas ações preferenciais será a mesma dessas ADSs, e o período mínimo de permanência durante o qual as ações preferenciais ou ordinárias incluirão o período mínimo de tais ADSs.



### *Tributação de dividendos*

Os valores brutos dos rateios feitos por conta de ADSs, ações preferenciais ou ordinárias, inclusive aqueles sob a forma de pagamento de juros sobre o capital próprio, para fins tributários brasileiros, fora dos nossos lucros acumulados ou correntes (conforme determinado para fins de tributação norte-americana), serão tributados como renda de dividendos de origem estrangeira e não serão passíveis de dedução de dividendos recebidos, permitida para acionistas corporativos, nos termos da legislação fiscal federal dos Estados Unidos. O valor de qualquer distribuição incluirá o valor do imposto brasileiro retido na fonte, se houver, incidente sobre o valor distribuído. Na medida em que a distribuição ultrapasse os lucros acumulados ou correntes, tal distribuição será tratada como retorno de capital não tributável, até o limite da sua base nas ADSs, ações preferenciais ou ordinárias, conforme o caso, relativa à distribuição e, após tal valor, como ganho de capital.

O detentor deverá incluir os dividendos pagos em reais, num montante equivalente ao valor em dólares americanos, calculado com base na taxa de câmbio em vigor na data em que a distribuição for recebida pelo depositário, no caso de ADSs, ou pelo detentor, no caso de ações ordinárias ou ações preferenciais. Se o depositário ou o detentor não converter os reais em dólares americanos na data do recebimento, é possível que o detentor reconheça o prejuízo ou lucro em moeda estrangeira, que seria uma perda ou ganho ordinário, quando os reais forem convertidos em dólares americanos. Se você possuir ADSs, será considerado para receber um dividendo quando o dividendo for recebido pelo depositário.

Salvo em determinadas exceções para posições de curto prazo e com *hedge*, o valor dos dividendos em dólares americanos recebido por certos contribuintes que não são pessoas jurídicas, incluindo pessoas físicas, estará sujeito a tributação de alíquotas preferenciais aplicáveis aos ganhos de capital de longo prazo, caso os dividendos sejam “dividendos qualificados”. Os dividendos pagos por ADSs serão tratados como dividendos qualificados se (i) as ADSs forem imediatamente negociáveis no mercado de valores mobiliários dos Estados Unidos e (ii) se a Empresa não tiver sido, no ano anterior ao do pagamento do dividendo, e não for, no ano em que o dividendo for pago, uma companhia de investimento estrangeiro passivo (“PFIC”). As ADSs estão listadas na New York Stock Exchange e serão consideradas como imediatamente negociáveis no mercado de valores mobiliários dos Estados Unidos desde que esteja devidamente listada. Com base nas demonstrações contábeis auditadas da Vale e em dados relevantes do mercado acionário e acionistas, a Vale acredita que não foi considerada uma PFIC para fins de tributação nos Estados Unidos, no ano fiscal de 2012. Além disso, ainda com base nas demonstrações contábeis auditadas da Vale, suas atuais expectativas com relação ao valor e à natureza de seus ativos e dados relevantes do mercado, não há previsão de que a Vale venha a se tornar uma PFIC no ano fiscal de 2013.

Com base nas orientações existentes, não está inteiramente claro se os dividendos recebidos das ações preferenciais e ações ordinárias serão tratados como dividendos qualificados (e, neste caso, se os dividendos serão incluídos na alíquota preferencial aplicável aos ganhos de capital de longo prazo), porque as ações preferenciais e ações ordinárias não estão listadas em uma bolsa de valores norte americana. Além disso, o Tesouro dos EUA anunciou sua intenção de promulgar normas segundo as quais os detentores de ADSs, ações preferenciais ou ordinárias e intermediários, que detêm tais valores mobiliários, poderão contar com certificações de emissores para estabelecer que os dividendos sejam tratados como dividendos qualificados. Como esses procedimentos ainda não foram emitidos, não está claro se estaremos em condições de cumpri-los. Você deve consultar seus próprios consultores tributários sobre a disponibilidade da alíquota reduzida do imposto sobre dividendos, levando em consideração suas circunstâncias particulares.

Sujeito as limitações e restrições aplicáveis de um modo geral, o detentor terá direito a um crédito no seu ativo fiscal ou a uma dedução no rendimento tributável nos Estados Unidos, correspondente aos impostos retidos por nós. É necessário satisfazer períodos mínimos de permanência para reivindicar um crédito fiscal para impostos brasileiros retidos sobre dividendos. O limite dos impostos estrangeiros passíveis de crédito fiscal é calculado separadamente para classes específicas de receita. Para os dividendos que pagamos sobre nossas ações, constituirão constituem “renda passiva”. Os créditos fiscais estrangeiros podem não ser permitidos para retenções na fonte com relação a certas posições de curto prazo ou cobertura nos valores mobiliários ou com relação ao regime nos quais o lucro econômico esperado de detentores norte americanos é insignificante. Você deve consultar seus próprios consultores tributários sobre as implicações destas normas, levando em consideração suas circunstâncias particulares.

### ***Tributação de ganhos de capital***

Em uma venda ou troca de ações preferenciais, ordinárias ou ADSs, será reconhecido, para fins de incidência fiscal nos Estados Unidos, um ganho ou perda de capital equivalente à diferença, se houver, entre o montante auferido com a venda ou troca e a base fiscal ajustada em ações preferenciais, ordinárias ou ADSs. Este ganho ou perda será considerado ganho ou perda de capital de longo prazo se o período de permanência das ações preferenciais, ordinárias ou ADSs for maior que um ano. O valor líquido de ganho de capital de longo prazo reconhecido por detentores individuais dos Estados Unidos geralmente está sujeito à tributação a uma alíquota preferencial. A capacidade em usar as perdas de capital para compensar receita, está sujeita a limitações.

Qualquer ganho ou perda será ganho ou perda nos Estados Unidos, para fins de crédito fiscal estrangeiro nos Estados Unidos. Consequentemente, se houver retenção na fonte de imposto brasileiro sobre a venda ou alienação de ADSs, ações preferenciais ou ordinárias e o detentor não receber uma significativa renda de fonte estrangeira de outras fontes, talvez não seja possível receber benefícios reais de crédito fiscal estrangeiro nos Estados Unidos relacionado ao imposto brasileiro retido na fonte. É necessário que o detentor verifique junto ao seu consultor tributário sobre a aplicação das regras do crédito fiscal estrangeiro para seu investimento, e alienação, de ADSs, ações preferenciais ou ordinárias.

Se um imposto brasileiro é retido na venda ou alienação de ações, o valor auferido por um detentor dos Estados Unidos deverá incluir o valor bruto do produto da venda ou alienação antes da dedução do imposto brasileiro. Ver - *Considerações sobre a legislação fiscal brasileira* acima.

### ***Informações sobre o registro e retenção de reserva***

As declarações de informações podem ser apresentadas à receita federal norte americana com relação às distribuições de ações preferenciais, ações ordinárias ou ADSs e o produto de sua venda ou outra alienação. Estes pagamentos podem estar sujeitos, nos Estados Unidos, à retenção de reserva de impostos, no caso de fornecimento incorreto do número de contribuinte ou deixar de cumprir com certas exigências ou ainda se não obtiver isenção da retenção de reserva. Sendo necessário fazer tal certificação ou estabelecer a isenção, é necessário utilizar o formulário IRS Form W-9.

O valor de qualquer retenção de reserva a partir de um pagamento a você, será permitido como um crédito para o seu imposto de renda nos EUA e pode dar o direito a um reembolso, desde que a informação necessária seja fornecida em tempo hábil a receita federal norte americana.

## **AVALIAÇÃO DOS CONTROLES E PROCEDIMENTOS DE DIVULGAÇÃO**

Nossa administração, com a participação de nosso diretor presidente e diretor executivo de finanças, avaliou a eficácia de nossos controles e procedimentos de divulgação em 31 de dezembro de 2013. Há limitações inerentes à eficácia de qualquer sistema de controle e procedimentos de divulgação, incluindo a possibilidade de erro humano e de que os controles e procedimentos sejam burlados ou ignorados. Assim, mesmo os controles e procedimentos de divulgação sendo eficazes, não são capazes de fornecer a garantia razoável de que os objetivos do controle serão atingidos.

Nosso CEO e o CFO concluíram que nossos controles e procedimentos de divulgação são adequados e eficazes no sentido de fornecer uma garantia dentro do limite razoável de que as informações a serem divulgadas nos relatórios que protocolamos e apresentamos às normas da *Exchange Act* são registradas, processadas, resumidas e divulgadas dentro dos prazos especificados nas normas e formulários pertinentes, sendo reunidas e comunicadas à administração, incluindo nosso CEO e CFO, de maneira que sejam tomadas decisões oportunas em relação à divulgação necessária.

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO A RESPEITO DO CONTROLE INTERNO SOBRE O RELATÓRIO FINANCEIRO**

A nossa administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de um controle interno adequado do relatório financeiro. Nosso controle interno sobre relatórios financeiros é um processo destinado a oferecer uma garantia razoável de confiança aos relatórios financeiros e da preparação das demonstrações contábeis para fins externos, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. Nosso controle interno relativo a relatórios financeiros inclui políticas e procedimentos que: (i) se referem a manutenção dos registros que, o mais detalhadamente possível, reflitam de modo preciso as operações e alienações de ativos da empresa; (ii) forneçam uma segurança razoável de que as operações sejam registradas de modo a permitir a preparação de demonstrações contábeis de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, e que as receitas e despesas da empresa estejam sendo feitas somente de acordo com autorização da administração e dos diretores da empresa; e (iii) forneçam uma segurança razoável com relação à prevenção ou descoberta oportuna de aquisição, uso ou alienação não autorizada de nossos ativos que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações contábeis. Por conta de suas limitações inerentes, controle interno sobre relatório financeiro pode não evitar ou detectar equívocos. Além disso, as projeções de qualquer avaliação de eficácia para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados e de uma eventual deterioração no grau de conformidade com as políticas ou procedimentos

Nossa administração analisou a eficácia do controle interno da Vale sobre o relatório financeiro em 31 de dezembro de 2013, baseado nos critérios estabelecidos no “Internal Control - Integrated Framework” (1992) publicado pelo Committee of Sponsoring Organizations (COSO), criado pela Treadway Commission. Com base nessas avaliações e critérios, nossa administração concluiu que nosso controle interno sobre os relatórios financeiros foi eficaz em 31 de dezembro de 2013. A eficácia do nosso controle interno sobre o relatório financeiro em 31 de dezembro de 2013 foi auditada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, empresa de auditoria pública independente, como consta do relatório da administração aqui incluído.

Nossa administração não identificou nenhuma mudança em nosso controle interno sobre relatório financeiro, durante o ano fiscal findo em 31 de dezembro de 2013, que possa ter afetado ou tenha probabilidade de afetar materialmente o controle interno do mencionado relatório.

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

De acordo com as regras da NYSE, os emissores privados estrangeiros estão sujeitos a requisitos mais limitados de governança corporativa do que os emissores dos Estados Unidos. Como emissor privado estrangeiro, devemos obedecer a quatro normas principais de governança corporativa da NYSE: (1) devemos satisfazer as exigências do Exchange Act Rule 10A-3, relativa aos comitês de auditoria; (2) nosso CEO deve notificar imediatamente a NYSE, por escrito, sempre que um diretor executivo vier a tomar conhecimento de qualquer não conformidade com as normas de governança corporativa da NYSE; (3) devemos fornecer à NYSE relatórios anuais e intercalares, conforme previsto pelas normas de governança corporativa da NYSE; e (4) devemos fornecer uma descrição resumida de quaisquer diferenças significativas entre nossas práticas de governança corporativa e aquelas adotadas pelas empresas dos Estados Unidos sob padrões de listagem da NYSE. A tabela abaixo descreve resumidamente as diferenças significativas entre as nossas práticas internas e as normas de governança corporativa estabelecidas pela NYSE.

<b>Seção</b>	<b>Regra de governança corporativa da NYSE para emissores dos norte americanos</b>	<b>Nossa abordagem</b>
303A.01	Uma companhia listada deve ter uma maioria de conselheiros independentes. "Companhias controladas" não são obrigadas a cumprir este requisito.	Somos uma empresa controlada, porque mais da metade das ações com direito a voto para nomeação de conselheiros é controlada pela Valepar S.A. Como uma empresa controlada, não seríamos obrigados a cumprir com a maioria dos requisitos de diretor independente, caso fossemos uma emissora norte americana. Não existe qualquer disposição legal ou política que nos obriga a ter conselheiros independentes.
303A.03	Os membros do Conselho de Administração, que não sejam executivos de uma companhia listada, deverão se reunir regularmente sem a presença dos da administração.	Não possuímos nenhum conselheiro que seja executivo da companhia.
303A.04	Uma companhia listada deve possuir um comitê de nomeação/governança corporativa composto inteiramente de conselheiros independentes, com um regimento interno que inclua determinados deveres mínimos especificados.  "Companhias controladas" não são obrigadas a cumprir este requisito.	Não possuímos um comitê de nomeação. Como uma companhia controlada, não seríamos obrigados a cumprir com o requisito de possuir um comitê de nomeação/governança corporativa, caso fossemos uma emissora norte americana. No entanto, temos um Comitê de Governança e Sustentabilidade, que é um comitê consultivo do Conselho de Administração e pode incluir membros que não são conselheiros.  De acordo com sua regimento interno, este comitê é responsável por: <ul style="list-style-type: none"><li>• avaliar e recomendar melhorias para a eficácia das nossas práticas de governança corporativa e o funcionamento do Conselho de Administração;</li><li>• recomendar melhorias para o nosso código de ética e conduta e sistema de gestão, a fim de evitar conflitos de interesse entre nós e nossos acionistas ou a administração;</li><li>• emitir relatórios sobre potenciais conflitos de interesse entre nós e nossos acionistas ou a administração; e</li><li>• emitir relatórios sobre políticas relacionadas com responsabilidade corporativa, tais como responsabilidade social e ambiental.</li></ul> O regimento interno do Comitê exige que pelo menos um dos seus membros seja independente. Para tanto, um membro independente é uma pessoa que: <ul style="list-style-type: none"><li>• não possua qualquer relação atualmente com a Vale além da condição de membro do comitê ou acionista da companhia;</li><li>• não participa, diretamente ou indiretamente, nos esforços de venda ou na prestação de serviços pela Vale;</li><li>• não seja um representante dos acionistas controladores;</li><li>• não seja um funcionário do acionista controlador ou de entidades filiadas com um acionista controlador; e</li><li>• não tem sido um diretor executivo do acionista controlador.</li></ul>

## Principais serviços e honorários dos auditores independentes

Seção	Regra de governança corporativa da NYSE para emissores dos norte americanos	Nossa abordagem
303A.05	<p>Uma companhia listada deve possuir um comitê de remuneração composto integralmente por conselheiros independentes, com um regimento interno que inclua determinados deveres mínimos especificados.</p> <p>"Companhias controladas" não são obrigadas a cumprir este requisito.</p>	<p>Como uma companhia controlada, não seríamos obrigados a cumprir com o requisito do comitê de remuneração, caso fossemos uma emissora norte americana.</p> <p>No entanto, temos um Comitê de Desenvolvimento Executivo, que é um comitê consultivo do Conselho de Administração e pode incluir membros que não são conselheiros. Este comitê é responsável por:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• emitir relatórios sobre as políticas gerais de recursos humanos;</li> <li>• analisar e emitir relatórios sobre os níveis de remuneração satisfatório dos nossos executivos;</li> <li>• propor e atualizar diretrizes para avaliar o desempenho de nossos executivos; e</li> <li>• emitir relatórios sobre as políticas relativas à saúde e segurança.</li> </ul>
303A.06 303A.07	<p>Uma companhia listada deve possuir um comitê de auditoria com no mínimo três conselheiros independentes que satisfaçam as exigências de independência da regra 10A-3 do Exchange Act, com um regimento interno que inclua determinados deveres mínimos especificados.</p>	<p>Em vez de nomear um comitê de auditoria composto por membros independentes do Conselho de Administração, temos um Conselho Fiscal permanente em conformidade com as disposições pertinentes a Lei das Sociedades por Ações, e fornecemos ao Conselho Fiscal poderes adicionais que permitem satisfazer os requisitos da regra 10A-3 (c) (3).</p> <p>De acordo com nosso Estatuto Social, o Conselho Fiscal deve ter entre três e cinco membros. Segundo a Lei das Sociedades por Ações, que prevê padrões para a independência do nosso Conselho Fiscal e da nossa gestão, nenhum dos membros do Conselho Fiscal pode ser um membro do Conselho de Administração ou um executivo. A administração não elege nenhum membro do Conselho Fiscal. Nosso Conselho de Administração determinou que um dos membros do nosso Conselho Fiscal atenda aos requisitos de independência da NYSE, que seriam aplicados aos membros do comitê de auditoria na ausência de nossa confiança na exigência da regra 10A-3(c)(3).</p> <p>As responsabilidades do Conselho Fiscal estão previstas em seu regimento interno. De acordo com nosso Estatuto Social, o regimento interno deve dar responsabilidade ao Conselho Fiscal para os assuntos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, bem como a responsabilidade de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• estabelecer procedimentos para receber, reter e tratar denúncias e reclamações relacionadas a questões contábeis, controles e assuntos de auditoria, bem como mecanismos de submissão anônima e confidencial de preocupações com respeito a tais assuntos;</li> <li>• recomendar e auxiliar o Conselho de Administração na nomeação, estabelecimento de remuneração e destituição dos auditores independentes;</li> <li>• aprovação prévia de serviços a serem prestados pelos auditores independentes;</li> <li>• supervisionar o trabalho realizado pelos auditores independentes, com poderes para suspender o pagamento da remuneração dos auditores independentes; e</li> <li>• mediar divergências entre a administração e os auditores independentes sobre os relatórios financeiros.</li> </ul>
303A.08	<p>Os acionistas devem ter a oportunidade de votar em todos os planos de remuneração e revisões relevantes, com isenções limitadas estabelecidas pelas normas da NYSE.</p>	<p>De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, é necessária a aprovação prévia dos acionistas para a implementação de qualquer plano de remuneração mediante participação no capital social.</p>
303A.09	<p>Uma companhia listada deve adotar e divulgar os diretrizes de governança corporativa que incluam um número mínimo de assuntos.</p>	<p>Nós não divulgamos diretrizes formais de governança corporativa.</p>

## Principais serviços e honorários dos auditores independentes

Seção	Regra de governança corporativa da NYSE para emissores dos norte americanos	Nossa abordagem
303A.10	Uma companhia listada deve adotar e divulgar um código de ética e conduta nos negócios para diretores, executivos e funcionários e divulgar imediatamente quaisquer exceções do código para os diretores e executivos.	Adotamos um código de ética e conduta formal, que se aplica aos nossos conselheiros, diretores e funcionários. Anualmente, anunciamos em nosso relatório anual no Formulário 20-F quaisquer exceções do código de ética e conduta concedidas em favor dos diretores e executivos. Nosso código de ética e conduta tem um objetivo que é semelhante, mas não idêntico, ao que é exigido para uma empresa dos EUA de acordo com as normas da NYSE.
303A.12	<p>a) Cada CEO de uma companhia listada deve certificar à NYSE anualmente que ele ou ela não tem conhecimento de qualquer violação por parte da empresa dos padrões de governança de companhias listadas da NYSE.</p> <p>b) Cada CEO de uma companhia listada deve notificar imediatamente à NYSE por escrito caso algum executivo conheça a existência de descumprimento dos dispositivos pertinentes desta Seção 303A.</p> <p>c) Cada companhia listada deve enviar anualmente um Written Affirmation executado à NYSE. Além disso, cada companhia listada deve apresentar um Written Affirmation provisório, como e quando exigido pelo formulário de Written Affirmation provisório especificado pela NYSE.</p>	Estamos sujeitos a (b) e (c) destes requisitos, mas não a (a).

## CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA

Em janeiro de 2013, adotamos um novo código de ética e conduta que se aplica a todos os empregados e aos membros do Conselho de Administração e os Diretores Executivos, inclusive ao CEO, CFO e ao Contador principal. Divulgamos esse código de ética e conduta em nosso site: <http://www.vale.com> (em Investidores; Governança Corporativa; Código de Ética). Cópias de nosso código de ética e conduta também podem ser obtidas gratuitamente, escrevendo para o endereço apresentado na capa deste Formulário 20-F. Não concedemos quaisquer exceções implícitas ou explícitas de qualquer disposição do nosso código de ética e conduta desde a sua adoção, e não concedemos quaisquer exceções implícitas ou explícitas de qualquer disposição da versão anterior do nosso código de ética.

## PRINCIPAIS SERVIÇOS E HONORÁRIOS DOS AUDITORES INDEPENDENTES

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes nos cobrou as seguintes taxas por serviços profissionais em 2012 e 2013.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2012	2013
	(em milhares de dólares)	
Honorários de auditoria .....	9.114	10.438
Honorários vinculados à auditoria .....	936	295
Outros honorários .....	-	137
Total de honorários .....	10.050	10.870

“Honorários de auditoria” são o conjunto de honorários cobrados pela PricewaterhouseCoopers por serviços de auditoria das demonstrações contábeis anuais, auditoria das demonstrações contábeis estatutárias de nossas subsidiárias, e as revisões de demonstrações financeiras e serviços de certificação que são fornecidas em conexão com as disposições estatutárias e arquivamentos ou compromissos regulatórios. Eles também incluem os honorários sobre serviços que apenas o auditor independente pode prestar, incluindo as cartas de credenciamento e autorizações relacionadas a depósitos regulatórios e a revisão de documentos a serem arquivados com a SEC e

### *Principais serviços e honorários dos auditores independentes*

outros mercados de capitais ou organismos reguladores. “Honorários vinculados à auditoria” são os honorários cobrados pela PricewaterhouseCoopers para a garantia e serviços relacionados que são razoavelmente relacionados à realização da auditoria ou revisão de nossas demonstrações contábeis e não são relatados em “Honorários de auditoria”.



## **MUDANÇA NOS AUDITORES INDEPENDENTES DO AUTOR DO REGISTRO**

Esperamos que a KPMG Auditores Independentes ("KPMG") substitua a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes como auditores independentes e faça a auditoria de nossas demonstrações financeiras para os anos fiscais a partir 1º de janeiro de 2014. A mudança de auditores está sendo feita em conformidade com a regra da CVM, que limita os mandatos consecutivos que alguns prestadores de serviços podem ter. Devido às limitações estabelecidas nesta lei, não procuramos renovar o contrato com a PricewaterhouseCoopers quando este venceu e a PricewaterhouseCoopers não tentou se candidatar à reeleição. A substituição da PricewaterhouseCoopers pela KPMG foi aprovada pelo nosso Conselho de Administração e Conselho Fiscal em 8 de novembro de 2013. A PricewaterhouseCoopers foi contratada como nosso auditor para os anos fiscais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012, até a apresentação deste Formulário 20-F perante a Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos e irá realizar uma análise limitada das demonstrações financeiras provisórias para o período de três meses encerrado em 31 de março de 2014.

A PricewaterhouseCoopers auditou nossas demonstrações contábeis para os anos fiscais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012. Nenhum dos relatórios da PricewaterhouseCoopers sobre nossas demonstrações contábeis de tais anos fiscais continha um parecer adverso ou abstenção de opinião, ou foi qualificado ou modificado quanto a incerteza, escopo de auditoria ou princípios contábeis. Durante os dois últimos anos fiscais e até data deste documento, não houve discordâncias com a PricewaterhouseCoopers, resolvidas ou não, sobre qualquer questão de princípios ou práticas contábeis, de divulgação das demonstrações financeiras, ou escopo ou procedimento de auditoria, que, se não resolvidas para a satisfação da PricewaterhouseCoopers, teriam feito com que ela fizesse referência ao objeto da discordância em relação a quaisquer relatórios que teria emitido, e não houve "eventos reportáveis" como o termo é definido no item 16F (a) (1) (v) do Formulário 20-F. A PricewaterhouseCoopers não auditou qualquer uma de nossas demonstrações financeiras para qualquer período posterior a 31 de dezembro de 2013.

Nós disponibilizamos à PricewaterhouseCoopers uma cópia da divulgação anterior, e solicitamos que nos forneçam uma carta dirigida à Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos informando se ela concorda ou não com tal divulgação. Estamos incluindo como Anexo 15.2 deste Formulário 20-F uma cópia da carta da PricewaterhouseCoopers conforme o exigido pelo Item 16F (a) (3) do Formulário 20-F.

Durante os anos fiscais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, nós não consultamos a KPMG em relação à aplicação dos princípios contábeis de uma operação concluída ou contemplada específica ou sobre o tipo de parecer de auditoria que pode ser feito pela KPMG sobre nossas demonstrações financeiras. Além disso, a KPMG não forneceu qualquer parecer escrito ou oral que foi um importante fator considerado por nós para chegar a uma decisão a respeito de qualquer contabilidade, auditoria ou relatórios financeiros ou qualquer assunto objeto de desacordo ou "evento reportável" ou qualquer outro assunto conforme definido no item 16F (a) (v) do Formulário 20-F.

## INFORMAÇÕES REGISTRADAS JUNTO AOS REGULADORES DE VALORES MOBILIÁRIOS

Estamos sujeitos a inúmeras exigências referentes a informações e divulgação em países nos quais os nossos títulos são negociados e apresentar demonstrações contábeis e outros relatórios periódicos a CVM, BM&FBOVESPA, SEC, ao regulador de valores mobiliários francês Autorité des Marchés Financiers e a HKEx.

- *Brasil.* As ações ordinárias e ações preferenciais classe A da Vale estão listadas na BM&FBOVESPA, em São Paulo, Brasil. Dessa maneira, estamos sujeitos às exigências de informação e divulgação da Lei das Sociedades por Ações em vigor no Brasil, conforme modificada. Também estamos sujeitos às exigências de divulgação periódica das normas da CVM pertinentes às empresas cotadas em bolsa e às normas de Nível 1 da BM&FBOVESPA relativas as Normas de Governança Corporativa. Nossos registros junto a CVM estão disponíveis a partir do site da CVM <http://www.cvm.gov.br> ou da BM&FBOVESPA em <http://www.bmfbovespa.com.br>. Além disso, como todos os nossos arquivos de segurança, eles podem ser acessados em nosso site, <http://www.vale.com>.
- *Estados Unidos.* Considerando que nossas ADSs estão listadas na Bolsa de Valores de Nova York, estamos sujeitos às exigências de informações da Securities Exchange Act of 1934, com alterações, segundo as quais apresentamos relatórios e outras informações à SEC. Os relatórios e outras informações que apresentamos à SEC podem ser examinados e copiados nas instalações de consulta pública mantidas pela SEC na 100 F Street, N.E., Washington, D.C., 20549. É possível obter mais informações sobre as operações da Public Reference Room, ligando para a SEC: 1-800-SEC-0330. Também é possível ter acesso aos relatórios da Vale e outras informações sobre a empresa na New York Stock Exchange, 11 Wall Street, New York, New York 10005, onde estão listadas as ADSs da Vale. Nossos registros na SEC também estão disponíveis para o público no site da SEC em <http://www.sec.gov>. Para mais informações sobre as cópias dos registros públicos da Vale na New York Stock Exchange, ligue para (212) 656-5060.
- *França.* Como consequência da entrada, cotação e negociação das ADSs na NYSE Euronext Paris, devemos cumprir com certas normas francesas de divulgação periódica e permanente (por exemplo, relatório anual com demonstrações contábeis auditadas e provisórias). Em geral, a empresa deve estar em conformidade com as normas francesas de divulgação periódica e permanente, através da sua conformidade com as normas de divulgação dos Estados Unidos.
- *Hong Kong.* Como consequência da cotação e negociação das nossas HDSs na HKEx, devemos cumprir com as normas de listagem da HKEx, sujeitas a certas exceções concedidas pela HKEx, incluindo normas de divulgação periódica e permanente, como relatórios anuais com demonstrações contábeis auditadas e provisórias. De acordo com as Regras de Listagem da HKEx, somos obrigados a carregar os relatórios e outras informações no site da HKEx, que estão à disposição do público em <http://www.hkexnews.hk>.

**ANEXOS**

<u>Anexo número</u>	
1	Estatuto Social da Vale S.A., conforme alterado em 7 de maio de 2013, incorporado por referência ao relatório atual no Formulário 6-K apresentado à Comissão de Valores Mobiliários em 8 de maio de 2013 (arquivo nº 001-15030)
8	Lista de subsidiárias
12.1	Certificação do CEO da Vale, nos termos das Normas 13a-14 e 15d-14 da Securities Exchange Act de 1934
12.2	Certificação do CFO da Vale, nos termos das Normas 13a-14 e 15d-14 da Securities Exchange Act de 1934
13.1	Certificação do CEO e CFO da Vale, nos termos das normas da Seção 906 do Sarbanes-Oxley Act de 2002
15.1	Anuência da PricewaterhouseCoopers
15.2	Carta da PricewaterhouseCoopers exigida pelo item 16F(a)(3)

O valor dos títulos de dívida de longo prazo da Vale ou de suas subsidiárias, nos termos de qualquer acordo individual vigente, não poderá exceder 10% do total de ativos da Vale em base consolidada. A Vale se compromete a fornecer à SEC, por solicitação prévia, cópia de quaisquer instrumentos que definam os direitos dos detentores das suas dívidas de longo prazo ou de suas subsidiárias, para os quais são exigidos demonstrações contábeis, consolidadas ou não.

## GLOSSÁRIO

Alumina .....	Óxido de alumínio. É o componente principal da bauxita, extraído do minério de bauxita num processo de refino químico. É a matéria-prima principal no processo eletroquímico a partir do qual o alumínio é produzido.
Produtos de .....	Metal branco obtido a partir do processo eletroquímico de redução do óxido de alumínio.
Antracito .....	O tipo mais sólido de carvão, contém alto percentual de carbono fixo e baixo percentual de material volátil. O antracito é o nível mais elevado de carvão e contém aproximadamente 90% de carbono fixo, mais do que qualquer outro tipo de carvão. O antracito possui brilho semimetálico e é capaz de queimar sem expelir fumaça. É utilizado principalmente para fins metalúrgicos.
Aço austenítico inoxidável .....	Aço que contém uma quantidade significativa de cromo e níquel suficiente para estabilizar a microestrutura da austenita, dando ao aço boa formabilidade e maleabilidade, além de melhorar a sua resistência térmica. Eles são usados numa ampla variedade de aplicações, que vão de produtos para consumo a equipamentos de processos industriais, assim como para geração de energia elétrica, equipamentos de transporte, utensílios de cozinha e muitas outras aplicações em que seja necessária resistência à força, corrosão e alta temperatura.
A\$ .....	Dólares australianos.
Bauxita .....	Um mineral composto basicamente de óxido de alumínio hidratado. É o principal minério de alumina, matéria-prima a partir da qual é feito o alumínio.
Beneficiamento .....	Uma variedade de processos pelos quais o minério extraído das minas é reduzido a partículas que podem ser separadas em mineral e refugo (resíduo), sendo o primeiro adequado para novo processamento ou utilização direta.
CAD .....	Dólares canadenses.
CFR .....	Cost and freight, em português, custo e frete. Indica que todos os custos relacionados ao transporte de mercadorias até o porto de destino nomeado será pago pelo vendedor dos bens.
Carvão .....	O carvão é uma substância combustível sólida de cor preta ou marrom escura formada a partir da decomposição de material vegetal privado de oxigênio. As classes de carvão, que incluem antracito, carvão betuminoso (ambos chamados de carvão duro), carvão sub-betuminoso e lignite, se baseiam no carvão fixo, material volátil e valor calorífico.
Cobalto .....	O cobalto é um metal sólido, brilhante e de coloração branco prateada, encontrado nos minérios e utilizado na preparação de ligas magnéticas, duráveis e alta resistência (particularmente para motores de aviação e turbinas). Seus compostos também são utilizados na fabricação de tintas, vernizes, catalisadores e materiais de bateria.
Coque .....	Carvão que é processado em um forno de coqueificação, para ser usado como

	agente redutor em altos-fornos e em fundições com o propósito de transformar o minério de ferro em ferro-gusa.
Carvão metalúrgico	Consulte carvão metalúrgico.
Concentração .....	Processo físico, químico ou biológico para aumentar o teor do metal ou mineral.
Cobre .....	Elemento metálico de coloração marrom avermelhada. O cobre é altamente condutor, tanto térmico como eletricamente. É altamente maleável e flexível, sendo facilmente enrolado em folhas e esticado em fio.
Anodo de cobre.....	O anodo de cobre é um produto metálico da fase de conversão do processo de fundição que é moldado em blocos e, geralmente, contém 99% de teor de cobre, o que requer processamento posterior para produzir cátodos de cobre refinado.
Cátodo de cobre .....	Placa de cobre com pureza igual ou superior a 99,9%, produzida por um processo eletrolítico.
Concentrado de cobre .....	Material produzido pela concentração de minerais de cobre contidos no minério de cobre. É a matéria-prima usada nas smelters (fundições) para produzir metal de cobre.
CVM.....	A Comissão de Valores Mobiliários do Brasil.
	-
DRI .....	Direct reduced iron, em português, ferro reduzido direto. Pedacos ou pelotas de minério de ferro convertidos pelo processo de redução direta, utilizado principalmente como substituto de sucata na produção de fornos de arco elétrico.
DWT .....	Deadweight ton, em português, tonelagem de peso morto. A unidade de medida da capacidade de um cargueiro, óleo combustível, armazenamento e tripulação, medido em toneladas métricas de 1.000 kg. O total de peso morto em um navio é o peso total que o navio pode transportar quando carregado para uma linha de carga particular.
Cátodo de cobre eletrolítico.....	O cátodo de cobre refinado é um produto metálico produzido por um processo eletroquímico, no qual o cobre é recuperado de um eletrólito e reveste um eletrodo. Em geral, o cátodo de cobre eletrolítico contém um teor de cobre de 99,99%.
Derivativos incorporados.....	Instrumento financeiro inserido em um acordo contratual como lease, contratos de compra e garantias. Sua função é modificar uma parte ou todo o fluxo de caixa que seria exigido pelo contrato, como caps, floors ou collars.
Comércio de emissões .....	O comércio de emissões é um esquema baseado no mercado para melhorar o meio ambiente que permite às partes comprar e vender licenças para as emissões ou créditos para reduzir emissões de determinados poluentes.
Fe.....	Medida do teor de ferro no minério de ferro que é equivalente a 1% grau de ferro

em uma tonelada métrica de minério de ferro.

Ferro ligas .....	Ferro ligas são ligas de ferro que contêm um ou mais elementos químicos. Essas ligas são utilizadas para adicionar esses outros elementos ao metal fundido, em geral, durante a fabricação de aço. As principais ferro ligas são de manganês, silício e cromo.
FOB .....	Free on board, em português, livre a bordo. Ela indica que o comprador paga pelo embarque, seguro e todos os outros custos associados ao transporte dos bens até o destino.
Ouro.....	Metal precioso às vezes encontrado isoladamente na natureza, mas geralmente encontrado em conjunto com prata, quartzo, calcita, chumbo, telúrio, zinco e cobre. É o mais maleável e flexível dos metais, bom condutor de calor e eletricidade, não sendo afetado pelo oxigênio e pela maior parte dos reagentes.
Teor .....	A proporção de metal ou mineral presente no minério ou outro material hospedeiro.
Carvão metalúrgico duro .....	Carvão metalúrgico de coque com propriedades necessárias para produzir um coque metalúrgico mais forte e mais duro.
Minério de hematita.....	A hematita é um mineral óxido de ferro, mas também indica o alto teor de minério de ferro dentro dos depósitos de ferro.
Iridio .....	Um metal de transição denso, sólido, frágil de coloração branco prateado da família da platina, que aparece em ligas naturais com platina ou ao ósmios. O irídio é empregado em ligas de alta resistência que podem suportar elevadas temperaturas, principalmente em aparelhos de alta temperatura, contatos elétricos e como agente endurecedor em ligas de platina.
Pelotas .....	Partículas ultrafinas de minério de ferro aglomeradas, com tamanho e qualidade apropriados para processos específicos na produção do ferro. A nossa gama de pelotas de minério de ferro variam de 8 a 18 mm.
Minério de itabirito.....	O itabirito é uma formação ferrífera em faixa e indica um tipo de minério de ferro de baixo teor, encontrado nos depósitos de ferro.
Minério granulado .....	Minério de ferro ou de manganês cujas partículas mais grossas variam de 6,35 a 50 mm de diâmetro, com pequenas variações entre diferentes minas e minérios.
Manganês.....	Um elemento metálico duro e quebradiço encontrado principalmente na pirolusita, hausmanita e manganita. O manganês é essencial à produção de praticamente todos os tipos de aço, sendo importante na produção de ferro fundido.
Carvão metalúrgico.....	Carvão sólido e betuminoso com uma qualidade que permite a produção de coque. Geralmente utilizado em fornos de coqueificação para fins metalúrgicos.
Metanol.....	Combustível derivado do álcool, bastante utilizado na fabricação de produtos químicos e compostos de plástico.

Depósitos minerais	Corpo mineralizado cortado com número suficiente de perfurações com pouco espaço entre ele e/ou amostras subterrâneas ou de superfície para sustentar tonelagem e teor suficiente de metais ou minerais, para possibilitar outros trabalhos de exploração.
Recursos minerais.....	Concentração ou ocorrência de minerais de interesse econômico em forma e quantidade suficientes, que justifiquem extração econômica. A localização, quantidade, teor, características geológicas e a continuidade dos recursos minerais são conhecidos, estimados ou interpretados a partir de indícios geológicos específicos, por meio de sondagens, trincheiras e/ou afloramentos. Os recursos minerais são subdivididos, em ordem crescente de possibilidade geológica, em recursos inferidos, indicados e medidos.
(Mtpa).....	(milhões de toneladas métricas)
Níquel.....	Metal branco prateado de alto polimento. É duro, maleável, flexível, apresentando certa característica ferromagnética e condutor de eletricidade e calor. Pertence ao grupo de ferros-cobaltos de metais, sendo extremamente valioso pelas ligas que compõe, tal como o aço inoxidável e outras ligas resistentes à corrosão.
Níquel laterítico.....	Os depósitos são formados por intemperismo intensivo de rochas ultramáficas ricas em olivina, como dunito, peridotito e komatito.
Níquel laterítico limonítico.....	Tipo de níquel laterítico localizado na parte superior do perfil laterítico. Consiste basicamente de goethita e contém entre 1 e 2% de níquel. Também contém concentrações de cobalto.
Matte de níquel.....	Um produto intermediário da smelter que deve ser mais refinado, a fim de se obter metal puro.
Níquel pig iron.....	Um produto com baixo teor de níquel, feito a partir de minérios lateríticos, destinado basicamente para uso na produção de aço inoxidável. O níquel pig iron possui, em geral, um teor de níquel entre 1,5% e 6%, quando produzido em altos-fornos. O níquel pig iron também pode conter cromo, manganês e impurezas como fósforo, enxofre e carbono. Ferro-níquel (FeNi) de baixo teor produzido na China através de fornos elétricos é também muitas vezes referida como níquel pig iron.
Níquel laterítico saprolítico.....	Tipo de níquel laterítico localizado na parte inferior do perfil laterítico e que contém uma média de 1,5% a 2,5% de níquel.
Níquel sulfetado.....	Formado por meio de processos magmáticos, onde o níquel se combina com o enxofre para formar uma fase de sulfeto. Pentlandita é o minério de sulfeto mineral de níquel mais geralmente extraído e muitas vezes ocorre com calcopirita, um mineral de sulfeto de cobre comum.
TKU.....	Tonelada por quilômetro útil transportado (o peso das mercadorias a serem transportadas excluindo o peso do vagão).
Mineração a céu aberto.....	Método de extração de rochas ou minerais da terra por remoção em cava aberta. A extração de minério a céu aberto é utilizada quando depósitos de mineral ou rocha, que podem ser explorados comercialmente, são encontrados perto da superfície,

isto é, quando (o material de superfície que cobre o depósito valioso) de sobrecarga é relativamente fino ou ainda quando o material de interesse tem estrutura inadequada para a mineração subterrânea.

Óxidos .....	Compostos formados por oxigênio e outro elemento. Por exemplo, a magnetita é um mineral óxido formado pela união química do ferro com o oxigênio.
Ozpa.....	Onças troy por ano.
Paládio .....	Metal branco prateado, flexível e maleável, usado principalmente nos dispositivos de controle de emissões em veículos e em aplicações elétricas.
ICP.....	Injeção de carvão pulverizado. Tipo de carvão com propriedades específicas, ideal para injeção direta através das tubeiras dos altos-fornos. Este tipo de carvão não necessita de nenhum processamento ou fabricação de coque e pode ser injetado diretamente nos altos-fornos, substituindo os coques granulados a serem colocados na parte superior dos altos-fornos.
Pellet feed fino.....	Minério de ferro de partículas ultrafinas (menor que 0,15 mm de diâmetro) gerado por mineração e trituração. Este material é agregado em pelotas de minério de ferro por meio de um processo de aglomeração.
Pelletizing (pelotização) .....	Pelotização de minério de ferro é um processo de aglomeração de ultrafinos produzidos na exploração do minério de ferro e nas etapas de concentração. As três etapas básicas do processo são: (i) preparação do minério (para obter a espessura correta); (ii) mistura e esferamento (mistura aditiva e formação de esferas); e (iii) ignição (para obter liga cerâmica e resistência).
PGMs.....	Metais do grupo da platina. Consiste de platina, paládio, ródio, rutênio e ósmio.
Fosfatado .....	Um composto de fósforo, que ocorre em minérios naturais e é utilizado como matéria-prima para a produção primária de nutrientes para fertilizantes, alimentos para animais e detergentes.
Ferro-gusa.....	Produto de minério de ferro fundido em alto-forno, em geral com coque e calcário.
Platina .....	Um precioso metal de transição denso, de coloração branco acinzentada, flexível e maleável, aparece em alguns minérios de níquel e cobre. A platina é resistente à corrosão, sendo empregada principalmente na fabricação de joias e dispositivos de controle de emissões em veículos.
Potássio.....	Composto de cloreto de potássio, sobretudo KCl, usado como fertilizante simples na produção de mistura fertilizante.
Metais preciosos .....	Metais que pela cor, maleabilidade e raridade, possuem alto valor econômico, não apenas pelo uso prático na indústria, mas também como investimento. Os mais negociados são o ouro, a prata, a platina e o paládio.
Níquel primário .....	Níquel produzido diretamente de minérios de níquel.
Reservas prováveis (indicadas)	Reservas para as quais a quantidade e teor e/ou qualidade estão computadas a partir de informações semelhantes às usadas para reservas provadas (medidas), porém os



pontos de inspeção, amostragem e medição estão mais afastados ou cujo espaçamento não é tão adequado. Apesar do grau de certeza ser menor que o das reservas provadas (medidas), é suficientemente elevado para partir do princípio de que há continuidade entre os pontos de observação.

Reservas provadas (medidas) ..	Reservas para as quais a (a) quantidade é computada a partir das dimensões reveladas por afloramentos, trincheiras, poços de trabalho e de perfuração; teor e/ou quantidade são computados a partir de resultados de amostragens detalhadas e (b) os pontos de inspeção, amostragem e medição possuem espaçamento tão próximo e o caráter geológico está tão bem definido que o tamanho, forma, profundidade e teor de minério das reservas foram bem estabelecidos.
Real, reais ou R\$.....	Moeda oficial do Brasil, o real (singular) ou reais (plural).
Reservas.....	Parte de uma jazida mineral que pode ser econômica e legalmente extraída ou vir a produzir por ocasião da determinação da reserva.
Ródio .....	Metal rígido e resistente de coloração branco prateada, com elevada refletância e é principalmente utilizada em combinação com platina para dispositivos de controle emissões de automóveis e em componentes de liga para endurecer a platina.
ROM.....	Run-of-mine. Minério em seu estado natural (não processado), obtido diretamente da mina, sem sofrer nenhum tipo de beneficiamento.
Rutênio .....	Metal branco e duro utilizado para endurecer ligas de platina e paládio e na fabricação de contatos elétricos de alta resistência ao desgaste e outras aplicações na indústria eletrônica.
Níquel secundário ou sucata de níquel.....	Aço inoxidável ou outro sucata contendo níquel.
Mercado transoceânico .....	Compreende o total de operações de comércio de minério entre países usando graneleiros.
Prata.....	Metal flexível e maleável, usado na fotografia, na fabricação de moedas, medalhas e em aplicações industriais.
<i>Sinter feed</i> (também conhecido como finos).....	Finos de minérios de ferro com partículas que variam entre 0,15 a 6,35 mm de diâmetro. Adequado para sinterização.
Sinterização .....	Aglomeração de <i>sinter feed</i> , ligantes e outros materiais, em uma massa consistente por meio de aquecimento sem fundição, utilizado como carga metálica em alto-forno.
Placas.....	A forma mais comum de aço semiacabado. As placas tradicionais medem 25 cm de espessura e de 75 a 215 cm de largura (com cerca de seis metros de comprimento), a produção dos laminadores de “placas finas” recém desenvolvidos tem espessura aproximada de 5 cm. Após a fundição, as placas são enviadas para o moinho onde são laminadas em forma de folhas e produtos laminados.

Aço inoxidável.....	Liga de aço que contém, pelo menos, 10% de cromo, com alta resistência à corrosão. Pode conter também outros elementos como níquel, manganês, nióbio, titânio, molibdênio e cobre, que aumentam as propriedades mecânicas e térmicas e também a vida útil. As classificações principais, de acordo com o teor, são: austenítico (séries 200 e 300), ferrítico (série 400), martensítico, duplex ou endurecíveis por precipitação.
Índice de sucata de aço inoxidável .....	Proporção de unidades secundárias de níquel (sob forma de sucata de níquel, sucata de aço inoxidável ou em liga de aço, sucata de fundição e de liga à base de níquel) com relação a todas as unidades de níquel, utilizadas na fabricação de aço inoxidável novo.
Carvão térmico .....	Tipo de carvão apropriado para geração de energia em centrais termoelétricas.
Tpa.....	(toneladas métricas)
Onça troy .....	Uma onça troy equivale a 31,103 gramas.
Mineração subterrânea.....	Exploração mineral na qual a extração é realizada sob a superfície da terra.
Dólares americanos ou US\$.....	Dólar dos Estados Unidos.

**ASSINATURAS**

O requerente certifica que atende a todas as exigências para arquivamento do formulário 20-F e que devidamente fez e autorizou os abaixo citados a assinarem este relatório anual em seu nome.

VALE S.A.

Por: \_\_\_\_\_

Nome: Murilo Pinto de Oliveira Ferreira

Cargo: Diretor Presidente

Por: \_\_\_\_\_

Nome: Luciano Siani Pires

Cargo: Diretor Executivo de Finanças

Data: 27 de março de 2014

## Vale S.A.

### Índice das Demonstrações Contábeis

	<u>Página</u>
Relatório do Parecer dos Auditores Independentes	3
Balancos patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012	5
Demonstrações do Resultado Consolidado dos anos findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011	7
Demonstrações Consolidadas dos outros resultados abrangentes para os anos findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011	8
Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011	9
Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011	10
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	11

## Relatório da firma registrada de auditoria independente

Ao Conselho de Administração e acionistas  
Vale S.A.

Em nossa opinião, os balanços patrimoniais consolidados e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido e fluxos de caixa, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vale S.A. e de suas controladas (a "Companhia") em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012, e os resultados das suas operações e seus fluxos de caixa de cada um dos três exercícios do período findo em 31 de dezembro de 2013, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Somos também de opinião que a Companhia manteve, em todos os aspectos relevantes, controles internos efetivos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2013, com base nos critérios estabelecidos no Internal Control - Integrated Framework, 1992 emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO). A administração da Companhia é responsável por essas demonstrações contábeis, por manter controles internos efetivos sobre as demonstrações contábeis e pela avaliação da efetividade dos controles internos relacionados às demonstrações contábeis, incluída no Relatório da Administração sobre Controles Internos Relacionados às Demonstrações Contábeis. Nossa responsabilidade é a de expressar opiniões sobre essas demonstrações contábeis e sobre a efetividade dos controles internos da Companhia relacionados às demonstrações contábeis, com base em nossas auditorias integradas. Nossas auditorias foram conduzidas de acordo com as normas do Public Company Accounting Oversight Board (Estados Unidos). Essas normas exigem que as auditorias sejam planejadas e executadas com o objetivo de obtermos razoável segurança de que as demonstrações contábeis estão livres de erros relevantes e se a efetividade dos controles internos da Companhia relacionados às demonstrações contábeis foi mantida em seus aspectos relevantes. Nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações contábeis compreenderam o exame, com base em testes, das evidências que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nossa auditoria de controles internos relacionados às demonstrações contábeis compreende a obtenção de um entendimento dos controles internos relacionados às demonstrações contábeis, a avaliação do risco de que exista fraqueza material e o teste e a avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos com base em nossa avaliação de risco. Nossas auditorias também incluíram a realização de outros procedimentos que consideramos necessários nas circunstâncias. Acreditamos que nossas auditorias proporcionam uma base adequada para emissão das nossas opiniões.

*PricewaterhouseCoopers, Av. José Silva de Azevedo Neto 200, 1ª e 2ª, Torre Evolution IV, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, Brasil 22775-056  
T: (21) 3232-6112, F: (21) 3232-6113, [www.pwc.com/br](http://www.pwc.com/br)*

*PricewaterhouseCoopers, Rua da Candelária 65, 20º, Rio de Janeiro, RJ, Brasil 20091-020, Caixa Postal 949,  
T: (21) 3232-6112, F: (21) 2516-6319, [www.pwc.com/br](http://www.pwc.com/br)*



Conforme discutido na Nota 6 às demonstrações contábeis consolidadas, a Companhia mudou a maneira pela qual ela contabiliza os benefícios a empregados em 2013.

Os controles internos de uma companhia relacionados às demonstrações contábeis são processos desenvolvidos para fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade dos relatórios financeiros e à elaboração das demonstrações contábeis, divulgadas de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos. Os controles internos de uma companhia relacionados às demonstrações contábeis incluem as políticas e procedimentos que: (i) dizem respeito à manutenção de registros que, em detalhes razoáveis, refletem precisa e adequadamente as transações e destinações dos ativos da companhia; (ii) proporcionam conforto razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, e que os recebimentos e pagamentos da companhia são efetuados somente de acordo com autorizações da administração e dos diretores da companhia; e (iii) fornecem conforto razoável em relação à prevenção ou detecção tempestiva de aquisição, utilização ou destinação não autorizadas dos ativos da companhia que poderiam ter um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis.

Em razão de suas limitações inerentes, os controles internos relacionados às demonstrações contábeis podem não impedir ou não detectar erros. Da mesma forma, as futuras avaliações da efetividade dos controles internos estão sujeitas ao risco de que estes venham a se tornar inadequados por causa de mudanças nas condições, ou que o grau de adequação às políticas e aos procedimentos venha a se deteriorar.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2014

/S/PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

/S/Ivan Michael Clark  
Contador CRC 1MGo61100/O-3 "S" RJ

---

*PricewaterhouseCoopers, Av. José Silva de Azevedo Neto 200, 1º e 2º, Torre Evolution IV, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, Brasil 22775-056*  
T: (21) 3232-6112, F: (21) 3232-6113, [www.pwc.com/br](http://www.pwc.com/br)

*PricewaterhouseCoopers, Rua da Candelária 65, 20º, Rio de Janeiro, RJ, Brasil 20091-020, Caixa Postal 949,*  
T: (21) 3232-6112, F: (21) 2516-6319, [www.pwc.com/br](http://www.pwc.com/br)

## **Relatório da administração sobre controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas**

A administração da Vale S.A (Vale) é responsável por estabelecer e manter controles internos adequados relacionados às demonstrações financeiras consolidadas.

Os controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas são processos desenvolvidos para fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade dos relatórios financeiros e à elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, divulgadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. Os controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas incluem as políticas e os procedimentos que: (i) dizem respeito à manutenção de registros que, em detalhes razoáveis, refletem precisa e adequadamente as transações e destinação dos ativos da companhia; (ii) proporcionam conforto razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, e que os recebimentos e pagamentos da companhia são efetuados somente de acordo com autorizações da administração e dos diretores da companhia; e (iii) fornecem conforto razoável em relação à prevenção ou detecção tempestiva de aquisição, utilização ou destinação não autorizadas dos ativos da companhia que poderiam ter um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

Em razão de suas limitações inerentes, os controles internos relacionados às demonstrações financeiras consolidadas podem não impedir ou não detectar erros. Da mesma forma, as futuras avaliações da efetividade dos controles internos estão sujeitas ao risco de que estes venham a se tornar inadequados por causa de mudanças nas condições, ou que o grau de adequação às políticas e aos procedimentos venha a se deteriorar.

A administração da Vale avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia relacionados às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013, de acordo com os critérios estabelecidos na norma *Internal Control – Integrated Framework 1992* (Controles Internos - Um Modelo Integrado), emitida pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO*. Baseado nas avaliações e nos critérios aplicados, a administração da Vale concluiu que, em 31 de dezembro de 2013, os controles internos da Companhia relacionados às demonstrações financeiras consolidadas são efetivos.

A efetividade dos controles internos da Companhia relacionados às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 foi auditada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, firma registrada de auditoria independente, cujo parecer consta em seu relatório anexo.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2014

/S/Murilo Ferreira  
Diretor-Presidente

/S/Luciano Siani Pires  
Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores

## Balanco Patrimonial Consolidado

Em milhões de dólares norte-americanos

	Notas	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
<b>Ativo</b>			(i)	(i)
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	9	5.321	5.832	3.531
Investimentos financeiros		3	246	-
Instrumentos financeiros derivativos	25	201	281	595
Contas a receber	10	5.703	6.795	8.505
Partes relacionadas	32	261	384	82
Estoques	11	4.125	5.052	5.251
Tributos sobre o lucro antecipado		2.375	720	464
Tributos a recuperar	12	1.579	1.540	1.771
Adiantamento a fornecedores		125	256	393
Outros		918	963	946
		<b>20.611</b>	<b>22.069</b>	<b>21.538</b>
Ativos não circulantes mantidos para venda e operação descontinuada	7	3.766	457	-
		<b>24.377</b>	<b>22.526</b>	<b>21.538</b>
<b>Não circulante</b>				
Partes relacionadas	32	108	408	509
Empréstimos e convênios a receber		241	246	210
Depósitos judiciais	19	1.490	1.515	1.464
Tributos sobre o lucro a recuperar		384	440	336
Tributos diferidos sobre o lucro	21	4.523	4.053	1.909
Tributos a recuperar	12	285	218	258
Instrumentos financeiros derivativos	25	140	45	60
Depósito por incentivo e reinvestimento		191	160	229
Outros		738	489	527
		<b>8.100</b>	<b>7.574</b>	<b>5.502</b>
Investimentos	13	3.584	6.384	8.013
Intangíveis	14	6.871	9.211	9.521
Imobilizados	15	81.665	84.882	82.342
		<b>100.220</b>	<b>108.051</b>	<b>105.378</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>124.597</b>	<b>130.577</b>	<b>126.916</b>

(i) Exercício ajustado conforme Nota 6.



## Balanco Patrimonial Consolidado

Em milhões de dólares norte-americanos  
(continuação)

	Notas	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
			(i)	(i)
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros		3.772	4.529	4.814
Salários e encargos sociais		1.386	1.481	1.307
Instrumentos financeiros derivativos	25	238	347	73
Empréstimos e financiamentos	17	1.775	3.471	1.517
Partes relacionadas	32	205	207	24
Tributos sobre o lucro - Programa de refinanciamento	19 e 20	470	-	-
Tributos e royalties a recolher		327	324	524
Provisão para tributos sobre o lucro		378	641	507
Obrigações com benefícios de aposentadoria	22	97	205	169
Obrigações para desmobilização de ativos	18	96	70	73
Dividendos e juros sobre o capital próprio		-	-	1.181
Outros		420	1.127	904
		<b>9.164</b>	<b>12.402</b>	<b>11.093</b>
Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas	7	448	169	-
		<b>9.612</b>	<b>12.571</b>	<b>11.093</b>
<b>Não circulante</b>				
Instrumentos financeiros derivativos	25	1.492	783	663
Empréstimos e financiamentos	17	27.670	26.799	21.538
Partes relacionadas	32	5	72	91
Obrigações com benefícios de aposentadoria	22	2.198	3.310	2.477
Provisões de processo judiciais	19	1.276	2.065	1.686
Tributos sobre o lucro - Programa de refinanciamento	19 e 20	6.507	-	-
Tributos diferidos sobre o lucro	21	3.228	3.427	5.465
Obrigações para desmobilização de ativos	18	2.548	2.678	1.849
Debêntures Participativas	31(d)	1.775	1.653	1.336
Participação resgatável de acionistas não controladores		276	487	505
Operações de Ouro	30	1.497	-	-
Outros		1.577	1.905	2.398
		<b>50.049</b>	<b>43.179</b>	<b>38.008</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>59.661</b>	<b>55.750</b>	<b>49.101</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	26			
Ações preferenciais classe A - 7.200.000.000 ações autorizadas, sem valor nominal e 2.108.579.618 (2.108.579.618 em 2012 e 2.108.579.618 em 2011) emitidas		22.907	22.907	22.907
Ações ordinárias - 3.600.000.000 ações autorizadas, sem valor nominal e 3.256.724.482 (3.256.724.482 em 2012 e 3.256.724.482 em 2011) emitidas		37.671	37.671	37.671
Títulos obrigatoriamente conversíveis em ações ordinárias		-	-	191
Títulos obrigatoriamente conversíveis em ações preferenciais		-	-	422
Ações em tesouraria - 140.857.692 (140.857.692 em 2012 e 181.099.814 em 2011) ações preferenciais e 71.071.482 (71.071.482 em 2012 e 86.911.207 em 2011) ações ordinárias		(4.477)	(4.477)	(5.662)
Resultado de operações com acionistas não controladores		(400)	(400)	7
Resultado na conversão de ações		(152)	(152)	-
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.202)	(2.044)	(753)
Ajustes acumulados de conversão		(20.588)	(18.663)	(20.411)
Lucros acumulados e reservas de lucros		29.566	38.397	41.728
<b>Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores</b>		<b>63.325</b>	<b>73.239</b>	<b>76.100</b>
Participação dos acionistas não controladores		1.611	1.588	1.715
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>64.936</b>	<b>74.827</b>	<b>77.815</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>124.597</b>	<b>130.577</b>	<b>126.916</b>

(i) Exercício ajustado conforme Nota 6.

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

## Demonstração do Resultado Consolidada

Em milhões de dólares norte-americanos, exceto quando indicado de outra forma

	Notes	Exercício findo em 31 de dezembro de,		
		2013	2012	2011
<b>Operação continuada</b>			(i)	(i)
Receita de venda, líquida	27	46.767	46.553	60.075
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	28	(24.245)	(25.390)	(24.528)
<b>Lucro bruto</b>		<b>22.522</b>	<b>21.163</b>	<b>35.547</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>				
Com vendas e administrativas	28	(1.302)	(2.172)	(2.271)
Pesquisa e desenvolvimento		(801)	(1.465)	(1.671)
Despesas pré operacionais e paradas de operação		(1.859)	(1.592)	(1.293)
Outras despesas operacionais, líquidas	28	(984)	(1.996)	(1.482)
		<b>(4.946)</b>	<b>(7.225)</b>	<b>(6.717)</b>
Redução ao valor recuperável de ativos não circulantes	16	(2.298)	(4.023)	-
Ganho (perda) na mensuração ou venda de ativos não circulantes	8	(215)	(506)	1.494
<b>Lucro operacional</b>		<b>15.063</b>	<b>9.409</b>	<b>30.324</b>
Receitas financeiras	29	2.699	1.595	1.890
Despesas financeiras	29	(11.031)	(5.617)	(5.439)
Resultado de participações societárias em controladas em conjunto e coligadas	13	469	645	1.138
Resultado da alienação de participações em controladas em conjunto e coligadas	8	41	-	-
Redução ao valor recuperável de investimentos	16	-	(1.941)	-
<b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>7.241</b>	<b>4.091</b>	<b>27.913</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	21			
Tributo corrente		(7.786)	(2.503)	(5.539)
Tributo diferido		953	3.677	274
		<b>(6.833)</b>	<b>1.174</b>	<b>(5.265)</b>
<b>Lucro das operações continuadas</b>		<b>408</b>	<b>5.265</b>	<b>22.648</b>
Prejuízo atribuído aos acionistas não controladores		(178)	(257)	(233)
<b>Lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora</b>		<b>586</b>	<b>5.522</b>	<b>22.881</b>
<b>Operações Descontinuadas</b>	7			
Prejuízo proveniente de operações descontinuadas		(2)	(68)	(86)
<b>Prejuízo atribuído aos acionistas da controladora</b>		<b>(2)</b>	<b>(68)</b>	<b>(86)</b>
<b>Lucro líquido</b>		<b>406</b>	<b>5.197</b>	<b>22.562</b>
Prejuízo atribuído aos acionistas não controladores		(178)	(257)	(233)
<b>Lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora</b>		<b>584</b>	<b>5.454</b>	<b>22.795</b>
<b>Lucro por ação atribuídos aos acionistas da controladora:</b>	26e)			
<b>Lucro básico e diluído por ação</b>				
Ações ordinárias		0,11	1,06	4,34
Ações preferenciais		0,11	1,06	4,34

(i) Exercício ajustado conforme Nota 6.

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

## Demonstração do Resultado Abrangente Consolidada

Em milhões de dólares norte-americanos

	Exercício findo em 31 de dezembro de,		
	2013	2012	2011
		(i)	(i)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>406</b>	<b>5.197</b>	<b>22.562</b>
<b>Outros lucros abrangentes</b>			
<b>Itens que não serão reclassificados subsequentemente ao resultado</b>			
<b>Ajustes acumulados de conversão</b>	<b>(9.830)</b>	<b>(7.695)</b>	<b>(9.849)</b>
<b>Obrigações com benefícios de aposentadoria</b>			
Saldo bruto	914	(929)	(472)
Efeito dos impostos	(284)	274	139
	<b>630</b>	<b>(655)</b>	<b>(333)</b>
<b>Total dos Itens que não serão reclassificados subsequentemente ao resultado</b>	<b>(9.200)</b>	<b>(8.350)</b>	<b>(10.182)</b>
<b>Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado</b>			
<b>Ajustes acumulados de conversão</b>			
Saldo bruto	2.822	5.290	5.322
Transferência de resultados realizados para o lucro líquido	435	117	-
	<b>3.257</b>	<b>5.407</b>	<b>5.322</b>
<b>Resultado não realizadas em investimentos disponíveis para venda</b>			
Saldo bruto	193	(1)	3
Transferência de resultados realizados para o lucro líquido	(194)	-	-
	<b>(1)</b>	<b>(1)</b>	<b>3</b>
<b>Hedge de fluxo de caixa</b>			
Saldo bruto do período	(103)	34	216
Efeito dos impostos	12	(8)	11
Transferência de resultados realizados para o lucro líquido, líquido dos tributos	40	(147)	(98)
	<b>(51)</b>	<b>(121)</b>	<b>129</b>
<b>Total dos Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado</b>	<b>3.205</b>	<b>5.285</b>	<b>5.454</b>
<b>Total do resultado abrangente do período</b>	<b>(5.589)</b>	<b>2.132</b>	<b>17.834</b>
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores	(175)	(223)	(308)
<b>Resultado abrangente atribuído aos acionistas da controladora</b>	<b>(5.414)</b>	<b>2.355</b>	<b>18.142</b>
	<b>(5.589)</b>	<b>2.132</b>	<b>17.834</b>

(i) Exercício ajustado conforme Nota 6.

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidada**

Em milhões de dólares norte-americanos

	Capital social	Resultado na conversão de ações	Títulos obrigatoriamente conversíveis em ações	Resultado de operações com acionistas não controladores	Reserva de lucro	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Lucros Acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas da controladora	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido
<b>31 Dezembro de 2010</b>	<b>45.266</b>	<b>1.002</b>	<b>764</b>	<b>411</b>	<b>43.504</b>	<b>(2.660)</b>	<b>(15)</b>	<b>(20.963)</b>	<b>-</b>	<b>67.309</b>	<b>2.515</b>	<b>69.824</b>
Mudança de práticas contábeis (Nota 6)	-	-	-	-	-	-	(642)	263	(93)	(472)	-	(472)
<b>1º de janeiro de 2011 (i)</b>	<b>45.266</b>	<b>1.002</b>	<b>764</b>	<b>411</b>	<b>43.504</b>	<b>(2.660)</b>	<b>(657)</b>	<b>(20.700)</b>	<b>(93)</b>	<b>66.837</b>	<b>2.515</b>	<b>69.352</b>
<b>Lucro líquido</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>22.795</b>	<b>22.795</b>	<b>(233)</b>	<b>22.562</b>
<b>Outros resultados abrangentes:</b>												
Obrigações com benefícios de aposentadoria	-	-	-	-	-	-	(333)	-	-	(333)	-	(333)
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	128	-	-	128	1	129
Resultado não realizado de avaliação ao valor justo	-	-	-	-	-	-	3	-	-	3	-	3
Ajustes de conversão do período	-	-	-	-	(2.778)	-	106	289	(2.068)	(4.451)	(76)	(4.527)
<b>Contribuição e destinação aos acionistas:</b>												
Aquisições e baixas de participações de acionistas não controladores	-	-	-	(404)	-	-	-	-	-	(404)	(625)	(1.029)
Remuneração adicional aos títulos	-	-	(151)	-	-	-	-	-	-	(151)	-	(151)
Capitalização de adiantamento de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31	31
Capitalização de reservas	15.312	(1.002)	-	-	(14.310)	-	-	-	-	-	-	-
Recompra de ações	-	-	-	-	-	(3.002)	-	-	-	(3.002)	-	(3.002)
Participação resgatável dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	207	207
Dividendos de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(105)	(105)
Dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.322)	(5.322)	-	(5.322)
Apropriação às reservas de lucros	-	-	-	-	15.389	-	-	-	(15.389)	-	-	-
<b>31 de dezembro de 2011 (i)</b>	<b>60.578</b>	<b>-</b>	<b>613</b>	<b>7</b>	<b>41.805</b>	<b>(5.662)</b>	<b>(753)</b>	<b>(20.411)</b>	<b>(77)</b>	<b>76.100</b>	<b>1.715</b>	<b>77.815</b>
<b>Lucro líquido</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>5.454</b>	<b>5.454</b>	<b>(257)</b>	<b>5.197</b>
<b>Outros resultados abrangentes:</b>												
Obrigações com benefícios de aposentadoria	-	-	-	-	-	-	(655)	-	-	(655)	-	(655)
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	(121)	-	-	(121)	-	(121)
Resultado não realizado de avaliação ao valor justo	-	-	-	-	-	-	(1)	-	-	(1)	-	(1)
Ajustes de conversão do período	-	-	-	-	(3.585)	-	(26)	1.748	(459)	(2.322)	34	(2.288)
<b>Contribuição e destinação aos acionistas:</b>												
Aquisições e baixas de participações de acionistas não controladores	-	-	-	(407)	-	-	-	-	-	(407)	(54)	(461)
Remuneração adicional aos títulos	-	-	(68)	-	-	-	-	-	-	(68)	-	(68)
Capitalização de adiantamento de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43	43
Realização de reservas	-	-	-	-	(362)	-	-	-	362	-	-	-
Resultado na conversão de ações	-	(152)	(545)	-	-	1.185	(488)	-	-	-	-	-
Participação resgatável dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	181	181
Dividendos de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(74)	(74)
Dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.741)	(4.741)	-	(4.741)
Apropriação às reservas de lucros	-	-	-	-	531	-	-	-	(531)	-	-	-
<b>31 de dezembro de 2012 (i)</b>	<b>60.578</b>	<b>(152)</b>	<b>-</b>	<b>(400)</b>	<b>38.389</b>	<b>(4.477)</b>	<b>(2.044)</b>	<b>(18.663)</b>	<b>8</b>	<b>73.239</b>	<b>1.588</b>	<b>74.827</b>
<b>Lucro líquido</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>584</b>	<b>584</b>	<b>(178)</b>	<b>406</b>
<b>Outros resultados abrangentes:</b>												
Obrigações com benefícios de aposentadoria	-	-	-	-	-	-	630	-	-	630	-	630
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	(51)	-	-	(51)	-	(51)
Resultado não realizado de avaliação ao valor justo	-	-	-	-	-	-	(1)	-	-	(1)	-	(1)
Ajustes de conversão do período	-	-	-	-	(4.901)	-	264	(1.925)	(14)	(6.576)	3	(6.573)
<b>Contribuição e destinação aos acionistas:</b>												
Capitalização de adiantamento de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	78	78
Realização de reservas	-	-	-	-	(3.936)	-	-	-	3.936	-	-	-
Participação resgatável dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	211	211
Dividendos de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(91)	(91)
Dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.500)	(4.500)	-	(4.500)
Apropriação às reservas de lucros	-	-	-	-	14	-	-	-	(14)	-	-	-
<b>31 de dezembro de 2013</b>	<b>60.578</b>	<b>(152)</b>	<b>-</b>	<b>(400)</b>	<b>29.566</b>	<b>(4.477)</b>	<b>(1.202)</b>	<b>(20.588)</b>	<b>-</b>	<b>63.325</b>	<b>1.611</b>	<b>64.936</b>

(i) Exercício ajustado conforme Nota 6.

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

## Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada

Em milhões de dólares

	Exercício findo em 31 de dezembro de,		
	2013	2012	2011
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais:</b>		(i)	(i)
Lucro líquido das operações continuadas	408	5.265	22.648
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao fluxo de caixa das operações continuadas:</b>			
Resultado de participações societárias em coligadas e joint venture	(469)	(645)	(1.138)
Perda (ganho) na mensuração ou venda de ativos não circulantes	215	506	(1.494)
Resultado da alienação de participações em controladas em conjunto e coligadas	(41)	-	-
Perda na baixa de bens do imobilizado	508	197	189
Provisão para perda do valor recuperável dos ativos não circulantes	2.298	5.964	-
Depreciação, amortização e exaustão	4.150	4.155	3.836
Tributos diferidos sobre o lucro	(953)	(3.677)	(274)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	724	1.314	3.178
Perdas líquidas não realizadas com derivativos	791	613	490
Debêntures participativas	368	109	210
Outros	74	(452)	(122)
<b>Redução (aumento) nos ativos:</b>			
Contas a receber	608	1.951	(768)
Estoques	346	(675)	(1.562)
Tributos a recuperar ou compensar	(2.405)	229	(560)
Outros	(132)	537	(288)
<b>Aumento (redução) nos passivos:</b>			
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	(124)	(229)	1.068
Salários e encargos sociais	59	170	263
Tributos e contribuições	843	(163)	(2.490)
Operações de Ouro	1.319	-	-
Tributos sobre o lucro - Programa de refinanciamento	7.030	-	-
Outros	(1.075)	552	20
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais das operações continuadas</b>	<b>14.542</b>	<b>15.721</b>	<b>23.206</b>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais das operações descontinuadas	250	414	252
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>14.792</b>	<b>16.135</b>	<b>23.458</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos continuadas:</b>			
Investimentos a curto prazo	357	(246)	1.793
Empréstimos e adiantamentos	(14)	293	(178)
Depósitos e garantias	(147)	(135)	(169)
Adições em investimentos	(378)	(474)	(504)
Adições ao imobilizado e intangível	(13.105)	(15.322)	(15.862)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos de coligadas e joint venture	834	460	1.038
Recursos provenientes da alienação de investimentos mantidos para venda	2.030	974	1.081
Produto das operações de ouro	581	-	-
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos das operações continuadas</b>	<b>(9.842)</b>	<b>(14.450)</b>	<b>(12.801)</b>
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos das operações descontinuadas	(766)	(437)	(230)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>	<b>(10.608)</b>	<b>(14.887)</b>	<b>(13.031)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos continuadas:</b>			
<b>Instituições financeiras - Empréstimos e financiamentos</b>			
Adições	3.310	9.333	2.442
Pagamentos	(3.347)	(1.712)	(3.577)
<b>Pagamentos aos acionistas:</b>			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos a acionistas	(4.500)	(6.000)	(9.000)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos a acionistas não controladores	(20)	(45)	(100)
Transações com acionistas não controladores	-	(411)	(1.134)
Ações em tesouraria	-	-	(3.002)
<b>Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamentos das operações continuadas</b>	<b>(4.557)</b>	<b>1.165</b>	<b>(14.371)</b>
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos das operações descontinuadas	87	-	-
<b>Caixa líquidos proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamentos</b>	<b>(4.470)</b>	<b>1.165</b>	<b>(14.371)</b>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(286)	2.413	(3.944)
Caixa e equivalentes de caixas no início do exercício	5.832	3.531	7.584
Efeito de variações da taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa	(225)	(112)	(109)
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>5.321</b>	<b>5.832</b>	<b>3.531</b>
<b>Pagamentos efetuados durante o exercício por (ii):</b>			
Juros de empréstimo e financiamentos	(1.535)	(1.316)	(1.146)
Tributos sobre o lucro	(2.405)	(1.238)	(7.293)
Tributos sobre o lucro - Programa de refinanciamento	(2.594)	-	-
<b>Transações que não envolveram caixa:</b>			
Adições ao imobilizado com capitalizações de juros	235	335	234
Adições ao imobilizado com custo da desmobilização dos ativos	190	299	197
Adições no investimento	-	-	3.817

## Notas Explicativas Selecionadas às Demonstrações Contábeis

Em milhões de dólares, exceto quando indicado de outra forma

### 1. Contexto Operacional

A Vale S.A. (“Controladora”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede no centro da cidade do Rio de Janeiro, Av. Graça Aranha nº 26, Rio de Janeiro, Brasil e tem seus títulos negociados nas bolsas de valores de São Paulo (“BM&F BOVESPA”), de Nova York (“NYSE”), de Paris (“NYSE Euronext”) e de Hong Kong (“HKEx”).

A Vale S.A. e suas controladas diretas e indiretas (“Vale”, “Grupo” ou “Companhia”) têm como atividade preponderante a pesquisa, produção e comercialização de minério de ferro e pelotas, níquel, fertilizantes, cobre, carvão, manganês, ferroligas, cobalto, metais do grupo de platina e metais preciosos. A Companhia atua com energia e siderurgia. As informações por segmento de negócio é apresentada na Nota 27.

As principais controladas operacionais em 31 de dezembro de 2013 são:

Empresas	% de participação	% de capital votante	Localização da sede	Atividade principal
Compañia Minera Miski Mayo S.A.C	40,00	51,00	Peru	Fertilizantes
Mineração Corumbaense Reunida S.A.	100,00	100,00	Brasil	Minério de Ferro e Manganês
PT Vale Indonesia Tbk	59,20	59,20	Indonésia	Níquel
Salobo Metais S.A.	100,00	100,00	Brasil	Cobre
Vale Australia Pty Ltd.	100,00	100,00	Austrália	Carvão
Vale Canada Limited	100,00	100,00	Canadá	Níquel
Vale Fertilizantes S.A.	100,00	100,00	Brasil	Fertilizantes
Vale International Holdings GmbH	100,00	100,00	Áustria	Holdings e Pesquisa
Vale International S.A.	100,00	100,00	Suíça	Trading
Vale Manganês S.A.	100,00	100,00	Brasil	Manganês e Ferroligas
Vale Mina do Azul S.A.	100,00	100,00	Brasil	Manganês
Vale Moçambique S.A.	95,00	95,00	Moçambique	Carvão
Vale Nouvelle-Calédonie SAS	80,50	80,50	Nova Caledônia	Níquel
Vale Oman Pelletizing Company LLC	70,00	70,00	Omã	Pelotização
Vale Shipping Holding PTE Ltd.	100,00	100,00	Singapura	Logística de minério de ferro

Conforme demonstrado na Nota 7, a Companhia está descontinuando o segmento de Carga Geral que inclui as subsidiárias abaixo:

Subsidiárias	% participação	% capital votante	Localização da sede
Ferrovia Centro-Atlântica S. A.	100,00	100,00	Brasil
Ferrovia Norte Sul S.A.	100,00	100,00	Brasil
VLI Multimodal S.A.	100,00	100,00	Brasil
VLI Operações de Terminais S.A.	100,00	100,00	Brasil
VLI Operações Portuárias S.A.	100,00	100,00	Brasil
VLI Participações S.A.	100,00	100,00	Brasil
VLI S.A.	100,00	100,00	Brasil
Ultrafertil S.A.	100,00	100,00	Brasil
TUF Empreendimentos e Participações S.A.	100,00	100,00	Brasil
SL Serviços Logísticos S.A.	100,00	100,00	Brasil

## 2. Sumário das Principais Práticas e Estimativas Contábeis

### a) Base de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia (“demonstrações contábeis”) foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - “IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mantidos para negociação contra o resultado do exercício ou ativos financeiros disponíveis para venda contra o resultado abrangente, e ativos ajustados para refletir eventuais perdas na recuperabilidade de ativos (“*impairment*”).

A Companhia avaliou eventos subsequentes até 26 de fevereiro de 2014, data em que as demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

### b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis de cada entidade do Grupo são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua (“moeda funcional”), que no caso da Controladora é o Real (“BRL” ou “R\$”). Para fins de apresentação, as demonstrações contábeis consolidadas estão apresentadas em Dólar Norte-Americano (“USD” ou “US\$”), pois entendemos que esta é forma como nossos investidores internacionais utilizam para as demonstrações contábeis, a fim de tomar as suas decisões.

As operações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes conversão de instrumentos financeiros pela taxa de câmbio do fim do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, como despesa ou receita financeira. A exceção são as transações de patrimônio líquido cujos ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado abrangente.

As demonstrações do resultado e os balanços patrimoniais das entidades do Grupo cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação conforme a seguir: (i) os ativos, passivos e patrimônio líquido (exceto os componentes especificados no item (iii)) são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço; (ii) as receitas e despesas são convertidas pela taxa média de câmbio, exceto para operações específicas que, por sua relevância, são convertidas pela taxa da data da operação; e (iii) os componentes do patrimônio líquido capital social, reservas de capital e ações em tesouraria são convertidos pela taxa da data da transação. Todas as diferenças de câmbio são reconhecidas na conta Ajuste Acumulados de Conversão na Demonstração de Resultado Abrangente, sendo transferidas para a Demonstração do Resultado do Exercício quando da realização da operação.

As cotações das principais moedas que impactam nossas operações são:

	Cotações utilizadas para conversões em reais		
	Exercício findo em 31 de dezembro de,		
	2013	2012	2011
Dólar Norte-Americano (“US\$”)	2,3426	2,0435	1,8683
Dólar Canadense (“CAD”)	2,2031	2,0546	1,8313
Dólar Australiano (“AUD”)	2,0941	2,1197	1,9092
Euro (“EUR” ou “€”)	3,2265	2,6954	2,4165

### c) Consolidação e investimentos

As demonstrações contábeis refletem os saldos dos ativos e passivos e as transações da controladora e de suas controladas diretas e indiretas (“controladas”), eliminando as operações intragrupo. Subsidiárias cujo controle foi obtido através de outros instrumentos, como acordo de acionistas, são também consolidadas mesmo que a Companhia não detenha a maioria do capital volante.

Para empresas em que a Companhia possua controle compartilhado (“*joint ventures*”) ou influência significativa, mas não controle (“coligadas”), os investimentos são mensurados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações consolidadas.

Quando a Companhia contribui com ativos e passivos não monetários para a formação de uma *joint venture* ou uma Coligada, estes os ativos e passivos são desreconhecidos do balanço patrimonial e reconhece o investimento remanescente ao seu valor justo com o reconhecimento integral na demonstração de resultado do efeito desta mensuração, caso o ativo contribuído seja uma subsidiária ou um ativo não monetário definido como um negócio, o reconhecimento no resultado do valor justo do ativo se dá na proporção da efetiva participação de terceiros na *joint venture* ou coligada criada.

As práticas contábeis das controladas, *joint ventures* e coligadas são ajustadas para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Vale. As operações entre as empresas consolidadas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações são eliminados. Os ganhos não realizados das operações *downstream* ou *upstream* entre a Companhia e suas coligadas e *joint ventures* são eliminados integral ou proporcionalmente a participação da Companhia, respectivamente.

A companhia compara o valor contábil dos investimentos mensurados por equivalência patrimonial com os valores das ações cotadas no mercado, quando disponíveis. Se a cotação de mercado for inferior ao valor contábil, e a redução não for sazonal, a Companhia realiza o ajuste de *impairment* sobre o investimento, até os valores cotados pelo mercado.

Nas participações em operações controladas em conjuntos ("*joint operations*") os ativos, passivos e transações dessas operações são reconhecidos na proporção detida pela Companhia.

#### d) Combinação de negócios

Quando a Companhia adquire controle de uma entidade, os ativos identificáveis adquiridos, os passivos e passivos contingentes assumidos e a participação dos acionistas não controladores são mensurados inicialmente pelo valor justo na data de aquisição.

A diferença líquida positiva entre a contraprestação transferida e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos líquidos, na data da aquisição, é registrada como ágio ("*goodwill*"), que é atribuído a cada unidade geradora de caixa adquirida.

#### e) Participação dos acionistas não controladores

O investidor que detém participação em entidades controladas pela Vale é considerado acionista não controlador. A Companhia trata as transações com acionistas não controladores como operações com proprietários de ativos da entidade.

Para as compras de participações de acionistas não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e o valor contábil da parcela adquirida dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações dos acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido.

Quando o controle da Vale sobre uma entidade cessa, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos no patrimônio líquido na conta de resultados de operações com acionistas não controladores, relativos àquela entidade são contabilizados como se a entidade tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em resultados de operações com acionistas não controladores são reclassificados no resultado.

#### f) Informações por segmento e área geográfica

A Companhia divulga informações consolidadas de segmento de negócio operacional e receitas por área geográfica, de acordo com os princípios e conceitos utilizados pelos tomadores de decisão na avaliação de desempenho. As informações são analisadas por segmento como segue:

**Bulk Material** – Compreende a extração de minério de ferro e produção de pelotas, bem como o transporte, incluindo ferrovias, portos, terminais e embarcações, vinculados às operações de mineração de *bulk materials*. O minério de manganês, ferroligas e carvão também estão incluídos neste segmento.

**Metais básicos** – Compreende a produção de minerais não ferrosos, incluindo as operações de níquel (coprodutos e subprodutos) e cobre.

**Fertilizantes** – Compreende três importantes grupos de nutrientes: potássio, fosfato e nitrogênio.

**Carga Geral** – Compreendem os serviços de transporte de carga para terceiros, divididos em serviço de transporte ferroviário, portuário e marítimo, não vinculados aos demais segmentos operacionais. O conjunto de ativos e passivos relacionados a este segmento está classificado como Ativos e passivos mantidos para venda e operação descontinuada (Nota 7).

**Outros** – Compreendem as vendas e custos de outros produtos e investimentos em *joint ventures* e coligadas de outros negócios.

#### g) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

A Companhia classifica ativos e passivos como circulantes quando espera realizar os ativos e liquidar os passivos em até doze meses após a data do relatório. Outros ativos e passivos são classificados como não circulantes.



#### **h) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos a curto prazo**

Os montantes registrados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancário e investimentos de curtíssimo prazo, que possuem liquidez imediata ou vencimento original em até três meses e risco insignificante de variação no valor justo. Os demais investimentos, com vencimentos originais superiores a três meses, são reconhecidos a valor justo com movimentações pelo resultado e registrados em investimentos a curto prazo.

#### **i) Contas a receber de clientes**

São instrumentos financeiros classificados na categoria Empréstimos e Recebíveis e representam os valores a receber pela venda de produtos e prestação de serviços efetuados pela Companhia. Os valores a receber são registrados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de estimativas de perdas para cobrir eventuais prejuízos na sua realização, quando aplicável.

#### **j) Estoques**

Os estoques de minerais e produtos são apresentados pelo menor valor entre o custo médio de extração e produção e o valor realizável líquido. Os custos de extração e produção dos estoques são determinados pelos custos fixos e variáveis, direta e indiretamente atribuídos a produção, mensurados pelo método de custo médio. Quando aplicável, uma estimativa de perdas com estoques obsoletos ou de baixa movimentação é reconhecida.

Pilhas de minério são contabilizadas como processadas quando o minério é extraído da mina. O custo do produto acabado é composto de depreciação e todo o custo direto e indireto necessário para converter pilhas de minério em produtos acabados.

Os estoques de materiais são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e, quando aplicável, uma estimativa de perdas com estoques obsoletos ou de baixa movimentação é reconhecida.

#### **k) Ativos e passivos não circulantes mantidos para a venda e operações descontinuadas**

Quando a Companhia está comprometida com um plano de venda para a alienação de um conjunto de ativos e passivos disponíveis para a venda imediata, estes ativos e passivos são classificados como ativos e passivos mantidos para a venda. Se este grupo de ativos e passivos representarem uma importante linha de negócio, são classificados como operação descontinuada.

Os ativos e passivos não circulantes mantidos para venda e as operações descontinuadas são registrados no circulante, separados dos outros ativos e passivos circulantes, sendo avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda.

Os resultados do exercício, outros resultados abrangentes, fluxo de caixa e demonstração de valores adicionados de operações descontinuadas são apresentados separadamente dos resultados das operações continuadas da Companhia.

#### **l) Remoção de estéril para acessar os depósitos de minério**

Os custos associados à remoção de estéril e outros resíduos (“custo de remoção estéril” ou “*stripping costs*”) incorridos durante o desenvolvimento da mina, antes da produção, são capitalizados como parte do custo depreciável do ativo imobilizado em desenvolvimento. Tais custos são amortizados pelo período da vida útil da mina.

Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque, exceto quando é realizada uma campanha de extração específica para acessar depósitos mais profundos da jazida. Nestes casos, os custos identificáveis são classificados como não circulante quando da extração do depósito de minério, e serão amortizados ao longo da vida útil da jazida.

Os custos de remoção de estéril são mensurados pelos custos fixos e variáveis, direta e indiretamente atribuídos a sua remoção e, quando aplicável, é deduzido de eventual *impairment*, nos mesmos moldes adotados para a unidade geradora de caixa do qual ele é parte integrante.

## m) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis geradores de benefícios econômicos futuros são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva e tem sua recuperabilidade testada sempre que existem indícios de que o ativo possa estar desvalorizado. Os ativos de vida útil indefinida não são amortizados e tem sua recuperabilidade testada anualmente.

A Companhia possui concessão para explorar bens de ferrovias por um período de tempo determinado. Estes bens são classificados como ativos intangíveis e amortizados pelo período menor entre a vida útil do bem e a data de encerramento do contrato e retorno dos bens ao poder concedente.

Os ativos intangíveis identificáveis, adquiridos em uma combinação de negócios, são reconhecidos separadamente do *goodwill*.

## n) Ativo imobilizado

Os ativos imobilizados são reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Os custos dos ativos minerários desenvolvidos internamente são determinados pelos custos direta e indiretamente atribuídos à construção, os encargos financeiros incorridos durante a aquisição ou o período de construção, depreciação e exaustão de bens utilizados na construção, estimativa de gastos com descomissionamento e restauração da localidade e outros gastos capitalizáveis ocorridos durante a fase de desenvolvimento da mina (quando o projeto se prova gerador de benefício econômico e existem capacidade e intenção da Companhia de concluir o projeto).

A exaustão dos ativos minérios é apurada com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas minerais provadas e prováveis. Os demais ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos encontram-se disponíveis para serem utilizados no uso pretendido. A exceção são os terrenos que não são depreciados. A depreciação e exaustão dos ativos da Companhia estão representadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

<b>Ativo Imobilizado</b>	<b>Vida útil</b>
Imóveis	15 anos a 50 anos
Instalações	8 anos a 50 anos
Equipamentos	3 anos a 33 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Ativos minerários	Produção
Locomotivas	12,5 anos a 25 anos
Vagões	33 anos a 44 anos
Equipamentos ferroviários	5 anos a 50 anos
Navios	5 anos a 20 anos
Outros	2 anos a 50 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, a cada exercício social.

Os gastos relevantes com manutenção de áreas industriais e de ativo relevantes, incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados durante o período de benefícios desta manutenção até a próxima parada.

## o) Gastos com estudos e pesquisas minerais

### I. Gastos com pesquisas minerais

Gastos com pesquisas minerais são considerados como despesas operacionais até a comprovação efetiva da viabilidade econômica e exploração comercial de uma determinada jazida. A partir de então, os gastos incorridos são capitalizados como custos de desenvolvimento de minas.

### II. Gastos com estudo de viabilidade, novas tecnologias e outras pesquisas

Vale também realiza estudo de viabilidade para muitos outros negócios que operam e pesquisam novas tecnologias para otimizar os processos de mineração. Depois de comprovada a viabilidade econômica, os gastos incorridos são capitalizados.

**p) Redução ao valor recuperável de ativos (“Impairment”)**

A Companhia avalia, a cada divulgação, se existem evidências objetivas de que o valor contábil de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os ativos não financeiros de longa duração, devem ser reduzidos ao valor recuperável.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é efetuada uma análise comparativa entre o valor contábil e os fluxos de caixa esperados para o ativo, e quando há algum indicador de que o valor não seja recuperável, é efetuado o ajuste de *impairment*.

Para os ativos não financeiros de longa duração (como intangíveis ou imobilizados), quando há indicação de redução ao valor recuperável, diretamente atribuída a um ativo, é identificado o menor grupo de ativos para os quais existam fluxos de caixa separadamente identificável (“unidade geradora de caixa” ou “UGC”) e é realizado o teste de *impairment* para identificar o valor recuperável desses ativos agrupados. Se identificada a necessidade de ajuste, o mesmo é apropriado de forma sistemática a cada ativo da unidade geradora de caixa. O valor recuperável é maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para venda.

A Companhia determina seus fluxos de caixas com base nos orçamentos aprovados considerando: reservas e recursos minerais calculados por especialistas internos; custos e investimentos baseados na melhor estimativa e em desempenhos passados; e preços de venda consistentes com as projeções utilizadas nos relatórios publicados pela indústria, considerando a cotação de mercado quando disponível e apropriado. Os fluxos de caixa utilizados são projetados com base na vida útil de cada unidade (consumo das reservas no caso das unidades minerais) e considerando taxas de desconto que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em cada unidade geradora de caixa, dependendo de sua composição e localização.

Para investimentos em entidades coligadas ou controladas em conjunto com ações negociadas em bolsa, a Vale avalia recuperabilidade dos ativos, quando há declínio prolongado ou significativo no valor de mercado das ações. Se o valor de mercado for menor que o valor contábil dos investimentos, e a redução não for sazonal, a Companhia realiza o ajuste do valor do investimento até o valor de realização cotado no mercado.

Independentemente da indicação de *impairment* de seu valor contábil o *goodwill*, os ativos intangíveis com vida útil indefinida e os terrenos são testados para *impairment* pelo menos uma vez por ano.

**q) Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros**

As contas a pagar a fornecedores e empreiteiros são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridas no curso normal dos negócios. Estas são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

**r) Empréstimo e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Instrumentos financeiros compostos possuem componentes de passivo financeiro (dívidas) e de patrimônio líquido. O componente de passivo é reconhecido inicialmente a valor justo, determinado com base no fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível. Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente de patrimônio líquido é reconhecido pela diferença entre o valor total recebido pela Companhia com emissão do título, deduzido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão dos títulos e o valor do instrumento passivo. Após o reconhecimento inicial, o componente de patrimônio líquido não é mensurado novamente, até o momento de sua conversão.

#### **s) Arrendamento mercantil (“Lease”)**

A Companhia classifica seus contratos como arrendamento mercantil financeiro ou operacional com base na avaliação sobre a essência da operação contratada que pode, ou não, estar vinculada à aquisição substancial dos riscos e benefícios advindos dos ativos objetos do contrato, ao longo de sua vida útil.

Nos contratos de arrendamento financeiro, o menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento é registrado no ativo imobilizado com contrapartida da correspondente obrigação registrada no passivo.

Nos arrendamentos operacionais, os pagamentos efetuados são reconhecidos linearmente durante a vigência do contrato como custo ou despesa no resultado.

#### **t) Provisões**

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação usando uma taxa de juros antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

##### **i. Provisão com obrigações de desmobilização de ativos**

A provisão refere-se aos custos para o fechamento da mina e desativação dos ativos minerários vinculados. A provisão é constituída inicialmente com o registro de um passivo de longo prazo com contrapartida em um item do ativo imobilizado principal. O passivo de longo prazo é atualizado financeiramente pela taxa de desconto de longo prazo atualizada e registrado contra o resultado do exercício, na despesa financeira. O item do ativo é depreciado linearmente pela vida útil do bem principal e registrado contra o resultado do exercício e o passivo é liquidado quando do início do desembolso de caixa ou contração de obrigação a pagar referente ao fechamento da mina ou desativação dos ativos minerários.

##### **ii. Provisão para processos judiciais**

A provisão refere-se aos processos judiciais e autuações sofridas pela Companhia. A obrigação é reconhecida no momento em que for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

#### **u) Benefícios a empregados**

##### **i. Benefício de curto prazo – salários, férias e encargos incidentes.**

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

##### **ii. Benefício de curto prazo – participação no resultado**

A Companhia adota a política de participação nos resultados tendo como base, o cumprimento de metas de desempenho individual e da Companhia. A Companhia efetua a provisão baseada na medição periódica do cumprimento das metas, respeitando o regime de competência e o reconhecimento da obrigação presente resultante de evento passado no montante estimado da saída de recursos no futuro. A contrapartida da provisão é registrada como custo de produtos vendidos e serviços prestados ou despesas operacionais de acordo com a atividade do empregado.

### iii. Benefício de longo prazo – incentivo de longo prazo

A Companhia estabeleceu mecanismos de premiação para seus executivos, elegíveis seguindo critérios internos (plano *Matching* e plano de incentivo de longo prazo - ILP), com o objetivo de incentivar a permanência e o desempenho dos mesmos. O plano *Matching* estabelece que estes executivos elegíveis possam vincular ao plano uma quantidade determinada de ações preferenciais classe A da Vale, de sua propriedade, e farão jus, ao final de três anos, a um prêmio em dinheiro correspondente ao valor de mercado do lote de ações vinculadas pelos executivos, desde que mantidas em sua integralidade sob propriedade dos executivos em todo o decorrer do período. Assim como o plano *Matching*, o ILP prevê ao final de três anos o pagamento em espécie do valor equivalente a um determinado número de ações baseado na avaliação de carreira dos executivos e fatores de desempenho da Companhia em relação a um grupo de empresas de porte similar. As obrigações são medidas, em cada data de divulgação, a valor justo, baseado em cotações de mercado. Os custos de compensação incorridos são reconhecidos no resultado durante os três anos definidos como período aquisitivo.

### iv. Benefício de longo prazo – fundo de pensão e outros benefícios pós-aposentadoria

A Companhia mantém diversos planos de aposentadoria para seus funcionários.

Para os planos de contribuição definida, a obrigação da Companhia se restringe a contribuição mensal vinculada a um percentual pré-definido sobre a remuneração dos funcionários vinculados a estes planos.

Para os planos de benefício definido em que a Companhia tem a responsabilidade ou possui algum tipo de risco, são obtidos periodicamente cálculos atuariais das responsabilidades, determinadas de acordo com o Método de Unidade de Crédito Projetada, a fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação do benefício definido na data, menos o valor justo dos ativos do plano. Reconhecemos no resultado, os custos de serviços, as despesas de juros sobre obrigações e as receitas de juros sobre ativos do plano. A remensuração dos ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (líquido das receitas de juros sobre os ativos) e as mudanças no efeito do teto do ativo e passivo oneroso, são reconhecidos nos resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Para os planos com posição de superávit, a Companhia não efetua qualquer registro no balanço patrimonial nem na demonstração do resultado, por não existir claramente uma posição sobre a utilização desse superávit. Para os planos com posição deficitária, a Companhia reconhece os passivos líquidos, os resultados do exercício e os resultados abrangentes advindos da avaliação atuarial.

### v) Instrumentos financeiros derivativos e operações de *hedge*

A Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros, não sendo utilizados instrumentos derivativos com o objetivo de especulação. Os instrumentos financeiros derivativos são ativos financeiros mensurados a valor justo e são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas em cada exercício como ganhos ou perdas no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, quando a transação for elegível e caracterizada como um *hedge* efetivo na modalidade de fluxo de caixa, e que tenha sido efetivo durante o período relacionado.

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são, ou não, altamente eficazes nas suas variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira), quando o item protegido for efetivamente realizado.

## w) Classificação dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

**Mensurados ao valor justo por meio do resultado** – são registrados nesta categoria os instrumentos financeiros adquiridos mantidos para negociação, com o propósito de venda no curto prazo. Estes instrumentos são mensurados ao valor justo, exceto os instrumentos financeiros derivativos não classificados como hedge accounting, cujo valor justo é mensurado, considerando a inclusão do risco de crédito das contrapartes no cálculo dos instrumentos.

**Empréstimos e recebíveis** – são instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. São mensurados inicialmente a valor justo, e subsequentemente pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

**Mantido até o vencimento** – são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. São mensurados inicialmente a valor justo, e subsequentemente pelo valor de custo amortizado.

**Disponíveis para vendas** – são ativos não derivativos não classificados nas demais categorias. Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria são mensurados ao valor justo, sendo as variações do valor justo até o momento da realização registrado contabilmente no patrimônio líquido. Na realização dos ativos financeiros, o valor justo é reclassificado para o resultado do exercício.

## x) Capital social

A Companhia, periodicamente pratica a recompra de ações para permanecerem em tesouraria para uma futura alienação ou cancelamento. Estas ações são reconhecidas em conta específica como redutoras do patrimônio líquido ao valor de aquisição e mantidas ao valor de custo da operação. Esses programas são aprovados pelo Conselho de Administração com prazo e quantidades, por tipo de ações, determinados.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

## y) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas contabilmente ao valor justo quando a Companhia cumpre com razoável segurança as condições estabelecidas pelo governo. São registradas contabilmente no resultado, como redução do tributo ou despesa, de acordo com a natureza do benefício e reclassifica para a Reserva de Lucros, no Patrimônio Líquido, quando da destinação do resultado.

## z) Receita

A receita é reconhecida quando a Vale transfere para seus clientes todos os riscos e benefícios significativos referentes à propriedade do produto vendido e serviços prestados. A receita está apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda e é reconhecida pelo valor justo recebido ou a receber, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Vale e as receitas e os custos puderem ser medidos de forma confiável.

Dependendo da modalidade contratada, a receita de venda pode ser reconhecida quando o produto for disponibilizado no porto de embarque, carregado no navio ou entregue no destino. A receita de serviços é reconhecida no montante em que os serviços são prestados e aceitos pelo cliente.

Em alguns casos, o preço de venda é determinado, a título provisório na data da venda, como o preço final de venda está sujeita às cláusulas de reajuste dos contratos até a data da precificação final. A receita de venda de preço provisoriamente é reconhecida quando os riscos e benefícios da propriedade são transferidos para o cliente e receita pode ser mensurada de forma confiável. Nesta data, o montante das receitas a serem reconhecidas é estimado com base no preço a prazo do produto vendido.

Os valores faturados aos clientes correspondentes a transporte de produtos comercializados pela Companhia são reconhecidos como receita, quando que é responsável pelo transporte. Os custos de envio são reconhecidos como custos operacionais.

#### **aa) Tributos sobre o lucro corrente e diferido**

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, para os quais, o imposto também é reconhecido no resultado abrangente.

A provisão para tributos sobre o lucro é calculada individualmente por entidade do grupo com base em alíquotas e regras fiscais em vigor na localidade da entidade. O reconhecimento do imposto diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, nos prejuízos fiscais apurados e na base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, na medida em que foram consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros. Os impostos de renda diferidos ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

#### **bb) Lucro básico e diluído por ação**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da sociedade, deduzido da remuneração dos detentores de títulos patrimoniais, pela quantidade média ponderada de ações em circulação (total de ações menos as ações em tesouraria).

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas.

#### **cc) Remuneração aos acionistas**

A remuneração aos acionistas se dá sobre a forma de dividendos e juros sobre capital próprio. Esta remuneração é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovada pelos acionistas.

A Vale pode distribuir juros sobre o capital próprio. O cálculo é baseado nos valores do patrimônio líquido e na taxa de juros aplicada, que não pode exceder a Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) determinada pelo Banco Central do Brasil. Além disso, tais juros não poderão exceder 50% do lucro líquido do exercício ou 50% dos lucros acumulados mais as reservas de lucros, conforme determinado pela lei societária brasileira.

O benefício para Vale, em contraposição ao um pagamento de dividendos, é uma redução nos encargos com o imposto de renda, pois estas despesas de juros são dedutíveis no Brasil. Sobre parcela da remuneração referente aos juros sobre capital próprio a Companhia retém 15% de imposto de renda em nome dos acionistas. Segundo a legislação brasileira, os juros sobre o capital próprio é considerado como parte do dividendo mínimo anual (Nota 26-f). Esta distribuição de juros nominais é tratada para fins contábeis como dedução do patrimônio líquido de maneira similar a um dividendo e o crédito fiscal registrado no resultado.

### 3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão assim apresentadas:

#### a) Reservas minerais e vida útil das minas

As estimativas de reservas provadas e prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. Estas reservas são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que a Companhia assuma posições sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros do minério, taxas de câmbio e de inflação, tecnologia de mineração, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis registradas.

A estimativa do volume das reservas minerais é base de apuração da parcela de exaustão das respectivas minas e, sua estimativa de vida útil é fator preponderante para quantificação da provisão de recuperação ambiental das minas quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração na estimativa do volume de reservas das minas e da vida útil dos ativos a ela vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização, reconhecidos nas demonstrações contábeis como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada das minas poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de gastos ambientais, de sua recuperação quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado e das análises de impairment.

#### b) Desmobilização de ativos

A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, conforme Nota 2t-i. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como uma prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxas de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Estas estimativas são revisadas anualmente.

#### c) Redução de valor recuperável de ativos

A Companhia testa anualmente a recuperabilidade de seus ativos tangíveis e intangíveis segregados por unidade geradora de caixa, usualmente utilizando o critério do fluxo de caixa descontado que depende de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada.

#### d) Processos judiciais

As provisões para processos judiciais são registradas somente quando a possibilidade de perda for considerada provável pela diretoria jurídica e seus consultores jurídicos.

O registro das provisões ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal nas jurisdições que a Companhia opera, bem como em outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.



#### e) Benefícios pós-aposentadoria dos empregados

Os valores registrados nesta rubrica dependem de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam diversas premissas, para determinação dos custos e passivos, entre outros. Uma das premissas utilizadas na determinação do valor a ser registrado contabilmente é a taxa de juros para desconto e atualização. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os registros contábeis efetuados.

A Companhia, em conjunto com os atuários externos, revisa no final de cada exercício, as premissas que devem ser utilizadas para o exercício seguinte. Essas premissas são utilizadas para as atualizações e descontos a valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e determinação dos valores futuros de saídas de caixa estimadas, necessárias para liquidação das obrigações com os planos de pensão.

#### f) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Vale usa seu julgamento para escolher os diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferente da estimativa da Administração está apresentada na Nota 25, no tópico análise de sensibilidade.

#### g) Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia reconhece o efeito dos tributos diferidos de prejuízo fiscal e/ou diferenças temporária em suas demonstrações contábeis. É registrada uma provisão para perda de ativos fiscais quando a recuperabilidade destes ativos não for provável.

A determinação da provisão para tributos sobre o lucro diferido, ativo e passivo, e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. A provisão para desvalorização depende da avaliação, pela Companhia, da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, preços de commodities, custos operacionais, planos de reestruturação, custos de recuperação de áreas degradadas e custos de capital planejados.

### 4. Pronunciamentos Contábeis

A Companhia elaborou suas demonstrações contábeis em IFRS. Os pronunciamentos emitidos pelo IASB, com adoção exigida para exercícios findos após 31 de dezembro de 2013 não serão adotados antecipadamente.

#### Pronunciamentos, interpretações ou atualizações emitidos pelo IASB com aplicação em 2013

Existem novos pronunciamentos, interpretações e alterações do IFRS adotados em 2013. Os impactos retrospectivos das novas normas se limitam aos efeitos da revisão do IAS 19 - Benefícios a empregados, descritos na Nota 6.

#### Pronunciamentos, interpretações ou atualizações emitidos pelo IASB para adoção posterior a 31 de dezembro de 2013

**Annual Improvements to IFRSs: 2010-2012 Cycle** – Em dezembro de 2013 o IASB emitiu uma série de atualizações não urgentes a alguns pronunciamentos. Algumas adoções são prospectivas e outras são requeridas a partir de 1º de julho de 2014. A Vale está analisando possíveis impactos referentes a esta atualização em suas demonstrações contábeis.

**Defined Benefit Plans: Employee Contributions** – Em novembro de 2013 o IASB emitiu uma atualização ao pronunciamento IAS 19 – *Employee Benefit* que objetiva simplificar o tratamento contábil das contribuições realizadas pelos empregados e por terceiros, em planos de benefícios definidos. A adoção das atualizações será requerida a partir de 1º de julho de 2014 e a Vale está analisando possíveis impactos referentes a esta atualização em suas demonstrações contábeis.

**Hedge Accounting and amendments to IFRS 9, IFRS 7 and IAS 39** – Em novembro de 2013 o IASB emitiu uma atualização aos pronunciamentos IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement*, IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures* e IFRS 9 – *Financial Instruments* que traz uma revisão abrangente sobre o *hedge accounting*, alinhando os aspectos contábeis com a gestão de risco, visando trazer informações mais úteis para as demonstrações contábeis. Estas atualizações cancelam o IFRIC 9 – *Reassessment of Embedded Derivative*. A adoção das atualizações será requerida imediatamente para quem já adota o IFRS 9, cuja obrigatoriedade de adoção é partir de 1º de janeiro de 2015. A Vale ainda está analisando possíveis impactos referentes a esta pronunciamento.

**Novation of Derivatives and Continuation of Hedge Accounting** – Em junho de 2013 o IASB emitiu uma atualização ao pronunciamento IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement*, que, dentre outros itens, compreende que um *hedge accounting* não cessa quando um derivativo instrumento de *hedge accounting*, por determinação legal ou de regulamento específico, se encerra e é renovado por um novo derivativo. A adoção das atualizações será requerida a partir de 1º de janeiro de 2014 e a Vale está analisando possíveis impactos referentes a esta atualização em suas demonstrações contábeis.

**IFRIC 21 Levies** – Em maio de 2013 o IASB emitiu uma nova interpretação que trata do reconhecimento de obrigações impostas por agentes governamentais. A adoção das atualizações será requerida a partir de 1º de janeiro de 2014 e a Vale está analisando possíveis impactos referentes a esta atualização em suas demonstrações contábeis.

**Recoverable Amount Disclosures for Non-Financial Assets** – Em maio de 2013 o IASB emitiu uma atualização ao pronunciamento IAS 36 – *Impairment of Assets*, que melhor detalha as intenções do comitê sobre os aspectos de divulgação do *impairment* de ativos não financeiros. A adoção das atualizações será requerida a partir de 1º de janeiro de 2014 e a Vale está analisando possíveis impactos referentes a esta atualização em suas demonstrações contábeis.

## 5. Gestão de Riscos

A Vale entende que o gerenciamento de risco é fundamental para apoiar seu plano de crescimento, planejamento estratégico e flexibilidade financeira. Desta forma, desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tanto, avalia não apenas o impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado) e aqueles oriundos do risco de liquidez, mas também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos inadequados ou deficientes, pessoas, sistemas ou eventos externos (risco operacional), dentre outros.

### a) Política de Gestão de Risco

O Conselho de Administração da Vale estabeleceu a política de gestão de risco corporativo com o objetivo de apoiar o plano de crescimento, o planejamento estratégico e a continuidade dos negócios da Companhia, além de fortalecer a estrutura de capital e gestão de ativos do Grupo Vale, garantir adequado grau de flexibilidade na gestão financeira mantendo o nível de solidez requerido para o grau de investimento e fortalecer suas práticas de governança corporativa.

A política de gestão de risco corporativo determina que a Vale mensure e monitore seu risco corporativo de forma consolidada, com o objetivo de garantir que o nível total de risco da Companhia permaneça alinhado às diretrizes definidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

O Comitê Executivo de Gestão de Riscos, criado pelo Conselho de Administração, é responsável por apoiar a Diretoria Executiva nas análises de risco e por emitir pareceres referentes à gestão de riscos da Companhia. É responsável também pela supervisão e revisão dos princípios e instrumentos de gestão de riscos corporativos.

A Diretoria Executiva é responsável por aprovar os desdobramentos da política em normas, regras e responsabilidades e por informar ao Conselho de Administração sobre estes procedimentos.

As normas e instruções de gestão de riscos complementam a política de gestão de risco corporativo e definem práticas, processos, controles, papéis e responsabilidades na Companhia no que se refere à gestão de risco.

A Companhia pode, quando necessário, alocar limites de risco específico às atividades gerenciais que deles necessitem, incluindo, mas não se limitando a, limites de risco de mercado, de crédito corporativo e soberano, de acordo com o limite aceitável de risco corporativo.

### b) Gestão de Risco de Liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Vale não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado.

Para mitigar esse risco, a Vale possui linhas de crédito rotativo para auxiliar na gestão da liquidez de curto prazo e possibilitar maior eficiência da gestão do caixa, em linha com o foco estratégico na redução do custo de capital. As linhas de crédito rotativo disponíveis foram contratadas junto a um sindicato composto por diversos bancos comerciais globais.

### c) Gestão de Risco de Crédito

O risco de crédito da Vale decorre de potenciais impactos negativos no seu fluxo de caixa devido à incerteza na capacidade das contrapartes de cumprir suas obrigações contratuais. Para fins de gerenciamento deste tipo de risco, a Vale mantém procedimentos e processos como o controle de limites de crédito, a obrigatoriedade de diversificação da exposição em diferentes contrapartes e o acompanhamento do risco das carteiras de crédito.

As contrapartes da Vale podem ser divididas em três categorias: os clientes responsáveis pelas obrigações representadas pelos recebíveis referentes às vendas a prazo; as instituições financeiras com as quais a Vale mantém seus investimentos de caixa ou contrata transações com derivativos; e os fornecedores de equipamentos, produtos e serviços em casos de antecipação de pagamento.

#### i. Gestão de Risco de Crédito Comercial

Para o risco de crédito comercial, proveniente das vendas de produtos e serviços a clientes finais, o departamento de gestão de risco corporativo, de acordo com a delegação vigente, aprova ou solicita aprovação de limites de risco de crédito para cada contraparte. Além disso, a Diretoria Executiva estabelece anualmente limites globais de risco de crédito comercial para o portfólio de clientes.

A Vale atribui uma classificação de risco de crédito para cada cliente utilizando como base uma metodologia quantitativa própria para a análise de risco de crédito, a partir de três fontes principais de informações: (i) a probabilidade de default estimada (*“Expected Default Frequency”* ou *“EDF”*) fornecida pelo modelo KMV (Moody’s); (ii) os *ratings* de crédito atribuídos pelas principais agências internacionais de *rating*; e (iii) os demonstrativos financeiros do cliente para avaliação econômico-financeira com base em indicadores financeiros.

Em 31 de dezembro de 2013, 65% do contas a receber devido a vendas comerciais da Vale apresentava classificação de risco baixo ou insignificante, 31% apresentava risco moderado e apenas 4% risco elevado.

Sempre que necessário, a análise de risco de crédito quantitativa é complementada por uma análise qualitativa, que leva em consideração o histórico de pagamento da contraparte, o tempo de relacionamento comercial com a Vale e a posição estratégica do cliente em seu setor econômico, dentre outros fatores.

De acordo com o risco de crédito de uma contraparte ou ainda de acordo com o perfil de risco de crédito consolidado da Vale, estratégias de mitigação de risco são utilizadas para minimizar o risco de crédito da Companhia de forma a atingir o limite aceitável de risco aprovado pela Diretoria Executiva. Dentre as principais estratégias de mitigação de risco de crédito, destacam-se seguro de crédito, hipoteca, carta de crédito e garantias corporativas, dentre outros.

A Vale possui uma carteira de recebíveis diversificada geograficamente, sendo China, Europa, Brasil e Japão os países/regiões que apresentam as exposições mais significativas. De acordo com a região, diferentes tipos de garantias podem ser utilizados para melhorar a qualidade de crédito dos recebíveis.

A empresa controla detalhadamente sua carteira de recebíveis através dos Comitês de Crédito e Cobrança, onde as áreas de gestão de risco, cobrança e comerciais monitoram periodicamente a posição de cada contraparte. Adicionalmente, a Vale possui controles sistêmicos de risco de crédito que bloqueiam vendas adicionais para contrapartes com recebíveis vencidos junto à Vale.

#### ii. Gestão de Risco de Crédito para Tesouraria

O controle da exposição originada por aplicações financeiras e instrumentos derivativos é feito através dos seguintes procedimentos: aprovação anual da Diretoria Executiva de limites de crédito por contraparte, controle da diversificação do portfólio, variações de *spreads* de crédito das contrapartes e do risco de crédito total da carteira de tesouraria. Existe ainda um monitoramento de todas as posições, controle de exposição versus limite e reporte periódico ao Comitê Executivo de Gestão de Risco.

O cálculo da exposição com uma determinada contraparte que possua diversas operações de derivativos com a Vale considera o somatório das exposições de cada derivativo contratado junto a esta contraparte. A exposição oriunda de cada derivativo é definida como o valor futuro estimado até o vencimento do instrumento, considerando a variação dos fatores de risco de mercado que afetam o valor do instrumento derivativo.

A Vale utiliza ainda uma classificação de risco própria para avaliação das contrapartes em operações de tesouraria, que segue metodologia similar à utilizada na gestão do risco de crédito comercial, com o objetivo de calcular a probabilidade de *default* das contrapartes.

De acordo com o tipo de contraparte (bancos, seguradoras, países ou corporações), utilizam-se diferentes variáveis: (i) a probabilidade de *default* estimada fornecida pelo modelo KMV; (ii) *Spreads* de crédito obtidos no mercado de *Credit Default Swaps* (*“CDS”*) ou no mercado de dívidas (*Bond Market*); (iii) *ratings* de crédito atribuídos pelas principais agências internacionais de *rating*; e (iv) demonstrativos financeiros para avaliação econômico-financeira com base em indicadores financeiros.

## d) Gestão de Risco de Mercado

A Vale está exposta ao comportamento de diversos fatores de risco de mercado que podem impactar seu fluxo de caixa. A avaliação deste potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações é realizada periodicamente para apoiar o processo de decisão, suportar a estratégia de crescimento da Companhia, garantir sua flexibilidade financeira e monitorar a volatilidade dos fluxos de caixa futuros.

Para tanto, quando necessário, estratégias de mitigação de risco de mercado são avaliadas e implementadas em linha com estes objetivos. Algumas destas estratégias utilizam instrumentos financeiros, incluindo derivativos. As carteiras compostas pelos instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente de forma consolidada, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Considerando a natureza dos negócios e operações da Vale, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são:

- Taxas de câmbio e taxas de juros;
- Preços de produtos e insumos.

### i. Risco de Taxa de Câmbio e de Taxa de Juros

O fluxo de caixa da Companhia está sujeito à volatilidade de diversas moedas, uma vez que os preços de seus produtos são indexados predominantemente ao dólar norte-americano, enquanto a parte significativa dos custos, despesas e investimentos é denominada em outras moedas, principalmente Real e dólares canadenses.

Para reduzir o potencial impacto causado por este descasamento de moedas, instrumentos derivativos podem ser utilizados como estratégia de mitigação de risco.

No caso de proteção cambial dos fluxos de caixa envolvendo receitas, custos, despesas e investimentos, as principais estratégias de mitigação de risco utilizadas são operações de moeda a termo e *swaps*.

A Vale implementou operações de *hedge* para proteger seu fluxo de caixa contra o risco de mercado proveniente das suas dívidas – principalmente o risco cambial. As operações de *swap* cambial utilizadas para converter as dívidas em reais e em euros para dólares americanos possuem volumes, fluxos e vencimentos semelhantes às dívidas - ou, em alguns casos, inferiores de acordo com as restrições de liquidez de mercado.

*Swaps* com vencimento inferior ao vencimento final das dívidas são renegociados ao longo do tempo de forma que seus vencimentos finais se igualem - ou se aproximem - do vencimento final da dívida. Sendo assim, na data de liquidação, o resultado do *swap* compensará parte do impacto da variação cambial sobre as obrigações da Vale, contribuindo para estabilizar o fluxo de caixa.

No caso de instrumentos de dívidas denominados em reais, caso ocorra apreciação (depreciação) do real contra o dólar norte-americano, o impacto negativo (positivo), no serviço da dívida da Vale (juros e/ou pagamento de principal) medido em dólares norte-americanos será parcialmente anulado pelo efeito positivo (negativo) das operações de *swap*, independentemente da taxa de câmbio US\$/R\$ na data de pagamento. O mesmo racional se aplica às dívidas denominadas em outras moedas e seus respectivos *swaps*.

A Vale também possui exposição a taxas de juros sobre os empréstimos e financiamentos. As dívidas com taxas de juros flutuantes em dólares norte-americanos consistem principalmente em empréstimos que incluem operações de pré-pagamento de exportações e empréstimos em bancos comerciais ou organizações multilaterais. Em geral, estas dívidas são indexadas à *London Interbank Offer Rate in US dólar* (“LIBOR”). Ao considerar os efeitos da volatilidade das taxas de juros no fluxo de caixa, a Vale considera o possível efeito de *hedge* natural entre a flutuação das taxas de juros norte-americanas e os preços das *commodities* no processo de decisão de contratação de instrumentos financeiros. A análise de sensibilidade está apresentada na Nota 25.

### ii. Risco de Preços de Produtos e Insumos

A Vale também está exposta a riscos de mercado relacionados à volatilidade dos preços de *commodities* e de insumos. Em linha com a política de gestão de riscos, estratégias de mitigação de risco envolvendo *commodities* também podem ser utilizadas para adequar seu perfil de risco e reduzir a volatilidade do fluxo de caixa. Para estas estratégias de mitigação, utilizam-se predominantemente operações a termo, futuros ou *zero-cost collars*.

## e) Gestão de Risco Operacional

A gestão de risco operacional é a abordagem estruturada que a Vale utiliza para gerir a incerteza relacionada à eventual inadequação ou deficiência de processos internos, pessoas, sistemas e eventos externos, de acordo com os princípios e diretrizes da ISO 31000.

Os principais riscos operacionais são monitorados periodicamente, garantindo-se a efetividade dos controles-chave de prevenção/mitigação em funcionamento e a execução da estratégia de tratamento dos riscos (criação de novos controles, mudanças no ambiente do risco, transferência de parte do risco através da contratação de seguro, constituição de provisões de recursos, etc.).

Assim, a empresa procura ter uma visão clara de seus principais riscos, atuando sobre eles de forma sistemática e eficiente em termos de alocação de capital.

**f) Gestão de Capital**

A política da Companhia tem como objetivo, ao administrar seu capital, buscar uma estrutura que assegure a continuidade dos seus negócios no longo prazo. Dentro desta ótica, a Companhia tem sido capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital, e ao mesmo tempo manter um perfil de dívida adequado às suas atividades, com uma amortização bem distribuída ao longo dos anos, em média 10 anos, evitando assim uma concentração em um único período específico.

**g) Seguros**

A Vale contrata diversos tipos de apólices de seguros, tais como: seguro de riscos operacionais, seguro de risco de engenharia (projetos), responsabilidade civil, seguro de vida para seus funcionários, dentre outros. As coberturas destas apólices, similares às utilizadas em geral na indústria de mineração, são contratadas de acordo com os objetivos definidos pela empresa, a prática de gestão de risco corporativo e as limitações impostas pelo mercado de seguro e resseguro global.

A gestão de seguros é realizada com o apoio dos comitês de seguros existentes nas diversas áreas operacionais da Companhia. Entre seus instrumentos de gestão, a Vale utiliza resseguradoras cativas que permitem a contratação de seguros em bases competitivas, bem como o acesso direto aos principais mercados internacionais de seguro e resseguro.

## 6. Mudanças de Práticas Contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2013, a Companhia passou a adotar o pronunciamento revisado IAS 19 – Benefícios a empregados. A Companhia aplicou o pronunciamento retrospectivamente de acordo com a transição prevista no pronunciamento o qual eliminou o método do “corredor”, racionalizou as alterações entre o ativo e o passivo dos planos, reconhecendo no resultado de exercício, os custos de serviços, as despesas de juros sobre as obrigações e as receitas de juros sobre ativos do plano; e reconhecidos nos resultados abrangentes, as remensurações dos ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (líquidos das receitas de juros sobre os ativos) e as mudanças no efeito do teto do ativo e passivo oneroso.

Demonstrativo dos efeitos destes ajustes nos períodos comparativos é apresentado como segue:

Balço Patrimonial	31 de dezembro de 2012			1º de janeiro de 2012		
	Saldo original (i)	Efeito das alterações	Saldo ajustado	Saldo original (i)	Efeito das alterações	Saldo ajustado
<b>Ativo</b>						
<b>Ativo circulante</b>						
Caixa e equivalente de caixa	5.832	-	5.832	3.531	-	3.531
Outros	16.694	-	16.694	18.007	-	18.007
	<b>22.526</b>	<b>-</b>	<b>22.526</b>	<b>21.538</b>	<b>-</b>	<b>21.538</b>
<b>Não circulante</b>						
Tributos diferidos sobre o lucro	3.981	72	4.053	1.893	16	1.909
Outros	104.113	(115)	103.998	103.469	-	103.469
	<b>108.094</b>	<b>(43)</b>	<b>108.051</b>	<b>105.362</b>	<b>16</b>	<b>105.378</b>
<b>Total dos ativos</b>	<b>130.620</b>	<b>(43)</b>	<b>130.577</b>	<b>126.900</b>	<b>16</b>	<b>126.916</b>
<b>Passivo and patrimônio líquido</b>						
<b>Passivo circulante</b>						
Benefícios pós emprego	205	-	205	169	-	169
Passivo não circulante associado a ativo não circulante mantido para a venda	160	9	169	-	-	-
Outros	12.197	-	12.197	10.924	-	10.924
	<b>12.562</b>	<b>9</b>	<b>12.571</b>	<b>11.093</b>	<b>-</b>	<b>11.093</b>
<b>Passivo não circulante</b>						
Benefícios pós emprego	1.660	1.650	3.310	1.550	927	2.477
Tributos diferidos sobre o lucro	3.795	(368)	3.427	5.681	(216)	5.465
Outros	36.442	-	36.442	30.066	-	30.066
	<b>41.897</b>	<b>1.282</b>	<b>43.179</b>	<b>37.297</b>	<b>711</b>	<b>38.008</b>
<b>Patrimônio líquido</b>						
Capital social	60.578	-	60.578	60.578	-	60.578
Ajuste de avaliação patrimonial	(696)	(1.348)	(2.044)	(40)	(713)	(753)
Ajuste acumulado de conversão	(18.683)	20	(18.663)	(20.520)	109	(20.411)
Lucros acumulados e reservas de lucro	38.403	(6)	38.397	41.819	(91)	41.728
Outros	(5.029)	-	(5.029)	(5.042)	-	(5.042)
<b>Total do patrimônio líquido da Companhia</b>	<b>74.573</b>	<b>(1.334)</b>	<b>73.239</b>	<b>76.795</b>	<b>(695)</b>	<b>76.100</b>
Participação dos não controladores	1.588	-	1.588	1.715	-	1.715
<b>Total do Patrimônio líquido</b>	<b>76.161</b>	<b>(1.334)</b>	<b>74.827</b>	<b>78.510</b>	<b>(695)</b>	<b>77.815</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>130.620</b>	<b>(43)</b>	<b>130.577</b>	<b>126.900</b>	<b>16</b>	<b>126.916</b>

(i) Exercício ajustado conforme nota 7.

Resultado	Exercício findo em 31 de dezembro de 2012		
	Saldo original (i)	Efeito das alterações	Saldo ajustado
Receita de vendas, líquida	46.553	-	46.553
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(25.424)	34	(25.390)
<b>Lucro bruto</b>	<b>21.129</b>	<b>34</b>	<b>21.163</b>
Despesas operacionais	(13.695)	-	(13.695)
Resultado financeiro líquido	(4.106)	84	(4.022)
Resultado de participações societárias	645	-	645
<b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>3.973</b>	<b>118</b>	<b>4.091</b>
Tributos sobre o lucro corrente e diferido, líquido	1.211	(37)	1.174
<b>Lucro líquido das operações continuadas</b>	<b>5.184</b>	<b>81</b>	<b>5.265</b>
Prejuízo atribuído aos acionistas não controladores	(257)	-	(257)
<b>Lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora</b>	<b>5.441</b>	<b>81</b>	<b>5.522</b>
Operações descontinuadas (nota 7)	(68)	-	(68)
<b>Lucro líquido</b>	<b>5.116</b>	<b>81</b>	<b>5.197</b>
Prejuízo atribuído aos acionistas não controladores	(257)	-	(257)
<b>Lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora</b>	<b>5.373</b>	<b>81</b>	<b>5.454</b>

(i) Exercício ajustado conforme nota 7.

Resultado	Exercício findo em 31 de dezembro de 2011		
	Saldo original (i)	Efeito das alterações	Saldo ajustado
Receita de vendas, líquida	60.075	-	60.075
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(24.509)	(19)	(24.528)
<b>Lucro bruto</b>	<b>35.566</b>	<b>(19)</b>	<b>35.547</b>
Despesas operacionais	(5.223)	-	(5.223)
Resultado financeiro líquido	(3.581)	32	(3.549)
Resultado de participações societárias	1.138	-	1.138
<b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>27.900</b>	<b>13</b>	<b>27.913</b>
Tributos sobre lucro corrente e diferido, líquido	(5.259)	(6)	(5.265)
<b>Lucro líquido das operações continuadas</b>	<b>22.641</b>	<b>7</b>	<b>22.648</b>
Prejuízo atribuído aos acionistas não controladores	(233)	-	(233)
<b>Lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora</b>	<b>22.874</b>	<b>7</b>	<b>22.881</b>
Operações descontinuadas (nota 7)	(86)	-	(86)
<b>Lucro líquido</b>	<b>22.555</b>	<b>7</b>	<b>22.562</b>
Prejuízo atribuído aos acionistas não controladores	(233)	-	(233)
<b>Lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora</b>	<b>22.788</b>	<b>7</b>	<b>22.795</b>

(i) Exercício ajustado conforme nota 7.

Resultados abrangentes	Exercício findo em 31 de dezembro de 2012		
	Saldo original (i)	Efeito das alterações	Saldo ajustado
Lucro líquido do período	5.116	81	5.197
Ajuste acumulado de conversão	(2.226)	(62)	(2.288)
Resultados não realizados com valorização no mercado	(1)	-	(1)
Benefício pós emprego	-	(655)	(655)
Hedge de fluxo de caixa	(121)	-	(121)
<b>Total dos resultados abrangentes</b>	<b>2.768</b>	<b>(636)</b>	<b>2.132</b>
Atribuídos aos acionistas não controladores	(223)	-	(223)
<b>Atribuídos aos acionistas da controladora</b>	<b>2.991</b>	<b>(636)</b>	<b>2.355</b>

(i) Exercício ajustado conforme nota 7.

Resultados abrangentes	Exercício findo em 31 de dezembro de 2011		
	Saldo original (i)	Efeito das alterações	Saldo ajustado
Lucro líquido do período	22.555	7	22.562
Ajuste acumulado de conversão	(4.626)	99	(4.527)
Resultados não realizados com valorização no mercado	3	-	3
Benefício pós emprego	-	(333)	(333)
Hedge de fluxo de caixa	129	-	129
<b>Total dos resultados abrangentes</b>	<b>18.061</b>	<b>(227)</b>	<b>17.834</b>
Atribuídos aos acionistas não controladores	(308)	-	(308)
<b>Atribuídos aos acionistas da controladora</b>	<b>18.369</b>	<b>(227)</b>	<b>18.142</b>

(i) Year ajustado conforme nota 7.

## 7. Operações descontinuadas e ativos e passivos mantidos para venda

Abaixo demonstramos os valores dos ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas reclassificados no exercício:

	31 de dezembro de 2013			31 de dezembro de 2012	
	Carga geral (a)	Energia (b)	Total	Araucária (b)	Total
<b>Ativo matindos para venda e operação descontinuadas</b>					
Contas a receber	141	-	141	14	14
Outros ativos circulantes	271	-	271	54	54
Investimento	-	79	79	-	-
Intangível	1.687	-	1.687	-	-
Imobilizados	1.027	561	1.588	389	389
<b>Total do ativo</b>	<b>3.126</b>	<b>640</b>	<b>3.766</b>	<b>457</b>	<b>457</b>
<b>Passivo associados ativos para venda e operação descontinuadas</b>					
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	85	-	85	12	12
Salários e encargos sociais	61	-	61	-	-
Outros passivos circulantes	112	-	112	51	51
Outros passivos não circulantes	190	-	190	106	106
<b>Total do Passivo</b>	<b>448</b>	<b>-</b>	<b>448</b>	<b>169</b>	<b>169</b>
<b>Os ativos e passivos das operações descontinuadas</b>	<b>2.678</b>	<b>640</b>	<b>3.318</b>	<b>288</b>	<b>288</b>

### a) Operações descontinuadas

Em setembro de 2013, a Vale anunciou sua intenção de se desfazer do controle sobre sua subsidiária VLI S.A. (“VLI”), a qual agrega todas as operações do segmento de Carga Geral. Em consequência, o segmento de Carga Geral está sendo tratado como operação em processo de descontinuidade e os ativos e passivos foram reclassificados para ativos/passivos não circulantes mantidos para venda.

Como parte do processo de desinvestimento, a Vale celebrou acordos de transferência de participação de 20% do capital da VLI para Mitsui & Co. pelo valor de US\$677; de 15,9% para o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (“FGTS”) pelo valor de US\$538 e de 26,5% para o fundo de investimento gerido pela Brookfield Asset Management pela valor de US\$853. A operação está sujeita a revisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”).

Os resultados do exercício e os fluxos de caixa das operações descontinuadas no exercício representam os desempenhos do segmento de Carga Geral, que diferem dos resultados da VLI de cada exercício, estão apresentados a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro de,		
	2013	2012	2011
<b>Resultado de operações descontinuadas</b>			
Receita líquida de serviços	1.283	1.141	871
Custo de serviços prestados	(1.232)	(1.059)	(862)
Despesas Operacionais	(90)	(132)	(91)
<b>Lucro (prejuízo) Operacional</b>	<b>(39)</b>	<b>(50)</b>	<b>(82)</b>
Resultado financeiro	(2)	(1)	8
<b>Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>(41)</b>	<b>(51)</b>	<b>(74)</b>
Tributos sobre o lucro	182	(17)	(12)
<b>Lucro (prejuízo) após os tributos sobre o lucro</b>	<b>141</b>	<b>(68)</b>	<b>(86)</b>
Resultado bruto da mensuração pelo valor justo	(209)	-	-
Tributos sobre o lucro da mensuração pelo valor justo	66	-	-
<b>Lucro (prejuízo) líquido do período, proveniente de operações descontinuadas</b>	<b>(2)</b>	<b>(68)</b>	<b>(86)</b>



	Exercício findo em 31 de dezembro de,		
	2013	2012	2011
<b>Fluxo de caixa de operações descontinuadas</b>			
<b>Atividades operacionais</b>			
Lucro (prejuízo) líquido das operações descontinuadas	(2)	(68)	(86)
Ajustes para conciliação			
Depreciação e amortização	157	133	108
Tributos sobre o lucro diferidos	(286)	(9)	4
Ajuste de valor justo	209	-	-
Outros	123	14	(5)
Redução (aumento) nos ativos	(45)	270	156
Aumento (redução) nos passivos	94	74	75
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>250</b>	<b>414</b>	<b>252</b>
<b>Atividades de investimento</b>			
Adições ao imobilizado	(763)	(455)	(213)
Outros	(3)	18	(17)
<b>Caixa líquido utilizados nas atividades de investimento</b>	<b>(766)</b>	<b>(437)</b>	<b>(230)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Empréstimo de longo prazo			
Adições	87	-	-
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>87</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Caixa líquido gerado (usado) pelas operações descontinuadas</b>	<b>(429)</b>	<b>(23)</b>	<b>22</b>

## b) Ativos e passivos mantidos para venda

### • Ativos de geração de energia

Em dezembro de 2013 a Companhia celebrou acordos com a CEMIG Geração e Transmissão S.A. (CEMIG GT), como segue: (i) para a venda de 49% de sua participação de 9% no capital da Norte Energia S.A. ("Norte Energia"), empresa responsável pela construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("Belo Monte") e; (ii) Criação da joint venture (Aliança Geração de Energia S/A) a ser constituída por Vale e CEMIG mediante o aporte de suas participações nos seguintes ativos de geração de energia: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I e II, Aimorés e Candonga. Nenhum caixa foi desembolsado como parte desta operação. Vale e CEMIG GT deterão, respectivamente, 55% e 45% do total desta nova empresa e o fornecimento de energia elétrica para operações da Vale, anteriormente garantido pela sua geração própria, será assegurado por contrato de longo prazo.

A operação acima, ainda está pendente de aprovação por parte da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), portanto os ativos foram transferidos para ativos mantidos para venda, sem o reconhecimento do respectivo ganho no resultado.

### • Ativos de Araucária

E, dezembro de 2012 a Companhia celebrou um contrato com a companhia Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") para vender os ativos de operação e produção de nitrogênio básico para fertilizantes, localizado em Araucária, no estado do Paraná, Brasil, pelo valor de US\$234 e reconheceu uma perda de US\$129 reconhecida na conta de "Ganho (perda) na mensuração ou venda de ativos não circulantes" na Demonstração do Resultado do Exercício. O preço de compra será pago pela Petrobras através de pagamentos trimestrais, ajustados pelo CDI, no montante equivalente de royalty a pagar pela Vale pela operação dos ativos minerários de potássio de Taquari-Vasouras e o projeto de Carnalita.

A venda foi concluída em junho de 2013 e nenhum efeito adicional foi reconhecido na Demonstração do Resultado do Exercício.

## 8. Aquisições e desinvestimentos

Os resultados de desinvestimento são apresentados como segue:

	Exercício findo em 31 de dezembro de,		
	2013	2012	2011
<b>Ganho (perda) na mensuração ou venda de ativos não circulantes</b>			
Tres Valles	(215)	-	-
Manganese and Ferroalloys	-	(22)	-
Coal	-	(355)	-
Araucária	-	(129)	-
Aluminum Assets	-	-	(1.494)
	<b>(215)</b>	<b>(506)</b>	<b>(1.494)</b>
<b>Receitas financeiras</b>			
Hydro	214	-	-
	<b>214</b>	-	-
<b>Resultado da alienação de participações em controladas em conjunto e coligadas</b>			
Log-In	14	-	-
Fosbrasil	27	-	-
	<b>41</b>	-	-

### • 2013

#### a) Desinvestimento da Hydro

Com a estratégia da Vale em reduzir sua exposição a ativos não estratégicos, em novembro de 2013, a Companhia vendeu as ações ordinárias da Norsk Hydro por US\$1.811. Em 28 de fevereiro de 2013, foi finalizado o *lock-up period* para negociação das ações da Hydro. A partir dessa data, as ações da Hydro podem ser transacionadas no mercado e por essa razão descontinuamos o cálculo da equivalência patrimonial para essa participação, sendo esta tratada como um ativo financeiro disponível para a venda. Nesta operação, a Companhia reconheceu um ganho de US\$214, apresentada na Demonstração do Resultado do Exercício como Receita Financeira conforme abaixo:

<b>Hydro</b>	
Saldo na data da venda	1,845
Ajuste acumulado de conversão reciclado para o resultado	(442)
Valor justo do investimento reciclado para o resultado	194
	<b>1,597</b>
Montante recebido	1,811
Ganho na venda	<b>214</b>

#### b) Desinvestimento da Tres Valles

Em dezembro de 2013, a Companhia vendeu a sua participação total na Sociedade Contractual Minera Tres Valles participation (“Tres Valles”) no montante de US\$25. Esta transação é consistente com a estratégia da Vale de foco em ativos de classe mundial com escala compatível com suas demais operações. Nesta operação a Vale reconheceu uma perda de US\$215 apresentada na Demonstração do Resultado do Exercício na conta de “Ganho (perda) na mensuração ou venda de ativos não circulantes”. O total da perda inclui o valor de US\$7 transferido da conta de “ajustes acumulados de conversão”.

#### c) Desinvestimento da Fosbrasil

Em dezembro de 2013, a Vale assinou um acordo de venda da participação minoritária na Fosbrasil, produtora de ácido fosfórico purificado, por US\$45. Nesta operação a Vale reconheceu um ganho de US\$27 apresentado na Demonstração do Resultado do Exercício na conta de “Resultado na venda de investimentos em coligadas e joint ventures”.

#### d) Desinvestimento da Log-In

Em dezembro de 2013, a Vale promoveu leilão para a venda das ações ordinárias de sua titularidade da Log-in Logística Intermodal S.A. (Log-in), companhia listada na BM&FBOVESPA. Todas as ações foram vendidas por US\$94. O ganho de US\$14 nesta operação foi reconhecido na Demonstração do Resultado do Exercício, na conta de “Resultado na venda de investimentos em coligadas e joint ventures”.

- **2012**

- a) **Aquisição de participação adicional em Belvedere**

Durante 2012, a Companhia realizou a opção de compra da participação adicional de 24,5% no projeto de carvão Belvedere Coal Project junto Aquila Resources Limited ("Aquila") no total de AUD150 million (US\$156). Em 2013, após à aprovação do governo local, Vale passou a possuir 100% de Belvedere e pagou o total de US\$338 pelo controle integral.

- b) **Desinvestimento de ativos de carvão**

Em junho de 2012 a Vale concluiu a venda das suas operações de carvão térmico na Colômbia para CPC S.A.S., uma afiliada da Colombian Natural Resources S.A.S. ("CNR"). A perda nessa transação, no valor de US\$355, foi registrada na demonstração do resultado na rubrica "Ganho (perda) na mensuração ou venda de ativos não circulantes".

- c) **Aquisição de ações da EBM**

Em 2012, a Companhia adquiriu participação adicional de 10,46% na empresa Empreendimentos Brasileiros de Mineração ("EBM"). Como resultado da aquisição, a Vale aumentou sua participação na EBM para 96,7% e reconheceu US\$62 como resultado da operação com acionista não controlador no patrimônio líquido.

- d) **Desinvestimento de manganês e ferroligas**

Em outubro de 2012, a Companhia concluiu a venda das operações de manganês e ferroligas na Europa por US\$160. Como resultado desta operação, a Vale reconheceu uma perda de US\$22 apresentada na Demonstração do Resultado do Exercício, na conta de "Ganho (perda) na mensuração ou venda de ativos não circulantes".

- e) **Desinvestimento da participação na Vale Oman Pelletizing**

Em outubro de 2012, a Companhia vendeu 30% da participação na Vale Oman Pelletizing LLC por US\$71. Como resultado desta operação, a Companhia reconheceu um ganho de US\$63 reconhecido como resultado da operação com acionista não controlador no patrimônio líquido.

- **2011**

- a) **Desinvestimento dos ativos de alumínio**

Em fevereiro de 2011, a Companhia concluiu a venda de Albras-Alumínio Brasileiro ("Albras"), Alunorte-Alumina do Norte do Brasil ("Alunorte"), Companhia de Alumina do Pará ("CAP"), 60% de participação na Mineração Paragominas S.A. ("Paragominas") e outros ativos minerários de bauxita no Brasil. Por essas transações, a Companhia recebeu US\$1.081 a vista e 22% das ações ordinárias da Hydro. O ganho de US\$1.494 foi apresentado na Demonstração do Resultado do Exercício, na conta de "Ganho (perda) na mensuração ou venda de ativos não circulantes".

- b) **Aquisição da NESA**

Em 2011, a Companhia adquiriu 9% de participação na Norte Energia S.A. ("NESA") por US\$70.

## 9. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
Caixa e banco	1.558	1.194	945
Aplicações financeiras	3.763	4.638	2.586
	<b>5.321</b>	<b>5.832</b>	<b>3.531</b>

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, depósitos líquidos e imediatamente resgatáveis, aplicações financeiras em investimento com risco insignificante de alteração de valor, sendo parte em reais indexadas à taxa dos certificados de depósito interbancário (“taxa DI” ou “CDI”) e parte em dólares, em *Time Deposits*, com prazo de vencimento inferior a três meses.

## 10. Contas a Receber

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
Denominados em reais	509	849	1.228
Denominados em outras moedas, principalmente em US\$	5.283	6.060	7.382
	<b>5.792</b>	<b>6.909</b>	<b>8.610</b>
Estimativa de perdas para créditos de liquidação duvidosa	(89)	(114)	(105)
	<b>5.703</b>	<b>6.795</b>	<b>8.505</b>

As contas a receber de clientes relacionados ao mercado siderúrgico representam 79,70%, 71,26% e 67,90% dos recebíveis em 31 de dezembro de 2013, em 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012, respectivamente.

Nenhum cliente isoladamente representou mais de 10% dos recebíveis ou das receitas.

As estimativas de perdas para crédito de liquidação duvidosa registradas no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 totalizaram US\$4, US\$22 e US\$2, respectivamente. Baixamos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, o total de US\$15, US\$16 e US\$1, respectivamente.

## 11. Estoques

Os estoques estão compostos da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
<b>Estoques de produtos</b>			
<b>Bulk Material</b>			
Minério de ferro	646	854	819
Pelotas	88	95	164
Manganês e ferroligas	75	92	236
Carvão	318	248	268
	<b>1.127</b>	<b>1.289</b>	<b>1.487</b>
<b>Metais básicos</b>			
Níquel e outros produtos	1.398	1.894	1.973
Cobre	23	29	38
	<b>1.421</b>	<b>1.923</b>	<b>2.011</b>
<b>Fertilizantes</b>			
Potássio	8	20	-
Fosfatados	313	332	322
Nitrogênado	19	22	63
	<b>340</b>	<b>374</b>	<b>385</b>
<b>Outros produtos</b>	<b>8</b>	<b>11</b>	<b>92</b>
	<b>2.896</b>	<b>3.597</b>	<b>3.975</b>
<b>Estoques de materiais de consumo</b>	<b>1.229</b>	<b>1.455</b>	<b>1.276</b>
<b>Total dos estoques</b>	<b>4.125</b>	<b>5.052</b>	<b>5.251</b>

Em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 1º Janeiro de 2012, os estoques incluem provisões para ajuste a valor de realização para o produto níquel, no montante de US\$14, US\$0 e US\$14, respectivamente, manganês no montante de US\$1, US\$3 e US\$9, respectivamente, cobre no montante de US\$0, US\$3 e US\$0, respectivamente, e carvão no montante de US\$117, US\$0 e US\$0, respectivamente.

	Exercício findo em 31 de dezembro de,		
	2013	2012	2011
<b>Estoques de produtos</b>			
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>3.597</b>	<b>3.975</b>	<b>2.754</b>
Produção/aquisição	18.936	19.935	21.749
Transferência do estoque de materiais de consumo	4.112	4.262	3.758
Baixa por vendas	(22.991)	(24.197)	(23.383)
Provisão/ reversão de baixa por ajuste de inventário (a)	(221)	(38)	(604)
Ajustes acumulados de conversão	(537)	(340)	(299)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>2.896</b>	<b>3.597</b>	<b>3.975</b>

(a) Inclui provisão para ajuste a valor de mercado

	Exercício findo em 31 de dezembro de,		
	2013	2012	2011
<b>Estoques de materiais de consumo</b>			
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>1.455</b>	<b>1.276</b>	<b>1.544</b>
Aquisição	4.083	4.550	3.635
Transferência para uso	(4.112)	(4.262)	(3.758)
Ajustes acumulados de conversão	(197)	(109)	(145)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>1.229</b>	<b>1.455</b>	<b>1.276</b>

## 12. Tributos a Recuperar

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	1.129	1.023	1.024
Contribuições Federais Brasileiras (PIS e COFINS)	680	670	946
Outras	55	65	59
<b>Total</b>	<b>1.864</b>	<b>1.758</b>	<b>2.029</b>
Circulante	1.579	1.540	1.771
Não circulante	285	218	258
<b>Total</b>	<b>1.864</b>	<b>1.758</b>	<b>2.029</b>

## 13. Investimentos

A movimentação dos investimentos em coligadas e *joint ventures* estão demonstradas como segue:

	Exercício findo em 31 de dezembro de,		
	2013	2012	2011
		(i)	(i)
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>6.384</b>	<b>8.013</b>	<b>4.394</b>
Adições	378	474	4.321
Baixas (a)	(98)	(32)	(17)
Ajuste acumulado de conversão	(582)	(223)	(686)
Resultado de participações societárias	469	645	1.138
Ajustes de avaliação patrimonial	(204)	35	(1)
Dividendos declarados	(747)	(587)	(1.136)
Redução no valor recuperável de ativos	-	(1.941)	-
Transferências para mantidos para venda (b)	(2.016)	-	-
<b>Saldo no fim do exercício</b>	<b>3.584</b>	<b>6.384</b>	<b>8.013</b>

(i) Exercício ajustado conforme Nota 6.

(a) As baixas de 2013 referem-se aos investimentos na Log-in US\$80 e Fosbrasil US\$18. (Nota 8)

(b) As transferências para disponível para venda referem-se aos investimentos na Hydro US\$1,937 (Nota 8a) e transferência para mantido para venda da Norte Energia US\$79 (Nota 7b).

**Investimentos (Continuação)**

	Localização da sede	Participação	% de participação	% de capital votante	Investimentos			Resultado de participações societárias			Dividendos recebidos			
					31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	Saldo em 1 de janeiro de 2012	Exercício findo em 31 de dezembro de,			Exercício findo em 31 de dezembro de,			
						(i)	(i)	2013	2012	2011	2013	2012	2011	
<b>Bulk Material</b>														
<b>Minério de ferro e pelotas</b>						(i)	(i)		(i)	(i)				
Baovale Mineração S.A. - BAOVALE	Brasil	Joint venture	50.00	50.00	24	28	35	(7)	6	8	1	1	-	-
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO (c)	Brasil	Joint venture	51.00	51.11	159	178	199	19	22	45	24	26	22	-
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS (c)	Brasil	Joint venture	50.89	51.00	83	104	115	1	38	19	10	36	20	-
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO (c)	Brasil	Joint venture	50.00	50.00	91	107	112	18	26	32	22	20	32	-
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO (c)	Brasil	Joint venture	50.90	51.00	62	64	80	7	8	47	-	18	38	-
MRS Logística S.A. (f)	Brasil	Joint venture	47.59	46.75	564	586	551	101	122	132	63	57	55	-
Minas da Serra Geral S.A. - MSG	Brasil	Joint venture	50.00	50.00	22	26	29	-	2	3	-	-	-	-
Samarco Mineração S.A. (d)	Brasil	Joint venture	50.00	50.00	437	630	399	499	645	881	595	179	812	-
Tecnored Desenvolvimento Tecnológico S.A. (b)	Brasil	Coligada	49.21	49.21	38	38	48	(11)	(20)	(7)	-	-	-	-
Zhuhai YPM Pellet Co	China	Coligada	25.00	25.00	25	23	23	-	1	-	-	-	-	-
					<b>1.505</b>	<b>1.784</b>	<b>1.591</b>	<b>627</b>	<b>850</b>	<b>1.160</b>	<b>715</b>	<b>337</b>	<b>979</b>	
<b>Carvão</b>														
Henan Longyu Energy Resources CO., LTD.	China	Coligada	25.00	25.00	357	341	282	42	59	85	40	60	-	-
					<b>357</b>	<b>341</b>	<b>282</b>	<b>42</b>	<b>59</b>	<b>85</b>	<b>40</b>	<b>60</b>		
<b>Metais básicos</b>														
<b>Cobre</b>														
Teal Minerals Incorporated	Zambia	Coligada	50.00	50.00	228	252	234	(24)	(5)	(6)	-	-	-	-
<b>Níquel</b>														
Korea Nickel Corp	Korea	Coligada	25.00	25.00	22	24	4	(2)	-	-	-	-	-	-
<b>Outras</b>														
<b>Alumínio</b>														
Norsk Hydro ASA(e)	Noruega	Coligada	-	-	-	2.237	3.227	-	(35)	99	56	47	52	-
<b>Bauxita</b>														
Mineração Rio Grande do Norte S.A. - MRN	Brasil	Coligada	40.00	40.00	111	136	133	10	20	8	17	7	-	-
<b>Siderurgia</b>														
California Steel Industries, INC	EUA	Joint venture	50.00	50.00	181	167	161	20	16	14	6	9	7	-
CSP- Companhia Siderúrgica do PECÉM (g)	Brasil	Joint venture	50.00	50.00	686	499	267	(10)	(7)	(3)	-	-	-	-
Thyssenkrupp CSA Companhia Siderúrgica do Atlântico	Brasil	Coligada	26.87	26.87	321	534	1.607	(158)	(169)	(177)	-	-	-	-
					<b>1.188</b>	<b>1.200</b>	<b>2.035</b>	<b>(148)</b>	<b>(160)</b>	<b>(166)</b>	<b>6</b>	<b>9</b>	<b>7</b>	
<b>Outras coligadas e joint ventures</b>														
Norte Energia S.A.	Brasil	Joint venture	4,59	4,59	83	120	75	(2)	(2)	-	-	-	-	-
LOG-IN - Logística Intermodal S/A (a)	Brasil	Coligada	-	-	-	94	114	(1)	(10)	(7)	-	-	-	-
Outras					90	196	318	(33)	(72)	(35)	-	-	-	-
					<b>173</b>	<b>410</b>	<b>507</b>	<b>(36)</b>	<b>(84)</b>	<b>(42)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
					<b>3.584</b>	<b>6.384</b>	<b>8.013</b>	<b>469</b>	<b>645</b>	<b>1.138</b>	<b>834</b>	<b>460</b>	<b>1.038</b>	

(i) Exercício ajustado conforme Nota 6.

(a) Empresa vendida em dezembro de 2013;

(b) Saldo de investimento contempla os valores de adiantamento para futuro aumento de capital;

(c) Embora a Vale detenha a maioria dos votos nas investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, a consolidação é impedida em função do direito de veto detido pelos acionistas não controladores;

(d) Os principais dados da Samarco em 2013 são: Ativo Total US\$5,581, Passivo US\$4,707, Resultado Operacional US\$1.724, Resultado Financeiro US\$(513), Imposto de Renda US\$(221);

(e) Investimento classificado como ativo financeiro disponível pra venda durante 2013 e vendido em novembro de 2013 (nota 8);

(f) Os principais dados da MRS em 2013 são: Ativo Total US\$2,871, Passivo US\$1,685, Resultado Operacional US\$386, Resultado Financeiro US\$(52), Imposto de Renda US\$(114); e

(g) Fase pré operacional.

## 14. Ativos Intangíveis

	31 de dezembro de 2013			31 de dezembro de 2012			1º de janeiro de 2012		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
<b>Vida útil indefinida</b>									
Ágio	4.140	-	4.140	4.603	-	4.603	4.812	-	4.812
<b>Vida útil definida</b>									
Concessões e subconcessões	3.099	(1.192)	1.907	5.375	(1.618)	3.757	5.351	(1.506)	3.845
Direito de uso	328	(75)	253	358	(56)	302	606	(43)	563
Outros	1.295	(724)	571	1.225	(676)	549	900	(599)	301
	<b>4.722</b>	<b>(1.991)</b>	<b>2.731</b>	<b>6.958</b>	<b>(2.350)</b>	<b>4.608</b>	<b>6.857</b>	<b>(2.148)</b>	<b>4.709</b>
<b>Total</b>	<b>8.862</b>	<b>(1.991)</b>	<b>6.871</b>	<b>11.561</b>	<b>(2.350)</b>	<b>9.211</b>	<b>11.669</b>	<b>(2.148)</b>	<b>9.521</b>

Os direitos de uso referem-se basicamente a contrato de usufruto celebrado com acionistas minoritários para uso das ações da Empreendimentos Brasileiros de Mineração S.A. (detentora das ações da MBR) e intangíveis identificados na combinação de negócios da Vale Canadá. A amortização do direito de uso será finalizada em 2037 e dos intangíveis da Vale Canadá finaliza em 2046. As concessões e subconcessões são um acordo com o Governo brasileiro para a exploração e desenvolvimento de portos e ferrovias. (Nota 31-f)

Abaixo, demonstramos as movimentações dos ativos intangíveis ocorridas no exercício:

	Ágio	Concessões e subconcessões	Direito de uso	Outros	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2011</b>	<b>5.194</b>	<b>3.909</b>	<b>632</b>	<b>365</b>	<b>10.100</b>
Adição	-	178	-	179	357
Baixa	-	(19)	-	(1)	(20)
Amortização	-	(193)	(15)	(111)	(319)
Ajuste de conversão	(382)	(472)	(54)	15	(893)
Outras	-	146	-	(146)	-
<b>Efeito das operações descontinuadas</b>					
Movimentações líquidas do exercício	-	296	-	-	296
Transferência para mantidos para venda	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>4.812</b>	<b>3.845</b>	<b>563</b>	<b>301</b>	<b>9.521</b>
Adição	-	275	-	420	695
Baixa	-	(8)	(232)	-	(240)
Amortização	-	(175)	(10)	(134)	(319)
Ajuste de conversão	(209)	(348)	(19)	(38)	(614)
<b>Efeito das operações descontinuadas</b>					
Movimentações líquidas do exercício	-	168	-	-	168
Transferência para mantidos para venda	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>4.603</b>	<b>3.757</b>	<b>302</b>	<b>549</b>	<b>9.211</b>
Adição	-	412	-	229	641
Baixa	-	(13)	-	(2)	(15)
Amortização	-	(181)	(27)	(133)	(341)
Transferência dos ativos não circulantes mantidos para venda	-	-	-	-	-
Ajuste de conversão	(463)	(508)	(22)	(72)	(1.065)
Outras	-	-	-	-	-
<b>Efeito das operações descontinuadas</b>					
Movimentações líquidas do exercício	-	126	-	-	126
Transferência para mantidos para venda	-	(1.686)	-	-	(1.686)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>4.140</b>	<b>1.907</b>	<b>253</b>	<b>571</b>	<b>6.871</b>



## 15. Imobilizado

	31 de dezembro de 2013			31 de dezembro de 2012			1º de janeiro de 2012		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	945	-	945	676	-	676	695	-	695
Edificações	9.916	(2.131)	7.785	7.710	(1.617)	6.093	8.058	(1.925)	6.133
Instalações	15.659	(4.722)	10.937	16.320	(4.564)	11.756	14.835	(3.695)	11.140
Equipamentos de informática	679	(496)	183	985	(609)	376	1.208	(842)	366
Ativos minerários	21.603	(5.327)	16.276	23.705	(4.838)	18.867	22.949	(4.410)	18.539
Outros	27.149	(8.409)	18.740	26.754	(8.576)	18.178	27.471	(7.839)	19.632
Imobilizado em curso	26.799	-	26.799	28.936	-	28.936	25.837	-	25.837
	<b>102.750</b>	<b>(21.085)</b>	<b>81.665</b>	<b>105.086</b>	<b>(20.204)</b>	<b>84.882</b>	<b>101.053</b>	<b>(18.711)</b>	<b>82.342</b>

	Terrenos	Construções	Instalações	Equipamentos de informática	Ativos minerários	Outros	Imobilizado em curso	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2011</b>	<b>356</b>	<b>4.872</b>	<b>15.062</b>	<b>263</b>	<b>24.403</b>	<b>9.300</b>	<b>21.759</b>	<b>76.015</b>
Adição (i)	-	-	-	-	-	-	15.936	15.936
Baixa	-	(38)	(13)	(1)	(22)	(38)	(114)	(226)
Depreciação e amortização	-	(118)	(492)	(70)	(150)	(1.752)	-	(2.582)
Ajuste de conversão	(83)	(733)	(2.777)	(39)	(1.697)	1.953	(3.447)	(6.823)
Transferências	416	2.131	(640)	217	(3.995)	10.176	(8.305)	-
<b>Efeito das operações descontinuadas</b>								
Movimentações líquidas do exercício	6	19	-	(4)	-	(7)	8	22
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>695</b>	<b>6.133</b>	<b>11.140</b>	<b>366</b>	<b>18.539</b>	<b>19.632</b>	<b>25.837</b>	<b>82.342</b>
Adição (i)	-	-	-	-	-	-	15.261	15.261
Baixa	(1)	(63)	(49)	(9)	(57)	(348)	(549)	(1.076)
Depreciação e amortização	-	(319)	(921)	(90)	(808)	(1.898)	-	(4.036)
Transferência dos ativos não circulantes mantidos para venda	-	(25)	(33)	-	(2)	(940)	(12)	(1.012)
Redução do valor recuperável do ativo	-	(1.083)	(269)	(1)	(522)	(1.330)	(818)	(4.023)
Ajuste de conversão	(161)	(237)	(1.090)	136	(177)	(950)	(289)	(2.768)
Transferências	143	1.677	2.977	(28)	1.894	3.953	(10.616)	-
<b>Efeito das operações descontinuadas</b>								
Movimentações líquidas do exercício	-	10	1	2	-	59	122	194
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>676</b>	<b>6.093</b>	<b>11.756</b>	<b>376</b>	<b>18.867</b>	<b>18.178</b>	<b>28.936</b>	<b>84.882</b>
Adição (i)	-	-	-	-	-	-	12.889	12.889
Baixa	(1)	(3)	(74)	(2)	(33)	(68)	(312)	(493)
Depreciação e amortização	-	(289)	(756)	(74)	(799)	(1.757)	-	(3.675)
Redução do valor recuperável do ativo	-	(13)	(172)	-	-	(3)	(2.110)	(2.298)
Ajuste de conversão	(143)	(768)	(1.305)	(182)	(1.163)	(623)	(4.518)	(8.702)
Transferências	413	2.802	2.068	72	(592)	3.592	(8.355)	-
<b>Efeito das operações descontinuadas</b>								
Movimentações líquidas do exercício	-	9	7	(1)	(4)	252	431	694
Transferência para mantidos para venda	-	(46)	(587)	(6)	-	(831)	(162)	(1.632)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>945</b>	<b>7.785</b>	<b>10.937</b>	<b>183</b>	<b>16.276</b>	<b>18.740</b>	<b>26.799</b>	<b>81.665</b>

(i) O valor dos investimentos de capital alocados em adições do imobilizado em curso totalizam para o período de 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 os montantes de US\$9,645, US\$11,580 e US\$11,684, respectivamente.

Os valores líquidos dos ativos imobilizados dados em garantias de processos judiciais correspondem em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012 a US\$77, US\$96 e US\$97 no consolidado.

Em dezembro de 2013, US\$1,4 bilhões do ativo imobilizado referem-se ao projeto de minério de ferro na Guiné (Nota 31 d).

## 16. Redução do valor recuperável do ativo

A Companhia identificou evidências de *impairment* em alguns investimentos em coligadas e *joint ventures* e em ativos imobilizados. Abaixo apresentamos os ajustes de *impairment*:

Ativos	Unidade geradora de caixa	31 de dezembro de 2013			31 de dezembro de 2012		
		Valor contábil líquido	Valor recuperável	Ajuste de Impairment	Valor contábil líquido	Valor recuperável	Ajuste de Impairment
<b>Ativo Imobilizado</b>							
Fertilizantes	PRC	2.767	651	2.116	-	-	-
Níquel	Onça Puma	-	-	-	3.779	930	2.849
Carvão	Ativos australianos	-	-	-	1.619	590	1.029
Pelotas	Ativos de pelotização	225	43	182	-	-	-
Outras		-	-	-	185	40	145
		<b>2.992</b>	<b>694</b>	<b>2.298</b>	<b>5.583</b>	<b>1.560</b>	<b>4.023</b>
<b>Investimento</b>							
Alumínio	Norsk Hydro ASA	-	-	-	3.212	2.237	975
Siderurgia	Thyssenkrupp	-	-	-	1.418	535	883
Energia	VSE	-	-	-	100	17	83
		-	-	-	<b>4.730</b>	<b>2.789</b>	<b>1.941</b>

### a) Ativo Imobilizado

#### • 2013

##### ○ Fertilizantes da PRC

Em 2013, a Companhia suspendeu a implementação do Projeto Rio Colorado na Argentina. O parâmetro fundamental do projeto não foi suficientemente favorável para assegurar o compromisso na alocação de capital e o objetivo de criação de valor. A companhia vai continuar honrando os compromissos relativos às suas concessões e avaliará alternativas para melhorar o resultado do projeto com o objetivo de determinar perspectivas para o futuro desenvolvimento do projeto.

No quarto trimestre de 2013, a Companhia concluiu suas análises in relação ao investimento na PRC e utilizou sua melhor estimativa, a qual se aproxima do custo original do investimento, na determinação do “valor justo menos custo para vender” para fins de redução ao valor recuperável do ativo.

##### ○ Pelotização

A Companhia analisou as usinas paradas de pelotização no Brasil e dado a incerteza da data de retomada das operações, foi efetuada a avaliação destes ativos com a consequente contabilização do *impairment*.

#### • 2012

##### ○ Ativos de níquel da Onça Puma

Problemas com os dois fornos de Onça Puma determinaram a paralisação total de suas operações de ferro-níquel desde junho de 2012. Depois de analisar o caso, a Vale decidiu reconstruir um dos fornos. Dado este evento, a expectativa de realização do valor contábil líquido dos ativos de Onça Puma determinou a necessidade de reconhecimento de um ajuste para a recuperabilidade.

O valor recuperável dos ativos de Onça Puma foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de fluxo de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela administração para a vida útil da mina. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir os efeitos nas quantidades vendidas baseada nos preços futuros da *commodity* e na demanda esperada para o produto.

As premissas consideradas chaves pela administração para o cálculo do *impairment* de Onça Puma são os valores das *commodities* e a taxa de desconto utilizada, devido à alta volatilidade do negócio.

### ○ **Ativos de carvão na Austrália**

Os crescimentos dos custos, a redução dos preços de mercado, a redução na produção e as mudanças regulatórias financeiramente desfavoráveis foram algumas das evidências identificadas no segmento carvão que nos levaram a realizar os testes de impairment.

Para a unidade da Austrália o valor recuperável foi identificado por meio do cálculo do valor em uso, a partir de projeções de fluxo de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela administração para a vida útil da mina. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir os efeitos nas quantidades vendidas baseada nos preços futuros da commodity e na demanda esperada para o produto.

As premissas consideradas chaves pela administração para o cálculo do impairment dos ativos de carvão da Austrália são os valores das *commodities* e a taxa de desconto utilizada, devido à alta volatilidade do negócio.

### ○ **Outros**

Em 2012, a mudança na estratégia de investimentos da companhia alterou a expectativa dos fluxos de caixa de outras operações da companhia, como as operações de óleo e gás e outros projetos.

Para estes ativos, o valor recuperável foi identificado a partir das novas projeções de fluxo de caixa provenientes de orçamentos financeiros revisados e aprovados pela administração, para os períodos estimados de operação.

## **b) Investimento**

### ● **2012**

#### ○ **Investimento na Hydro**

A volatilidade dos preços do alumínio e as incertezas macroeconômicas sobre a economia europeia contribuíram para redução, no quarto trimestre, do valor de mercado da nossa participação de 22% na Hydro, produtora de alumínio norueguesa, a um nível inferior ao valor contábil do investimento.

O valor de mercado do investimento em 31 de dezembro foi obtido com base no valor de mercado das ações da Hydro, que são negociadas no mercado de capitais e tiveram cotação de US\$ 4,99 por ação nessa data, resultando assim em um valor de investimento no montante de US\$2,237.

#### ○ **Investimento na Thyssenkrupp CSA**

A Companhia reconheceu um ajuste de impairment sobre o valor do nosso investimento de 26.87% na coligada Thyssenkrupp CSA para refletir a redução sobre o valor recuperável destes investimentos. O valor justo está baseado no fluxo de caixa futuro, não acrescido do valor referente ao contrato de fornecimento exclusivo de minério de ferro, o que compreende um componente relevante de nossa estratégia de investimento.

#### ○ **Investimento na VSE**

A mudança na estratégia de investimentos da companhia alterou a expectativa dos fluxos de caixa esperados das operações de energia nossa *joint venture* Vale Soluções de Energia ("VSE").

Para a VSE o valor recuperável foi identificado a partir das novas projeções de fluxo de caixa provenientes de orçamentos financeiros recém-aprovados pela administração para os valores da coligada.

## **c) Ágio e Intangível de vida útil indefinido**

O ágio foi gerado a partir do processo de aquisição de parte dos negócios da Companhia, principalmente por minério de ferro e pelotas (US\$1,829), níquel (US\$1,744) e fertilizantes (US\$567).

A revisão anual da recuperabilidade do ágio não resultou em provisão para perda, tanto para 2013 e 2012. Para fins de teste de impairment, foi utilizada uma taxa de desconto específica por ativo, que consideram um prêmio por país e por risco de negócio para cada segmento.

As premissas chaves mais sensíveis do fluxo de caixa descontado são os preços de venda e custos de produção.

## 17. Empréstimos e Financiamentos

### a) Total de captação

	Passivo circulante			Passivo não circulante		
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
<b>Contratos de dívida no exterior</b>						
Capital de giro	-	-	22	-	-	-
<b>Empréstimos e financiamentos em:</b>						
Dólares norte-americanos	334	604	897	4.662	3.379	2.345
Outras moedas	2	14	18	3	261	242
<b>Títulos em juros fixos:</b>						
Dólares norte-americanos	12	124	-	13.808	13.458	10.231
Euro	-	-	-	2.066	1.979	970
Encargos decorridos	350	324	221	-	-	-
	<b>698</b>	<b>1.066</b>	<b>1.158</b>	<b>20.539</b>	<b>19.077</b>	<b>13.788</b>
<b>Contratos de dívida no Brasil</b>						
<b>Empréstimos e financiamentos em:</b>						
Indexados por TJLP, TR, IGP-M e CDI	750	140	138	5.000	5.679	4.136
Cesta de moedas, libor	175	165	-	1.365	1.192	-
Debêntures não conversíveis	-	1.958	-	372	379	2.505
<b>Títulos em juros fixos:</b>						
Empréstimos em Dólares norte-americanos	6	6	-	80	86	1.109
Empréstimos em Reais	47	35	109	314	386	-
Encargos decorridos	99	101	112	-	-	-
	<b>1.077</b>	<b>2.405</b>	<b>359</b>	<b>7.131</b>	<b>7.722</b>	<b>7.750</b>
	<b>1.775</b>	<b>3.471</b>	<b>1.517</b>	<b>27.670</b>	<b>26.799</b>	<b>21.538</b>

Todos os títulos emitidos pela Companhia através de sua controlada financeira Vale Overseas Limited, estão total e incondicionalmente garantidos pela Vale.

As parcelas de longo prazo em 31 de dezembro de 2013 têm vencimento nos seguintes anos:

2015	1.245
2016	1.981
2017	2.407
2018	4.029
2019 em diante	18.008
	<b>27.670</b>

Em 31 de dezembro de 2013, as taxas de juros anuais sobre as dívidas de longo prazo eram como segue:

Até 3%	6.616
3,1% até 5% (a)	5.873
5,1% até 7% (b)	12.463
7,1% até 9% (b)	1.166
9,1% até 11% (b)	572
Acima de 11% (b)	2.636
Variáveis	119
	<b>29.445</b>

(a) Inclui a operação de *eurobonds*, para a qual foi contratado instrumento financeiro derivativo a um custo de 4,51% a.a em dólares norte-americanos.

(b) Inclui empréstimos em reais, cuja remuneração é igual à variação acumulada da taxa do CDI e TJLP mais spread. Para estas operações foram contratados instrumentos financeiros derivativos a fim de proteger a exposição da Companhia as variações da dívida flutuante em reais. O total contratado para estas operações é de US\$6.102, dos quais US\$5.785 têm taxas de juros originais acima de 5,1% a.a. Após a contratação dos derivativos o custo médio das dívidas não denominadas em dólares norte-americanos é de 2,29% a.a.

Debêntures não conversíveis	Quantidade em 31 de dezembro de 2013				Saldos em		
	Emitida	Em circulação	Vencimento	Encargos Anuais	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
2ª Serie	400.000	400.000	20 de novembro de 2013	100% CDI + 0.25%	-	1.973	2.167
Tranche "B" - Salobo	5	5	Sem vencimento	6.5% p.a + IGP-DI	372	379	364
					<b>372</b>	<b>2.352</b>	<b>2.531</b>
Parcela de curto prazo					-	1.958	-
Parcela de longo prazo					372	379	2.505
Juros provisionados					-	15	26
					<b>372</b>	<b>2.352</b>	<b>2.531</b>

## b) Captações

Em novembro e dezembro de 2013 a Vale contratou pré-pagamentos de exportação com vencimento de cinco e sete anos, vinculados às vendas futuras, totalizando US\$1.380 bilhão. Os valores referentes a esses contratos foram integralmente desembolsados.

Em dezembro de 2013 a Vale emitiu US\$277 em notas de crédito a exportação junto a bancos comerciais brasileiros com vencimento em 2023.

Em 15 de janeiro de 2014 (evento subsequente), a Vale emitiu debêntures de infraestrutura no valor de US\$427. No último trimestre de 2013 a Vale pagou aproximadamente US\$1.708 do total da dívida.

## c) Linhas de crédito rotativa

Em junho de 2013, a Vale contratou um financiamento no montante de US\$47 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social ("BNDES"), com objetivo de financiar a aquisição de equipamento no Brasil.

Em julho de 2013 a Companhia contratou uma nova linha de crédito rotativo no valor de US\$2 bilhões, com prazo de cinco anos. A nova linha de crédito soma-se a US\$3 bilhões, em linhas de crédito rotativo já existente com vencimento em 2016. O montante total que temos disponíveis em linhas de crédito rotativo é de US\$5 bilhões.

Tipo	Moeda de contrato	Data da abertura	Prazo	Total disponível para uso	Montante utilizado até		
					31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
<b>Linhas de crédito rotativos</b>							
Linhas de créditos rotativos - Vale/ Vale International/ Vale Canada	US\$	Abril 2011	5 anos	3.000	-	-	-
Linhas de créditos rotativos - Vale/ Vale International/ Vale Canada	US\$	Julho 2013	5 anos	2.000	-	-	-
<b>Linhas de crédito</b>							
Export-Import Bank of China e Bank of China Limited	US\$	Setembro 2010 (a)	13 anos	1.229	985	837	467
BNDES	R\$	Abril 2008 (b)	10 anos	3.116	1.975	1.529	1.193
BNDES - CLN 150	R\$	setembro 2012 (c)	10 anos	1.658	1.314	900	-
BNDES - Programa de Sustentação do Investimento 3,0% ("PSI")	R\$	Junho 2013 (d)	10 anos	47	37	-	-
BNDES - Tecored 3,5%	R\$	Dezembro 2013 (e)	8 anos	58	-	-	-

(a) Aquisição de doze navios de grande porte para o transporte de minério junto a estaleiro chinês.

(b) Data da assinatura do Memorandum of Understanding ("MOU"), porém o prazo dos financiamentos de projetos é contado a partir da data de assinatura de cada aditivo dos projetos.

(c) Projeto CLN 150.

(d) Aquisição de equipamentos nacionais.

(e) Apoio ao plano de investimentos 2013-2015 da Tecored.

O montante total disponível e utilizado diferente da moeda de apresentação é afetado pela variação cambial entre os períodos.

As linhas de crédito referentes ao Nexi, JBIC, K-Sure, EDC, BNDES: Vale Fertilizantes, PSI 4,50% e 5,50% foram retirados desta nota, pois as mesmas foram utilizadas em sua totalidade.

No dia 30 de Janeiro de 2014 (evento subsequente), a Vale contratou um financiamento no montante de US\$775 junto à agência Canadense EDC. Não ocorreu retirada da linha de financiamento.

**d) Garantias**

Em 31 de dezembro de 2013, da dívida total da Companhia, US\$1.456 do total agregado do saldo de empréstimos e financiamentos estão garantidos por bens e recebíveis.

**e) Covenants**

Nossos principais *covenants* nos obrigam a manter certos índices, como a dívida sobre o EBITDA e de cobertura de juros. Não identificamos nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2013.

**18. Obrigações para desmobilização de ativos**

A Companhia utiliza diversos julgamentos e premissas quando mensura as obrigações referentes à descontinuação de uso de ativos. Do montante provisionado não estão deduzidos os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações, porque sua recuperação é considerada incerta.

As taxas de juros de longo prazo utilizadas para desconto a valor presente e atualização da provisão para 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 foram de 6,39% a.a., 5,03% a.a. e 5,82% a.a., respectivamente. O passivo constituído é atualizado periodicamente tendo como base essas taxas de desconto acrescido do índice de inflação ("IGP-M") do exercício, em referência.

A variação na provisão para desmobilização de ativos está demonstrada como segue:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>2.748</b>	<b>1.922</b>	<b>1.518</b>
Acréscimo de despesas	201	170	127
Liquidação financeira no período corrente	(40)	(14)	(57)
Revisões estimadas nos fluxos de caixa	15	782	420
Ajustes acumulados de conversão	(276)	(112)	(86)
<b>Efeito das operações descontinuadas</b>			
Transferência para mantidos para venda	(4)	-	-
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>2.644</b>	<b>2.748</b>	<b>1.922</b>
Circulante	96	70	73
Não circulante	2.548	2.678	1.849
	<b>2.644</b>	<b>2.748</b>	<b>1.922</b>

## 19. Provisões para processos judiciais

A Vale e suas controladas são partes envolvidas em ações trabalhistas, cíveis, tributárias e outras em andamento e estão discutindo estas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião da diretoria jurídica da Companhia e de seus consultores legais externos.

	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais	Total de passivos provisionados
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2011</b>	<b>746</b>	<b>510</b>	<b>748</b>	<b>39</b>	<b>2.043</b>
Adições	154	72	397	7	630
Reversões	(82)	(202)	(57)	(10)	(351)
Pagamentos	(67)	(79)	(242)	(4)	(392)
Atualizações monetárias	64	(10)	(10)	4	48
Ajustes acumulados de conversão	(162)	(43)	(89)	(3)	(297)
<b>Efeito das operações descontinuadas</b>					
Movimentações líquidas do exercício	1	-	4	-	5
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>654</b>	<b>248</b>	<b>751</b>	<b>33</b>	<b>1.686</b>
Adições	626	78	307	11	1.022
Reversões	(76)	(28)	(208)	(6)	(318)
Pagamentos	(155)	(3)	(22)	(2)	(182)
Atualizações monetárias	34	16	(7)	2	45
Ajustes acumulados de conversão	(87)	(18)	(62)	(4)	(171)
<b>Efeito das operações descontinuadas</b>					
Movimentações líquidas do exercício	-	(6)	(9)	-	(15)
Transferência para mantidos para venda	-	-	(2)	-	(2)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>996</b>	<b>287</b>	<b>748</b>	<b>34</b>	<b>2.065</b>
Adições	19.459	79	252	7	19.797
Reversões	(10.083)	(72)	(160)	(12)	(10.327)
Pagamentos	(2.924)	(154)	(82)	-	(3.160)
Atualizações monetárias	(30)	121	75	3	169
Ajustes acumulados de conversão	(110)	(43)	(95)	(5)	(253)
Transferência de ativos não circulantes disponíveis para venda	(6.977)	-	-	-	(6.977)
<b>Efeito das operações descontinuadas</b>					
Movimentações líquidas do exercício	(1)	(3)	(2)	-	(6)
Transferência para mantidos para venda	-	(6)	(27)	1	(32)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>330</b>	<b>209</b>	<b>709</b>	<b>28</b>	<b>1.276</b>

**Provisões para processos tributários** - As naturezas das causas tributárias referem-se discussões sobre a base de cálculo da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais ("CFEM") e indeferimentos de pedidos de compensação de créditos na liquidação de tributos federais no Brasil, e impostos sobre atividades minerárias no exterior. As demais se referem a cobranças de Adicional de Indenização do Trabalhador Portuário ("AITP") e questionamentos sobre a localidade de incidência para fins de Imposto sobre Serviços ("ISS").

Em novembro de 2013 a Companhia aderiu ao programa brasileiro de parcelamento ("REFIS"), envolvendo substancialmente todas as reivindicações relacionadas à cobrança de imposto de renda e contribuição social sobre o ganho de capital próprio de controladas e coligadas no exterior, cuja expectativa de perda estavam classificadas como possíveis. (Nota 20). Veja abaixo as variações do REFIS inicialmente reconhecida como provisão para processos tributários.

	Variações do REFIS nas provisões tributárias
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2013</b>	<b>-</b>
Adições	19.356
Reversão – benefício do REFIS adquirido	(9.798)
Pagamentos:	(2.594)
Atualizações monetárias	66
Ajustes de conversão do período	(53)
Transferência para tributos sobre o lucro - Programa de refinanciamento:	
Passivo circulante	(470)
Passivo não circulante	(6.507)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>-</b>

Como consequência da adoção ao REFIS, o montante de contingência tributária possível reduziu em 2013.

Em setembro de 2012, a Companhia alterou para provável o prognóstico de perda da tese de dedução dos gastos de transporte da base de cálculo da CFEM, acrescentando à provisão o montante de US\$542. A companhia pagou US\$410 de CFEM sobre a tese de transporte. Em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2011, o montante total reconhecido no passivo relativo ao CFEM foi US\$60, US\$519 e US\$151, respectivamente.

**Provisões para processos cíveis** - As ações cíveis estão relacionadas às reclamações de Companhias contratadas por perdas que supostamente teriam ocorrido como resultado de vários planos econômicos e outras demandas relacionadas a acidentes, ações indenizatórias e outras, ainda relacionadas a indenização pecuniária em ação reivindicatória.

**Provisões para processos trabalhistas** - Contingências trabalhistas consistem principalmente de horas “*intinere*”, adicional de periculosidade e insalubridade e reclamações vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões e ao terço constitucional de férias. Inseridas nesse contexto estão as contingências previdenciárias, porque decorrem de parcelas com natureza trabalhista, tratando-se de discussões judiciais e administrativas entre o Instituto Nacional de Seguridade Social (“INSS”) e a Vale, cujo cerne é a incidência, ou não, dos encargos previdenciários.

Correlacionados às contingências, existem depósitos judiciais. Os depósitos judiciais são garantias exigidas judicialmente, atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos pelo reclamante, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

Os depósitos judiciais estão assim representados:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
Processos tributários	433	435	413
Processos cíveis	176	172	151
Processos trabalhistas	870	903	895
Processos ambientais	11	5	5
<b>Total</b>	<b>1.490</b>	<b>1.515</b>	<b>1.464</b>

A Companhia discute nas esferas administrativa e judicial ações para as quais existe expectativa de perdas possíveis, e entende que para estas não cabe provisão, visto que existe um forte embasamento jurídico para o posicionamento da Companhia. Estes passivos contingentes estão assim representados:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
Processos tributários	3.789	16.492	17.967
Processos cíveis	768	1.124	1.483
Processos trabalhistas	2.900	1.728	1.923
Processos ambientais	1.165	1.672	1.076
<b>Total</b>	<b>8.622</b>	<b>21.016</b>	<b>22.449</b>

A dedutibilidade dos pagamentos de contribuição social sobre as bases do Imposto de Renda são os mais relevantes entre os litígios tributários classificados como perda possível pela Companhia.



## 20. Tributos Sobre o Lucro – Programa de refinanciamento (“REFIS”)

Em outubro de 2013, a autoridade tributária brasileira criou um programa de refinanciamento de tributos sobre o lucro (“REFIS”), referente à cobrança de Imposto de Renda e Contribuição Social incidente sobre o ganho de capital auferido por empresas brasileiras decorrentes da equivalência patrimonial de suas controladas estrangeiras. Sob as condições deste REFIS, os débitos vencidos até 31 de dezembro de 2012 podem ser pago da seguinte forma: (i) pagamento a vista, com redução de 100% das multas, juros e demais encargos legais; ou (ii) em 180 parcelas mensais, com pagamento de 20% dos débitos no momento da adesão ao programa, com redução de 80% das multas e redução de 50% dos juros e redução de 100% dos encargos legais.

Como mencionado na Nota 19, a Vale está envolvida em ações judiciais relacionadas à cobrança de tributos incidentes sobre o ganho de capital próprio de controladas estrangeiras cujo prognóstico de perda possível permanecem inalterados, e como consequência, nenhuma provisão foi reconhecida.

Em novembro de 2013, a Companhia decidiu aderir ao REFIS para o pagamento dos valores relativos aos tributos incidentes sobre o lucro de suas subsidiárias e afiliadas estrangeiras de 2003 a 2012. Nossa adesão ao REFIS resultou em substancial redução nos montantes em disputa e está consistente com nosso objetivo de eliminar as incertezas para se concentrar no negócio, mantendo os benefícios potenciais dos recursos judiciais sobre o regime tributário para as subsidiárias estrangeiras.

Entre as opções oferecidas pela legislação do REFIS, elegemos o pagamento antecipado dos débitos referente aos anos de 2003, 2004, e 2006, e o pagamento em parcelas do principal, multa e juros para os anos restantes de 2005, 2007 a 2012.

Conforme detalhado na Nota 19, o valor de face dos pagamentos oriundo da decisão da Companhia atingiu o montante US\$9,6 bilhões. Considerando os pagamentos antecipados e da primeira parcela, a Vale pagou US\$2,6 bilhões em 2013 e os restantes dos US\$7 bilhões serão pagos em 178 parcelas mensais.

Os efeitos na demonstração de resultado em 2013 estão apresentados a seguir:

<b>Despesa financeira</b>	
Reconhecimento inicial dos juros e multa	(12.162)
Reversão dos juros – benefícios por adesão ao programa	9.525
<b>Efeito líquida na despesa financeira</b>	<b>(2.637)</b>
<b>Despesa de tributos sobre o lucro</b>	
Reconhecimento da obrigação	(7.460)
Efeito tributário da dedutibilidade dos juros e multa	2.841
Outros efeitos	786
	<b>(3.832)</b>
Valores relacionados à operação descontinuada	(216)
<b>Efeito líquido na despesa de tributos sobre o lucro - operação continuada</b>	<b>(4.048)</b>
<b>Total do efeito no resultado</b>	<b>(6.685)</b>

## 21. Tributos Diferidos Sobre o Lucro

A Companhia analisou o potencial impacto fiscal associado aos lucros não distribuídos de cada uma de nossas subsidiárias. Para aquelas em que os lucros não distribuídos são destinados a serem reinvestidos indefinidamente, o imposto diferido não é reconhecido. Os lucros não distribuídos das subsidiárias consolidadas nos quais nenhum imposto de renda diferido foi reconhecido por possíveis remessas futuras à Controladora, totalizaram aproximadamente US\$25,086 em 31 de dezembro de 2013, baseado nas normas internacionais de IFRS. Conforme descrito na nota 20, em 2013, aderimos ao REFIS de pagar os valores relativos à cobrança de imposto de renda sobre o ganho de capital próprio em empresas controladas e coligadas no exterior 2003-2012 e, portanto, o repatriamento de tais ganhos não teria consequências fiscais Brasileiras.

O lucro da Companhia está sujeito ao regime comum de tributação aplicável às Companhias em geral. Os saldos diferidos líquidos apresentam como segue:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
		(i)	(i)
<b>Resultado fiscal a compensar</b>	<b>2.053</b>	<b>1.274</b>	<b>915</b>
<b>Diferenças temporárias:</b>			
Fundo de pensão	643	867	708
Provisão para processos judiciais	341	574	467
Provisão para perdas em ativos	962	845	791
Valor justo de instrumentos financeiros	1.075	806	530
Mais valia vinculada a bens adquiridos	(4.774)	(5.030)	(6.578)
Redução ao valor recuperável de ativos	1.222	1.569	-
Outros	(227)	(279)	(389)
	<b>(758)</b>	<b>(648)</b>	<b>(4.471)</b>
<b>Total</b>	<b>1.295</b>	<b>626</b>	<b>(3.556)</b>
Ativo	4.523	4.053	1.909
Passivo	(3.228)	(3.427)	(5.465)
	<b>1.295</b>	<b>626</b>	<b>(3.556)</b>

(i) Exercício ajustado conforme nota 6.

	Ativo	Passivo	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2011 (i)</b>	<b>1.358</b>	<b>7.587</b>	<b>(6.229)</b>
Efeitos no Resultado	648	374	274
Aquisição (vendas) subsidiárias	-	76	(76)
Ajustes acumulados de conversão	(146)	(333)	187
Diferimento da Contribuição Social	-	(2.134)	2.134
Outros resultados abrangentes	49	(101)	150
<b>Efeito das operações descontinuadas</b>			
Movimentações líquidas do exercício	-	(4)	4
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011 (i)</b>	<b>1.909</b>	<b>5.465</b>	<b>(3.556)</b>
Efeitos no Resultado	2.216	(1.461)	3.677
Aquisição (vendas) subsidiárias	(18)	(105)	87
Ajustes acumulados de conversão	(146)	(198)	52
Outros resultados abrangentes	92	(174)	266
<b>Efeito das operações descontinuadas</b>			
Movimentações líquidas do exercício	-	(9)	9
Transferência para mantidos para venda	-	(91)	91
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012 (i)</b>	<b>4.053</b>	<b>3.427</b>	<b>626</b>
Efeitos no Resultado	791	(162)	953
Ajustes acumulados de conversão	(463)	(182)	(281)
Constituição / Reversão de prejuízo fiscal	187	-	187
Outros resultados abrangentes	(45)	227	(272)
<b>Efeito das operações descontinuadas</b>			
Movimentações líquidas do exercício	283	(3)	286
Transferência para mantidos para venda	(283)	(79)	(204)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>4.523</b>	<b>3.228</b>	<b>1.295</b>

(i) Exercício ajustado de acordo com a nota 6.

Os ativos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente, levando-se em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro.

Estas diferenças temporárias, que serão realizadas quando da ocorrência dos correspondentes fatos geradores apresentam as seguintes expectativas:

Imposto de renda diferido	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012 (i)	1º de janeiro de 2012 (i)
Para ser recuperado após 12 meses	535	270	(3.823)
para ser recuperado até 12 meses	760	356	267
<b>Total</b>	<b>1.295</b>	<b>626</b>	<b>(3.556)</b>

(i) Exercício ajustado de acordo com a nota 6.

Os tributos sobre o lucro no Brasil compreende o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. A alíquota estatutária aplicável nos exercícios apresentados é de 34%. Em outros países onde temos operações, estamos sujeitos a várias taxas dependendo da jurisdição.

O total demonstrado como tributos sobre o lucro nas demonstrações de resultado está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	Exercício findo em 31 de dezembro de,		
	2013	2012	2011
		(i)	(i)
<b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>7.241</b>	<b>4.091</b>	<b>27.913</b>
<b>Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%</b>	<b>(2.462)</b>	<b>(1.391)</b>	<b>(9.490)</b>
<b>Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:</b>			
Tributos sobre o lucro de juros sobre o capital próprio	1.167	1.337	1.655
Incentivos fiscais	-	204	704
Resultados de empresas no exterior tributadas a alíquotas diferentes às da controladora	146	208	1.356
Resultado de participações societárias	173	219	386
Indedutibilidade da redução no valor recuperável de ativos	(719)	(359)	-
Reversão de imposto de renda Diferido	-	1.236	-
Constituição/ reversão para prejuízos fiscais	180	(228)	(297)
Adesão ao REFIS	(4.954)	-	-
Outros (ii)	(364)	(52)	421
<b>Tributos sobre o lucro no resultado do exercício</b>	<b>(6.833)</b>	<b>1.174</b>	<b>(5.265)</b>

(i) Exercício ajustado de acordo com a nota 6.

(ii) Refere-se principalmente a imposto provisionado sobre exportação.

## • Incentivos tributários

A Vale, no Brasil, possui incentivo fiscal de redução parcial do imposto de renda devido, pelo valor equivalente à parcela atribuída pela legislação fiscal às operações nas regiões norte e nordeste com ferro, pelotas, ferrovia, manganês, cobre e potássio. O incentivo é calculado com base no lucro fiscal da atividade (chamado lucro da exploração), e leva em conta a alocação do lucro operacional pelos níveis da produção incentivada durante os períodos definidos como beneficiados para cada produto, e, no geral são por 10 anos e no caso da Companhia, não expiram até 2020. Um montante igual ao obtido com a economia fiscal deve ser apropriado em uma conta de reserva de lucros, no patrimônio líquido, e não pode ser distribuído como dividendos aos acionistas.

Além deste, parte do imposto de renda devido pode ser reinvestido na aquisição de equipamentos na operação incentivada, sujeita a aprovação posterior pela agência reguladora da área incentivada Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM") e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"). Quando aprovado o reinvestimento, o benefício fiscal é também apropriado em uma reserva de lucros, com impedimento a distribuição como dividendos aos acionistas.

A Vale tem ainda incentivos de impostos relacionados a produção de níquel e cobalto da Vale Nouvelle Caledonie ("VNC"). Estes incentivos fiscais incluem isenções de Imposto de renda, durante a fase de construção do projeto, e, também, por um período de 15 anos iniciando-se no primeiro ano da produção comercial, conforme definido pela legislação aplicável, seguido por 5 anos com isenção de 50% do imposto devido. A VNC está sujeita a tributação de uma parte do lucro começando no primeiro ano em que a produção comercial for atingida, conforme definido pela legislação aplicável. Até o momento, não foi gerado nenhum lucro tributável na VNC. Vale também se beneficia de redução de imposto de renda, para projetos com carvão em Moçambique, com distribuição de minério de ferro e produção de pelotas em Omã e com distribuição de minério de ferro na Malásia, por tempo variável contados a partir do início das atividades operacionais.

A Vale está sujeita a revisão do imposto de renda pelas autoridades fiscais locais, por até cinco anos nas empresas que operam no Brasil, dez anos para operações na Indonésia e até sete anos para companhias com operações no Canadá.

## 22. Obrigações com Benefícios a Funcionários

### a) Obrigações com Benefícios de Aposentadoria

No Brasil, a gestão dos planos de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social ("Valia"), entidade fechada sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

Os empregados da Companhia, participantes da Valia, estão associados a Plano de Contribuição Variável (Plano de Benefício Vale Mais e Plano de Benefício Valiaprev), com um componente de benefício definido (específico para cobertura por morte e aposentadoria por invalidez) e outro de contribuição definida (para benefícios programáveis). No caso de benefício definido, o valor é previamente estabelecido, com atualização atuarial, de forma a assegurar sua concessão. Já no caso da contribuição definida, o valor é permanentemente ajustado, de acordo com os recursos mantidos em favor do participante.

A Companhia também mantém o patrocínio de um plano de previdência complementar com características de benefício definido, que cobre quase que exclusivamente aposentados e seus beneficiários, este plano é superavitário e suas contribuições pela Companhia não são expressivas.

Em decorrência da migração dos empregados ativos para o plano Vale Mais em maio de 2000 a Companhia manteve um plano de benefício definido (benefício proporcional), para estes empregados e beneficiários. Este plano é financiado pelas contribuições mensais realizadas pela Companhia, calculados com base em avaliações atuariais periódicas.

Adicionalmente, a Companhia patrocina um grupo específico de ex-empregados o direito receber pagamentos suplementares aos benefícios normais da VALIA, através do chamado Abono Complementação, acrescido de benefício pós-aposentadoria de assistência médica, odontológica e farmacêutica.

A Companhia também possui planos de benefícios definidos e outros benefícios pós-emprego administrados por outras fundações e entidades de seguridade social que, em conjunto, cobrem todos os seus empregados.

As informações a seguir detalham o status dos elementos de benefício definido de todos os planos, bem como os custos a eles relacionados.

### i. Evolução do valor presente das obrigações

	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
<b>Obrigações com benefícios em 1º de janeiro de 2011 (i)</b>	<b>3.623</b>	<b>5.662</b>	<b>1.595</b>
Custo do serviço	18	78	18
Custo de Juros	513	272	98
Benefícios pagos	(344)	(363)	(83)
Participação de contribuintes	3	-	-
Correção do plano	-	5	-
Transferências	1.126	(1.126)	-
Efeitos da mudança de premissas financeiras	157	26	11
Efeitos de ajuste da experiência	67	307	131
Efeito da combinação de negócios	-	8	2
Efeito na variação das taxa de cambio	(552)	(277)	(54)
<b>Obrigações com benefícios em 31 de dezembro de 2011 (i)</b>	<b>4.611</b>	<b>4.592</b>	<b>1.718</b>
Custo do serviço	-	114	35
Custo de Juros	309	403	99
Benefícios pagos	(237)	(439)	(76)
Participação de contribuintes	-	2	-
Correção do plano	-	(35)	23
Assentamento dos Planos	-	(30)	-
Transferências	(1.434)	1.495	16
Efeitos da mudança de premissas financeiras	452	501	75
Efeitos de ajuste da experiência	232	618	253
Efeito da combinação de negócios	-	2	(27)
Efeito na variação das taxa de cambio	(366)	(67)	(71)
<b>Obrigações com benefícios em 31 de dezembro de 2012 (i)</b>	<b>3.567</b>	<b>7.156</b>	<b>2.045</b>
Custo do serviço	49	97	42
Custo de Juros	461	220	131
Benefícios pagos	(312)	(334)	(76)
Participação de contribuintes	1	-	-
Correção do plano	-	-	(16)
Transferências	1.910	(1.907)	-
Efeitos da mudança de premissas demográficas	(6)	145	21
Efeitos da mudança de premissas financeiras	(659)	(446)	(227)
Efeitos de ajuste da experiência	(394)	32	(43)
Efeito da combinação de negócios	-	2	-
Efeito na variação das taxa de cambio	(537)	(559)	(184)
<b>Obrigações com benefícios em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>4.080</b>	<b>4.406</b>	<b>1.693</b>

(i) Exercício ajustado conforme Nota 6.

## ii. Evolução do valor justo dos ativos

	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
<b>Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro de 2011 (i)</b>	<b>5.586</b>	<b>4.637</b>	<b>13</b>
Receita de juros	731	107	-
Contribuições do empregador	65	512	83
Contribuições de participantes	3	-	-
Benefícios pagos	(344)	(363)	(83)
Transferências	1.099	(1.099)	-
Planos de assentamentos	-	(14)	(11)
Retorno sobre os planos dos ativos (excluindo receitas de juros)	(109)	22	-
Efeito das variações das taxas de câmbio	(754)	(139)	(1)
<b>Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2011 (i)</b>	<b>6.277</b>	<b>3.663</b>	<b>1</b>
Transferências	(1.541)	1.541	-
Receita de juros	469	384	-
Contribuições do empregador	1	223	76
Contribuições de participantes	-	2	-
Benefícios pagos	(237)	(439)	(76)
Planos de assentamentos	-	(44)	-
Retorno sobre os planos dos ativos (excluindo receitas de juros)	(79)	412	-
Efeito das variações das taxas de câmbio	(478)	(57)	-
<b>Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2012 (i)</b>	<b>4.412</b>	<b>5.685</b>	<b>1</b>
Transferências	1.765	(1.763)	-
Receita de juros	523	168	-
Contribuições do empregador	141	190	76
Contribuições de participantes	1	-	-
Benefícios pagos	(312)	(334)	(76)
Planos de assentamentos	-	(91)	-
Retorno sobre os planos dos ativos (excluindo receitas de juros)	(576)	315	-
Efeito das variações das taxas de câmbio	(683)	(366)	(1)
<b>Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>5.271</b>	<b>3.804</b>	<b>-</b>

(i) Exercício ajustado conforme nota 6.

Os ativos dos planos administrados pela Valia em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012 incluem investimentos em carteira de ações da Vale no valor de US\$206, US\$300 e US\$340, investimentos em debêntures no valor de US\$66, US\$57 e US\$63 e investimentos em ações de partes relacionadas no valor de US\$6, US\$2 e US\$84, respectivamente. Eles também incluem em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012, US\$3.110, US\$3.882 e US\$3.552, de títulos e valores mobiliários do governo federal. Os ativos dos planos de pensão da Vale Canadá Limited estão aplicados em títulos e valores mobiliários do governo do Canadá e em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012, montam US\$789, US\$483 e US\$653, respectivamente. Os ativos dos planos, vinculados aos ativos de fertilizantes, em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012, estão em títulos e valores mobiliários do governo federal no valor de US\$183, US\$191 e US\$149, respectivamente.

## Conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço

	Planos no Brasil								
	31 de dezembro de 2013			31 de dezembro de 2012			1º de janeiro de 2012		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
<b>Limite máximo de reconhecimento de ativo (teto)/ passivo oneroso</b>									
<b>No início do exercício</b>	<b>844</b>	-	-	<b>1.596</b>	-	-	<b>1.931</b>	-	-
Transferências	-	-	-	(40)	40	-	-	-	-
Receita de juros	71	-	-	160	5	-	217	-	-
Mudanças no teto do ativo/ passivo oneroso	422	-	-	(762)	(45)	-	(357)	-	-
	(146)	-	-	(109)	-	-	(194)	-	-
<b>No final do exercício</b>	<b>1.191</b>	-	-	<b>845</b>	-	-	<b>1.597</b>	-	-
<b>Valor reconhecido no balanço patrimonial</b>									
Valor presente das obrigações atuariais	(4.080)	(442)	(276)	(3.567)	(2.622)	(461)	(4.611)	(547)	(346)
Valor justo dos ativos	5.271	423	-	4.412	2.381	-	6.277	427	-
Efeito do limite do ativo (teto)	(1.191)	-	-	(845)	-	-	(1.666)	-	-
<b>Ativo (passivo) líquido a ser provisionado</b>	<b>-</b>	<b>(19)</b>	<b>(276)</b>	<b>-</b>	<b>(241)</b>	<b>(461)</b>	<b>-</b>	<b>(120)</b>	<b>(346)</b>
Passivo circulante	-	-	(23)	-	(86)	(20)	-	(11)	(64)
Passivo não circulante	-	(19)	(253)	-	(155)	(441)	-	(109)	(282)
<b>Ativo (passivo) líquido a ser provisionado</b>	<b>-</b>	<b>(19)</b>	<b>(276)</b>	<b>-</b>	<b>(241)</b>	<b>(461)</b>	<b>-</b>	<b>(120)</b>	<b>(346)</b>

	31 de dezembro de 2013			31 de dezembro de 2012			Planos no exterior 1º de janeiro de 2012		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
	<b>Valor reconhecido no balanço patrimonial</b>								
Valor presente das obrigações atuariais	-	(3.964)	(1.417)	-	(4.534)	(1.584)	-	(4.045)	(1.372)
Valor justo dos ativos	-	3.381	-	-	3.304	1	-	3.236	1
<b>Ativo (passivo) líquido a ser provisionado</b>	<b>-</b>	<b>(583)</b>	<b>(1.417)</b>	<b>-</b>	<b>(1.230)</b>	<b>(1.583)</b>	<b>-</b>	<b>(809)</b>	<b>(1.371)</b>
Passivo circulante	-	(9)	(65)	-	(29)	(70)	-	(28)	(66)
Passivo não circulante	-	(574)	(1.352)	-	(1.201)	(1.513)	-	(781)	(1.305)
<b>Ativo (passivo) líquido a ser provisionado</b>	<b>-</b>	<b>(583)</b>	<b>(1.417)</b>	<b>-</b>	<b>(1.230)</b>	<b>(1.583)</b>	<b>-</b>	<b>(809)</b>	<b>(1.371)</b>
	<b>Total</b>								
	31 de dezembro de 2013			31 de dezembro de 2012			1º de janeiro de 2012		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
	<b>Limite máximo de reconhecimento de ativo (teto)/ passivo oneroso</b>								
<b>No início do exercício</b>	<b>844</b>	-	-	<b>1.596</b>	-	-	<b>1.931</b>	-	-
Transferências	-	-	-	(40)	40	-	-	-	-
Receita de juros	71	-	-	160	5	-	217	-	-
Mudanças no teto do ativo/ passivo oneroso	422	-	-	(762)	(45)	-	(357)	-	-
	(146)	-	-	(109)	-	-	(194)	-	-
<b>No final do exercício</b>	<b>1.191</b>	-	-	<b>845</b>	-	-	<b>1.597</b>	-	-
<b>Valor reconhecido no balanço patrimonial</b>									
Valor presente das obrigações atuariais	(4.080)	(4.406)	(1.693)	(3.567)	(7.156)	(2.045)	(4.611)	(4.592)	(1.718)
Valor justo dos ativos	5.271	3.804	-	4.412	5.685	1	6.277	3.663	1
Efeito do limite do ativo (teto)	(1.191)	-	-	(845)	-	-	(1.666)	-	-
<b>Ativo (passivo) líquido a ser provisionado</b>	<b>-</b>	<b>(602)</b>	<b>(1.693)</b>	<b>-</b>	<b>(1.471)</b>	<b>(2.044)</b>	<b>-</b>	<b>(929)</b>	<b>(1.717)</b>
Passivo circulante	-	(9)	(88)	-	(115)	(90)	-	(39)	(130)
Passivo não circulante	-	(593)	(1.605)	-	(1.356)	(1.954)	-	(890)	(1.587)
<b>Ativo (passivo) líquido a ser provisionado</b>	<b>-</b>	<b>(602)</b>	<b>(1.693)</b>	<b>-</b>	<b>(1.471)</b>	<b>(2.044)</b>	<b>-</b>	<b>(929)</b>	<b>(1.717)</b>

(i) Exercício ajustado conforme nota 6.

#### iv. Custos reconhecidos na demonstração do resultado do exercício

	2013			2012 (i)			Exercício findo em 31 de dezembro de, 2011 (i)		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
	<b>Custo do serviço corrente</b>	<b>49</b>	<b>97</b>	<b>42</b>	<b>-</b>	<b>114</b>	<b>35</b>	<b>18</b>	<b>78</b>
Juros sobre despesa com passivo	461	220	131	309	403	99	513	272	98
Juros sobre despesa com ativos	(523)	(169)	-	(469)	(384)	-	(731)	(107)	-
Despesas de juros sobre o efeito de (teto de ativo) / passivo oneroso	13	-	-	160	12	-	200	-	-
<b>Total dos custos líquidos</b>	<b>-</b>	<b>148</b>	<b>173</b>	<b>-</b>	<b>145</b>	<b>134</b>	<b>-</b>	<b>243</b>	<b>116</b>

(i) Exercício ajustado conforme nota 6.

#### v. Custos reconhecidos na demonstração do resultado abrangente do exercício

	2013			2012 (i)			Exercício findo em 31 de dezembro de, 2011 (i)		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
	<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>(3)</b>	<b>(964)</b>	<b>(381)</b>	<b>(4)</b>	<b>(529)</b>	<b>(180)</b>	<b>7</b>	<b>(309)</b>
Efeito de mudança nas premissas financeiras	666	301	206	(452)	(501)	(75)	(157)	(26)	(18)
Efeito de ajustes da experiência	394	(34)	43	(232)	(620)	(226)	(67)	(315)	(133)
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	(576)	315	-	(79)	412	-	(109)	22	-
Mudança de teto de ativo/passivo oneroso (exclui receita de juros)	(424)	-	-	763	83	-	327	-	-
	60	582	249	-	(626)	(301)	(6)	(319)	(151)
Tributos diferido sobre o lucro	(19)	(167)	(75)	-	182	90	6	92	45
<b>Lucros (prejuízos) abrangentes do exercício</b>	<b>41</b>	<b>415</b>	<b>174</b>	<b>-</b>	<b>(444)</b>	<b>(211)</b>	<b>-</b>	<b>(227)</b>	<b>(106)</b>
Efeito da conversão	10	11	12	1	(21)	10	(11)	7	17
Transferências/ baixas	(142)	143	(1)	-	-	-	-	-	-
<b>Lucros (prejuízo) abrangentes acumulado</b>	<b>(94)</b>	<b>(395)</b>	<b>(196)</b>	<b>(3)</b>	<b>(994)</b>	<b>(381)</b>	<b>(4)</b>	<b>(529)</b>	<b>(180)</b>

(i) Exercício ajustado conforme nota 6..

## vi. Hipóteses Atuariais e Econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc.

As hipóteses atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, ser analisadas sob essa ótica. Portanto, no curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	31 de dezembro de 2013			31 de dezembro de 2012			31 dezembro de 2011		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
	Taxa de desconto para determinar obrigação de benefício	12,13%	12,46%	12,57%	8,90%	9,04%	9,05%	10,91%	10,78%
Taxa de desconto para determinar o custo líquido	9,98%	8,12%	8,12%	8,90%	9,45%	9,40%	10,78%	11,30%	10,30%
Taxa de aumento das compensações - até 47 anos	6,00%	6,00%	N/A	8,15%	8,15%	N/A	8,15%	N/A	N/A
Taxa de aumento das compensações - após 47 anos	6,00%	6,00%	N/A	5,00%	5,00%	N/A	5,00%	5,00%	N/A
Inflação	6,00%	6,00%	6,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%
Taxas de crescimento dos custos de saúde	N/A	N/A	9,18%	N/A	N/A	8,15%	N/A	8,15%	8,15%

	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2011	
	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
	Taxa de desconto para determinar obrigação de benefício	4,80%	5,40%	4,16%	4,20%	5,08%
Taxa de desconto para determinar o custo líquido	4,80%	5,40%	5,08%	4,20%	5,43%	5,43%
Taxa de aumento das compensações - até 47 anos	4,00%	3,00%	4,10%	3,00%	4,10%	3,00%
Taxa de aumento das compensações - após 47 anos	4,00%	3,00%	4,10%	3,00%	4,10%	3,00%
Inflação	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxas de crescimento dos custos de saúde	N/A	7,00%	N/A	7,22%	N/A	7,22%
Taxas finais de crescimento dos custos de saúde	N/A	4,45%	N/A	4,49%	N/A	4,49%

## vi. Sumário de dados dos participantes:

	Exercício findo em 31 de dezembro de,								
	2013			2012			2011		
	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	
<b>Participantes ativos</b>									
número	61.216	20.236	9.852	14	81.324	11.727	54.367	17.616	9.682
Idade média - anos	35,2	37,4	41,7	52,0	35,5	40,2	34,70	39,00	41,00
Tempo médio de serviço - ano	6,9	7,4	7,8	27,7	7,00	6,6	6,50	12,10	7,90
<b>Participantes com benefício diferido (i)</b>									
número	6.829	1.573	-	-	6.519	-	4.141	1.674	-
Idade média - anos	36,9	49,5	-	-	47,1	-	35,1	49,1	-
<b>Aposentados e pensionistas</b>									
número	21.714	16.556	32.426	16.740	19.253	31.737	19.538	17.019	32.633
idade média - anos	66,9	71,4	66,4	67,4	70,3	67,7	65,5	72,1	63,7

(i) empregados desligados da Companhia mantendo o direito ao plano.

## viii. Ativos dos planos

### Planos brasileiros

A política de investimentos dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia, para os trabalhadores brasileiros, está baseada em um cenário macroeconômico de longo prazo, retornos esperados e gestão de ativos e passivos apresentados no Estudo de ALM – Gestão de Ativos e Passivos preparado pelas consultorias atuariais externas. Foi elaborada uma política de investimentos como resultado deste estudo de alocação estratégica.

A alocação de investimentos dos planos está em conformidade com a legislação local de fundos de pensão (Resolução CMN 3.792 do Conselho Monetário Nacional). Os investimentos seguem as políticas de investimentos aprovadas e podem ocorrer em seis diferentes classes de ativos, definidos como segmentos pela legislação, a saber: Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados, Investimentos no Exterior, Imóveis e Operações com Participantes (Empréstimos).

As políticas de investimento tem o objetivo de alcançar a diversificação adequada, receita e valorização de longo prazo, através da combinação de todas as classes de ativos para cumprir as obrigações dos diversos planos com nível adequado de risco.

O fundo de pensão dispõe de um processo de gestão de riscos com políticas estabelecidas que vise identificar, medir e controlar todo tipo de risco a que estão expostos os planos de benefícios, tais como: risco de mercado, de liquidez, de crédito, operacional, sistêmico e legal.

### Planos no exterior

A estratégia para cada um dos planos de pensão patrocinado pela Vale Canadá Limited é baseada em uma combinação de práticas locais e características específicas dos planos de pensão em cada país, incluindo a estrutura do passivo, risco versus comércio, recompensado entre diferentes classes de ativos e a liquidez necessária para satisfazer pagamentos de benefícios.

#### ix. Planos de pensão superavitários

O Plano de Benefício Definido (BD) tem a maior parte de seus ativos alocados em renda fixa, principalmente em títulos federais de longo prazo e títulos privados, ambos indexados a inflação com o objetivo de reduzir a volatilidade do ativo e do passivo. A alocação limite para estes investimentos indexados à inflação é de 70% dos ativos totais. Esta estratégia de investimentos, quando considerada em conjunto com o segmento de operações com participantes (empréstimos), visa constituir uma proteção dos passivos do plano contra os riscos de inflação e volatilidade da relação entre ativo e passivo. Este plano teve um rendimento médio nominal de 19% a.a, nos últimos 12 anos. Os segmentos ou classes de ativos têm os seus alvos de alocação, como segue:

	Exercício findo em 31 de dezembro de,		
	2013	2012	2011
Investimentos de renda fixa	63,18%	59,86%	59,84%
Investimentos de renda variável	18,24%	24,25%	27,42%
Investimentos estruturais	4,21%	3,66%	2,85%
Investimentos estrangeiros	0,19%	0,25%	0,20%
Bens imóveis	9,71%	8,34%	6,97%
Operações com participantes (empréstimos)	4,68%	3,56%	3,26%

O Plano Vale Mais tem obrigações com características de planos de benefício definido e de contribuição definida. A maior parte dos investimentos está em renda fixa. Para reduzir a volatilidade dos componentes do ativo e do passivo da parcela com características de benefício definido, deste plano, também foi implementada uma estratégia de investimentos utilizando títulos federais de longo prazo e títulos privados indexados à inflação. A alocação alvo do plano Vale Mais para os segmentos ou classes de ativos é a seguinte:

	Exercício findo em 31 de dezembro de,		
	2013	2012	2011
Investimentos de renda fixa	64,96%	61,71%	65,52%
Investimentos de renda variável	16,52%	20,73%	22,73%
Investimentos estruturados	2,21%	2,08%	1,00%
Investimentos no exterior	0,07%	0,10%	0,10%
Imóveis	5,20%	5,40%	4,60%
Operações com participantes (empréstimos)	11,09%	9,88%	9,07%

A parcela com características de contribuição definida do Plano Vale Mais oferece quatro opções de combinação de classes de ativos que podem ser escolhidas pelos participantes. As opções incluem: 100 % em renda fixa, 80% de renda fixa e 20% renda variável, 65% de renda fixa e 35% renda variável e 60% em renda fixa e 40% em renda variável. A gestão da renda variável é feita através de fundo de investimento que tem o Índice Bovespa (IBrX-50) como referência.



Os ativos por categoria são demonstrados como segue:

	31 de dezembro de 2013				31 de dezembro de 2012				1º de janeiro de 2012			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos por categoria</b>												
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2
Contas a receber	3	-	-	3	5	-	-	5	16	-	-	16
Títulos em ações	870	-	-	870	1.128	-	-	1.128	1.425	83	-	1.508
Título de dívida	-	197	-	197	-	273	-	273	-	559	-	559
Título de dívida do governo	1.730	-	-	1.730	1.976	-	-	1.976	2.133	-	-	2.133
Fundo de investimento em renda fixa	2.702	-	-	2.702	1.678	-	-	1.678	2.292	-	-	2.292
Fundo de investimento em ações	340	-	-	340	252	-	-	252	539	-	-	539
Fundo de investimento internacional	10	-	-	10	15	-	-	15	13	-	-	13
Fundo de investimento de empresas não listadas	-	-	227	227	-	-	192	192	-	-	194	194
Fundo de investimento de empreendimento imobiliário	-	-	8	8	-	-	8	8	-	-	21	21
Empreendimento imobiliário	-	-	547	547	-	-	458	458	-	-	482	482
Empréstimo de participantes	-	-	431	431	-	-	195	195	-	-	345	345
<b>Total</b>	<b>5.655</b>	<b>197</b>	<b>1.213</b>	<b>7.065</b>	<b>5.054</b>	<b>273</b>	<b>853</b>	<b>6.180</b>	<b>6.420</b>	<b>642</b>	<b>1.042</b>	<b>8.104</b>
Fundos não relacionados aos planos de risco				(1.794)				(1.768)				(1.827)
Valor justo do plano de ativos no ano				<b>5.271</b>				<b>4.412</b>				<b>6.277</b>

Mensuração de ativos dos planos superavitários a valor justo com variáveis não observáveis de mercado – nível 3

	Fundo de investimentos de empresas não listadas	Fundos de empreendimentos imobiliários	Empreendimentos imobiliários	Empréstimos de participantes	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2011</b>	<b>128</b>	<b>19</b>	<b>288</b>	<b>182</b>	<b>617</b>
Retorno real sobre os ativos do plano	(9)	-	88	55	134
Compras, vendas e liquidações de ativos	41	-	149	130	320
Ativos vendidos durante o período	(1)	-	(23)	(130)	(154)
Ajustes acumulados de conversão	(23)	(1)	(57)	(42)	(123)
Transferência de/para o Nível 3	58	3	37	150	248
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>194</b>	<b>21</b>	<b>482</b>	<b>345</b>	<b>1.042</b>
Retorno real sobre os ativos do plano	13	(8)	120	26	151
Compras, vendas e liquidações de ativos	75	-	27	92	194
Ativos vendidos durante o período	(19)	-	(31)	(84)	(134)
Ajustes acumulados de conversão	(18)	(1)	(41)	(25)	(85)
Transferência de/para o Nível 3	(53)	(4)	(99)	(159)	(315)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>192</b>	<b>8</b>	<b>458</b>	<b>195</b>	<b>853</b>
Retorno real sobre os ativos do plano	13	-	95	48	156
Compras, vendas e liquidações de ativos	29	-	-	236	265
Ativos vendidos durante o período	(18)	-	(42)	(196)	(256)
Ajustes acumulados de conversão	(30)	-	(71)	(47)	(148)
Transferência de/para o Nível 3	41	-	107	195	343
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>227</b>	<b>8</b>	<b>547</b>	<b>431</b>	<b>1.213</b>

A meta de retorno para investimentos em empresas não listadas em 2014 é de 10,83% a.a. para o plano de Benefício Definido (“BD”) e 11,06% a.a. para o plano Vale Mais. A alocação alvo para o plano BD é de 5%, com uma variação entre 3% e 5% e 2,2% para o plano Vale Mais, com uma variação entre 1% e 2,5%. Estes investimentos têm um horizonte de longo prazo e baixa liquidez com o objetivo de se beneficiar do crescimento econômico brasileiro, sobretudo no setor de infraestrutura. Normalmente o valor justo dos ativos sem liquidez se aproxima do custo de aquisição ou valor patrimonial. Alguns fundos podem, alternativamente, utilizar as seguintes metodologias de apuração: análise do fluxo de caixa descontado ou análise com base em múltiplos.

A meta de retorno para as operações com participantes (empréstimos) em 2014 é de 10,83% a.a. para o plano BD e 11,06% a.a. para o plano Vale Mais. O valor justo destes ativos inclui provisões para empréstimos não pagos, de acordo com o regulamento do fundo de pensão local.

A meta de retorno para os ativos imobiliários em 2014 é de 10,83% a.a. para o plano BD e 11,06% a.a. para o plano Vale Mais. O valor justo destes ativos se aproxima do valor contábil. Contratamos empresas especializadas em avaliação de imóveis que não atuam no mercado como corretores. Todas as técnicas de avaliação seguem o regulamento do local.

## x. Planos de pensão deficitários

### 1. Planos no exterior

Para todos os planos de pensão, exceto os da PT International Nickel Indonésia Tbk, a meta de alocação dos ativos é de 60% em investimentos em ações e 40% em investimentos de renda fixa, com todos os valores mobiliários negociados nos mercados públicos. Os investimentos em renda fixa estão em títulos nacionais para o mercado de cada plano, e envolve uma mistura de títulos do governo e títulos de corporações. Os investimentos em ações são essencialmente de natureza global e envolvem uma mistura de grandes, médias e pequenas empresas de capitalização, com um investimento modesto explícito em ações nacionais para cada plano. Os planos canadenses também usam uma estratégia de proteção cambial “hedge” (cada um que desenvolveu exposição cambial de 50% é coberto), devido ao grande risco de títulos estrangeiros. Para a PT International Nickel Indonésia Tbk, a meta de alocação de investimento em ações é de 20% e o restante em renda fixa.

Os ativos por categoria são demonstrados como segue:

	31 de dezembro de 2013				31 de dezembro de 2012				1º de janeiro de 2012			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos por categoria</b>												
Caixa e equivalentes de caixa	105	(32)	-	73	131	(34)	-	97	65	(24)	-	41
Contas a receber	-	-	-	-	4	-	-	4	11	-	-	11
Títulos em ações	1.527	8	-	1.535	1.565	19	-	1.584	1.231	2	-	1.233
Título de dívida	-	370	-	370	-	510	-	510	-	259	-	259
Título de dívida do governo	182	790	-	972	545	484	-	1.029	33	627	-	660
Fundos de investimento em renda fixa	112	-	-	112	1.594	426	-	2.020	440	568	-	1.008
Fundos de investimentos em ações	249	469	-	718	543	413	-	956	73	375	-	448
Investimentos internacional	-	-	-	-	4	-	-	4	-	3	-	3
Investimentos estruturados em fundos de ações	-	-	-	-	-	-	43	43	-	-	-	-
Investimentos estruturados - fundos de empreendimentos imobiliários	24	-	-	24	-	-	-	-	-	-	-	-
Empreendimentos imobiliários	-	-	-	-	-	-	142	142	-	-	-	-
Empréstimos a participantes	-	-	-	-	-	-	207	207	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.199</b>	<b>1.605</b>	<b>-</b>	<b>3.804</b>	<b>4.386</b>	<b>1.818</b>	<b>392</b>	<b>6.596</b>	<b>1.853</b>	<b>1.810</b>	<b>-</b>	<b>3.663</b>
Fundos não relacionados ao risco do plano								(911)				
<b>Valor justo dos ativos do plano no fim do exercício</b>				<b>3.804</b>				<b>5.685</b>				<b>3.663</b>

### Mensuração de ativos dos planos deficitários a valor justo com variáveis não observáveis de mercado – nível 3

	Fundo de investimentos de empresas não listadas	Fundo de empréstimos imobiliários	Empreendimentos imobiliários	Empréstimos de participantes	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2011</b>	<b>14</b>	<b>1</b>	<b>37</b>	<b>151</b>	<b>203</b>
Transfêrencias entre níveis	(14)	(1)	(37)	(151)	(203)
<b>saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Retorno atual dos ativos do plano	1	(1)	35	28	63
Ativos comprados e liquidados	34	-	13	105	152
Ativos vendidos durante o exercício	(6)	-	(3)	(71)	(80)
Ajuste acumulado de conversão	(2)	-	(1)	(9)	(12)
Transfêrencias entre níveis	16	1	98	154	269
<b>saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>43</b>	<b>-</b>	<b>142</b>	<b>207</b>	<b>392</b>
Ajuste acumulado de conversão	(2)	-	(35)	(12)	(49)
Transfêrencias entre níveis	(41)	-	(107)	(195)	(343)
<b>saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### Ativos dos outros benefícios deficitários

Outros benefícios deficitários por categoria de ativo:

	31 de dezembro de 2013				31 de dezembro de 2012				1º de janeiro de 2012			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos por categoria</b>												
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	1	-	-	1	1	-	-	1

## xii. Desembolso do fluxo de caixa futuro

A Vale espera desembolsar no exercício de 2014 com os planos de pensão e outros benefícios, US\$354.

### xiii. Análise de Sensibilidade

	31 de dezembro de 2013		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
<b>Taxa nominal de desconto</b>			
Aumento de 1%	8.611	8.242	3.543
Premissa adotada	13,10%	5,84%	7,48%
Duração média da obrigação - (Anos)	10,43	16,98	15,78
<b>Redução de 1%</b>	<b>10.700</b>	<b>10.529</b>	<b>4.533</b>
Premissa adotada	11,12%	3,84%	5,44%
Duração da obrigação - (Anos)	11,29	15,99	15,18

### xiii. Estimativa de pagamento de benefícios futuros

A tabela a seguir apresenta a expectativa de pagamentos de benefícios, que refletem serviços futuros, como segue:

	31 de dezembro de 2013		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
2014	287	247	79
2015	305	244	81
2016	323	240	84
2017	341	237	86
2018	360	551	88
2019 e posteriormente	2.097	2.722	176

### b) Plano de participação nos resultados

A Companhia, baseada no Programa de Participação nos Resultados (“PPR”) possibilita definição, acompanhamento, avaliação e reconhecimento do desempenho coletivo e individual de seus empregados.

A Participação nos Resultados na Companhia para cada Empregado é apurada individualmente de acordo com o alcance de metas previamente estabelecidas por blocos de indicadores da Companhia, das Unidades de Negócio, da Equipe e individual. A contribuição de cada bloco de desempenho na pontuação dos empregados é discutida e acordada, a cada exercício, entre a Vale e as entidades sindicais que representam os seus empregados.

A Companhia provisionou despesas/custos referente à participação no resultado conforme segue:

	Exercício findo em 31 de dezembro de,		
	2013	2012	2011
Despesas operacionais	215	414	384
Custo de produtos vendidos	423	488	494
<b>Total</b>	<b>638</b>	<b>902</b>	<b>878</b>

### c) Plano de incentivos de longo prazo

Com o objetivo de incentivar a visão de “acionista”, além de elevar a capacidade de retenção dos executivos e reforçar a cultura de desempenho sustentado, a Vale mantém um Plano de Remuneração a Longo Prazo para alguns dos executivos da Companhia, cobrindo ciclos de 3 anos.

De acordo com os termos do plano, os participantes, podem alocar uma parte de seus bônus anuais ao plano. A parte do bônus alocada ao plano é usada pelo executivo para comprar ações preferenciais da Vale, através de uma instituição financeira previamente definida em condições de mercado e sem nenhum benefício fornecido pela Vale.

As ações compradas pelo executivo não tem restrições e podem, de acordo com critérios próprios de cada participante, ser vendidas a qualquer momento. Contudo, as ações precisam ser mantidas por um período de três anos e os executivos precisam manter seu vínculo empregatício com a Vale durante esse período. O participante passa a ter o direito de receber da Vale, um pagamento em caixa equivalente ao montante de ações detidas baseado em cotações de mercado. O total de ações vinculadas ao plano em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012 é 6.214.288, 4.426.046 e 3.012.538, respectivamente.

Adicionalmente, certos executivos elegíveis ao incentivo de longo prazo, têm a oportunidade de receber no final de um ciclo de três anos um valor monetário equivalente ao valor de mercado de um determinado número de ações baseados na avaliação de suas carreiras e fatores de desempenho medidos como um indicador de retorno total aos acionistas.

Os passivos são mensurados a valor justo na data de cada emissão do relatório, baseados em taxas do mercado.

Os custos de compensação incorridos são reconhecidos pelo período aquisitivo definido de três anos. Em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, reconhecemos uma provisão de US\$84, US\$87 e US\$109, respectivamente, no resultado.

## 23. Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

31 de dezembro de 2013					
Ativos Financeiros	Empréstimos e recebíveis (a)	Valor justo por meio do resultado (b)	Derivativos designados como hedge (c)	Disponível para a venda	Total
<b>Circulantes</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5.321	-	-	-	5.321
Investimentos financeiros a curto prazo	3	-	-	-	3
Instrumento financeiro derivativo	-	196	5	-	201
Contas a receber	5.703	-	-	-	5.703
Partes relacionadas	261	-	-	-	261
	<b>11.288</b>	<b>196</b>	<b>5</b>	-	<b>11.489</b>
<b>Não Circulantes</b>					
Partes relacionadas	108	-	-	-	108
Empréstimos e financiamentos	241	-	-	-	241
Instrumento financeiro derivativo	-	140	-	-	140
Outros	-	-	-	5	5
	<b>349</b>	<b>140</b>	-	<b>5</b>	<b>494</b>
<b>Total dos Ativos</b>	<b>11.637</b>	<b>336</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>11.983</b>
<b>Passivos Financeiros</b>					
<b>Circulantes</b>					
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	3.772	-	-	-	3.772
Instrumento financeiro derivativo	-	199	39	-	238
Empréstimos e financiamentos	1.775	-	-	-	1.775
Partes relacionadas	205	-	-	-	205
	<b>5.752</b>	<b>199</b>	<b>39</b>	-	<b>5.990</b>
<b>Não Circulantes</b>					
Instrumento financeiro derivativo	-	1.480	12	-	1.492
Empréstimos e financiamentos	27.670	-	-	-	27.670
Partes relacionadas	5	-	-	-	5
Debêntures participativas	-	1.775	-	-	1.775
	<b>27.675</b>	<b>3.255</b>	<b>12</b>	-	<b>30.942</b>
<b>Total dos Passivos</b>	<b>33.427</b>	<b>3.454</b>	<b>51</b>	-	<b>36.932</b>

(a) Instrumentos financeiros não derivativos com fluxo financeiro determinável.

(b) Instrumentos financeiros adquiridos com propósito de negociação no curto prazo.

(c) Vide Nota 25(a).

31 de dezembro de 2012					
Ativos Financeiros	Empréstimos e recebíveis (a)	Valor justo por meio do resultado (b)	Derivativos designados como hedge (c)	Disponível para a venda	Total
<b>Circulantes</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5.832	-	-	-	5.832
Investimentos financeiros a curto prazo	-	246	-	-	246
Instrumentos financeiros derivativos	-	265	16	-	281
Contas a receber	6.795	-	-	-	6.795
Partes relacionadas	384	-	-	-	384
	<b>13.011</b>	<b>511</b>	<b>16</b>	-	<b>13.538</b>
<b>Não Circulantes</b>					
Partes relacionadas	408	-	-	-	408
Empréstimos e financiamentos	246	-	-	-	246
Instrumentos financeiros derivativos	-	40	5	-	45
Outros	-	-	-	7	7
	<b>654</b>	<b>40</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>706</b>
<b>Total dos Ativos</b>	<b>13.665</b>	<b>551</b>	<b>21</b>	<b>7</b>	<b>14.244</b>
<b>Passivos Financeiros</b>					
<b>Circulantes</b>					
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	4.529	-	-	-	4.529
Instrumentos financeiros derivativos	-	346	1	-	347
Empréstimos e financiamentos	3.471	-	-	-	3.471
Partes relacionadas	207	-	-	-	207
	<b>8.207</b>	<b>346</b>	<b>1</b>	-	<b>8.554</b>
<b>Não Circulantes</b>					
Instrumentos financeiros derivativos	-	783	-	-	783
Empréstimos e financiamentos	26.799	-	-	-	26.799
Partes relacionadas	72	-	-	-	72
Debêntures participativas	-	1.653	-	-	1.653
	<b>26.871</b>	<b>2.436</b>	-	-	<b>29.307</b>
<b>Total dos Passivos</b>	<b>35.078</b>	<b>2.782</b>	<b>1</b>	-	<b>37.861</b>

(a) Instrumentos financeiros não derivativos com fluxo financeiro determinável.

(b) Instrumentos financeiros adquiridos com propósito de negociação no curto prazo.

(c) Vide Nota 25(a).

1º de janeiro de 2012

	Empréstimos e recebíveis (a)	Valor justo por meio do resultado (b)	Derivativos designados como hedge (c)	Disponível para a venda	Total
<b>Ativos Financeiros</b>					
<b>Circulantes</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3.531	-	-	-	3.531
Instrumentos financeiros derivativos	-	434	161	-	595
Contas a receber	8.505	-	-	-	8.505
Partes relacionadas	82	-	-	-	82
	<b>12.118</b>	<b>434</b>	<b>161</b>	-	<b>12.713</b>
<b>Não Circulantes</b>					
Partes relacionadas	509	-	-	-	509
Empréstimos e financiamentos	210	-	-	-	210
Instrumentos financeiros derivativos	-	60	-	-	60
Outros	-	-	-	7	7
	<b>719</b>	<b>60</b>	-	<b>7</b>	<b>786</b>
<b>Total dos Ativos</b>	<b>12.837</b>	<b>494</b>	<b>161</b>	<b>7</b>	<b>13.499</b>
<b>Passivos Financeiros</b>					
<b>Circulantes</b>					
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	4.814	-	-	-	4.814
Instrumentos financeiros derivativos	-	59	14	-	73
Empréstimos e financiamentos	1.517	-	-	-	1.517
Partes relacionadas	24	-	-	-	24
	<b>6.355</b>	<b>59</b>	<b>14</b>	-	<b>6.428</b>
<b>Não Circulantes</b>					
Instrumentos financeiros derivativos	-	663	-	-	663
Empréstimos e financiamentos	21.538	-	-	-	21.538
Partes relacionadas	91	-	-	-	91
Debêntures participativas	-	1.336	-	-	1.336
	<b>21.629</b>	<b>1.999</b>	-	-	<b>23.628</b>
<b>Total dos Passivos</b>	<b>27.984</b>	<b>2.058</b>	<b>14</b>	-	<b>30.056</b>

(a) Instrumentos financeiros não derivativos com fluxo financeiro determinável.

(b) Instrumentos financeiros adquiridos com propósito de negociação no curto prazo.

(c) Vide Nota 25(a).

A classificação dos ativos e passivos financeiros por moeda a seguir:

31 de dezembro de 2013

	R\$	US\$	CAD	AUD	EUR	Outras moedas	Total
<b>Ativos Financeiros</b>							
<b>Circulantes</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	1.856	3.243	47	92	34	49	5.321
Investimentos financeiros a curto prazo	3	-	-	-	-	-	3
Instrumentos financeiros derivativos	161	40	-	-	-	-	201
Contas a receber	465	5.107	11	56	1	63	5.703
Partes relacionadas	182	79	-	-	-	-	261
	<b>2.667</b>	<b>8.469</b>	<b>58</b>	<b>148</b>	<b>35</b>	<b>112</b>	<b>11.489</b>
<b>Não Circulantes</b>							
Partes relacionadas	9	99	-	-	-	-	108
Empréstimos e financiamentos	82	159	-	-	-	-	241
Instrumentos financeiros derivativos	-	140	-	-	-	-	140
Outros	-	5	-	-	-	-	5
	<b>91</b>	<b>403</b>	-	-	-	-	<b>494</b>
<b>Total dos Ativos</b>	<b>2.758</b>	<b>8.872</b>	<b>58</b>	<b>148</b>	<b>35</b>	<b>112</b>	<b>11.983</b>
<b>Passivos Financeiros</b>							
<b>Circulantes</b>							
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	1.880	1.030	607	118	99	38	3.772
Instrumentos financeiros derivativos	186	52	-	-	-	-	238
Empréstimos e financiamentos	890	800	-	2	83	-	1.775
Partes relacionadas	204	1	-	-	-	-	205
	<b>3.160</b>	<b>1.883</b>	<b>607</b>	<b>120</b>	<b>182</b>	<b>38</b>	<b>5.990</b>
<b>Não Circulantes</b>							
Instrumentos financeiros derivativos	1.361	131	-	-	-	-	1.492
Empréstimos e financiamentos	5.686	19.915	-	3	2.066	-	27.670
Partes relacionadas	-	5	-	-	-	-	5
Debêntures participativas	1.775	-	-	-	-	-	1.775
	<b>8.822</b>	<b>20.051</b>	-	<b>3</b>	<b>2.066</b>	-	<b>30.942</b>
<b>Total dos Passivos</b>	<b>11.982</b>	<b>21.934</b>	<b>607</b>	<b>123</b>	<b>2.248</b>	<b>38</b>	<b>36.932</b>

31 de dezembro de 2012

Ativos Financeiros	R\$	US\$	CAD	AUD	EUR	Outras moedas	Total
<b>Circulantes</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	963	4.680	-	139	2	48	5.832
Investimentos financeiros a curto prazo	-	246	-	-	-	-	246
Instrumentos financeiros derivativos	245	36	-	-	-	-	281
Contas a receber	785	5.772	8	112	55	63	6.795
Partes relacionadas	209	166	-	-	9	-	384
	<b>2.202</b>	<b>10.900</b>	<b>8</b>	<b>251</b>	<b>66</b>	<b>111</b>	<b>13.538</b>
<b>Não Circulantes</b>							
Partes relacionadas	6	141	-	-	261	-	408
Empréstimos e financiamentos	92	154	-	-	-	-	246
Instrumentos financeiros derivativos	2	43	-	-	-	-	45
Outros	-	7	-	-	-	-	7
	<b>100</b>	<b>345</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>261</b>	<b>-</b>	<b>706</b>
<b>Total dos Ativos</b>	<b>2.302</b>	<b>11.245</b>	<b>8</b>	<b>251</b>	<b>327</b>	<b>111</b>	<b>14.244</b>
<b>Passivos Financeiros</b>							
<b>Circulantes</b>							
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	2.185	711	1.109	361	115	48	4.529
Instrumentos financeiros derivativos	273	74	-	-	-	-	347
Empréstimos e financiamentos	2.231	1.160	11	4	65	-	3.471
Partes relacionadas	207	-	-	-	-	-	207
	<b>4.896</b>	<b>1.945</b>	<b>1.120</b>	<b>365</b>	<b>180</b>	<b>48</b>	<b>8.554</b>
<b>Não Circulantes</b>							
Instrumentos financeiros derivativos	690	93	-	-	-	-	783
Empréstimos e financiamentos	6.444	18.115	256	5	1.979	-	26.799
Partes relacionadas	-	72	-	-	-	-	72
Debêntures participativas	1.653	-	-	-	-	-	1.653
	<b>8.787</b>	<b>18.280</b>	<b>256</b>	<b>5</b>	<b>1.979</b>	<b>-</b>	<b>29.307</b>
<b>Total dos Passivos</b>	<b>13.683</b>	<b>20.225</b>	<b>1.376</b>	<b>370</b>	<b>2.159</b>	<b>48</b>	<b>37.861</b>

1º de janeiro de 2012

Ativos Financeiros	R\$	US\$	CAD	AUD	EUR	Outras moedas	Total
<b>Circulantes</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	1.026	2.322	3	48	-	132	3.531
Instrumentos financeiros derivativos	307	288	-	-	-	-	595
Contas a receber	1.159	7.095	33	145	-	73	8.505
Partes relacionadas	57	25	-	-	-	-	82
	<b>2.549</b>	<b>9.730</b>	<b>36</b>	<b>193</b>	<b>-</b>	<b>205</b>	<b>12.713</b>
<b>Não Circulantes</b>							
Partes relacionadas	20	135	-	-	354	-	509
Empréstimos e financiamentos	87	123	-	-	-	-	210
Instrumentos financeiros derivativos	52	8	-	-	-	-	60
Outros	-	7	-	-	-	-	7
	<b>159</b>	<b>273</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>354</b>	<b>-</b>	<b>786</b>
<b>Total dos Ativos</b>	<b>2.708</b>	<b>10.003</b>	<b>36</b>	<b>193</b>	<b>354</b>	<b>205</b>	<b>13.499</b>
<b>Passivos Financeiros</b>							
<b>Circulantes</b>							
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	2.384	1.097	702	393	116	122	4.814
Instrumentos financeiros derivativos	63	10	-	-	-	-	73
Empréstimos e financiamentos	255	1.244	14	4	-	-	1.517
Partes relacionadas	7	17	-	-	-	-	24
	<b>2.709</b>	<b>2.368</b>	<b>716</b>	<b>397</b>	<b>116</b>	<b>122</b>	<b>6.428</b>
<b>Não Circulantes</b>							
Instrumentos financeiros derivativos	510	153	-	-	-	-	663
Empréstimos e financiamentos	6.641	13.685	234	8	970	-	21.538
Partes relacionadas	-	91	-	-	-	-	91
Debêntures participativas	1.336	-	-	-	-	-	1.336
	<b>8.487</b>	<b>13.929</b>	<b>234</b>	<b>8</b>	<b>970</b>	<b>-</b>	<b>23.628</b>
<b>Total dos Passivos</b>	<b>11.196</b>	<b>16.297</b>	<b>950</b>	<b>405</b>	<b>1.086</b>	<b>122</b>	<b>30.056</b>

## 24. Estimativa do Valor Justo

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

**Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

**Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

**Nível 3** – Ativos e Passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

As tabelas abaixo apresentam os ativos e passivos mensurados pelo valor justo.

	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012		1º de janeiro de 2012
	Nível 2 (i)	Nível 1	Nível 2	Total (ii)	Nível 2 (i)
<b>Ativos Financeiros</b>					
<b>Circulantes</b>					
Derivativos:					
Derivativos ao valor justo por meio do resultado	196	-	265	265	434
Designados como hedge	5	-	16	16	161
	<b>201</b>	<b>-</b>	<b>281</b>	<b>281</b>	<b>595</b>
<b>Não Circulante</b>					
Derivativos:					
Derivativos ao valor justo por meio do resultado	140	-	40	40	60
Designados como hedge	-	-	5	5	-
	<b>140</b>	<b>-</b>	<b>45</b>	<b>45</b>	<b>60</b>
<b>Total de Ativos</b>	<b>341</b>	<b>-</b>	<b>326</b>	<b>326</b>	<b>655</b>
<b>Passivos Financeiros</b>					
<b>Circulantes</b>					
Derivativos:					
Derivativos ao valor justo por meio do resultado	199	2	344	346	59
Designados como hedge	39	-	1	1	14
	<b>238</b>	<b>2</b>	<b>345</b>	<b>347</b>	<b>73</b>
<b>Não Circulantes</b>					
Derivativos:					
Derivativos ao valor justo por meio do resultado	1.480	-	783	783	663
Designados como hedge	12	-	-	-	-
Debêntures participativas	1.775	-	1.653	1.653	1.336
	<b>3.267</b>	<b>-</b>	<b>2.436</b>	<b>2.436</b>	<b>1.999</b>
<b>Total de Passivos</b>	<b>3.505</b>	<b>2</b>	<b>2.781</b>	<b>2.783</b>	<b>2.072</b>

(i) Nenhuma classificação dos níveis 1 e 3 em 31 de dezembro de 2013 e 1º de janeiro de 2012.

(ii) Nenhuma classificação do nível 3.

### • Método e técnicas de avaliação

#### i. Ativos e passivos ao valor justo por meio do resultado

Compreendem os derivativos não designados como *hedge* e as debêntures participativas.

### • Derivativos designados ou não como *hedge*

Os instrumentos financeiros foram avaliados calculando-se o valor presente por meio da utilização das curvas de mercado que impactam o instrumento nas datas de apuração. As curvas e preços utilizados no cálculo para cada grupo de instrumentos estão detalhados no tópico “curvas de mercado”.

O método de precificação utilizado no caso de opções europeias é o modelo *Black & Scholes*. Neste modelo, o valor justo do derivativo é função da volatilidade e preço do ativo subjacente, do preço de exercício da opção, da taxa de juros e do período até o vencimento. No caso das opções em que o resultado é função da média do preço do ativo subjacente em um período da vida da opção, denominadas asiáticas, utilizamos o modelo de *Turnbull & Wakeman*. Neste modelo, além dos fatores que influenciam o preço da opção no modelo de *Black & Scholes*, é considerado o período de formação do preço médio.

No caso de *swaps*, tanto o valor presente da ponta ativa quanto da ponta passiva são estimados através do desconto dos fluxos de caixa pela taxa de juros da moeda em que o *swap* é denominado. A diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do *swap* gera seu valor justo.

No caso de *swaps* atrelados à TJLP, o cálculo do valor justo considera a TJLP constante, ou seja, as projeções dos fluxos futuros de caixa em reais são feitas considerando a última TJLP divulgada.

Os contratos de compra ou venda de produtos, insumos e custos de venda com liquidação futura são precificados utilizando as curvas futuras de cada produto. Normalmente, estas curvas são obtidas nas bolsas onde os produtos são comercializados, como a *London Metals Exchange* ("LME"), a *Commodities Exchange* ("COMEX") ou outros provedores de preços de mercado. Quando não há preço para o vencimento desejado, utilizamos interpolações entre os vencimentos disponíveis.

- Debêntures participativas**

Compreendem as debêntures emitidas por conta do processo de privatização (vide Nota 31d), cujos valores justos são mensurados com base na abordagem de mercado, e seus preços de referência estão disponíveis no mercado secundário.

- Mensuração de Valor Justo Comparado ao Saldo Contábil**

Para os empréstimos alocados no nível 1, o método de avaliação usado para estimar o valor justo é a abordagem de mercado para os contratos cotados no mercado secundário. E para os empréstimos alocados no nível 2, o valor justo, tanto da dívida indexada por taxa fixa quanto por taxa flutuante, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa *LIBOR* e da curva dos *Bonds* da Vale (abordagem de resultado).

Os valores justos e os saldos contábeis dos empréstimos não circulantes (líquidos de juros) são demonstrados no quadro abaixo:

Passivos financeiros	Saldo contábil	Valor justo (ii)	31 de dezembro de 2013	
			Nível 1	Nível 2
Empréstimos e financiamentos (i)	28.996	30.005	15.964	14.041

(i) Líquido de juros de US\$449

(ii) Não houve classificação de acordo com o nível 3.

Passivos financeiros	Saldo contábil	Valor justo (ii)	31 de dezembro de 2012	
			Nível 1	Nível 2
Empréstimos e financiamentos (i)	29.845	32.724	25.817	6.907
Notas perpétuas (iii)	72	72	-	72

(i) Líquido de juros de US\$425

(ii) Não houve classificação de acordo com o nível 3.

(iii) classificados em "Partes relacionadas" (Passivo não circulante)

Passivos financeiros	Saldo contábil	Valor justo (ii)	1º de janeiro de 2012	
			Nível 1	Nível 2
Empréstimos e financiamentos (i)	22.722	24.312	18.181	6.131
Notas perpétuas (iii)	80	80	-	80

(i) Líquido de juros de US\$333

(ii) Não houve classificação de acordo com o nível 3.

(iii) classificados em "Partes relacionadas" (Passivo não circulante)



## 25. Instrumentos financeiros derivativos

### a) Efeitos dos derivativos no balanço patrimonial

	Ativo					
	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012		1º de janeiro de 2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Derivativos não designados como hedge</b>						
<b>Risco de câmbio e taxa de juros</b>						
Swaps CDI & TJLP vs. taxa fixa e flutuante em US\$	174	-	249	1	410	60
Swap EuroBonds	13	101	-	39	-	-
Treasury future	-	-	-	-	19	-
Swap pré-dólar	5	-	16	-	-	-
	<b>192</b>	<b>101</b>	<b>265</b>	<b>40</b>	<b>429</b>	<b>60</b>
<b>Riscos de preços de produtos</b>						
<b>Níquel:</b>						
Níquel compra/ venda de níquel a preço fixo	4	-	-	-	1	-
Óleo combustível	-	-	-	-	4	-
	<b>4</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5</b>	<b>-</b>
<b>Garantias</b>						
Opções SLW (Nota 30)	-	39	-	-	-	-
	<b>-</b>	<b>39</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Derivativos designados como hedge</b>						
Óleo combustível	5	-	-	-	-	-
Níquel estratégico	-	-	13	-	161	-
Fluxo de caixa	-	-	3	5	-	-
	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>16</b>	<b>5</b>	<b>161</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>201</b>	<b>140</b>	<b>281</b>	<b>45</b>	<b>595</b>	<b>60</b>

	Passivo					
	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012		1º de janeiro de 2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Derivativos não designados como hedge</b>						
<b>Risco de câmbio e taxa de juros</b>						
Swaps CDI & TJLP vs. taxa fixa e flutuante em US\$	185	1.369	340	700	49	590
Swap EuroBonds	1	-	4	18	4	32
Treasury future	-	-	-	-	5	-
Swap pré-dólar	1	110	-	63	-	41
	<b>187</b>	<b>1.479</b>	<b>344</b>	<b>781</b>	<b>58</b>	<b>663</b>
<b>Riscos de preços de produtos</b>						
<b>Níquel:</b>						
Níquel compra/ venda de níquel a preço fixo	3	-	2	-	1	-
Óleo combustível	9	-	-	-	-	-
	<b>12</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>-</b>
<b>Derivativos embutidos:</b>						
Gás	-	1	-	2	-	-
	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Derivativos designados como hedge</b>						
Óleo combustível	12	-	1	-	-	-
Fluxo de caixa	27	12	-	-	14	-
	<b>39</b>	<b>12</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>14</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>238</b>	<b>1.492</b>	<b>347</b>	<b>783</b>	<b>73</b>	<b>663</b>

## b) Efeitos dos derivativos no Resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

	Motante ganho (Perda) reconhecido como receita financeira (despesa)						Exercício findo em 31 de dezembro de,		
	Motante ganho (Perda) reconhecido como receita financeira (despesa)			Liquidação financeira (entrada) Saídas			Motante ganho (Perda) reconhecido no OCI		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011	2013	2012	2011
<b>Derivativos não designados como hedge</b>									
<b>Risco de câmbio e taxa de juros</b>									
Swaps CDI & TJLP vs. taxa fixa e flutuante em US\$	(897)	(315)	(92)	146	(325)	(337)	-	-	-
Swap taxa flutuante em US\$ vs. taxa fixa em US\$	-	-	-	-	-	4	-	-	-
Compra a termo de Dólares Australianos	-	-	-	-	-	(2)	-	-	-
Swap EuroBonds	91	50	(30)	5	4	1	-	-	-
Swap taxa fixa US\$ vs. CDI	-	-	69	-	-	(68)	-	-	-
Treasury future	-	9	(12)	-	(3)	6	-	-	-
Swap pré-dólar	(55)	(7)	(23)	(16)	(19)	(1)	-	-	-
South African Randes Forward	-	-	(8)	-	-	8	-	-	-
	<b>(861)</b>	<b>(263)</b>	<b>(96)</b>	<b>135</b>	<b>(343)</b>	<b>(389)</b>	-	-	-
<b>Riscos de preços de produtos</b>									
<b>Níquel:</b>									
Níquel compra/ venda de níquel a preço fixo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proteção para operações de compra de níquel	(2)	(1)	39	5	2	(41)	-	-	-
Programa estratégico	-	-	15	-	-	-	-	-	-
<b>Cobre:</b>									
Sucata de cobre/ cobre estratégico	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Frete marítimo	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Óleo combustível	(72)	1	37	62	(5)	(48)	-	-	-
Alumínio	-	-	-	-	-	7	-	-	-
Carvão	-	-	-	-	-	2	-	-	-
	<b>(74)</b>	-	<b>92</b>	<b>67</b>	<b>(3)</b>	<b>(78)</b>	-	-	-
<b>Garantias</b>									
Opções SLW (Nota 30)	(60)	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>(60)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Derivativos embutidos:</b>									
Gas Oman	2	(2)	-	-	-	-	-	-	-
Compra de energia - opção de alumínio	-	-	(7)	-	-	-	-	-	-
	<b>2</b>	<b>(2)</b>	<b>(7)</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Derivativos designados como hedge</b>									
Óleo combustível	(42)	-	-	42	(1)	-	(10)	(1)	-
Níquel estratégico	13	172	49	(13)	(172)	(48)	(13)	(149)	184
Fluxo de caixa	(11)	(27)	37	11	26	(50)	(28)	29	(60)
Alumínio	-	-	-	-	-	-	-	-	5
	<b>(40)</b>	<b>145</b>	<b>86</b>	<b>40</b>	<b>(147)</b>	<b>(98)</b>	<b>(51)</b>	<b>(121)</b>	<b>129</b>
<b>Total</b>	<b>(1.033)</b>	<b>(120)</b>	<b>75</b>	<b>242</b>	<b>(493)</b>	<b>(565)</b>	<b>(51)</b>	<b>(121)</b>	<b>129</b>

The maturities dates of the consolidated financial instruments are as follows:

	Datas de vencimento
Moedas/Juros	Julho 2023
Gás	Abril 2016
Níquel	Novembro 2015
Cobre	Março 2014
Warrants	Fevereiro 2023
Oleo combustível	Dezembro 2014

### Informações complementares sobre os instrumentos financeiros derivativos

#### Metodologia de cálculo do valor em risco das posições

Para a mensuração do valor em risco das posições com derivativos foi utilizado o método paramétrico delta-Normal, que considera que a distribuição futura dos fatores de risco - e suas correlações - tenderá a apresentar as mesmas propriedades estatísticas verificadas nas observações históricas. Desta forma, estima-se o valor em risco das posições atuais dos derivativos da Vale utilizando-se o nível de confiança de 95% para o horizonte de um dia útil.

#### Contratos sujeitos à chamada de margem

Os contratos com chamadas de margem referem-se apenas à parte das operações de níquel contratadas da subsidiária integral Vale Canada Ltda. Em 31 de dezembro de 2013 não havia valor de margem depositado.

## Custo Inicial dos Contratos

Os derivativos financeiros descritos neste documento negociados pela Vale e por suas controladas não tiveram custo inicial associado.

As tabelas a seguir apresentam as posições de derivativos da Vale e companhias controladas em 31 de dezembro de 2013 com as seguintes informações: valor nominal, valor justo (considerando o risco de crédito das partes envolvidas)<sup>1</sup>, valor em risco, ganhos ou perdas no período e valor justo por data de pagamento para cada grupo de instrumentos.

## Posições em Derivativos de Câmbio e Taxas de Juros

### Programa de proteção dos empréstimos e financiamentos em reais indexados ao CDI

- Swap CDI vs. taxa fixa em USD:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas operações de swap para converter o fluxo de caixa das dívidas indexadas ao CDI para dólares norte-americanos nos contratos de empréstimos e financiamentos. Nestas operações, a Vale paga taxas fixas em dólares norte-americanos e recebe remuneração atrelada ao CDI.
- Swap CDI vs. taxa flutuante em USD:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa foram realizadas operações de swap para converter o fluxo de caixa de dívidas indexadas ao CDI para dólares norte-americanos nos contratos de empréstimos e financiamentos. Nestas operações, a Vale paga taxas flutuantes em dólares norte-americanos (Libor - *London Interbank Offered Rate*) e recebe remuneração atrelada ao CDI.

Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	Valor em Risco	Valor justo por ano				
	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012			31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012			31 de Dezembro de 2013	2014	2015	2016	2017
	Em milhões de US\$												
<b>Swap CDI vs. Taxa Fixa em US\$</b>													
Ativo	\$5.096	\$8.184	CDI	109,45%	2.391	4.110	1.658						
Passivo	US\$ 2.603	US\$ 4.425	US\$ +	3,82%	(2.799)	(4.633)	(1.974)						
<b>Líquido</b>					<b>(408)</b>	<b>(523)</b>	<b>(316)</b>	<b>32</b>	<b>39</b>	<b>(131)</b>	<b>(259)</b>	<b>(57)</b>	
<b>Líquido Ajustado para risco de crédito</b>					<b>(411)</b>				<b>39</b>	<b>(132)</b>	<b>(260)</b>	<b>(58)</b>	
<b>Swap CDI vs. Taxa flutuante em US\$</b>													
Ativo	\$428	\$428	CDI	103,50%	190	217	13						
Passivo	US\$ 250	US\$ 250	Libor +	0,99%	(254)	(257)	(3)						
<b>Líquido</b>					<b>(64)</b>	<b>(40)</b>	<b>10</b>	<b>3</b>	<b>14</b>	<b>(78)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
<b>Líquido Ajustado para risco de crédito</b>					<b>(64)</b>				<b>14</b>	<b>(78)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	

**Tipo de contrato:** balcão (over-the-counter)

**Item protegido:** dívidas atreladas a reais

Os itens protegidos são as dívidas atreladas a reais já que o objetivo desse programa é transformar as obrigações atreladas a reais em obrigações atreladas ao dólar norte-americano e com isso atingir o equilíbrio de moedas no fluxo de caixa, contrabalançando os recebíveis (que são basicamente atrelados ao dólar norte-americano) com os pagamentos da Vale.

### Programa de proteção dos empréstimos e financiamentos em reais indexados à TJLP

- Swap TJLP vs. taxa fixa em USD:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas operações de swap para converter o fluxo de caixa de dívidas indexadas a TJLP<sup>2</sup> para dólares norte-americanos nos contratos de empréstimos junto ao BNDES. Nestas operações, a Vale paga taxas fixas em dólares norte-americanos e recebe remuneração atrelada à TJLP.
- Swap TJLP vs. taxa flutuante em USD:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas operações de swap para converter o fluxo de caixa de dívidas indexadas a TJLP para dólares norte-americanos nos contratos de empréstimos junto ao BNDES. Nestas operações, a Vale paga taxas flutuantes em dólares norte-americanos (Libor) e recebe remuneração atrelada à TJLP.

<sup>1</sup> O fluxo "Líquido/Total ajustado para risco de crédito" referente às posições de 31 de Dezembro de 2013 considera a inclusão do risco de crédito das contrapartes no cálculo dos instrumentos, conforme requerimentos do *International Financial Reporting Standard 13* (CPC 46). A inclusão do risco de crédito das contrapartes nos instrumentos é prospectiva a partir do ano de 2013, enquanto as posições em 31 de Dezembro de 2012 foram mantidas sem a inclusão do risco de crédito.

<sup>2</sup> Devido a restrições de liquidez do mercado de derivativos de TJLP, algumas operações de swaps foram contratadas via equivalência com CDI.

Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	Valor em Risco	Valor justo por ano				
	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012			31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012			31 de Dezembro de 2013	2014	2015	2016	2017-2023
	Em milhões de US\$												
<b>Swap TJLP vs. Taxa Fixa em USD</b>													
Ativo	R\$ 6.456	R\$ 3.268	TJLP +	1,41%	2.401	2.244	741						
Passivo	US\$ 3.310	US\$ 1.694	USD +	1,93%	(3.172)	(2.427)	(611)						
<b>Líquido</b>					<b>(771)</b>	<b>(184)</b>	<b>130</b>	<b>42</b>	<b>(24)</b>	<b>(72)</b>	<b>(127)</b>	<b>(548)</b>	
Líquido Ajustado para risco de crédito					<b>(803)</b>			<b>(24)</b>	<b>(73)</b>	<b>(128)</b>		<b>(578)</b>	
<b>Swap TJLP vs. Taxa flutuante em USD</b>													
Ativo	R\$ 615	R\$ 626	TJLP +	0,95%	224	282	19						
Passivo	US\$ 350	US\$ 356	Libor +	-1,20%	(324)	(324)	(2)						
<b>Líquido</b>					<b>(100)</b>	<b>(42)</b>	<b>17</b>	<b>4</b>	<b>(39)</b>	<b>1</b>	<b>(2)</b>	<b>(60)</b>	
Líquido Ajustado para risco de crédito					<b>(102)</b>			<b>(39)</b>	<b>1</b>	<b>(2)</b>		<b>(62)</b>	

**Tipo de contrato:** balcão (over-the-counter)

**Item protegido:** dívidas atreladas a reais

Os itens protegidos são as dívidas atreladas a reais já que o objetivo desse programa é transformar as obrigações atreladas a reais em obrigações atreladas ao dólar norte-americano e com isso atingir o equilíbrio de moedas do fluxo de caixa, contrabalançando os recebíveis (que são basicamente atrelados ao dólar norte-americano) com os pagamentos da Vale.

### Programa de proteção dos empréstimos e financiamentos em reais com taxas fixas

- **Swap taxa fixa em BRL vs. taxa fixa em USD:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas operações de swap para converter o fluxo de caixa de dívidas denominadas em reais a taxas fixas para dólares norte-americanos em contratos de empréstimos junto ao BNDES. Nestas operações, a Vale paga taxas fixas em dólares norte-americanos e recebe taxas fixas em reais.

Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	Valor em Risco	Valor justo por ano				
	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012			31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012			31 de Dezembro de 2013	2014	2015	2016	2017-2023
	Em milhões de US\$												
<b>Swap Taxa Fixa em R\$ vs. Taxa Fixa em US\$</b>													
Ativo	\$824	\$795	Pré	4,47%	309	359	47						
Passivo	US\$ 446	US\$ 442	US\$ -	-1,16%	(411)	(406)	(33)						
<b>Líquido</b>					<b>(102)</b>	<b>(47)</b>	<b>14</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>(23)</b>	<b>(62)</b>	<b>(22)</b>	
Líquido Ajustado para risco de crédito					<b>(106)</b>			<b>5</b>	<b>5</b>	<b>(24)</b>	<b>(63)</b>	<b>(24)</b>	

**Tipo de contrato:** balcão (over-the-counter)

**Item protegido:** dívidas atreladas a reais

Os itens protegidos são as dívidas atreladas a reais já que o objetivo desse programa é transformar as obrigações atreladas a reais em obrigações atreladas ao dólar norte-americano e com isso atingir o equilíbrio de moedas do fluxo de caixa contrabalançando os recebíveis (que são basicamente atrelados ao dólar norte-americano) com os pagamentos da Vale.

### Programa de proteção para empréstimos e financiamentos em euros

- **Swap taxa fixa em EUR vs. taxa fixa em USD:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do custo da dívida em dólares, foi realizada uma operação de swap para converter o fluxo de caixa de dívidas em euros para dólares norte-americanos. Esta operação foi utilizada para converter o fluxo de parte das dívidas em euros, com valores nominais de € 750 milhões cada, emitidas em 2010 e 2012 pela Vale. Nesta operação, a Vale recebe taxas fixas em Euros e paga remuneração atrelada a taxas fixas em dólares norte-americanos.

Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	Valor em Risco	Valor justo por ano			
	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012			31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012			31 de Dezembro de 2013	2014	2015	2016-2023
	Em milhões de US\$											
Ativo	€ 1.000	€ 1.000	EUR	4,063%	1.530	1.521	35					
Passivo	US\$ 1.288	US\$ 1.288	US\$	4,511%	(1.411)	(1.504)	(39)					
<b>Líquido</b>					<b>119</b>	<b>17</b>	<b>(4)</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>(1)</b>		<b>108</b>
Líquido Ajustado para risco de crédito					<b>113</b>				<b>12</b>	<b>(1)</b>		<b>102</b>

**Tipo de contrato:** balcão (over-the-counter)

**Item protegido:** parte das dívidas atreladas ao euro

O resultado de perda/ganho apresentado é compensado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação cambial EUR/USD.

## Programa de hedge cambial para desembolsos em dólares canadenses

- Termo de dólar canadense:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas operações a termo para mitigar a exposição cambial originada pelo descasamento entre moedas das receitas em dólares norte-americanos e desembolsos em dólares canadenses.

Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Compra / Venda	Taxa Média (CAD/USD)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	Valor em Risco	Valor justo por ano		
	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012			31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012			2014	2015	2016
									Em milhões de US\$		
Termo	CAD 786	CAD 1.362	C	1,006	(38)	8	-	5	(27)	(11)	(0)
Total Ajustado para risco de crédito					(39)				(27)	(11)	(1)

**Tipo de contrato:** balcão (over-the-counter)

**Item protegido:** parte dos desembolsos em dólares canadenses

O resultado de perda/ganho apresentado é compensado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação cambial CAD/USD.

## Posições em derivativos de commodities

O fluxo de caixa da Companhia também está exposto a diferentes riscos de mercado associados à volatilidade dos preços de commodities. Com objetivo de reduzir o efeito dessa volatilidade, a Vale contratou as seguintes operações com derivativos:

### Programa de proteção para operações de compra de níquel

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa e eliminar o descasamento entre o período de precificação da compra de Níquel (concentrado, catodo, sínter e outros tipos) e o período da revenda do produto processado, foram realizadas operações de proteção. Os itens comprados são matérias-primas utilizadas no processo de produção de níquel refinado. As operações usualmente realizadas neste caso são vendas de níquel para liquidação futura, seja em bolsa (LME) ou em mercado de balcão.

Fluxo	Valor Principal (ton)		Compra / Venda	Strike Médio (US\$/ton)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	Valor em Risco	Valor justo por ano
	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012			31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012			2014
									Em milhões de US\$
Futuros	168	210	V	14.079	0,03	0,02	0,5	0,05	0,03
Total Ajustado para risco de crédito					0,03				0,03

**Tipo de contrato:** contratos negociados na *London Metal Exchange* e balcão (over-the-counter)

**Item protegido:** parte das receitas da Vale atrelada ao preço do níquel

O resultado de perda/ganho apresentado é compensado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do níquel.

### Programa de venda de níquel a preço fixo

Com o objetivo de manter a exposição a flutuações de preço do níquel, foram realizadas operações de derivativos para converter para preço flutuante os contratos comerciais de Níquel com clientes que solicitam a fixação do preço. As operações têm como objetivo garantir que os preços relativos a estas vendas sejam equivalentes à média de preços da LME no momento da entrega física do produto para o cliente. As operações usualmente realizadas neste programa são compras de níquel para liquidação futura, seja em bolsa (LME) ou em mercado de balcão. Estas operações são revertidas antes do vencimento original de forma a coincidir com as datas de liquidação dos contratos comerciais que tiveram o preço fixado.

Fluxo	Valor Principal (ton)		Compra / Venda	Strike Médio (US\$/ton)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	Valor em Risco	Valor justo por ano	
	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012			31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012			2014	2015
									Em milhões de US\$	
Futuros	6.317	-	C	14.274	(2)	-	(3)	2	(2)	0
Total Ajustado para risco de crédito					(2)				(2)	0

**Tipo de contrato:** contratos negociados na *London Metal Exchange* e balcão (over-the-counter)

**Item protegido:** parte das receitas da Vale fixadas a um preço pré-determinado para clientes finais

O resultado de perda/ganho apresentado é compensado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do níquel.

### Programa de proteção para operações de compra de sucata de cobre

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa e eliminar o descasamento entre o período de cotação da compra de sucata de cobre e o período de cotação da venda do produto final foram realizadas operações de hedge. A sucata comprada é combinada com outros insumos para produzir cobre para nossos clientes finais. Neste caso, normalmente as operações realizadas são vendas com liquidação futura na bolsa (LME) ou em mercado de balcão.

Fluxo	Valor Principal (lbs)		Compra / Venda	Strike Médio (US\$/lbs)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	Valor em Risco	Em milhões de US\$	
	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012			31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012			31 de Dezembro de 2013	Valor justo por ano
									2014	
Termo	1.101.029	937.517	V	3,27	(0,14)	0,005	0,38	0,07	(0,14)	
Total Ajustado para risco de crédito					(0,14)				(0,14)	

**Tipo de contrato:** balcão (over-the-counter)

**Item protegido:** parte das receitas da Vale atrelada ao preço do cobre

O resultado de perda/ganho apresentado é compensado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do cobre.

### Programa de hedge para compra de óleo combustível – Bunker Oil

Com o objetivo de reduzir o impacto das oscilações do preço do óleo combustível (*Bunker Oil*) na contratação/disponibilização de frete e, conseqüentemente, reduzir a volatilidade do fluxo de caixa da Companhia, foram realizadas operações de *hedge* deste insumo. As operações são feitas geralmente através da contratação de compra a termo.

Fluxo	Valor Principal (ton)		Compra / Venda	Strike Médio (US\$/ton)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	Valor em Risco	Em milhões de US\$	
	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012			31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012			31 de Dezembro de 2013	Valor justo por ano
									2014	
Termo	1.590.000	-	C	606	(3)	-	(42)	14	(3)	
Total Ajustado para risco de crédito					(3)				(3)	

**Tipo de contrato:** balcão (over-the-counter)

**Item protegido:** parte do custo da Vale atrelada ao preço do óleo combustível

O resultado de perda/ganho apresentado é compensado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do óleo combustível.

### Venda de parte da produção futura de ouro (subproduto) da companhia

A Companhia possui contratos definitivos com a Silver Wheaton Corp. (SLW), empresa canadense com ações negociadas na Toronto Stock Exchange e New York Stock Exchange, para vender 25% dos fluxos de ouro pagável produzido como subproduto da mina de cobre do Salobo durante a vida da mina e 70% dos fluxos de ouro pagável produzido como subproduto de certas minas de níquel de Sudbury por 20 anos. Para esta transação o pagamento foi realizado parte em dinheiro (US\$ 1,9 bilhão) e parte através de 10 milhões de warrants da SLW com preço de exercício de US\$ 65 e prazo de 10 anos, configurando esta parcela uma opção de compra americana.

Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Compra / Venda	Strike Médio (US\$/stock)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	Valor em Risco	Em milhões de US\$	
	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012			31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012			31 de Dezembro de 2013	Valor justo por ano
									2023	
Opções de Compra	10	-	C	65	40	-	-	3	40	
Total Ajustado para risco de crédito					40				40	

## Posições em Derivativos embutidos

O fluxo de caixa da Companhia também está exposto a diversos riscos de mercado associados a contratos que contêm derivativos embutidos ou funcionam como derivativos. Sob a perspectiva da Vale, podem incluir, mas não estão limitados a, contratos comerciais, contratos de compra, contratos de aluguel, títulos, apólices de seguros e empréstimos. Os derivativos embutidos observados em 31 de dezembro de 2013 são os seguintes:

### Compra de produtos intermediários e matérias-primas

Contratos de compra de matérias-primas e concentrado de níquel que contêm provisões de preço baseadas no preço futuro de cobre e níquel. Estas provisões são consideradas derivativos embutidos.

Fluxo	Valor Principal (ton)		Compra / Venda	Strike Médio (US\$/ton)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	Em milhões de US\$			
								Valor em Risco		Valor justo por ano	
	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012			31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012		31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2013	2014	
Termo Níquel	2.111	2.475	V	13.895		0,04	1,0	(2,3)		0,04	
Termo Cobre	6.277	7.272		7.141		0,35	0,4	(2,9)		0,35	
<b>Total</b>						<b>0,39</b>	<b>1,4</b>	<b>(5,2)</b>	<b>1</b>	<b>0,39</b>	

### Compra de gás para companhia de pelotização em Omã

A Companhia de Pelotização Vale Omã (LLC), subsidiária da Vale, possui um contrato de compra de gás natural que apresenta uma cláusula que define que um prêmio poderá ser pago caso o preço da pelota seja negociado a um valor maior que o definido inicialmente. Esta cláusula é considerada um derivativo embutido.

Fluxo	Valor Principal (volume/mês)		Compra / Venda	Strike Médio (US\$/ton)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	Valor em Risco	Em milhões de US\$			
									Valor justo por ano			
	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012			31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012			31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2013	2014	2015
Opções de Compra	746.667	746.667	V	179,36		(1,54)	(2)	-	2	(0,21)	(0,94)	(0,39)

## a) Curvas de Mercado

Na construção das curvas utilizadas para a precificação dos derivativos foram utilizados dados públicos da BM&F, Banco Central do Brasil, London Metals Exchange (LME) e Bloomberg.

### 1. Curvas de Produtos

#### Níquel

Vencimento	Preço (US\$/ton)	Vencimento	Preço (US\$/ton)	Vencimento	Preço (US\$/ton)
SPOT	13.970,00	JUN14	13.967,49	DEZ14	14.083,45
JAN14	13.855,01	JUL14	13.987,19	DEZ15	14.317,77
FEV14	13.875,91	AGO14	14.006,82	DEZ16	14.552,63
MAR14	13.901,43	SET14	14.027,17	DEZ17	14.788,75
ABR14	13.923,96	OUT14	14.046,79		
MAI14	13.945,99	NOV14	14.065,35		

#### Cobre

Vencimento	Preço (US\$/lb)	Vencimento	Preço (US\$/lb)	Vencimento	Preço (US\$/lb)
SPOT	3,40	JUN14	3,33	DEZ14	3,31
JAN14	3,34	JUL14	3,32	DEZ15	3,28
FEV14	3,34	AGO14	3,32	DEZ16	3,27
MAR14	3,34	SET14	3,32	DEZ17	3,25
ABR14	3,34	OUT14	3,31		
MAI14	3,33	NOV14	3,31		

#### Óleo Combustível

Vencimento	Preço (US\$/ton)	Vencimento	Preço (US\$/ton)	Vencimento	Preço (US\$/ton)
SPOT	613,79	JUN14	602,52	DEZ14	595,25
JAN14	610,71	JUL14	601,91	DEZ15	581,56
FEV14	607,99	AGO14	601,26	DEZ16	587,66
MAR14	604,94	SET14	600,77	DEZ17	590,61
ABR14	603,60	OUT14	600,25		
MAI14	603,11	NOV14	599,46		

**2. Curvas de Taxas****Cupom Cambial - US\$ Brasil**

Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)
02/03/14	6,45	04/01/16	2,50	10/01/18	3,53
03/05/14	3,98	07/01/16	2,56	01/02/19	3,72
04/01/14	3,30	10/03/16	2,61	04/01/19	3,87
07/01/14	2,64	01/02/17	2,72	07/01/19	4,00
10/01/14	2,52	04/03/17	2,82	10/01/19	4,17
01/02/15	2,51	07/03/17	2,94	01/02/20	4,27
04/01/15	2,46	10/02/17	3,06	07/01/20	4,43
07/01/15	2,44	01/02/18	3,19	01/04/21	4,77
10/01/15	2,41	04/02/18	3,31	07/01/21	5,02
01/04/16	2,46	07/02/18	3,41	01/03/22	5,25

**Curva de Juros US\$**

Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)
US\$1M	0,17	US\$6M	0,29	US\$11M	0,31
US\$2M	0,21	US\$7M	0,30	US\$12M	0,31
US\$3M	0,25	US\$8M	0,30	US\$2A	0,49
US\$4M	0,27	US\$9M	0,30	US\$3A	0,89
US\$5M	0,28	US\$10M	0,31	US\$4A	1,39

**TJLP**

Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)
02/03/14	5,00	04/01/16	5,00	10/01/18	5,00
03/05/14	5,00	07/01/16	5,00	01/02/19	5,00
04/01/14	5,00	10/03/16	5,00	04/01/19	5,00
07/01/14	5,00	01/02/17	5,00	07/01/19	5,00
10/01/14	5,00	04/03/17	5,00	10/01/19	5,00
01/02/15	5,00	07/03/17	5,00	01/02/20	5,00
04/01/15	5,00	10/02/17	5,00	07/01/20	5,00
07/01/15	5,00	01/02/18	5,00	01/04/21	5,00
10/01/15	5,00	04/02/18	5,00	07/01/21	5,00
01/04/16	5,00	07/02/18	5,00	01/03/22	5,00

**Curva pré em Reais**

Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)
02/03/14	9,98	04/01/16	11,84	10/01/18	12,74
03/05/14	10,08	07/01/16	12,03	01/02/19	12,83
04/01/14	10,14	10/03/16	12,17	04/01/19	12,81
07/01/14	10,28	01/02/17	12,28	07/01/19	12,79
10/01/14	10,45	04/03/17	12,36	10/01/19	12,86
01/02/15	10,58	07/03/17	12,48	01/02/20	12,91
04/01/15	10,83	10/02/17	12,57	07/01/20	13,00
07/01/15	11,15	01/02/18	12,63	01/04/21	13,07
10/01/15	11,44	04/02/18	12,63	07/01/21	13,09
01/04/16	11,62	07/02/18	12,70	01/03/22	13,11

**Curva de Juros EUR**

Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)
EUR1M	0,20	EUR6M	0,36	EUR11M	0,40
EUR2M	0,23	EUR7M	0,37	EUR12M	0,40
EUR3M	0,27	EUR8M	0,38	EUR2A	0,54
EUR4M	0,31	EUR9M	0,39	EUR3A	0,74
EUR5M	0,34	EUR10M	0,39	EUR4A	1,02

**Curva de Juros CAD**

Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)
CAD1M	1,22	CAD6M	1,37	CAD11M	1,28
CAD2M	1,25	CAD7M	1,34	CAD12M	1,27
CAD3M	1,27	CAD8M	1,32	CAD2A	1,41
CAD4M	1,32	CAD9M	1,30	CAD3A	1,69
CAD5M	1,35	CAD10M	1,29	CAD4A	2,08

**Cotação de Fechamento**

CAD/US\$	0,9398	US\$/BRL	2,3426	EUR/US\$	1,3789
----------	--------	----------	--------	----------	--------



## Análise de Sensibilidade

Os quadros a seguir apresentam os ganhos/perdas potenciais de todas as posições em aberto em 31 de dezembro de 2013 considerando os seguintes cenários de stress:

- Valor Justo: cálculo do valor justo considerando as curvas de mercado de 31 de dezembro de 2013;
- Cenário I - Variação potencial do valor justo de cada posição de instrumentos financeiros da Vale considerando um cenário de deterioração de 25% das curvas de mercado dos fatores de risco de mercado para precificação;
- Cenário II - Variação potencial do valor justo de cada posição de instrumentos financeiros da Vale considerando um cenário de evolução de 25% das curvas de mercado dos fatores de risco de mercado para precificação;
- Cenário III – Variação potencial do valor justo de cada posição de instrumentos financeiros da Vale considerando um cenário de deterioração de 50% das curvas de mercado dos fatores de risco de mercado para precificação;
- Cenário IV – Variação potencial do valor justo de cada posição de instrumentos financeiros da Vale considerando um cenário de evolução de 50% das curvas de mercado dos fatores de risco de mercado para precificação.

## Análise de Sensibilidade – Quadro Resumo do Impacto da flutuação do USD/BRL – Dívida, Investimentos de Caixa e Derivativos

As operações financeiras de investimento de caixa, captação e derivativos são principalmente impactadas pela variação da taxa de cambio USD/BRL.

Programa	Instrumento	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Financiamento	Dívida denominada em BRL	Sem flutuação	-	-	-	-
Financiamento	Dívida denominada em USD	Flutuação do USD/BRL	5.210	(5.210)	10.419	(10.419)
Investimentos de caixa	Investimentos denominados em BRL	Flutuação do USD/BRL	1	(1)	2	(2)
Investimentos de caixa	Investimentos denominados em USD	Flutuação do USD/BRL	0	0	0	0
Derivativos*	Carteira consolidada de derivativos	Flutuação do USD/BRL	(1.740)	1.740	(3.481)	3.481
Resultado líquido			3.470	(3.470)	6.941	(6.941)

(\*) As informações detalhadas dos derivativos que compõem esta linha estão nos quadros abaixo.

## Análise de Sensibilidade – Posição Consolidada de Derivativos

Programa	Instrumento	Risco	Valor justo	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	
Programa de proteção dos empréstimos e financiamentos em reais indexados ao CDI	Swap CDI vs. taxa fixa em USD	Flutuação do USD/BRL		(700)	700	(1.400)	1.400	
		Flutuação do cupom cambial	(411)	(34)	32	(68)	64	
		Flutuação da taxa pré em reais		(10)	9	(21)	18	
		Variação USD Libor		(0,1)	0,1	(0,2)	0,2	
	Swap CDI vs. taxa flutuante em USD	Flutuação do USD/BRL		(64)	(64)	64	(127)	127
		Flutuação da taxa pré em reais		(64)	(0,2)	0,2	(0,3)	0,3
		Variação USD Libor		(0,01)	0,01	(0,02)	0,02	
	Item Protegido - Dívidas atreladas a reais	Flutuação do USD/BRL	n.a.	-	-	-	-	
Programa de proteção dos empréstimos e financiamentos em reais indexados à TJLP	Swap TJLP vs. taxa fixa em USD	Flutuação do USD/BRL		(793)	793	(1.586)	1.586	
		Flutuação do cupom cambial	(803)	(71)	66	(147)	128	
		Flutuação da taxa pré em reais		184	(160)	395	(301)	
		Flutuação TJLP		(85)	82	(169)	161	
	Swap TJLP vs. taxa flutuante em USD	Flutuação do USD/BRL		(102)	(81)	81	(162)	162
		Flutuação do cupom cambial		(102)	(7)	6	(15)	13
		Flutuação da taxa pré em reais		15	(13)	32	(24)	
		Flutuação TJLP		(7)	7	(14)	13	
		Variação USD Libor		4	(4)	8	(8)	
	Item Protegido - Dívidas atreladas a reais	Flutuação do USD/BRL	n.a.	-	-	-	-	
Programa de proteção dos empréstimos e financiamentos em reais com taxa fixa	Swap taxa fixa em BRL vs. Taxa fixa em USD	Flutuação do USD/BRL		(103)	103	(206)	206	
		Flutuação do cupom cambial	(106)	(7)	6	(14)	12	
			Flutuação da taxa pré em reais		19	(17)	40	(32)
	Item Protegido - Dívidas atreladas a reais	Flutuação do USD/BRL	n.a.	-	-	-	-	
Programa de proteção para empréstimos e financiamentos em euros	Swap taxa fixa em EUR vs. taxa fixa em USD	Flutuação do EUR/USD		382	(382)	765	(765)	
		Flutuação da Euribor	113	30	(27)	62	(53)	
			Flutuação da Libor Dólar		(36)	32	(76)	60
	Item Protegido - Dívida atrelada ao Euro	Flutuação do EUR/USD	n.a.	(382)	382	(765)	765	
Programa de hedge Cambial para desembolsos em Dolares Canadense (CAD)	Termo de CAD	Flutuação do USD/CAD		(194)	194	(388)	388	
		Flutuação da Libor CAD	(39)	2	(2)	4	(4)	
			Flutuação da Libor Dólar		(0,6)	0,6	(1,1)	1,1
	Item Protegido - Desembolsos em Dolares Canadenses	Flutuação do USD/CAD	n.a.	194	(194)	388	(388)	

**Análise de sensibilidade - Derivativos de commodities**

Valores em US\$ milhões

Programa	Instrumento	Risco	Valor justo	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Programa de proteção para operações de compra de níquel	Contratos de venda de níquel com liquidação futura	Flutuação do preço do níquel		0,6	(0,6)	1,2	(1,2)
		Varição USD Libor	0,03	0	0	0	0
		Flutuação do USD/CAD		0,01	(0,01)	0,02	(0,02)
	Item Protegido - Parte da receita da Vale atrelada ao preço do níquel	Flutuação do preço do níquel	n.a.	(0,6)	0,6	(1,2)	1,2
Programa de venda de níquel a preço fixo	Contratos de compra de níquel com liquidação futura	Flutuação do preço do níquel		(22)	22	(44)	44
		Varição USD Libor	(2)	(0,03)	0,03	(0,05)	0,05
		Flutuação do USD/CAD		(0,6)	0,6	(1,1)	1,1
	Item Protegido - Parte da receita das vendas de Níquel com preços fixos	Flutuação do preço do níquel	n.a.	22	(22)	44	(44)
Programa de proteção para operações de compra de sucata de cobre	Contratos de venda de cobre com liquidação futura	Flutuação do preço do cobre		1	(1)	2	(2)
		Varição USD Libor	(0,14)	0	0	0	0
		Flutuação do USD/CAD		(0,03)	0,03	(0,1)	0,1
	Item Protegido - Parte da receita da Vale atrelada ao preço do cobre	Flutuação do preço do cobre	n.a.	(1)	1	(2)	2
Programa de hedge para compra de óleo combustível	Contratos de compra de bunker com liquidação futura	Flutuação do preço do Combustível		(240)	240	(480)	480
		Varição USD Libor	(3)	(0,3)	0,3	(0,6)	0,6
	Item Protegido - Parte dos custos da Vale lincados ao preço do óleo combustível	Flutuação do preço do Combustível	n.a.	240	(240)	480	(480)
Venda de parte da produção futura de ouro (subproduto) da	10 milhões em warrants da SLW	Flutuação do preço da ação da SLW	40	(17)	21	(30)	44
		Varição USD Libor		(2)	2	(5)	4
	Venda de parte da produção futura de ouro (subproduto) da Vale	Flutuação do preço da ação da SLW	n.a.	17	(21)	30	(44)

**Análise de sensibilidade - Derivativos embutidos**

Valores em US\$ milhões

Programa	Instrumento	Risco	Valor justo	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Derivativo embutido - Compra de matéria-prima (Níquel)	Derivativo Embutido - Compra de matéria-prima	Flutuação do preço do níquel	0,04	7	(7)	(15)	(15)
		Flutuação do USD/CAD		0,01	(0,01)	0,02	(0,02)
Derivativo embutido - Compra de matéria-prima (Cobre)	Derivativo Embutido - Compra de matéria-prima	Flutuação do preço de cobre	0,35	11	(11)	23	(23)
		Flutuação do USD/CAD		0,1	(0,1)	0,2	(0,2)
Derivativo embutido - Compra de gás para companhia de	Derivativo Embutido - Compra de gás	Flutuação do preço da pelota	(1,54)	1	(3)	2	(8)

**Análise de Sensibilidade - Investimentos de Caixa – Outras moedas**

As operações financeiras de investimento de caixa atrelados a outras moedas diferentes do USD também estão sujeitos à variação de taxa de câmbio.

**Análise de sensibilidade - Investimentos de caixa (Moedas diferentes do USD)**

Valores em US\$ milhões

Programa	Instrumento	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Investimentos de caixa	Investimentos denominados em EUR	EUR	(9)	9	(17)	17
Investimentos de caixa	Investimentos denominados em CAD	CAD	(1)	1	(1)	1
Investimentos de caixa	Investimentos denominados em GBP	GBP	(1)	1	(3)	3
Investimentos de caixa	Investimentos denominados em AUD	AUD	(1)	1	(1)	1
Investimentos de caixa	Investimentos denominados em Outras Moedas	Outras	(64)	64	(129)	129

### Ratings das contrapartes financeiras

As operações de derivativos são realizadas com instituições financeiras de primeira linha. Os limites de exposição a instituições financeiras são propostos anualmente para o Comitê Executivo de Gestão de Riscos e aprovados pela Diretoria Executiva. O acompanhamento do risco de crédito das instituições financeiras é feito utilizando uma metodologia de avaliação de risco de crédito que considera, dentre outras informações, os *ratings* divulgados pelas agências internacionais de *rating*. No quadro a seguir, apresentamos os *ratings* em moeda estrangeira publicados pelas agências Moody's e S&P para as principais instituições financeiras com as quais tínhamos operações em aberto em 31 de dezembro de 2013.

Nome da Contraparte	Moody's*	S&P*
ANZ Australia and New Zealand Banking	Aa2	AA-
Banco Amazônia SA	-	-
Banco Bradesco	Baa2	BBB
Banco de Credito del Peru	Baa2	BBB+
Banco do Brasil	Baa2	BBB
Banco do Nordeste	Baa3	BBB
Banco Safra	Baa2	BBB-
Banco Santander	Baa2	BBB
Banco Votorantim	Baa2	BBB-
Bank of America	Baa2	A-
Bank of Nova Scotia	Aa2	A+
Banpara	Ba3	BB+
Barclays	A3	A-
BNP Paribas	A2	A+
BTG Pactual	Baa3	BBB-
Caixa Economica Federal	Baa2	BBB
Canadian Imperial Bank	Aa3	A+
Citigroup	Baa2	A-
Credit Agricole	A2	A
Deutsche Bank	A2	A
Goldman Sachs	Baa1	A-
HSBC	Aa3	A+
Itau Unibanco	Baa2	BBB
JP Morgan Chase & Co	A3	A
Morgan Stanley	Baa2	A-
National Australia Bank NAB	Aa2	AA-
Rabobank	Aa2	AA-
Royal Bank of Canada	Aa3	AA-
Standard Bank	Baa1	-
Standard Chartered	A2	A+

\* Long Term Rating / LT Foreign Issuer Credit

## 26. Patrimônio Líquido

### a) Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias (“ON”) e ações preferenciais não resgatáveis (“PNA”), todas sem valor nominal. As ações preferenciais possuem os mesmos direitos das ações ordinárias, com exceção do voto para eleição de membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado.

Em 31 de dezembro de 2013 o capital social é de US\$60.578 correspondendo a 5.365.304.100 ações (3.256.724.482 ON e 2.108.579.618 PNA) ações escriturais, sem valor nominal.

	31 de dezembro de 2013		
	ON	PNA	Total
<b>Acionistas</b>			
Valepar S.A.	1.716.435.045	20.340.000	1.736.775.045
Governo Brasileiro (Golden Share)	-	12	12
Investidores estrangeiros em ADRs	683.540.482	636.876.650	1.320.417.132
FMP - FGTS	86.795.430	-	86.795.430
PIBB - BNDES	1.693.106	2.510.536	4.203.642
BNDESPar	206.378.882	66.185.272	272.564.154
Investidores institucionais estrangeiros no mercado local	271.753.995	501.332.642	773.086.637
Investidores institucionais	167.038.824	369.297.845	536.336.669
Investidores de varejo no país	52.017.236	371.178.969	423.196.205
Ações em tesouraria no país	71.071.482	140.857.692	211.929.174
<b>Total</b>	<b>3.256.724.482</b>	<b>2.108.579.618</b>	<b>5.365.304.100</b>

### b) Reserva de lucros

Os valores das reservas de lucro estão assim distribuídos:

	Reserva de investimento	Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal	Total of undistributed revenue reserves
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2011</b>	<b>39.422</b>	<b>3.421</b>	<b>661</b>	<b>43.504</b>
Capitalização de reservas	(14.168)	-	(142)	(14.310)
Destinação do resultado	13.844	1.012	533	15.389
Ajuste acumulados de conversão	(2.338)	(370)	(70)	(2.778)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>36.760</b>	<b>4.063</b>	<b>982</b>	<b>41.805</b>
Realização de reservas	(362)	-	-	(362)
Destinação do resultado	-	238	293	531
Ajuste acumulados de conversão	(3.150)	(348)	(87)	(3.585)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>33.248</b>	<b>3.953</b>	<b>1.188</b>	<b>38.389</b>
Realização de reservas	(3.936)	-	-	(3.936)
Destinação do resultado	-	3	11	14
Ajuste acumulados de conversão	(4.246)	(505)	(150)	(4.901)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>25.066</b>	<b>3.451</b>	<b>1.049</b>	<b>29.566</b>

Reserva de expansão/investimento - tem como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido distribuído até o limite máximo do capital social.

Reserva legal - reserva que constitui uma exigência para todas as empresas brasileiras de capital aberto e representa a apropriação de 5% do lucro líquido anual apurado com base na legislação brasileira, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais - esta reserva resulta da opção de designar uma parcela do imposto de renda devido para investimentos em projetos aprovados pelo governo bem como incentivos fiscais (Nota 21).

### c) Resources linked to the future mandatory conversion in shares

Em junho de 2012, as notas obrigatoriamente conversíveis de série VALE e VALE.P – 2012 foram convertidas em ADS um total de 15.839.592 ações ordinárias e 40.241.968 ações preferenciais de classe A. A conversão foi realizada utilizando 56.081.560 ações em tesouraria mantidas pela Companhia. O efeito da diferença entre o montante das ações em tesouraria US\$1.185 e o valor recebido na conversão US\$1.033 foi reconhecido diretamente no próprio patrimônio líquido, sem impactar o resultado do exercício.

#### d) Ações em tesouraria

Em novembro de 2011, como parte do programa de recompra aprovado em junho de 2011 a Companhia concluiu a aquisição de 39.536.080 ações ordinárias com preço médio de US\$26.25 por ação e 81,451,900 ações preferenciais com preço médio de US\$24.09 por ações, (incluindo as "American Depositary Receipts" ou "ADR") num total de US\$3,000. A recompra de ações representa 3,1% das taxa flutuante das ações ordinárias e 4,24% das taxas flutuantes das ações preferenciais, antes do lançamento do programa. As ações adquiridas serão canceladas no futuro.

Em 31 de dezembro de 2013, estavam em tesouraria 211.929.174 ações, no montante de US\$4.477, como segue:

	Classes de ações		
	Comum	Preferenciais	Total
<b>Saldo em 1º janeiro de 2011</b>	<b>99.649.571</b>	<b>47.375.394</b>	<b>147.024.965</b>
Adição	81.451.900	39.536.080	120.987.980
Baixa	(1.657)	(267)	(1.924)
<b>Saldo em 31 de dezembro 2011</b>	<b>181.099.814</b>	<b>86.911.207</b>	<b>268.011.021</b>
Adição	-	-	-
Baixa	(40.242.122)	(15.839.725)	(56.081.847)
<b>Saldo em 31 de dezembro 2012</b>	<b>140.857.692</b>	<b>71.071.482</b>	<b>211.929.174</b>
Adição	-	-	-
Baixa	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro 2013</b>	<b>140.857.692</b>	<b>71.071.482</b>	<b>211.929.174</b>

	Comum	Preferenciais
<b>Preço unitário na aquisição de ações</b>		
Baixo	10,27	7,17
Médio	18,40	19,18
Alto	28,05	24,27

#### e) Lucros básicos e diluídos por ação

Os valores dos lucros por ação básicos e diluídos foram calculados como segue:

	Exercício findo em 31 de dezembro de,		
	2013	2012	2011
<b>Lucro líquido de operações continuadas atribuídos aos acionistas da Controladora</b>	<b>586</b>	<b>5.522</b>	<b>22.881</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação:</b>			
Lucro disponível aos acionistas preferencialistas	224	2.091	8.858
Lucro disponível aos acionistas ordinários	362	3.431	14.023
<b>Total</b>	<b>586</b>	<b>5.522</b>	<b>22.881</b>
Média ponderada de número de ações em circulação (em milhares de ações) - ações preferenciais	1.967.722	1.933.491	2.031.315
Média ponderada de número de ações em circulação (em milhares de ações) - ações ordinárias	3.185.653	3.172.179	3.215.479
<b>Total</b>	<b>5.153.375</b>	<b>5.105.670</b>	<b>5.246.794</b>
<b>Lucro básico e diluído de operações continuadas por ação</b>			
Lucros básico por ação preferencial	0,11	1,08	4,36
Lucros básico por ação ordinária	0,11	1,08	4,36

	Exercício findo em 31 de dezembro de,		
	2013	2012	2011
<b>Prejuízo das operações descontinuadas atribuídos aos acionistas da Controladora</b>	<b>(2)</b>	<b>(68)</b>	<b>(86)</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação:</b>			
Prejuízo disponível aos acionistas preferencialistas	(1)	(26)	(34)
Prejuízo disponível aos acionistas ordinários	(1)	(42)	(52)
<b>Total</b>	<b>(2)</b>	<b>(68)</b>	<b>(86)</b>
Média ponderada de número de ações em circulação (em milhares de ações) - ações preferenciais	1.967.722	1.933.491	2.031.315
Média ponderada de número de ações em circulação (em milhares de ações) - ações ordinárias	3.185.653	3.172.179	3.215.479
<b>Total</b>	<b>5.153.375</b>	<b>5.105.670</b>	<b>5.246.794</b>
<b>Prejuízo básico e diluído de operações descontinuadas por ação</b>			
Prejuízo básico por ação preferencial	-	(0,02)	(0,02)
Prejuízo básico por ação ordinária	-	(0,02)	(0,02)

	Exercício findo em 31 de dezembro de,		
	2013	2012	2011
		(i)	(i)
<b>Lucro líquido atribuídos aos acionistas da Controladora</b>	<b>584</b>	<b>5.454</b>	<b>22.795</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação:</b>			
Lucro disponível aos acionistas preferencialistas	223	2.065	8.825
Lucro disponível aos acionistas ordinários	361	3.389	13.970
<b>Total</b>	<b>584</b>	<b>5.454</b>	<b>22.795</b>
Média ponderada de número de ações em circulação (em milhares de ações) - ações preferenciais	1.967.722	1.933.491	2.031.315
Média ponderada de número de ações em circulação (em milhares de ações) - ações ordinárias	3.185.653	3.172.179	3.215.479
<b>Total</b>	<b>5.153.375</b>	<b>5.105.670</b>	<b>5.246.794</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação</b>			
Lucros básico por ação preferencial	0,11	1,06	4,34
Lucros básico por ação ordinária	0,11	1,06	4,34

(i) Exercício ajustado conforme Nota 6.

## f) Remuneração dos acionistas

O estatuto social da Vale determina a remuneração mínima aos acionistas de 25% do lucro líquido do exercício, após os ajustes necessários consoantes as prescrições legais do Brasil. A remuneração mínima contempla os direitos dos acionistas detentores das ações preferenciais classes "A" que prevê prioridade no recebimento do maior valor entre 3% do patrimônio líquido ou 6% calculado sobre a parcela do capital constituída por essas classes de ações.

A proposta de distribuição do lucro líquido e remuneração aos acionistas foram calculadas em R\$, abaixo segue os valores equivalentes em US\$:

	<b>2013</b>
<b>Lucro do exercício</b>	<b>584</b>
Reserva legal	(3)
Reserva de incentivo fiscal	(11)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>570</b>
Realização de reservas	3.936
Ajustes de fundo de pensão acumulados (nota 6)	8
Ajustes acumulados de conversão	(14)
	<b>4.500</b>
<b>Remuneração:</b>	
Mínimo obrigatório (inclui os direitos das ações preferenciais)	794
Remuneração adicional	3.706
	<b>4.500</b>
<b>Natureza da remuneração:</b>	
Juros sobre capital próprio	3.813
Dividendos	687
	<b>4.500</b>
<b>Remuneração total por ação</b>	<b>0,87321417</b>

Os valores pagos aos acionistas, por natureza de remuneração, estão demonstrados como segue:

	Remuneração atribuída aos acionistas			
	Dividendos	Juros sobre capital próprio	Total	Valor por ação ordinária ou preferencial
<b>Valor pago em 2011</b>				
Remuneração extraordinária - Janeiro	-	998	998	0,191279009
Primeira parcela - Abril	-	2.017	2.017	0,386605539
Remuneração adicional - Agosto	3.000	-	3.000	0,576780063
Segunda parcela - Outubro	138	1.844	1.982	0,385815028
Remuneração adicional - Outubro	1.003	-	1.003	0,195473565
	<b>4.141</b>	<b>4.859</b>	<b>9.000</b>	
<b>Valor pago em 2012</b>				
Primeira parcela - Abril	-	3.000	3.000	0,588547644
Segunda parcela - Outubro	1.670	1.330	3.000	0,582142779
	<b>1.670</b>	<b>4.330</b>	<b>6.000</b>	
<b>Valor pago em 2013</b>				
Primeira parcela - Abril	400	1.850	2.250	0,436607084
Segunda parcela - Outubro	287	1.963	2.250	0,436607084
	<b>687</b>	<b>3.813</b>	<b>4.500</b>	

## 27. Informações por Segmento de Negócios e Receitas por Área Geográfica Consolidadas

As informações apresentadas à alta administração com o respectivo desempenho de cada segmento são geralmente derivadas dos registros contábeis mantidos de acordo com as práticas contábeis, com algumas realocações entre os segmentos.

### a) Resultado por segmento

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2013						
	Bulk Materials	Metais Básicos	Fertilizantes	Outras	Total das operações continuadas	Operações descontinuadas (Carga Geral)	Total
<b>Resultado</b>							
Receita líquida	35.802	7.286	2.814	865	46.767	1.283	48.050
Custos e despesas	(15.469)	(5.647)	(2.868)	(1.057)	(25.041)	(1.164)	(26.205)
Redução ao valor recuperável dos ativos	(182)	-	(2.116)	-	(2.298)	-	(2.298)
Ganho (perda) na mensuração ou vendas de ativos não-circulantes	-	(215)	-	-	(215)	(209)	(424)
Depreciação, exaustão e amortização	(1.919)	(1.766)	(431)	(34)	(4.150)	(158)	(4.308)
<b>Resultado operacional</b>	<b>18.232</b>	<b>(342)</b>	<b>(2.601)</b>	<b>(226)</b>	<b>15.063</b>	<b>(248)</b>	<b>14.815</b>
<b>Resultado financeiro</b>	(8.515)	(50)	(18)	251	(8.332)	(2)	(8.334)
Resultado na venda de investimentos de participações societárias e coligadas	-	-	27	14	41	-	41
Resultado de participações societárias; em coligadas	655	(26)	-	(160)	469	-	469
Tributos sobre o lucro	(6.906)	62	56	(45)	(6.833)	248	(6.585)
<b>Lucro (prejuízo) líquido do período</b>	<b>3.466</b>	<b>(356)</b>	<b>(2.536)</b>	<b>(166)</b>	<b>408</b>	<b>(2)</b>	<b>406</b>
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores	(77)	(58)	13	(56)	(178)	-	(178)
<b>Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da controladora</b>	<b>3.543</b>	<b>(298)</b>	<b>(2.549)</b>	<b>(110)</b>	<b>586</b>	<b>(2)</b>	<b>584</b>
<b>Vendas classificadas por área geográfica:</b>							
América, exceto Estados Unidos	733	1.045	60	10	1.848	-	1.848
Estados Unidos	30	1.070	-	212	1.312	-	1.312
Europa	5.996	2.647	120	-	8.763	-	8.763
Oriente Médio/África/Oceania	1.981	93	17	7	2.098	-	2.098
Japão	3.417	618	-	-	4.035	-	4.035
China	18.070	851	-	-	18.921	-	18.921
Ásia, exceto Japão e China	2.656	883	61	-	3.600	-	3.600
Brasil	2.919	79	2.556	636	6.190	1.283	7.473
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>35.802</b>	<b>7.286</b>	<b>2.814</b>	<b>865</b>	<b>46.767</b>	<b>1.283</b>	<b>48.050</b>

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (i)							
	Bulk Materials	Metais Básicos	Fertilizantes	Outras	Total das operações continuadas	Operações descontinuadas (Carga Geral)	Total
<b>Resultado</b>							
Receita líquida	35.372	7.131	3.570	480	46.553	1.141	47.694
Custos e despesas	(17.980)	(6.529)	(2.940)	(1.011)	(28.460)	(1.058)	(29.518)
Redução ao valor recuperável de ativos	(1.029)	(2.848)	-	(146)	(4.023)	-	(4.023)
Ganho (perda) na mensuração ou vendas de ativos não-circulantes	(377)	-	(129)	-	(506)	-	(506)
Depreciação, exaustão e amortização	(2.004)	(1.647)	(463)	(41)	(4.155)	(133)	(4.288)
<b>Resultado operacional</b>	<b>13.982</b>	<b>(3.893)</b>	<b>38</b>	<b>(718)</b>	<b>9.409</b>	<b>(50)</b>	<b>9.359</b>
Resultado financeiro	(4.268)	278	(46)	14	(4.022)	(1)	(4.023)
Redução ao valor recuperável de investimentos	-	(975)	-	(966)	(1.941)	-	(1.941)
Resultado de participações societárias; em coligadas	893	(5)	-	(243)	645	-	645
Tributos sobre o lucro	(338)	38	1.206	268	1.174	(17)	1.157
<b>Lucro (prejuízo) líquido do período</b>	<b>10.269</b>	<b>(4.557)</b>	<b>1.198</b>	<b>(1.645)</b>	<b>5.265</b>	<b>(68)</b>	<b>5.197</b>
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores	(65)	(207)	54	(39)	(257)	-	(257)
<b>Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da controladora</b>	<b>10.334</b>	<b>(4.350)</b>	<b>1.144</b>	<b>(1.606)</b>	<b>5.522</b>	<b>(68)</b>	<b>5.454</b>
<b>Vendas classificadas por área geográfica:</b>							
América, exceto Estados Unidos	751	996	60	16	1.823	-	1.823
Estados Unidos	108	1.137	53	36	1.334	-	1.334
Europa	5.834	2.194	148	23	8.199	-	8.199
Oriente Médio/África/Oceania	1.550	96	7	-	1.653	-	1.653
Japão	4.202	722	-	7	4.931	-	4.931
China	16.743	895	-	-	17.638	-	17.638
Ásia, exceto Japão e China	2.947	1.009	91	2	4.049	-	4.049
Brasil	3.237	82	3.211	396	6.926	1.141	8.067
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>35.372</b>	<b>7.131</b>	<b>3.570</b>	<b>480</b>	<b>46.553</b>	<b>1.141</b>	<b>47.694</b>

(i) Exercício ajustado conforme nota 6.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (i)							
	Bulk Materials	Metais Básicos	Fertilizantes	Outras	Total das operações continuadas	Operações descontinuadas (Carga Geral)	Total
<b>Resultado</b>							
Receita líquida	46.673	9.221	3.322	859	60.075	871	60.946
Custos e despesas	(16.728)	(6.460)	(2.632)	(1.589)	(27.409)	(845)	(28.254)
Ganho (perda) na mensuração ou vendas de ativos não-circulantes	-	-	-	1.494	1.494	-	1.494
Depreciação, exaustão e amortização	(1.790)	(1.571)	(458)	(17)	(3.836)	(108)	(3.944)
<b>Resultado operacional</b>	<b>28.155</b>	<b>1.190</b>	<b>232</b>	<b>747</b>	<b>30.324</b>	<b>(82)</b>	<b>30.242</b>
Resultado financeiro	(3.448)	53	(70)	(84)	(3.549)	8	(3.541)
Resultado de participações societárias; em coligadas	1.230	(6)	-	(86)	1.138	-	1.138
Tributos sobre o lucro	(4.202)	(954)	(109)	-	(5.265)	(12)	(5.277)
<b>Lucro (prejuízo) líquido do período</b>	<b>21.735</b>	<b>283</b>	<b>53</b>	<b>577</b>	<b>22.648</b>	<b>(86)</b>	<b>22.562</b>
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores	(105)	(88)	31	(71)	(233)	-	(233)
<b>Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da controladora</b>	<b>21.840</b>	<b>371</b>	<b>22</b>	<b>648</b>	<b>22.881</b>	<b>(86)</b>	<b>22.795</b>
<b>Vendas classificadas por área geográfica:</b>							
América, exceto Estados Unidos	1.181	1.279	44	122	2.626	-	2.626
Estados Unidos	98	1.550	1	23	1.672	-	1.672
Europa	8.815	2.316	153	202	11.486	-	11.486
Oriente Médio/África/Oceania	1.767	150	1	1	1.919	-	1.919
Japão	5.987	1.156	-	95	7.238	-	7.238
China	20.086	1.235	-	99	21.420	-	21.420
Ásia, exceto Japão e China	3.640	1.394	35	1	5.070	-	5.070
Brasil	5.099	141	3.088	316	8.644	871	9.515
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>46.673</b>	<b>9.221</b>	<b>3.322</b>	<b>859</b>	<b>60.075</b>	<b>871</b>	<b>60.946</b>

(i) Exercício ajustado conforme nota 6.



Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

	Receita líquida	Custos	Despesas	Pesquisa e desenvolvimento	Pré operacionais e paradas de operação	Lucro operacional	Depreciação, exaustão e amortização	Ganho (perda) na mensuração ou vendas de ativos não-circulantes	Redução no valor recuperável de ativos	Resultado Operacional	Imobilizado e intangível líquido	Adições ao imobilizado e intangível	Investimentos
<b>Bulk Materials</b>													
Minério de ferro	28.137	(9.153)	(1.261)	(314)	(244)	17.165	(1.411)	-	-	15.754	37.124	6.993	648
Pelotas	6.000	(2.299)	(110)	(12)	(130)	3.449	(184)	-	(182)	3.083	1.702	262	857
Ferroligas e manganês	523	(317)	(34)	-	(13)	159	(29)	-	-	130	272	36	-
Carvão	1.010	(1.147)	(262)	(49)	(47)	(495)	(173)	-	-	(668)	4.307	1.411	282
Outros produtos e serviços ferrosos	132	(80)	3	-	-	55	(122)	-	-	(67)	537	30	-
	<b>35.802</b>	<b>(12.996)</b>	<b>(1.664)</b>	<b>(375)</b>	<b>(434)</b>	<b>20.333</b>	<b>(1.919)</b>	<b>-</b>	<b>(182)</b>	<b>18.232</b>	<b>43.942</b>	<b>8.732</b>	<b>1.787</b>
<b>Metais básicos</b>													
Níquel e outros produtos (a)	5.839	(3.657)	(123)	(173)	(753)	1.133	(1.592)	-	-	(459)	29.739	2.258	22
Cobre (b)	1.447	(1.008)	(122)	(45)	(10)	262	(174)	(215)	-	(127)	3.712	608	228
Outros	-	-	244	-	-	244	-	-	-	244	-	-	-
	<b>7.286</b>	<b>(4.665)</b>	<b>(1)</b>	<b>(218)</b>	<b>(763)</b>	<b>1.639</b>	<b>(1.766)</b>	<b>(215)</b>	<b>-</b>	<b>(342)</b>	<b>33.451</b>	<b>2.866</b>	<b>250</b>
<b>Fertilizantes</b>													
Potássio	201	(127)	(29)	(16)	(394)	(365)	(44)	-	(2.116)	(2.525)	176	401	-
Fosfatados	2.065	(1.681)	(146)	(30)	(29)	179	(312)	-	-	(133)	7.342	451	-
Nitrogenados	469	(382)	(22)	(5)	(5)	55	(75)	-	-	(20)	-	-	-
Outros produtos de fertilizantes	79	-	-	(2)	-	77	-	-	-	77	-	-	-
	<b>2.814</b>	<b>(2.190)</b>	<b>(197)</b>	<b>(53)</b>	<b>(428)</b>	<b>(54)</b>	<b>(431)</b>	<b>-</b>	<b>(2.116)</b>	<b>(2.601)</b>	<b>7.518</b>	<b>852</b>	<b>-</b>
<b>Outros</b>	<b>865</b>	<b>(669)</b>	<b>(233)</b>	<b>(155)</b>	<b>-</b>	<b>(192)</b>	<b>(34)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(226)</b>	<b>3.625</b>	<b>655</b>	<b>1.547</b>
<b>Total das operações continuadas</b>	<b>46.767</b>	<b>(20.520)</b>	<b>(2.095)</b>	<b>(801)</b>	<b>(1.625)</b>	<b>21.726</b>	<b>(4.150)</b>	<b>(215)</b>	<b>(2.298)</b>	<b>15.063</b>	<b>88.536</b>	<b>13.105</b>	<b>3.584</b>
<b>Operações descontinuadas (Carga Geral)</b>	<b>1.283</b>	<b>(1.078)</b>	<b>(72)</b>	<b>(14)</b>	<b>-</b>	<b>119</b>	<b>(158)</b>	<b>(209)</b>	<b>-</b>	<b>(248)</b>	<b>1.027</b>	<b>763</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>48.050</b>	<b>(21.598)</b>	<b>(2.167)</b>	<b>(815)</b>	<b>(1.625)</b>	<b>21.845</b>	<b>(4.308)</b>	<b>(424)</b>	<b>(2.298)</b>	<b>14.815</b>	<b>89.563</b>	<b>13.868</b>	<b>3.584</b>

(a) Inclui o produto níquel e subprodutos (cobre, metais preciosos, cobalto e outros).

(b) Inclui concentrado de cobre e não inclui o cobre subproduto do níquel.

(Tradução livre do relatório original em inglês)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (i)

	Receita líquida	Custos	Despesas	Pesquisa e desenvolvimento	Pré operacionais e paradas de operação	Lucro operacional	Depreciação, exaustão e amortização	Ganho (perda) na mensuração ou vendas de ativos não-circulantes	Ajuste ao valor recuperável	Resultado Operacional	Imobilizado e intangível líquido	Adições ao imobilizado e intangível	Investimentos
<b>Bulk Materials</b>													
Minério de ferro	26.931	(9.880)	(2.336)	(616)	(196)	13.903	(1.421)	-	-	12.482	37.488	7.904	678
Pelotas	6.560	(2.644)	-	-	(125)	3.791	(235)	-	-	3.556	2.019	383	1.106
Ferroligas e manganês	543	(352)	(1)	-	-	190	(45)	(22)	-	123	302	177	-
Carvão	1.092	(1.046)	(352)	(115)	(28)	(449)	(198)	(355)	(1.029)	(2.031)	3.616	1.082	281
Outros produtos e serviços ferrosos	246	(234)	(55)	-	-	(43)	(105)	-	-	(148)	602	94	-
	<b>35.372</b>	<b>(14.156)</b>	<b>(2.744)</b>	<b>(731)</b>	<b>(349)</b>	<b>17.392</b>	<b>(2.004)</b>	<b>(377)</b>	<b>(1.029)</b>	<b>13.982</b>	<b>44.027</b>	<b>9.640</b>	<b>2.065</b>
<b>Metais básicos</b>													
Níquel e outros produtos (a)	5.975	(3.835)	(511)	(299)	(791)	539	(1.508)	-	(2.848)	(3.817)	30.474	2.792	24
Cobre (b)	1.156	(854)	(40)	(96)	(103)	63	(139)	-	-	(76)	4.536	819	252
	<b>7.131</b>	<b>(4.689)</b>	<b>(551)</b>	<b>(395)</b>	<b>(894)</b>	<b>602</b>	<b>(1.647)</b>	<b>-</b>	<b>(2.848)</b>	<b>(3.893)</b>	<b>35.010</b>	<b>3.611</b>	<b>276</b>
<b>Fertilizantes</b>													
Potássio	290	(158)	(13)	(73)	-	46	(23)	-	-	23	2.209	1.333	-
Fosfatados	2.507	(1.790)	(157)	(36)	(93)	431	(331)	-	-	100	8.209	293	-
Nitrogenados	699	(575)	(45)	-	-	79	(109)	(129)	-	(159)	-	40	-
Outros produtos de fertilizantes	74	-	-	-	-	74	-	-	-	74	331	12	-
	<b>3.570</b>	<b>(2.523)</b>	<b>(215)</b>	<b>(109)</b>	<b>(93)</b>	<b>630</b>	<b>(463)</b>	<b>(129)</b>	<b>-</b>	<b>38</b>	<b>10.749</b>	<b>1.678</b>	<b>-</b>
<b>Outros</b>	<b>480</b>	<b>(363)</b>	<b>(418)</b>	<b>(230)</b>	<b>-</b>	<b>(531)</b>	<b>(41)</b>	<b>-</b>	<b>(146)</b>	<b>(718)</b>	<b>1.937</b>	<b>393</b>	<b>4.043</b>
<b>Total das operações continuadas</b>	<b>46.553</b>	<b>(21.731)</b>	<b>(3.928)</b>	<b>(1.465)</b>	<b>(1.336)</b>	<b>18.093</b>	<b>(4.155)</b>	<b>(506)</b>	<b>(4.023)</b>	<b>9.409</b>	<b>91.723</b>	<b>15.322</b>	<b>6.384</b>
<b>Operações descontinuadas (Carga Geral)</b>	<b>1.141</b>	<b>(930)</b>	<b>(115)</b>	<b>(13)</b>	<b>-</b>	<b>83</b>	<b>(133)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(50)</b>	<b>2.370</b>	<b>455</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>47.694</b>	<b>(22.661)</b>	<b>(4.043)</b>	<b>(1.478)</b>	<b>(1.336)</b>	<b>18.176</b>	<b>(4.288)</b>	<b>(506)</b>	<b>(4.023)</b>	<b>9.359</b>	<b>94.093</b>	<b>15.777</b>	<b>6.384</b>

(a) Inclui o produto níquel e subprodutos (cobre, metais preciosos, cobalto e outros).

(b) Inclui concentrado de cobre e não inclui o cobre subproduto do níquel.

(i) Exercício ajustado conforme nota 6.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (i)

	Receita líquida	Custos	Despesas	Pesquisa e desenvolvimento	Pré operacionais e paradas de operação	Lucro operacional	Depreciação, exaustão e amortização	Ganho (perda) na mensuração ou vendas de ativos não-circulantes	Resultado Operacional	Imobilizado e intangível líquido	Adições ao imobilizado e intangível	Investimentos
<b>Bulk Materials</b>												
Minério de ferro	36.416	(8.443)	(1.926)	(615)	-	25.432	(1.240)	-	24.192	33.512	7.717	663
Pelotas	7.938	(3.311)	-	-	(106)	4.521	(196)	-	4.325	2.841	624	928
Ferroligas e manganês	676	(494)	(100)	-	-	82	(69)	-	13	337	177	-
Carvão	1.058	(804)	(321)	(152)	(101)	(320)	(164)	-	(484)	4.081	1.141	239
Outros produtos e serviços ferrosos	585	(419)	64	-	-	230	(121)	-	109	946	347	-
	<b>46.673</b>	<b>(13.471)</b>	<b>(2.283)</b>	<b>(767)</b>	<b>(207)</b>	<b>29.945</b>	<b>(1.790)</b>	<b>-</b>	<b>28.155</b>	<b>41.717</b>	<b>10.006</b>	<b>1.830</b>
<b>Metais básicos</b>												
Níquel e outros produtos (a)	8.118	(4.067)	(470)	(254)	(796)	2.531	(1.487)	-	1.044	31.455	2.637	4
Cobre (b)	1.103	(664)	(38)	(159)	(12)	230	(84)	-	146	4.178	1.226	234
	<b>9.221</b>	<b>(4.731)</b>	<b>(508)</b>	<b>(413)</b>	<b>(808)</b>	<b>2.761</b>	<b>(1.571)</b>	<b>-</b>	<b>1.190</b>	<b>35.633</b>	<b>3.863</b>	<b>238</b>
<b>Fertilizantes</b>												
Potássio	273	(155)	(84)	(50)	(26)	(42)	(45)	-	(87)	1.982	532	-
Fosfatados	2.300	(1.580)	(54)	(54)	(72)	540	(297)	-	243	6.363	316	-
Nitrogenados	679	(516)	(41)	-	-	122	(116)	-	6	1.337	180	-
Outros produtos de fertilizantes	70	-	-	-	-	70	-	-	70	364	-	-
	<b>3.322</b>	<b>(2.251)</b>	<b>(179)</b>	<b>(104)</b>	<b>(98)</b>	<b>690</b>	<b>(458)</b>	<b>-</b>	<b>232</b>	<b>10.046</b>	<b>1.028</b>	<b>-</b>
<b>Outros</b>	<b>859</b>	<b>(600)</b>	<b>(602)</b>	<b>(387)</b>	<b>-</b>	<b>(730)</b>	<b>(17)</b>	<b>1.494</b>	<b>747</b>	<b>2.218</b>	<b>965</b>	<b>5.945</b>
<b>Total das operações continuadas</b>	<b>60.075</b>	<b>(21.053)</b>	<b>(3.572)</b>	<b>(1.671)</b>	<b>(1.113)</b>	<b>32.666</b>	<b>(3.836)</b>	<b>1.494</b>	<b>30.324</b>	<b>89.614</b>	<b>15.862</b>	<b>8.013</b>
<b>Operações descontinuadas (Carga Geral)</b>	<b>871</b>	<b>(759)</b>	<b>(83)</b>	<b>(3)</b>	<b>-</b>	<b>26</b>	<b>(108)</b>	<b>-</b>	<b>(82)</b>	<b>2.249</b>	<b>213</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>60.946</b>	<b>(21.812)</b>	<b>(3.655)</b>	<b>(1.674)</b>	<b>(1.113)</b>	<b>32.692</b>	<b>(3.944)</b>	<b>1.494</b>	<b>30.242</b>	<b>91.863</b>	<b>16.075</b>	<b>8.013</b>

(a) Inclui o produto níquel e subprodutos (cobre, metais preciosos, cobalto e outros).

(b) Inclui concentrado de cobre e não inclui o cobre subproduto do níquel.

(i) Exercício ajustado conforme nota 6.

## 28. Custos dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados, Despesas por Natureza com Vendas e Administrativas e Outras Despesas (receitas) Operacionais, Líquidas

### a) Os custos de produtos vendidos e serviços prestados

	Exercício findo em 31 de dezembro de,		
	2013	2012	2011
		(i)	(i)
Pessoal	3.265	3.413	3.017
Material	4.112	4.222	3.716
Óleo combustível e gases	1.804	1.947	2.066
Serviços contratados	3.805	4.645	4.156
Energia	663	863	966
Aquisição de produtos	1.409	1.367	2.274
Depreciação e exaustão	3.724	3.659	2.452
Frete	3.189	2.801	1.956
Outros	2.274	2.473	3.925
<b>Total</b>	<b>24.245</b>	<b>25.390</b>	<b>24.528</b>

(i) Exercício ajustado conforme nota 6.

### b) Despesas com vendas e administrativas

	Exercício findo em 31 de dezembro de,		
	2013	2012	2011
Pessoal	495	782	688
Serviços (consultoria, infra-instrutora e outros)	331	480	526
Propaganda e publicidade	44	101	87
Depreciação	192	236	206
Despesas de viagem	19	63	59
Aluguéis e impostos	26	27	45
Vendas	85	274	329
Outras	110	209	331
<b>Total</b>	<b>1.302</b>	<b>2.172</b>	<b>2.271</b>

### c) Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas

	Exercício findo em 31 de dezembro de,		
	2013	2012	2011
Provisão para processos judiciais	(88)	704	279
Provisão para perdas com créditos de ICMS	120	238	50
Programa de refinanciamento de tributo estadual (REFIS-ICMS)	166	-	-
Provisão para remuneração variável	215	414	384
Fundação Vale do Rio Doce ("FVRD")	24	37	123
Provisão para baixa de materiais/estoques	171	128	49
Perda com antecipações a empreiteiros	49	-	-
Outras	327	475	597
<b>Total</b>	<b>984</b>	<b>1.996</b>	<b>1.482</b>

## 29. Resultado Financeiro

Os resultados financeiros ocorridos nos exercícios, registrados por natureza e competência, são:

Despesas financeiras	Exercício findo em 31 de dezembro de,		
	2013	2012	2011
		(i)	(i)
Juros	(1.335)	(1.251)	(1.388)
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(109)	(79)	(41)
Derivativos	(1.443)	(634)	(172)
Variações monetárias e cambiais (a)	(4.586)	(2.562)	(2.552)
Debentures Participativas	(381)	(466)	(222)
Despesas líquidas de REFIS	(2.637)	-	-
Outras	(540)	(625)	(1.064)
	<b>(11.031)</b>	<b>(5.617)</b>	<b>(5.439)</b>
<b>Receitas financeiras</b>			
Derivativos	410	514	247
Variações monetárias e cambiais (b)	1.646	670	942
Outras	643	411	701
	<b>2.699</b>	<b>1.595</b>	<b>1.890</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(8.332)</b>	<b>(4.022)</b>	<b>(3.549)</b>
<b>Resumo das variações monetárias e cambiais</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	-	32	(7)
Empréstimos	(3.335)	(1.622)	(2.577)
Partes Relacionadas	13	10	-
Outros	382	(312)	974
<b>Líquido (a + b)</b>	<b>(2.940)</b>	<b>(1.892)</b>	<b>(1.610)</b>

(i) Exercício ajustado conforme nota 6.

## 30. Venda dos fluxos de ouro

Em fevereiro de 2013, a Companhia firmou uma transação corrente de ouro com Silver Wheaton Corp. ("SLW") para vender 25% do ouro extraído como um subproduto durante a vida útil da mina de cobre Salobo e 70% do ouro extraído como um subproduto durante os próximos 20 anos, das minas de níquel de Sudbury.

Recebemos uma antecipação de caixa de US\$1,9 bilhão, mais de dez milhões de bônus da SLW com preço de exercício de US\$ 65, exercíveis nos próximos dez anos, cujo valor justo é US\$ 100. O valor de US\$ 1.330 foi pago pela transação Salobo e US\$570 mais foram recebidos os dez milhões de bônus da SLW para a transação Sudbury.

Além disso, como o ouro é entregue a SLW, a Vale receberá um pagamento igual ao menor de: (i) US\$ 400 por onça de refinado ouro entregues, sujeitos a um aumento anual de 1% ao ano que começa em 1º de Janeiro de 2016, cada 1º de janeiro posterior, e (i) o preço de mercado de referência sobre a data de entrega.

Esta operação foi bifurcada em dois componentes identificáveis da transação sendo: (i) a venda dos direitos minerários e, (ii) os serviços para a extração de ouro na parte em que a Vale atua como um agente de extração de ouro SLW.

O resultado da venda dos direitos minerários foi estimado, no valor de US\$244 e foi reconhecido na demonstração dos resultados na rubrica Outras despesas operacionais, líquidas, enquanto que a parcela relativa à prestação de serviços futuros para a extração de ouro, foi estimado em US\$1.393 e é registrado como receita diferida (passivo) e será reconhecida na demonstração do resultado conforme o serviço for prestado e o ouro extraído. Durante o exercício, a Companhia reconheceu R\$31 na Demonstração de Resultado do Exercício referente a serviços prestados.

A receita diferida será reconhecida no futuro, com base nas unidades de ouro extraído em comparação com a reserva total de reservas provadas e prováveis de ouro negociados com SLW. Definindo o ganho e a parte da transação de receita diferida requer o uso de estimativas contábeis críticas como segue:

- As taxas de desconto utilizadas para mensurar o valor presente de futuras entradas e saídas;
- Alocação de custos entre os produtos básicos (cobre e níquel) e ouro com base nos preços relativos;
- Margem esperada para os elementos independentes (venda de direitos minerários e de serviços para a extração de ouro) com base em nossa melhor estimativa.

As mudanças nas premissas acima podem mudar significativamente o reconhecimento inicial da operação.

## 31. Compromissos

### a) Projeto Níquel – Nova Caledonia

Em relação à construção e instalação de nossa planta de processamento de níquel em Nova Caledônia, fornecemos garantias para os acordos de financiamentos, os quais estão relacionados a seguir. Em conexão com a determinação da lei tributária francesa Girardin – que concede vantagem para operações de arrendamentos mercantis financeiros patrocinados pelo governo francês, a Vale garante ao BNP Paribas, na condição de investidor beneficiário tributário de acordo com a lei francesa, certos pagamentos devidos pela Vale Nouvelle-Calédonie SAS (“VNC”). Consistente com o compromisso, os ativos foram substancialmente finalizados em 31 de dezembro de 2012. A Vale também assumiu o compromisso de que os ativos associados ao arrendamento mercantil financeiro determinado pela Lei Girardin operariam por um período de cinco anos a partir daí e sob critérios específicos de produção, o que permanece consistente com nossos planos atuais. A Vale acredita que a probabilidade da garantia ser reclamada é remota.

Em outubro de 2012, a Vale entrou em um acordo com a Sumic, acionista da VNC, onde a Sumic concordou em diluir sua participação na VNC de 21% para 14,5%. A Sumic tem originariamente uma opção de vender à Vale suas ações da VNC se o custo definido do projeto inicial de desenvolvimento de níquel, conforme definido pelo financiamento concedido a VNC em moeda local e convertido para dólares norte-americanos a taxas de câmbio específicas, exceder o limite de US\$4,6 bilhões e um acordo não fosse alcançado sobre como proceder com relação ao projeto. Em maio de 2010, o limite foi atingido e a Vale discutiu e decidiu por uma extensão da opção. Como resultado do acordo de outubro de 2012, o gatilho da opção foi mudado, de um limite de custo para um limite de produção. O exercício da opção foi postergado para o primeiro trimestre de 2015, o primeiro prazo possível de ser exercido.

### b) Planta de Níquel – Indonésia

Durante 2012, nossa subsidiária PT Vale Indonesia TBK (“PTVI”), uma companhia listada na Indonésia, submeteu sua estratégia de crescimento ao governo local em linha com a renovação da licença para sua operação chamada Contrato de Trabalho (Contract of Work - “CoW”). Durante o processo, o governo identificou os seguintes pontos para renegociação (i) tamanho da área CoW; (ii) termo e forma de extensão do CoW; (iii) obrigações financeiras (royalties e impostos); (iv) processamento interno e refinamento; (v) desinvestimento obrigatório; e (vi) uso prioritário de produtos e serviços internos. Como parte da contínua negociação relativas ao CoW, em junho de 2013 PTVI submeteu um a estratégia de crescimento atualizado ao nível de governo mais alto. A renegociação CoW progrediu em 2013 e ainda está em andamento. Até que o processo de renegociação seja completado, PTVI não é capaz de determinar totalmente a extensão na qual CoW será afetado. As operações de PTVI e a implementação da estratégia de crescimento são dependentes do resultado da renegociação do CoW.

### c) Planta de Níquel – Canadá

Em 28 de março de 2013, Vale Canada, Vale Newfoundland & Labrador Limited (“VNLL”) e a Província de Newfoundland e Labrador (“Província”) firmaram um aditamento a quinta emenda do acordo de desenvolvimento de Voisey’s Bay, o qual regula todo o nosso desenvolvimento e operações da Província. Segundo o acordo, a Companhia obteve tempo adicional para completar a construção da planta de processamento de Long Harbour e reafirmou o compromisso para construir uma mina subterrânea em Voisey’s Bay, sujeito a certos termos e condições. Para manter a continuidade operacional na mina de Voisey’s Bay, pendente a conclusão da construção e ramp-up da planta de processamento, a Província concordou em isentar um adicional de 84.000 toneladas de níquel concentrado do requerimento para completar o processamento primário na província, além do limite anterior de 440.000. Estas exportações podem ocorrer entre 2013 e 2015. Adicionalmente, durante este período, se a Vale Canada importar mais de 15.000 toneladas de níquel-in-matte para os primeiros estágios de processamento na planta de processamento em Long Harbour, então Vale Canada poderá obter uma isenção maior para os requisitos de processamento primário, em toneladas. Vale concordou em fazer certos pagamentos para o Governo em relação à isenção adicional utilizada cada ano. Em abril de 2013 VNLL superou o limite de 440.000 toneladas para exportação e conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2013, VNLL provisionou US\$33 de pagamentos relacionados com isenção adicional de exportação. Além disso, Vale irá constituir um passivo judicial, segurado por cartas de crédito e outros títulos, baseado na isenção adicional utilizada em cada ano, o qual poderá se tornar devido e pagável no evento de certos compromissos em relação a construção da mina subterrânea estar atrasada ou não ocorrer. Com relação a esse assunto, letras de crédito no total de US\$95 foram emitidas em 31 de dezembro de 2013.

Além disso, no decorrer de nossas operações, fornecemos cartas de crédito e garantias no valor de US\$889 que estão associados a itens como reclamações ambientais, compromissos com desmobilização de ativos, contratos de eletricidade, benefícios pós-aposentadoria, acordos de serviço à comunidade e compromissos de importação e exportação.

#### d) Guiné – Projetos de minério de ferro

Nossa subsidiária VBG-Vale BSGR Limited ("VBG") (participação da Vale - 51%) detém os direitos de concessão de minério de ferro em Simandou Sul (Zogota) e licenças de exploração de minério de ferro em Simandou Norte (Blocos 1 & 2) na Guiné. Essas concessões estão sob revisão por um comitê técnico estabelecido nos termos da legislação guineense, que está avaliando recomendar ao Governo da Guiné tomar medidas para revogar estas concessões da VBG. Em 31 de dezembro de 2013, o valor contábil dos investimentos na VBG, que está em fase pré-operacional, era de US\$ 1,1 bilhões. A revogação da concessão pode afetar negativamente o valor de investimento da Companhia, sujeitos a contestação legal ou outro recurso por parte da VBG ou Vale.

#### e) Debentures participativas

Por ocasião da privatização em 1997, a Companhia emitiu debêntures para os acionistas existentes, incluindo o Governo Brasileiro. Os termos das debêntures foram estabelecidos para garantir que os acionistas pré-privatização participassem em possíveis benefícios futuros, que viessem a ser obtidos a partir da exploração de certos recursos minerais.

Um total de 388.559.056 debêntures foi emitido a um valor nominal de R\$ 0,01 (um centavo de real), cujo valor será corrigido de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado ("IGP-M"), conforme definido na Escritura de Emissão. Em 31 de dezembro de 2013, em 31 de dezembro de 2012 e 1º janeiro de 2012, o valor justo das debêntures totalizava US\$1.775, US\$1.653 e US\$1.336, respectivamente.

Os titulares destas debêntures tem o direito de receber prêmios pagos semestralmente, equivalentes a um percentual das receitas líquidas provenientes de determinados recursos minerais, conforme escritura de emissão. Em abril e outubro de 2013 a Companhia pagou a remuneração semestral no valor total de US\$7 e US\$4, respectivamente.

#### f) Lease operacional

##### • Operações de pelotização

A Vale possui um contrato de arrendamento mercantil operacional com suas entidades controladas em conjuntos Nibrasco, Itabasco, Kobrasco and Hispanobras, onde a Vale arrenda suas plantas de pelotização. Estes contratos de arrendamento mercantil operacional tem duração entre 3 e 10 anos, renováveis.

Em julho de 2012 a Companhia celebrou um contrato de arrendamento mercantil operacional com sua joint venture Hispanobrás. O contrato tem duração de 3 anos, renováveis.

O quadro a seguir apresenta os pagamentos futuros mínimos anuais, requeridos e não canceláveis, pelo arrendamento mercantil operacional das quatro plantas de pelotização (Hispanobrás, Nibrasco, Itabasco e Kobrasco), para a data de 31 de dezembro de 2013.

2014	74
2015	72
2016	70
2017	37
2018 em diante	26
<b>Total dos pagamentos mínimos requeridos</b>	<b>279</b>

As despesas totais com arrendamento mercantil operacional das pelotizadoras, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 foram US\$162, US\$206 e US\$399, respectivamente.

## g) Contratos de Concessões e Subconcessões

### i. Companhias de transporte ferroviário

A Companhia celebrou com o Governo Brasileiro, por intermédio do Ministério dos Transportes, contratos de concessão não onerosa para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga e arrendamento dos bens destinados à prestação desses serviços. Os registros contábeis das concessões e subconcessões classificados como ativo intangível, conforme nota 14.

Os prazos de concessão por ferrovia são:

Ferrovias	Término do prazo de concessão
Vitória a Minas e Carajás	Junho de 2027

A concessão se extinguirá com a concretização de um dos seguintes fatos: término do prazo contratual, encampação, caducidade, rescisão, anulação, falência ou extinção da concessionária.

### ii. Terminais portuários

A companhia possui terminais portuários especializados, conforme abaixo:

Terminal	Localização	Término do prazo de concessão
Terminal de Tubarão e Granéis Líquidos	Vitória – ES	2020
Terminal de Vila Velha	Vila Velha – ES	2023
Terminal Marítimo de Ponta da Madeira – Pier I e III	São Luiz - Maranhão	2018
Terminal Marítimo de Ponta da Madeira – Pier II	São Luiz – Maranhão	(i)2028
Terminal de Exportação de Minério – Porto de Itaguaí	Itaguaí – RJ	2021
Terminal Marítimo da Ilha de Guaíba – TIG	Mangaratiba – RJ	2018

- (i) Contrato de concessão terminou em 2010, foi prorrogado por mais 36 meses e renovado em março de 2013 por mais 15 anos.

As bases contratuais e os prazos de término das concessões de transporte ferroviário e de terminais portuários não sofreram alterações no período.

### iii. Concessões ferroviárias e portuárias referentes às operações descontinuadas

As operações descontinuadas detalhadas na nota 7 compreendem algumas concessões ferroviárias e portuárias conforme abaixo:

Ferrovias	Término do prazo de concessão
Malha Centro-Leste (FCA)	Agosto 2026
Ferrovia Norte Sul S.A. (FNS)	Dezembro 2037
Portos	Término do prazo de concessão
Praia Mole (*)	2020
Terminal of Several Products (*)	2020
Inácio Barbosa Terminal (*)	2018
Ultrafertil S.A	2040
VLI Operações Portuárias S.A.	2028

(\*) Concessões pertencentes à Vale mas atendem exclusivamente às operações de carga geral

### (ii) Garantias concedida a coligadas

A Companhia concedeu garantias corporativas, no limite de sua participação, a uma linha de crédito adquirida por sua coligada Norte Energia junto ao BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco BTG Pactual. Em 30 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 o valor garantido pela Vale era de US\$377, US\$92 e US\$0, respectivamente.



## 32. Partes Relacionadas

As bases das transações com partes relacionais permanecem as mesmas que as divulgadas nas demonstrações contábeis. Os saldos das operações com partes relacionadas e seus efeitos nas demonstrações contábeis podem ser identificados como segue:

	Consolidado					
	Ativo					
	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012		1º de janeiro de 2012	
	Clientes	Partes relacionadas	Clientes	Partes relacionadas	Clientes	Partes relacionadas
Baovale Mineração S.A.	4	-	5	9	6	2
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS	1	-	2	-	177	-
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO	-	-	2	-	1	-
Minas da Serra Geral S.A.	-	1	-	-	-	-
Mitsui Co.	47	-	22	-	-	-
MRS Logística S.A.	6	6	8	36	9	41
Norsk Hydro ASA	-	-	-	405	-	489
Samarco Mineração S.A.	29	162	33	180	40	7
Outros	29	200	62	162	56	52
<b>Total</b>	<b>116</b>	<b>369</b>	<b>134</b>	<b>792</b>	<b>289</b>	<b>591</b>
Circulante	116	261	134	384	289	82
Não Circulante	-	108	-	408	-	509
<b>Total</b>	<b>116</b>	<b>369</b>	<b>134</b>	<b>792</b>	<b>289</b>	<b>591</b>

	Consolidado					
	Passivo					
	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2012		1º de janeiro de 2012	
	Fornecedores	Partes relacionadas	Fornecedores	Partes relacionadas	Fornecedores	Partes relacionadas
Baovale Mineração S.A.	15	-	28	-	20	-
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO	2	59	-	33	5	-
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS	15	-	10	-	162	-
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO	2	16	-	-	-	-
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO	-	128	-	175	2	11
Minas da Serra Geral S.A.	7	-	8	-	9	-
Mitsui Co.	2	-	46	-	37	-
MRS Logística S.A.	22	-	45	-	20	-
Norsk Hydro ASA	-	-	-	71	-	80
Samarco Mineração S.A.	1	-	-	-	-	-
Outros	-	7	9	-	25	24
<b>Total</b>	<b>66</b>	<b>210</b>	<b>146</b>	<b>279</b>	<b>280</b>	<b>115</b>
Circulante	66	205	146	207	280	24
Não Circulante	-	5	-	72	-	91
<b>Total</b>	<b>66</b>	<b>210</b>	<b>146</b>	<b>279</b>	<b>280</b>	<b>115</b>

	Receita			Custo/ Despesa		
	Exercício findo em 31 de dezembro de,					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
California Steel Industries	211	16	-	-	-	-
Companhia Siderúrgica do Atlântico	-	-	-	146	-	-
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO	-	-	-	33	70	98
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS	-	266	729	7	265	521
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO	-	-	-	24	32	150
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO	-	-	-	10	80	151
MRS Logística S.A.	4	14	16	478	702	759
Samarco Mineração S.A.	419	371	511	-	-	-
Outras	188	126	103	6	101	53
<b>Total</b>	<b>822</b>	<b>793</b>	<b>1.359</b>	<b>704</b>	<b>1.250</b>	<b>1.732</b>

	Exercício findo em 31 de dezembro de,					
	2013		2012		2011	
	Receita	Custo/ Despesa	Receita	Custo/ Despesa	Receita	Custo/ Despesa
Vendas / Custo de minério de ferro e pelotas	419	80	624	469	1.337	952
Receitas / despesas de serviços de logística	-	478	14	706	16	759
Vendas / Custos de produtos de siderurgia	211	146	-	-	-	-
Receitas / Despesas Financeiras	23	-	14	7	6	3
Outras	169	-	141	68	-	18
	<b>822</b>	<b>704</b>	<b>793</b>	<b>1.250</b>	<b>1.359</b>	<b>1.732</b>

	Balanco patrimonial			Demonstração do Resultado		
				Exercício findo em 31 de dezembro de,		
	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012	2013	2012	2011
<b>Caixa e equivalência de caixa</b>						
Brasdesco	25	33	16	3	-	73
	<b>25</b>	<b>33</b>	<b>16</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>73</b>
<b>Empréstimo a pagar</b>						
BNDDES	4.297	3.951	2.954	180	41	138
BNDDESPar	718	825	902	48	14	57
	<b>5.015</b>	<b>4.776</b>	<b>3.856</b>	<b>228</b>	<b>55</b>	<b>195</b>

## Remuneração do pessoal chave da administração:

	Exercício findo em 31 de dezembro de,		
	2013	2012	2011
<b>Benefícios de curto prazo:</b>	<b>27</b>	<b>36</b>	<b>49</b>
- Salário ou pró-labore	11	11	11
- Benefícios direto e indireto	7	11	21
- Bônus	9	14	17
<b>Benefícios de longo prazo:</b>	<b>1</b>	<b>11</b>	<b>13</b>
- Baseada em ações	1	11	13
<b>Cessação do cargo</b>	<b>1</b>	<b>9</b>	<b>54</b>
	<b>29</b>	<b>56</b>	<b>116</b>

## 32. Apresentação de informações contábeis – transição do US GAAP para o IFRS

No início de 2013 a Companhia descontinuou a preparação e arquivamento das Demonstrações Contábeis junto a SEC no padrão contábil US GAAP. Durante 2013 a Companhia preparou e apresentou informações intermediárias somente sobre o padrão IFRS e, iniciando a apresentação das demonstrações contábeis anuais para o formulário 20-F do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia irá apresentar suas demonstrações contábeis auditadas de acordo com as IFRS. Abaixo a reconciliação entre o US GAAP e o IFRS de nosso Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício condensados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

	dezembro 31, 2012				
	USGAAP conforme apresentado em 2012	Ajuste de reconciliação de 2012	IFRS conforme apresentado em 2012	Ajuste retrospectivo de IAS 19R	IFRS
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5.832	-	5.832	-	5.832
Outros	16.586	(349) (a)	16.237	-	16.237
	<b>22.418</b>	<b>(349)</b>	<b>22.069</b>	-	<b>22.069</b>
Ativo não circulante mantido para a venda e operações descontinuadas	479	(22)	457	-	457
	<b>22.897</b>	<b>(371)</b>	<b>22.526</b>	-	<b>22.526</b>
<b>Não circulante</b>					
Investimentos	6.492	(108) (b)	6.384	-	6.384
Imobilizados	91.766	2.327 (c)	94.093	-	94.093
Outros	10.323	(2.706) (d)	7.617	(43)	7.574
	<b>108.581</b>	<b>(487)</b>	<b>108.094</b>	<b>(43)</b>	<b>108.051</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>131.478</b>	<b>(858)</b>	<b>130.620</b>	<b>(43)</b>	<b>130.577</b>
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	4.529	-	4.529	-	4.529
Empréstimos e financiamentos	3.468	3 (e)	3.471	-	3.471
Outros	4.407	(5) (f)	4.402	-	4.402
	<b>12.404</b>	<b>(2)</b>	<b>12.402</b>	-	<b>12.402</b>
Passivo diretamente associado a ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas	181	(21) (f)	160	9	169
	<b>12.585</b>	<b>(23)</b>	<b>12.562</b>	<b>9</b>	<b>12.571</b>
<b>Não circulante</b>					
empréstimo e financiamentos	26.799	-	26.799	-	26.799
imposto de renda e contribuição social diferidos	3.538	257 (g)	3.795	(368)	3.427
-	12.680	(1.375) (h)	11.305	1.650	12.953
	<b>43.017</b>	<b>(1.118)</b>	<b>41.899</b>	<b>1.282</b>	<b>43.179</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>					
Capital	37.559	17.990 (i)	55.549	-	55.549
Participação acionistas não controladores	1.635	(47) (i)	1.588	-	1.588
Outros	36.682	(17.660) (i)	19.022	(1.334)	17.690
	<b>75.876</b>	<b>283</b>	<b>76.159</b>	<b>(1.334)</b>	<b>74.827</b>
<b>Total passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>131.478</b>	<b>(858)</b>	<b>130.620</b>	<b>(43)</b>	<b>130.577</b>

- (a) Diferença substancialmente apresentada pela reclassificação do imposto de renda diferido do US GAAP para não circulante de acordo com o IFRS (US\$356). O montante reconciliado ainda inclui não relevantes diferenças em ativos mantidos para venda (US\$22) e ativos financeiros disponíveis para venda que no USGAAP é registrado como investimento (US\$7);
- (b) Diferença entre entidades não controladas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial;
- (c) Diferença relacionada aos efeitos de uma combinação de negócios reconhecida de acordo com o antigo GAAP Brasileiro e não representado para a primeira adoção do IFRS. Pelo US GAAP a Companhia aplicou o método de alocação do preço de compra e reconheceu os ativos adquiridos pelo seu valor justo. O Ágio pelo US GAAP classificado no grupo "Outros", também mencionado no item (d);
- (d) Conforme mencionado no item (c) parte da diferença advém do ágio classificado no US GAAP (US\$ 2.947) classificado neste item, comparado com o ágio no IFRS (US\$ 4.603) que está classificado no ativo intangível. Como parte deste efeito está classificado os ativos líquidos de planos de fundo de pensão (planos superavitários) e imposto de renda diferido sobre as diferenças de GAAP;
- (e) Diferença não relevante de contratos de arrendamento;
- (f) Diferença entre IFRS e US GAAP nos planos de fundo de pensão. De acordo com o US GAAP a Companhia aplicava o método de passivo integral, enquanto de acordo com o IFRS a companhia adotava o método do corredor. Também há diferenças relacionadas aos passivos diretamente associados com ativos mantidos para venda e notas mandatoriamente conversíveis;
- (g) Diferença entre US GAAP e IFRS relacionado ao imposto de renda diferido passivo;
- (h) Diferença substancialmente relacionada aos efeitos de planos de pensão e, desmobilização de ativos e imposto de renda diferido destes ajustes;
- (i) Diferença entre US GAAP e IFRS relacionado a ajustes de conversão para moeda corrente e moeda histórica.

1º de janeiro de 2012

	USGAAP conforme apresentado em 2012	Ajuste de reconciliação de 2012	IFRS conforme apresentado em 2012	Ajuste retrospectivo de IAS 19R	IFRS
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3.531	-	3.531	-	3.531
Outros	18.205	(198) (a)	18.007	-	18.007
	<b>21.736</b>	<b>(198)</b>	<b>21.538</b>	-	<b>21.538</b>
<b>Não circulante</b>					
Investimentos	8.093	(80) (b)	8.013	-	8.013
Imobilizados	90.030	1.833 (c)	91.863	-	91.863
Outros	8.869	(3.383) (d)	5.486	16	5.502
	<b>106.992</b>	<b>(1.630)</b>	<b>105.362</b>	<b>16</b>	<b>105.378</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>128.728</b>	<b>(1.828)</b>	<b>126.900</b>	<b>16</b>	<b>126.916</b>
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	4.814	-	4.814	-	4.814
Empréstimos e financiamentos	1.517	-	1.517	-	1.517
Outros	4.712	50 (e)	4.762	-	4.762
	<b>11.043</b>	<b>50</b>	<b>11.093</b>	-	<b>11.093</b>
<b>Total circulante</b>	<b>11.043</b>	<b>50</b>	<b>11.093</b>	-	<b>11.093</b>
<b>Não circulante</b>					
empréstimo e financiamentos	21.538	-	21.538	-	21.538
imposto de renda e contribuição social diferidos	5.654	27 (f)	5.681	(216)	5.465
-	10.884	(806) (g)	10.078	927	11.005
	<b>38.076</b>	<b>(779)</b>	<b>37.297</b>	<b>711</b>	<b>38.008</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>38.076</b>	<b>(779)</b>	<b>37.297</b>	<b>711</b>	<b>38.008</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>					
Capital	37.776	17.753 (h)	55.529	-	55.529
Participação acionistas não controladores	1.894	(179) (h)	1.715	-	1.715
Outros	39.939	(18.673) (h)	21.266	(695)	20.571
	<b>79.609</b>	<b>(1.099)</b>	<b>78.510</b>	<b>(695)</b>	<b>77.815</b>
<b>Total passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>128.728</b>	<b>(1.828)</b>	<b>126.900</b>	<b>16</b>	<b>126.916</b>

- (a) Diferença substancialmente apresentada pela reclassificação do imposto de renda diferido do US GAAP para não circulante de acordo com o IFRS (US\$205). O montante reconciliado ainda inclui não relevantes diferenças em ativos financeiros disponíveis para venda que no USGAAP é registrado como investimento (US\$7);
- (b) Diferença entre entidades não controladas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial;
- (c) Diferença relacionada aos efeitos de uma combinação de negócios reconhecida de acordo com o antigo GAAP Brasileiro e não reapresentado para a primeira adoção do IFRS. Pelo US GAAP a Companhia aplicou o método de alocação do preço de compra e reconheceu os ativos adquiridos pelo seu valor justo. O Ágio pelo US GAAP classificado no grupo "Outros", também mencionado no item (d);
- (d) Conforme mencionado no item (c) parte da diferença advém do ágio classificado no US GAAP (US\$3.026) classificado neste item, comparado com o ágio no IFRS (US\$ 4.812) que está classificado no ativo intangível. Como parte deste efeito, estão classificados os ativos líquidos de planos de fundo de pensão (planos superavitários) e imposto de renda diferido sobre as diferenças de GAAP;
- (e) Diferença entre IFRS e US GAAP nos planos de fundo de pensão. De acordo com o US GAAP a Companhia aplicava o método de passivo integral, enquanto de acordo com o IFRS a companhia adotava o método do corredor. Também há diferenças relacionadas aos passivos diretamente associados com ativos mantidos para venda e notas mandatoriamente conversíveis;
- (f) Diferença entre US GAAP e IFRS relacionado ao imposto de renda diferido passivo;
- (g) Diferença substancialmente relacionada aos efeitos de planos de pensão e, desmobilização de ativos e imposto de renda diferido destes ajustes;
- (h) Diferença entre US GAAP e IFRS relacionado a ajustes de conversão para moeda corrente e moeda histórica.

	31 de dezembro de 2012					
	USGAAP conforme apresentado em 2012	Ajustes de reconciliação de 2012	IFRS conforme apresentado em 2012	Ajuste retrospectivo do IAS 19R	Apresentação retrospectiva da operação descontinuada	IFRS
Receita líquida	47.694	-	47.694	-	(1.141)	46.553
Custos	(26.591)	108 (a)	(26.483)	34	1.059	(25.390)
<b>Margem Bruta</b>	<b>21.103</b>	<b>108</b>	<b>21.211</b>	<b>34</b>	<b>(82)</b>	<b>21.163</b>
Despesas Operacionais	(7.351)	(6) (b)	(7.357)	-	132	(7.225)
Despesas financeiras	(3.801)	(306) (c)	(4.107)	84	1	(4.022)
Equivalência Patrimonial	640	5 (d)	645	-	-	645
Impairment em investimentos	(6.170)	(300) (d)	(6.470)	-	-	(6.470)
	<b>(16.682)</b>	<b>(607)</b>	<b>(17.289)</b>	<b>84</b>	<b>133</b>	<b>(17.072)</b>
<b>Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição social</b>	<b>4.421</b>	<b>(499)</b>	<b>3.922</b>	<b>118</b>	<b>51</b>	<b>4.091</b>
Imposto de renda e contribuição Social corrente e diferida	833	361 (e)	1.194	(37)	17	1.174
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>5.254</b>	<b>(138)</b>	<b>5.116</b>	<b>81</b>	<b>68</b>	<b>5.265</b>
Discontinued Operations	-	-	-	-	(68)	(68)
<b>Net income</b>	<b>5.254</b>	<b>(138)</b>	<b>5.116</b>	<b>81</b>	<b>-</b>	<b>5.197</b>
Prejuízo atribuído aos acionistas não controladores	(257)	-	(257)	-	-	(257)
<b>Lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora</b>	<b>5.511</b>	<b>(138)</b>	<b>5.373</b>	<b>81</b>	<b>-</b>	<b>5.454</b>

- (a) Amortização da diferença entre o valor contábil e o valor de mercado da MBR em USGAAP (US\$ 153) e plano de pensão e ARO na Vale Canada (US\$4 e US\$41);
- (b) Ajuste de plano de pensão e ARO na Vale Canada (US \$10) e lucro ou prejuízo na venda de ativos de alumínio (US \$16);
- (c) Reconhecimento de superávit do plano de pensão da Vale e da Vale Fertilizantes;
- (d) Diferença entre IFRS e USGAAP relacionado com o ajuste a valor recuperável de coligadas que, de acordo com o IFRS está grupado na conta de "Tributos correntes e diferidos, líquidos". Não há diferenças entre os ajustes de recuperabilidade entre ambos GAAPs; e
- (e) Diferença é parcialmente referente aos efeitos descritos no item (d) acima (US\$300) e os efeitos entre US GAAP e IFRS resultante dos tributos diferidos.

	31 de dezembro de 2011					
	USGAAP conforme apresentado em 2012	Ajustes de reconciliação de 2012	IFRS conforme apresentado em 2012	Ajuste retrospectivo do IAS 19R	Apresentação retrospectiva da operação descontinuada	IFRS
Receita líquida	60.946	-	60.946	-	(871)	60.075
Custos	(25.529)	158 (a)	(25.371)	(19)	862	(24.528)
<b>Margem Bruta</b>	<b>35.417</b>	<b>158</b>	<b>35.575</b>	<b>(19)</b>	<b>(9)</b>	<b>35.547</b>
Despesas Operacionais	(5.305)	(1.503) (b)	(6.808)	-	91	(6.717)
Despesas financeiras	(3.313)	(260) (c)	(3.573)	32	(8)	(3.549)
Equivalência Patrimonial	1.135	3 (d)	1.138	-	-	1.138
Impairment em investimentos	-	1.494	1.494	-	-	1.494
	<b>(7.483)</b>	<b>(266)</b>	<b>(7.749)</b>	<b>32</b>	<b>83</b>	<b>(7.634)</b>
<b>Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição social</b>	<b>27.934</b>	<b>(108)</b>	<b>27.826</b>	<b>13</b>	<b>74</b>	<b>27.913</b>
Imposto de renda e contribuição Social corrente e diferida	(5.282)	11 (e)	(5.271)	(6)	12	(5.265)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>22.652</b>	<b>(97)</b>	<b>22.555</b>	<b>7</b>	<b>86</b>	<b>22.648</b>
Discontinued Operations	-	-	-	-	(86)	(86)
<b>Net income</b>	<b>22.652</b>	<b>(97)</b>	<b>22.555</b>	<b>7</b>	<b>-</b>	<b>22.562</b>
Prejuízo atribuído aos acionistas não controladores	(233)	-	(233)	-	-	(233)
<b>Lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora</b>	<b>22.885</b>	<b>(97)</b>	<b>22.788</b>	<b>7</b>	<b>-</b>	<b>22.795</b>

## 34. Conselheiros, Membros dos Comitês e Diretores

### Conselho de Administração

Dan Antônio Marinho Conrado  
**Presidente**

Mário da Silveira Teixeira Júnior  
**Vice-Presidente**

Fuminobu Kawashima  
João Batista Cavagliari  
José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha  
Luciano Galvão Coutinho  
Marcel Juviniانو Barros  
Oscar Augusto de Camargo Filho  
Renato da Cruz Gomes  
Robson Rocha

### Suplentes

Caio Marcelo de Medeiros Melo  
Eduardo de Oliveira Rodrigues Filho  
Eduardo Fernando Jardim Pinto  
Francisco Ferreira Alexandre  
Hidehiro Takahashi  
Hayton Jurema da Rocha  
Luiz Carlos de Freitas  
Luiz Maurício Leuzinger  
Marco Geovanne Tobias da Silva  
Sandro Kohler Marcondes

### Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração

#### Comitê de Controladoria

Luiz Carlos de Freitas  
Paulo Ricardo Ultra Soares  
Paulo Roberto Ferreira de Medeiros

#### Comitê de Desenvolvimento Executivo

Laura Bedeschi Rego de Mattos  
Luiz Maurício Leuzinger  
Marcel Juviniانو Barros  
Oscar Augusto de Camargo Filho

#### Comitê Estratégico

Murilo Pinto de Oliveira Ferreira  
Dan Antônio Marinho Conrado  
Luciano Galvão Coutinho  
Mário da Silveira Teixeira Júnior  
Oscar Augusto de Camargo Filho

#### Comitê Financeiro

Luciano Siani Pires  
Eduardo de Oliveira Rodrigues Filho  
Luciana Freitas Rodrigues  
Luiz Maurício Leuzinger

### Comitê de Governança e Sustentabilidade

Gilmar Dalilo Cezar Wanderley  
Renato da Cruz Gomes  
Ricardo Simonsen  
Tatiana Boavista Barros Heil

### Conselho Fiscal

Marcelo Amaral Moraes  
**Presidente**

Aníbal Moreira dos Santos  
Arnaldo José Vollet

### Suplentes

Oswaldo Mário Pêgo de Amorim Azevedo  
Paulo Fontoura Valle  
Valeriano Gomes

### Diretoria Executiva

Murilo Pinto de Oliveira Ferreira  
**Diretor-Presidente**

Vânia Lucia Chaves Somavilla  
**Diretora-Executiva de Recursos Humanos, Saúde e Segurança, Sustentabilidade e Energia**

Luciano Siani Pires  
**Diretor-Executivo de Finanças e de Relações com Investidores**

Roger Allan Downey  
**Diretor Executivo de Fertilizantes e Carvão**

José Carlos Martins  
**Diretor-Executivo de Ferrosos e Estratégia**

Galib Abrahão Chaim  
**Diretor-Executivo de Implantação de Projetos de Capital**

Humberto Ramos de Freitas  
**Diretor Executivo de Logística e Pesquisa Mineral**

Gerd Peter Poppinga  
**Diretor-Executivo Metais Básicos e Tecnologia da Informação**

Marcelo Botelho Rodrigues  
**Diretor Global de Controladoria**

Marcus Vinicius Dias Severini  
**Contador Responsável  
CRC-RJ - 093982/O-3**